ISSN 2318-3195
VOL 5, 2017



ufrgs mun 2017

STUDY GUIDE



CONTATO
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Ciências Econômicas
Av. João Pessoa, 52 - CEP 90040-00 - Centro
Porto Alegre/RS - Brasil | Telefone: +55 51 3308.3769
e-mail: ufrgsmun@ufrgs.br

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

UFRGSMUN: UFRGS Model United Nations : Explore diferentes realidades. Faça parte da história./Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais - Vol. 1(2013) - Porto Alegre: UFRGS/FCE/PPGEEI, 2013 -

Anual.
ISSN 2318-3195

1. Relações Exteriores: política. 2. Relações Internacionais. 3. Diplomacia. 4. Conflito internacional.

CDU 327(7/8=6)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

Capa por Joana Oliveira de Oliveira
Diagramação por Amabilly Bonacina

SOBRE O PERIÓDICO

O periódico acadêmico do UFRGS Modelo das Nações Unidas é vinculado ao UFRGSMUN, um Projeto de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que possui como objetivo contribuir para a produção acadêmica nas áreas de Relações Internacionais e Direito Internacional, bem como em áreas afins, através do estudo de temas pertinentes da agenda internacional. O periódico publica artigos originais em Inglês e Português sobre questões relacionadas com paz e a segurança, meio ambiente, economia mundial, direito internacional, integração regional e defesa. O público-alvo da revista são estudantes de graduação e já graduados. Todas as contribuições ao periódico são objetos de revisão científica realizada cuidadosamente por estudantes de pós-graduação. O periódico do UFRGSMUN visa engajar quem o lê no debate dos temas importantes aqui levantados.

ABOUT THE JOURNAL

UFRGS Model United Nations Journal is an academic vehicle, linked to UFRGSMUN, an Extension Project of the Universidade Federal do Rio Grande do Sul. It aims to contribute to the academic production in the fields of International Relations and International Law, as well as related areas, through the study of pressing topics in the international agenda. The journal publishes original articles in English and Portuguese, about issues related to peace and security, environment, world economy, international law, regional integration and defense. The journal's target audience are undergraduate and graduate students. All of the contributions to the journal are subject of careful scientific revision by postgraduate students. The journal seeks to promote and engage in the debate of such important topics.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Diretor: Prof. Dr. Carlos Henrique Vasconcellos Horn
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Coordenadora: Profa. Dra. Jaqueline Haffner

EDITOR-CHEFE: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

CONSELHO EDITORIAL
Analúcia Danilevicz Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Érico Esteves Duarte (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Henrique Carlos de Castro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Jacqueline Angélica Haffner (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
José Miguel Quedi Martins (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Marcelo Milan (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Marco Aurélio Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Paulo Fagundes Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Sonia Ranincheski (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

CONSELHO CONSULTIVO
Ana Carolina Melos (Universidade de Brasília)
Daniel Nascimento (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Erik Ribeiro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Guilherme Simionato (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Guilherme Thudium (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
João Arthur Reis (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Josiane Sarti (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército)
Julia Rosa (Renmin University of China)
Laís Trizotto (Univesidade Federal do Rio Grande do Sul)
Livi Gerbase (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Luíza Leão (University of Cambridge)
Marcel Hartmann (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Nilton Cardoso (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Victor Merola (Univesidade Federal do Rio Grande do Sul)
Vinicius Lara (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Willian Moraes Roberto (Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual de Campinas e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

CONSELHO EXECUTIVO
Amabilly Bonacina
Joana Soares Cordeiro Lopes
Julio Cesar Veiga Bezerra
Rodrigo dos Santos Cassel
Sérgio Minuzzi Tessuto

SUMÁRIO

Editorial 6

Overland and Maritime Integration in the "One Belt, One Road" Initiative 8
Eduardo Secchi, Laura Chiele, Maísa de Moura, Ricardo Pechansky, Victor Hugo Dresch

Instituições Políticas de Estados em Situação de pós-Conflito 76
Evelúcia Nunes Cutrim, Marcela Ávila

A Missão para a Construção da Paz na Libéria 117
Vitória Kramer, Larissa Ciceri, Vitória Rodriguez Gonzalez

Application of the International Convention for the Suppression of the Financing of Terrorism and of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (Ukraine v. Russian Federation) 163
Julia Assmann de Freitas Macedo, Julia Goldman Bergmann, Julio Cesar Veiga

Immunities and Criminal Proceedings (Equatorial Guinea v. France) 217
Patricio Alves de Souza, Pedro Hiroshi Watanabe Di Gesu

Diretrizes para a Cobertura Jornalística em Modelos das Nações Unidas 244
Adriana Figueiredo, Gabriela Veiga, Matheus Motta, Vanessa Petuco, Vitória Pacheco

Gabinete da Missão da ONU para a Estabilização da República Democrática do Congo 283
Beatriz Rauber, João Estevam dos Santos, Salvatore Xerri, Marielli Bittencourt, João Vitor Correa

The Arab Spring Aftermath: Regional and Extra-Regional Intervention in the Gulf and the Levant 328
Álisson Martins, Douglas Rocha

Weapons of Mass Destruction in the Middle East 380
Camilla Martins, Rafaela Fioreze, Rodrigo Cassel

Autodeterminação e Soberania Estatal no Século XXI 435
Aline Rocha, Gabriela Ribeiro, João Otávio Cadore

Democratização do Uso do Espaço Sideral 476
Daiana Jung, Rodrigo Fuhr

Sectarian Violence in Myanmar: The Rakhine State 515
Maria Gabriela Vieira, Lúcia Pfeifer

The Situation in South Sudan 547
Bruno Palombini Gastal, Eduarda Fontana Ramos, Sofia Oliveira Perusso

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nation
ISSN 2318-3198 | V.5, 2017 | p 6-7

EDITORIAL

Amabilly Bonacina
Secretária-Geral XV UFRGSMUN

André Reis da Silva
Professor Coordenador do UFRGSMUN

Em 2017, estamos comemorando 15 anos de UFRGSMUN. Um projeto que nasceu em 2003, sem muitas perspectivas de longo prazo, mas com um potencial enorme. Estamos em 2017, era da globalização, da modernidade e do retrocesso. De fato, as forças que estruturam o sistema internacional continuam em permanente embate e reestruturação. As promessas de uma paz mundial ainda convivem com incontáveis conflitos de variada intensidade. O sonho da aldeia global é desafiado pelo erguimento de novos muros, visíveis e invisíveis. Os conflitos, a xenofobia, e, principalmente, a desigualdade internacional, ainda estão na raiz dos grandes temas que discutimos nos encontros, propondo soluções. Então, ao longo destas 15 edições, trabalhamos 15 propostas de pensar o mundo, de tentar contribuir e impactar de maneira positiva a sociedade em que vivemos. Nestes 15 anos, vimos o projeto atingir a maturidade e o reconhecimento, tanto acadêmico quanto administrativo; toda a "experiência UFRGSMUN" é fruto de um trabalho intenso dos alunos da UFRGS. Nesse sentido, cabe ressaltar que se chegamos tão longe foi também por termos uma Universidade pública, engajada e de qualidade, que sempre nos apoiou. À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, registramos aqui o nosso agradecimento.

"Explore diferentes realidades. Faça parte da história" é o *motto* que conduz essa edição. A proposta do XV UFRGSMUN é debater a realidade e as dificuldades enfrentadas pelas diferentes regiões do globo. Neste sentido, queremos que os delegados e delegadas sejam parte atuante da realidade que construímos a cada dia, em um engajamento ético e responsável com a sociedade. Com ele, também propomos uma outra reflexão: "por que simulamos?". Isto é, parar para pensar sobre o que nos interessou em modelos de Nações Unidas e porque acreditamos que essa é uma ferramenta poderosa quando se trata de ampliar nossa visão acerca do mundo. A resposta não é única, não é universal, mas se reflete na paixão com que fazemos o UFRGSMUN acontecer.

O presente periódico é a consolidação do trabalho árduo de estudantes engajados em fazer parte da transformação do mundo. Nesta edição, os

tópicos em pauta foram cuidadosamente escolhidos para debatermos como os fóruns multilaterais e organismos da ONU lidam com questões regionais. É importante pensar no Sistema Internacional como um todo, mas não se pode esquecer as particularidades de cada região. Além disso, o guia é um reflexo do curso de Relações Internacionais da UFRGS. Aqui temos artigos que foram fruto de pesquisa intensa, que contribuem como ferramenta de consulta para a comunidade acadêmica e não apenas aos participantes do modelo; o resultado que apresentamos nesse guia é resultado da visão teórica dos alunos e alunas de RI da UFRGS aplicada a questões identificadas como carentes de atenção e debate hoje no campo das relações internacionais.

Por fim, 2017 é o ano também em que o UFRGSMUN consolida o seu Edital de Benefícios, tendo excedido o número de interessados. Isso reflete outro importante trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2014 para transformar o ambiente das simulações em menos elitista e mais aberto à diversidade, que hoje representa melhor a Universidade brasileira. Entendemos que é importante também reduzir a barreira da língua, por isso, apresentamos um guia bilíngue, com artigos escritos em inglês ou em português. É relevante destacar ainda a solidificação de políticas feministas, incorporadas em 2015 e que desde então modificaram e melhoraram muito o ambiente da simulação.

Desejamos a todos e a todas uma boa leitura, um bom estudo e uma incrível simulação. Bem-vindos e bem-vindas ao XV UFRGSMUN.



AIIB

ufrgsmun 2017

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | V.5, 2017 | p. 9-75

OVERLAND AND MARITIME INTEGRATION IN THE "ONE BELT, ONE ROAD" INITIATIVE

Eduardo Tomankievicz Secchi[1]
Laura Schaan Chiele[2]
Maísa de Moura[3]
Ricardo Chiapin Pechansky[4]
Victor Hugo Dresch da Silva[5]

ABSTRACT

The main goal of the present study guide is to address the impacts and possibilities of the One Belt, One Road Initiative (OBOR) across the many regions it comprises. By recreating the Ancient Silk Road, the OBOR can dramatically transform, not only Asian, but global economic and political dynamics, contributing to the crescent rise of Chinese prowess as a world power. At first, a historical background presents the importance of the Ancient Silk Road and how transportation infrastructure developed in Asia throughout the years, from colonial times to the present days. Then, we expose the different ways OBOR might boost regional cooperation and connect Asian countries through transportation investments. We also discuss the centrality of such initiative to China's foreign policy, as well as the role played by the Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) in it. Afterwards, we highlight the main projects that have been executed by different international institutions and governments in order to better understand how the OBOR might impact regional and global relations.

1 Eduardo is a third-year student of International Relations at UFRGS and Director at AIIB.
2 Laura is a third-year student of International Relations at UFRGS and Director at AIIB.
3 Maísa is a second-year student of Economics at UFRGS and Director at AIIB.
4 Ricardo is a fourth-year student of International Relations at UFRGS and Director at AIIB.
5 Victor is a second-year student of International Relations at UFRGS and Director at AIIB.

1 INTRODUCTION

Throughout history, integration between different regions has been a major aspect in enhancing economic activity and trade. This communication has long been facilitated by the different means of transportation, such as railways, roads and water systems. Technological innovation not only widened the possibilities of cultural and economic exchange, but also facilitated and fastened such interactions, promoting cooperation and setting up the bases for the globalized world in which we live today: motor vehicles, high speed trains and maritime navigation are some of the many examples that fostered and consolidated these interactions.

Infrastructure investment is one of the main pillars of economic growth. It peps economic activity, generating employment and reducing trade costs, improves productivity and directly supports growth in different sectors in the economy. Hence, it is very clear that a lack of well-developed infrastructure negatively impacts the economy, preventing production to reach its maximum capabilities and undermining national activity.

In 2013, the president of China, Xi Jinping, announced one of the main projects of its foreign policy: the One Belt, One Road Initiative. This ambitious plan seeks to promote regional integration through the resignification of the Old Silk Road. Well-known for establishing the first contacts - terrestrial and maritime - between eastern and western worlds, this route arose as the epoch's main commercial network throughout different Chinese dynasties until its end in the XV century. The One Belt, One Road Initiative pursues the development of an economic corridor across Eurasia, by mitigating the infrastructure gap that haunts the continent. The extent of the project, which encompasses more than 60 countries and guarantees great expenditures, shows up as a turning point in today's world economic order: China, as the main player in this scenario, gradually becomes the new economic gravitational centre, expanding its influence in the international system and establishing tighter relations among other nations.

The Asian Infrastructure Development Bank (AIIB) plays an essential role in enabling the execution of the Chinese initiative. It is a multilateral forum that was created in 2016, fostering interconnectivity by addressing infrastructure problems and financing projects, not only in transportation, but also in the sectors of agriculture, energy and telecommunications, for example. With Asian countries as its main shareholders - China, Russia and India - the AIIB represents an alternative towards traditional financial institutions such as the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank (WB).

2 HISTORICAL BACKGROUND

In order to understand the impacts of the One Belt, One Road Initiative in the Asian continent, we must analyze the dynamics of infrastructure and trade throughout history, from the first interactions between east and west till the colonialist expansion in the XIX and XX centuries. China was the centre of the economic relations between the states in the region till the XIX century, being isolationism the main feature of Asian continent. The colonial massive penetration only occurred in this century, even though European presence can be pinpointed since the XV century, mainly due to the contact established through the Silk Road. This route - which had a terrestrial and a maritime branch - emerged from the gradual trade connection between eastern and western worlds.

With European capitalist development, the needs for expansion widened, prompting the powers to seek new markets to penetrate and exploit. In this way, the openness of the Asian continent is intimately connected to the expansive needs of capitalism. The great powers sought the dominance over strategic zones, mainly the sites where the Silk Road used to run. In this sense, Central Asia and Southeast Asia - with its port cities and strategical maritime narrows - were two target areas chosen for facilitating colonial trade.

2.1 The Ancient Silk Road

The Silk Road was an exchange route, which extended through Asia, Europe and Africa, dating from centuries BC but emerging as a strong and dynamic centre of economic activity only during the Han Dynasty. This Dynasty was the second Imperial power in China – ruling from 206 BC to 220 AD –, preceded by the Qin Dynasty, and was considered a key element for the promotion of the Ancient Silk Road. The main significance of the road relies on the fact that it permitted trade between West and East to arise vigorously, enhancing economic prosperity and cultural exchanges, as it blended different religious, artistic and political conceptions. Briefly, "the history of the Silk Road is a narrative about movement, resettlement, and interactions across ill-defined borders" (Waugh 1989, 9).

It all started through the silk-horse trade. Agricultural activity was characteristic of the Eurasian south, while nomadic herding was the main activity in the steppes. Nevertheless, climate change and political conflict with other nomadic peoples led to population displacements westward. Between 600 and 400 BC, horseback riding developed in the Eurasian steppe - particularly on the north border of the agricultural zone - not only for locomotion purposes, but also for military ones. Thus, it is within this period, when these

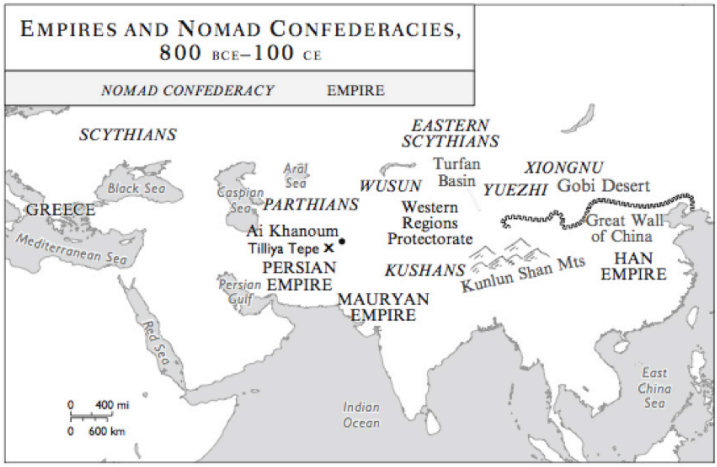
cavalries appeared, that systematized trade and contact along the steppe began (Liu 2010).

With the development of nomadic cavalry, looting of millet, wheat and silks proliferated, mainly on the three states of northeastern China: Qin, Zhao and Yan. Aware of this reality, such states appropriated the nomad's military tactic, giving rise to the need for good horses. Yet, their societies did not have neither the ability nor the appropriate pasture to breed these types of horses - for military purposes (Liu 2010). Consequently, they had to exchange it by some other good, which was the silk, spreading the fame of Chinese textiles beyond the steppe. Therefore, the name "Silk Road" originates from this interchange between silk and other merchandise, where the former was well-known by the Chinese people and considered rare and valuable by the nomads on the western steppe (Lourido 2006).

The commercial expansion initiatives also originated in the West. The first significant contact between east and west was launched by Alexander the Great, who spread Greek influence to Central Asia through his conquests. Nearly the III century BC, his empire already reached from Greece in the west to Egypt in the south, and passed through Iran to northern India. When Alexander lost his domains, new powers ascended to control his conquers: the Romans dominated the western part of the empire, and the Parthians - who belonged to today's Iran -, the eastern half. On the same period, China dispatched an envoy to Central Asia - Zhang Qian -, who became the first documented Chinese to get in the region (Mitchell 2017).

The Han Dynasty was responsible for the first major Chinese expedition to Central Asia. During its ruling, China's territorial integrity was threatened by turbulences between different nomadic groups, which led the dynasty to send an agent westward to establish alliances against the ones who threatened its sovereignty (Liu 2010). The envoy was Zhang Qian, well-known for the route - identified as the Silk Road - that he opened, which passed the south of the Tianshan Mountains, through the Yumen Pass in Gansu, and through the Gobi Desert. Thus, the initiative consolidated the importance of the Silk Road and the connection between East and Central region. Furthermore, the envoy's reports permitted China to expand its power on the west, till today's Uzbekistan. After Zhang Qian's expedition, the Han Dynasty started to send political and economic missions to the countries west of its territory, commercializing silk and cotton in exchange for horses (Lourido 2006, Mitchell 2017).

Image 1: The main powers throughout Asian Continent



Source: Liu 2010

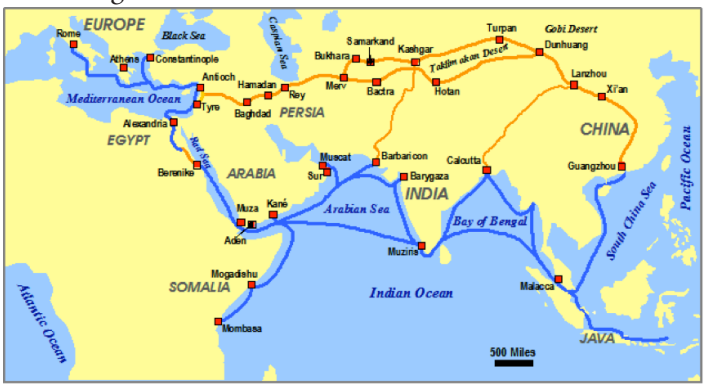
The strengthening of continental empires increased stability on land routes: the Han Chinese Empire in the Far East, Roman in the West, the Kushan Kingdom from Afghanistan to North India, and the Persian Empire (Lourido 2006). However, when these empires dissolved, the trade fluxes got impaired, since the merchandises had to pass through states that imposed different taxes. The viability of trade on the silk route augmented throughout the building of well-established regimes that could guarantee security in the region. Hence, the moments of instability were the ones where the vacuum of a great power existed. Nevertheless, exchanges through Silk Road continued, and were once again intensified in the VII century, when China was under the Tang Dynasty and Islam occupied Central Asia (Mitchell 2017).

The Silk Road also had a maritime branch, and its use was directly linked to the history of the land-based route. Whenever political instability threatened the merchants who used land-based routes, they drawed the trade to the sea (Lourido 2006). The maritime course had two different paths, one that extended from China to the East China Sea connecting to the Korean peninsula and Japan, and other from China to South China Sea, Southeast Asia, South Asia, Arabian Sea, Indian Ocean and the Persian Gulf (Cimsec 2016). Like its overland-based route, the Maritime Silk Road was used since the ancient times, fact that is verified, for instance, by the presence of silk in Japan approximately in 200 AD.

In the Han Dynasty, the city of Panyu (today's Guangzhou) was the main navigation entrepot of the Chinese Empire to Southeast Asia. A mariti-

me link was established between the peninsula of Leizhou (today's district of Yexian) and Huangzhi in India, and from there merchandise would be sent towards Arabia and the Mediterranean, passing through the ports of Vietnam, Thailand, Malaysia and Burma (Lourido 2006). Trade across the seas was a tendency in pre-colonial times, and China had an important role in promoting it during its different dynasties. In the Tang Dynasty, the importance of Guangzhou increased, due to the stability experienced on the period. Under Song control, China was considered to have one of the most important ports of the world, in the Zayton region, as relevant as the ones in Alexandria, Soudak - in Crimea - and two others in India.

Image 2: The maritime and terrestrial Silk routes



Source: Absolute China Tours 2017

The XIII and XIV centuries marked the period of Mongol domination, in which "much of Eurasia came under the control of the most successful of all the Inner Asian dynasties whose homeland was in the steppes of Mongolia" (Waugh 1989, 16). On the beginning of the XIII century, Genghis Khan, leader of the Mongols, conquered from China to the Mediterranean. His grandson finished his job by conquering and uniting China, which resulted on the complete dominance of the Silk Road by the Mongol Empire in the end of the period (Mitchell 2017). The Mongol Empire, which encompassed China, Central Asia and the Middle East, made the Silk Road land route easier to cross.

The land silk route was used from its opening by the Han Dynasty to its closure in 1453 A.D by the Ottoman Turkish Empire, which, according to Cassel (2006) interrupted trade with the western areas after defeating the Byzantine Empire. Following the collapse of the route, Europeans strived to find a sea alternative to the land-based Silk Road. Even though trade conti-

nued along certain parts of the course, most merchandises began to be commercialized through the sea, and the land routes lost their previous relevance (Mitchell 2017). The Chinese protagonism on the maritime Silk Road also crashed: The Ming dynasty and its isolationist policy towards navigation gave Portugal the opportunity to emerge as a key actor in this scenario. Hence, Macao was strategically founded by the Portuguese near the city of Guangzhou, the previous terminal of Sea Silk Route, turning them into intermediators between China and abroad (Lourido 2006).

2.2 The Expansion of Colonialism in the Asian Continent

The colonial presence in Asia in the mid-XIX century was a result of the development of capitalism on the European continent, which created the need to search for new markets and raw materials for its products. This expansion was then essentially commercial, with financial relations only appearing at the turn of the century. However, for the products to circulate in the region, the European powers needed to develop an infrastructure that could meet their commercial demands. In this way, Russian presence in Central Asia was responsible for the development of railways, roads and cities, which facilitated trade by land. The English and Dutch presence, for instance, led to the domination of port cities in Southeast Asia as well as important straits where commercial routes passed through.

2.2.1 Investments in Central Asia

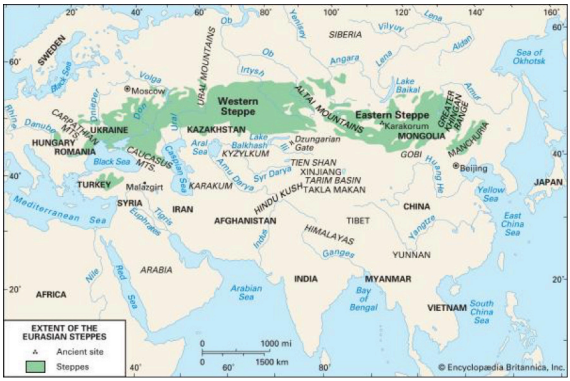
After the Mongol Empire, the vacuum of power characterized the years that followed in Central Asia, since there was no hegemonic nation that could control it as a whole - in spite of the proximity with several great powers, such as the Persians, the Ottomans and the Russians. That changed in the XIX century - through Russian massive penetration in the region - when Central Asia became the stage for the Great Game, which was essentially the dispute between Britain and Russia for supremacy in the area. Russian conquests in Caucasus and Central Asia were considered a threat to British power in India, leading to the strengthening of protection in Indian colonies (Duarte 2012). Russia's colonialist movements may be considered the last phase of its expansion, giving rise to an asymmetrical relationship between the Russian power and the states in the region (Forniau and Poujol 2005).

The geography of colonization was aligned to the economical and strategical objectives of Russia, developing new economic activities, such as mining and the oil industry, and redirecting the investments to the cotton production and the building of railways. Briefly, the Russian empire was engaged in constructing infrastructure that would allow its insertion in the

region, and these changes turned these Central Asian territories into colonial economies, dependent on the interests of the Russian empire (Abdurakhimova 2005).

Along the Eurasian steppes, the most important areas, in terms of economic and strategic relevance, were the eastern and western sides. On the former, the Irtysh River appeared as a key waterway, since it permitted an active trade with China and Mongolia. In the west side, the axis connecting the Aral Sea to Orenburg, and the region in between the Ural river and the Caspian Sea can be highlighted as the most significant areas. From the steppes to Transoxania, the linkage was provided by the region of Semirechye and by the basin of the Syr Darya, characterizing two important lines for colonial power. The Ferghana region and the Persian boundary, on the southern part of Russia's domains, also acquired great relevance for the country's permanence in the area (Forniau and Poujol 2005).

Image 3: The Eurasian steppes



Source: McNeill 2017

In terms of transportation, between 1880 and 1906, several railways and waterways were constructed, which led to the emergence of industries along these routes. The Trans-caspian military railway was built in 1888, followed by the Samarkand–Andijan line, with a branch to Tashkent, in 1898, which enabled the first to run from the Caspian to the Ferghana valley. This valley was the most important cotton plantation area, accounting for one third of all irrigated lands (Abdurakhimova 2005). Hence, considering the relevance of this valley, the significance of a railway that linked it to other territories is evident. The Russian empire committed itself in augmenting the irrigated lands, and did it by extending the canals, digging new systems and constructing new dams (Forniau and Poujol 2005).

The Russian presence in Central Asia resulted on the development of the region's infrastructure. Without Russian maintenance and building of several corridors throughout these areas, probably the states that compose it would not have today's format. Hence, even though a colonialist dependence had emerged, the Russian Empire led Central Asia to today's cohesion, conquering the territories and developing the site where the ancient land-Silk Road ran.

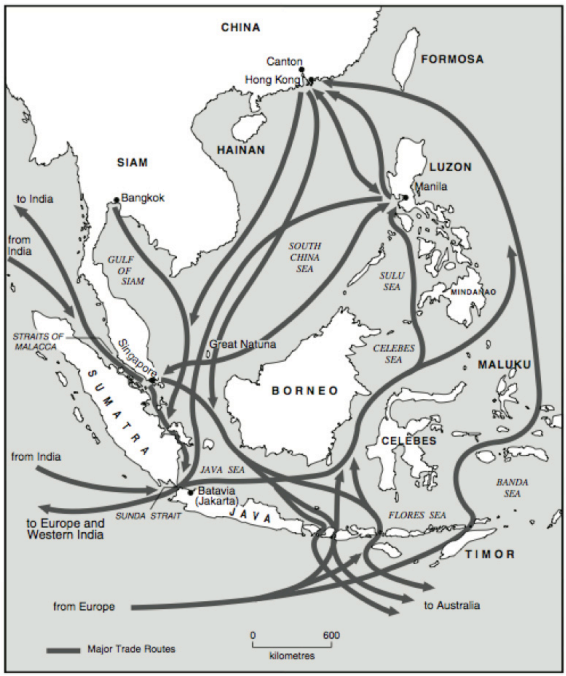
2.2.2 Southeast Asia

From XV to XIX century, Southeast Asia gradually experienced the presence of European powers in its territories, establishing a colonialist relationship with them. For instance, the Treaty Ports were unequal agreements, which forced port cities, mainly in Japan, China and Korea, to open its ports to foreign trade. By the 16th and XVII centuries, the maritime routes became subject of dispute between the Portuguese, Dutch, and British. The dominance of ports along these routes enabled the conquerors to establish themselves on these zones and to profit greatly, as they controlled the channels of maritime trade, allowing them to demand monopolies over specific goods, charging the merchant vessels (Facts and Details 2013).

Southeast Asia was divided between Netherland, France, Britain and the United States, and they controlled respectively, Indonesia, Indochina, Malaysia, Burma, Singapore and part of Borneo, the Philippines and Guam. Malacca Strait was one of the most important passages disputed by the western powers, as it served as the main corridor between the Indian Ocean and the South China Sea. In 1511, Portugal dominated Malacca, followed by the Netherlands, in 1641, and finally it went under Britain's control, in 1867. The Singapore Strait was as important as the Malacca Strait, since it linked the South China Sea to Malacca, passing in between Singapore and Indonesia (Chew 2011).

Britain had great influence over the Southeast Asia region. In 1786, the British East India Company occupied the island of Penang on the Bay of Bengal, seeking out to safeguard the growing commercial relations with China and to guarantee British presence in the Malay Archipelago. The main issue was that the island was too far to become a central settlement, hence, the British had to search for another potential entrepot, which led to the occupation of Java - that belonged to Dutch control - on the beginning of the XIX century. Under Dutch rule again, Java was no longer an alternative for the Britain's aims, fact that engaged the British once again on the search for alternative strategically located sites near the Straits (Dick and Rimmer 2003). Therefore, in 1819, the British conquered the island of Singapore.

Image 4: Maritime connections in the XIX century



Source: Dick and Rimmer 2003

The success of the new entrepot was evident: excellent location, which led to its emergence as a commercial center in the region. Towards this reality, the Singapore Strait gained even more relevance and Singaporean exports experienced a huge increase, turning the city into the pivot for the trade from Indochina, China, Thailand, Malay Peninsula, Indonesia and Europe. Hence, Singapore acquired a major role in the sea-trading scenario: it became the gravitational center which Intra-Asian trade would surround. On the other hand, Java could be seen as a peripheral part of Asian commerce, as it represented an outlying island of the Atlantic trading system (Dick and Rimmer 2003).

In sum, the colonial presence in Southeast Asia pepped maritime trade networks, especially intra-Asia ones. Since the ancient times, these maritime routes had been of great relevance for trade in the region, being used by China in the years BC and dominated by colonial powers mainly on the XIX century.

2.3 The XX Century: economic changes and infrastructure development

The events that unfolded during the XX century represented remarkable changes, not only in Asian history itself, but as well in the development of infrastructure investments in the region. From the outbreak of two World Wars to the processes of independence and the emergence of the Soviet Union in Central Asia, the continent embarked upon a new period of economic and political changes in which transportation infrastructure was profoundly affected.

2.3.1 The dynamics of Southeast Asia in the XX century

Asian political history, during the first half of the XX century, is deeply marked by two primordial phenomena: foreign domination and, therefore, lack of sovereignty. As a result of the absence of national autonomy, transport development in the region was strictly dependent on Western capital and technology; infrastructure was primarily responsible for improving imperial trade with the prerogative of fastening transportation between the colonies and the foreign empires. Even though investment rates differed substantially across colonial Southeast Asia, it is possible to trace a pattern: infrastructure connected local hinterlands to trading ports, doing little at improving real national integration. The imperial countries had no reasons to invest in projects that would not improve imperialistic exploitation or trade in the region (Dick and Rimmer 2003).

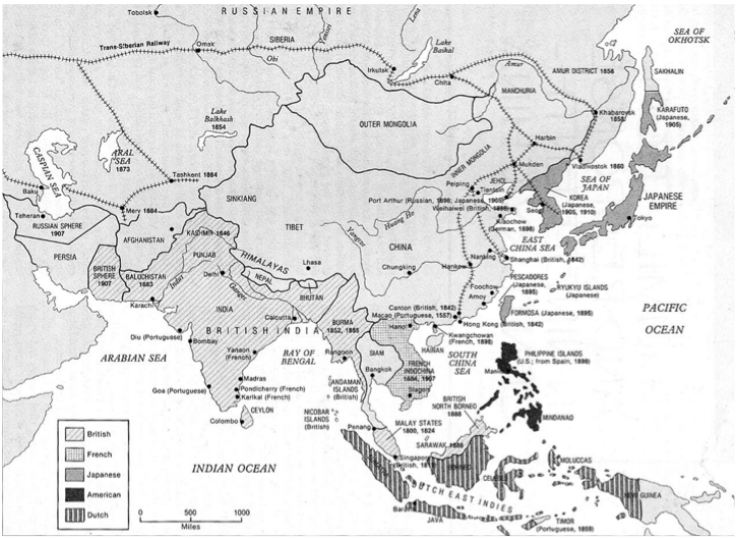
Based on an export-oriented economy, colonial Southeast Asia was profoundly associated to the Indian Ocean. Its major shipping line was the route, via Suez Canal, from Europe and East North America to China and Japan, passing through the Southeast Asian straits. The colonial governments invested in port infrastructure - such as dock facilities and expansions to support larger ships -, developing and creating port-cities that soon became of fundamental importance for maritime trade. Cities like Singapore, Bombay, Hong Kong and Shanghai expanded and acquired great significance in global and intra-Asian trade (Chew 2011).

During early XX century, the introduction of railways represented the major transformation in Southeast Asia's freight technology. In 1900, around 5000 kilometers of tracks had been constructed, most of it in the Dutch island of Java and, by 1930, the region's railway length had increased to around 20000 kilometers. Since then, construction ceased and the network did not change very much until the 1990s. The railway system in Southeast Asia was simple and scattered, doing little at integrating the region like the Indian and Japanese rails did; only Thailand, with a skeletal network,

was capable of promoting a bigger national integration (Dick and Rimmer 2003).

Throughout history, Thailand – formerly Siam – became the only Southeast Asian nation to have never been colonized by foreign powers. Nevertheless, Western influence in the region led to many reforms and concessions: from the end of the XIX century a new Thai nation was built under European models. Both French and British claimed Thai territory, which had its borders shrunk and became a buffer state[6] among a colonial ruled region. Even though it embraced, under many unequal treaties, a semi-colonial control, Thailand's independence was essential for the expansion of its railways, acquiring a network that contrasted from what was mostly seen in the rest of the region (Baker and Phongpaichit 2014).

Image 5: Colonialism in Asia



Source: Bos 2013

While subordinated to British authorities, India slowly evolved into an empire capable of fighting for its own interests, "often forcing the home government into policies with which it was not in entire agreement" (Panikkar 1961, 111). India was the location from where British power could expand across the region, thus it stood at the center of the European country's

6 One of the factors that contributed to Thailand's independence was its geographical location: standing between both British and French possessions in Asia, the country became a buffer state in order to prevent any clash between the two European countries (Baker and Phongpaichit 2014).

policy in Asia; it emerged as a powerful state with an efficient and organized bureaucracy. Foreign exploitation was clear, but the country managed to develop, with local institutions and authorities, certain autonomy, a fact that contributed to the densification of its railways. The Indian system was considered an exception when compared to other colonial networks: it ranked among the most advanced and largest in the world, both in length and density (Panikkar 1961).

In the 1920s, road transportation began to undermine rail's monopoly, becoming an ideal way to fill the gaps that could not be completed by railroad connections. During colonial times, French Indochina possessed the best road structure in the region, being its main route - the "Mandarin Road" - a highway connecting the Chinese border, passing by Hanoi, to its southernmost regions. Road construction, which represented a cheaper investment, was the leading responsible for the slowdown of the expansion of railways, and the region's economic growth increasingly started to rely on them (Dick and Rimmer 2003).

The conclusion of the Second World War, alongside the Japanese withdrawal from its occupied territories, brought the end of colonial rule to the Asian continent. The devastation of two subsequent World Wars led to the downfall of Western domination; the European powers were lacking the necessary strength to regain control over its possessions in Asia, and emancipation movements started to emerge. In a few years, most of the colonies became free of direct foreign domination: the Philippines in 1946, India and Pakistan in 1947, Ceylon and Burma (currently Sri Lanka and Myanmar) in 1948, Indonesia in 1949, Indochina in 1954 and Malaysia in 1957 (Jeffrey 1981).

The 1960s represented the emergence of a new period marked by remarkable changes in Asia's economic history. In a few years after the complete end of colonial rule, East and Southeast Asia became the fastest growing region in the world. This achievement can be contributed to a select group of eight countries: South Korea, Singapore, Hong Kong, Taiwan - the so called "Asian Tigers" - Japan, Thailand, Indonesia and Malaysia. Through a mixture of government intervention and high levels of private investments, they obtained rapid and sustainable growth. After periods of internal turbulence – such as regime changes and institutional ruptures – the results of economic progress began to improve income distribution and increase human welfare (World Bank 1993). These countries were able to grow more than twice as fast as the rest of the continent and, as industrialization and development spread across the region, the new Asian economies started to seek for its position in the international economy, deeply transforming the Asia-Pacific region (O.Flynn and Giráldez 1998). When the importance of transpacific

economy grew, Southeast Asian commercial flow was gradually shifted away from the Indian Ocean and the continent was dragged into a new order centered around the Pacific region, which is, up to this day, vital for international trade (Chew 2011).

The introduction of containers to maritime freight represented one of the most significant changes in international trade in the XX century, of equivalent importance as the arrival of steamships in maritime navigation. After World War II, by making it possible to transport large amounts of goods in one single package, containerization increasingly facilitated global commerce, standardizing dimensions and dramatically reducing costs (Hummels 2009). This process was only introduced to Southeast Asia in 1972, but it rapidly improved its integration and fostered trade. Singapore became, once again, the major shipping hub in Southeast Asia and by 1990 it became the second largest port in the whole world. In sum, after overcoming foreign exploitation, Southeast Asia started to evolve into a region that registered remarkable rates of economic growth; with many challenges still to be overcome, it started to seek for its place in the new global economy (Dick and Rimmer 2003).

2.3.2 Chinese infrastructure in the XX century

China, on the other hand, managed to maintain its independence across the colonial period. However, a series of unequal treaties with foreign powers roughly debilitated Chinese sovereignty. While having many peripheral regions and important commercial hubs under foreign control, its territorial integrity, and thus autonomy, was harshly affected. In 1912, the Qing dynasty saw its collapse, preceding the inauguration of the new Republican China established by the Nationalist Party - or Kuomintang. Chinese economy prior to 1949 was able neither to sustain economic growth nor to increase human welfare; the impacts of the modern industrial sector and transportation were insignificant and its economy could still be described as predominantly agricultural (Feuerwerker 1983).

Chinese economy was heavily undermined by the absence of an efficient transportation network. Whereas the country saw the development of its railway system, it did not have the necessary length or distribution, a fact that increased production costs and decelerated trade (Feuerwerker 1983). Railroads - 93% of them controlled by foreign investors - grew from only 360 to 13.000 kilometers between the years of 1894 and 1927, the great majority of them in Manchuria and eastern China (Lin 2001). The same pattern observed in Southeast Asia persisted in the Chinese territory: in order to export Chinese raw materials and bring foreign industrial products, railways connected trading ports to hinterland regions (Feuerwerker 1983).

When compared to other Chinese regions, Manchuria can be considered a far better connected territory: its railways accounted for over 50% of all tracks constructed during the aforementioned period (Feuerwerker 1983). Increasingly, from the end of the XIX century, the region went under both Russian and Japanese ambitions due to its growing potential as an economically fruitful territory. The Russian Empire established control over zones in Manchuria after constructing, in the late XIX century, the Chinese Eastern Railway (CER) and its southern branch, named South Manchurian Railway (SMR). This route represented a shorter path, across Chinese territory, between the Transiberian railway and Russia's most important port in the east, Vladivostok. This situation eventually led to the outbreak of the Russo-Japanese War in 1904 and Russian defeat put an end to the country's rule over the area within the SMR (Kotkin 2010). After the Second Sino-Japanese War (1933-1936), the region of Manchuria came under full Japanese rule when it created Manchukuo, a puppet-state controlled by Japan. Across the years of the first half of the XX century, Manchuria became an important center of investments. It quickly became the most industrialized region in China, a fact that contributed to the development of its dense transportation network and to the prominence of eastern regions in the Chinese economy (Feuerwerker 1983).

The development of roads suitable for motor vehicles was not seen before 1912; but in 1937, 116.000 kilometers had already been constructed in China. Even though the highway network achieved a better regional distribution than railways did, inland regions were still very dependent on traditional forms of transport, and before 1950 the provinces of Xinjiang, Qinghai, Ningxia, Sichuan and Tibet, in western China, had no railways connections at all. In south and central China, water transportation – based on a combination of junk boats and steamships – still represented one of the most important transportation means, while interport freight was mostly controlled by foreign enterprises. In sum, across the republican era, the great majority of goods were still transported by traditional means of transportation (Feuerwerker 1983).

The years throughout the first half of the XX century represented a period of internal turbulence; invasions, revolution and civil war took place in China (Feuerwerker 1983). In 1949, the communists, led by Mao Zedong (Mao Tse-Tung), put an end to the conflicts and proclaimed the People's Republic of China, building a strong and centralized state in a country that had been disunited for decades. The regime led by Mao Zedong was able to accomplish a remarkable rate of economic growth, putting back into track a near-collapsing economy. By mid 1950s, short-term problems had already been addressed and the Communist Party began to put into practice develo-

pment programs – such as the Five-Year Plans – in order to tackle structural issues; living standards started to improve and a modern industrialization process was taking place. During the first decade of the Maoist Regime, the Soviet Union played a major role in the industrializing process that took place in China. Development programs emulated the Soviet model of socialism, while technology and engineers were frequently sent from the URSS in order to assist Chinese plans that followed the Soviet path, which focused on the development of infrastructure and heavy industries (Teiwes 1987).

The inauguration of the People's Republic of China represented a new phase of infrastructure investments in the country. Its development during this new period was largely the government's role and financed by public funds. Railways length nearly doubled between 1952 and 1970, from 22.900 to 41.000 kilometers. Road construction had an even bigger increase, growing from 126.700 to 636.700 kilometers in the same period of almost 30 years. Despite the crescent investments in transportation, infrastructure development was still very uneven across Chinese regions: the eastern provinces, mainly around cities like Beijing and Shanghai, were very privileged when it came to overland connections (Lin 2001).

For a long time, Chinese provinces in the west have always had its economic development hampered by the distance from the sea and its geographical difficulties. Plans to connect western China to eastern provinces through railways began to be put into practice during this period. In 1953, the Longhai railway, which began to be constructed in 1905, was put into operation, connecting the port city of Lianyungang to Lanzhou, the capital of the northeast province of Gansu. From 1952 to 1962, the revolutionary government started to build the Lanxin railway, bringing further the interrupted path from coastal China by connecting Lanzhou to the capital of Xinjiang, Ürümqi. Even though the key aspect of transportation in the west has always been to connect it to the Pacific Ocean, those railroads were part of a Sino-Soviet plan to link western China to Central Asia via Kazakhstan; however, as the relations between those two countries deteriorated during the Cold War, the project was put aside for decades (Otsuka 2001).

In 1978, the Chinese government, now led by Deng Xiaoping, introduced a series of economic reforms, inaugurating a new phase of economic development. By re-establishing diplomatic relations and joining international institutions – such as the World Bank and the IMF –, China was slowly integrating itself to the world's economy. When it inaugurated Special Economic Zones (SEZ)[7], China further extended its commitment to global

7 The Chinese government established, in a group of cities, Special Economic Zones (SEZ), in which government rules were loosened and the economy followed a more market-free orientation, encouraging foreign investment and technology (Bramall 2000).

reintegration, attracting foreign investment and promoting exports. In the following decades, the country grew at considerably high rates, managing to achieve rapid and sustainable growth at historically high levels (Bramall 2000).

When compared to other periods in history, infrastructure investments grew at a much slower rate from 1978. This can be contributed to the fact that Maoist investments almost entirely inaugurated infrastructure development in the country, thus it was completely natural that construction pace would decline throughout the years. However, when considering the economic progress fostered by Xiaoping's reforms, current infrastructure soon became a bottleneck for development: utilization rate in railways increased from 9.5 million tons per kilometer in 1978 to 15.3 million in 1988, while road traffic grew around 28 per cent annually. Just like before, these deficiencies could be better noticed in western regions, where many villages lacked minimal connections and the province of Tibet was still not connected to the national rail network. The rapid economic growth cannot be attributed to infrastructure development as public spending in the sector clearly declined; the Chinese government only recognized these flaws in the 1990s, when, in 1996, the level of investment became eight times higher than it was in 1978 (Bramall 2000).

2.3.3 Central Asia and the Soviet control

After decades of Russian domination, Central Asia became not only a source of raw material, but also a consumer market for the growing Russian production. Colonial policies integrated the region to capitalist dynamics, negatively affecting local manufactures and causing the collapse of traditional values (Fourniau and Poujol 2005). As the global demand for cotton grew, transportation was responsible for turning Central Asia, a former isolated region, into a highly specialized economy and one of the world's greatest cotton producers. Railroads have been a key modal of transportation in Central Asia, not only during Tsarist period but also throughout the decades of Soviet rule, and the inexistence of highways, along with the low traffic in the Caspian Sea, contributed to this importance (Taaffe 1962).

The major infrastructure project in the XIX century, the Transcaspian railroad, did not connect the region to European Russia, therefore it was not able to fasten interregional trade and lower its costs. In 1901, a direct line to Europe started to be constructed, finally connecting both regions; in only a few years, the Kazalinsk route, as it was called, was handling 61% of all the cotton exports – becoming the dominant artery in Central Asia. The emergence of a more efficient transportation network fostered economic growth and urbanization; trade expanded and the region witnessed great

industrial development, mainly in sectors based around cotton processing (Taaffe 1962).

The participation in the First World War resulted in devastating consequences to the already weakened Russian Empire, which witnessed the broke out of a revolution that led the Bolshevik communists to power in 1917. The Soviet control over the region was completely restored only in 1922, after the end of the civil war, when the USSR shaped new national-states by delimiting borders according to its own interests, creating the political configuration that lasts until this day, organized around Kazakhstan, Kyrgyzstan, Uzbekistan, Tajikistan and Turkmenistan (Golden 2011).

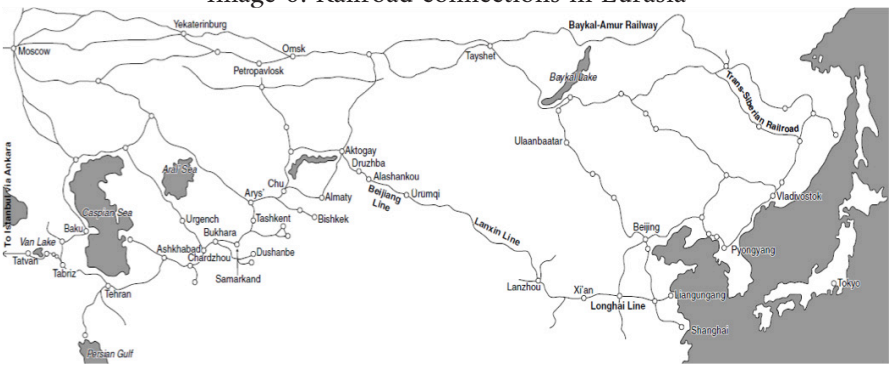
After the October Revolution, Central Asia's specialization – mainly around cotton, but also based on raw materials such as minerals and gas – was strengthened by Soviet policies, which, among other things, used railroad construction to integrate former isolated regions into the dynamics of production. Even though internal links played a considerable role in enhancing economic activity, it was the interregional ones that impacted Central Asia's economy the most. In order to fill the demand for lumber and grains, an old plan to connect the region to Siberia through a railroad was put into action in 1927. The Turkestan-Siberian route began to operate in 1930 and, in a few years, the direct link with Siberia became of vital importance for the growing specialization of Central Asia, providing efficient access to raw materials and leading to an economic boom in its eastern regions (Taaffe 1962).

There was a clear lack of communication between the regions of great economic importance in Kazakhstan and other parts of Central Asia; most of the commodities produced in the Kazakh territory did not have access to other Central Asian republics simply due to the absence of effective transportation between them. The Trans-Kazakhstan route, which began to be constructed in 1931 and was only fully completed in 1953, was partly responsible for finding a solution for this problem. It had the main goal to strengthen commerce between Kazakhstan and the rest of Central Asia, mostly with the provisions of coal from Karaganda, in northeast Kazakhstan. However, in comparison to other links in the region, the Trans-Kazakhstan did not become a route of considerable importance in the Central Asian network (Taaffe 1962).

The establishment of new railroads did relatively diminish the importance of the Kazalinsk route, yet it was still of utmost relevance for the trade between the region and European Russia. It handled the great majority of all exports of Central Asia, transporting most of the one million tons of cotton - three-fourths of all Soviet textiles - shipped in the year of 1959, as well bringing great quantity of industrial goods from the industrialized Soviet regions. On the other hand, transportation in the Caspian Sea was never of

great importance for Central Asia, and its relative significance decreased even more during Soviet years. The central government attempted to diversify maritime transportation, but there was no success: in 1955, non-petroleum trade in the Caspian Sea reached about 1.6 million tons, contrasting with the 18 million tons shipped through overland transportation. The reasons for the low maritime traffic laid mainly in three reasons: high costs and delay, distance between ports and the most dynamic economic regions and the freezing of the northern part of the Caspian Sea during winter seasons (Taaffe 1962).

Image 6: Railroad connections in Eurasia



Source: Otsuka 2001

Since the collapse of the Soviet Union, in 1991, the Central Asian new independent republics were left with a Russian-centered railway network, having most of its route north-south oriented. Although it worked during Soviet control, this configuration was not adequate anymore, lacking the necessary links with other important neighbors, such as China and Iran. In 1992 the Chinese government finished the Beijiang line, which linked Ürümqi to Alataw Shankou, at the Kazakh border, bringing together Chinese railways to Central Asia's network. Crossing the Kazakh town of Druzhba, this route reached the city of Aktogay, the main railway hub of the Turkestan--Siberian railroad; this link further connected the network to the Kazalinsk route and to the Trans-Siberian railway, completing the path to Russia and, finally, to the European continent. This project was later extended to the construction of an "Eurasian transport corridor", connecting coastal China to the port of Rotterdam, through Central Asia and Russia - it was inspired by the construction of the Trans-Siberian railroad in 1970, which connected eastern Russian ports to European regions. Despite the fact that connections existed, many improvements had to be made before the path across Central Asia could be actually defined as a true land bridge (Otsuka 2001).

In 1996, a 300 kilometer route was completed between Serakhs, at the Turkmen-Iranian border, and Mashhad, in Iran. By connecting the Turkmenistan's network to Iran, the landlocked Central Asian countries made the access to the Persian Gulf possible. West from Tehran, railway lines went all the way to Turkey and to the Bosphorus Strait. However, it is important to highlight that, neither the path between the former Soviet republics and the Persian Gulf, nor the long-haul to Istanbul represent uninterrupted paths: as there are many gaps, different rail gauges between the Central Asian republics and Iran are a time-consuming problem and these countries face great difficulties in achieving the route's full potential (Otsuka 2001).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

Investment in infrastructure in China has become one of the pillars of growth of the country's economy. China has strengthened infrastructure and internal integration in the early XXI century. In addition to that, the country has invested a lot of resources abroad, mainly in neighboring countries, fomenting regional integration in the Asian continent.

The One Belt One Road (OBOR) Initiative corroborates this Chinese expansionist project. It is partly driven by the need to sustain investment in the country. The idea of the Chinese Government is to recreate the Ancient Silk Road, with a physical route connecting East Asia to Europe. Also, the project involves a maritime route that intends to enhance trade and integration of the region, connecting China to South Asia and East Africa.

A project of such dimensions takes time and money to run. It requires the encouragement of international investment banks such as Asian Infrastructure Investment Bank, Asian Development Bank (ADB) and even the World Bank. The AIIB particularly was largely created to attend the needs of OBOR, embracing itself as the economic and financial governance support of China's new broader strategy. With that in mind, the following analysis will focus on the differences between two of the main international banks of the Asian continent – the Asian Infrastructure Investment Bank and the Asian Development Bank – to explore the role of the financial institutions in the regional ambitions. It will also focus on the investments China has made in the past 40 years and what is the country's expectations for the next years, mainly in the overseas interests, headed by the One Belt One Road Initiative.

3.1 The Asian Infrastructure Investment Bank

The Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) is a new multilateral financial institution founded to bring countries together to address the daunting infrastructure needs across Asia. As an investment bank, AIIB offers fi-

nance for sound and sustainable projects in energy and power, transportation and telecommunications, rural infrastructure and agriculture development, water supply and sanitation, environmental protection, urban development and logistics (AIIB 2017).

The creation of the AIIB is the result of a movement of greater Chinese prowess in the world. A consequence of the country's economic, political and military rise has been the assumption of a more leadership role within global order. Buzan (2012) argues that "there is one rising China that seems to want to join the existing international society and work within to reform it, and another that seems much less comfortable with the existing international society, and has a rather old-fashioned and self-fulfilling realist view of how great powers should behave". The new Chinese-led bank is an example of the first strategy.

The Chinese have had multiple aims in establishing AIIB. The most important one is to help meet East Asia's need for increased infrastructure development funds. Not only that, the bank also represents part of China's effort to "democratize" the international order, bringing important strategic implications for China's relations with countries in the region (Park 2016).

Although the AIIB is an initiative to develop the international financial system restructuring, it is also embedded in the current International Financial Institutions (IFIs) which still are central today. However, the difficult adaptability of those to accommodate the emerging world, and especially China's rise, was one of the reasons to create the AIIB. The governance structure of existing IFIs, heirs of the post-World War II Bretton Woods agreements[8], was evolving too slowly. An important agreement to increase the resources of the IMF, and to raise the voting shares of fast-growing emerging markets, has taken five years to be ratified by the U.S. Congress. There's also ongoing frustration with the alleged lack of focus on infrastructure and growth by the World Bank (Dollar 2015).

The Asian International Investment Bank can represent a contrast in this context. One clear contrast it has when compared to pre-existing IFIs is its center of gravity: close to the heart of the Eurasian continent, with China, Russia, and India as the top three voting shareholders (Wan 2016). Besides from global governance, there is also the question of China's economic projection to the world. The AIIB reflects China's new eagerness to institutionalize its official lending abroad strategy, which has been generous but contentious. If the new institution did not exist, China would continue lending more money bilaterally. It has instead invited outside participation, precisely

8 These institutions, created in 1944 in the dying days of World War II, capture the geopolitical realities of a time when the world was dominated by the United States and a few other Western economies (Subramanya 2015).

because it wants the respectability such partnerships offer (The Economist 2016a). At the same time, the more members China is able to attract to its IFI, the more pressure there is on Beijing to follow the existing international practices. It is a mutual quest for legitimacy.

The Chinese Government provided 30 percent of the new bank's capital (approximately US$30 billion in capital subscription), representing the largest share. The authorized capital stock for the bank is US$100 billion, which represents about half of the WB's and 2/3 of the ADB's capital stock (AIIB 2015). To reinforce this influence, AIIB is the first multilateral bank that does not have the United States and Japan as partners, but includes major economies in the Asian region, such as South Korea and Australia.

It is also important to recognize the AIIB's role within the One Belt One Road initiative. It is the financing arm of this ambitious project and acts as the spearhead of China's OBOR initiatives (Zhu 2015), which will be discussed later. In January 2017, the AIIB finished its first year in operation, and an assessment by Forbes summarized its experience saying that China has therefore been able to advance its soft power, expanding its economic interests while gaining acceptance on the world stage. Because of that, the AIIB one-year anniversary can be said to be a successful one (Hsu 2017).

Another important international bank in the Asian region is the Asian Development Bank. It is an Asian financial institution created in the 1960s to encourage economic growth and cooperation in one of the poorest regions of the world. Initially, the bank focused much of its assistance on food production and rural development. However, new needs have emerged, requiring a wider scope of assistance - reaching not only more countries, but also different areas of the economy (ADB 2017).

The ADB includes the United States as a member and it has Japan as its main shareholder. With Japanese economic and industrial recovery in the 1960s, the fate of Asia began to change. Japan largely invested in Asia and, by lending, it created better economic opportunities. Thus, Japan became a role model for East Asian economic surge in the end of the XX century (Malik 2014).

China – as the main shareholder - is now trying to reach a similar influence that Japan has had with the ADB. Therefore, the AIIB becomes a great tool to enhance the Chinese power by funding development projects in the nations with which the country has trade ties or with which it wants to improve trade ties (Park 2016).

3.2 The Chinese Recent Economic Growth

Since the late 1970s China has moved from a closed, centrally planned system to a more market-oriented one that plays a major global role.

According to Li Yang, Vice President, academic member and professor of the Chinese Academy of Social Sciences (CASS), there are four main factors that determine China's economic growth in the past few decades, leading the country to become this major driver of the global growth (Yang, 2013).

The first is a series of gradual economic reforms that have been taken place in the country, especially since the beginning of the 1990's. It includes the modernization of the financial sector, the allowance of private investments in several areas of the economy and reforms in the fiscal and in the exchange rate system – increasing the inclining Chinese economy towards marketization.

The second is the crescent present of foreign investments in the country. Foreign Direct Investments (FDIs) have positive impact on economic growth. In China, for example, the FDI net inflows increased from US$3,487 billion, in 1990, to US$249,859 billion, in 2015. The Chinese Gross Domestic Product[9] (GDP) also had a boom in the same period, growing from US$360,859 billion, in 1990, to US$11,065 trillion – becoming the second largest GDP in the world, only behind the United States (World Bank 2015).

The third factor is the continuously improved economic structures. China's major drivers of economic growth are the industrialization and urbanization. These two processes require great amount of investment, and infrastructure is a substantial portion of it - involving railways, roads, airports, water, energy and rural projects. The last one is the high savings and investment. Historically, during the process of industrialization, as the income grows, the savings rate (ratio of savings to GDP) tends to increase (Yang 2013).

3.2.1 Infrastructure development in China

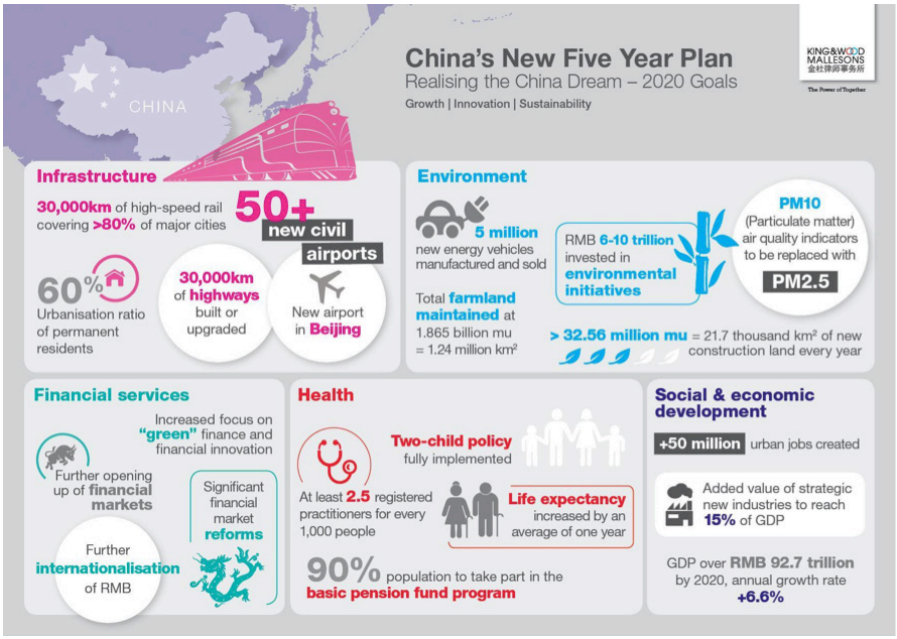
China's investments were characterized by a series of social and economic initiatives that started in 1953 with Mao Tse Tung – shaping the Chinese as a planned economy for decades. The initiative runs until present days, and it's called the Five-Year Plans. The goal of China's First Five-Year Plan (1953-57) was to strive for a high rate of economic growth and emphasize development in heavy industry (mining, iron manufacturing, and steel manufacturing) and technology (like machine construction) rather than agriculture (Mack 2016).

To achieve the goals of the First Five-Year Plan, the Chinese government opted to follow the Soviet model of economic development, which emphasized rapid industrialization through investment in heavy industry

9 Gross Domestic Product (GDP) is the total market value of all final goods and services produced in a country in a given year, equal to total consumer, investment and government spending, plus the value of exports, minus the value of imports (Investwords 2017).

(Mack 2016). The Soviet model ended up not being the best alternative for China's development due to cultural changes the country was facing by the time. However, the Five-Year Plan structure continued to be put in practice – encouraging the economic growth of China through industry, agriculture, transportation and commerce.

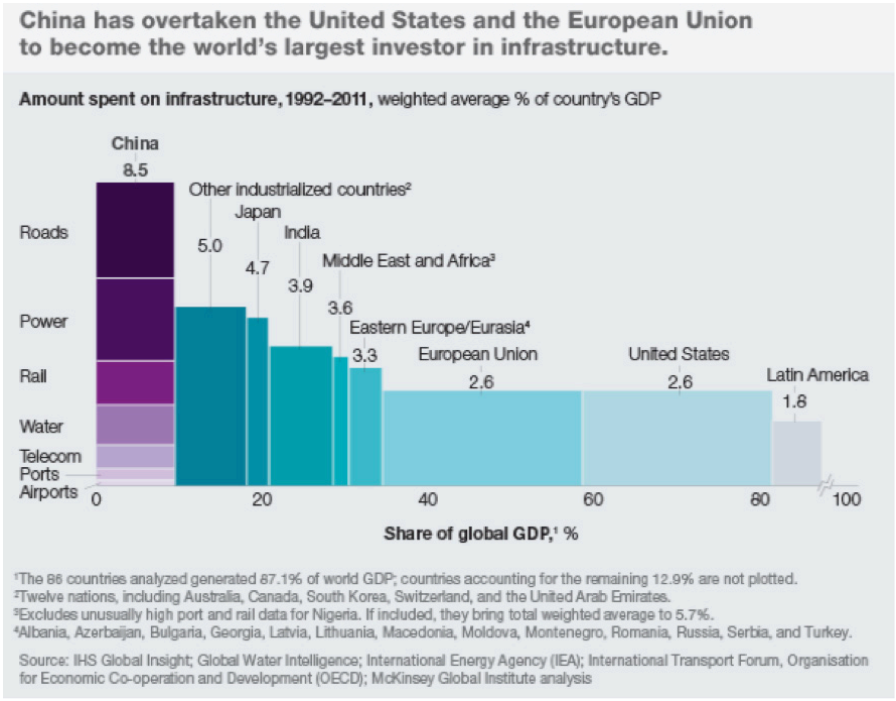
Image 7: China's New Five-Year Plan



Source: King&Wood Mallesons 2016

The country is now in its 13th edition of the Five-Year Plan (2016-2020). The proposals attain many sectors like industry, transport, finances, health, environment and even the military, setting guidelines and targets for China's growth. Some of the highlight proposals include the promotion of new energy vehicles and electric cars production levels rose. Also, competition is planned to be improved in national monopoly sectors, like energy, electricity, petroleum and transportation. The plan's targets also tend to strengthen international coordination of macroeconomic policy and to open even further financial markets (An 2015).

Image 7: Amount spent on infrastructure (1992-2001), weighted average % of country's GDP



Source: Chen, Matzinger and Woetzel 2013

As seen above, infrastructure development remains a top priority for China's government, which has long recognized that a modern economy runs on reliable roads and rails, electricity and telecommunications (Chen, Matzinger and Woetzel 2013). Such plans intend to bring the entire nation's urban infrastructure up to the level of infrastructure of a middle-income country[10]. The internal integration of the country from east to west has also great importance in this process, reducing the differences between these areas by building infrastructure that allows a bigger flow of raw material, goods, services and people.

The New Five-Year Plan has much to offer to businesses in China and internationally. In line with China's ambitious One Belt, One Road Initia-

10 The world's Middle Income Countries (MICs), which are defined as having a per capita gross national income of US$ 1,026 to US$ 12,475 are a diverse group by size, population, and income level. Middle income countries are home to five of the world's seven billion people and 73% of the world's poor people. At the same time, middle income countries represent about one third of global GDP and are major engines of global growth (World Bank 2017).

tive, urbanization and infrastructure investment remain high priorities with plans to coordinate regional development in road, rail and port infrastructure, in order to tie the country together. The Plan also highlights a strong focus on innovative infrastructure and green development. (King&Wood Mallesons 2016) These planned expansions will stimulate other nations to cooperate

3.3 The One Belt One Road Initiative

The One Belt One Road (OBOR) initiative is central to Xi Jinping's - China's current leader - foreign policy, with the aim of creating what the Chinese call a "modern Silk Road" trading route that the government believes will be the starting point of "a new era of globalization" (Phillips 2017). Differently from its original version, which focused mainly on trade, the OBOR could also include the flow of financial services, information, technology and people (Cooley 2016). The vision consists in a "belt" as a planned network of overland road and rail routes, oil and natural gas pipelines, and other infrastructure projects that will stretch from China, through Central Asia, and ultimately reach as far as Moscow, Rotterdam, and Venice (Kennedy 2015).

The other part consists in a "road" as its maritime equivalent: a network of planned port and other coastal infrastructure projects that dot the map from South and Southeast Asia to East Africa and the northern Mediterranean Sea (Kennedy 2015). China is supposed to be the main connector between these routes, and it intends to improve the flow of products across the region, reaching and including new markets. The area that will be incorporated in the initiative is going to reach 65% of the world's population, 33% of the world's GDP and 25% of the global trade of goods and services (Chen, Matzinger and Woetzel 2013). The projected investment for OBOR will be US$1.4 trillion, about 12 times larger than the Marshall Plan[11], which was about US$ 120 billion in current value (Zhu 2015).

Being first and foremost a Chinese initiative, it is important to analyze Beijing's perspective on the project. The OBOR initiative is closely related to China's development plans. During the country's economic boom, its provinces have not experienced an equal level of development, which was concentrated on the Eastern part of China. However, China's New Silk Road focuses on the West, and that also includes its Western provinces, mainly the sensitive Xinjiang Uyghur Autonomous Region (The Express Tribune 2017). The non-Han[12] region has been closely related to terrorist attacks in China and has been a challenge to be fully integrated into a Han-dominated country (Clarke 2016). Placing its capital, Urumqi, at the center of the OBOR initia-

11 The Marshall Plan was introduced by the United States to help Western Europe to reconstruct after World War II. Also, being an important vector for foreign economic and political influence, it has been compared to the OBOR initiative (Shen 2016).

12 The region is multi-ethnic and made up mainly of Uyghurs, who are mainly Muslim and

tive has a developing effect that fulfils Chinese interests. Following behind are the Eastern Chinese provinces, which will take part in most of the investing for the project and are already mobilizing themselves towards it. For example, Fuzhou, the capital of coastal Fujian province, has told its companies to "start businesses in the countries and regions along the maritime Silk Road"; similarly, many big state-owned enterprises (SOEs) have a department specifically for OBOR, in the hope of getting money for their projects (The Economist 2016b, online).

The New Silk Road also takes part in China's shift in economic policy as the country tries to increase domestic consumption in relation to investment – that is, create a stronger and larger middle class. Within a delicate transition for China's past decades of unprecedented growth, lies OBOR. It can help prevent investment from falling too fast during China's structural reforms and give use to its excess capacity. If there is an abrupt movement on how Chinese expenditure is composed, Chinese growth can be crushed before consumption can catch up to compensate. Therefore, rather than a new investment-led model of growth for China, OBOR is an important stabilization mechanism to aid China's period of economic transition to a more consumption-led model of growth (Lo 2015).

Also, it is important to recognize the role of foreign direct investment (FDI) as a tool for foreign policy: Philippe Le Corre of the Brookings Institution reminded that "[m]ost Chinese foreign direct investments are not normal direct investments. With a few exceptions, they just happen to have the whole Chinese State behind them" (Johnson 2016, online). OBOR contracts are now more likely to involve Chinese firms managing the infrastructure they build, rather than (as in the past) building them and simply handing them over, which creates long-term relations with countries receiving its FDI (The Economist 2016b). This, however, is still a challenge to overcome, as it requires Chinese managers to work overseas and the need to acquire management skills which the Western economies have better developed, such as marketing, branding, and especially human resources - Chinese managers will have to deal with tougher labour legislations in the EU, for example (Taylor 2017).

Influence is, arguably, the most important aspect of the OBOR project. Walking hand in hand with the AIIB, the initiative signals the new order in the global economy China wants to build. Over the past twenty years, its different economic framework has been slowly challenging the American one, which treats every exercise as a zero sum game, i.e. one where they must win

identify mostly with other Turkic peoples in Central Asia. This ignites conflicts China is trying to avoid by maintaining firm dominance on the region and trying to shape an identity in Xinjiang which is closer to China (BBC 2014).

and someone else must lose (ONeill 2017). The Chinese approach, on the other hand, is perfectly encapsulated in President Xi's terminology of "win--win". The Chinese argue that the Marshall Plan was a means of rewarding America's friends and excluding its enemies after World War II. OBOR, they boast, is open to all (The Economist 2016b).

An important shift for East Asia's geopolitics was Trump's withdrawal of the Trans-Pacific Partnership (TPP), which had been largely coordinated by the Obama Administration. An ambitious mega project to promote free trade and integration of the Asia-Pacific economies, it had a subjacent task of counterbalancing Chinese influence in the region, more so because China was not one its members. It competed with the ASEAN-centered RCEP (Regional Comprehensive Economic Partnership), which was also backed by China, as a project towards the anticipated Free Trade Area in Asia-Pacific (FTAAP) (Kuo 2016). The abandoning of this long-negotiated agreement is set to have big negative impacts on U.S. leadership in the region, significantly improving China's economic and political position at the expense of the vacuum left by the United States, which will give the OBOR project stronger support for a Chinese-led Asian order (Gomez 2017).

The American and Chinese interests on contemporary subjects are currently quite divided with the new American president Donald Trump. His isolationist policies have been an opportunity for more Chinese leadership in the world order. As Gardels (2017) states,

> [Trump's] "America First" policy promises protectionist tariffs and walls, as well as a retreat from trade, climate pacts, and perhaps, even long-standing military alliances. With Europe mired in inward-looking disarray, that leaves China as the one major power with a global outlook. Ready or not, China has become the de facto world leader seeking to maintain an open global economy and battle climate change (Gardels 2017, online).

OBOR has therefore less political obstacles in its way. It will treat Asia and Europe as a single space, and China, not the United States, is its focal point. The New Silk Road is already beginning to challenge the notion of Europe and Asia existing side by side as different trading blocs (The Economist 2016b). Therefore, it is important to see its impact on the regions which connect these continents.

3.4 The One Belt One Road Initiative outside China

The immediate neighbors of OBOR's starting point are the countries of Central Asia, in which China has great interest because of their energy

supply. Beijing's role in the region changed dramatically in the 2000s: China became Central Asia's most important trading partner, and Beijing turned into the region's main external creditor (Cooley 2016). There are similar interests between both China and Central Asia regarding security and stability, something the OBOR project is going to have to assure for its investments. Most importantly, the initiative is an opportunity to project the landlocked region's economy towards the world. Investment is needed for the region's outdated Soviet infrastructure, which was left to be governed by new independent states that turned to corrupt autocratic regimes (Bregel 2003, International Crisis Group 2011).

The growing Chinese presence in Central Asia is particularly delicate to Russia, which regards the region as its natural sphere of influence. Initially, the Kremlin did not give the OBOR initiative or the AIIB positive feedback, fearing a mutual distrust between China and Russia, which maintain a good relationship and strive together for a more multipolar world order. However, China acknowledged Russia's concerns and agreed to make some concession to adjust Moscow's needs, followed by Russia's endorsement of OBOR and its joint declaration with China on coordinating and linking OBOR to the Eurasian Economic Union (EEU)[13] in the middle of 2015 (Bingxing 2017). Central Asia, on the other hand, seeks to reap benefits from a larger number of options on their negotiating table. Many Eurasian countries view OBOR as a critical initiative to avoid becoming dependent on Moscow. Georgia is an example, since its anti-Russian sentiments, which traditionally meant pro-Western policies, are now translating as a vigorous cultivation of ties with China (Cooley 2016).

A region of great interdependence with China is Southeast Asia, which is represented by ASEAN (Association of Southeast Asian Nations)[14]. This region has significant importance not only for the Belt, but also for the Road of the OBOR initiative. At the same time, it seeks to develop its land and maritime infrastructure. As Wong (2017, online) puts it,

> For ASEAN member countries, the initiative will help address an infrastructure deficit, and lift industrial development. While the formation of the Asean Economic Community in 2015 is bringing Southeast

13 The EEU is a new economic bloc composed by ex-member of the Soviet Union, namely Kazakhstan, Kyrgyzstan, Belarus and Armenia. It has its origins in Russia's initiative to maintain influence and cooperation between ex-members of the Soviet Union, which it still considers nowadays its sphere of influence. However, the project has been failing as the narrative of further integration it proposes is far from being fulfilled (Michel 2017).

14 ASEAN is an economic and political union which integrates Southeast Asian countries (Brunei, Cambodia, Indonesia, Laos, Malaysia, Myanmar, the Philippines, Singapore, Thailand and Vietnam). A big trading partner for China, the bloc has been at the center of Asian regional cooperation despite its territorial disputes with China in the South China Sea (Kuo 2016).

> Asian economies together as a single market and production base, the belt and road initiative will offer further integration by developing physical infrastructure and a robust trade regime. The region will be ideally positioned to sit at the centre of global value chains (Wong 2017, online).

In South Asia, there is special Chinese cooperation with Pakistan, a country caught in the middle of a prolonged geopolitical and security quagmire, bordering Iran and Afghanistan and struggling politically with a long rivalry with India. The indo-pakistani conflict leaves both sides claiming for the Kashmir region, whose Pakistani-controlled part is the territorial link between Pakistan and China (Shah 2017). A partnership with China signals a possibility of economic development for Pakistan, at the same time assuring more security in the country, as the penetration of Chinese investment will be accompanied by surveillance and monitoring systems (Shepard 2016, Singh 2017). Similarly, for Iran, the OBOR will help to fight its geopolitical isolation from the Western world order. Sri Lanka is also a fundamental station on the Maritime Silk Road, looking at China as an opportunity to distance itself from Western and Indian dependence. Naturally, these alliances alienate India and push it to a strategic mistrust towards China, especially because of its disregard for India's alleged sovereignty in Kashmir.

Finally, there is the ending point of OBOR: Europe and, specifically, the European Union (EU), China's largest trading partner. The continent, despite its lower dependence on building infrastructure, is in a moment of economic stagnation. OBOR signals a rise of a multipolar world Europe wants to be a part of – specifically, as a more autonomous pole. The New Silk Road is of special interest for Central and Eastern Europe, which see it as a gateway for development and whose countries are competing for the important role of linking Asia to Western Europe (Sárvári and Szeidovitz 2016). The New Silk Road is set to integrate Eurasia in an unprecedented way, but its ambitions and high standards will have to be achieved through cooperation among the plurality of actors involved in it. This will demand profitable and smart investments and a strive for Xi's "win-win" strategy within the scope of the Asian Infrastructure Investment Bank.

3.5 The Possible Impacts of the OBOR Initiative

Economic integration can be defying, but the results of such a challenging project may change the way that countries dialogue with each other. Long term rivals could be allies, transnational problems such as terrorism and water management would no more be a national issue for many countries, the continents will get smaller and the actions in many realms are going to

be faster. Such a complex initiative has many problems and is going to have different impacts in accord to each region that it concerns, the projects it executes and the order of conclusion of such projects.

3.5.1 East Asia

The OBOR initiative could lead to a great integration between both Koreas with a high-speed railroad connecting both countries to China and Russia, connecting the Korean Peninsula as a hole. Japan is losing ground as a major power in Asia, with most countries enjoying, though with reservations, the OBOR project.

Japan is aligning with India to offer another option for those countries to receive what OBOR is creating, infrastructure and integration. Both countries endorsed the Vision Document of the Asia-Africa Growth Corridor, project product of a partnership to develop investment in infrastructure along an axis between Japan, India and Africa, a competitor for the New Silk Road Initiative (OBOR) both in Asia and in Africa. (ERIA 2017, Bhattacharjee 2017)

East Asia by itself is not going to receive much investment. Most of it is focused on supplying China and Korea with a route to Alaska by Russian far-east, and connecting energy grids from Russia to their most important regions, especially the coast. The project is going to help Russia explore better its Siberian reservoirs of gas and oil and connect it with the major industrial zones in its European region. Besides, the OBOR is going to permit Russia explore and have a major control of the Arctic Ocean and exploration, achieving most of Russia's pretensions in the region (Conley and Melino 2017, Hillman 2016, Baev 2017).

3.5.2 Southeast Asia

ASEAN is both a hindrance and a great partner to China"s ambitious project. The Asian view of international relations give us a clue why that' is the case. The association members have great deficits in infrastructure, at the same time they are one of the fastest growing regions in the world, with an average growth of 5% per year in the last four decades. (Lee 2015). China is willing to reach the third biggest market in the world (ASEAN 2016) and it will be the focus of a great part of the XXI century Maritime Silk Route Economic Belt as shown in the map below:

Image 8: Routes proposed for the "new Silk Road"



Source: Chen 2013

With the cooperation of ASEAN, China will have great economic integration with a booming region and a barrier against external aggression; here is where the hindrance joins the scene. ASEAN members have great support of the United States Pacific Command (PACOM), and recently friction between them and China in South China Sea could lead to more confrontation backed by USA (The Heritage Foundation 2017).

The block is not homogeneous in its treatment with China, with countries like the Philippines being more aligned with US, and others like Cambodia with China, most being a mix of economic interdependence with China and military cooperation with USA. The group aim on the non-dependence, both military and economic, from neither great powers, pursuing non confrontation, development, peaceful problem solving methods and dialogue. Developing greater economic ties with China is viewed as almost inevitable, but the countries are trying to construct a framework of independence and cooperation with the economic superpower (Ciorciari 2009).

It seems that China is succeeding at working together with ASEAN despite their friction, and some important projects such as high-speed trains and ports are being constructed in the region. Both sides are negotiating matters that do not imply confrontation, delaying those that are more sensitive for both sides (Wong 2017).

The chinese approach to the region wills to diversify the way it connects with the world, giving the country more safety in trade and diminishing the restrains that single countries alone could create, especially the

US. As well, creating more routes enhance not just the quantity of goods and services transacted, but also the quality of the trade, with shorter and faster transactions, integrating markets and societies and overflowing the presence of China abroad (Zecha 2016).

3.5.3 South Asia

The China-Pakistan-India border experienced some of the tensest conflicts in Asia along the XX century and is an issue till today, with mistrust in both sides. China's support to Pakistan made things more complicated between China and India, the two largest markets in the world. Caution is the doctrine of India when handling matters that involves Beijing. (Ba 2014) Pakistan already received investments and projects inserted in the One Belt One Road initiative, due its economic and political proximity, but India is holding Chinese projection in its territory:

> As matter of fact, China's assertive desire to pull India to support this genuinely ambitious initiative to transform Asia will be incomplete if New Delhi fails to buy into these Chinese narratives in support of OBOR. The inherent problem lies in Beijing not comprehending India's apprehensions and sensitivities, which discourage New Delhi to come forward wholeheartedly and support the initiative (Rajan 2017, online).

India still understands China as a treat to its sovereignty and the occupations of territory and border dispute, especially in Aksai Chin and Arunachal Pradesh, are a live memory of the constant tension in the borders. On the other hand, the project is too ambitious to let the second largest population in the world out of it. India could be a great ally to share the cost of the project and a stronger position in the region to establish an Asian arrangement without foreign intervention (Rajan 2017, Kawashima 2017).

The connection between Iran and Myanmar is important to create a ring of logistic infrastructure in Asia, favoring integration with the Middle East and the Southeast Asia. China would be able to trespass the Himalaya in 3 points, Pakistan, Bangladesh/India/Myanmar, and the Central Asia. The absence of an agreement in South Asia would hurt the integration as a whole. The Ring is a win-win for almost every country, facilitating the trade of goods and services, helping growing countries to acquire energy and their own exports (Kawashima 2017).

The Indian Ocean is important for China's defense, as it is a way out of the continental landmass in case of siege. The construction of a mass of infrastructure in South Asia, connecting the Indian Ocean to China would

allow the country to access resources in case of war and low the relative damage of losing its ports in the Pacific. Reaching the region is great for the Security, Economic and Political relations of China with its around (Nalwa 2016).

3.5.4 Central Asia

China sees the region of Central Asia as the center for its expansion towards both the Middle East and Europe, passing by Russia or the Balkans. According to the IMF, official trade volumes between China and Central Asia exploded - from just under $1 billion in 2000 to over $30 billion in 2010 and then $50 billion in 2013. The reason is that the region is halfway to both Europe and Russia and has huge oil and gas fields. The infrastructure connects the markets of Europe, which China exports to, and the Central Asian huge oil and gas fields, which exports oil and gas to China (Florick 2017).

As showed in the image 11, the infrastructure in the region is a hand fan, encompassing more area and countries as it goes farther from the mainland, connecting West China to other regions beyond central Asia as well. Pipelines connect the Caucasus to Afghanistan. Railways connect Iran and Kazakhstan. The region got and will get more integrated, with other regions and with itself. Having escape routes was always a strategic goal for the People's Republic of China, and integrating this region with its "backyard" and towards south, gives China capabilities to overcome enemies by having access to Indian Ocean, as well as the Pacific Ocean. (Florick 2017, Salacanin 2016, Jian 2017, Kawashima 2017)

The region has periodical crisis, those being political, due terrorism or climate, and it`s hard to predict how to stabilize the first two. China has economic power over Central Asia but it is Russia who has the military strength and political influence to protect investments and assets. The Shanghai Cooperation Organization (SCO) gives the region an international umbrella in both security and economic aspects (Aris 2009).

The lack of trust that the region would pay the debts has always been an issue and China's plans for overcoming it had already shown results. First China is financing by itself some projects, but, by multi-financing the projects with a mix of public and private funding, hedged by the government, it can both low the cost of loans and compromise less of its own resources, allowing more funds to other projects.

One of the biggest challenges is to create infrastructure in such inhospitable region with low-qualified staff in the countries, to both construct and operate it. China's plans are seeking to solve such problems by using its own personnel in the construction sites and training indigenous.

Image 9: Connections in Central Asia



Source: Farchy 2016

3.5.5 Middle East

The Middle East is going to have a more important role in the next few decades, both producing energetic resources and being a route from China to Europe, as it was in the Ancient Silk Road. The control of choke points and straits are a concern of China, making the stability of the region and good relations with the countries an important task. According to Wang Jian (2017):

> First, China and the countries of the Gulf have formed a strategic mutual trade relationship. In 2015, China imported one-third of its oil and liquid gas from the Gulf. These countries (Iran, Iraq, and the GCC) have become China's most important oil suppliers, accounting for 60% of its imported oil; at the same time, China has become the second largest oil export market for these countries. It is estimated that China's oil and gas import dependency will reach 67% in 2020. Meanwhile, because of shale gas and other factors in North America,

> the US is expected to decrease its oil imports from GCC countries, and the GCC will lose its position as the largest oil supplier to the US and Europe. Thus, the Asian Market, especially China, is vital to these countries, and the strategic trade relationship will push forward mutual trade and investment (Jian 2017, online).

The connection of the region with Central and South Asia is important for the goal of connecting Europe to East Asia. There are not enough ports and railways today to make such integration. Agreeing about the control of the seas is, too, an important issue. The region will be a hub for both the Maritime Silk Road and the Silk Road Economic Belt (Jian 2017). Connecting rivals will be a challenge and facing political instability within and between the countries will require caution and patience.

The Gulf Cooperation Council (GCC) see in the OBOR an opportunity of diversifying its economy and integrate the region in a deeper way. The sovereign funds can benefit of loans, and the economies shall benefit from technical cooperation in fields like new energy, space satellites and nuclear energy (Jian 2017).

3.5.6 Africa

The region is receiving massive amounts of Foreign Direct Investment coming from China. The Asian country has three major goals: export its industrial overcapacity, change from a low-tech industry to a high-tech, and diversify its assets portfolio not to rely on U.S treasure bonds (The Guardian 2017).

> To retain the same level of output per capita, China must now produce more output per worker than during the period of demographic dividend. One way China aims to achieve this is via shifting domestic low-cost labor-intensive production abroad and moving into higher value-added industries and services. Wage comparison between one of China's labor-intensive manufacturing hubs, Guangdong province, and those of an emerging industrial park in Ethiopia tells the story of why Africa is in focus for realizing the former objective. (Johnston 2016, online).

African countries would absorb China's overcapacity, some countries in southeast Asia as well. African countries have, however, less capabilities to achieve better agreements with China, which doesn`t mean that they are not win-win agreements. (Sun, Jayaram and Kassiri 2017) Besides, Japan and India are going to invest in Africa to compete with China, not allowing it dominates the investments in infrastructure as its going to try in Southeast

Asia (ERIA 2017, Johnston 2016).

Having allies in Africa and security cooperation is going to permit China have a more reliable access to the Indian Ocean and the channel to Europe by the Red Sea. Djibouti is the first country to receive a Chinese military base outside its surroundings, and is strategic to provide support to OBOR operations between Indian Ocean and Europe (Panda 2017). China became Africa's main trade partner by 2009 and arise as one of the most influential countries in the region, cooperating with dozens of governments and providing aid and loans for infrastructure and social programs (Johnston 2016). Africa is one of the best ways that China could diversify its economy, surpass the challenges of an ageing population and overcapacity and still don't face much resistance due African development from a commodity supplier to a low-tech industrial facility. Perhaps is the best example of Chinese win-win vision about the OBOR (Johnston 2016, Sun, Jayaram and Kassiri 2017).

Some countries are still protective and don't want to be passive on receiving investments, willing to a more democratic way of developing with Chinese help, but not becoming a neo-colony of China. OBOR in Africa led to a dilemma where China needs stability in the countries it invests in, African countries don't want foreign interference in domestic affairs, neither China want to, but Chinese programs in Africa are strengthening governments that are not building a social stability and economic trickled-down effect, which leads to more inequality and a less stable society (Johnston 2016, Wu, Alden and Sidiropoulos 2017).

3.5.7 Europe

Europe's trade will boost up when integrated with Asia. The transnational companies of Europe will be able to make a cheaper and deeper international division of the work, rising the dynamics of the continents economy, reaching cheaper commodities and cheaper intermediary goods.

The Piraeus port in Greece, one of the biggest in the Mediterranean, already received major investments from China, making it possibly the most dynamic sea port in the European Union and the spear head of China's trade with the block. Turkey is going to step side-by-side with Greece as the major entry point for Chinese plans in Europe, willing to evade dependency over Russian infrastructure. China plans to build other ways to reach the continent, by Turkey and Africa. Cooperation with the European block is crucial, without its support, it would be difficult to integrate 3 continents alone. (Tanchum 2017).

The presence and cooptation, by the U.S., of Europe for decades undermined European projection in the world. The continent left Central Asia almost untouched, while was present as a henchman of USA in other regions

like East-Southeast Asia and the Middle East. China is now presenting the EU with a chance of projecting itself in the international system again:

> The Chinese OBOR initiative presents the EU with a unique opportunity to re-enter the "great game" bringing together its own best practices with Chinese led economic growth, infrastructural development and capacity building. Furthermore, the Chinese Outbound Direct Investment (ODI)—if not steered in the proper direction—does not necessarily entail sustainable development and regional stabilization and could eventually result in long-term adverse consequences for EU policy in its own territory and neighborhood (Arduino 2016, online).

Europe has a long-term vision about integration and development, a long experience that could benefit the fast-growing connections built recently by developing countries, and more now with OBOR. The social and environmental practices of European Infrastructure would diminish the impacts of OBOR constructions, allowing better adaptation with its surroundings.

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

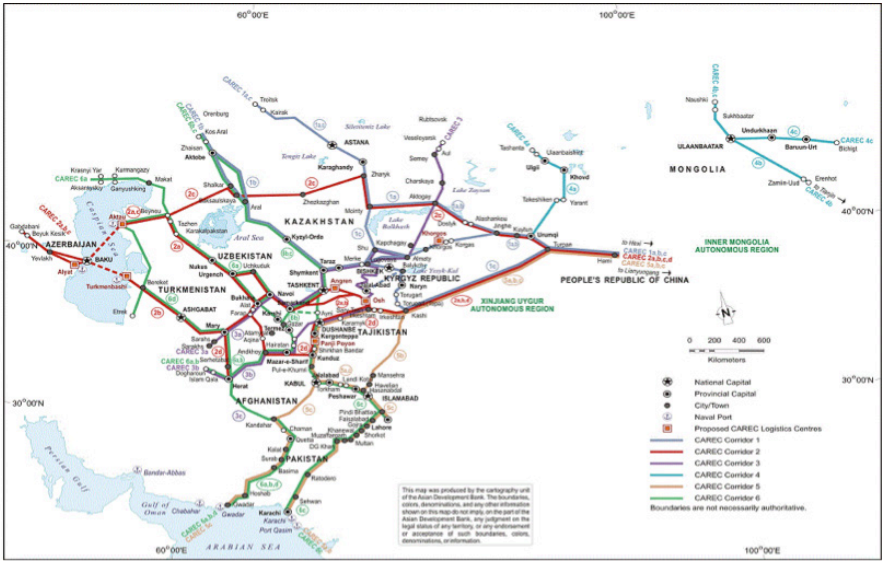
The New Silk Road is not exclusively a Chinese view of Eurasian integration. Despite its rapid revamp since the rise of Xi Jinping's China, the effort of increasing connectivity between Asia and China has been put to place through numerous projects and institutions, some of which are today aligned with OBOR. This section will analyze recent international actions towards Eurasian integration.

4.1 Central Asia Regional Economic Cooperation

The Central Asia Regional Economic Cooperation (CAREC) Program is a partnership of 11 countries (Afghanistan, Azerbaijan, China[15], Georgia, Kazakhstan, Kyrgyzstan, Mongolia, Pakistan, Tajikistan, Turkmenistan and Uzbekistan) and six multilateral development partners (most importantly the Asian Development Bank[16]) and has as one of its priorities the area of transport. Since 2001, the program has mobilized almost US$27.7 billion in infrastructure investments in the region (CAREC 2017a).

15 Mainly the Xinjiang Uyghur Region (CAREC 2017a).
16 The other five institutions are: the European Bank for Reconstruction and Development (EBRD), the International Monetary Fund (IMF), the Islamic Development Bank (IsDB), the United Nations Development Programme (UNDP) and the World Bank (WB) (CAREC 2017a).

Image 10: The CAREC Corridors



Source: CAREC 2017a

In 2012, the institution established the CAREC 2020 (the Wuhan Action Plan), a strategic framework which emphasizes further integration to increase trade and improve competitiveness for the broader Central Asian region. On the transport sector, there was the implementation of a total of 68 medium-term priority investment projects, amounting to US$23 billion, focusing on the sections of the six CAREC corridors that remain in poor condition. There were also agreements to renovate border-crossing points and other movement facilitating mechanisms. The Asian Development Bank plays a role of facilitator and honest broker regarding the implementation and investments for this plan (ADB 2014).

Also in 2012, the World Bank has lent more than US$1 billion for the project entitled "East-West Roads Project (Almaty-Korgos Section)", which is to upgrade the road section between the Kazakh capital and the border with China and is expected to be finished by 2017. The project also aims to modernize highway management along the Western Europe-Western China (WE-WC) road corridor, a broader initiative of road integration between the two continents centred on Kazakhstan – seen in CAREC as the corridor CAREC 1b (CAREC 2017b). Even though WE-WC is backed mainly by Western international financial institutions, the project is aligned today with China's OBOR initiative.

4.2 Transport Corridor Europe-Caucasus-Asia and the Trans-Caspian Transport Route

The Transport Corridor Europe-Caucasus-Asia (TRACECA) initiative is an intergovernmental commission backed mainly by the European Union involving it and 14 member-States of the Eastern European (Bulgaria, Moldova, Romania, Turkey and Ukraine), Caucasian (Armenia, Azerbaijan and Georgia) and Central Asian (Iran[17], Kazakhstan, Kyrgyzstan, Uzbekistan, Tajikistan and Turkmenistan) region. The TRACECA Programme was initiated at the Conference in Brussels, in May 1993, with financing from the EU, aiming at the development of the transport corridor from Europe, crossing the Black Sea, Caucasus, the Caspian Sea and reaching the Central Asian countries (TRACECA 2017b).

The TRACECA programme entails the revival of the Great Silk Road through a European project as countries aim to strengthen the transport corridor. An example of that is the Baku-Tbilisi-Kars Railway Project between Turkey, Azerbaijan and Georgia. This project, which also includes Kazakhstan and China, will transport of energy resources to world markets and give advantages to its three central countries in the international transport industry (Van Dijk and Martens 2016). The new link will shorten the travelling distance between Europe and the Caspian Sea and is expected to be completed by the end of 2017.

This programme, although not having China as a member, has been joined by the Trans-Caspian Transport Route (TCTR), which connects China, Azerbaijan, Georgia, Kazakhstan, Turkey and Ukraine and therefore compliments the TRACECA programme (TRACECA 2017b). This route satisfies the opening of Eurasian transport connectivity which does not involve Russia. It can also capitalize on the potential opening of Iran and increase trade options for the countries involved (Putz 2016).

4.3 The Asian Development Bank (ADB)

The strategic importance of regional cooperation and integration is anchored in the ADB charter. The bank defined its roles in this subject from four perspectives: as a financer, as knowledge provider, as capacity builder and as honest broker (ADB 2016).

At the Asian Development Bank's annual conference in May 2017, the President of the institution, Takehiko Nakao, announced to be willing to work on the financing of the Belt and Road Initiative projects, but warned creditors on the high cost of these future investments. The commitment of two important international financial organizations as the AIIB and the ADB

17 Due to the UN Security and the EU sanctions, since 2010 technical assistance of the EU projects is not provided to Iran (TRACECA 2017a).

can help to diversify the OBOR funding sources and reassure international investors and commercial banks of the profitability of the Belt and Road projects (OBOR Europe 2017).

4.3.1 Study of the Belt and Road Initiative

In June 2016, the Government of the People's Republic of China requested policy and advisory technical assistance (TA) from the Asian Development Bank (ADB) to support the Chinese initiative on Silk Road Economic Belt and the XXI century Maritime Silk Road (ADB 2016).

The TA was approved by the ADB and is going to consist in the realization of a new market opportunity for stakeholders along the OBOR initiative areas. The outcome will be to help place the project in the overall regional and economic integration landscape, using the China-Mainland Southeast Asia Economic Corridor as a pilot case. The study will also provide recommendations on how the OBOR initiative can best coordinate with existing regional cooperation and integration mechanisms (ADB 2016). Consultants and ADB researchers are going to review corridors development experience, the development status of Southeast Asia economies, issues concerning international production network cooperation, connectivity between China and Southeast Asia and regional competitiveness.

Image 11: Cost estimates and financing plan on ADB's technical assistance

COST ESTIMATES AND FINANCING PLAN
($'000)

Item	Amount
Asian Development Bank[a]	
1. Consultants	
a. Remuneration and per diem	
i. International consultants	60.0
ii. National consultants	80.0
b. International and local travel	50.0
c. Reports and communications[b]	20.0
2. Training, seminars, and conferences	
a. Conferences and workshops[c]	120.0
b. Resource persons and survey[d]	50.0
3. Contingencies	20.0
Total	**400.0**

Source: ADB 2016

The technical assistance (TA) is estimated to cost US$ 400.000,00, of which contributions from the ADB are presented in the table. The Chinese government will provide counterpart support in the form of office space and local transport, remuneration and per diem of local support staff, equipment, and other contributions. The value of China's government contribution is

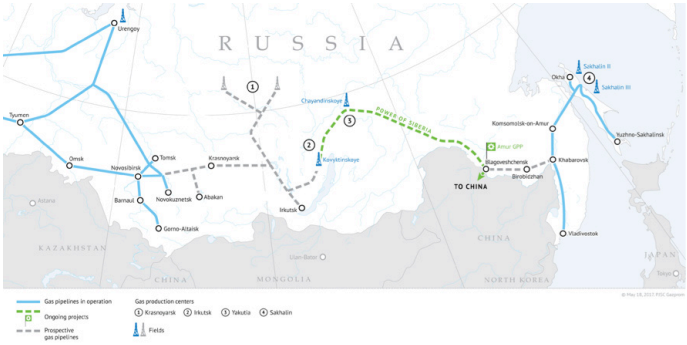
estimated to account for 9.1% of the total TA cost (ADB 2016). The project is still active in the ADB and intends to be concluded in December 31, 2017.

4.4 Sino-Russian Bilateral Deals (2009-2017)

There are several agreements and deals between the Russian Federation and The People's Republic of China in matters of energy and infrastructure. With the ongoing Ukrainian Crisis, started in 2014, Russia suffered with western sanctions and opposition, weakening an economy oriented on oil-gas-exports, in a scenario with low-price worldwide of those commodities. Russian economic debilities forced the government to speed up negotiations with other energy demanding countries, especially China (Luhn and Macalister 2014).

In 2014 the Sales and Purchase Agreement[18] between Gazprom and China National Petroleum Corporation (CNPC) was signed. A huge project with dozens of wells and thousands of kilometers of gas-pipelines between Siberia and China to provide gas for the next 30 years. China is going to share the costs and Russia flexibilized foreign investment laws to foster Chinese investments in infrastructure in a country with low-reserves (Wang 2016).

Image 12: Planned Infrastructure of "Power Siberia" Project



Source: Gazprom 2017a

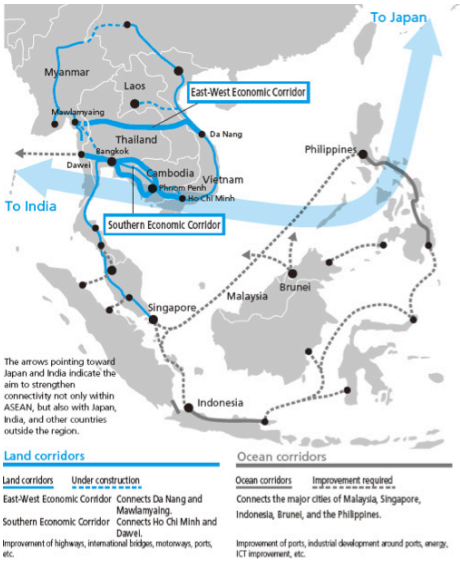
4.5 ASEAN`s Master Plan on Connectivity 2025

The main goal of ASEAN`s Master Plan of Connectivity (MPO2025) is to diagnose bottlenecks in 5 areas: Sustainable Infrastructure, Digital Innovation, Peoples Mobility, Seamless Logistics and Regulatory Excellence, and search for solutions. It is the continued policy of ASEAN to pursue long-term integration, growth and stability within the region and with its surroundings. The plan is the second step after the launch of the MPO2010. One heritage

18 Estimated in 400 billion dollars in 30 years (Luhn and Macalister 2014).

from the MPO2010 is the constant need of the block for investments in infrastructure, especially logistic. (ASEAN 2016a)

Image 13: Routes of ASEAN Master Plan for Improvement of Infrastructure in Southeast-Asia



Source: Japan MOFA 2016

The block need for investments is portrayed in the map above, made by the Ministry of Foreign Affairs of Japan (MOFA) which is a great partner of ASEAN in infrastructure investments and expertise. Initiatives such as the Asian Highway, linking Vietnam to Russia, and the Singapore-Kunming Railroad Link, connecting most countries in southeast Asia, are already operational but far from concluded. The lack of investments is a great issue in the region:

> Given that ASEAN needs at least US$110 billion of infrastructure investment each year to support future growth, the MPAC 2025 aims to help investors seize opportunities in sustainable infrastructure by improving project preparations, enhancing infrastructure productivity and supporting cities in adopting sustainable practices (ASEAN 2016a, online).

ASEAN plan can receive help from China`s OBOR. Most of Chinese

FDI already goes to Asia. (Zhou and Leung 2015). The AAGC initiative from Japan and India wants to compete with OBOR, and the southeast states don`t want to rely only in Chinese initiative (ERIA 2017).

5 BLOC POSITIONS

As it happened with its entrance in AIIB, **Australia** is hesitant to join officially Belt and Road initiative. This is essentially due to the alleged unilateralism of the project, since the economic benefits are unquestionable. However, China and Australia are struggling to establish greater dialogue since 2016, in order to align OBOR to the Australian's national initiative - "Developing Northern Australia" - having both countries recognized the importance of the development of infrastructure in the region, a point of intersection between China's and Australia's national endeavors (Laurenceson 2017). Despite Australia's apparent reluctance to participate on the initiative, the prospects are positive, and its entrance might be led by state governments and by the country's national interests, as the Trade Minister Steve Ciobo argued (Jonge 2017).

Austria perceives the importance of China's One Belt, One Road, not only for itself but for the European Union as a whole. The Eurasian integration can benefit the expansion of free trade agreements and the weakening of protectionism, while the widening of trade routes coming from the east can improve Austrian relations with both China and its Eastern European neighbors. Despite the concern that the Chinese project might undermine local production - a thought shared by other EU members - the Austrian government is willing to cooperate inside the AIIB in order to enhance infrastructure investments in Eurasia (Corre 2017).

Azerbaijan has a strategic geographical position in central Asia, representing an important actor to regional connectivity. This reality might be observed through the role the country plays in different integration projects, appearing as a target in all of them, such as the European Union, the Eurasian Economic Union and, recently, the Belt and Road Initiative. However, not only the initiative is new, but also the Chinese presence in Azerbaijan - these countries don't have an active relationship, which may change with OBOR. When the Chinese initiative was revealed in 2013, Baku responded enthusiastically, seeing in China a new potential investor and a coverage to the gap left by the weakened EU. Since then, China's financing in Azerbaijan has been helping the country to execute its strategic projects. Hence, Azerbaijan is using the Belt and Road Initiative to develop its infrastructure and to benefit from the profits provided by the faster transportation - in 2015, a route from OBOR was used to transport a container from China to Baku's International

Sea Trade Port, arriving in only six days (Valiyev 2017).

The Belt and Road can help Asian countries, including **Bangladesh**, to deepen their integration in global trade. Standing between two regional powers – China and India – the country is part of a key project for the initiative: the Bangladesh-China-India-Myanmar economic corridor, which promotes access to the Indian Ocean. By expanding development in infrastructure through foreign investments, Bangladesh has the opportunity to enhance economic growth and connectivity in international commerce, fulfilling its financial needs. Beside its place in overland integration to the Indian Ocean, the country is also central for the development of the Maritime Silk Road, thus, its ports have great chance of becoming a hub for the expansion of international trade in Asia (Islam 2017).

Cambodia made it clear that it openly welcomes Chinese investments from the One Belt, One Road initiative. The country heavily demands the development of its physical infrastructure in order to sustain and improve its economic growth, perceiving the important role of the Chinese project. Cambodia is inserted in the China-Indochina Peninsula Economic Corridor, and it was the second country - after Laos - in the peninsula that signed a cooperation agreement with China. Since Cambodia is a member state of the ASEAN, the development of its bilateral cooperation with Beijing is of great importance for the expansion of the Belt and Road across the Southeast Asian association (Yuzhu 2017).

The Belt and Road Initiative, according to Rahem Kholeif, Consul of **Egypt**, is aligned to the country's agenda - pursuit of partnerships, people interaction and economic integration -, and boosts the Sino-Egyptian relations. China and Egypt signed a Memorandum of Understanding, which established Chinese investments of US$15 billion in Egypt and concessions to China in the Suez Canal (Zhou 2017). The importance of the Suez Canal to the Initiative relies on its strategic position and economic significance: it links the Indian Ocean to the Mediterranean, through the Red Sea, increasing maritime traffic and trade of goods (Tiezzi 2017). Egypt is aware of this reality, having already planned the opening of six new ports and industrial parks along the Canal (Emerging Equity 2017). Furthermore, the China Fortune Land Development (CFLD) plan, in the area between Cairo and the city of Suez, was approved, and welcomed by Abdul Fattah Al Sisi, Egypt's president (OBOR Watch 2016). OBOR initiative might also be seen as an opportunity to neutralize Middle East's conflicts, according to Rahem Kholeif, as economic integration appears as an alternative towards the failure of diplomatic means and the use of force (Zhou 2017). Besides, the location of Egypt is of great importance to China, since it connects Middle East to Africa.

Representing one of the most important economies in the continent,

the **French Republic** is central for the Chinese view of reaching the strong European Union's market, the world's largest and richest. Considering China's production capacity, it is clear, however, that a wider Chinese insertion in the European market can threaten the EU's industrial base and competitiveness. France, as a result, shares with some of its neighbors the fear that the initiative might be advantageous for Chinese interests only, and more transparency is demanded in order to put it clear the real Chinese expectations in its expansion across the European continent. Still, the French government is a strong supporter of free trade, considering the OBOR an important mean in the battle against protectionism and its barriers; Paris is willing to cooperate and is very interested in the benefits it can possibly gain from joining the project (Corre 2017).

Germany understands and supports India's position, as the German ambassador, Martin Ney, argued that the One Belt One Road initiative pursues China's interests, not free trade as the Ancient Silk Road did (Bagchi 2017). However, the project might provide great profits for the European power, if well used. Many German enterprises view the initiative as an open door for business opportunities, through the expansion of the connectivity with the land and sea routes promoted by OBOR. Angela Merkel, Germany's chancellor, appreciates China's initiative regarding the possibility of wide investments in Europe and its sphere of influence, having the government already sought the establishment of bilateral dialogues with Beijing. Notwithstanding, this reality also poses a threat to Germany's performance in the region, since it might undermine European Union stability by weakening its investments procedures and diminishing the bloc integrity between the states struggling for Chinese investment. Hence, Germany's approach to OBOR is intimately related to its concerns of the range of the project and its geopolitical consequences. For this reason, the multilateralization of the issue is one of Germany's politics towards China's big initiative, avoiding the exclusion of the great European powers (Gaspers 2017).

India is the only major country in Asia that has no significant role on China's One Belt One Road Initiative. This reality is mainly because the project might interfere in India's sovereignty. How? The China-Pakistan corridor runs over territories claimed by India, in the Pakistan-Kashmir area. Hence, OBOR implicates not only economic but also geopolitical consequences, giving rise to old rivalries and possibly breaking regional stability (Madan 2017). One of India's efforts when it joined AIIB was specifically related to this issue: by a provision, it was established that any financing project enhanced in disputed areas should be under the agreement of both parts. To better understand the country's reluctance to the Chinese presence, it is important to introduce the theory of China's foreign policy, commonly mentioned by

Indians as the String of Pearls, as being directed to surround India through a network of Chinese military and commercial facilities (Dabas 2017). Thus, the Belt and Road Initiative might corroborate with India's concerns about Chinese intentions in the India Ocean Region - that is, to augment China's influence and to reduce India's power. However, the country's disquietudes about the initiative go beyond the regional problem. India is worried about the lack of operational details of the project, which also precludes its acceptance of OBOR (Cai 2017). Furthermore, the Indian Foreign Secretary argues that the Chinese initiative is unilateral, fostering national objectives, not international ones (Madan 2017).

Indonesian President, Joko Widodo, attended to the Belt and Road Forum for International Cooperation in May 2017, having the chance to better shape Indonesia's role and to increase the country influence on the project. However, like many other countries joining the initiative, **Indonesia** is wary of China's hegemonic-like attempts. Indonesian aims are mainly related to maritime projects, as the already planned building of seaports demonstrates. Hence, Belt and Road Initiative appears as a trade facilitator through its infrastructure investments, which enables the merchandise to be transported faster. However, Indonesia cannot forget its old partners, in Asia - essentially South Korea and Japan -, in EU and the United States, thus having to balance its alliances (Hadrianto 2017). Furthermore, Indonesia received few investments from the project, even though it has been a part of OBOR since its foundation - the country has received about US$6 billion, while Pakistan, for instance, reaped around US$62 billion (Sundaryani 2017). Consequently, one of the country's goals is draw China to inject greater investments on the archipelago.

The **Islamic Republic of Iran** has great chances of benefitting from the major gains brought by the One Belt, One Road. The country's geographical position puts it in a strategic passage in the Asian continent, standing at the center of the Eurasian Overland Bridge, connecting Central Asia to the Middle East - and further to Europe (Rifaat 2017). The already strong Sino-Iranian bilateral ties are of grand importance for Tehran, and there are no doubts that, under OBOR, it will improve and profit in the future. The expansion of the project in the Middle East can mean a turning point in regional dynamics: the success of the Belt and Road will contribute for the consolidation of Iranian influence in the region, tightening its relations with the rest of the world and giving access to more opportunities for development. A stronger Iran poses a threat to the current status quo in the Arab World, challenging the Saudi regional order (Cafiero and Wagner 2017).

Israel and China developed an extensive bilateral cooperation, and with the rise of Belt and Road Initiative, this relation might deepen even

more. Israel can become a possible mediator between the two great world's leaders: China and United States. This will only happen if the projected Med-Red railway, which transforms Israel into an overland bridge over the Maritime Silk Road, effectively leaves the drawing board (Lim 2017b). The Prime Minister of Israel, Benjamin Netanyahu, has already been in China to elucidate the relation between both countries, defined as a "comprehensive innovative partnership", in order to align their actions and expectations (Vilnai, Orion and Lavi 2017).

Italy is also a strong supporter of free trade and fights against growing protectionism, being willing to cooperate within China's One Belt, One Road. The good quality of Italian ports, along with its strategic location, puts the country at an important place in the Maritime Silk Road in the Mediterranean Sea. It surely has something to gain from the integration and the investments the OBOR can bring to the European continent (Goulard 2017). It is very clear that there is no unified position regarding the Chinese project among European Union member states; however, Italy shares with its neighbors the concerns about how a greater injection of Chinese products in Europe might affect its national production, as well whether its products will be able to benefit from the integration to Chinese markets (Corre 2017).

Kyrgyzstan ambassador to China, Kanayim Baktygulova, at the forum "The diversity of cultures along the Silk Road", in Beijing, manifested the country's interest in joining China's Belt and Road Initiative, in order to expand their means of integration, since both countries already cooperate bilaterally in cultural and humanitarian areas (Kazinform 2017). One of OBOR's plan is to develop international trade, being applied in Kyrgyzstan through the Sino-Kyrgyz agreement to build the China-Kyrgyzstan-Uzbekistan railway and the Issyk-Kul ring road (Taldybayeva 2017). However, some concerns regarding the profitability and feasibility of the project haunts Kyrgyz authorities, since all work will be held by China's companies and real gains will only be seen after China's outlays are compensated. Furthermore, the country is also worried about the growing of Uzbekistan's influence in the region, posing a threat to Kyrgyzstan sovereignty (Maitra 2017).

Kazakhstan is at the core of the Chinese initiative in Central Asia. OBOR can place the region in a new global context, developing its importance in international trade; by being the biggest economy in the region - generating 60% of all its GDP - Kazakhstan can definitely benefit from its neighbor's initiative. In recent years, the country has witnessed remarkable rates of development and it sees the OBOR as a possibility of integrating the Eurasian Economic Union and the European Union into a great sphere of prosperity and cooperation. The Belt and Road needs the Kazakh commitment in order to succeed: its geographical location places it at the center

of the initiative in the region, not only representing the main link between Chinese western provinces and Central Asia, but also being the gateway for further connections with Russia, the Caspian Sea and the Middle East. Its economic growth heavily depends on future investments in transportation, mainly in its outdated Soviet infrastructure, which up to this day holds not only obsolete technology, but also inefficient distribution and inadequate directions. Standing between the two great powers in the region - China and Russia - Kazakhstan has historically moved closer to its old Soviet ally; however, that does not mean that the Central Asian country cannot cooperate with its Sino neighbor and Kazakhstan has become one of the major beneficiaries of Chinese loans (Orazgaliyeva 2017).

Bounnhang Vorachith, **Lao**'s president, attended to the first summit of One Belt One Road initiative in Beijing. The country position towards China's great project is similar to the prevailing one in the neighborhood: it is engaged in strengthening its relations with China and welcomes its infrastructural investments. Lao's national development objective - to reduce poverty through employment engendered by industrialization - will be improved by OBOR, since the project provides infrastructural modernization, creating, thus, new jobs and boosting the industry sector. Its location is also significant to the initiative, as the country is part of the proposed Pan-Asian Railway, which will connect the Chinese southern city of Kunming to Singapore, passing through the Lao capital, Vientiane (Lim 2017a).

OBOR provides great advantages to **Pakistan**, as mentioned by the Minister for Planning, Development and Reform, Ahsan Iqbal, and the Prime Minister Nawaz Sharif. Pakistan sees China's initiative as a peace and prosperity developer, and the China-Pakistan Economic Corridor (CPEC) as a strengthening to the regional economy. In this scenario, several tax exemptions have been granted by Pakistan to China's companies in the area encompassed by the project. However, this openness has been seen by some as a threat to the country, since it does not implicate any improvements in local trade and industry, as the labor force comes from China (Samaa TV 2017). Furthermore, in terms of returns, Pakistan will have a small inflow of foreign exchange back into the country, paying US$90 billion to China over three decades towards loans and investments of US$56 billion under CPEC (Shakil 2017).

The One Belt, One Road Initiative stands at the center of the **People's Republic of China's** foreign policy. The initiative is an economic strategy which aims to expand integration with other countries and export Chinese capabilities across a new vision of global cooperation. By putting great efforts on OBOR, Beijing is relying on an ambitious move to expand its sphere of influence in the Asian continent while committing substantial financial power

for the establishment of a project that is not certain to be successful. In order to thrive, it demands concrete planning. China needs to overcome many challenges, finding solutions for several problems across the many regions it comprises - such as political instability, harsh terrain and other threats. The Belt and Road Initiative also represents deep transformation for Chinese domestic affairs: by exporting its own capital, technology and management, and promoting its neighbor countries' economy, it has the opportunity to deeply transform its national scenario. The new Silk Road project could provide a new era of development - a "new opening" outwards - by improving Chinese capabilities in less developed markets, strengthening Chinese companies and its production bases. It is crucial for Beijing that the countries involved understand the idea of putting disputes aside and working together for cooperation; China needs to show the world that OBOR does not try to challenge the current world order, but rather supplement it and strive for cooperation and prosperity. In this sense, Chinese authorities frequently address that the Belt and Road is not a tool of geopolitics and is actually based upon open cooperation, and, regardless of the relationship each country holds with China, everyone can share the benefits of economic growth. Therefore, the country needs to overcome the most serious threat for the project's triumph: the possibility that the main countries it comprises might see its development as a veiled geopolitical weapon that only fulfils Chinese interests (Godement 2015).

Along with OBOR, in 2013, the **Republic of Korea** announced its own view for the new East-West integration, the so-called Eurasian Initiative (EAI). While OBOR clearly overshadows South Korea's project, the EAI is an attempt to extend its productive capabilities, from the easternmost part of the continent to the west, as well to maintain its influence in the Korean peninsula. It is well-known that the greatest impediment, not only for the EAI but also for any integration from the Belt and Road in Korea, is the current division - and the instability it gathers - of the peninsula. Considering the projects' clear west-oriented perspective, South Korea, while standing east from China, does not hold a key position in the One Belt, One Road initiative when compared to other nations. It does not mean, however, that South Korea's participation is not essential for the success of a true Asian integration; Seul can definitely benefit from its role in the Asian Infrastructure Investment Bank (Hwang 2017). Korean admission to the AIIB was publicly criticized by the United States; yet, its entrance in the Chinese-led bank did not mean that South Korea is shifting away from USA's interests, which reveals how the country – as well as its other allies - is not willing to choose between the American power and China (Dollar 2017).

The **Republic of Singapore** is a city-state that lies at a strategic po-

sition in the Strait of Malacca, which is one of the most important passages for international navigation by connecting the Pacific and the Indian Oceans. This geographical location puts Singapore at advantage: the country is a very important hub for global commerce and transportation, being currently the second busiest container port in the world. Therefore, these characteristics make Singapore essential for the success of the Chinese Maritime Silk Road, and the country is willing to cooperate with China in order to enhance regional connectivity and trade (Jaipragas 2017). Singapore might not be a country that demands investments in infrastructure, but it can be at the center of the maritime trade route, moreover representing a hub of financial power for the OBOR expansion in Southeast Asia (Singapore 2017).

The **Republic of the Philippines**, alongside with other ASEAN countries, can benefit from the trade promotion the Chinese investments can enhance. Manila publicly admits that it understands the importance of the OBOR in enhancing economic activity in Southeast Asia, as well as in providing investments for the promotion of the infrastructure that the Philippines really demands; the OBOR can definitely open new markets for the Filipino production. The election of President Rodrigo Duterte in 2016 opened up the country for a stronger bilateral relation with China, and the Southeast Asian country is already benefiting from financial support coming from Beijing (Mendez 2017).

The **Russian Federation** is in great position to contribute to and benefit from OBOR. Both countries signed, in 2015, a cooperation agreement between the Belt and Road and the Eurasian Economic Union (EEU), tightening relations between China and the Central Asian countries and laying ground for a further Eurasian cooperation under OBOR. However, through the initiative, China is steadily establishing its influence in Central Asia, a traditional Russian sphere of influence. Moscow is highly concerned that, by becoming the center of the new Eurasian integration, China might threaten its ties with the countries in the region. On the other hand, Russia publicly admitted it is ready to participate in the Chinese project, recognizing its importance and the benefits cooperation can bring. It is of no doubt that the Belt and Road will not achieve success without Russian cooperation, and its politics towards the Central Asian countries is of major importance for the new Eurasian integration. Although it is clear that Russia is one of the main pillars of the Chinese initiative, the country has failed to gain substantial and concrete benefits from the One Belt, One Road until now (Hille and Clover 2017).

Saudi Arabia is in accordance with China's initiative, highlighting the consonance with the Kingdom's agenda and the relevance of the project (Cafiero and Wagner 2017). The country is located at a strategic point of

OBOR, in the crossing of two of its main routes, playing, then, an important role for the regional progress - it appears as one of the linking points of the Gulf's railway network, connecting the states from Kuwait to Oman. Furthermore, the Chinese government is seeking to harmonize the project with Saudi Arabia's Vision 2030, under its scheme of coordination among the countries national plans and OBOR. The Belt and Road initiative can profit from the Saudi Vision 2030, since the plan focuses on replacing the oil-export economic model to reduce the country's dependence on this good, stimulating the diversification of the industry. Hence, new investment opportunities will emerge, and the expected population growth and increase in wealth might also accelerate this process, leading to the augmentation of demand for commodities, housing and infrastructure (Jian 2017).

Between 2015 and 2016, Chinese investments in **Tajikistan** more than doubled: it became its biggest source of foreign investment, and it is evident how China's role turned out to be of major importance for the infrastructure development of the country. Tajikistan shares the southernmost Chinese border in Central Asia, increasing its importance for the Belt and Road. In 2011, however, the Sino neighbor annexed a small area of the Tajik territory in exchange for debt relief and, even though the stability of Tajikistan is very important for OBOR in the region, there are concerns that this situation might repeat itself. Better links to Europe and to the Middle East, along with better access to the ocean, can definitely bring benefits for the Central Asian republics, including Tajikistan, which sees the initiative as an opportunity to develop its economy (Long 2017).

According to **Thailand**'s Minister of Industry, Atchaka Sibunruang, the country will benefit from Belt and Road Initiative, as it seeks to develop infrastructure facilities and to promote the consolidation of a network among ASEAN countries (China Go Abroad 2017). One of the infrastructural efforts is to build an 867 kilometers railway line, between China and Thailand, besides the massive investments directed to Southeast Asia as a whole, in order to intensify trade and connectivity throughout the region. Likewise, the Deputy Minister Somkid Jatusripitak intends to bind the Eastern Economic Corridor (EEC) - a project to develop the eastern area of the country - to China's Belt and Road Initiative (Marques 2017). However, Thailand is still cautious. The Commerce Ministry is heading a study to elucidate what advantages the country can absorb from China's project (Thailand 2017). Furthermore, Thailand is facing some protests against OBOR, which allege possible environmental damages over Mekong river (The Star 2017).

OBOR might be a turning point to **Turkey** and to its relationship with China, since the infrastructure development sought by the initiative, such as the Edirne-Kars high-speed railway project, might boost economic

advances. Sino-Turkish relationship has been increasing since 2001, and the countries sealed a strategic partnership in 2010. China's sees in Turkey a strong partner, because of the great influence exercised on the neighborhood, being the country the most stable and dynamic power in the area. In addition, Turkey is already making efforts to integrate the country to the Initiative, through the construction of infrastructural projects, such as the EuroAsia tunnel, Yavuz Sultan Selim Bridge, and the Baku-Tbilisi-Kars railway Project. The country's president also demonstrated interest in taking part of the maritime branch of OBOR, since Turkish straits links the Black Sea to the Mediterranean, and its ports provides access to the Atlantic Ocean via the Gibraltar Strait, and to the Arabian Peninsula and the Indian Ocean through the Suez Canal (Ünal 2017; Daily Sabah 2017).

Over the years, the **United Arab Emirates** and China have deepened its relations, being the latter UAE's second largest trade-partner; around 60% of the commerce between those two countries is re-exported to other nations in Africa and Europe, a fact that supports the main idea of the Chinese project. The seven emirates are known for being a center of security in an unstable Middle East, an essential characteristic for the success of the OBOR (Cafiero and Wagner 2017). When compared to other countries, the UAE does not stand at a geographical location of major importance for the initiative; however, by being considered a perfect financial hub for the enlargement of Chinese investment across the region, it has the opportunity to play a very important role in the expansion of the OBOR in the Middle East. It is also of concern for the United Arab Emirates the growing importance of Iran in the project, a thought that is shared among its allies and members of the Gulf Cooperation Council (GCC). Nevertheless, this does not mean that the Arab country does not understand the importance of the OBOR, not only for itself, but also for the whole Middle East, and it is definitely committed to the project's development (Fahy 2017).

Going through the negotiations related to its exit from the European Union, the **United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland** is seeking to lay the groundwork for its trade deals and economy for when the country leaves the regional bloc. Considering the role London plays in the international economic system, there are no doubts that the United Kingdom can serve as a hub of investments and financial power for the One Belt, One Road. The bilateral relations between both China and the United Kingdom have many reasons to prosper, while the cooperation and the foreign support OBOR might boost are of vital importance amid a post-Brexit context (Chan 2017). Britain joined the Asian Infrastructure Investment Bank facing major concerns from the United States and its allies, which feared that, alongside the entrance of other European powers, the AIIB would become an institu-

tion of major prowess in the international financial system. The entrance of the United Kingdom spells out how the British government, despite American unease, understands the importance of the One Belt, One Road and the benefits its investments can bring, as well as shows how the country is committed to fill the infrastructure gap in the Asian continent while shaping this new financial institution according to its interests (Watt, Lewis and Branigan 2017).

Uzbekistan considers China's investments through One Belt One Road Initiative as a key factor to its development. When Xi Jinping went to Uzbekistan in 2013, Islam Abduganiyevich, the country's president, lauded the initiative and argued that both countries have the duty to revitalize the Ancient Silk Road (Zhao 2017). The importance of Uzbekistan to the project relies on three main factors: its location, its economic relevance in Central Asia and its historical ties with China (Koparkar 2017). In the region, China will focus its investments mainly on gas reserves and on the development of pipelines - three lines already exist, affording for 20% of China's annual natural gas consumption, and the construction of a fourth is already in progress, which will also cross Uzbek territory. In sum, similarly to the other countries encompassed by the Chinese initiative, the national economic strategy of Uzbekistan is aligned to OBOR (Maitra 2017).

Vietnam is joining China's Belt and Road Initiative, and welcomes the infrastructural benefits provided by the bold Chinese project - the Prime Minister of Vietnam, Nguyen Xuan, confirmed the country's commitment towards the initiative during a summit in Beijing, in September 2016. Furthermore, it is important to highlight Vietnam's strategic position to OBOR, as it enables easier contact with ASEAN member countries. Even though the economic gains are well-known, Vietnam still presents some mistrusts about the Belt and Road Initiative, concerning to the quality of the construction work and the possible environmental consequences (Freitas 2017). In addition, the Initiative might also tease regional instability by increasing China's influence in the South China Sea, since the area has been a target of dispute among the local powers, including Vietnam.

6 QUESTIONS TO PONDER

1. How can border blockades be diminished to improve goods and services flow?
2. Does integration and economic growth necessarily lead to political stability?
3. Will the One Belt, One Road Initiative be able to bring together different approaches of development and surpass all the difficulties in such an enor-

mous project?
4. What is the Asian Infrastructure Investment Bank's role in promoting the initiative across the Asian continent?
5. How is it possible to conciliate all the countries' interests under the OBOR?
6. What challenges does the OBOR need to overcome in order to become a successful project?

REFERENCES

Absolute China Tours. 2017."Seven Cities Along Maritime Silk Road Push For World Heritage Status". Accessed August 6. http://www.absolutechinatours.com/news/silk--road-heritage-site-933.html.
Aris, Stephen. 2009. "A new model of Asian Regionalism; does the Shanghai Co-operation Organisation have more potential than ASEAN?". *Cambridge Review of International Affairs* 22, no. 3: 451-467. http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09557570903104040.
Asian Development Bank (ADB). 2016. "People's Republic of China: Study of the Belt and Road Initiative." *Technical Assistance Report.* https://www.adb.org/projects/documents/prc-study-of-the-belt-and-road-initiative-tar.
—. 2014. "CAREC Transport and Trade Facilitation Strategy 2020." *Institutional Document.* https://www.adb.org/sites/default/files/institutional-document/34107/files/carec-ttfs-2020.pdf
Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB). 2017. *About AIIB - Who We Are.* Accessed May 3. https://www.aiib.org/en/about-aiib/index.html.
—. 2015. "Articles of Agreement". *Asian Infrastructure Investment Bank.* https://www.aiib.org/en/about-aiib/basic-documents/_download/articles-of-agreement/basic_document_english-bank_articles_of_agreement.pdf.
An. 2015. "Highlights of proposals for China's 13th Five-Year Plan". *Xinhuanet.* http://news.xinhuanet.com/english/2015-11/03/c_134780397.htm.
Arduino, Alessandro. 2016. *China's One Belt One Road*: *Has The European Union Missed the Train?* https://www.rsis.edu.sg/wp-content/uploads/2016/03/PR160307_China--One-Belt-One-Road.pdf.
Association of Southeast Asian Nations (ASEAN). 2016a. *ASEAN Leaders adopt Master Plan on Connectivity 2025.* http://asean.org/asean-leaders-adopt-master-plan-on--connectivity-2025/.
—. 2016b. *Fact Sheet*: *ASEAN Economic Community.* 2nd ed. Jakarta: ASEAN. http://asean.org/storage/2012/05/11c.-April-2016-Fact-Sheet-of-AEC.pdf.
Ba, Alice D. 2014. "Asia`s Regional Security Institutions." *The Oxford handbook of the international relations of Asia.* Oxford: Oxford University Press.
Bagchi, Indrani. 2017. "Germany Supports India'S OBOR Stand - The Economic Times". *The Economic Times.* Accessed June 25. http://economictimes.india-

times.com/news/politics-and-nation/germany-supports-indias-obor-stand/articleshow/58819227.cms.
Baev, Pavel. 2017. "Russia Artic Dreams". *Center for Strategic & International Studies*. Accessed July 17. https://reconnectingasia.csis.org/analysis/entries/russias-arctic-dreams/
BBC. 2014. "Why is there tension between China and the Uighurs?". http://www.bbc.com/news/world-asia-china-26414014.
Baker, Christopher John, and Pasuk Phongpaichit. 2014. *A History of Thailand.* 3rd ed. Melbourne: Cambridge University Press.
Bhattacharjee, Subhomoy. 2017. *Race for Supremacy*: *India, Japan plan alternative to counter China's OBOR*. Accessed May 16. http://www.business-standard.com/article/economy-policy/race-for-supremacy-india-japan-plan-alternative-to-china-s--obor-117051501273_1.html.
Bingxing, Zhao. 2017. "China's 'One Belt, One Road' Initiative: 'A New Silk Road linking Asia, Africa and Europe'". *Global Research.* Accessed May 10. http://www.globalresearch.ca/chinas-one-belt-one-road-initiative-a-new-silk-road-linking-asia--africa-and-europe/5589427.
Bos, Carole. 2013. "Map of Colonial Empires in Asia" *Awesome Stories.* https://www.awesomestories.com/asset/view/Map-of-Colonial-Empires-in-Asia.
Bramall, Chris. 2000. *Sources of Chinese Economic Growth, 1978-1996.* 1st ed. Oxford: Oxford University Press.
Bregel, Yuri. 2003. *An Historical Atlas of Central Asia.* Leiden: Brill.
Buzan, Barry. 2012. "Asia: A Geopolitical Reconfiguration". *Politique étrangère* 77, no. 2: 01-13.
Cafiero, Giorgio, and Daniel Wagner. 2017. "What The Gulf States Think Of 'One Belt, One Road'". *The Diplomat*. http://thediplomat.com/2017/05/what-the-gulf-states-think-of-one-belt-one-road/.
Cai, Peter. 2017. "Why India Is Wary Of China's Silk Road Initiative". *Huffpost.* Accessed June 15. http://www.huffingtonpost.com/peter-cai/india-china-silk-road-initiative_b_11894038.html.
Central Asia Regional Economic Cooperation (CAREC). 2012. "Wuhan Action Plan". *CAREC.* http://www.carecprogram.org/uploads/events/2012/11th--MC/001_107_201_The-Wuhan-Action-Plan.pdf.
—. 2017a. "CAREC Program". *CAREC*. Accessed May 23. http://www.carecprogram.org/index.php?page=carec-program.
—. 2017b. "East-West Roads Project (Almaty-Korgos Section): Western Europe--Western China International Transit Corridor (CAREC 1b)". *CAREC*. Accessed May 23. http://www.carecprogram.org/index.php?page=carec-project-details&pid=386.
Chan, Szu. 2017. "How Britain Will Play A Key Role In Building China's New Silk Road". *The Telegraph.* Accessed June 24. http://www.telegraph.co.uk/business/2017/05/29/britain-will-pay-key-role-building-chinas-new-silk-road/.

Chaudhury, Dipanjan Roy. 2017. *Pushing back against China's One Belt One Road, India, Japan build strategic 'Great Wall'.* Accessed May 16. http://economictimes.indiatimes.com/news/economy/infrastructure/pushing-back-against-chinas-one-belt-one-road-india-japan-build-strategic-great-wall/articleshow/58689033.cms.
Chen, Yougang, Stefan Matzinger, and Jonathan Woetzel. 2013. "Chinese infrastructure: the big picture". *McKinsey&Company.* http://www.mckinsey.com/global-themes/winning-in-emerging-markets/chinese-infrastructure-the-big-picture.
Chew, Emrys. 2011. "Southeast Asia And The Indian Ocean: Maritime Connections Across Time And Space". *RSIS Policy Paper*: *ASEAN And The Indian Ocean* (2011): 15-19.
China Go Abroad. 2017. "Thailand anticipates more investment from China via the `One Belt, One Road` Initiative". *China Go Abroad.* Accessed June 25. http://www.chinagoabroad.com/en/article/thailand-anticipates-more-investment-from-china-via-the-one-belt-one-road-initiative.
Ciorciari, John David. 2017. "The balance of great-power influence in contemporary Southeast Asia". *International Relations of the Asia-Pacific* 9, no. 1. (2009): 157-196. Accessed July 17. http://www3.nccu.edu.tw/~lorenzo/ciorciari%20balance%20of%20great%20power%20se%20asia.pdf.
Clarke, Michael. 2016. "Cracks in China's New Silk Road". *China Policy Institute*: *Analysis.* https://cpianalysis.org/2016/03/15/cracks-on-chinas-new-silk-road-xinjiang-one-belt-one-road-and-the-trans-nationalization-of-uyghur-terrorism/.
Conley, Heather, and Mathew Melino. 2017. "Economically Connecting the Arctic: A Belt, a Road, and a Circle". *Center for Strategic & International Studies.* Accessed July 7. https://www.csis.org/analysis/economically-connecting-arctic-belt-road-and-circle
"Competing Visions". 2017. *Reconnecting Asia*. Accessed May 3. https://reconnectingasia.csis.org/analysis/competing-visions/.
Cooley, Alexander. 2017. "The Emerging Political Economy of OBOR". *Center for Strategic and International Studies*. Accessed May 6. https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/161021_Cooley_OBOR_Web.pdf.
Corre, Philippe. 2017. "Europe'S Mixed Views On China'S One Belt, One Road Initiative". *Brookings.* Accessed June 24. https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2017/05/23/europes-mixed-views-on-chinas-one-belt-one-road-initiative/.
Dick, Howard, and Peter J. Rimmer. 2003. *Cities, Transport And Communications.* 1st ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
Dollar, David. 2015. "China's rise as a regional and global power: The AIIB and the 'one belt, one road'". *Brookings.* https://www.brookings.edu/research/chinas-rise-as-a-regional-and-global-power-the-aiib-and-the-one-belt-one-road/.
—. 2017. "The AIIB And The 'One Belt, One Road'". *Brookings.* Accessed June 22. https://www.brookings.edu/opinions/the-aiib-and-the-one-belt-one-road/.
Dong, Jean; Wang, Xu. 2016. *Australia's Prospects on China's New Silk Road.* http://www.internationalaffairs.org.au/australian_outlook/australian-prospects-on-chinas-

-new-silk-road.
Economic Research Institute for ASEAN and East ASIA (ERIA). 2017. "Asia Africa Growth Corridor: Partnership for Sustainable and Innovative Development, A Vision Document". *Joint publication of ERIA, the Institute of Developing Economies (IDE) and Research and Information System for Developing Countries*, India. Accessed July 17. www.eria.org/Asia-Africa-Growth-Corridor-Document.pdf
Elen, Maurits. 2017. "AIIB Official: Regional Integration Creates Much Richer ASEAN". *The Diplomat.* Accessed May 20 http://thediplomat.com/2017/04/aiib-official--regional-integration-creates-much-richer-asean/.
Fahy, Michael. 2017. "UAE On China'S Silk Road Map". *The National.* Accessed June 22. http://www.thenational.ae/business/economy/uae-on-chinas-silk-road-map#full.
Farchy, Jack. 2016. "Map: Connecting central Asia". *Financial Times.* Accessed May 30. https://www.ft.com/content/ee5cf40a-15e5-11e6-9d98-00386a18e39d.
Feder, Roi. 2016. "What China`s New Silk Road Means For Israel – Diplomatic Courier". *Diplomatic Courier.* Accessed July 25. http://www.diplomaticourier.com/chinas-new-silk-road-means-israel/.
Feuerwerker, Albert. 1983. "Economic Trends, 1912-49". *In The Cambridge History Of China - Volume 12*: *Republican China 1912-1949,* Part 1, 1st ed., 28-127. New York: Cambridge University Press.
Florick, Davis. 2017. *Issues & Insights - China's Role in Central Asia* 17, no. 5. Accessed May 16. https://www.csis.org/analysis/issues-insights-vol-17-no-5-chinas-role--central-asia.
Fourniau, V., and C. Poujol. 2005. "The States Of Central Asia (Second Half Of Nineteenth Century To Early Twentieth Century)". *In History Of Civilizations Of Central Asia*, 1st ed., 29-50. Paris: UNESCO.
Freitas, Geoff de. 2017. "China and Vietnam`s Ambitions Converge in BRI Infrastructure Projects". *Belt and Road – HKTDC*. Accessed June 25. http://beltandroad.hktdc.com/en/insights/china-and-vietnams-ambitions-converge-bri-infrastructure--projects.
Fujiwara, Hidehito. 2016. *One Belt, One Road*: *A Japanese perspective*. http://iias.asia/the-newsletter/article/one-belt-one-road-japanese-perspective>.
Gardels, Nathan. 2017. "China Is Now The De Facto Leader Of Globalization". *Huffington Post.* Accessed May 6. http://www.huffingtonpost.com/entry/china-leader-globalization_us_58753fe8e4b02b5f858ba6ce.
Gaspers, Jan. 2017. "Germany Wants Europe To Help Shape China's Belt and Road Initiative". *The Diplomat.* Accessed June 25. http://thediplomat.com/2016/12/germany-wants-europe-to-help-shape-chinas-belt-and-road-initiative/.
Gazprom. 2017a. "Power of Siberia". Accessed June 2. http://www.gazprom.com/about/production/projects/pipelines/built/ykv/.
—. 2017b. "SRTO – Torzhok". Accessed June 2. http://www.gazprom.com/about/production/projects/pipelines/active/srto-torzhok/.

Godement, François. 2015. "One Belt, One Road": China's Great Leap Outward". *China Analysis* June 2015: 1-2.
Golden, Peter B. 2011. *Central Asia In World History.* 1st ed. Oxford: Oxford University Press.
Gomez, Eric. 2017. "US Withdrawal from TPP: Geopolitical and Geoeconomic Gift for China?". *The Diplomat.* Accessed May 11. http://thediplomat.com/2017/01/us-withdrawal-from-tpp-geopolitical-and-geoeconomic-gift-for-china/.
Goulard, Sebastien. 2017. "France, Italy, And China's 'Belt And Road' Initiative". *The Diplomat*. Accessed June 22. http://thediplomat.com/2017/03/france-italy-and-chinas-belt-and-road-initiative/.
Gramer, Robbie. 2017. "All Aboard China's 'New Silk Road' Express". *Foreign Policy.* Accessed May 6. http://foreignpolicy.com/2017/01/04/all-aboard-chinas-new-silk-road-express-yiwu-to-london-train-geopolitics-one-belt-one-road/.
Hadrianto, Iskandar. 2017. "China's Belt and Road Initiative: Indonesian Response". *Jakarta Globe.* Accessed June 25. http://jakartaglobe.id/opinion/chinas-belt-road-initiative-indonesian-response/.
Hille, Kathrin, and Charles Clover. 2017. "Putin-Xi Embrace Masks Misgivings On Belt And Road Project". *Financial Times.* Accessed June 15. https://www.ft.com/content/d9122d30-386d-11e7-821a-6027b8a20f23?mhq5j=e3.
Hillman, Jonathan. 2017. "OBOR on the Ground: Evaluating China's 'One Belt, One Road' Initiative at the Project Level". *Center for Strategic & International Studies.* Accessed July 17. https://www.csis.org/analysis/obor-ground-evaluating-chinas-one-belt-one-road-initiative-project-level
"Historical Atlas". 2017. *Reconnecting Asia.* Accessed May 20. https://reconnectingasia.csis.org/analysis/historical-atlas/.
Hummels, David. 2009. "Trends In Asian Trade: Implications For Transport Infrastructure And Trade Costs". *In Infrastructure's Role In Lowering Asia's Trade Costs,* 1st ed., 17-37. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
Hsu, Sara. 2017. "How China's Asian Infrastructure Investment Bank Fared Its First Year". *Forbes.* Accessed May 8. https://www.forbes.com/sites/sarahsu/2017/01/14/how-chinas-asian-infrastructure-investment-bank-fared-its-first-year/#64a116765a7f.
Hwang, Balbina. 2017. "What South Korea Thinks Of China's 'Belt And Road'". *The Diplomat.* Accessed June 22. http://thediplomat.com/2017/01/what-south-korea-thinks-of-chinas-belt-and-road/.
International Crisis Group. 2011. "Central Asia: Decay and Decline". *Asia Report,* no 201.
Investopedia. 2017. Accessed May 8. http://www.investopedia.com/terms/f/fdi.asp.
Investwords. 2017. Accessed May 8. http://www.investorwords.com/2153/GDP.html.
Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE). 2014. *O "Plano Marshall" da China?* https://isape.wordpress.com/2014/11/13/o-plano-marshall-da-china/.

Islam, Shariful. 2017. "How Bangladesh Can Be Benefitted". *The Daily Star.* Accessed June 24. http://www.thedailystar.net/op-ed/economics/how-bangladesh-can-be-benefitted-1407247.
Jaipragas, Bhavan. 2017. "What Belt and Road Snub Means For China-Singapore Ties". *South China Morning Post.* Accessed June 23. http://www.scmp.com/week-asia/geopolitics/article/2094781/what-belt-and-road-snub-means-singapores-ties-china.
Japan. Ministry of Foreign Affairs. 2011. *Japan`s Official Development Assistance White Paper 2011.* Tokyo. http://www.mofa.go.jp/policy/oda/white/2011/html/honbun/b1/s3_2.html.
Jeffrey, Robin. 1981. *Asia - The Winning Of Independence.* 1st ed. Houndmills, Basingstoke: Macmillan Education.
Jenny, Nicolas. 2017. *China's expansion of OBOR leaves Africa caught in a dilemma.* Accessed May 19. http://globalriskinsights.com/2017/05/chinas-expansion-obor-leaves-africa-caught-dilemma/.
Jian, Wang. 2017. "One Belt One Road": A Vision for the Future of China-Middle East Relations. *Al Jazeera.* Accessed May 16. http://studies.aljazeera.net/en/reports/2017/05/belt-road-vision-future-china-middle-east-relations-170509102227548.html.
Jinchen, Tian. 2016. *One Belt and One Road*': *Connecting China and the world*: *China is leading the effort to create the world's largest economic platform.* http://www.mckinsey.com/industries/capital-projects-and-infrastructure/our-insights/one-belt-and-one--road-connecting-china-and-the-world.
Johnson, Keith. 2016. "China's New Silk Road Into Europe Is About More Than Money". *Foreign Policy.* http://foreignpolicy.com/2016/06/01/chinas-new-silk-road--into-europe-is-about-more-than-money/.
Johnston, Lauren A. 2016. *Africa, and China's One Belt, One Road initiative*: *Why now and what next*? http://www.ictsd.org/bridges-news/bridges-africa/news/africa-and--china's-one-belt-one-road-initiative-why-now-and-what.
Jonge, Alice de. 2017. "Australia Risks Missing Out On China's One Belt One Road". *The Conversation.* Accessed June 15. http://theconversation.com/australia-risks-missing-out-on-chinas-one-belt-one-road-77704.
Kawashima, Shin. 2017. "One Belt, One Road and the Concept of the India-Pacific Maritime Space: Trump might ignore it, but for East Asia this region remains a strategic concern". *The Diplomat.* Accessed May 6. http://thediplomat.com/2017/04/one-belt-one-road-and-the-concept-of-the-india-pacific-maritime-space/.
Kazinform. 2016. "Kyrgyzstan interested in joint projects with China under One Belt - One Road – Ambassador". *Kazinform.* http://lenta.inform.kz/en/kyrgyzstan-interested-in-joint-projects-with-china-under-one-belt-one-road-ambassador_a2954083.
Kennedy, Scott. 2015. "Building China's 'One Belt, One Road'". *CSIS.* https://www.csis.org/analysis/building-china%E2%80%99s-%E2%80%9Cone-belt-one-road%E2%80%9D.
Khanna, Parag. 2017. *These Maps Show How Vast New Infrastructure Is Bringing the*

World Together. Accessed May 1. http://www.huffingtonpost.com/parag-khanna/global-infastructure-maps_b_9695840.html.
King&Wood Mallesons. 2016. "China's 13th Five-Year Plan: the land of opportunity". *King&Wood Mallesons.* April 14. http://www.kwm.com/en/hk/knowledge/insights/china-13th-5-year-plan-key-points-summary-new-normal-innovation-20160414
Koparkar, Rashmini. 2017. "25 years of Uzbekistan-China Relations: Enhanced Economic Engagements marked by Political Understanding". *Vivekananda International Foundation.* Accessed June 25. http://www.vifindia.org/article/2017/february/16/25-years-of-uzbekistan-china-relations-enhanced-economic-engagements-marked--by-political-understanding.
Kotkin, Stephen. 2010. "Preface". In *Manchurian Railways And The Opening Of China*: *An International History, xii-xvi.* London: M. E Sharpe.
Kuo, Mercy. 2016. "After the South China Sea Ruling: Impact on ASEAN-China Relations". *The Diplomat.* http://thediplomat.com/2016/09/after-the-south-china-sea-ruling-impact-on-asean-china-relations/.
Laurenceson, James. 2017. "Will Australia Follow The Belt And Road?". *East Asia Forum.* Accessed June 14. http://www.eastasiaforum.org/2017/05/14/will-australia--follow-the-belt-and-road/.
Lee, Edward. 2015. "Growth Fast Lane: ASEAN's political, economic and demographic". *Singapore Management University.* http://ink.library.smu.edu.sg/ami/29/
Lin, Shuanglin. 2001. "Public Infrastructure Development In China". *Comparative Economic Studies* 43, no. 2: 83-109.
Lim, Alvin. 2017a. "Laos And The Silk Road Economic Belt – Analysis". *Eurasia Review.* Accessed June 25. http://www.eurasiareview.com/30072015-laos-and-the-silk--road-economic-belt-analysis
Lim, Kevjn, 2017b. "Israel can align its strategy with China`s Silk Road". *Asia Times.* Accessed June 25. http://www.atimes.com/israel-can-align-strategy-chinas-silk-road/.
Lo, Chi. 2015. "The economics and politics of China's New Silk Road". *South China Morning Post.* http://www.scmp.com/comment/insight-opinion/article/1829384/economics-and-politics-chinas-new-silk-road.
Long, Katherine. 2017. "Tajikistan Takes Up Chinese". *The Diplomat.* Accessed June 24. http://thediplomat.com/2017/05/tajikistan-takes-up-chinese/.
Luhn, Alec and Terry Macalister. 2014. "Russia signs 30-year deal worth $400bn to deliver gas to China". *The Diplomat.* https://www.theguardian.com/world/2014/may/21/russia-30-year-400bn-gas-deal-china.
Mack, Lauren. 2016. "Chinese History: First Five Year Plan (1953-1957)." *ThoughtCo.* October 2. https://www.thoughtco.com/chinese-history-first-five-year--plan-1953-57-688002.
Madan, Tanvi. 2017. "What India Thinks About China'S One Belt, One Road Initiative (But Doesn'T Explicitly Say) | Brookings Institution". *Brookings.* Accessed June 25.

https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2016/03/14/what-india-thinks--about-chinas-one-belt-one-road-initiative-but-doesnt-explicitly-say/.
Maitra, Ramtanu. 2017. "The Multiple Dimensions Of China'S 'One Belt One Road' In Uzbekistan". *The Schiller Institute*. Accessed June 25. https://www.schillerinstitute.org/economy/phys_econ/2016/1227-obor-uzbek/ou.html
Malik, Dr. Ahmad Rashid. 2014. *From ADB to AIIB.* October 30. http://nation.com.pk/columns/30-Oct-2014/from-adb-to-aiib.
Marques, João Gaspar. 2017. "New Gateway to China: Thailand strongly states its intention to connect the EEC to OBOR." *The Business Year.* Accessed June 25. https://www.thebusinessyear.com/thailand-states-intention-to-connect-eec-to-obor-via--kunming/focus.
Mendez, Christina. 2017. "China Pledges $124 B For New Silk Road". *Philstar.* Accessed June 24. http://www.philstar.com/headlines/2017/05/15/1700076/china--pledges-124-b-new-silk-road.
Melin, Luiz Eduardo. 2016. *Big Changes in The Pipeline*: *Look Eastward.* http://www.excedente.org/blog/big-changes-in-the-pipeline-look-eastward/Michel, Casey. 2017. "Where Did the Eurasian Economic Union Go Awry?". *The Diplomat.* Accessed July 25. http://thediplomat.com/2017/05/where-did-the-eurasian-economic-union-go--awry/.
Nalwa, Preeti. 2016. PacNet #3 - *China's "Undeterred" Strategy on the South China Sea*: *A "challenge" for the US.* https://www.csis.org/analysis/pacnet-3-chinas-"undeterred"--strategy-south-china-sea-"challenge"-us.
One Belt One Road (OBOR) Europe. 2017. "AIIB and ADB Financing OBOR Projects". *OBOR Europe.* Accessed June 23. http://www.oboreurope.com/en/aiib-adb/.
ONeill, James. 2017. "One Belt One Road a New Geopolitical Paradigm". *New Eastern Outlook.* Accessed May 10. http://journal-neo.org/2017/02/10/one-belt-one-road-a--new-geopolitical-paradigm/.
Orazgaliyeva, Malika. 2017. "Kazakh President Attends One Belt, One Road Forum, Meets With Leaders In China". *The Astana Times.* Accessed June 18. http://astanatimes.com/2017/05/kazakh-president-attends-one-belt-one-road-forum-meets-with--leaders-in-china/.
Orion, Assaf, Matan Vilnai, Galia Lavi. 2017. "Israel and China: Toward a Comprehensive Innovative Partnership". *INSS Insight,* no. 906. Accessed June 25. http://www.inss.org.il/publication/israel-china-toward-comprehensive-innovative-partnership/?offset=17&posts=422&subject=241&type=399
Otsuka, Shigeru. 2001. "Central Asia's Rail Network And The Eurasian Land Bridge". *Japan Railway & Transport Review* 28: 42–49.
O.Flynn, Dennis, and Arturo Giráldez. 1998. "Introduction: The Pacific Rim's Past Deserves A Future". *In Studies In The Economic History Of The Pacific Rim*, 1st ed. London: Routledge.
Panda, Ankit. 2017. *The Chinese Navy's Djibouti Base*: *A 'Support Facility' or Something*

More? Accessed May 19. http://thediplomat.com/2017/02/the-chinese-navys-djibouti-base-a-support-facility-or-something-more/.
Panikkar, K. M. 1961. *Asia And Western Dominance.* 5th ed. London: George Allen & Unwin LTD.
Park, Insill. 2016. "US-China Competition in Asia-Pacific Region: The AIIB and the New Global Order?". *CUNY Academic Works*: 9-10. http://academicworks.cuny.edu/cc_etds_theses/595.
People`s Republic of China. Ministry of Foreign Affairs. 2014. *Xi Jinping Delivers an Important Speech at the State Great Hural of Mongolia, Stressing to Respect and Trust Each Other, Seek Common Points and Resolve Difference, Help Each Other in Times of Crisis, and Cooperate with Win-Win Result to Jointly Create a New Era for the Development of China-Mongolia Relations and Jointly Facilitate Stability and Prosperity of Asia.* Ulaanbaatar. http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1185662.shtml.
—. National Development and Reform Commission, Ministry of Foreign Affairs, and Ministry of Commerce 2015. *Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road.* Beijing. http://en.ndrc.gov.cn/newsrelease/201503/t20150330_669367.html.
Phillips, Tom. 2017. "The $900bn question: What is the Belt and Road initiative?" *The Guardian.* May 12. https://www.theguardian.com/world/2017/may/12/the-900bn-question-what-is-the-belt-and-road-initiative.
Putz, Catherine. 2016. "Why the Trans-Caspian Transport Route Matters". *The Diplomat.* http://thediplomat.com/2016/02/why-the-trans-caspian-transport-route-matters/.
Ranjan, Rajiv. 2017. *How Can China Convince India to Sign Up for 'One Belt, One Road'? New Delhi has its concerns with OBOR. Are they entirely insurmountable*? Accessed May 6. http://thediplomat.com/2017/05/how-can-china-convince-india-to-sign-up-for-one-belt-one-road/.
Republic of India. Ministry of External Affairs. 2017. *Prime Minister's Speech at the inauguration of the Annual Meeting of the African Development Bank (AfDB)*. Gandhinagar. Accessed July 17. http://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/28478/prime+ministers+speech+at+the+inauguration+of+the+annual+meeting+of+the+african+development+bank+afdb+gandhinagar+may+23+2017.
Rifaat, Hamzah. 2017. "China, Iran, And 'One Belt, One Road'". *The Diplomat.* Accessed June 22. http://thediplomat.com/2016/10/china-iran-and-one-belt-one-road/.
Rudolf, Moritz. 2017. *One Belt, One Road*: *The Silk Road.* Accessed May 1. https://www.merics.org/en/merics-analysis/infographicchina-mapping/china-mapping/.
Salacanin, Stasa. 2016. "The Middle East and the New Silk Road". https://www.middleeastmonitor.com/20160922-the-middle-east-and-the-new-silk-road/.
Samaa TV. 2017. *Pakistan fully supports China's One Belt One Road initiative*: *PM.* Accessed June 25. https://www.samaa.tv/pakistan/2017/05/pakistan-fully-supports-chinas-one-belt-one-road-initiative-pm/.

Sandalcliar and Altiner. 2012. "Foreign Direct Investment and Gross Domestic Product: An Application on ECO Region (1995-2011)".
Sárvári, Balázs and Szeidovitz, Anna. 2016. "The Political Economics of the New Silk Road". *Baltic Journal of European Studies* 6, no. 1: 03-27
Shah, Fahad. 2017. "Does the China-Pakistan economic corridor worry India?". *Al-Jazeera.* Accessed May 9. http://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/02/china--pakistan-economic-corridor-worry-india-170208063418124.html.
Shakil, F.M. 2017. "China Has Pakistan Over a Barrel On 'One Belt, One Road'". *Asia Times.* Accessed June 14. http://www.atimes.com/article/china-pakistan-barrel-one--belt-one-road/.
Shen, Simon. 2016. "How China's 'Belt and Road' Compares to the Marshall Plan". *The Diplomat.* http://thediplomat.com/2016/02/how-chinas-belt-and-road-compares-to-the-marshall-plan/.
Shepard, Wade. 2016. "The Countries Building The New Silk Road - And What They're Winning In The Process". *Forbes.* https://www.forbes.com/sites/wadeshepard/2016/11/22/what-win-win-along-the-new-silk-road-really-means/#6f6a-9a187be7.
Singh, Sushant. 2017. "China-Pakistan Economic Corridor: Politics, security risk amid sweeping China influence". *The Indian Express.* http://indianexpress.com/article/india/china-pakistan-economic-corridor-politics-security-risk-amid-sweeping-china-influence-4657511/.
Singapore. *Ministry of Foreign Affairs of Singapore. 2017. Straits Times*: *Singapore Can 'Partner China In One Belt One Road Initiative.* Accessed June 23. https://www.mfa.gov.sg/content/mfa/media_centre/singapore_headlines/2017/201705/headlines_20170511_2.html.
The Wire Staff. 2017. "It's Official Now, India To Stay Away From China's 'Belt And Road Forum'". *The Wire.* Accessed June 25. https://thewire.in/135399/india-china--obor-belt-summit/.
Subramanya, Rupa. 2015. "Is the Asian Infrastructure Investment Bank Good for India?". *Foreign Policy.* http://foreignpolicy.com/2015/04/15/is-the-asian-infrastructure-investment-bank-good-for-india-coal-china/.
Sun, Irene Yuan, Kartik Jayaram and Omid Kassiri. 2017. "Dance of the lions and dragons: How are Africa and China engaging, and how will the partnership evolve?". *McKinsey & Company.* Accessed July 17. www.mckinsey.com/africa-china
Sundaryani, Fedina S. 2017. "Indonesia Plays It Cool In Competition For China's OBOR Money". *The Jakarta Post.* Accessed June 25. http://www.thejakartapost.com/news/2017/05/12/indonesia-plays-it-cool-in-competition-for-chinas-obor-money.html.
Taaffe, Robert N. 1962. "Transportation And Regional Specialization: The Example Of Soviet Central Asia". *Annals Of The Association Of American Geographers* 52, no. 1: 80-98.

Tanchum, Michael. 2017. *China's One Belt, One Road Reshapes Mideast.* Accessed May 16. http://www.jpost.com/Opinion/Chinas-One-Belt-One-Road-reshapes-Mideast-479492>.
Taldybayeva, Dinara. 2017. "Prospects for China – Kyrgyzstan Economic Relations in the Framework of the Silk Road Economic Belt Project". *HKTDC.* Accessed July 25. http://china-trade-research.hktdc.com/business-news/article/The-Belt-and-Road-Initiative/Prospects-for-China-Kyrgyzstan-Economic-Relations-in-the-Framework-of--the-Silk-Road-Economic-Belt-Project/obor/en/1/1X000000/1X0A9JIX.htm.
Taylor, Robert. 2017. "China's overseas investment: Opportunities and Challenges." *The Online Journal of the China Policy Institute.* https://cpianalysis.org/2017/05/22/chinas-overseas-investment-opportunities-and-challenges/.
Teiwes, Frederick C. 1987. "Establishment And Consolidation Of The New Regime". In *The Cambridge History Of China - Volume 14, The People's Republic, Part 1*: *The Emergence Of Revolutionary China 1949-1965*, 1st ed. New York: Cambridge University Press.
Thailand. National News Bureau of Thailand. 2017. *Thailand launches study on One Belt, One Road strategy.* May 29. http://nwnt.prd.go.th/centerweb/newsen/NewsDetail?NT01_NewsID=WNECO6005290010005.
The Economist. 2016a. "The infrastructure of power". *The Economist.* http://www.economist.com/news/finance-and-economics/21701494-reasons-be-enthusiastic--about-chinas-answer-world-bank-infrastructure.
—. 2016b. "Our bulldozers, our rules". *The Economist.* Accessed May 10, 2017. http://www.economist.com/news/china/21701505-chinas-foreign-policy-could-reshape--good-part-world-economy-our-bulldozers-our-rules/.
The Express Tribune. 2017. "One belt, one road: Xinjiang keen to develop ties with neighboring countries". *The Express Tribune.* Accessed May 10. https://tribune.com.pk/story/1401540/one-belt-one-road-xinjiang-keen-develop-ties-neighbouring-countries/.
The Guardian. 2017. "America owes China $1tn: That's a problem for Beijing, and Trump knows it." *The Guardian.* Accessed July 26. https://www.theguardian.com/business/2017/apr/09/us-owes-china-billion-dollars-problem-beijing-trump-knows
The Heritage Foundation. 2017. *2017 Index of U.S Military Strength*: *Asia.* Accessed May 7. http://index.heritage.org/military/2017/assessments/operating-environment/asia/.
The Star. 2017. "China`s `One Belt, One Road` push in Thailand may flounder on Mekong River row". *The Star Online.* Accessed June 25. http://www.thestar.com.my/news/regional/2017/05/03/chinas-one-belt-one-road-push-in-thailand-may-flounder-on-mekong-river-row/.
Transport Corridor Europe-Caucasus-Asia (TRACECA). 2017a. "TRACECA Member Countries". *TRACECA.* Accessed May 23. http://www.traceca-org.org/en/countries/.

—. 2017b. "History of TRACECA". *TRACECA.* Accessed May 23. http://www.traceca-org.org/en/traceca/history-of-traceca/.
Ünal, Ali. 2017. "Belt And Road Summit Might Be Opportunity To Move Sino--Turkish Relations To The Next Level". *Dailysabah.* Accessed June 16. https://www.dailysabah.com/diplomacy/2017/05/13/belt-and-road-summit-might-be-opportunity-to-move-sino-turkish-relations-to-the-next-level.
Valiyev, Anar. 2017. "Azerbaijan: Perspectives On Eurasian Integration". *ECFR.* Accessed June 19. http://www.ecfr.eu/article/essay_eurasian_integration_azerbaijan
Van Dijk, M. Pieter and Mertens, Patrick. 2016. "The Silk Road and Chinese interests in Central Asia and the Caucasus: the case of Georgia". *Maastricht School of Management.* https://www.msm.nl/resources/uploads/2016/09/MSM-WP2016-12-1.pdf.
Wan, Ming. 2016. *The Asian Infrastructure Bank – The Construction of Power and the Struggle for the East Asian International Order.* New York: Palgrave Macmillan.
Wang, Tao. 2016. "The Great Russia-China Oil Alliance Is Here (And Why It Matters)". *The National Interest.* http://nationalinterest.org/blog/the-buzz/the-great-russia-china-oil-alliance-here-why-it-matters-17883.
Watt, Nicholas, Paul Lewis, and Tania Branigan. 2017. "US Anger At Britain Joining Chinese-Led Investment Bank AIIB". *The Guardian.* Accessed June 24. https://www.theguardian.com/us-news/2015/mar/13/white-house-pointedly-asks-uk-to-use-its--voice-as-part-of-chinese-led-bank.
Wong, Peter. 2017. "How China's belt and road is transforming Asean". *South China Morning Post.* Accessed May 12. http://www.scmp.com/comment/insight-opinion/article/2059916/how-chinas-belt-and-road-transforming-asean.
World Bank. 2017. "Middle Income Countries: overview." *World Bank.* Accessed May 18. http://www.worldbank.org/en/country/mic/overview.
—. 2015. *World Bank Data.* Accessed May 15. http://data.worldbank.org/indicator/BX.KLT.DINV.CD.WD?locations=CN.
—. 1993. *The East Asian Miracle*: *Economic Growth And Public Policy.* New York: Oxford University Press.
Wu, Yu-Shan, Chris Alden and Elizabeth Sidiropoulos. 2017. "China`s Onde Belt One Road initiative will need Africa`s support to work". *Quartz Africa.* Accessed July 26. https://qz.com/993861/obor-chinas-one-belt-one-road-initiative-needs-africas--support/
Yang, Li. 2013. "China's Growth Miracle: Past, Present, and Future". Accessed July 3. http://www.unrisd.org/80256B3C005BD6AB/%28httpAuxPages%29/2893F14F-41998392C1257BC600385B21/$file/China%27s%20growth%20miracle%200808.pdf
Yuzhu, Wang. 2017. "Xi Jinping Makes Inroads In Cambodia, Bangladesh And India For Economic Corridor". *OBOR Watch.* Accessed June 24. http://oborwatch.org/xi--jinping-makes-inroads-in-cambodia-bangladesh-and-india-for-economic-corridor/.
Zecha, Cecilia Ma; Ngai, Joe; Sneader, Kevin. 2016. *China's One Belt, One Road*: *Will*

it reshape global trade? *One of the biggest stories in Asian business is China's One Belt, One Road initiative, an economic and diplomatic program that could transform trade.* http://www.mckinsey.com/global-themes/china/chinas-one-belt-one-road-will-it-reshape--global-trade.

Zhao, Hong. 2017. "IPP REVIEW-Different Perceptions of China's `One Belt One Road" Initiative`. *Ippreview.* Accessed June 25. http://ippreview.com/index.php/Home/Blog/single/id/60.html.

Zhou, May. 2017. "Chinese, Egyptian Diplomats Explain One Belt One Road". *China Daily.* Accessed June 25. http://www.chinadaily.com.cn/world/2017-02/18/content_28248957.htm.

Zhou, Lihuan, Denise Leung. 2015. "China's Overseas Investments, Explained in 10 Graphics". *World Resources Institute.* http://www.wri.org/blog/2015/01/china%E2%80%99s-overseas-investments-explained-10-graphics.

Zhu, Zhiqun. 2015. "China's AIIB and OBOR: Ambitions and Challenges". *The Diplomat.* http://thediplomat.com/2015/10/chinas-aiib-and-obor-ambitions-and-challenges/.



CCP

ufrgsmun 2017

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v.5, 2017 | p. 77-116

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS DE ESTADOS EM SITUAÇÃO DE PÓS-CONFLITO

Evelucia Cutrim[1]
Marcela Ávila[2]

RESUMO

O presente guia de estudos discute os problemas e as soluções apontadas pelas Operações de Paz das Nações Unidas na construção de instituições políticas dos estados em situação de pós-conflito. A primeira seção, de contextualização histórica, trabalhará a trajetória dessas operações dividindo-a em quatro períodos históricos, sendo eles: a partir do pós-segunda guerra, a partir do pós-guerra fria, a partir do Relatório Brahimi e a partir dos anos 2000. A seção de apresentação do problema, por sua vez, realizará uma discussão teórica acerca dos conceitos de "construção da paz", "paz positiva" e "paz negativa", além de apresentar a atual crise do paradigma das Missões para Construção da Paz e apresentar a alternativa apontada pela abordagem da resiliência. A seção sobre ações internacionais prévias trará um breve resumo sobre os últimos documentos publicados pela Comissão para Construção da Paz que versam sobre o assunto, enquanto os blocos de posição buscam sintetizar os posicionamentos da comunidade internacional a respeito do presente assunto. Por fim, as questões a ponderar pretendem encaminhar o leitor para próximas pesquisas, introduzidas pelo presente guia de estudos e motivadoras de futuras discussões.

1 Evelucia é estudante do quarto ano de Ciências Sociais na UFRGS e Diretora na CCP.
2 Marcela é estudante do terceiro ano de Políticas Públicas na UFRGS e Diretora na CPP.

1 INTRODUÇÃO

O século XXI e a era virtual faz com que uma parte significativa da população se questione sobre a legitimidade das instituições, sobre diferentes formas de exercer cidadania, sobre sair de casa e ir às ruas exigir por melhores serviços públicos, por educação de qualidade, por condições dignas de trabalho. Esses dilemas acompanham a vida não apenas dos brasileiros, mas de todos os indivíduos que constituem a menor unidade do Estado, o cidadão. A árdua tarefa de organizar as demandas, exigências, necessidades, representações, direitos e deveres dessas pessoas, então, é tarefa das instituições políticas. Seus diferentes arranjos, extensivamente estudados e analisados com relação a seus desequilíbrios e modelos pela Ciência Política, traduzem de maneiras infinitas as diferentes relações de poder existentes nas sociedades. Porém, os limites das ciências humanas impedem a existência de um pacote de medidas infalíveis para a construção de instituições políticas eficientes, legítimas e representativas.

A Organização das Nações Unidas (ONU) pode colaborar com essa discussão de maneiras diversas. O presente guia, porém, discutirá as dificuldades e desafios enfrentados pelas operações de paz da ONU para a criação de instituições políticas à luz do conceito da construção da paz. Para isso, iniciaremos trazendo uma contextualização histórica, que aborda a trajetória das operações de paz das Nações Unidas, além de algumas das principais consequências das suas ações no contexto internacional. Na subseção seguinte, apresentamos uma discussão teórica sobre os significados atribuídos à construção da paz, trazendo alguns instrumentos teóricos adicionais que facilitam a compreensão entre as diferentes partes desse debate.

Um rápido compilado dos últimos documentos publicados pelas Nações Unidas sobre o assunto é trazido na subseção sobre "ações internacionais prévias", que pretende fornecer mais subsídios para a compreensão da importância da construção da paz na agenda internacional e, principalmente, na construção das instituições políticas de alguns países. Os blocos de posição, por sua vez, facilitam o entendimento sobre os diferentes posicionamentos da comunidade internacional acerca do tópico, apontando possíveis convergências e tensões entre os atores do sistema internacional. As questões a ponderar, apresentadas no final do presente guia de estudos, buscam o futuro desta discussão, dando espaço para que os diferentes posicionamentos possam propor suas alterações em busca de melhores resultados. Para isso, buscamos referências em diferentes instrumentos teóricos, principalmente a partir das obras de Chandler (2014, 2017), Lake (2016) e Galtung (1964).

Assim, nosso intuito é buscar uma discussão objetiva e operacional não apenas sobre as operações de paz e as instituições políticas, mas também

sobre a participação política, seus impactos e sua importância. Tornar abstrata a análise sobre nossa cidadania é uma oportunidade de exercitar, cada vez mais e melhor, nosso direito de se sentir representado pelas instituições para as quais arrecadamos impostos e exercemos nossos direitos e deveres. Repensar a construção e origem das instituições em sociedades distantes e eventualmente muito pouco conhecidas pode ser uma forma valiosa de problematizar os contextos nos quais estamos inseridos, afastando-nos das mazelas da vida diária em prol de um pensamento mais amplo e contextualizado sobre a nossa realidade.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O contexto histórico da construção da paz na agenda internacional nos dá instrumentos valiosos para a compreensão das atuais discussões acerca desse tema. É pensando nisso que a presente seção buscará organizar, de maneira lógica e cronológica, a trajetória das operações de paz das Nações Unidas, problematizando seus impactos e resultados ao longo do texto. Além de esclarecer a trajetória dessas ações dentro da ONU, pretendemos apresentar alguns conceitos e suas utilizações ao longo da história, como forma de embasar a discussão teórica da subseção seguinte.

2.1 Missões para a manutenção da paz das Nações Unidas: início e contexto no pós-Segunda Guerra

As missões da ONU para a manutenção de paz desenvolveram-se fundamentadas nos mecanismos de resolução de conflitos aplicados pela Liga das Nações[3], que requisitava o compromisso dos Estados-membros de não recorrerem à guerra a fim de alcançar a paz e a segurança internacionais. A Carta das Nações Unidas, documento fundador da ONU editado em 1945, não chega a mencionar "manutenção da paz" em seu texto, mas propõe o estabelecimento de tropas como observadores imparciais até que conflitos sejam solucionados[4]. Seguindo esta premissa e com o consentimento das par-

3 Anterior ao estabelecimento das Nações Unidas, a Liga das Nações foi uma confederação internacional de países que teve sua criação em 1919, após a Primeira Guerra Mundial, de acordo com as disposições do Tratado de Versalhes e sua dissolução em 1946, após a Segunda Guerra Mundial, dado a numerosas deficiências, mas principalmente pela falta de vontade ou a incapacidade do Reino Unido, da França e dos Estados Unidos de se oporem às trajetórias cada vez mais nacionalistas imperialistas e militaristas da Alemanha Nazista, da Itália fascista e do Japão imperial.

4 Respaldada em seus capítulos VI e VII, a Carta das Nações Unidas preconiza a resolução os conflitos por meios pacíficos estabelecendo tropas como observadores imparciais e aplicando medidas de negociação, mediação e fortalecimento da confiança, assim como a implementação de forças aéreas, marítimas ou terrestres, caso haja a necessidade para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais.

tes, as operações de paz, ao longo da Guerra Fria[5], procuravam estabilizar o ambiente por meios pacíficos para assegurar a aplicação de uma resolução na busca por uma trégua ou cessar-fogo (Kenkel 2013, 125).

A singularidade das atividades no país anfitrião da missão eram as forças intermediárias entre as linhas de frente, implantadas para evitar o contato entre as tropas e diminuir as chances de uma interrupção da paz. Priorizando a todo o momento soluções pacíficas, essas missões também incluíam monitoramento de zonas desmilitarizadas, levantamento de relatórios e a fortificação da confiança para proporcionar um espaço favorável à negociação ou mediação. As missões de manutenção da paz eram retiradas assim que houvesse um acordo político (Kenkel 2013, 125).

Seguindo o molde de uma operação de observação e monitoramento, as duas primeiras operações de manutenção da paz implantadas pela ONU, a Organização de Supervisão da Trégua das Nações Unidas (UNTSO), fundada em 1948, e o Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas na Índia e no Paquistão (UNMOGIP), ativo desde 1949, operam até hoje. Nas décadas de 1960 e 1970, a ONU também estabeleceu missões de curto prazo no Congo (ONUC), na República Dominicana (DOMREP), na Nova Guiné Ocidental (UNSF), no Iêmen (UNYOM) e, de longo prazo, no Chipre (UNFICYP) e no Médio Oriente (UNEF II/FNUF/UNIFIL). Em 1956, com o envio da Primeira Força de Emergência da ONU (UNEF I), viria a primeira operação armada de manutenção da paz para enfrentar a crise de Suez na supervisão da evacuação das tropas estrangeiras no território. Ainda que utilizando limites restritos quanto ao uso da força, a UNEF I introduziu uma alteração nas missões que estabeleceu precedentes importantes para todas as futuras operações de paz, já que fora certificado que pequenos grupos desarmados não poderiam lidar com a belicosidade da situação de Suez (Kenkel 2013, 126).

A atividade das Nações Unidas seguiu com o caráter da resolução pacífica de conflitos, esperando a conformidade dos envolvidos em direção a uma condução harmoniosa com a presença da ONU. Durante a Guerra Fria, o medo constante do surgimento de uma violência direta entre as duas superpotências limitou o melhor alcance das atividades de manutenção da paz e impediam a efetividade da ONU enquanto instituição. Além disso, em razão do cunho passivo e da noção forte do estabelecimento de uma persuasão moral no processo de resolução de conflitos, as primeiras operações de manutenção da paz foram acusadas de "congelar conflitos", desincentivando uma solução final. Isso levou as missões conseguintes a buscar condições que

5 Um estado de extrema hostilidade sobre diferenças ideológicas existente após a Segunda Guerra Mundial entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas não expressado através do combate militar, mas por métodos de pressões políticas e ameaças.

estimulassem o desfecho definitivo dos conflitos, não demandando o retorno das mesmas (Kenkel 2013, 127).

2.2 Operações de paz no pós-Guerra Fria e agenda para a paz

O cenário da política internacional com o fim da Guerra Fria mudou drasticamente o contexto estratégico para a manutenção da paz. O término da rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética no Conselho de Segurança, assim como a obstinação com o comprometimento internacional em solucionar conflitos, principalmente aqueles que haviam se intensificado com a saída do impasse estabelecido com a disputa bipolar resultou em um rápido aumento da demanda por operações de paz. Nos países de Terceiro Mundo, foi retirado o apoio às guerras, requisitando assistência internacional nos processos de transição política, ao mesmo tempo em que no Hemisfério Norte impulsos étnicos anteriormente controlados pelos regimes comunistas agora desintegrados levaram a guerras civis destrutivas (Usden et. al 2012, 1-2, Kenkel 2013, 126).

Decorrente de acordos globais, as missões envolvendo observação e monitoramento deslocaram-se e expandiram-se para missões "complexas" ou "multidimensionais", com mandatos mais ambiciosos no uso de práticas como o Desarmamento, a Desmobilização e a Reintegração (DDR) das partes em guerra e o desenvolvimento da capacidade administrativa no Estado anfitrião com envolvimento ativo não só na estabilização do cenário, mas também na assistência à transição para a paz. Cada vez mais eram solicitadas uma variedade de tarefas complexas, como o auxílio na construção de instituições sustentáveis de governança, o monitoramento de violações de direitos humanos, bem como a reforma do setor de segurança, desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes (United Nations 2017a).

Tentando entender as mudanças na política internacional, bem como buscar possíveis respostas para aquele cenário, o então Secretário-Geral da ONU, Boutros-Ghali, em junho de 1992, apresenta um relatório intitulado Agenda para a Paz, no qual é salientada a importância da paz sustentável e argumenta-se que tal paz só poderia ser alcançada através da construção de instituições sustentáveis, uma abordagem que se tornou conhecida como a "construção da paz" (Fréchette 2012, 7). Sobre o tema da manutenção da paz, Boutros-Ghali afirmou que as Nações Unidas se adaptaram de forma flexível às novas exigências colocadas sobre ela, mas argumentou que "as condições básicas para o sucesso permanecem inalteradas" (United Nations 1992a,14-15), sendo elas um mandato claro e praticável; a cooperação das partes na implementação desse mandato; o apoio contínuo do Conselho de Segurança; a prontidão dos Estados-membros para contribuir com forças mi-

litares, policiais e civis, incluindo especialistas; comando efetivo das Nações Unidas; e suporte financeiro e logístico adequado.

Reconhecendo que podem surgir situações em que a presença da ONU seria desafiada por forças hostis no terreno, o Secretário-Geral propôs o estabelecimento das chamadas "unidades de execução da paz". Essas unidades estariam "disponíveis de plantão", consistiriam em tropas que se ofereceram voluntariamente, seriam "mais fortemente armadas do que forças de manutenção da paz" e exigiriam "treinamento preparatório extensivo em suas forças nacionais" (United Nations 1992a, 13). Uma Agenda para a Paz foi razoavelmente bem recebida pelos Estados-membros e o quadro conceitual proposto pelo Secretário-Geral foi amplamente apoiado. No entanto, muitos países estavam indecisos quanto às "unidades de aplicação da paz" e as várias resoluções da Assembleia Geral, adotadas em resposta a uma Agenda para a Paz, não fizeram menção a elas (Fréchette 2012, 7), embora os Estados-membros reconhecessem "a importância de adequar considerações especiais a mecanismos e meios de dissuadir um potencial agressor e procedimentos para uma resposta rápida e efetiva a atos de agressões" (United Nations 1992b, 5).

As missões estabelecidas após o fim da Guerra Fria foram quase sempre implantadas essencialmente através de meios pacíficos, como previsto no Capítulo VI da Carta das Nações Unidas. O sucesso dessas missões, portanto, dependeria de desejo de ambas as partes do conflito e, em grande parte da persuasão moral da ONU. Em contextos em que esses pré-requisitos existiam, as missões foram bem-sucedidas. Exemplos como estes incluem o Grupo de Assistência de Transição das Nações Unidas (UNTAG) na Namíbia, a Operação das Nações Unidas em Moçambique (UNOMOZ) e o Grupo de Observação das Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL), estabelecidas para ajudar a implementar acordos de paz robustos, estabilizar a situação de segurança, reorganizar militares e policiais, eleger novos governos, e construir instituições democráticas[6] (Kenkel 2013, 129).

2.3 O fracasso das missões em Ruanda, Bósnia e Somália e o Relatório Brahimi

Em meados da década de 1990, o sucesso das missões anteriores elevou as expectativas das operações de paz da ONU. No entanto, o Conselho de Segurança não foi capaz de autorizar mandatos suficientemente complexos ou fornecer recursos adequados, levando a uma discrepância entre as tarefas e os efeitos esperados, bem como ocasionando o fracasso devastador de três missões: em 1993, a II Operação da ONU na Somália (UNOSOM II); em 1994, a Força de Proteção da ONU (UNPROFOR), na antiga Iugoslávia, e,

6 Abordagem utilizada de acordo com conceito ocidental de democracia.

em 1996, a Missão de Assistência da ONU para Ruanda (UNAMIR), onde a paz não foi alcançada (Kenkel 2013, 130).

Essas três operações demonstraram rapidamente as limitações do quadro político geral estabelecido na Agenda para a Paz. A distinção entre a aplicação da paz[7] e a manutenção da paz[8] proposta por Boutros-Ghali foi impossível de manter quando as forças da ONU foram atacadas, especialmente na ausência das propostas "unidades de aplicação da paz", que nunca se materializaram. Suas forças de paz foram criticadas por enfrentarem situações em que as partes conflitantes não aderiram a acordos de paz ou onde os próprios pacificadores não receberam recursos adequados ou apoio político (Fréchette 2012, 7).

Na Somália, após passar pela UNOSOM I[9], no final de 1992 e início de 1993, a ONU começou a planejar a transição da UNITAF[10] para a UNOSOM II, uma missão de US $ 1,6 bilhão, que começou em março de 1993. Vinte e nove países autorizaram as tropas a prosseguir um mandato altamente ambicioso, que ultrapassou os limites das missões de paz tradicionais. As tropas deveriam restaurar a ordem da Somália, desarmar civis somalis e criar as bases para um governo estável. A ajuda humanitária, em vez de ser distribuída de acordo com a necessidade, foi utilizada como uma recompensa para aqueles que apoiaram a missão. Além disso, a tentativa de prender Muhammad

7 O documento conhecido como Doutrina Capstone (United Nations 2008c), que é apresentado pelo presente guia em mais detalhes na subseção 4, trabalha um espectro de conceitos que se relacionam às operações de manutenção da paz das Nações Unidas. Ao conceituar a aplicação da paz, do inglês peace enforcement, o documento apresenta que ela "envolve a aplicação, com a autorização do Conselho de Segurança da ONU, de uma diversidade de medidas coercitivas, incluindo o uso de forças militares" (United Nations 2008c, 18).

8 Esse conceito será discutido e apresentado na subseção 3.1 do presente guia.

9 A UNOSOM I esteve destinada a aliviar os problemas na Somália criados pela guerra civil e a seca. A missão foi lançada pela ONU em abril de 1992 para monitorar o cessar-fogo que estava vigente na época e proteger a equipe das Nações Unidas durante suas operações humanitárias. Como o governo central da Somália havia entrado em colapso, a ONU não pôde buscar o consentimento para implantar tropas, por isso o mandato foi mantido neutro e limitado. Mais de 4.000 soldados foram autorizados para a missão, mas bem menos que 1.000 foram implantados porque os WARLORDS locais impediram que se movessem além do aeroporto na capital da Somália, Mogadishu. A UNOSOM I sofreu com vários problemas. As tropas muitas vezes se recusaram a aceitar ordens dos comandantes da ONU antes de verificar com seus próprios governos e as dificuldades de comunicação e coordenação de atividades impediram a missão. A intervenção de US $ 43 milhões teve poucas baixas, mas sua eficácia foi fraca.

10 A UNOSOM I, que terminou em março de 1993, foi completada, a partir de dezembro de 1992, por uma missão de execução da paz liderada pelos Estados Unidos, denominada Força-tarefa Unificada (UNITAF), na qual 24 países contribuíram com cerca de 37 mil soldados. O mandato da força-tarefa era proteger o território para permitir o alívio humanitário. As forças militares mais fortemente armadas da UNITAF tiveram maior sucesso do que a UNOSOM I, conseguindo desarmar vários dos clãs somalianos em guerra. No entanto, os líderes militares toleraram a UNITAF devido à capacidade das tropas americanas de usar a força, o mandato de tempo limitado da missão e, de forma mais significativa, porque a operação não ameaçava o equilíbrio político na guerra civil.

Farah Aydid, o líder militar mais poderoso do país, não era um ato neutro. Os líderes militares locais aproveitaram grandemente da situação caótica e resistiram fortemente às operações de reconstrução propostas. Depois de planejar uma operação tão ambiciosa, a ONU não conseguiu apoiar a missão de forma adequada. As resoluções da ONU que criaram a missão não estavam claras. Pouca atenção foi dada à promoção de cessar-fogo estável ou impedir incidentes menores de serem maiores. A organização assumiu que a bandeira da ONU protegeria as tropas, por isso estavam levemente armados e careciam do equipamento necessário em uma zona de guerra civil. Após uma série de ataques contra as tropas da ONU por milícias somali e uma batalha em Mogadishu que mataram 18 soldados americanos, os EUA e a Europa retiraram suas forças em março de 1994. Ao todo, houve mais de 140 mortes da ONU por atos hostis. A UNOSOM II não cumpriu o mandato e não conseguiu cumprir sua função e a população continuou a sofrer de tudo o que sofreu a partir de 1992 (United Nations 2017c).

Em meio aos abusos perpetrados pela campanha de "limpeza étnica" promovida pelas forças sérvias da Bósnia a UNPROFOR foi implantada, mais especificamente em certas áreas na Croácia, designadas como Áreas Protegidas das Nações Unidas (UNPAs), em que o Conselho de Segurança julgou que eram necessários arranjos provisórios especiais para garantir que um cessar-fogo duradouro fosse mantido. As UNPAs eram áreas em que os sérvios constituíam a maioria ou uma minoria substancial da população e onde as tensões intercomunitárias levaram a um conflito armado. O mandato da UNPROFOR foi estabelecido para garantir que as UNPAs fossem desmilitarizadas, através da retirada ou dissolução de todas as forças armadas nelas, e que todas as pessoas que residem nelas estivessem protegidas contra os ataques armados. Do lado de fora das UNPAs, os observadores militares da UNPROFOR deveriam verificar a retirada de todas as forças do Exército Popular Iugoslavo, além daquelas que estão separadas e desmobilizadas por lá. Em apoio ao trabalho das agências humanitárias das Nações Unidas, a UNPROFOR também facilitaria o retorno, em condições de segurança de pessoas civis deslocadas para suas casas nas UNPAs (United Nations 2017d). A UNPROFOR falhou ao proteger civis no que ficou conhecido como o massacre de Srebrenica. Em 1993, a maioria dos cidadãos entregou suas armas durante um acordo de desmilitarização. Quando o exército sérvio da Bósnia atacou no início de julho de 1995, as forças de paz holandesas da ONU recusaram-se a devolver as armas aos locais e não protegeram os cidadãos. O comandante holandês acreditava que os bósnios (locais) não podiam defender Srebrenica sozinhos e que suas próprias forças não podiam ser efetivas, então eles não dispararam contra os soldados sérvios e abandonaram suas postagens quando os sérvios atacaram e desarmaram. Tragicamente, mais de 20.000

homens e meninos muçulmanos e mulheres e crianças foram executados ou massacrados brutalmente e dentro das UNPAs (Jacobson 2012, 4).

Em outubro de 1993, o Conselho de Segurança estabeleceu a Missão de Assistência das Nações Unidas para o Ruanda (UNAMIR), para ajudar as partes a implementar o acordo entre as Forças Armadas do Governo Hutu de Ruanda e a Frente Patriótica Rwandesa (RPF), liderada por Tutsis, com o propósito de acabar com a tensão e violência étnica que levava a matanças em massa de tutsi em Ruanda, além demonitorar sua implementação e apoiar o governo de transição (United Nations 2017d). No entanto, a missão fracassou ao deixar de prevenir ou limitar o genocídio ruandês em 1994. Entre os erros cometidos pela UNAMIR e a sociedade internacional estão: o abandono consciente das forças da ONU de milhares de civis em Ruanda que procuravam segurança deixando-os vulneráveis às milícias vizinhas e às tropas que posteriormente os massacraram, a falha ao identificar os acontecimentos em Ruanda como um genocídio e a decisão do Conselho de Segurança, no dia 16 do massacre, em reduzir em quase 90% o número de tropas de paz no país (Jacobson 2012, 4). Agenda para a Paz não abordou a questão da responsabilidade das missões de manutenção da paz em relação às populações civis, e os massacres ocorridos nesses casos expuseram as carências da doutrina corrente em tais situações (Fréchette 2012, 7). As missões do pós-Guerra Fria são implantadas até hoje, e as falhas da década de 1990 ocasionaram um processo de autorreflexão sobre os princípios das operações de paz a fim de evitar a repetição destas (United Nations 2017). Durante seu mandato, o Secretário-Geral Kofi-Annan encomendou um inquérito independente sobre as ações das Nações Unidas durante o genocídio de 1994 em Ruanda e, a pedido da Assembleia Geral, forneceu uma avaliação abrangente sobre os eventos de 1993-1995 em Srebrenica, na ex-Iugoslávia, oferecendo novos conhecimentos sobre a doutrina subjacente às operações de manutenção da paz. As circunstâncias que levaram à retirada da ONU da Somália também foram cuidadosamente examinadas (United Nations 2017, Fréchette 2012, 7).

Compreendeu-se, por meio da atuação da II Operação das Nações Unidas na Somália (UNOSOM II), a necessidade de se desenvolver ações humanitárias, mesmo em casos de ausência de um governo que pudesse dar consentimento para implantar tropas, como na Somália. A falta de consentimento também foi um impasse com a Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR) devido à trama croata e bósnia de manipular a concessão para ter mais tempo para se rearmar durante o embargo de armas da ONU. Após tal conclusão, o relatório sobre Srebrenica então afirma que as forças de paz nunca mais devem ser implantadas em um território em que não há concordância em cessar-fogo ou acordo de paz, mas também argumenta fortemente

que uma tentativa deliberada e sistemática de aterrorizar, expulsar ou assassinar um povo inteiro deve ser cumprida de forma decisiva com todos os meios necessários (Fréchette 2012, 7).

A Força de Assistência das Nações Unidas para o comando da Força Militar de Ruanda (UNAMIR) teve complicações com o não uso da força quando não foi autorizada a usar a força para tomar medidas preventivas em relação aos assassinatos em massa, insistindo na natureza do Capítulo VI da Carta das Nações Unidas. Diante disso, o Relatório do Inquérito Independente às Ações das Nações Unidas durante o Genocídio de 1994 em Ruanda explicitou que diante do acontecido em Ruanda, as Nações Unidas tinham a obrigação de agir, o que transcendia os princípios tradicionais de manutenção da paz (Fréchette 2012, 7-8).

As consequências políticas das três missões deram um impulso em direção à mudança de perspectiva da ONU, que passou a estar centrada em torno do debate sobre o uso da força, colocando em questão e relativizando conceitos como soberania, não-intervenção e direitos humanos. Após uma fase de redução inicial em que não foram criadas novas missões no final da década de 1990, houve aumento na permissão para usar a força para impor os objetivos do mandato de uma missão ou de organizações regionais autorizadas pela ONU, e na crescente inclusão de impulsos humanitários, tanto dentro como fora das operações de paz (Kenkel 2013, 130-131).

Com o objetivo de evitar a repetição dos erros cometidos no tratamento das situações em Ruanda, Somália e Srebrenica, o então Secretário-Geral Annan iniciou uma revisão abrangente das políticas e práticas de operações de paz, convocando, em agosto de 2000, um painel de alto nível para sugerir melhorias na gestão das operações de paz da ONU. O painel produziu o que ficou conhecido como "Relatório Brahimi", nomeado em homenagem ao presidente do painel, ex-ministro das Relações Exteriores da Argélia e o Secretário-Geral das Nações Unidas, Lakhdar Brahimi (Benner et. al 2007, 27-28).

O relatório fez recomendações sobre as diversas formas de melhorar as operações de paz da ONU, identificando recursos limitados, mandatos ambíguos ou ambiciosos e a falta de coordenação entre os organismos internacionais como obstáculos para seu êxito. A nível conceitual, este ampliou oficialmente a noção de construção da paz para aproximá-la das realidades de construção estatal pós-conflito: "para montar os alicerces da paz e fornecer as ferramentas para construir sobre esses fundamentos algo que é mais do que apenas a ausência de guerra" (United Nations 2000a, 13, tradução nossa). A lista de tarefas é abrangente abordando desde a assistência eleitoral e educação em direitos humanos até a formação e reestruturação da polícia local e reformas judiciais e penais. Além disso, o documento aponta que as unidades

militares da ONU devem ser capazes de se defenderem e as regras de engajamento devem ser suficientemente robustas e não forçar os contingentes das Nações Unidas a ceder a iniciativa aos seus atacantes (United Nations 2000b).

2.4 As missões de manutenção da paz nos anos 2000

O cenário das missões a partir dos anos 2000 consiste em operações de manutenção da paz que combinam permissão elevada para usar a força com tarefas civis aprimoradas, mais intrusivas em termos de seu efeito na autonomia local do que nas missões do durante a Guerra Fria. A postura doutrinária da ONU sobre a proteção de civis foi desenvolvida ainda mais em uma série de resoluções normativas do Conselho de Segurança que enunciavam princípios e abordagens gerais para a proteção de civis em conflitos armados. Estes princípios encontraram sua aplicação em disposições de mandatos de manutenção da paz específicos dos países, que autorizam o uso da força por tropas da ONU para proteger as populações civis de acordo com os meios à sua disposição (Kenkel 2013, 132, Fréchette 2012, 8).

Em 2008, o Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (DPKO) publicou a doutrina Capstone, marcando uma etapa adicional na reforma das práticas de manutenção da paz ao formalizar e codificar um conjunto de princípios anteriormente não trazidos formalmente em um documento coeso. A publicação corroborou os princípios básicos da manutenção da paz como consentimento das partes, imparcialidade e o não uso da força, com exceção da legítima defesa e defesa do mandato. Também definiu, em termos mais específicos, o que uma missão de manutenção da paz pode e não pode fazer, apresentando uma descrição abrangente das políticas e práticas sancionadas para as missões da ONU – um verdadeiro desafio, uma vez que as características variam amplamente de missão para missão (Usden et. al 2012, 2, Kenkel 2013, 134-135).

O aumento da complexidade dos mandatos de operações de paz e suas tarefas cada vez mais ambiciosas levaram a um aumento significativo do número de organizações e atores envolvidos em missões de grande escala. Estas incluem organizações regionais, agências especializadas da ONU, ONGs internacionais e instituições financeiras internacionais, entre outros. O esforço necessário para coordenar esses vários atores e suas agendas parcialmente divergentes é um dos principais desafios abordados em Capstone (Kenkel 2013, 134-135).

Estando a edificação da busca pela manutenção da paz e as experiências com a construção da paz intimamente ligadas, em dezembro de 2005, são criados a Comissão de Consolidação da Paz (CCP), o Gabinete de Apoio à Consolidação da Paz e o Fundo de Consolidação da Paz, com o objetivo de

apresentar um novo conjunto de princípios e práticas que orientem as atividades nas missões de paz. A CCP firmou compromisso em fornecer recomendações para a construção, recuperação, reconstrução e desenvolvimento da paz pós-conflito, além de servir como fórum de intercâmbio de experiências sobre questões relativas à construção da paz (Kenkel 2013, 134-135).

Assim, a manutenção da paz sempre foi altamente dinâmica e evoluiu diante de novos desafios. Documentos sobre as questões que enfrentam as missões contemporâneas de manutenção da paz, em particular a proteção dos civis, assim como o desenvolvimento de projetos com estratégias abrangentes para missões individuais e convocação de painéis independentes de alto nível para a avaliação das operações. Essas ações têm sido realizadas para assegurar que as missões estejam constantemente atualizadas, evoluindo com as lições aprendidas em cada missão de paz. A manutenção da paz enfrentou um conjunto variado de desafios, incluindo realizar missões maiores, mais caras e cada vez mais complexas, projetar e executar estratégias de transição viáveis para missões nas quais um certo grau de estabilidade foi alcançado, e preparar-se para um futuro incerto (Kenkel 2013, 135-137).

À medida que evoluíram, as operações de paz se tornaram uma ferramenta inelutável e crucial para o gerenciamento de conflitos da comunidade internacional. Além disso, a complexidade política que enfrentam as operações de manutenção da paz e o alcance de seus mandatos, inclusive do lado civil, permanecem muito amplos. Existem fortes indícios de que certas capacidades especializadas – incluindo a polícia – possuam maior demanda nos próximos anos, assim como as missões de caráter híbrido envolvendo a implantação simultânea de tropas da ONU e as de uma organização regional sob comando misto do conflito como, por exemplo a União Africana (Kenkel 2013, 137).

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

A dinamicidade dos conceitos utilizados pelas Nações Unidas em suas operações de paz desafia a academia a acompanhar suas mudanças ao longo da história, conforme demonstrou a seção anterior, e isso não é diferente na atualidade. Hoje, o conceito de construção da paz (ou *peacebuilding*) tem seu significado amplamente alterado pela sua utilização, que assumiu diferentes formatos em diferentes instituições e sociedades. Assim, entender e defender diferentes ideias sobre o que é (ou deve ser) a construção da paz é parte de uma discussão que se relaciona diretamente a diferentes interesses, objetivos e posicionamentos. A presente seção buscará encontrar alguns lugares comuns nessa discussão, propondo ideias que facilitam a interação entre os vários atores cujas atuações hoje compõem o significado do que conhece-

mos como construção da paz.

3.1 O que é a Construção da Paz?

O site do escritório suporte da ONU para Missões para Construção da Paz traz na sua página o conceito de construção da paz como uma ideia que envolve medidas que "visam a redução de riscos de recaída em conflitos", em especial pelo fortalecimento das "capacidades nacionais (...) para gestão do conflito e para assentar as fundações para a paz e o desenvolvimento sustentável" (United Nations Peacebuilding Support Office 2012, online). Na academia, porém, destaca-se o pioneirismo de Galtung (1967) ao utilizar a expressão, que é facilmente confundida com conceitos de construção de instituições (*institution-building*), construção do Estado (*statebuilding*), construção de nação (*nation-building*) e construção da paz (*peacebuilding*). Essa discussão, que pode aparentar pertencer apenas ao campo teórico, é operacionalizada pela primeira vez pelo Relatório Brahimi, que apresenta algumas distinções que precisam ser levadas em consideração para compreendermos as diferentes interpretações que o conceito de construção da paz pode assumir.

Na academia, um dos primeiros e principais autores a trabalharem o conceito de *peacebuilding*[11] foi Johan Galtung, em sua publicação *Theories of Peace*, de 1967. Nesta obra, Galtung trabalha o pensamento sobre a paz e seus significados (Galtung 1967). O conceito elaborado pelo autor diz o seguinte:

> A construção da paz é o processo de criar estruturas autossuficientes que "removam as causas das guerras e oferecem alternativas em situações onde conflitos podem acontecer". Mecanismos de resolução de conflitos 'devem ser construídos em estruturas e estar presentes como uma barragem, utilizada pelo sistema em si, assim como um corpo saudável tem a habilidade de gerar seus próprios anticorpos e não precisa da administração ad-hoc da medicina (Galtung 1967).

Outra estratégia que também é eficaz para a compreensão do conceito de construção da paz é diferenciá-lo de um conjunto de outras expressões utilizadas pelas Nações Unidas para caracterizar suas ações. Embora seja relativamente frequente a menção sobre a construção de instituições (*institution-building*), a construção do Estado (*statebuilding*), a construção de nação (*nation-building*) e a construção da paz (*peacebuilding*), estas se referem a processos que não são intuitivamente reconhecidos e diferenciados.

11 A expressão "construção da paz" é uma tradução direta da expressão da língua inglesa peacebuilding. Ambas as expressões são frequentemente utilizadas pela literatura brasileira para abordar esse conceito.

A ação técnica de criar e fortalecer instituições governamentais é um processo restrito e específico, conhecido como construção de instituições[12]. Torná-las legítimas e funcionais não é um processo que depende unicamente do seu desenho estrutural, mas também do seu alinhamento com os contextos sociais e políticos das sociedades em que as instituições em questão estão inseridas (Fritz e Menocal 2007). Este conceito, porém, é comumente confundido com a ação de construção do Estado[13], que é mais amplo e complexo. Ao trabalhar diretamente com a governança dos Estados, esse processo busca problematizar como fazer com que as instituições funcionem melhor (Fritz e Menocal 2007). Tal conceito questiona ainda como se devem constituir as bases de uma estrutura de governo que permita a atuação da governança, determinando a forma como o poder será exercido e os conjuntos de regras que determinam os comportamentos de um governo em suas várias arenas de atuação. Esses sistemas atuam de maneira orgânica em seus vários níveis, desde a arena internacional – com os organismos multilaterais e supranacionais, por exemplo -, até as esferas locais – com as prefeituras, governos estaduais e ferramentas participativas locais (Fritz e Menocal 2007).

O processo de construção de nação[14] é definido por um sentido étnico, cultural e político. Historicamente, o Estado tem tido um papel fundamental e ativo nesse processo, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento. Wimmer e Schiller (2002) defendem que a noção de um espaço público nacional e comum, parte do processo de construção de nação, é essencial para a construção de Estados efetivos, além de fortalecer a relação entre Estado e sociedade. Hippler (2005), por sua vez, afirma que o termo foi comumente associado a modernização desenvolvimentista durante a década de 50, alertando sobre o significado vago e inconsistente que a expressão assumiu nos últimos anos de discussão. Para ele, a construção de nação é, por um lado, um processo de desenvolvimento sociopolítico que permite que pequenas comunidades conectem-se em uma sociedade comum, associando-se a um estado-nação correspondente. Por outro lado, ele também define o conceito como um objetivo político e uma estratégia, necessária e útil à atores internos e externos para criar e fortalecer um sistema político e social sob os limites de um estado-nação, quando isso serve aos seus interesses (Hippler 2005).

A construção da paz, por sua vez, é compreendida como um conjunto de atividades realizadas por atores nacionais ou internacionais para prevenir conflitos e institucionalizar a paz. Apesar de abordar uma parte muito signi-

12 A expressão "construção de instituições" é uma tradução para o termo *institution-building*. Ambos os termos são extensivamente utilizados pela literatura em português para referenciar esse conceito.

13 "Construção do Estado" é a tradução direta para a expressão do inglês *statebuilding*.

14 "Construção de nação" é a tradução direta para a expressão do inglês *nation-building*.

ficativa de processos de construção do Estado, o *peacebuilding* diferencia-se dos demais conceitos anteriormente mencionados por trabalhar pela estabilização da segurança e da política, estabelecendo as bases para a reconciliação social e confiança entre diferentes grupos sociais (Wimmer e Schiller 2002). Esta discussão, que não se dá apenas dentro da academia, tem implicações dentro das ações e definições da Organização das Nações Unidas. Publicado em 2000, o relatório do Painel sobre Operações de Paz das Nações Unidas, também conhecido como Relatório Brahimi (United Nations 2000c), trouxe uma definição diferente do padrão utilizado pela instituição até aquele momento. Em sua primeira seção, o relatório discute a definição dos elementos das operações de paz, apresentando o conceito da construção da paz nos seguintes termos:

> Construção da Paz é a expressão de origem recente que, como utilizada no presente relatório, define as atividades realizadas numa perspectiva distante do conflito para reunir as fundações da paz e garantir os instrumentos para a construção de fundações que são mais do que apenas a ausência da guerra. Assim, a construção da paz inclui mas não é limitada a reintegração de ex-combatentes na sociedade civil, fortalecendo o Estado de direito [*rule of law*] (por exemplo, através do treinamento e reestruturação das polícias locais, reforma penal e judicial); aumentar o respeito pelos direitos humanos através do monitoramento, da educação e da investigação de abusos passados e atuais; estabelecer assistência técnica para o desenvolvimento democrático (incluindo assistência eleitoral e apoio a uma mídia livre); e promover resolução de conflitos e técnicas de reconciliação (United Nations 2000b, 3, tradução nossa).

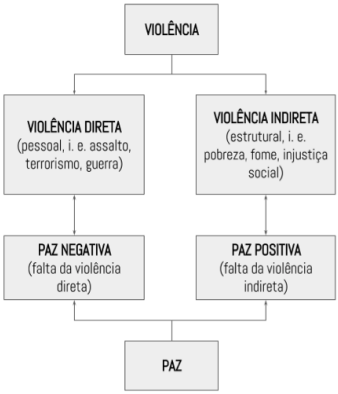
Para Chandler (2017), a definição apresenta uma lista de responsabilidades internacionais que abrange uma ampla diversidade de medidas de construção de capacidades institucionais, incluindo desde os sistemas políticos e legais até estruturas de educação, de saúde e bem-estar. As utilizações do termo na agenda internacional nos últimos anos e seu impacto nas ações de intervenção das Nações Unidas serão apresentadas mais tarde, na seção de Ações Internacionais Prévias. As discussões, que transcendem o campo teórico, implicam em ações com influência direta na vida e na sobrevivência de milhares de pessoas. Assim, encontrar um conceito para a Construção da Paz é posicionar-se perante a um tópico tradicionalmente sensível à arena política internacional (Chandler 2017).

3.2 Paz positiva e paz negativa

Entender e operacionalizar o conceito de construção da paz, porém, pode ser insuficiente caso não sejamos claros sobre o que a "paz" significa. A dificuldade de a conceituar faz com que pensemos na paz como uma ideia distante e utópica. Este pensamento é oriundo de um momento da história em que se discutia exaustivamente a violência direta e a guerra (Grewal 2003). No entanto, na contramão desta abordagem, John Galtung (1964)[15] desenvolveu os conceitos de paz positiva e paz negativa, liderado pelo Instituto de Pesquisa sobre a Paz de Oslo, que, por sua vez, foi responsável pela publicação do *Journal of Peace Research*, publicação que pela primeira vez na história publicou a utilização desse conceito (Grewal 2003). Para tanto, o referido autor inspira-se em Gandhi e nas suas ações calcadas na teoria da desobediência civil durante seus protestos, cujo alvo da ação era a não-violência em relação às instituições às quais o líder indiano propunha a resistência política. Galtung (1964) inova ao trazer uma abordagem estruturalista, que teorizou a estrutura social como o motivo causador da existência da violência, colocando os atores em segundo plano ao serem responsáveis apenas pela sua implementação (Galtung 1964, Grewal 2003). Assim, ele inclui as concepções de violência estrutural e de violência indireta, ideias que expandem a compreensão sobre o que é a violência e, logo, sobre o que é a paz. Para Galtung (1964), a violência direta pode ser percebida em situações de guerra, assalto e terrorismo. A violência indireta, por sua vez, só pode ser analisada de maneira estrutural, já que é gerada pela pobreza, fome, discriminação e injustiça social. Nesse sentido, a paz negativa é conceituada como a ausência da violência e da guerra (Galtung 1964, tradução nossa), enquanto a paz positiva pode ser percebida a partir da "integração da sociedade humana" (Galtung 1964, 2, tradução nossa). Isto significa que a ausência da violência estrutural também é condição necessária para a percepção da paz em uma sociedade. Essa abordagem inovou na época da sua publicação justamente por abordar não apenas a falta da violência direta como pré-requisito para a integração da sociedade humana (Grewal 2003, tradução nossa). O fluxograma 1, que segue abaixo, esquematiza a forma como esses conceitos se relacionam.

15 Este autor também é citado neste capítulo como um dos primeiros a conceituar a construção da paz, no âmbito acadêmico.

Figura 1: Fluxograma



Fonte: elaboração nossa com base em Grewal (2003, 3)

Ademais, é importante entender a diferença entre os conceitos de paz positiva e paz negativa para analisar a função de uma missão para a construção da paz. Por definição, uma missão de construção da paz trabalha em busca da paz positiva, enquanto missões para a manutenção da paz e outras intervenções atuam em busca da paz negativa. Assim, entende-se que a construção da paz deve ter como alvo a violência indireta, ou seja, o combate à violência estrutural, traduzida pela fome, pobreza, injustiça social, entre outros. A construção da paz busca a superação ampla das consequências políticas, econômicas, sociais e psicológicas das guerras, agindo com enfoque nas causas estruturais dos conflitos. Assim, ao lidar com desigualdades socioeconômicas, tensões étnicas, escassez de recursos, é lógico pensar que as missões para a construção da paz dão atenção para processos psicossociais, como o acompanhamento e reintegração de vítimas, soldados, crianças e refugiados (Schneckener 2007b).

3.3 Crise do paradigma da construção da paz

A teoria da paz liberal[16], introduzida por Kant (2003) no final do século XVIII, foi um conceito político adotado pela Declaração de Viena[17]

16 A paz liberal é a teoria de Kant ([1795]2003) que argumenta que é mais improvável que democracias entrem em guerra entre si. Para ele, o desenvolvimento democrático fortalece a paz e a estabilidade, objetivos alcançados pelos estados a partir dos valores da democracia e da justiça. Essa teoria foi amplamente utilizada para a promoção das instituições democráticas de mercado durante a década de 90 (Tziarras 2012).

17 A Declaração de Viena e Programa de Ação é um documento, produzido durante a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, também conhecida como a Conferência de Viena, que ocorreu em 25 de junho de 1993. Ela marca o momento da história em que os Direitos Humanos foram, pela primeira vez, conceituados como universais, indivisíveis, interdependen-

como uma das bases para o desenvolvimento democrático e para os direitos humanos (Tziarras 2012). Kant teorizava que nações democráticas teriam menos tendência a se engajarem em conflitos e guerras, já que o desenvolvimento democrático estimularia a estabilidade e, logo, a paz de longo prazo (Kant [1795]2003). Essa foi a ideia que fundamentou a teoria da interdependência dos Estados, a qual argumenta que essa nova circunstância criaria condições favoráveis para a cooperação entre os Estados e as pessoas. Dito isso, conclui-se que a implementação de democracias em todo o mundo daria base para a paz mundial, além de estimular a transparência e desestimular a guerra (Tziarras 2012). Assim, a construção da paz foi introduzida no contexto político internacional.

Para David Chandler (2017), o ápice e a decadência da agenda da construção da paz têm origem nos limites atenuados de dois aspectos fundamentais da sociedade internacional: a fronteira entre a paz e a guerra e entre a soberania e a intervenção. Com o fim da Guerra Fria, a paz – que antes era uma das principais preocupações do sistema internacional – tornou-se um tópico político essencialmente doméstico. Ao mesmo tempo, os assuntos domésticos foram internacionalizados, tornando tênue o limite entre intervenção e soberania, agora em assuntos relacionados à paz (ou sua falta) no contexto interno dos países. Essa mudança de paradigma é o núcleo da crise do paradigma da construção da paz. Tal contexto dá origem a um crescente consenso sobre quais os principais erros cometidos pelas missões para construção da paz até o início dos anos 2000. Tanto na perspectiva acadêmica quanto na dos *policymakers*, entende-se que a "paz não pode ser exportada como um conjunto de políticas, instituições e práticas" (Chandler 2017, 11). Porém, a presente discussão nos leva a posicionamentos diferentes sobre como esses erros foram cometidos e sobre o que deve ser feito para que as missões tenham resultados mais efetivos daqui para frente.

David Lake (2016 *apud* Chandler 2017, 11) é um dos autores expoentes da abordagem liberal desta discussão, argumentando com uma "resposta 'realista' ao idealismo liberal da construção da paz internacional". Para ele, o *peacebuilding* tornou-se um projeto essencialmente liberal somente no pós-Guerra Fria. Antes disso, para o autor, tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética apoiavam a construção da paz em regimes nacionais pelo mundo, sem que a sua concepção necessariamente promovesse estruturas institucionais liberais. Ele argumenta que, a partir do fim da Guerra Fria, o

tes e interrelacionados. Esse documento também se destaca por teorizar a democracia, o desenvolvimento e os direitos humanos como forças fundamentais para o combate ao terrorismo, além de propor o combate à pobreza, à exclusão social, o direito ao asilo, à ajuda humanitária, ao desenvolvimento, entre outros tantos pilares que até hoje marcam a discussão acerca dos Direitos Humanos (United Nations Human Rights Office of the High Commissioner 2013, Alves 1994).

liberalismo começa a ser amplamente divulgado e aceito, difundindo a ideia de que a democracia e o livre mercado constituiriam pilares suficientes para legitimar um Estado perante a sua população (Lake 2016). Assim, essa ideia acabaria influenciando as missões para a construção da paz, que adotaram políticas típicas dos modelos de democracias liberais, mesmo se isso significasse ignorar toda a base social de uma população – a única capaz de conferir legitimidade aos governos (Chandler 2017). Essa estratégia relaciona-se diretamente a processos de democratização, abertura econômica e integração ao mercado internacional, tendendo a durar de cinco a dez anos (Schneckener 2007b, 2007a, Paris 2002). Esse pacote de políticas e medidas vão de encontro ao Consenso de Washington[18] e suas premissas para o desenvolvimento econômico, incluindo o combate à pobreza, o investimento em educação e a garantia de saúde básica somente a partir dos anos 2000 (Guimarães 2012, Schneckener 2007a, Fukuyama 2004).

Recentemente, a abordagem liberal tem criticado a ideia de construção de instituições para a promoção da construção da paz, tanto em abordagens *top-down* – consolidadas com a importação de "receitas"[19] que descrevem passo a passo a construção de instituições a partir do entendimento e *experts* da área -, quanto em abordagens *bottom-up* – constituídas por modelos de engenharia social, que promovem a interação dos atores locais para permitir a criação e o funcionamento de estruturas liberais sem atritos (Chandler 2017). Para Lake (2016), a legitimidade provém da ordem social.

Lake (2016, 20) mapeia três possíveis alternativas ao paradigma atual. A "governança boa o suficiente", a "intervenção neutra para a construção da paz" e o "incentivo institucional indireto". O primeiro baseia-se num conjunto mínimo de direitos e acordos de segurança internacional que seriam implementados, sendo eles ainda mais fundamentais e indispensáveis do que a democracia. O segundo foca-se na construção orgânica de processos de organização social, a partir de uma intervenção multilateral que tornaria difusos os possíveis interesses das nações envolvidas. O terceiro sugere a criação de "um ambiente internacional que conduza a formação estatal endógena" (Lake 2016, 21, tradução nossa), onde a comunidade internacional atribuiria

18 Em novembro de 1989, funcionários do governo dos Estados Unidos e de alguns organismos financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), reuniram-se para debater e avaliar as reformas econômicas que ocorreram na América Latina até então (Batista 1999). O principal documento produzido nesse encontro é conhecido como Consenso de Washington, uma espécie de receituário composto por dez políticas econômicas consideradas parte de um pacote padrão de reformas para resolução de crises em países em desenvolvimento. As medidas visavam a estabilização macroeconômica, a abertura econômica e a expansão das forças de mercado (Williamson 1989).

19 A importação de modelos externos para a construção da paz, conhecidos pela sua estrutura essencialmente top-down, é referida em documentos da ONU como o "dilema do mandato da árvore de natal" (High-Level Independent Panel on Peace Operations 2015, 47).

incentivos aos Estados frágeis para que organizem suas diferenças em uma ordem social de acordo com os padrões sugeridos. Essa condução dar-se-ia, principalmente, pela concessão de benefícios securitários e econômicos (Lake 2016).

3.4 A abordagem da Resiliência

A teoria da resiliência foi utilizada por assistentes sociais, psicólogos, sociólogos, educadores e tantos outros profissionais nas últimas décadas para abordar as forças que os sistemas e as pessoas demonstram para superar adversidades. Essa teoria nasceu na área da psicologia, investigando como e porque algumas pessoas se mostravam capazes de superar infâncias vividas em ambientes adversos. Mais tarde, a resiliência assume grande importância na compreensão da importância dos sistemas de apoio social em comunidades vulneráveis, dando surgimento ao estudo da formulação e implementação de políticas públicas que incentivassem a resiliência (VanBreda 2001). No estudo das políticas públicas, essa abordagem busca "identificar recursos individuais e comunitários que possam ser utilizados para criar oportunidades de inclusão ou para proporcionar alternativas claras que contornam o sistema predominante em favor daqueles que trabalham melhor para uma dada comunidade" (Chapin 1995, 509 *apud* VanBreda 2001). Mais recentemente, Chandler (2012, 217) definiu resiliência como "a capacidade de adaptar-se positivamente ou exitosamente a problemas e ameaças externas".

Esta teoria diz que as missões para construção da paz devem trabalhar através do entendimento profundo do contexto social em questão, mapeando quais táticas diárias e rotineiras produzem consequências ruins. Isso significa que a teoria da resiliência trabalha com base em processos, estabelecendo um raciocínio relacional entre as diferentes etapas de um conflito para construção concreta de um problema ou de um grupo de problemas. Esse mapeamento de processos permite que os atores possam planejar formas eficientes de mitigar e reduzir as causas e as consequência do(s) problema(s) identificado(s), através de políticas públicas resilientes (Chandler 2017). Nessa lógica, o que justifica a presença de uma intervenção internacional é a facilitação e a flexibilização de práticas já existentes nas sociedades em conflito, a partir de uma compreensão *bottom-up* que articula com atores locais. Para Chandler (2017, 287), a resiliência "remove o interventor da intervenção", tornando "a compreensão dos meios e dos fins de uma intervenção em práticas e capacidades locais".

A principal característica da teoria da resiliência é seu foco em políticas públicas. Seu modelo busca a criação de processos reflexivos entre os atores, institucionalizando a avaliação e a retomada frequente do que foi implementado. Assim, uma política pública que não tem os resultados esperados

transforma-se em uma oportunidade de aprendizado, que dá espaço para que os *policymakers* estabeleçam conexões e interferências que não tinham sido percebidas anteriormente e que impactaram de alguma maneira nos resultados obtidos. A tomada de decisão, nesse formato, torna-se um processo interativo, que incorpora institucionalmente a avaliação da política pública e aproxima os governantes dos governados a partir de coletas de dados e resultados. Essa lógica constitui um novo modelo de racionalidade governamental, cuja abordagem central é a compreensão dos Estados como sistemas complexos (Chandler 2014).

Ao rejeitar as abordagens modernistas e liberais, baseadas em estruturas *top-down*, a resiliência desafia os modelos das ciências sociais. Ela propõe-se a debater o que as ciências humanas sabem que não sabem (*unknown unknows*)[20], concluindo que essas descobertas só podem ser feitas a partir do acompanhamento e da interpretação de conflitos, suas causas e consequências. A resiliência busca respostas para os vácuos de conhecimento entre a governança e a academia, buscando novas respostas para problemas que não foram solucionados de maneira *top-down* no passado. Dito isso, a resiliência argumenta que os principais aspectos de uma política pública são relevados *post hoc*, ou seja, a partir de um problema, e não para atingir um objetivo a ser buscado coletivamente (Chandler 2014).

Um exemplo da utilização da teoria da resiliência em governos o Programa Nacional de Adaptação (NAP, do inglês *National Adaptation Programme*), do Reino Unido, que objetivava elaborar políticas de mitigação a nível nacional para o problema das mudanças climáticas. O documento que rege o programa foi publicado em 2013, depois de uma série de políticas de intervenção governamental que não obtiveram sucesso entre os anos de 1994 e 2011 (Great Britain e Department for Environment 2013). Outro exemplo operacional e prático da utilização da teoria da resiliência para a governança pode ser observado na experiência da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A partir da metodologia proposta pela Fundação Rockefeller (Rockefeller Foundation 2017, ARUP e Rockefeller Foundation 2015, 100 Resilient Cities 2010), o Escritório de Resiliência de Porto Alegre mapeou sete qualidades das políticas públicas resilientes, sendo elas: (a) ser reflexiva, ou seja, ter capacidade de aprender; (b) ser versátil e agir a respeito; (c) ser robusta, para conceber sistemas capazes de superar choques e tensões; (d) ser redundante, aplicando os mesmos processos para os mesmos problemas; (e) ser flexível, utilizando estratégias alternativas para a recuperação rápida;

20 Chandler (2014) constrói seu raciocínio em cima de grupos de dúvidas e certezas. Nessa lógica, podemos mapear quatro grupos possíveis: o que os governantes sabem que sabem (*known knowns*); o que os governantes sabem que não sabem (*known unknows*); o que os governantes não sabem que sabem (*unknow knowns*); e o que os governantes não sabem que não sabem (*unknow unknows*).

(f) ser abrangente, considerando as necessidades de toda a cidade; e g. ser integrada, promovendo ações coordenadas (Desafio Porto Alegre Resiliente 2014).

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

O primeiro documento publicado pelas Nações Unidas que visa refletir sobre suas operações de paz foi a **"Agenda para Paz**: diplomacia preventiva, pacificação e manutenção da paz"[21], publicada em 1992 e assinada pelo então Secretário-Geral, Boutros-Ghali (United Nations 1992a). O documento, que revolucionou a abordagem da construção da paz ao refletir sobre o uso da força nas operações da ONU, argumentou que o tamanho das operações deveria corresponder à realidade do conflito em questão (Findlay 2002). Esse material foca-se na utilização dos "instrumentos da paz", conceito dividindo o envolvimento da ONU com relação ao uso da força em três pilares: a "diplomacia preventiva", a "pacificação" (*peacemaking*) e "manutenção da paz" (*peacekeeping*) (Findlay 2002). Seu foco, dado o contexto otimista com relação às operações de paz, era estabelecer a paz duradoura através da implementação de infraestrutura e instituições (United Nations 1992b). O documento provocou uma série de discussões na época da sua publicação, em especial, com relação ao conceito de *peacemaking*, que incluía o uso de força militar por meio de unidades de intervenção (*peace enforcement units*) (Findlay 2002).

Anos mais tarde, em 1995, Boutros-Ghali publicou um novo documento, conhecido como **"Suplemento a uma Agenda para a Paz"**[22] (United Nations 1995). O novo contexto histórico, ocasionado principalmente pelas problemáticas missões de paz na Somália e na Bósnia, fez com que esse material trouxesse inovações radicais no papel até então intrusivo das operações de paz definidas nos moldes da Agenda para Paz (Findlay 2002). Para o Secretário-Geral, essas duas missões confundiram de maneira perigosa o significado de manutenção da paz e aplicação da paz (Findlay 2002), alertando que a utilização da força, quando não para legítima defesa, deve ser uma técnica alternativa, que não pode agir de forma contínua (United Nations 1995).

O contexto da posse do novo Secretário-Geral, Kofi-Annan, o início da missão de paz em Serra Leoa e os recentes aprendizados da década de 1990 culminaram nas discussões descritas pelo Relatório do Painel sobre Operações das Nações Unidas (*Report of the Panel on United Nations Peace Operations*), popularmente conhecido como **"Relatório Brahimi"**, publicado

21 Tradução nossa do inglês *An Agenda for Peace*: *preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping*.
22 Tradução nossa do inglês *Supplement to an Agenda for Peace*.

em 2000 (United Nations 2000c). Esse painel de alto nível se propôs a revisar todos os aspectos das operações de paz, desde a doutrina até sua logística de implementação. Para isso, realizou-se uma extensa coleta de dados, com cerca de 200 entrevistas, discussões em todos os departamentos da ONU e visitas técnicas nas últimas operações de paz da instituição. Suas conclusões, que refutaram várias antigas percepções sobre a manutenção da paz, constituíram o maior estudo até hoje elaborado para a compreensão das missões para a manutenção da paz da ONU (Findlay 2002). O Relatório Brahimi reafirma que os princípios-chave das operações de paz são o consentimento, a imparcialidade e o uso da força restrito a casos de legítima defesa (United Nations 2000c). Outro conceito que se destaca nesse relatório é a ideia de parceria entre os diferentes tipos de intervenção, afirmando que os construtores da paz (*peacebuilders*) não tem função sem o suporte dos mantenedores da paz (*peacekeepers*), enquanto que a recíproca também se aplica, já que os mantenedores da paz não tem saída sem o trabalho dos construtores da paz (United Nations 1995).

Em 2005, muitos avanços nessa discussão aconteceram no **Fórum Mundial das Nações Unidas**, cujo principal documento de encaminhamentos finalmente instituiu a criação da Comissão para Construção da Paz (United Nations 2005b, 2005a). Sua função originária é "juntar todos os atores relevantes para organizar recursos" e "aconselhar e propor estratégias conjuntas para a construção da paz e recuperação em situações de pós-conflito" (United Nations 2005b, 24, tradução nossa). Esse mesmo evento acolheu a iniciativa do então Secretário-Geral Kofi-Annan de publicar a **"Doutrina Capstone"**, que consiste em uma abordagem terminológica completa das operações de paz da ONU. Seu principal objetivo foi concentrar os aprendizados da ONU em operações de paz ocorridas nos seis anos anteriores à publicação, adquirindo notório destaque especialmente na abordagem dos direitos humanos para missões de paz. Tal documento, posteriormente publicado com o título **"Operações de Manutenção da Paz: princípios e diretrizes"** (United Nations 2008c), também inovou ao abordar a importância da recuperação socioeconômica dos Estados, uma vez que outras ações de construção do Estado só podem ser efetivas caso haja gestão econômica e parcerias locais.

No formato de cartilha para consulta interna, em 2009, os Departamentos de Operações de Manutenção da Paz e de Apoio de Campo publicaram um material que ficou conhecido como **"Novo Horizonte"**[23] (United Nations 2009). Este documento propõe-se a refletir sobre o Relatório Brahimi e sobre a trajetória das operações de paz da ONU até o momento da publicação, com a expectativa de contribuir para a construção de uma "parceria global pela manutenção da paz" (United Nations 2009, 6). O "Novo Hori-

23 Tradução nossa do inglês *New Horizon.*

zonte", explicitado no documento a partir do seu propósito, da sua ação e do seu futuro, buscou realizar avanços em vários níveis, por vezes convocando a liderança e responsabilidade dos Estados-membros, por vezes delimitando os deveres do Secretariado das Nações Unidas (United Nations 2009).

O **Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz da ONU**[24], estabelecido pelo antigo Secretário-Geral Ban Ki-moon, reuniu-se em 2015 para organizar uma nova e importante publicação, que dá uma visão ampla sobre a atual conjuntura das missões de paz da ONU. A **Resolução A/70/95-S/2015/446**, que, mais uma vez, discute o uso da força, colocando em perspectiva a trajetória das missões da organização, inova ao defender o descarte da expressão "manutenção da paz" (*peacekeeping*), que seria completamente substituída pelo termo "operações de paz" (do inglês, *peace operations*). Para os membros do painel, essa substituição indicaria uma resposta contínua e apontaria transições mais suaves entre as diferentes fases das missões (United Nations 2015b). Esse documento também aponta quatro grandes mudanças:

> a. [soluções] política[s] deve[m] motivar o desenho e a implementação das Operações de Paz; b. o espectro completo das Operações de Paz das Nações Unidas deve ser utilizado de maneira mais flexível para responder às necessidades que se alteram nas missões; c. uma paz mais forte e mais inclusiva e uma parceria securitária são necessárias para o futuro; e d. o Secretariado das Nações Unidas deve se tornar mais focado no campo das missões, enquanto as Operações de Paz das Nações Unidas devem se focar mais nas pessoas (United Nations 2015b, 10, tradução nossa).

Essas ações foram discutidas no mesmo ano na **Resolução A/70/357-S2015/682**, uma resolução que discute de maneira operacional como as mudanças devem ser implementadas (United Nations 2015a). Também é importante ressaltar que essas duas resoluções foram as primeiras a citarem a expressão "resiliência" em suas composições.

Já no âmbito da CCP, em parceria com o Fundo para Construção da Paz (da sigla em inglês PBF) e com o Escritório de Apoio à Construção da Paz (da sigla em inglês PBSO), foi publicado, em junho de 2015, um documento chamado **"O Desafio de Sustentar a Paz"**[25] (United Nations 2015c). Esse documento, produzido por um grupo de especialistas que compõem um conselho consultivo que reúne-se no âmbito da CCP eventualmente, discute a o desenho institucional das operações de paz da ONU, realizando algumas

24 Tradução nossa do inglês *High-Level Independent Panel on UN Peace Operations* ou HIPPO.
25 Tradução nossa do inglês *The Challenge of Sustaining Peace*.

recomendações importantes. Pietz e Scholz (2016) resumiram as recomendações desse documento em seis tópicos, sendo eles:

> [...] 1. promover a coerência a nível intergovernamental; 2. melhorar a capacidade da ONU em construir a paz; 3. formar parcerias para sustentar a paz; 4. ter finanças mais previsíveis, inclusive com relação ao Fundo para Construção da Paz (PBF); 5. melhorar sua liderança e aumentar o alcance da sua inclusão (com enfoque para questões de gênero); e 6. redefinir a construção da paz e implementar suas recomendações (Pietro e Scholz 2016, 2, tradução nossa).

Desde o encontro do Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz da ONU, vários documentos produzidos para discutir a evolução das operações de paz têm utilizado a expressão "resiliência". A publicação do HIPPO de junho de 2015 ilustra, de maneira significativa, a discussão sobre o tema dentro da estrutura das Nações Unidas, trazendo conceito de "resiliência" em vários de seus parágrafos (High-Level Independent Panel on Peace Operations 2015). Destaca-se, porém, o tópico deixa claro que um dos resultados que a nova estrutura de operações de paz deve buscar é o fortalecimento da gestão efetiva das crises internacionais concorrentes e múltiplas, um objetivo que só pode ser alcançado através da implementação da resiliência organizacional (High-Level Independent Panel on Peace Operations 2015).

5 BLOCOS DE POSIÇÃO

A **África do Sul** começa a contribuir com as missões de paz das Nações Unidas em 1998 e emerge no século XXI como um importante fornecedor de forças de paz uniformizadas. O país articula sua política externa cooperando com as operações intuindo que o desenvolvimento social e econômico de seu território também envolve o do continente africano. A implantação de suas forças é vista como um meio para estender relações comerciais em países de interesse e favorecer a requisição de um assento permanente no Conselho de Segurança. No entanto, a contribuição da África do Sul não concerne preferência à ONU, podendo destinar seus recursos limitados à União Europeia (EU), à União Africana (UA) ou à sua Força de Defesa, de acordo com os interesses nacionais. Acontecimentos envolvendo as tropas sul-africanas como o alto nível de infecção pelo HIV e a falta de disciplina, que já levou a casos criminais, envolvendo agressão, roubo, estupro e assassinato surgem como problemáticas a serem solucionadas (Lotze et al. 2015).

A **Alemanha** contribuiu pontualmente com operações de paz no âm-

bito da ONU em 1989 com a implantação de tropas não-combatentes no Camboja (UNTAC) e Namíbia (UNTAG), bem como um contingente maior (até 1.700 soldados de agosto a outubro de 1993) na Somália (UNOSOM II) e, a partir de 1994, começa com uma participação mais ativa. Contudo, seu envolvimento e preferência estão bem mais concentrados em missões da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e pela UE dado ao fato de suas preocupações de segurança estarem na Europa. Por razões históricas, existem fortes correntes pacifistas e anti-militaristas na opinião pública alemã, e o país adotou uma forte aversão à ação unilateral. A política externa e de segurança é frequentemente formulada na retórica de responsabilidade, especialmente no que diz respeito à resolução de conflitos multilaterais (Ansorg 2017)

Bangladesh é um dos principais fornecedores de forças de paz da ONU, tendo participado de 54 missões em mais de 40 países. Nas últimas duas décadas e meia, as contribuições de tropas de Bangladesh aumentaram cerca de 500%. Apesar da democracia ter sido restaurada na década de 1990 em Bangladesh, ainda existe um envolvimento militar forte na política, devido a Guerra de Libertação de Bangladesh, que ajudou a criar um exército que foi fortemente politizado, o que explica a participação ativa do país nas operações. Os partidos políticos bengalitas acreditam que a participação do país em missões de paz imbui o exército de Bangladesh com valores democráticos e levam-no a relações civis-militares mais pacíficas no território bengali. Além disso, o fornecimento de forças de paz da ONU permite que Bangladesh promova uma imagem positiva do país no exterior (Zaman et al 2016), característica essa que o **Paquistão** também compartilha. Sua participação ativa e em grande escala, para a manutenção da paz das Nações Unidas desde os anos 90 em operações da ONU é considerada um meio de exibir as credenciais paquistanesas à nível internacional e melhorar o perfil diplomático do país na ONU. O Paquistão também vê sua participação como forma de combater o alcance da Índia a um assento permanente em um Conselho de Segurança reformado, o que pode influenciar a questão não resolvida da Caxemira[26] (Malik 2014).

A colaboração do **Brasil** nas missões de paz vem desde 1947. Em 2004, ao fornecer um maior contingente de soldados, o país assumiu o comando do componente militar da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, a MINUSTAH, em uma sucessão ininterrupta, até o encerramento da missão em 2017. O papel constante do país na manutenção da paz favorece a estratégia de aumentar sua influência internacional e pleitear a

26 Caxemira é uma região localizada no norte do subcontinente indiano que passa por um conflito territorial principalmente entre a Índia e o Paquistão, tendo começado logo após a divisão da Índia em 1947. Índia e Paquistão travaram três guerras pela Caxemira, incluindo as Guerras indo-paquistanesas de 1947 e 1965, bem como a Guerra de Kargil de 1999.

adesão permanente no Conselho de Segurança da ONU. Em geral, o país tem se dedicado mais a questões internas do que externas, lidando com a problemática doméstica de redução da pobreza e de combate ao crime. O governo brasileiro tem aplicado cortes no orçamento da área da defesa desde 2011, ainda assim, o custo da participação nas missões é geralmente considerado aceitável pelo governo.(Kenkel 2016)

O **Burundi** e a **Serra Leoa** viveram uma série de violentas crises que prejudicaram a coesão nacional e perturbaram seu desenvolvimento socioeconômico. À vista disso, em junho de 2006, a CCP convidou o governo dos dois países a desenvolverem estratégias integradas no intuito de superar desafios, que incluíam promover a boa governança, fortalecer o Estado de Direito e garantir a recuperação das comunidades. O resultado foi um notável avanço rumo à reconstrução nacional (United Nations 2006). A história dos massacres étnicos e seu conflito interno, que durou mais de uma década, fizeram do Burundi um país recém-chegado às operações de paz. No entanto, a decisão de se tornar um contribuidor com tropas no meio de sua própria reforma pós-guerra no setor de segurança no final de 2007 mostrou-se durável. O Burundi é agora o segundo maior contribuidor, depois de Uganda para a Missão da União Africana na Somália (AMISOM), que possui seis batalhões burundeses rotativos ou mais de 5.000 soldados. Após o início do compromisso com a Comissão, os países começam a se envolver com a manutenção da paz, sendo que o Burundi, em particular, torna-se um grande contribuidor de tropas, sobretudo para as missões promovidas pela União Africana (UA), no intuito de estabelecer seu novo papel enquanto pacificador. (Wilen et. al 2016)

Desde 2000, o **Canadá** tem contado com números relativamente pequenos de participação em operações da ONU. Nos últimos 25 anos, o país passou de 1º a 67º no ranking de contribuintes de forças de paz uniformizadas. A OTAN e outras coalizões multinacionais continuam sendo os principais meios para atingir suas prioridades estratégicas de defesa e segurança, apesar de o atual governo ter indicado a intenção de fortalecer as missões da ONU. A lógica de sua contribuição no âmbito das Nações Unidas está ligada à longa história do Canadá com as operações de paz, marcada pelo envolvimento na primeira operação armada da Organização em resposta à crise de Suez em 1950, e pelo estabelecimento de uma identidade nacional enquanto país pacificador (Cinq-Mars 2017).

A política externa da **República Popular da China** tem evoluído para se tornar mais pragmática e convergente com as normas globais de cooperação das Nações Unidas. O país tem declarado maior apoio às missões de paz, estabelecendo mandatos mais amplos e expansivos que englobam a reforma do setor de segurança e o desarmamento, desmobilização e reintegra-

ção, ao passo que a abordagem de sua política externa continua tendo como princípios centrais a não intervenção e a proteção da soberania do Estado. A China dedica 80% de suas contribuições em tropas à África, impulsionada em parte pela tentativa de aumentar a presença estratégica em um continente cujos recursos podem ser cruciais para atender às necessidades energéticas chinesas (Huang 2017).

A participação da **Colômbia** nas missões de paz da ONU é comedida. A expansão e o fortalecimento das relações bilaterais e multilaterais, assim como um maior interesse em aumentar a presença do país nas missões na década de 1990 abriram novos espaços políticos para promover a agenda colombiana na luta contra o narcotráfico, a democratização e a cooperação internacional. Ainda assim, a colaboração internacional da Colômbia em defesa e segurança tem-se concentrado no controle e prevenção da criminalidade e do tráfico de drogas, e não na manutenção da paz (Chinchilla et al. 2016).

O **Egito** tem estado consistentemente entre os principais contribuintes para as operações de manutenção da paz no mundo e continua empenhado em fortalecer a ação internacional por meio da ONU e da UA. O país reconhece que o desenvolvimento, a paz e a segurança em seu território estão interligados com os de seus países vizinhos, como também acredita que uma maior participação nas missões aumenta sua influência regional e internacional (Cairo International Center for Conflict Resolution, Peacekeeping and Peacebuilding 2017a). Possuindo um posicionamento similar, a **Etiópia** participa das operações de manutenção da paz desde a década de 1950 com a atuação na força multinacional do Comando da ONU na Guerra da Coreia (1950-1953). Apesar da falta de equipamento adequado, suas forças têm sido elogiadas, tanto pela população civil quanto pelos líderes das missões de paz em que participaram, pelo modo como contiveram os conflitos e auxiliaram os cidadãos (Dersso 2013).

O número de forças estadunidenses em operações lideradas pela ONU tem permanecido baixo. A morte de integrantes das tropas na Somália, bem como as inúmeras dificuldades enfrentadas nas regiões dos Balcãs e do Haiti levaram a uma mudança estratégica em relação a participação dos **Estados Unidos da América** na manutenção de paz promovida pela ONU. Em maio de 1994, foi assinada por Bill Clinton uma decisão presidencial na qual é definido, entre outras coisas, que os Estados Unidos iriam concentrar-se em operações de combate tradicionais e deixariam as tarefas de manutenção da paz para outros países. Dentre as vantagens que o país tem na manutenção da paz estão a segurança nacional, pois a ajuda e proteção das fronteiras de Estados em conflito detém o fluxo de armas ilícitas, drogas e comércio ilegal, bem como é benéfico para os interesses comerciais em países pós-conflito, com o possível lucro em exportações, por exemplo. No entanto, o aumento do

envolvimento militar dos EUA na manutenção da paz pode ser politicamente indesejável por alguns Estados-membros da ONU, particularmente, aqueles que compõem o Movimento dos Não-Alinhados, dada a sua preocupação com o aumento da influência americana sobre as operações, assim como há uma preocupação, tanto na ONU como no governo dos EUA, de que o envolvimento militar estadunidense, em algumas missões, aumente a probabilidade de ataques terroristas contra tais missões (Smith 2014).

A maior contribuição feita pela **Federação Russa** foi direcionada às missões nos Balcãs na década de 1990, que acabaram fracassando na proteção dos civis. Tal ocorrido, bem como a experiência no Kosovo, onde o país viu potências atuarem de forma ilegal em sua esfera de influência, mudou a percepção russa sobre as operações de manutenção da paz realizadas em conjunto com o Ocidente. Desde então, a Rússia tomou uma posição muito mais cautelosa em relação às missões. No Conselho de Segurança, o país sanciona mandatos de manutenção da paz, particularmente aqueles incluindo ações ou parâmetros que possam ser interpretados como invasão ao interesse nacional do Estado anfitrião. A retórica russa frequentemente enfatiza que a liderança da missão está inclinada a tomar decisões operacionais alinhadas com interesses ocidentais, a qual o atual governo russo percebe como sendo contrária aos seus próprios interesses. As ofertas da Rússia para aumentar as tropas geralmente se concentram em áreas de alta importância estratégica, como a Ucrânia, a Síria e a fronteira deste país com Israel. Tais ações estão em clara violação dos princípios básicos de manutenção da paz da ONU – a imparcialidade, em particular, considerando o envolvimento da Rússia na atual questão da Síria (Abilova 2016).

Por meio de seu assento permanente no Conselho de Segurança, a **República Francesa** mantém-se ativa nos debates sobre a manutenção da paz no âmbito da ONU. Ao contribuir com as operações da ONU, a França busca elevar seu perfil enquanto um poder político e militar garantindo também a proteção de seu território ao projetar segurança em áreas que podem ameaçar a sua própria segurança. A França foi um dos maiores contribuintes da UNOPROFOR, missão de paz na Bósnia que falhou ao não proteger os civis "limpeza étnica" promovida pelas forças sérvias da Bósnia, o que acabou por impactar a percepção do país sobre o papel da ONU enquanto gestor de conflitos, e levar o país a buscar outras opções institucionais para contribuir com missões de paz, como a OTAN e a UE (Tardy 2016).

A **Guiné-Bissau**, que passou os sete anos seguintes ao conflito militar de 1998-1999 por ciclos crônicos de instabilidade política e militar aprofundando sua crise econômica e passando por um lento progresso na redução da pobreza e da construção de uma governança democrática foi colocada na agenda da CCP em dezembro de 2007, após o pedido do governo para a sua

inclusão na agenda da Comissão (United Nations 2008a). Na sequência, a **Guiné**, que acabava de passar por eleições presidenciais que marcavam um grande passo na transição do governo militar para o governo civil e, no entanto, ainda se encontrava frágil sofrendo com violência intercomunitária e o uso excessivo de força letal pelas forças de segurança foi adicionada na agenda da CCP em fevereiro de 2011. Desde a adesão na agenda da Comissão, os países têm trabalhado constantemente em conjunto com a CCP na busca da promoção da boa governança, da reconciliação nacional e da unidade, da reforma do setor de segurança e defesa, emprego de mulheres e jovens, entre outros fins (United Nations 2011). Além disso, a Guiné tem sido uma grande contribuidora de tropas uniformizadas nas operações, enquanto a participação guinéu-bissauense permanece pequena (United Nations 2017b).

Ao longo dos anos, a **Índia** tem desenvolvido uma política bem-sucedida de participação nas operações de paz da ONU, permanecendo consistentemente entre os maiores contribuintes de forças de paz. Nos primeiros anos, a disposição indiana no processo de paz da ONU pode ter representado um exemplo para outros países, particularmente no sul da Ásia (Banerjee 2013). Já a **Indonésia** é um contribuidor relativamente novo de forças de paz da ONU. Sua participação nasce da intenção de tornar-se um poder regional e global significativo junto a expectativa de que suas crescentes contribuições aumentem as chances da conquista de um assento não-permanente no Conselho de Segurança e para o período 2019-2020 (Wiharta 2016).

O entusiasmo japonês pela manutenção da paz diminuiu no século XXI com a mudança do clima estratégico internacional, que criou novas prioridades e apresentou novas demandas à Força de Autodefesa Japonesa. A manutenção da paz da ONU foi marginalizada pelo **Japão** quando o foco das forças se voltaram à Guerra ao Terror[27] após os ataques do 11 de setembro nos Estados Unidos. O Japão, que requisita 80% do seu petróleo ao Oriente Médio e Sudeste Asiático, acredita que a segurança regional é fundamental para seus interesses econômicos e políticos e pode ser promovida por meio do apoio à manutenção da paz, portanto, as missões são vistas como uma via pacífica para a resolução de disputas que possam ameaçar interesses japoneses (Ishizuka 2013).

Nenhuma força de paz mexicana foi implantada no exterior sob um mandato da ONU desde 1950. Não existe uma cláusula na Constituição de 1917 dos **Estados Unidos Mexicanos** que permita às unidades participar de outras operações que não a guerra. É estabelecido também que o poder executivo deve conduzir a política externa observando os princípios de não

27 Guerra ao Terror foi uma campanha militar internacional lançada em 2001 com a invasão dos EUA e do Reino Unido ao Afeganistão em resposta aos ataques contra Nova York e Washington, de 11 de setembro de 2001.

intervenção nos assuntos domésticos, de autodeterminação das nações, de resolução pacífica das controvérsias, de não utilização da força no plano internacional, de igualdade jurídica dos Estados, de cooperação internacional para o desenvolvimento e de luta pela paz e pela segurança internacional. Entretanto, duas razões que poderiam levar o México a fornecer forças de paz são o desejo de melhorar sua imagem no exterior e o de contrabalancear sua influência e seu prestígio na América Latina com a forte presença brasileira na região (Sotomayor 2013).

A **Nigéria** começa sua contribuição com a manutenção da paz na missão de 1960 a 1964 no Congo e, a partir de então, vem participado ativamente das missões com a implantação de contingentes militares, observadores militares desarmados, unidades policiais formadas, consultores policiais e especialistas civis. A participação ativa da Nigéria na manutenção da paz no âmbito da ONU é vista como uma forma de aumentar suas credenciais de liderança na África e seu status militar e diplomático dentro da sociedade internacional. Há também a crença de que a participação ativa do país poderia fortalecer seu argumento para um assento permanente em um Conselho de Segurança reformado pela ONU. A necessidade de proteger seu próprio território limita sua capacidade de contribuir com tropas para as missões da ONU. Este desafio tornou-se notável nos últimos tempos, dada a deterioração da segurança nacional devido a desafios como a insurgência do Boko Haram (Adeniyi 2015).

O número de tropas norueguesas uniformizadas nas operações de manutenção da paz permanece limitado desde 1998 na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). A política externa e de segurança da **Noruega** é influenciada pela sua tradicional autoimagem de "nação da paz". O apoio político à ONU é visto como um suporte a uma visão de mundo idealista em que a cooperação internacional, a mediação e o diálogo são valiosos. Na última década, no entanto, as operações da OTAN tornaram-se a arena mais importante para as implementações militares internacionais norueguesas. Depois de dez anos realizando operações de contra-insurgência no Afeganistão e uma campanha aérea de alta tecnologia na Líbia com aliados altamente capacitados, os militares norueguêses perceberam uma lacuna crescente entre a abordagem atual da manutenção da paz da ONU e a forma como a OTAN realiza operações. Apesar dos esforços para reformar as operações da ONU, muitos militares continuam céticos quanto à estrutura de comando e controle e à abordagem ambígua do uso da força nas operações multidimensionais da ONU. (Kjeksrud 2016).

Em 1995, durante um breve período, o **Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte** foi o principal país que contribuiu com tropas da ONU, por meio do seu compromisso com a Força de Proteção das Nações

Unidas na Bósnia (UNPROFOR). Desde então, o número de militares uniformizados britânicos em operações de manutenção da paz lideradas pela ONU diminuiu gradualmente. A contribuição relativamente pequena de forças de paz uniformizadas da Grã-Bretanha indica que, atualmente, as motivações para a contribuição não são particularmente fortes. As preocupações nacionais relevantes incluem objetivos mais amplos envolvendo a política externa do Reino Unido, bem como o nível de ameaça para a segurança doméstica, a exemplo da estabilidade internacional em geral (Curran 2016).

Em março de 2008, foi solicitado, ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, que a **República Centro-Africana** fosse adicionada na agenda da Comissão para Construção da Paz diante da fraqueza de suas instituições estatais e da falta de administração pública efetiva fora de sua capital. A partir disso, a CCP, agregando valor e apoiando os esforços do governo para estabilizar o país, procurou responder às ameaças à paz e criar as condições para o desenvolvimento e a segurança humana (United Nations 2008b). Em setembro de 2010, foi a vez do pedido de inclusão do governo da **Libéria** na agenda da Comissão. A CCP trabalhou com o governo e parceiros internacionais e locais para abordar as prioridades do país em matéria de construção da paz nas áreas de Estado de Direito, reforma do setor de segurança e reconciliação nacional (United Nations 2010).

Nos últimos dez anos, **Ruanda** tornou-se um importante contribuinte para as operações de paz da ONU, bem como para as operações de paz da UA. As Forças de Defesa de Ruanda (RDF) são particularmente valorizadas devido à sua formação, disciplina, e ao crescente número de mulheres dentre as pessoas treinadas e implantadas. A disposição de forças de paz tornou-se uma fonte de orgulho para o país e pode ser considerada parte da identidade nacional pós-genocídio de Ruanda (Beswick et. al 2014). Disposição também é percebida no Quênia, que tem se mostrado é um dos principais defensores dos esforços de paz da ONU no sistema internacional e, ao longo dos anos, permaneceu receptivo aos pedidos para contribuir nas operações de paz, mantendo-se, contudo, cauteloso no envolvimento em missões que obriguem o uso da força militar. Dada sua localização geoestratégica, o país é considerado, pelas potências ocidentais, um parceiro importante na guerra global contra o terrorismo (Ahere 2017).

O **Senegal** tem uma longa experiência na participação em operações de manutenção da paz lideradas pelas Nações Unidas, pela União Africana e pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Sob diferentes líderes, o Senegal expressou sua vontade de elevar seu perfil no cenário mundial, particularmente na África, onde compete pela liderança regional. Portanto, participar das operações de manutenção da paz, não só na África, mas em todo o mundo, é visto como um mecanismo fundamental

para fortalecer o papel senegalês nas organizações sub-regionais, regionais e internacionais, bem como para obter o respeito e o reconhecimento dos principais parceiros bilaterais. O Senegal ganhou um assento eleito no Conselho de Segurança da ONU três vezes (1968-69, 1988-89, 2016-17) e sua participação na manutenção da paz e segurança internacionais através de suas forças de paz tem sido um argumento fundamental apresentado dentro do Conselho (Diallo 2014).

Desde 1992, a manutenção da paz da ONU tornou-se institucionalizada dentro das Forças Armadas do **Uruguai** – cerca de 25% estão totalmente comprometidas com missões de paz da ONU todos os anos. Apesar do grande compromisso, tendências recentes no Uruguai sugerem que as contribuições da ONU para a manutenção da paz podem ter atingido um limite, principalmente por causa de fatores econômicos do país e de reputação nas tropas, dado a uma série de escândalos e de casos de abusos sexuais cometidos por forças de paz uruguaias na República Democrática do Congo e no Haiti (Sotomayor 2013).

6 QUESTÕES A PONDERAR

1. Quais são os principais problemas da formulação das missões para a construção da paz que foram realizadas até hoje?
2. Quais aspectos da crítica e da sugestão da abordagem liberal podem ser incorporados para as próximas missões para a construção da paz?
3. Quais aspectos da crítica e da sugestão da abordagem da resiliência podem ser incorporados para as próximas missões para a construção da paz?
4. Como funcionarão os novos processos de implementação de missões para a construção da paz, a partir deste encontro da Comissão para Construção da Paz (CCP)?
5. Existe um modelo de instituição política que é defendido pelas Nações Unidas nas suas operações de paz? Se sim, ele continua funcional para que a comunidade internacional conquiste seus objetivos? Se não, quais são as diretrizes para a construção da paz?

REFERÊNCIAS

100 Resilient Cities. 2010. "100 Resilient Cities". *100 Resilient Cities.* http://www.100resilientcities.org.
Adeniyi, Adesoji. 2015. "Peacekeeping Contributor Profile: Nigeria". *International Peace Institute*. http://www.providingforpeacekeeping.org/2015/04/24/peacekeeping-contributor-profile-nigeria/.
Ahere, John. 2017. "Peacekeeping Contributor Profile: Kenya". *International Peace Ins-*

titute. http://providingforpeacekeeping.org/2015/03/23/contributor-profile-kenya/.
Ansorg, Nadine, Felix Haass. 2017. "Peacekeeping Contributor Profile: Germany". *International Peace Institute.* http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-germany/.
Arup Group e Rockefeller Foundation. 2015. "City Resilience Framework". New York City: Rockefeller Foundation. https://assets.rockefellerfoundation.org/app/uploads/20140410162455/City-Resilience-Framework-2015.pdf.
Abilova, Olga. 2016. "Peacekeeping Contribution Profile: Russia". *International Peace Institute*. http://www.providingforpeacekeeping.org/2016/10/31/peacekeeping-contribution-profile-russia/.
Alves, José Augusto Lindgren. 1994. "Direitos humanos: o significado político da conferência de Viena". *Lua Nova* 32: 170-180. Acessado em 24 de agosto de 2017. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000100009&lng=en&nrm=iso
Banerjee, Dipankar. 2013. "Peacekeeping Contributor Profile: India". *International Peace Institute*. http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-india/.
Batista, Paulo Nogueira. 1999. "O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos". *Consulta Popular* 7: 9-61. Acessado em 24 de agosto de 2017. http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/Cartilha%20Consulta%20n%C2%B0%2007.pdf
Benner, Thorsten, Andrea Binder, Philipp Rotmann. 2007. "Learning to Build Peace? United Nations Peacebuilg and Organizations Leraning: Developing a Research Framework". *Global Public Policy Institute Research* Series no. 7. http://www.gppi.net/fileadmin/user_upload/media/pub/2007/GPPiRP_LearningToBuildPeace_Feb2007final.pdf.
Beswick, Danielle, Marco Jowell. 2014. "Peacekeeping Contributor Profile: Rwanda". *International Peace Institute.* http://www.providingforpeacekeeping.org/2015/03/30/peacekeeping-contributor-profile-rwanda/.
Byers, Michael. 2016. "A solution to the Saudi arms problem: LAVs for peacekeeping". *The Globe and Mail*. Opinion. 6 de julho. https://beta.theglobeandmail.com/opinion/a-solution-to-the-saudi-arms-problem-lavs-for-peacekeeping/article30761560/?ref=http://www.theglobeandmail.com&.
Chandler, David. 2012. "Resilience and Human Security: The Post-Interventionist Paradigm". *Security Dialogue* 43, no. 3: 213–29. http://dx.doi.org/10.1177/0967010612444151.
—. 2014. "Beyond Neoliberalism: Resilience, the New Art of Governing Complexity". *Resilience* 2, no. 1: 47–63. http://dx.doi.org/10.1080/21693293.2013.878544.
—. 2017. *Peacebuilding*: *The Twenty Years' Crisis, 1997-2017. Rethinking Peace and Conflict Studies.* Cham: Palgrave Macmillan.
Chinchilla, Fernando, Janneth Vargas. 2016. "Peacekeeping Country Profi-

le: Colombia". *International Peace Institute*. http://www.providingforpeacekeeping.org/2016/06/23/peacekeeping-country-profile-colombia/
Cinq-Mars, Evan. 2017. "Peacekeeping Contributor Profile: Canada". *International Peace Institute.* http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-canada-2/.
Curran, David, Paul Williams. 2016. "Peacekeeping Contributor Profile: The United Kingdom". *International Peace Institute*. http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-the-united-kingdom/.
Dersso, Solomon Ayele. 2013. "Peacekeeping Contributor Profile: Ethiopia". *International Peace Institute.* http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-ethiopia/.
Desafio Porto Alegre Resiliente. 2014. "O que é resiliência?". *Porto Alegre Resiliente*. 24 de julho. http://www.portoalegreresiliente.org/o-que-e-resiliencia/.
Diallo, Amadou Moctar. 2014. "Peacekeeping Contributor Profile: Senegal". *International Peace Institute*. http://www.providingforpeacekeeping.org/2015/10/14/peacekeeping-contributor-profile-senegal/.
Findlay, Trevor. 2002. *The use of force in UN peace operations.* Solna, Sweden: Oxford University Press.
Fréchette, Louise. 2012. "UN Peacekeeping: 20 years of reform". *CIGI Papers*, no. 2. https://www.cigionline.org/publications/un-peacekeeping-20-years-reform.
Fritz, Verena, e Alina Rocha Menocal. 2007. *Understanding State-Building from a Political Economy Perspective.* Londres: Overseas Development Institute (ODI).
Fukuyama, Francis. 2004. "The imperative of state-building". *Journal of Democracy* 15, no. 2: 17–35.
Galtung, Johan. 1964. "Summit Meetings and International Relations". *Journal of Peace Research* 1, no. 1: 36–54. https://doi.org/10.1177/002234336400100104.
—. 1967. *Theories of Peace*: *a synthetic approach to peace thinking*. Oslo: International Peace Research Institute.
Huang, Chin-Hao. 2017. "Peacekeeping Contributor Profile: The People's Republic of China". *International Peace Institute.* http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-china/.
Ishizuka, Katsumi. 2013. "Peacekeeping Contributor Profile: Japan". *International Peace Institute*. http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-japan/.
Kenkel, Kai Michael. 2016. "Peacekeeping Contributor Profile: Brazil". *International Peace Institute*. http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-brazil/.
Kjeksrud, Stian. 2016. "Peacekeeping Contributor Profile: Norway". *International Peace Institute*. http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/08/contributor-profile-norway/.
Grewal, Baljit Singh. 2003. "Johan Galtung: Positive and Negative Peace". *Active for*

Peace. 30 de agosto. http://www.activeforpeace.org/no/fred/PoRsitive_Negative_Peace.pdf.
Guimarães, Bruno Gomes. 2012. "O papel do Conselho de Segurança da ONU na Construção de Estado na Bósnia Herzegovina". Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71678/000879279.pdf.
High-Level Independent Panel on Peace Operations. 2015. "Uniting our strenghts for peace - Politics, partnership and people". http://futurepeaceops.org/project/uniting--our-strengths-for-peace-politics-partnerships-and-people-report-of-the-high-level--independent-panel-on-united-nations-peace-operations-2015/.
Hippler, Jochen, Stiftung Entwicklung und Frieden. 2005. "Nation-building: a key concept for peaceful conflict transformation?". Londres: Pluto in association with the Development and Peace Foundation.
Jacobson, Thomas. 2012. "U.N. Peacekeeping: Few Successes, Many Failures, Inherent Flaws". *International Diplomacy & Public Policy Center*, LLC. http://www.idppcenter.com/UN_Peacekeeping_Failures.pdf. Acessado em 23 de agosto.
Kant, Immanuel. [1795] 2003. *To Perpetual Peace*: *A Philosophical Sketch.* Traduzido por Ted Humphrey. Indianapolis: Hackett Pub.
Kenkel, Kai Michael. 2013. "Five generations of peace operations: from the 'thin blue line' to 'painting a country blue". *Revista Brasileria de Política Internacional* 56, no. 1:122-143. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292013000100007&lng=en&nrm=iso.
Lake, David A. 2016. *The statebuilder's dilemma*: *on the limits of foreign intervention*. Ithaca: Cornell University Press.
Lotze, Walter, Cedric de Coning, Theo Neethling. 2015. "Peacekeeping Contributor Profile: South Africa". *International Peace Institute*. http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-south-africa/.
Malik, Inam-ur-Rahman. 2014. "Peacekeeping Contributor Profile: Pakistan". *International Peace Institute*. http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-pakistan/.
Paris, Roland. 2002. "International peacebuilding and the 'mission civilisatrice'". *Review of International Studies* 28: 637–56.
Rockefeller Foundation. 2017. "Resilience". *The Rockefeller Foundation.* Acessado em 16 de julho. https://www.rockefellerfoundation.org/our-work/topics/resilience/.
Schneckener, Ulrich. 2007a. "Staatszertall und fragile Staatlichkeit". In *Weltprobleme*, por Mir A. Ferdowsi e Heribert Dieter, 357–91. Munique: Bayerische Landeszentrale für politische Bildungsarbeit.
—. 2007b. "Internationales Statebuilding: Dilemmata, Strategien und Anforderungen an die deustsche Politik". 10. *SWP-Studie*. Berlim: SWP. http://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/24538/ssoar-2007-schneckener-internationales_statebuilding.pdf.

Scholz, Luisa, e Tobias Pietz. 2016. "The Challenge of Sustaining Peace: the report on the review of the UN Peacebuilding Architecture". *ZIF kompakt*. Berlim: Zentrum für Internationale Friedenseinsätze. http://www.zif-berlin.org/fileadmin/uploads/analyse/dokumente/veroeffentlichungen/ZIF_kompakt_PBA_Review.pdf.
Smith, Adam. 2014. "Peacekeeping Contributor Profile: United States of America". *International Peace Institute.* http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-united-states-of-america/.
Sotomayor, Arturo. 2016. "Peacekeeping Contributor Profile: Mexico". *International Peace Institute.* http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor--profile-mexico/.
Tardy, Thierry. 2016. "Peacekeeping Contributor Profile: France". *International Peace Institute*. http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile--france/
Tziarras, Zenonas. 2012. "Liberal Peace and Peace-Building: Another Critique". *The GW Post Research Paper*: 1-13. Junho. https://thegwpost.files.wordpress.com/2012/06/liberal-peace-and-peace-building-zenonas-tziarras-20123.pdf.
VanBreda, Adrian DuPlessis. 2001. "Resilience Theory: a literature review". *Report no. MPI/R/104/12/1/4.* Pretoria: South African Military Health Service, Military Psychological Institute, Social Work Research & Development. http://vanbreda.org/adrian/resilience/resilience_theory_review.pdf.
Williamson, John. 1989. "What Washington Means by Policy Reform". *Latin American Readjustment*: *How Much has Happened.* Washington: Institute for International Economics. Acessado em 24 de agosto de 2017. https://piie.com/commentary/speeches--papers/what-washington-means-policy-reform
Wimmer, Andreas, e Nina Glick Schiller. 2002. *Methodological Nationalism and Beyond*: *nation-state building, migration and the social sciences*. Global Network.
United Kingdom of Great Britain and Ireland, e Food & Rural Affairs Department for Environment. 2013. *The National Adaptation Programme*: *Making the Country Resilient to Climate Change*. Londres: The Stationery Office. http://www4.unfccc.int/nap/Documents%20NAP/Adaptation%20Strategies%20and%20Plans/UK%20The%20National%20Adaptation%20Programme%20-%20Making%20the%20country%20resilient%20to%20a%20changing%20climate.pdf
United Nations (UN). 1992a. "An Agenda for Peace: Preventative Diplomacy, Peacemaking and Peace-keeping. Report of the Secretary-General on the Work of the Organization". Res A/47/277.
—.1992b. "Comprehensive Review of the Whole Question of Peace-keeping Operations in all Their Aspects". Res A/RES/47/71.
—. 1995. "Supplement to an Agenda for Peace: position paper of the Secretary--General on the Occasion of the Fiftieth Anniversary of the United Nations". Report of the Secretary-General on the Work of the Organization A/50/60, S/1995/1. Fiftieth session. New York City: United Nations. http://www.securitycouncilreport.

org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/UNRO%20S1995%201.pdf.
—. 1996. "Former Yugoslavia – UNPROFOR". *Department of Public Information, United Nations*. Acessado em 23 de agosto. http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unprof_b.html.
—.1999a. "The Fall of Srebrenica: Report of the Secretary-General pursuant to General Assembly". Res. 53/35. A/54/549. http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/a_549_1999.pdf.
—. 1999b. "The Report of the Independent Inquiry into the Actions of the United Nations during the 1994 Genocide in Rwanda". S/1999/1257. http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/POC%20S19991257.pdf.
—. 2000a. "Comprehensive review of the whole question of peacekeeping operations in all their aspects". A/55/305–S/2000/809. http://www.un.org/documents/ga/docs/55/a55305.pdf.
—. 2000b. "Report of the Panel on United Nations Peace Operations". http://www.un.org/documents/ga/docs/55/a55305.pdf.
—. 2000c. "Report of the Panel on United Nations Peace Operations". A/55/305-S/2000/809. General Assembly Fifty-fifth Session. New York City: General Assembly Security Council. http://www.un.org/documents/ga/docs/55/a55305.pdf.
—. 2005a. "2005 World Summit Outcome - Fact Sheet". Fact Sheet. 2005 World Summit High-Level Plenary Meeting. New York City: United Nations. http://www.ipu.org/splz-e/unga05/outcome.pdf.
—. 2005b. "Resolution adopted by the General Assembly. 60/1. 2005 World Summit Outcome." A/RES/60/1. Sixtieth session, Agenda itens 46 and 120. New York City: United Nations. http://www.un.org/womenwatch/ods/A-RES-60-1-E.pdf.
—. 2005b. "Resolution adopted by the General Assembly. 60/1. 2005 World Summit Outcome." A/RES/60/1. Sixtieth session, Agenda itens 46 and 120. New York City: United Nations. http://www.un.org/womenwatch/ods/A-RES-60-1-E.pdf.
—. 2006. "Letter dated 20 December 2006 from the Chairman of the Peacebuilding Commission addressed to the President of the Security Council". *United Nations Security Council.* S/2006/1050. http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2006/1050.
—. 2008a. "Conclusions and recommendations of the Peacebuilding Commission on the situation in Guinea-Bissau". *Peacebuilding Commission.* PBC/3/GNB/1. http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=PBC/3/GNB/1.
—.2008b. "Background paper on the Central African Republic". *Peacebuilding Commission*.
—.2008c. "United Nations Peacekeeping Operations - Principles and Guidelines". *Doutrina Capstone*. Acesso em 30 de julho de 2017. http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/capstone_eng.pdf

—. 2012. "Frequently Asked Questions PBSO". *United Nations Peacebuilding Support Office*. 21 de junho. http://www.un.org/en/peacebuilding/pbso/faq.shtml.
—. 2009. "A new partnership agenda - charting a new horizon for UN Peacekeeping". http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/newhorizon.pdf.
—. 2010. "Statement of mutual commitments on peacebuilding in Liberia". *Peacebuilding Commission*. PBC/4/LBR/2. http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=PBC/4/LBR/2.
—. 2011. "Statement of mutual commitments on peacebuilding in Guinea between the Government of Guinea and the Peacebuilding Commission". *Peacebuilding Commission*. PBC/5/GUI/2. http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=PBC/5/GUI/2.
—. 2015a. "The future of United Nations peace operations: implementation of the recommendations of the High-level Independent Panel on Peace Operations". General Assembly, Seventieth session A/70/357-S/2015/682. New York City: United Nations. http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C--8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_2015_682.pdf.
—. 2015b. "Identical letters dated 17 June 2015 from the Secretary-General addressed to the President of the General Assembly and the President of the Security Council". General Assembly, Seventieth session. New York City: United Nations. http://undocs.org/A/70/95.
—. 2015c. "The Challenge of Sustaining Peace - Report of the Advisory Group of Experts for the 2015 Review of the United Nations Peacebuilding Architecture". http://www.un.org/pga/wp-content/uploads/sites/3/2015/07/300615_The-Challenge-of-Sustaining-Peace.pdf.
—. 2017a. "Egypt and Peacekeeping". Cairo International Center for Conflict Resolution, Peacekeeping and Peacebuilding. http://www.cairopeacekeeping.org/en/egypt-and-peacekeeping
—. 2017b. "Troop and police contributors". *United Nations Peacekeeping.* http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors.shtml
http://www.un.org/en/peacebuilding/cscs/car/key_docs/car_bg_paper_4_sept.pdf.
—. 2017a. "History of peacekeeping". *United Nations Peacekeeping.* Acessado em 27 de junho. http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/history.shtml.
—. 2017b. "Reform of peacekeeping". *United Nations Peacekeeping.* Acessado em 27 de junho. http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/reform.shtml.
—. 2017c. "Somalia – UNOSOM II Background". *United Nations Peacekeeping.* Acessado em 23 de agosto. http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unosom2backgr2.html#one
—. 2017d. "Rwanda – UNAMIR Background". *United Nations Peacekeeping.* Acessado em 23 de agosto. http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unamirB.htm
United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. 2013. "Vienna Declaration and Programme of Action Adopted by the World Conference on Human

Rights in Vienna on 25 June 1993". *United Nations Human Rights Office of the High Commissioner Official* Website. Acessado em 24 de agosto de 2017. http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/Vienna.aspx
Usden, Rebecca. Hubertus Juergenliemk. 2012. "History of UN Peacekeeping". *Global Governance Institute Factsheet.* http://www.globalgovernance.eu/wp-content/uploads/2015/02/GGI-Factsheet-History-of-UN-Peacekeeping_October2012.pdf.
Wiharta, Sharon. 2016. "Peacekeeping Contributor Profile: Indonesia". *International Peace Institute.* http://providingforpeacekeeping.org/2016/02/05/peacekeeping-contributor-profile-indonesia/
Wilèn, Nina, Gérard Birantamije. 2016. "Peacekeeping Contributor Profile: Burundi". *International Peace Institute.* http://www.providingforpeacekeeping.org/2015/06/26/peacekeeping-contributor-profile-burundi/.

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v.5, 2017 | p. 117-162

A MISSÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ NA LIBÉRIA

Larissa Ciceri [1]
Vitória Kramer [2]
Vitória Gonzalez Rodriguez[3]

RESUMO

Este guia de estudos pretende apresentar um panorama da situação na Libéria, país que passou por uma sangrenta Guerra Civil de 1989 a 2003. Nesse sentido, o artigo traz uma breve retomada da história liberiana, a fim de se delinear as raízes estruturais do conflito; um embasamento teórico sobre a construção da paz, com uma abordagem não apenas securitária, mas de caráter multidimensional; e questionamentos sobre as missões de paz, instituições e iniciativas que estiveram presentes em território liberiano (em âmbito da ONU ou regional), a fim de se aprofundar o debate a partir de uma postura crítica. O presente guia de estudos objetiva auxiliar as delegadas e os delegados na discussão dentro da Comissão para Construção da Paz (CCP) na busca de soluções duradouras para o caso da Libéria, com a construção e a consolidação de uma paz estável. Para alcançá-la, cumprem importante papel não só a reconstrução estatal, mas também a criação de instituições que sejam resilientes a choques agudos e estresses crônicos e capazes de mantê-la, prescindindo da presença de outros Estados. Discutir o caso específico da Libéria dentro do comitê diz respeito à possibilidade de implementação de políticas que auxiliem a consolidação da paz, para além do âmbito teórico das ideias.

1 Larissa é estudante do terceiro ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretora na CCP.
2 Vitória é estudante do terceiro ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretora na CCP.
3 Vitória é estudante do quarto ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretora na CCP.

1 INTRODUÇÃO

O processo de construção da paz na Libéria foi marcado por uma série de tentativas no sentido de estabilizar o país e retomar a normalidade política. A guerra civil liberiana se inseriu no contexto do pós-Guerra Fria, assim como muitos dos conflitos que permeiam o continente africano até hoje. À época da eclosão do conflito no país, as Nações Unidas (ONU) atuaram na Libéria, inicialmente, de forma a conter a guerra civil que tomava conta do país, focando então em estratégias securitárias que fossem capazes de resolver o conflito e trazer de volta uma situação de paz. Os principais esforços depreendidos pela ONU, por meio de mandato estabelecido pelo Conselho de Segurança, estavam relacionados à diminuição da belicosidade do conflito civil, em um primeiro momento.

Porém, durante a guerra civil, em função do stress constante de violência e migração (interna ou para países vizinhos), houve um colapso das estruturas sociais, para além do desmoronamento das instituições e da destruição da infraestrutura do país. Assim, tendo em vista a intensidade da crise, surgiu a necessidade de uma intervenção que não fosse somente securitária, o que levou à instauração, pela ONU, de uma série de iniciativas multilaterais no sentido da ampliação do contingente de instituições internacionais atuantes no país.

Uma dessas organizações foi a própria Comissão para a Construção da Paz, que instaurou em 2010 na Libéria uma missão a pedido do próprio governo, a qual tinha como objetivo o acompanhamento do processo de construção da paz no país. Seu papel era, principalmente, auxiliar o Estado e as demais organizações presentes no país a traçar planos de reconstrução das instituições políticas e securitárias liberianas, com o objetivo de instrumentalizar um plano multidimensional que trouxesse soluções duradouras para os problemas do país. Assim, é importante considerar que todos esses fatores são determinantes para a factibilidade de reconciliação social e reconstrução estatal, bem como para a consolidação do processo de paz, das ações relacionadas a ele e das respostas de curto e longo prazo vinculadas à estabilização do país.

O presente guia de estudos está estruturado conforme os seguintes tópicos: (i) contextualização histórica, seção em que são ilustrados os fatores relacionados ao período da Guerra Civil liberiana e também às questões concernentes ao período de recuperação do conflito e retomada das eleições no país; (ii) apresentação do problema, onde se busca traçar um panorama teórico sobre a atuação das diversas missões de paz enviadas à Libéria, bem como tecer questionamentos críticos à maneira como as mesmas foram conduzidas; (iii) ações internacionais prévias, que tem como objetivo aprofundar pontos

trazidos nas outras seções a fim de compreender o processo de construção da paz na Libéria segundo a visão das missões pacificadoras; e, por último (iv) posição dos países, seção que traz a perspectiva das nações em relação ao processo de paz na Libéria e às operações de paz como um todo.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Esta seção pretende apresentar uma recuperação histórica da Guerra Civil[4] da Libéria para que se possa refletir sobre as possibilidades e os limites da atuação de missões de paz e sobre a (re)construção estatal pós-conflito, bem como alcançar uma visão mais completa do conflito liberiano, identificando suas raízes históricas e estruturais e os caminhos para uma paz consolidada e duradoura, com instituições capazes de mantê-la. Desde já, é importante ter em mente que a atmosfera de violência e conflito começa com o golpe de Samuel Doe, que derruba William Tolbert (presidente da Libéria à época) em 1980, e escala para uma guerra civil que se estende de 1989 até o começo dos anos 2000. Uma década após o golpe, o Estado liberiano já não possuía o monopólio do uso da força nem o poder de fato, que estavam dissolvidos. Assim, o centro de gravidade do Estado estava nas mãos de atores subestatais (facções, líderes locais e senhores de guerra), sem um *locus* de poder Estado-cêntrico; para que o processo de paz fosse efetivo, era imprescindível considerar que o poder não só estava fracionado entre diferentes facções, mas também flutuava entre essas (Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000).

2.1 Conflitos e atuação da ONU depois da Guerra Fria: o surgimento de emergências complexas e a regionalização

Emergências humanitárias massivas, como a Guerra Civil da Libéria, são fenômenos multifacetados. Em função dessa natureza multifacetada, diversos atores (locais, nacionais, regionais, internacionais) se envolvem na busca de uma solução. Os sucessos ou fracassos das respostas a emergências complexas[5] são de caráter coletivo, e nunca fruto de ações individuais.

4 Há autores e autoras que dividem o conflito liberiano em duas guerras civis, sendo que a primeira dura de 1989 a 1997 e a segunda compreende o período de 1999 a 2003. Neste texto, a título de facilitar a leitura e por entendermos que ambas as guerras têm raízes e desenvolvimentos semelhantes, o conflito será tratado como "Guerra Civil da Libéria", sem divisões.

5 Durante os anos 1990, o Conselho de Segurança viu-se frente a "emergências complexas" e não emergências de caráter meramente militar. O termo significa "uma crise humanitária em um país, região ou sociedade onde existe uma total ou considerável quebra de autoridade resultante de um conflito interno e que requer uma resposta internacional que vai além do mandato da capacidade de apenas uma agência e/ou do programa em andamento das Nações Unidas para o país" (Mezzolama 1995 apud Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000, 5, tradução nossa). A definição serve para situações vividas na Libéria e em outras localidades: Camboja, Afeganistão, Somália, Moçambique, Ruanda, Angola e região dos Balcãs e do Cáucaso (Alao,

No melhor cenário, logra-se acabar o conflito gradualmente, chegando a um ponto em que atores civis e militares conseguem atuar para restaurar a normalidade e certo nível de estabilidade (Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000).

No pós-Guerra Fria, tanto o caráter dos conflitos quanto a atuação da ONU mudaram. Durante a Guerra Fria, conflitos internos de diferentes Estados eram sobrepostos pela bipolaridade da época, a qual, em função da tensão política no Conselho de Segurança, também restringia a atuação da ONU em missões de paz. Já no pós-Guerra Fria, a ONU passou a ter um envolvimento mais ativo nos conflitos[6], que passaram a ser considerados como ameaças à paz e segurança internacionais. Em termos de combate, o foco da violência passou a ser, em larga medida, a população civil. Além disso, a influência dos conflitos relacionados a emergências complexas cruzou fronteiras: o entorno regional passou a servir como espaço para migração e refúgio, fonte e rota de suplementos, tráfico de recursos e armas, e/ou oferta de soldados, podendo ser utilizado para garantir o sucesso do processo de paz ou para desestabilizá-lo e impedi-lo. Isso fica evidente no conflito liberiano, imbricado com os conflitos dos vizinhos Costa do Marfim e Serra Leoa (Adebajo 2004, Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000).

Com relação à regionalização dos conflitos e do combate contra eles, além do mencionado, pode-se considerar que, com o fim da Guerra Fria, houve espaço para a cooperação entre a ONU e as estruturas regionais, como previsto pelo artigo 53 da Carta da ONU. Assim, descentralização e cooperação passaram a ser consideradas na resolução de conflitos e na manutenção da paz e da segurança. Ainda que a responsabilidade do Conselho de Segurança seja primordial, a ação regional começou a ser símbolo de um aprofundamento da participação e da democratização em questões internacionais (Boutros-Ghali 1992 *apud* Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000). Nesse sentido, Alao, Mackinlay e Olonisakin (2000) consideram que a primeira grande tentativa de orquestrar a cooperação com ações regionais ocorreu na Guerra Civil liberiana, ainda que sem a coordenação e planificação necessárias.

Mackinlay e Olonisakin 2000).

6 É importante pontuar que, depois do grande aumento do número de operações de paz autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU e do mencionado maior envolvimento da ONU nos conflitos (imediatamente após o final da Guerra Fria), houve uma diminuição das missões de paz e dos contingentes de diferentes missões dessa organização. Tal diminuição relaciona-se fortemente com incidentes com os capacetes azuis na Somália e com o genocídio em Ruanda, e é somente a partir da virada do século que o Conselho de Segurança volta a aumentar a participação da ONU em novas missões. Na época da diminuição de atuação da ONU, a regionalização da mediação e resolução de conflitos cumpriu função importante. Assim, é possível inferir que o fim do otimismo inicial no que diz respeito ao papel da ONU na mediação e resolução de conflitos pós-bipolaridade abre espaço para que as organizações regionais liderassem operações de paz, sendo responsáveis pela paz e segurança de suas respectivas regiões, principalmente em função do espraiamento (spillover) de problemas dos conflitos intraestatais para Estados de uma mesma região (Roser e Nagdy 2016, Cater 2003).

2.2 Da independência ao golpe de 1980: os antecedentes da Guerra Civil na Libéria

A Libéria, apesar de ser um país pequeno em território e população, diferencia-se de outros Estados por sua longa história como país independente, desde 1847 – a maior do continente africano. O país foi criado como uma espécie de refúgio para escravos libertos dos Estados Unidos da América (EUA) a partir de 1822. A ideia de enviar escravos livres para a África é fruto do ensejo de dois grupos dos EUA: militantes contra a escravidão e (paradoxal e ironicamente) defensores do comércio de escravos. Com isso, "os defensores da American Colonization Society adotaram o argumento de que colonizar negros livres protegeria a escravidão nos EUA e promoveria o cristianismo e a civilização na África" (Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000, 13, tradução nossa). Uma colônia chamada Libéria, cuja capital seria Monrovia (em alusão ao Presidente estadunidense James Monroe), foi então criada em 1824.

Socialmente, a população liberiana é composta por dois grandes grupos: os américo-liberianos (descendentes dos escravos livres)[7] e os africanos nativos[8]. A dominação dos segundos pelos primeiros e uma série de guerras entre 1822 e o começo do século XX – símbolos da composição étnica e de tensões políticas dela derivadas – são importantes para a guerra civil que posteriormente viria a ocorrer (Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000). A conexão histórica com os EUA é pautada, inicialmente, pela relação entre os escravos livres colonizadores e a nação estadunidense, pois os américo-liberianos formavam a elite liberiana e reproduziam o sistema e a sociedade que viviam anteriormente nos EUA (Wippman 1993 *apud* Wilén 2012). Eles criaram, na Libéria, uma sociedade com duas estruturas, uma para a elite e outra para os nativos, demonstrando uma espécie de inversão: os américo-liberianos, que antes eram dominados, agora impunham a estrutura social, política e econômica (Nmoma 1997 *apud* Wilén 2012, Wilén 2012).

Politicamente, o Estado liberiano, que não enfrentou diretamente os malefícios do colonialismo europeu, foi mantido sob um regime democrático-oligárquico de américo-liberianos por mais de um século. Em termos de partidos, o *Whig* foi formado pelos américo-liberianos e impulsionou todos os presidentes da Libéria desde a independência até o fim do regime oligárquico, representado pelo golpe militar de 1980 (Alao, Mackinlay e Olonisakin

7 Eles constituíam por volta de 5% da população, apenas (Wippman 1993 apud Wilén 2012).
8 Os nativos da Libéria estavam divididos em 16 grupos étnicos, quais sejam: Bassa, Dei, Gbandi, Gio (Dahn), Glebo, Gola, Kissi, Kpelle, Krahn (Wee), Kru, Kuwaa (Belle), Loma, Mano (Ma), Mandingo (Mading), Mende, e Vai (Ofuatey-Kodjoe 1994 e Guannu 1983 apud Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000). Alguns, ainda que historicamente rivais, mantiveram certa coesão em função da dominação colonial. A relação com grupos de Estados vizinhos foi importante no decorrer de diferentes conflitos civis (Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000).

2000). É importante considerar a segregação social entre os dois principais grupos da Libéria: além de executarem trabalho forçado, antes de 1964 os nativos não tinham direito a voto – este era relacionado à propriedade de terra, o que enfraquecia ainda mais o sistema eleitoral. Assim, o partido da oligarquia sustentava e aprofundava os privilégios da minoria américo-liberiana. Entre os fatores que ajudaram a manter o *Whig* por tantos anos no poder está a impossibilidade de os nativos liberianos agirem coletivamente contra o sistema, considerando a falta de infraestrutura, por exemplo; além disso, importa considerar o subdesenvolvimento do interior e a falta de unidade entre os diferentes grupos étnicos nativos (Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000).

William Tubman assume o poder no começo dos anos 1940 e seu regime trata de corrigir erros dos anos anteriores, com algumas reformas graduais[9]. Dentre os seus principais objetivos, estavam o alcance da união, da coesão e do desenvolvimento social da Libéria, sendo que, para isso, havia a promessa de mais representatividade dos nativos no Congresso Nacional e na esfera política de modo geral. Nesta fase do governo liberiano, a "política de portas abertas" exerceu importante papel, pois, por atrair investimentos estrangeiros, possibilitou a construção de infraestrutura e a criação de empregos. Por outro lado, permitia a exploração de recursos naturais, por um largo período, com poucas condições impostas aos investidores, aprofundando a condição de submissão e dependência do país. De maneira geral, permaneceu uma grande barreira entre os nativos e os américo-liberianos, e os benefícios econômicos foram restritos a uma parte da população, com forte concentração de renda e uma melhora pouco significativa para os nativos (Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000, Wilén 2012). À época, a Libéria "tornou-se o primeiro 'Estado-partido' da África, com uma personalização do poder que impedia a construção de instituições autônomas" (Ellis 1995, 175 *apud* Wilén 2012, 41, tradução nossa).

Em 1971, depois de praticamente três décadas de governo Tubman, quando William Tolbert assume o poder, existia uma forte pressão para que houvesse mudança no sistema governamental e nas instituições liberianas (Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000). Tolbert seguiu algumas das políticas de Tubman, como a de incluir nativos no governo; apesar disso, a forte corrupção e a desigualdade social aprofundaram o descontentamento e a agitação social (Wippman 1993 *apud* Wilén 2012). Assim, durante a década de

9 Os instrumentos mais representativos de tais reformas foram a participação direta do então presidente em encontros no interior do país a partir de meados dos anos 1960, a participação de políticos do hinterland no governo e a instalação de estruturas administrativas mais eficazes em áreas não-costeiras, além de ligeiras concessões para as reivindicações dos interioranos. Inicialmente, a ideia de Tubman era, segundo Clapham (1976), escapar do inevitável: uma revolta da população interiorana mediante o desenvolvimento desigual das regiões costeiras, povoadas majoritariamente por américo-liberianos. Por outro lado, Tubman ganhou novos aliados políticos, com os quais poderia contar em disputas com américo-liberianos descontentes.

1970, diferentes fatores podem ter precipitado o golpe de Samuel Doe, que retirou Tolbert do poder em 1980. Entre eles, merece atenção a conjuntura econômica desfavorável, ilustrada pela crise do petróleo, pela queda do preço da borracha e do minério de ferro, pela diminuição da ajuda externa à Libéria e pelo aumento de sua dívida e inflação, demonstrando a fragilidade da economia do país, sua dependência das exportações e suas práticas de patronagem-clientelismo[10] (Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000, Harris 1999 *apud* Wilén 2012).

O golpe de Doe fez com que muitos dos liberianos pensassem que a hegemonia dos américo-liberianos havia terminado, bem como seus abusos frente à comunidade nativa, cujos interesses eram invisibilizados. Contudo, o novo chefe da Libéria aproveitou-se de suas afinidades étnicas para sustentar sua administração, hostil aos américo-liberianos mas também a alguns grupos étnicos. Em grande medida, o grupo étnico de Doe (denominado Krahn) foi favorecido frente aos demais. Esse favorecimento, juntamente com a retirada dos américo-liberianos do poder (que, de certo modo, conferiam coesão e união aos diferentes grupos), fortaleceu as antigas e duradouras divisões sociais e étnicas da Libéria (Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000).

2.3 Do golpe de 1980 ao processo eleitoral de 2005: a guerra e o processo de paz

A partir do golpe militar de Samuel Doe, observa-se uma brecha entre expectativa e realidade, como dito. Como características importantes do período, tem-se o aprofundamento da hostilidade étnica e da deterioração econômica (Wilén 2012). Em 1984, Doe propôs que se voltasse a um regime civil, criou o Partido Nacional Democrático da Libéria (NDPL, sigla do inglês) e informou a intenção de que houvesse eleições no país. Nessas eleições, ocorridas em 1985, a participação de todos os partidos existentes foi dificultada por entraves, como o pagamento de altas taxas para se candidatar; o NDPL ganhou com 50,9% dos votos. Há alegações de fraude, assédio e intimidação aos oponentes. Nos anos seguintes, houve diferentes tentativas de golpes, duramente reprimidas pelo governo de Doe. Isso teve impacto na eclosão da guerra civil, sendo que a mencionada repressão foi explorada por Charles Taylor[11] para desgastar a imagem de Doe (Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000, Reno 2011).

10 Na literatura, costuma ocorrer o intercâmbio entre os termos "patronagem" e "clientelismo", ou sua utilização em conjunto. Na visão de Robinson e Verdier (2013), o fenômeno se dá quando, em troca de apoio e votos, os políticos - ou "patrões" - oferecem empregos ou favores a seus apadrinhados.

11 Taylor foi membro do regime de Doe. Depois da descoberta de uma fraude de corrupção sua, fugiu para os EUA, onde foi preso em 1984. No ano seguinte, fugiu da prisão, retornando à África Ocidental (Reno 2011).

Em dezembro de 1989, rebeldes da Frente Nacional Patriótica da Libéria (NPFL, sigla do inglês), liderada por Taylor, invadiram o condado liberiano de Nimba (saindo da Costa do Marfim), dando início à Guerra Civil da Libéria. Em função da forte tensão social pré-existente, o começo do conflito não foi uma surpresa. No eclodir da conflagração, a reação violenta contra a hegemonia dos Krahn teve papel importante: muitos civis se armaram e apoiaram os rebeldes, convencidos de que o regime de Doe buscava acabar com as etnias majoritárias, Gio e Mano. Assim, uma das características do conflito foi o massacre interétnico, de que são exemplos as mortes massivas de Gios e Manos (entre maio e julho de 1990) pelas mãos de membros das Forças Armadas da Libéria, majoritariamente Krahns e Mandingos, e a resposta (a partir de 1991), com a morte de Krahns e Mandingos através de membros da NPFL (Asiedu 2000). Sobre o assunto, Adebajo (2014, 169) argumenta que, "na Libéria, a legitimidade dos senhores de guerra era baseada na construção de apoio étnico". Outra característica-chave foi "o abandono de todas as regras e convenções de guerra. Era isso que estava no cerne da transformação dessa guerra em uma difícil emergência humanitária, como muitos outros conflitos pós-Guerra Fria" (Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000, 20, tradução nossa). Dentre as mudanças que distinguiram a Guerra Civil liberiana como uma emergência humanitária complexa, estão justamente a transformação dos civis em alvos do conflito, bem como o uso de crianças como soldados (Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000).

William Reno (2011) pontua que, já na segunda metade dos anos 1980, a agitação popular contra Doe e a oposição civil organizada cresciam, à medida que o governo perdia o controle da situação e reprimia seus opositores. A desintegração da rede política de apoio a Doe, mais do que a própria insatisfação dos liberianos, foi importante para a emergência de grupos rebeldes. Essa desintegração provia antigos membros do regime de Doe com certas vantagens, em função de seus contatos e acesso a diferentes recursos do país, ao mesmo tempo em que alimentava a disputa entre facções. Outro aspecto apontado por Reno (2011) é a semelhança de algumas atitudes de Doe e Taylor, ainda que rivais, como a brutalidade e o controle e a exploração de recursos minerais. Nesse sentido, o mesmo autor argumenta que os "rebeldes senhores de guerra estavam organizados de forma semelhante aos regimes que combatiam" (Reno 2011, 183); afirmação válida não só para a Libéria, mas também para os rebeldes da região como um todo, em especial aqueles provenientes da Costa do Marfim e Serra Leoa. Sobre o tema, Adebajo (2004) afirma que as batalhas entre as facções se davam pelo controle de áreas ricas em recursos, como diamante, madeira, borracha e minério de ferro.

Após Yekepa e Gbarnga, maiores cidades liberianas depois da capital,

caírem nas mãos da oposição (NPFL), Doe tentou apaziguar os rebeldes: prometeu não tentar a reeleição, declarar anistia para exilados políticos, acabar com a proibição dos partidos políticos que estavam banidos e reestruturar o governo, mas sem deixar o poder (Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000). Tais promessas foram em vão: Doe foi assassinado em 1990 pela Frente Independente Nacional Patriótica da Libéria (INPLF, sigla do inglês), liderada por Prince Johnson, um dissidente da NPFL de Taylor. Após o assassinato do presidente, um Governo Interino de Unidade Nacional foi estabelecido com o apoio da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS, sigla do inglês)[12]. No entanto, é importante considerar que, à época (começo dos anos noventa), Taylor detinha poder em grande parte da Libéria e negava-se a reconhecer o governo interino, reivindicando o reconhecimento de seu próprio governo (Reno 2011, Wilén 2012).

A proliferação de facções constituiu outro traço fundamental do conflito na Libéria e um importante entrave para a construção e consolidação do processo de paz[13]. Essas facções e seus respectivos senhores de guerra ganhavam influência, de forma que um acordo de paz não poderia ignorar sua existência e força, capaz de sabotar um real processo de paz[14] (Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000). Nina Wilén (2012, 43, tradução nossa) pontua que "essa constante multiplicação e dissolução das forças envolvidas no conflito

12 A ECOWAS foi criada no ano de 1975 como uma iniciativa econômica e depois, na década de 1990, aumentou seu escopo e objetivos para além da economia. A organização visa promover a cooperação econômica e política na região da África Ocidental e é composta pelos seguintes Estados: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo (ECOWAS s.d).

13 As principais forças nos primeiros anos do conflito foram: a NPFL de Taylor, composta majoritariamente pelos grupos étnicos Gio e Mano, apoiada por líderes de Costa do Marfim, Burkina Faso e Líbia, ao mesmo tempo em que servia de apoio para os rebeldes da Frente Unida Revolucionária (RUF, sigla do inglês), da Serra Leoa; a INPLF e o Conselho Central Revolucionário da NPFL (CRC, sigla do inglês), oriundas da NPFL; as Forças Armadas da Libéria (FAL), que sustentavam o Regime de Doe, tinham apoio da Nigéria e cuja maioria dos membros era proveniente do grupo étnico Krahn; o Movimento Unido de Libertação da Libéria por Democracia (ULIMO, sigla do inglês), apoiada por Serra Leoa e Guiné, posteriormente dividida em ULIMO-J e ULIMO-K, lideradas pelas grupos Krahn e Mandingo, respectivamente; o Conselho de Paz da Libéria (LPC, sigla do inglês); e a Força de Defesa de Lofa (LDF, sigla do inglês). Posteriormente, surgiram outras facções, como a Liberianos Unidos para Reconciliação e Democracia (LURD, sigla do inglês), formada por antigos combatentes das FAL e da ULIMO, com base na Guiné; e o Movimento pela Democracia na Libéria (MODEL, sigla do inglês). A dinâmica e intensidade do conflito relaciona-se diretamente com o surgimento de diferentes grupos insurgentes e a relação entre eles. Nesse sentido, é importante pautar que a LURD e o MODEL são atores do período que é considerado a Segunda Guerra Civil da Libéria, já que surgem depois de 1999 - sendo, ao mesmo tempo, frutos dos acordos de 1996 e da eleição de 1997 e, de certo modo, origens dos de acordos de 2003 e da eleição de 2005 (Adebajo 2004, Howe 1996 apud Wilén 2012, Reno 2011, Wilén 2012).

14 Segundo Alao, Mackinlay e Olonisakin (2000), do ponto de vista estritamente local, o processo de paz não era vantajoso para os senhores de guerra e líderes locais, já que exerciam poder nas suas localidades e lucravam muito com a exploração de recursos do país.

continuou até o fim da guerra civil em 2003, quando os acordos de paz finais foram assinados". A formação, proliferação e alinhamento de grupos armados na região relacionam-se com a complexa rede de patronagem-clientelismo e de diferentes interesses. Essa rede extrapola a fronteira liberiana, e daí a relação com os países vizinhos e a importância da região que, como mencionado, pode ajudar a impulsionar ou a impedir o processo de paz (Reno 2011).

Ainda, outro ponto de crucial importância ao longo do conflito e do processo de paz foi a economia exercida durante os anos de guerra, em que havia trocas, com países estrangeiros, de recursos naturais por armamentos. Tais trocas ocorriam, inicialmente, em função dos problemas econômicos da Libéria e, posteriormente, pela rentabilidade do negócio ilegal. Essa economia de exploração dos recursos naturais, crucial para o financiamento da guerra, beneficiava os senhores de guerra, sendo que nela também estiveram envolvidos políticos e mantenedores da paz (*peacekeepers*) (Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000).

Não se pode deixar de mencionar que a Guerra Civil na Libéria é um claro exemplo da falta de interesse na resolução dos conflitos africanos por parte das superpotências – EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – e de outros países no final da Guerra Fria. Por outro lado, é importante notar que há um aumento da influência dos países regionais. Durante a Guerra Fria, seria impensável que os EUA permitissem que o conflito liberiano escalasse para uma sangrenta e custosa guerra civil, com perda de controle, por parte do governo, sobre o uso da força, a população, a economia e as instituições. Isso porque, ao longo dos anos 1980, os EUA foram um importante aliado da Libéria e do regime de Doe[15]. Também importa notar que a Rússia não permaneceu com o mesmo engajamento da antiga URSS no continente africano. Essas mudanças devem-se, entre outros fatores, à diminuição do interesse estratégico da região pós-Guerra Fria, pois a África perdeu sua importância no tabuleiro geopolítico mundial ao findar-se a bipolaridade e, com essa, a possibilidade de Estados africanos alinharem-se a uma das potências (Adebajo 2004, Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000).

Em agosto de 1996, após longas negociações mediadas pela ECOWAS e onze outras tentativas de cessar-fogo, um acordo foi assinado em Abuja, capital da Nigéria, pelas principais partes envolvidas no conflito. Além do cessar-fogo, o documento acordou a dissolução da NPFL e a organização de eleições. Entre a assinatura e o pleito, que viria a ocorrer em julho de 1997, Ruth Perry, ex-senadora e primeira Chefe de Estado africana, assumiu interi-

15 Além de aliados históricos, a Libéria encontra-se em uma posição estratégica para os EUA, funcionando, à época da Guerra Fria, como ponto de abastecimento de aviões e de partida de navios para o Atlântico Sul. Além disso, possuía uma importante plantação de borracha para os EUA e era uma espécie de porta-voz estadunidense para a África Subsaariana (Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000).

namente a presidência do país. Já em 1997, ainda que as perdas relacionadas ao conflito fossem inumeráveis (pessoas mortas e feridas, infraestrutura física destruída, tecido social desmantelado e colapso estatal), havia mudanças que apontavam para um novo período, pois ocorreriam eleições e, ao que tudo indicava, teriam um vencedor: Charles Taylor.

Com relação à eleição, é importante considerar que, em situações de guerra civil e de emergências complexas, um pleito só é efetivo se o vencedor desse for também um líder do conflito, capaz de, gradualmente, fazer voltar ao Estado o monopólio do uso da força e unir o país fraccionado por diferentes grupos e facções atuantes. Caso contrário, não há uma real transferência de poder e autoridade (Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000). Também não se pode desconsiderar os períodos pré e pós-eleição: no primeiro, houve muitos procedimentos para que o pleito se consolidasse, como os ajustes da Comissão Eleitoral, o estabelecimento de pré-requisitos para concorrer à presidência e o fornecimento de condições para votar (havia muitos refugiados liberianos no exterior); no segundo, é preciso ter em mente que haver um vencedor nas eleições é apenas um primeiro passo rumo à reconstrução estatal, com instituições capazes de voltar a governar o país e resilientes a choques agudos e estresses crônicos.

O partido de Taylor ganhou as eleições de 1997 com aproximadamente 75% dos votos, tendo conseguido 21 das 26 cadeiras do Senado e 49 das 64 na Câmara dos Deputados (Adebajo 2004). A vitória esmagadora de Taylor, possibilitada em grande parte por se tratar da única facção com recursos suficientes para uma verdadeira campanha (Wilén 2012), deu esperança aos que acreditavam que um vencedor que tivesse ampla margem de vitória era essencial para a reconciliação e o processo de paz; por outro lado, havia o medo de que, com tamanhas margem de vitória e base de governo, a oposição fosse fortemente oprimida. Como dito anteriormente, as eleições eram apenas um primeiro passo no processo democrático: por si mesmas não garantiam a paz nem um governo justo; eram as políticas e os procedimentos de reconciliação social e de reconstrução estatal que dariam a tônica do futuro liberiano (Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000).

A ECOWAS tinha forte interesse no sucesso das eleições de 1997, garantindo o futuro do processo de paz (que também dizia respeito à segurança dos Estados da região e de suas respectivas populações). Isso permitiria o começo da retirada de sua missão de paz, o Grupo de Monitoramento de Cessar-Fogo da ECOWAS (ECOMOG, sigla do inglês), bastante custosa e já em seu sétimo ano. A ECOMOG foi criada em 1990 com o objetivo de atuar na então incipiente Guerra Civil da Libéria e mediar um processo de paz. Capitaneada pelos países anglófonos da ECOWAS, a ECOMOG era composta por militares, oriundos sobretudo de Nigéria e Gana, e buscava contraba-

lançar a atuação dos países francófonos, os quais, através de Burkina Faso e Costa de Marfim, estavam apoiando as ações de Charles Taylor e provocando instabilidade na região (Clapham 1996). Apesar das possíveis críticas feitas a essa missão, as quais serão aprofundadas mais adiante, não se pode deixar de considerar que a ECOMOG foi uma importante tentativa de solução africana para um problema africano, ainda mais se for considerada a falta de interesse de potências extrarregionais no mencionado conflito (Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000). Tanto a ECOMOG quanto a Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL) serão abordadas nas próximas seções deste guia de estudos, para melhor compreensão do tema.

Entre os principais pontos que necessitavam foco imediato no processo de reconciliação e reconstrução, após as eleições de 1997, estão: atenção à questão dos refugiados e deslocados, retomada dos serviços sociais básicos, reerguimento da mídia, reestruturação da economia, fortalecimento das instituições jurídicas e administrativas, e reconstrução das Forças Armadas e da infraestrutura material e social. Para tal, esforços internacionais e nacionais eram necessários, e um dos desafios mais contundentes estava justamente na coordenação e comunicação entre eles (Alao, Mackinlay e Olonisakin 2000).

É preciso pontuar que o regime de Taylor ficou conhecido por sua brutalidade, bem como pela manutenção da corrupção, dos problemas econômicos e da violência institucionalizada e sistematizada. A infraestrutura, de modo geral, não foi restaurada e os serviços sociais básicos não foram retomados (Adebajo 2004, Wilén 2012). Após assumir a presidência, Taylor diminuiu consideravelmente o contingente das Forças Armadas da Libéria, ao dispensar os oficiais do grupo étnico Krahn. Ademais, financiou com dinheiro e armas a RUF, em Serra Leoa. Tendo isso em vista, a paz que seguiu a eleição de 1997 não foi duradoura e antecedeu a retomada da guerra civil, na virada do século. Reno (2011, 118) argumenta que os grupos rebeldes da África Ocidental "incorporavam combatentes com diferentes agendas, mas operavam em um ambiente político hostil às demandas e programas políticos que previamente definiam muitas das insurgências na África", o que demonstra a complexidade dos conflitos da região em geral, e da Libéria em específico. Dita complexidade dificulta, claro está, não só o processo de paz, mas a reconstrução estatal posterior ao conflito.

Em 1999, uma rebelião no norte do país liderada pela LURD passou a dominar amplas porções do território liberiano, dando início à chamada Segunda Guerra Civil. Nos anos seguintes, a LURD foi acompanhada pelo MODEL, que avançava a partir de regiões próximas à fronteira marfinense, no sul. Apesar de serem capazes de evitar a aproximação dos rebeldes à capital por três anos, as Forças Armadas nada puderam fazer quando os grupos finalmente invadiram Monrovia em agosto de 2003, forçando a renúncia e o

exílio de Taylor. Assim, em agosto de 2003, Taylor cedeu às pressões nacionais e internacionais, que incluíram diferentes sanções e embargos ao Estado liberiano, e saiu do poder (Wilén 2012).

Uma semana após a renúncia de Taylor, membros da LURD e do MODEL se reuniram em Acra e assinaram o acordo de cessar-fogo, dando espaço a um governo de transição e pondo fim ao novo período de conflito no país (Adebajo 2004, Wilén 2012). O acordo previa um governo de transição de dois anos, com eleições em 2005. Dito governo de transição foi formado por membros dos dois grupos insurgentes, elementos da sociedade civil e de diferentes partidos, e representantes de cada uma das províncias liberianas, tendo sido encabeçado por Gyude Bryant, empresário e político. O período de transição terminou em janeiro de 2006, quando Ellen Johnson-Sirleaf, segunda colocada nas eleições de 1997 e vencedora das eleições de 2005, assumiu democraticamente a presidência da Libéria, sendo a primeira mulher eleita a ocupar a presidência de um país africano (Wilén 2012).

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.

Os diversos órgãos e agências estabelecidos na Libéria durante o processo de construção da paz mostram que desde cedo houve uma preocupação para além de acabar com os pontos de tensão, dissolver os grupos de guerrilha e retomar a normalidade do processo eleitoral no país. Mais do que isso, era preciso pensar em maneiras de consolidar a paz de forma efetiva, a fim de garantir que novos focos de conflito não eclodissem, que a população se sentisse segura e que a Libéria pudesse existir enquanto um Estado soberano novamente. Assim, para entender o porquê do estabelecimento da missão da CCP na Libéria, é preciso primeiro retomar algumas questões que remontam às primeiras tentativas de estabelecimento da paz após a eclosão da guerra civil.

3.1 As tentativas de construção da paz

A primeira tentativa de contenção das forças guerrilheiras partiu da própria região, sob os auspícios da Nigéria, e foi marcada pela criação e atuação militar da ECOMOG em 1989. Porém, apesar de seus inúmeros esforços e dos avanços alcançados no sentido das negociações de paz realizadas com o intermédio da missão, a operação como um todo não colheu os resultados desejados à época de sua implementação, fazendo com que o processo de construção da paz não fosse consolidado na região (Adebajo 2004). A partir de então, a ONU passou a ter um papel mais presente na região, por meio do envio da Missão Observadora das Nações Unidas na Libéria (UNOMIL, sigla do inglês) em 1993, que buscava prover assistência no sentido não-mi-

litar. Na prática, isso significava que o monitoramento da UNOMIL poderia auxiliar o processo de paz no que tangia às questões humanitárias, ao cumprimento do acordo de paz entre as partes e à implementação de programas que evitassem a eclosão do conflito novamente (Esteves e Souza 2011).

Entretanto, a UNOMIL foi dissolvida e deu lugar ao Escritório das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Libéria (UNOL, sigla do inglês) em 1997. Esta consistiu em uma agência especial não militarizada criada para dar atenção, em especial, às questões que diziam respeito não à guerra em si, mas aos fatores que deveriam ser endereçados durante o processo de consolidação da paz, com vistas a facilitar o processo de boa governança e de não ocorrência de novos conflitos. Em 2003, a UNOL foi dissolvida e, em resposta à retomada do conflito, o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu a criação de uma missão especial para intervir na Libéria, a Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL, sigla do inglês) (Esteves e Souza 2011). Foi a partir do estabelecimento dessa missão que os esforços em nome da instituição da paz e da normalidade política começaram a apresentar resultados, principalmente em razão de seu caráter multidimensional e da capacidade dos agentes que dela fazem parte em lidar com as questões humanitárias, políticas e sociais do conflito (Tabak 2009). No entanto, se as agências anteriormente estabelecidas também tinham como objetivo o auxílio à construção da paz segundo uma abordagem não apenas securitária, qual foi o fator responsável para que a UNMIL tivesse mais êxito do que as missões anteriores na Libéria? Ainda assim, se a UNMIL colheu resultados tão positivos, o que condicionou a entrada da CCP e por que ela se fez tão necessária na região? Considerando a importância dessas questões, a seção a seguir foi construída com o objetivo de respondê-las, de forma a apresentar o referencial teórico por detrás dos processos de construção da paz e ilustrar como os principais conceitos no tema aplicam-se no caso da Libéria.

3.2 A construção da paz: aspectos teóricos

Primeiramente, para compreender o processo liberiano, precisamos entender a lógica na qual as Nações Unidas funcionam para a implementação da paz, visto que foi esta a organização responsável por organizar e sistematizar os mecanismos para a construção de uma paz duradoura na Libéria. A ONU entende que existem quatro fases para este processo, sendo elas: (i) diplomacia preventiva, que busca justamente evitar que os conflitos tenham início; (ii) *pacificação* (do inglês *peacemaking*), que acontece a partir do início do conflito e busca a implementação de um acordo entre as partes em litígio; (iii) *manutenção da paz* (do inglês *peacekeeping*), que observa a implementação do acordo e busca garantir que a situação de conflito não retorne ao status quo; e (iv) *construção da paz* (do inglês *peacebuilding*), que busca estra-

tégias de construção da paz para além da ausência de violência (Vieira Filho 2013).

A grosso modo, pode-se dizer que as primeiras fases dessa estratégia foram levadas a cabo pela ECOMOG[16], visto que foi ela a responsável por firmar o acordo de cessar-fogo e por conter os focos mais graves de tensão no país durante os primeiros anos de guerra civil. Porém, em se tratando de *manutenção e construção da paz,* com ênfase para o último processo, não restam dúvidas de que as agências implementadas pelas Nações Unidas no país desempenham papel fundamental para o processo de consolidação da paz. Isto se deve, em grande parte, à ideia de multidimensionalidade[17], que surgiu a partir da visão da reconstrução da estrutura estatal e da proteção à sociedade civil objetivando diversas frentes – como questões humanitárias, de proteção às comunidades locais e de reconstrução política do país –, e não somente a face da segurança nacional. Tal conceito, quando aplicado ao caso da Libéria durante a atuação da UNMIL, abre brecha para a participação de órgãos da própria ONU e de outras organizações internacionais – como a CCP – para promover a reconstrução das instituições políticas, bem como do país em si, sob a ótica da resiliência (Tabak 2009).

A ideia da multidimensionalidade também dialoga com uma importante questão dentro do processo de consolidação de paz, que é a dos direitos humanos. Durante os conflitos, a assistência humanitária pode ficar em segundo plano, visto que a prioridade é eliminar os focos de tensão e garantir a supressão do conflito. Assim, em se tratando desses processos para implementação da paz, é importante ter em mente que a proteção aos direitos humanos vai além da ausência de conflitos: ela adentra a questão da garantia de boa governança e de instituições capazes de assegurar uma qualidade de vida mínima à população local (Esteves e Souza 2011).

Assim, a partir do estabelecimento do princípio da multidimensionalidade e dos demais preceitos defendidos dentro da Agenda para a Paz, como a proteção humanitária, e a construção de uma paz duradoura no país, a UNMIL estabeleceu um processo de construção da paz na Libéria que, em linhas gerais, passou por três fases: (i) Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR); (ii) assistência humanitária; e (iii) apoio eleitoral.

16 No início dos anos 90, a ECOMOG adotou o modelo de operação de paz denominado Peace Enforcement, que consistia na permissão do uso da força – a partir da autorização do Conselho de Segurança da ONU – sem a premissa da auto-defesa, com vistas a manter o controle sobre o conflito e as partes beligerantes (De Coning 2017).

17 Esse conceito surgiu com a Agenda para a Paz, documento proposto pelo ex-secretário geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, nos anos 1990. Tal publicação lançou a ideia de que o processo de construção da paz deveria passar pela "expansão das capacidades (reconstrução econômica) e transformação institucional (reforma das forças policiais, do sistema judiciário, do aparato de defesa, promoção de eleições e reconstrução da sociedade civil)" (Doyle e Sambanis 2006, 15).

O papel da UNMIL foi, portanto, facilitar o acesso dos novos agentes e das instituições às populações locais, bem como garantir que a questão securitária permanecesse sob controle, devolvendo ao Estado o monopólio da violência e a capacidade de manter a coesão interna no país (Esteves e Souza 2011).

Dentre as fases do processo de construção da paz na Libéria, ressalta-se a importância do DDR. Sendo um dos programas mais bem-sucedidos na África, ele foi levado a cabo, efetivamente, de 2003 a 2008, e conta com resultados positivos, porém ainda não totalmente satisfatórios para o que se propõe a iniciativa. Dos desafios encontrados para sua implementação, destacam-se: (i) os problemas quanto ao processo de convencimento dos insurgentes de que o melhor a se fazer é abandonar as armas, visto que muitas vezes, em um ambiente hostil, a única maneira de se manter protegido é por meio da posse de pequenas armas; e (ii) a questão de que os combatentes possuem, na guerrilha, a sua fonte de renda. Assim, o processo de desarmamento dos guerrilheiros e desmobilização das tropas e a consequente necessidade de reintegração à sociedade tornam-se, muitas vezes, custosas, dada a dificuldade de convencimento dos contingentes guerrilheiros e de reinserção social e econômica dos ex-combatentes (Zena 2013).

Por tais motivos, a multidimensionalidade torna-se fundamental, pois abre espaço para a participação de entidades e instituições em missões de paz, e estas organizações acabam por retomar a centralidade do DDR no processo de resolução de conflitos e de *construção da paz*. Na verdade, na concepção da própria ONU, o DDR é um pré-requisito para a estabilidade pós-conflito e para a recuperação do país (United Nations 2010). Essa visão traz uma boa definição do conceito de DDR, pois busca não somente acabar com a origem do problema/conflito, como também visa aplicar o conceito de construção da paz ao incentivar a busca de estratégias de superação do conflito para além do meio violento. Porém, é importante considerar que, para fazer valer a instituição do DDR, ou seja, para garantir que seus preceitos sejam aplicados em sua totalidade, é preciso que haja confiança nas instituições políticas que se propõem a negociar seus termos (Tabak 2009). Dessa forma, na próxima seção, serão abordados o estabelecimento da CCP na Libéria, bem como os fatores condicionantes para sua implementação, visto que boa parte da justificativa para sua existência foi exatamente a questão que diz respeito à consolidação do Estado liberiano em todos seus aspectos institucionais, principalmente na sua relação com a sociedade.

3.3 O estabelecimento da Comissão para a Construção da Paz e o fortalecimento das instituições políticas e securitárias liberianas

No caso da Libéria, em se tratando de instituições políticas, no pe-

ríodo anterior à implementação da missão da CCP, a situação era bastante delicada, visto que os anos de guerra civil provocaram um grande vácuo político no país e uma grande insegurança na população, conforme demonstrado na contextualização histórica. Nesse contexto, surgiu a CCP, estabelecida pela ONU no país em 2010, após solicitação do governo liberiano e posterior autorização do Conselho de Segurança. A Comissão foi instaurada na Libéria com o objetivo de auxiliar a UNMIL e as demais instituições presentes no país, principalmente, nas áreas em que essas não foram capazes de realizar progressos significativos, quais sejam: fortalecimento do Estado de Direito (i); reforma do setor de segurança (RSS) (ii); e reconciliação nacional[18] (iii) (Peacebuilding Commission 2010).

O objetivo inicial da CCP era, portanto, fortalecer as instituições do Estado liberiano através dessas três áreas. No que tange ao **Estado de Direito**, convém ressaltar que os sistemas legislativo e judiciário, mesmo antes da guerra civil, eram bastante defasados. Eles não foram pensados de maneira a abarcar as demandas de todos os grupos sociais presentes no país, motivo pelo qual é comum a preocupação que sua falta de imparcialidade possa contribuir para futuros impasses no país. Assim, fortalecer o Estado de Direito foi uma das prioridades da CCP em seu programa para construção da paz, afinal, o que se queria era evitar que novos focos de divergência ou conflito pudessem surgir no país. Por este motivo, a questão judiciária era, certamente, uma potencial candidata como causa de futuros tensionamentos políticos e sociais (Peacebuilding Commission 2010).

Quanto às **reformas no setor de segurança**, apesar dos grandes avanços alcançados até então no sentido de fortalecer as instituições do Estado liberiano (como, por exemplo, a Polícia Nacional da Libéria, o Escritório de Imigração e Naturalização e as Forças Armadas), ainda existiam falhas em relação à garantia e proteção dos direitos humanos dos civis e também em relação ao próprio treinamento e à qualidade do serviço prestado por essas instituições. Outro importante ponto reforçado pela CCP foi a questão da politização dos militares, que costumava ser causa e fator impulsionador de conflitos no país. A solução proposta pela Comissão partiu do pressuposto de que é preciso que a sociedade tenha confiança nas instituições políticas e de segurança, o que ocasionou o surgimento da ideia de "supervisão civil"[19], que

18 Os documentos denominados Statement of Mutual Commitments são elaborados pela CCP e contêm as diretrizes para atingir os objetivos delineados junto ao governo liberiano. As ações propostas sempre levam em conta estratégias conjuntas, pois há a noção de que as entidades e comunidades locais, muitas vezes, podem auxiliar nas questões em debate na CCP, contribuindo para a construção de soluções coletivas. Em outras palavras, delineou o ex-comandante da Missão da CCP na Libéria, o Príncipe da Jordânia Zeid Ra'ad Zeid Al Hussein: "se o que queremos é que as ideias para construção da paz funcionem, elas devem ser autenticamente liberianas" (Al Hussein 2012, 20, tradução nossa).

19 "Establishing civilian oversight is vital to changing the current lack of public confidence in

buscava não só engajar o público nas questões de importância para a consolidação da paz, mas também facilitar o seu acesso a esse tipo de informação (Peacebuilding Commission 2010).

Por fim, o ponto mais crítico de todos era o da **reconciliação nacional**, pois era também o mais ambicioso. A questão do conflito liberiano possuía uma variedade de causas e raízes históricas, muitas delas sendo baseadas em questões étnicas e de grupos sociais que disputavam o controle do país, conforme visto anteriormente, e que dificilmente negociariam sem a mediação de um terceiro ator. Assim, ao passo que as tentativas de controle do litígio, feitas previamente ao estabelecimento do conflito em si, foram falhas – em grande parte devido à incapacidade do sistema legislativo e judicial de lidar com essas questões – foi preciso construir uma agenda reconciliatória após o fim dos tensionamentos (Peacebuilding Commission 2010).

A lógica que perpassava a concepção da CCP e que inspirou a criação de uma estratégia nacional para reconciliação explica-se da seguinte maneira: "passar pelos movimentos de reconciliação sem trabalhar em direção a uma versão comum da história pode, na melhor das hipóteses, ter um efeito temporário 'tranquilizador' – até o próximo conflito chegar" (Al Hussein 2012, 20-21, tradução nossa)[20]. Aqui, fica clara a preocupação que a CCP tem em deixar um legado positivo para a Libéria, com a consciência de que o papel desempenhado pela Comissão é um compromisso voltado à construção de uma paz duradoura, e não à contenção temporária de problemas que são, na verdade, estruturais.

Adebajo (2004) pontua algumas lições apreendidas a partir da experiência do conflito e da construção da paz na Libéria, importantes para outros processos de construção da paz, especialmente na África. Tais lições, nesse sentido, enunciam algumas orientações importantes para a manutenção da paz liberiana: entidades pacificadoras regionais devem receber suficiente apoio logístico e financeiro (i); pretensas lideranças regionais devem ter seus interesses considerados nas missões de paz (ii); estratégias pós-conflito devem considerar a interconexão entre os países da região, de forma a fomentar a cooperação regional para a paz, mediante integração infraestrutural e comercial (iv); a ONU e diferentes Organizações Não-Governamentais devem seguir com o apoio em ajuda humanitária a civis (v); e as conferências de doação para suporte das eleições e do pós-conflito devem manter seu auxílio

security institutions. Attention also should be directed towards enhancing inter-institutional relationships, which are essential for a functioning security system, through the empowerment of the National Security Council and County Security Councils, as well as relevant oversight bodies in the legislature" (Peacebuilding Commission 2010, 5).

20 Em outras palavras, segundo a visão de Al Hussein (2012), é preciso criar uma versão única da história que seja aceita por ambas as partes, a fim de proporcionar a criação de um ambiente estável e que não abra espaço para desavenças.

na construção e consolidação da paz, para que essa seja estável e duradoura (vi).

3.4 Caso da Libéria: uma análise crítica

Tendo como base os acontecimentos relatados na seção anterior referente à atuação externa durante o período de instabilidade na Libéria, pode-se propor certas suposições críticas relacionadas à missão de paz da ONU e da ECOWAS em território liberiano. Esta seção tem como proposta levantar possíveis questionamentos ao envolvimento internacional na situação conflituosa na Libéria, sendo estes não verdades absolutas, mas proposições para a reflexão de maneira crítica em torno da ação das Nações Unidas e da ECOWAS no caso da Libéria. Busca-se, também, elucidar questões conectadas à existência ou não de interesses na continuidade da missão de paz por parte dos atores envolvidos na resolução do conflito no país em questão.

A partir da descolonização na África e na Ásia e com o crescimento de movimentos nacionais e insurgentes, iniciou-se um momento de conflitos civis nos países independentes, nos quais forças internas buscavam sua superioridade na governança desses Estados. Conjuntamente com o crescimento do número de conflitos internos, o sistema internacional, representado pela ordem oficial da ONU, priorizava a defesa dos direitos humanos e da boa governança, motivo pelo qual houve, então, um aumento nas intervenções com o objetivo de promover a construção da paz nos países em conflito, aumento esse possibilitado em grande medida pelo fim da Guerra Fria, como abordado anteriormente na seção de contextualização histórica. Com a intensificação do processo de globalização, assuntos relacionados a conflitos civis passaram a ser tratados entre os Estados, de maneira mais intensa, em âmbito internacional, e não mais apenas como uma preocupação da esfera doméstica. Isto se deve ao fato de tais conflitos representarem um cenário possivelmente instável para os demais países do sistema internacional, tanto no sistema ONU quanto nos sistemas regionais; ao mesmo tempo que, em toda ação externa estatal, há a projeção dos interesses do Estado, inclusive quanto a intervenções em países em conflito (Keating e Knight 2004).

As intervenções para a construção da paz levantam novas ideias em relação ao princípio de Estado soberano. Todo Estado é inquestionavelmente soberano, ou seja, tem o exercício de jurisdição exclusiva em seu território sob as leis e costumes do Direito Internacional. Em conformidade a este ideal de jurisdição exclusiva por parte do Estado, o princípio da soberania tem como premissa basilar, determinada no Tratado de Westfália, a não intervenção. Em contrapartida, em países em conflitos civis pode-se haver o questionamento, não do princípio de Estado soberano, mas do reconhecimento de governo, pois nesses casos, como na Libéria, o governo não tem autoridade

sobre seu país, o que leva ao questionamento de sua legitimidade. Governo não tem equivalência ao Estado, entretanto é seu representante tanto no âmbito interno quanto externo e baseia-se em fatores como reconhecimento político (doméstico e externo), território, população e autoridade (Talmon 1999). Então, sob a ótica das intervenções humanitárias e tendo como base os fatores levantados, talvez seja necessária certa flexibilização do princípio de Estado soberano para que este continue forte, existente e, principalmente, inquestionável (Wilén 2012).

É possível analisar com certa perspectiva crítica as intervenções que ocorreram na Libéria desde o início da instabilidade interna no final da década de 1980. Como já salientado anteriormente, meses após o marco inicial do conflito civil em 1989, foi estabelecida uma intervenção pela ECOWAS com o objetivo de proteção à vida humana na Libéria. Entretanto, não se questionou, à época da intervenção, se a mencionada organização regional possuía, ou não, mandato para realizar tal intervenção humanitária em território liberiano. A ECOWAS é uma organização de integração econômica regional que busca a cooperação para o desenvolvimento e crescimento econômico mútuo entre seus Estados-membros. Em outras palavras, originalmente, a ECOWAS não teria premissa para resolver e debater assuntos securitários, não tendo escopo para intervir na Libéria durante a década de 1990 (Wilén 2012).

Em contraposição à falta de mandato por parte da ECOWAS de se envolver em questões securitárias na região, em maio de 1990, foi criado o Comitê Permanente de Mediação dentro desta Organização Internacional. Tal comitê, com iniciativa nigeriana e a participação de Gana, Togo, Gâmbia e Mali, concedeu mandato securitário à ECOWAS para a intervenção na Libéria. A formação deste comitê e seu real propósito podem ser questionados devido à sua criação um mês antes da requisição feita pelo presidente liberiano Samuel Doe de intervenção da ECOWAS na Libéria (Wilén 2012).

A partir disso, é possível salientar os indícios de aproximação do presidente liberiano com o governante nigeriano e da existência de regimes não democráticos nos países participantes do Comitê Permanente de Mediação, similares ao regime político estabelecido por Doe. Dessa forma, pode-se refletir quais seriam os interesses deste Comitê e de seu país-líder, Nigéria, no envolvimento em território liberiano de maneira quase imediata para a busca da resolução do conflito civil na Libéria; e o motivo pelo qual a ECOWAS reconhecia o governo na figura de Doe, concentrado na capital liberiana, e não o de Charles Taylor, o qual representava a maioria populacional e territorial na Libéria (Wilén 2012).

Com o reconhecimento da existência de dois governos conflitantes dentro do território liberiano durante o período de guerra civil, pode ser questionada a real legitimidade do pedido de intervenção feito por Samuel

Doe à ECOWAS. Tendo em vista que nenhum dos dois governos detinha controle total sobre o território e nem sobre a população liberiana, o próprio conceito de reconhecimento de governo é posto à prova nesta situação, visto que os fatores fundamentais do reconhecimento estariam abalados: autoridade sobre população e território e reconhecimento político. Sendo assim, por que apenas o governo de Doe possuía reconhecimento internacional? E mais, por que sua autoridade foi reconhecida em âmbito sub-regional na ECOWAS? Talvez porque provavelmente houvesse interesses envolvidos por parte do Comitê Permanente de Mediação da ECOWAS na manutenção de Samuel Doe no poder com vistas à estabilidade do sistema sub-regional (Wilén 2012).

Há também especulação em torno da atuação da missão de paz da ECOWAS, a ECOMOG, a qual teria como premissa a defesa da população liberiana e estrangeira no país contra os revoltosos. A partir desta afirmação é possível fazer três questionamentos: (i) tendo em vista os requisitos fundamentais que determinam o conceito de reconhecimento de governo (reconhecimento político, território, população e autoridade), como a missão de paz na Libéria dizia ser humanitária em defesa da população local, se o conceito de reconhecimento de governo estava abalado e se nem o governo tinha definido uma população sobre a qual exercia poder? (ii) da mesma forma, como a missão da ECOWAS poderia ser em prol da população presente em território liberiano, se seu maior enfoque estava na capital, a qual representa a esmagadora minoria populacional, concentrando entre 10 a 20% do total populacional do país? Quais seriam, então, esses indivíduos que a ECOMOG estaria em tese protegendo? (iii) os objetivos da intervenção da ECOWAS seriam puramente humanitários ou estariam os cinco países do Comitê Permanente de Mediação agindo de acordo com seus interesses individuais para a defesa de seus próprios regimes autoritários com a manutenção da administração de Doe na Libéria? (Wilén 2012).

Ademais, referente à atuação da UNMIL, pode ser levantada uma relação paradoxal entre a estabilização das instituições políticas de um país em conflito com a busca pela estruturação nacional por meio de envolvimento estrangeiro. Nesse sentido, cabe pontuarmos os seguintes questionamentos: como garantir que o restabelecimento das instituições políticas domésticas sejam resilientes se elas seriam reestruturadas com a intervenção externa? Além disso, como garantir a expressiva participação de representantes da sociedade civil para que as instituições sejam estáveis no longo prazo mesmo com a retirada da ajuda estrangeira? (Wilén 2012).

Apesar dos importantes papéis da UNMIL e da ECOWAS para o retraimento da belicosidade na Libéria, foi necessário a entrada da missão da CCP em 2005. Essa organização objetiva a consolidação da paz por meio

da reconstrução de instituições políticas em cenários pós-conflito para que, assim, seja possível o estabelecimento de paz sustentável. Por este motivo, a presença da CCP foi necessária para a estruturação das instituições políticas e securitárias liberianas, pois foram ponto central na missão desta Comissão da ONU na Libéria.

Outro ponto relacionado às intervenções na Libéria diz respeito à relativa demora no envolvimento de atores importantes no sistema internacional, como os EUA e as Nações Unidas, na resolução do conflito civil liberiano. Em um primeiro momento, as Nações Unidas não colaboraram de maneira efetiva com a intervenção definida pela ECOWAS, pois afirmavam que tal situação deveria ser resolvida em âmbito interno liberiano. Foi apenas um ano após início da instabilidade na Libéria, em 1990, que a Assembleia Geral da ONU reconheceu a situação conflituosa em território liberiano e que o Conselho de Segurança fez seu primeiro relato sobre a guerra civil (Wilén 2012). Em março de 2001, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, sob a resolução 1343 (2001), reconheceu o conflito liberiano como resolvido, no momento em que houve eleições, e levantou embargo às armas e diamantes brutos vindos da Libéria como consequência à influência do Estado liberiano na instabilidade regional, mas não relacionado à contínua instabilidade no país (United Nations 2001).

Ainda relacionado à presença das Nações Unidas no conflito liberiano, alguns questionamentos podem ser levantados: por que esta Organização demorou para participar ativamente na resolução do conflito na Libéria? Estaria a ONU preocupada com a defesa da soberania liberiana, não se envolvendo, logo no início do conflito, por acreditar que ele deveria ser solucionado no âmbito interno do país? Ou a demora na intervenção humanitária, por parte da Organização, seria reflexo da falta de interesse estratégico na sua atuação? (Wilén 2012). Com a instauração da UNMIL e da CCP na Libéria, há uma constante renovação da presença das missões no país por diversos motivos, tais como a proximidade das eleições, a instabilidade regional, e os efeitos e as consequências do Ebola (United Nations 2009, 2014). Estariam o Conselho de Segurança da ONU e a Comissão para Construção da Paz legitimamente preocupados com a manutenção das instituições políticas liberianas após a retirada de seu auxílio na região? Ou haveria outros interesses influenciando suas ações, como qualquer outro ator que atua no sistema internacional?

Os questionamentos levantados nesta seção não foram realizados para reduzir a relevância da atuação das organizações internacionais na resolução e estabilização do conflito civil na Libéria. Reconhecendo a importância da ECOWAS e da ONU na diminuição da belicosidade e construção da paz na Libéria, os questionamentos aqui feitos têm o propósito de trazer para o debate a maneira como as ações internacionais se dão e como isso afeta, in-

clusive, as intervenções humanitárias, uma vez que, em todas as tomadas de decisão, os interesses estatais estão presentes.

Essas suposições críticas salientam a necessidade de trazer ao debate a maneira como as intervenções humanitárias ocorrem, pois ainda são tratadas como ações pontuais para estabilização e diminuição da belicosidade do conflito. Entretanto, segundo os autores do livro "Construindo a Paz Sustentável" (2004), através da implementação de uma política de desarmamento e de uma educação pacífica para resolução de controvérsias nos países conflituosos, seria possível, no longo prazo, alterar o modo como as divergências são resolvidas, empoderando a população local e incluindo-a na reconstrução de seu país. Assim, seria possível a real manutenção da paz no sistema internacional, com países que tenham instituições resilientes a choques agudos e extremos (Keating and Knight 2004). E é assim, condizente com parte destes ideais, que a CCP busca trabalhar no sistema internacional.

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Conforme demarcado anteriormente, para haver uma ampla compreensão sobre os aspectos políticos, sociais e estratégicos do processo de construção da paz na Libéria, é preciso analisar o conflito como um todo. Assim, nesta seção, serão discutidas as diversas tentativas de estabelecimento da paz no país, com ênfase para a abordagem regional – através da atuação da ECOMOG –, porém também trazendo as principais contribuições de atores extrarregionais não-governamentais – notadamente, as instituições que trabalham em nome das Nações Unidas – para a resolução da situação de conflito.

A primeira tentativa de estabelecimento da paz na Libéria se deu a partir dos esforços de seus vizinhos, com o envolvimento da ECOWAS, na mediação diplomática do conflito. Porém, com o prolongamento da situação de guerra e o desinteresse de instituições como as Nações Unidas em relação à conjuntura liberiana, os Estados da região viam-se cada vez mais ameaçados em relação às tensões presentes no país vizinho (Adebajo 2004). Assim, em 1990, a ECOWAS estabelece uma missão de monitoramento no país: a ECOMOG, a qual tinha o objetivo de assistir o processo de manutenção da paz e auxiliar militarmente as autoridades liberianas no combate às forças de guerrilha[21]. A operação iniciou com o envio de 3.000 tropas para o país, e em

21 Vale notar, porém, que o modelo de Peace enforcement adotado pela missão em determinados momentos do conflito – dada a sua complexidade e a evolução da guerra em si – recebeu diversas críticas. Conforme aponta o relatório da Human Rights Watch (1993, 2, tradução nossa), "[...] uma força de manutenção da paz deve atuar como um 'árbitro imparcial'. No entanto, ele [o Major responsável pela missão] explicou que a operação foi obrigada a mudar seu caráter, adotando o modelo de peace enforcement. [...] Este novo papel é substancialmente

certo momento do conflito atingiu o número de 16.000 tropas ativas. Em relação à participação dos países no envio de contingente militar, pode-se dizer que ao longo da operação o número de forças despachadas por país variou, mas entre os principais contribuintes encontrava-se a Nigéria, que forneceu a maior parte das forças, Gana, Guiné, Senegal, Gâmbia, Mali, Benin, Costa do Marfim, Uganda, Tanzânia, Níger, Burkina Faso e Serra Leoa (Tuck 2000).

A assistência da ECOMOG se dava no âmbito das iniciativas de desarmamento e cessar-fogo, principalmente, e contou com a participação de mais de dez países ao longo de sua existência, conforme mostrado acima. Porém não são poucas as críticas a respeito da missão, apesar dos êxitos que teve tanto para a contenção da guerra civil, em termos estratégico-militares, quanto para os avanços nas negociações de paz entre o governo liberiano e as forças guerrilheiras. Essas críticas se tecem em razão de um importante fator: o interesse político que movia as ações da missão, notadamente a influência que a Nigéria exercia sobre as decisões do grupo. Além disso, o embate entre países anglófonos e francófonos era um determinante que marcava de maneira bastante forte as jogadas político-estratégicas da ECOMOG. Um importante fator que também dificultou a ação da missão foi o seu limitante estrutural: a falta de recursos para manter o mandato e também a precariedade da logística das operações contribuíram para o insucesso da missão (Tuck 2000).

Não foram poucos os questionamentos levantados a respeito da efetividade da missão, visto que era difícil haver consenso em relação a um projeto de construção da paz a longo prazo, bem como de reconstrução nacional e reinserção regional da Libéria. A ECOMOG logrou em instituir o processo de manutenção da paz, em um momento que ninguém mais o faria, porém a divisão entre seus membros – mais especificamente entre Nigéria e os demais países da África Ocidental, com destaque para as desavenças políticas nigerianas com a Costa do Marfim – fez com que a missão se fragilizasse e não tivesse condições de prosseguir com as fases seguintes do processo de construção da paz, retirando-se da Libéria em 1998 (Tuck 2000).

A ONU, que até então se ausentara da responsabilidade de construir quaisquer iniciativas que cooperassem com o Estado liberiano na luta contra as forças de guerrilha, manifestou-se sobre o assunto somente em 1993, quatro anos após a eclosão do conflito. Na oportunidade, o Conselho de Segurança decretou a criação de uma Operação para Manutenção da Paz (OMP) no país – similarmente ao que havia sido feito pela ECOWAS –, denominada UNOMIL. Seu objetivo seria agir em conjunto com a ECOMOG

diferente do de um pacificador, uma vez que envolve operações militares agressivas dirigidas contra apenas uma das partes no conflito. As ações da ECOMOG levantam sérias questões sobre o papel de uma força de manutenção da paz, bem como se sua ofensiva impedirá que a missão volte às suas funções anteriores de manutenção da paz".

para monitorar o cumprimento do Acordo de Paz e das fases de manutenção da paz, além de ser o meio de comunicação oficial para quaisquer práticas de violação ao direito humanitário internacional[22] (Nações Unidas 1993). Além disso, a partir de 1995 e até o fim do mandato da UNOMIL em 1997, a missão contou com um redirecionamento de sua estrutura no país, voltando-se para o suporte aos programas de implementação das políticas de proteção humanitária e prevenção da retomada do conflito. Essas medidas buscavam, primordialmente, a normalidade da situação política no país – até onde era possível na conjuntura de então –, e, quando as eleições foram realizadas em 1997, a UNOMIL teve suas tarefas encerradas no país (Esteves e Carvalho de Souza 2011).

Porém, para dar continuidade à agenda de reconstrução política e institucional levada à cabo a partir do estabelecimento da UNOMIL, o Conselho de Segurança decidiu instalar, ainda em 1997, a UNOL. Seu objetivo diferia substancialmente daquele da UNOMIL, visto que, uma vez que o acordo de paz já havia sido alcançado e as maiores dificuldades no sentido da contenção da guerrilha já haviam sido superadas; a meta a ser alcançada, a partir de então, era a cooperação com o Estado liberiano no sentido da promoção da reconciliação nacional e da reconstrução da governança no pós-conflito (Esteves e Carvalho de Souza 2011).

Apesar dos esforços feitos em conjunto com o governo liberiano, as estratégias de construção multidimensional da paz levadas a cabo pela UNOL se esgotaram em certo ponto, visto que as desavenças entre governo e oposição impediam, em diversos momentos, a construção de avanços no campo político (Nações Unidas 2017e). Assim, em 2003, a UNOL encerra seus trabalhos na Libéria, e, por meio de uma solicitação do governo ao Conselho de Segurança, é estabelecida em seu lugar uma nova missão: a UNMIL. A solicitação foi feita pelo presidente liberiano, Charles Taylor, após a reincidência de focos de tensão no país, com o surgimento de grupos rebeldes apoiados por países vizinhos que possuíam relações conflituosas com a Libéria. Após a proposta da ECOWAS de enviar tropas militares para estabilizar a situação no país – com o apoio dos Estados Unidos –, a solicitação foi finalmente encaminhada para o Conselho de Segurança (Esteves e Carvalho de Souza 2011).

A solicitação do presidente liberiano sugeria a "realização de intervenção internacional na Libéria, a ser desdobrada em três fases: (i) envio de tropas da ECOWAS; (ii) envio de força multinacional; e (iii) estabelecimento de OMP da ONU" (Esteves e Carvalho de Souza 2011, 31). O Conselho de Segurança aceitou os termos da proposta, e, por meio da Resolução 1509

22 "O Direito Internacional Humanitário é um conjunto de normas que procura limitar os efeitos de conflitos armados. Protege as pessoas que não participam ou que deixaram de participar nas hostilidades, e restringe os meios e métodos de combate" (Comitê Internacional da Cruz Vermelha 1998, 1).

(Nações Unidas 2003), decretou o encaminhamento dos contingentes necessários ao estabelecimento da UNMIL ao país, a primeira missão a ser notadamente multidimensional – em se tratando da aplicação dos conceitos abordados pela Agenda para a Paz de Boutros-Boutros Ghali. A missão incorporou à sua agenda não somente questões relacionadas à reconstrução política do país, como também uma estratégia de implementação de programas que tenham como objetivo a consolidação da paz. A abordagem multidimensional toma lugar ao tornar a missão uma operação capaz de coordenar elementos políticos, militares, estratégicos, eleitorais, de justiça, relacionados a questões de direitos humanos e, principalmente, estratégias de DDR (Nações Unidas 2017e)[23].

A UNMIL está presente na Libéria até hoje, porém seu último mandato será encerrado em 2018. A partir de então, o país terá de sustentar-se e contornar sozinho a situação na qual se encontra, com especial atenção para as questões relacionadas às instituições políticas liberianas e às eleições no país. Esses dois fatores parecem ser sempre o centro das crises no país, e a "independência" do Estado em relação à presença externa pode tanto ser uma chance de mostrar o legado positivo deixado por anos de políticas multidimensionais de construção da paz, quanto de mostrar que a Libéria ainda não possui instituições resilientes e capazes de sobreviver a situações que a coloquem em risco. É por isso que o papel da Comissão para Construção da Paz se faz tão importante no país: para não deixar o Estado liberiano desamparado de apoio institucional, porém sem que isso signifique uma dependência extrema e, arrisque-se dizer, um sacrifício desnecessário da soberania nacional.

5 POSIÇÃO DOS PAÍSES

Considerando a importância da estabilidade do continente africano para o desenvolvimento econômico e social da **África do Sul**, este Estado tem forte interesse na construção e consolidação da paz na África. O país acredita que o processo de paz deve ocorrer de modo pacífico e baseado no diálogo, opondo-se à política militarista e agressiva, bem como às intervenções de potências externas na resolução de conflitos internos. Muitas vezes atua como mediador, sendo um influente ator internacional em conflitos no seu continente (Marthoz 2012). Atualmente participa das missões da ONU no Darfur, na República Democrática do Congo e no Sudão do Sul, com mais de 1,100 militares (Nações Unidas 2017d), de forma que a contribuição sul-

23 Além disso, a participação das comunidades locais e a interação com diversos órgãos da União Africana foi outro ponto importante a ser ressaltado pela Resolução 1509 (Nações Unidas 2017e).

-africana para a Arquitetura de Paz e Segurança da União Africana não pode ser subestimada (Akokpari 2016). Com relação à África Ocidental, a África do Sul entende que os principais desafios relacionam-se com gerenciamento de conflito, governança, democracia, desenvolvimento econômico e social sustentável, populações deslocadas e comércio ilegal de diamantes (África do Sul 2017).

A **Alemanha** atua no continente africano por meio do envio de ajuda humanitária e missões de paz focalizadas no futuro desenvolvimento africano, o qual busca ser concretizado com a diminuição dos fatores de risco a ele relacionados – como violação dos direitos humanos, corrupção, destruição do meio ambiente, violência e pobreza. Com estas ações, a Alemanha busca ter contato com a sociedade civil, setor privado, cultura e ciência, bem como busca pela prevenção dos conflitos e transferência dos investimentos em treinamento policial para estudos acadêmicos focalizados em construção da paz, impulsionando, assim, a autossuficiência africana para resolução de seus conflitos (Federal Foreign Affairs 2017a). A Alemanha é o quarto maior país investidor nas missões de paz da ONU no mundo, entretanto, de acordo com sua preferência por prevenção de conflitos, há baixo nível de envio de tropas alemãs para tais missões (Global Peace Operations 2015). No caso liberiano, os governos alemão e liberiano estabeleceram um acordo de cooperação para o desenvolvimento, especialmente nos setores energético e ambiental, e de transporte e governança dos recursos naturais na Libéria. Dessa forma, a Alemanha busca atuar criando mecanismos para que os setores liberianos se tornem sustentáveis após a retirada da UNMIL (Federal Foreign Affairs 2017b).

Bangladesh vem tendo um importante papel nas atividades de manutenção da paz da ONU: em 2015, foi o maior provedor de mantenedores da paz (*peacekeepers*) dessa Organização (Global Peace Operations Review 2015). Sua presença na África pauta-se, em larga medida, pela contribuição a diferentes missões no continente. Atualmente, encontra-se em diversas missões na África: no Saara Ocidental, na República Centro Africana, no Mali, na República Democrática do Congo, Sudão (Darfur), na Libéria e no Sudão do Sul (Nações Unidas 2017d). Especificamente na UNMIL, Bangladesh atuou, ao longo dos anos, por meio de envio de pessoal, provimento de tratamento médico, fornecimento de programas de treinamento para a população liberiana, e envolvimento em questões tanto de infraestrutura quanto de proteção nas fronteiras. O país é um parceiro forte, confiável e dedicado no que diz respeito à segurança, ao desenvolvimento e à estabilidade da Libéria e da região (Nações Unidas 2013). Hoje em dia, a relação Bangladesh-Libéria também se pauta pelo comércio e investimento, por meio do Escritório de Promoção de Exportações de Bangladesh (Wolokolie 2017).

O **Brasil** percebe as intervenções humanitárias como facilitadoras das relações políticas entre os Estados, as quais são úteis para proporcionar o diálogo entre as partes a partir da estabilização do conflito. Entretanto, o governo brasileiro acredita que a paz só se torna sustentável com a sua construção através das trocas entre as partes locais (os atores beligerantes e a sociedade civil). Com as imposições brasileiras respeitadas, a missão de paz pode ser implementada, todavia deve ter caráter imparcial, baixo teor militar e busca pelo diálogo (Brasil 2017). Em consonância a esses princípios estabelecidos pelo Brasil em sua política internacional, a atuação brasileira na Libéria ocorreu através do envio de um especialista e de uma tropa para auxiliar a ação da UNMIL (Kenkei 2017). Mais recentemente, em 2013, Brasil e Libéria assinaram um acordo bilateral, o qual objetivava a cooperação no setor de defesa para o fortalecimento das Forças Armadas liberianas (Brasil 2013).

Nkurunziza, presidente do **Burundi**, manifestou-se contra qualquer tipo de missão de paz da União Africana ou da ONU no recente conflito em seu país, julgando tratar-se de uma invasão e exigindo respeito pela soberania e fronteira burundiana (Paton 2015). Depois de findada a guerra civil (1993-2005), o Burundi ainda passa por um processo de reconstrução estatal e reconciliação nacional. Em função da inconstitucionalidade na terceira reeleição do mencionado presidente, o país deixou de receber ajuda econômica de alguns países, como os EUA, o que incentivou sua aproximação com China e Rússia nos últimos anos, reconfigurando as relações exteriores e influências externas na região (Jones e Donovon-Smith 2015). É importante pontuar que o país, historicamente, não tinha uma participação muito significativa em missões de paz, o que mudou a partir de 2008, quando passou a ter importância em termos de contribuição com tropas para missões da ONU e, especialmente, da União Africana. Esse maior envolvimento em missões de paz (comparativamente maior em missões da União Africana) demonstra seu interesse em solucionar conflitos regionais, provando serem possíveis "soluções africanas para problemas africanos". Atualmente, possui um grande número de tropas na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas de Estabilização na República Centro-Africana (MINUSCA) e, principalmente, na Missão da União Africana para a Somália (AMISOM, sigla do inglês) (Nações Unidas 2015, 2017d, Wilèn 2016).

O **Canadá** delineia suas tomadas de decisão referentes ao continente africano a partir da defesa da democracia, do Estado de Direito e dos direitos humanos, da promoção do desenvolvimento sustentável e da paz e segurança (Government of Canada 2017a). Tendo estas diretrizes como pano de fundo, o governo canadense tem preferência pela multilateralidade em sua política externa, ao mesmo passo que acredita que as reais soluções para os conflitos

civis devam ser originadas pelas próprias sociedades locais, a fim de que se atinja a paz sustentável (Government of Canada 2017b). Em conformidade com esta visão e com os princípios definidos por sua política externa, o Canadá está entre os dez maiores apoiadores financeiros das missões de paz da ONU, estando estes esforços focalizados na determinação do motivo inicial do conflito e na busca pela sua prevenção (Global Peace Operations 2015, Government of Canada 2017b). No caso da Libéria, o governo canadense nunca estabeleceu acordo bilateral para o fornecimento de recursos financeiros, mas, de acordo com sua busca pela defesa dos direitos humanos, o Canadá atuou ativamente quando houve a eclosão da Ebola especificamente na África Ocidental, região onde se encontra a Libéria, para a minimização das possíveis consequências securitárias desta crise de saúde (Government of Canada 2016).

A Política Externa da **República Popular da China** tem sofrido alterações como, por exemplo, a transição do isolacionismo para multilateralismo com caráter de cooperação. Neste contexto, a China tem crescente papel participativo nas missões de paz da ONU, o que a tornou o sexto maior Estado a contribuir financeiramente com as missões, e também o maior país a conceder tropas dentro do Conselho de Segurança (Huang 2017). No caso da Libéria, havia 8,370 contingentes chineses em território liberiano sob comando da UNMIL, representando a quarta maior nação em contribuição para missão. As tropas chinesas na UNMIL estavam focalizadas no auxílio a fatores logísticos, ajuda humanitária e serviços de engenharia e tecnologia. A implementação de tropas chinesas para manutenção da paz na Libéria tem papel importante não só na participação da China na missão de paz da ONU, mas também na situação de pós-conflito da Libéria. Em consonância, o governo chinês é ator presente na estabilização e reconstrução da sociedade liberiana tanto no âmbito multilateral quanto bilateral, em cooperação nos mais diversos setores e em trocas comerciais; objetivando, através da estabilização do conflito, ter acesso aos potenciais mercados liberianos (Moumouni 2014).

Em conformidade à sua história, a política externa da **Colômbia** tem como principais diretrizes a defesa dos direitos humanos e o fortalecimento das instituições políticas para que estas consigam superar as oscilações do sistema internacional (Colômbia 2017). Sob tal contexto, a Colômbia busca se inserir no plano das missões de paz das Nações Unidas, mesmo que de maneira cautelosa, com o envio de observadores em suas atuações (Chinchilla e Vargas 2016). Em 2015, o governo colombiano se comprometeu bilateralmente com o desenvolvimento social, da agricultura e educação liberiana (All Africa 2015). Com a atuação exitosa de alguns países sul-americanos em missões de paz, a América do Sul está sendo notada como uma região pro-

missora neste setor das relações internacionais, sendo este o contexto em que a Colômbia encaixa-se. Em razão das experiências com seu passado histórico e da sua ainda modesta atuação em missões de paz, a Colômbia pode representar um crescente potencial sul-americano em matéria de intervenções humanitárias (Chinchilla e Vargas 2016).

O **Egito** entende que as missões de paz devem basear-se em aspectos políticos, sociais e de desenvolvimento, com total respeito à soberania e ao território dos países receptores, e com especial atenção à proteção de civis. A Agência Egípcia de Parceria para o Desenvolvimento auxilia países africanos no seu desenvolvimento e na construção de capacidades nacionais. Assim, o Estado egípcio vem sendo um líder na consolidação da paz e na busca da estabilidade no continente por meio do diálogo, com a presença de algum ator externo como mediador, se necessário. No caso do conflito liberiano, o Egito apoiou todos os esforços para restaurar a paz, bem como vem incentivando a abertura de mercados nas relações econômicas bilaterais (Egito 2017). Há o entendimento de que as Nações Unidas devem apoiar, financeira e logisticamente, as missões da União Africana, e que a cooperação da ONU com instituições regionais é positiva (Egito 2013, 2016). O país faz-se presente na UNMIL, no entanto, em menor escala do que em outras missões na África: tem apenas dois especialistas na missão na Libéria, sem tropas (Nações Unidas 2017d).

Os **Estados Unidos da América** são os maiores contribuidores financeiros para as missões de paz da ONU, o que está de acordo com a sua busca pela afirmação como potência hegemônica do sistema internacional (Global Peace Operation 2015). O governo norte-americano atua na Libéria em conformidade com os quatro pilares estabelecidos para sua política externa para África: (i) fortalecimento das instituições democráticas, (ii) apoio ao desenvolvimento e crescimento econômico africano, (iii) promoção da paz e segurança para o continente, e (iv) criação de oportunidade e desenvolvimento para a África (EUA 2012). A relação entre EUA e Libéria data desde o século XIX e tem uma formulação diferenciada, tendo em vista que a Libéria foi a região que mais se aproximou de ser uma colônia norte-americana. Conjuntamente com a entrada na ONU para o auxílio do Estado liberiano, os EUA não apenas ajudaram a UNMIL, como estabeleceram acordos bilaterais com o governo provisório liberiano. Os norte-americanos acreditam serem capazes de promover oportunidades de desenvolvimento econômico a longo prazo para a economia liberiana e de estabilizar a situação a curto prazo. Dessa forma, a atuação norte-americana tem enfoque nas mais diversas áreas, desde a consolidação das instituições democráticas, passando pelo incentivo ao desenvolvimento econômico sustentável e pelo apoio à reforma do setor militar liberiano, até a criação de hospitais, ajuda humanitária e ajuda na edu-

cação; tendo como objetivo maior conceder meios para que todos estes setores sejam sustentáveis. Em 2015, o então presidente norte-americano, Barack Obama, pôs fim às sanções impostas à Libéria, pois acreditava que, após duas eleições democráticas exitosas, o governo liberiano havia realizado grandes avanços para consolidação da paz e das instituições políticas democráticas (EUA 2016).

A **Etiópia**, sede de boa parte dos órgãos diplomáticos africanos, possui uma política externa ativa para temas do continente. É também sede de órgãos da ONU, como a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (CEA), e é um dos cinco Estados que mais enviam pessoal para missões de paz, sendo o primeiro no continente africano (Nações Unidas 2017c.). No caso específico da UNMIL, enviou batalhões de infantaria à Libéria. Incentivadora da solução autônoma para conflitos internos, a própria Etiópia enfrenta problemas com países vizinhos, como Egito, Sudão e Eritreia – disputas que enseja resolver sem participação extrarregional. Nesse sentido, um dos pilares da diplomacia etíope é o diálogo bilateral e a busca de uma solução de ganhos mútuos para resolver possíveis disputas (Etiópia 2017). É um dos países que apresentam maior crescimento econômico no globo durante os últimos anos, e o governo etíope atribui o sucesso de suas políticas em grande parte à indução de investimentos pelo Estado e à presença de instituições fortes (Fourie 2015).

A **Guiné** possui um perfil relativamente discreto no que diz respeito a uma política externa africana ativa nas últimas décadas, ao contrário de seus primeiros anos de independência. Apoia soluções multilaterais e missões de paz, além de ser um exemplo histórico de altivez diplomática ao romper com o domínio colonial de forma unilateral em 1958. A Guiné é atualmente o país que mais recebe investimentos em projetos do Fundo de Construção da Paz das Nações Unidas[24] em função da atenção dada pelo Fundo à epidemia de Ebola (Nações Unidas 2016). Ademais, o país contribuiu com centenas de soldados para a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas de Estabilização no Mali (MINUSMA). O fortalecimento de instituições e de políticas públicas é uma prioridade da política externa guineense (Condé 2016). A estabilização da Libéria é importante para a Guiné, pois compar-

24 O Fundo de Construção da Paz das Nações Unidas foi criado em 2005 a fim de garantir os recursos necessários para desenvolver projetos encabeçados pela ONU em países recém-saídos de conflitos. O Escritório de Apoio à Construção da Paz (Peacebuilding Support Office) é responsável, por um lado, pela aprovação dos projetos a serem financiados pelo Fundo, enquanto o Escritório do Fundo Fiduciário de Múltiplos Doadores do PNUD (United Nations Development Programme's Multi Partner Trustfund Office), por sua vez, administra o Fundo. O Fundo de Construção da Paz é construído através da doação voluntária de Estados-membros, organizações internacionais e/ou atores do setor privado (Nações Unidas 2009). De acordo com a atual configuração do financiamento, a quase totalidade das doações vêm de Estados-membros da ONU (Nações Unidas 2017a).

tilham uma fronteira de mais de quinhentos quilômetros, a qual foi bastante utilizada para migração e refúgio à época da Guerra Civil da Libéria. Em termos de regionalização de conflitos, é importante pautar que o LURD, movimento rebelde importante para o fim do conflito liberiano em 2003, tinha suas bases em território guineense (IRIN News 2004).

A **Guiné-Bissau** atravessa período de instabilidade política desde meados de 2012, quando um golpe de Estado interrompeu a breve trajetória democrática do país. O Estado recebe diversos aportes do Fundo de Construção da Paz das Nações Unidas, resultado da atual instabilidade política (Nações Unidas 2017b). Nesse sentido, o governo dá muito valor à presença da ONU no país, principalmente através do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS, sigla do inglês), cujo mandato relaciona-se a alcançar a estabilidade do país, com especial atenção à reconciliação nacional, à governabilidade democrática, à reforma nas instituições e ao cumprimento dos Direitos Humanos no país (Nações Unidas 2017f, Vaz 2016). Guiné-Bissau contribuiu com a Missão de Paz da Libéria com um batalhão de mais de 500 homens, prezando por uma solução ao conflito liberiano por meio do diálogo e não da violência (PANA Press 2003).

A **Índia** é uma potência emergente que tem uma visão de comprometimento com os países descolonizados e com a paz no sistema internacional, e, por isso, é o terceiro maior contribuidor de tropas para missões de paz da ONU (Global Peace Operations Review 2015). Assim, "de janeiro de 2000 a 2012, o número de pacificadores indianos aumentou em 338%" (Banerjee 2013). A Índia foi pioneira na aproximação entre África e Ásia devido a sua participação em missões para estabilização de conflitos, tornando-se um ator próximo de liderança nestas relações intercontinentais, as quais podem sofrer alterações com o aumento da presença chinesa em tais regiões. Em 2007, houve o envio de tropas compostas exclusivamente por mulheres indianas para auxiliar a UNMIL (Banerjee 2013). A cooperação entre Índia e Libéria se dá no setor de educação, saúde e tecnologia, e o país africano também recebe ajuda do parceiro asiático para o treinamento e formação de policiais e diplomatas, como é o caso do auxílio para a reforma militar liberiana e para a construção de um Ministério das Relações Exteriores forte e coeso (Libéria 2013).

A **Indonésia** é um país com potencial crescente nas missões de paz da ONU, visto que sua participação neste nicho vem crescendo desde o envio de tropas para a missão de paz do Camboja. A partir de então, a atuação do Estado indonésio em missões da ONU tem maior foco no envio de tropas, e, no caso da UNMIL, de experts (Wiharta 2016). A Indonésia, por meio dessa política, busca a construção de uma imagem de prestígio no cenário

internacional, e, por estar entre os dez maiores contribuidores de tropas para as missões de paz da ONU, busca afirmar tal posição em uma busca da paz mundial. (Global Peace Operations Review 2015). Em conformidade com a construção dessa imagem do Estado indonésio, dentre as principais diretrizes de sua política externa estão: a própria construção de uma imagem positiva da Indonésia através dos avanços conquistados nas instituições democráticas e nos direitos humanos, o maior investimento na cooperação sul-sul, a busca por um papel mais relevante nas relações internacionais e a defesa da paz global (Indonésia 2017). Assim, referente à relação Indonésia-Libéria, em 2013 foi estabelecida a Comissão Conjunta para Cooperação Bilateral entre Indonésia e Libéria, a fim de facilitar a aproximação entre os dois países e a cooperação em setores como saúde, economia, tecnologia, turismo e ciência (Executive Mansion 2013).

O **Japão** é o segundo maior contribuidor financeiro para as missões de paz da ONU, o que condiz com a defesa, na sua política externa, dos direitos humanos, das instituições democráticas e da paz mundial. A partir da defesa de tais princípios, o Estado japonês busca construir uma imagem positiva de si mesmo, e, através disso, ter possíveis ganhos políticos com as Nações Unidas. Com a política voltada para uma atuação ativa na ONU, o Japão transforma-se em um ator relevante nas missões de paz e, assim, busca potencial para, caso houver uma reforma no Conselho de Segurança, tornar-se um possível candidato para uma vaga permanente (Ishizuka 2013). O Japão não atuou ativamente na UNMIL, entretanto, fez doações ao Fundo Fiduciário para Segurança Humana da ONU em projetos na Libéria, realizou um projeto de reconstrução de comunidades liberianas no cenário de pós-conflito e auxiliou o país durante a epidemia de Ebola, assim como ambos Japão e Libéria desejam um aprofundamento da cooperação entre os países (Japão 2015).

Ainda em 2017, a **Libéria** vai passar por um período de eleições presidenciais, no qual participarão mais de 22 partidos. Um dos grandes desafios à frente é que os esforços do governo para uma paz duradoura e sustentável extrapolem suas instituições, passando a ter uma relação mais direta com a sociedade. Outro desafio é a questão da descentralização, sendo necessário mais poder a nível local. Afinal, para ser duradoura, a paz não deve ser imposta, mas construída (Munjoma e Lucey 2017). Ainda que os avanços rumo à consolidação da paz tenham sido consideráveis desde o final da guerra civil, a Libéria ainda não "caminha por suas próprias pernas", e a UNMIL segue em seu território até março de 2018 - período em que será possível ver ainda mais a transição da retirada da missão. Entre os motivos para a última extensão do mandato, estão: evitar violência generalizada nas eleições, dar suporte logístico, financeiro e institucional para o pleito, seguir consolidando o setor

de segurança e fortalecer as instituições liberianas, ainda frágeis. Não se pode desconsiderar que, nos últimos anos, a Libéria destinou parte de seu orçamento para controlar o grande surto de Ebola. O Estado liberiano estabelece diferentes parcerias, seja para seu objetivo de curto-prazo das eleições, seja para o de largo-prazo da paz duradoura. Assim, além da ONU, a ECOWAS, a União Africana e atores bilaterais são relevantes no processo de consolidação da paz, reconciliação nacional e reconstrução estatal (Lucey e Kumalo 2017).

A política externa do **México** visa a aumentar a relevância do país como importante ator nas relações internacionais, inserindo-se política e economicamente em continentes não tão integrados com a prospecção mexicana, como a África (Mexico Government 2012). Em conformidade, a ONU representa importante diretriz para a atuação da política internacional do México, sendo vista, nesse sentido, como meio para afirmação dos interesses nacionais do país. Assim, o Estado mexicano tem uma visão crítica às ações tomadas pelas Nações Unidas em relação às intervenções humanitárias, pois é contrário às decisões que violem o princípio da não-intervenção e que enfraqueçam a soberania nacional dos Estados. Todavia, esta posição não significa que o Estado mexicano seja indiferente às questões que ameaçam a segurança internacional. O México nunca participou ativamente de uma missão de paz com envio de tropas nem de experts, porém este cenário de baixo envolvimento em missões da ONU pode ser alterado a partir da competição regional na América Latina entre potências emergentes por uma maior relevância no sistema internacional (Sotomayor 2013).

A **Nigéria**, maior país da África Ocidental, destaca-se por sua liderança regional e continental. No que tange ao caso liberiano, foi um dos países, ao lado de Gana, a ter maior protagonismo na iniciativa da ECOMOG e de uma solução africana para o problema na Libéria. Quanto à UNMIL, a Nigéria também participou ativamente: um dos mais recentes comandantes da missão era nigeriano e o país enviou um batalhão de infantaria para a Libéria. Ainda hoje, destaca-se pelo volume de pessoal enviado a missões de paz; contudo, sua atuação não se traduz em contribuições financeiras para o Fundo de Construção da Paz das Nações Unidas (Nações Unidas 2017a, 2017c). A construção de instituições sólidas é valorizada pela política externa nigeriana, bem como a negociação como solução diplomática (Nigéria 2016, 2017).

Mesmo tendo participado da UNMIL, a **Noruega**, atualmente, tem baixíssimos níveis de envio de tropas para missões de paz da ONU, muito devido à sua drástica redução das Forças Armadas. Este processo redutor condiz com a imagem de Estado pacífico construída pela Noruega, e sua atuação na ONU está interligada com uma visão idealista do mundo, na qual defende a cooperação e o diálogo entre as nações (Kjeksrud 2016). No perí-

odo anterior ao processo de desmilitarização norueguês, a Noruega foi agente ativo em diversas missões de paz da ONU, porém agora buscará construir a paz sustentável em países em situação de pós-conflito em seu novo mandato (2017-2018) na Comissão para Construção da Paz (Norway Government 2016). Já as relações entre Libéria e Noruega, nos últimos anos, baseiam-se em acordos favoráveis ao meio ambiente, principalmente em prol da proteção da floresta liberiana. Estes acordos têm como objetivo beneficiar os residentes das florestas e a população em geral, constituindo-se como estratégias diferentes para a estabilização definitiva da situação na Libéria (Jarret 2015).

A partir de 1995 e 1996, o **Paquistão** aumentou sua participação em missões de paz da ONU e, atualmente, está em quarto lugar dentre os dez países que mais contribuem com tropas para tais missões (Global Peace Operations Review 2015). Sua atuação ativa neste setor das relações internacionais está em conformidade à sua política externa em defesa da cooperação entre todas as nações, busca pela paz e segurança internacional e construção de uma imagem positiva paquistanesa tanto no âmbito doméstico quanto na ONU. O Paquistão participou ativamente da UNMIL com o envio de tropas para a Libéria, o que condiz com sua política internacional de aproximação com a América Latina, África e Ásia (Malik 2014).

O **Quênia** vê, na estabilidade política, a possibilidade de consolidação e fortalecimento dos blocos regionais. A política externa do país tem pautado-se pelo fortalecimento tanto das relações bilaterais com outros Estados africanos, quanto das relações com diferentes organizações regionais africanas (Quênia 2017). Em recente discurso, Monica Juma (Embaixadora e Secretária Principal do Ministério de Relações Exteriores do Quênia) defendeu a construção de uma estabilidade de longo prazo e o aprofundamento do desenvolvimento na África, ambos pautados por necessidades próprias dos países africanos, e não por necessidades construídas por potências externas. De modo geral, o Estado queniano preocupa-se com alguns pontos específicos na busca por estabilidade e desenvolvimento, quais sejam: paz e segurança; democratização, participação social e boa governança; integração regional; e desenvolvimento de infraestrutura. Para tal, também é importante considerar a prevenção, o gerenciamento e a resolução de conflitos, bem como a reconstrução estatal pós-conflito, em que o Quênia teve considerável atuação no Chifre da África, no Sudão do Sul, na região dos Grandes Lagos e em outros países, como Libéria e Serra Leoa (Quênia 2015).

A visão do **Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte** referente às missões de paz da ONU foca na maneira como essas estão sendo conduzidas, dado que, muitas vezes, não são efetivas para a construção da paz – ao mesmo tempo que, por ter assento permanente no Conselho de Segurança, o país fora responsável pela implementação de diversas missões

de paz (Curran e Williams 2016). Em conformidade à sua atuação ativa na defesa dos direitos humanos e na busca pela consolidação da paz no sistema internacional, o Reino Unido é o quinto maior contribuidor financeiro para as missões de paz da ONU, entretanto, sua participação com envio de tropas é baixa (Global Peace Operations Review 2015). Em 2015, o Reino Unido estabeleceu uma nova estratégia de política externa para apoiar as missões para a construção da paz proporcionadas pela ONU. Com ela, o país reafirmou seu comprometimento com os objetivos da instituição, como a construção da paz e a segurança internacional, e assegurou a continuação dos esforços britânicos com o treinamento de experts estrangeiros e de seus estudiosos da temática da paz mundial (Curran e Williams 2016). Assim, sua atuação para a consolidação da paz na Libéria se deu através do envio de dois policiais e, atualmente, seu enfoque está no apoio à UNMIL e à sua retirada do país, auxiliando na reforma e treinamento do setor securitário e incentivando empresas britânicas que investem na economia liberiana (UK Government 2017).

A **República Centro-Africana** vem enfrentando um conflito civil desde 2012, o qual não logrou ser controlado por intervenções militares extrarregionais, mediação de estadistas africanos ou mesmo uma missão de estabilização da ONU, a MINUSCA. No final dos anos noventa, durante outro conflito civil, o país foi local de uma missão de paz da ONU, a Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINURCA), que foi encerrada em 2000. A diplomacia centro-africana, ciente da atual fragilidade do país, busca reconstruir suas instituições após décadas de más gestões e violentos conflitos (Touadera 2016). O país não tem participação expressiva em missões de paz da ONU, contribuindo apenas com dois policiais na Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) (Nações Unidas 2017d).

A **República Francesa** está entre os trinta maiores contribuidores de tropas para as missões de paz da ONU, é a segunda potência que mais contribui no Conselho de Segurança, estando atrás apenas da China, assim como também é a terceira maior potência a contribuir financeiramente para tais missões. A atuação ativa da França em missões de paz visa a estabelecer o país como uma potência militar e política, da mesma maneira que busca firmá-lo como merecedor de seu assento permanente no Conselho de Segurança. O governo francês não tem atuado em missões para promoção da paz apenas com a ONU, é ativo também em ações da OTAN, União Europeia e unilateralmente. O Estado francês tem preferência por estas esferas quando as instituições das Nações Unidas não condizem completamente com os seus interesses nacionais (Tardy 2016). As relações diplomáticas entre Libéria e França foram abaladas durante a guerra civil, as quais foram oficialmente

restabelecidas em 2007. Referente à atuação francesa na UNMIL e na Libéria fora do âmbito ONU, essas têm maior enfoque na reestruturação dos setores militar e de saúde liberianos, defendendo a proteção dos direitos humanos e a consolidação das instituições democráticas (France Diplomatie 2016).

Ruanda afirma o respeito do seu país pela soberania de outros Estados no que concerne conflitos e temas internos. No entanto, o respeito à soberania e a crença na reconciliação nacional nos países em situação de conflito não fazem com que Ruanda deixe de atuar junto a países africanos e de outros continentes para apoiar e sustentar processos de paz. Entende-se que a estabilidade e a segurança dependem, em larga medida, dos países da região. Ruanda não se mostra desfavorável à atuação da ONU, da União Africana e dos Estados Unidos em situações de conflito, demonstrando que a comunidade internacional pode e deve ter papel ativo para evitar que conflagrações escalem e a situação humanitária se degrade (Kagire 2015). O país tem uma forte participação em missões de paz no que diz respeito ao envio de contingentes e especialistas, sendo que, em 2015, foi o quinto país do mundo que mais contribuiu com envio de pessoal para missões da ONU (Nações Unidas 2017d, Global Peace Operations Review 2015).

O papel e atuação das missões de paz das Nações Unidas são analisados criticamente pela **Federação Russa**, pois "até certo ponto, a Rússia tem percebido a manutenção da paz como um mecanismo 'ocidental' para resolução dos conflitos" (Abilova 2016). Assim, a Rússia tem postura questionadora em reuniões do Conselho de Segurança perante este mecanismo, pois nota algumas dessas missões de paz como invasivas em relação aos interesses nacionais dos países que as recebem. Destaca também as possíveis relações da atuação dessas missões com os interesses das potências ocidentais, o que são o oposto do interesse nacional russo. O governo da Rússia tem demonstrado certa tendência ao aumento do envio de experts e auxílio financeiro às missões de paz da ONU – estando em oitavo dentre os maiores contribuidores financeiros mundiais –, ao invés do envio de tropas (Global Peace Operations Review 2015). Neste contexto, a Rússia busca exercer um papel relevante no sistema internacional através de sua atuação para a promoção da paz e segurança internacional, com sua postura crítica e de defesa do princípio da não-intervenção e preservação da soberania nacional. Com a entrada de Vladimir Putin no governo russo, nos anos 2000, passou-se a perceber os países africanos como atores importantes para os interesses nacionais do país, de modo que sua crescente participação em missões de paz pode significar uma forma de aumentar sua presença política no continente africano (Abilova 2016).

O **Senegal** destaca-se pela trajetória democrática e de relativa estabilidade política no contexto africano. A política externa senegalesa preza,

historicamente, pela resolução dos problemas africanos sem ingerência extracontinental. Propõe mandatos mais claros para missões de paz, além de participação de atores regionais nessas (Senegal 2016). Esta posição é exemplificada pela atuação senegalesa na ECOWAS, incluindo o caso da ECOMOG na Libéria. Senegal também se destaca pelo número de soldados enviados em missões de paz (Nações Unidas 2017c). No caso da UNMIL, contribuiu com um batalhão de infantaria e no setor médico, embora atualmente a participação na missão esteja reduzida, com apenas dois senegaleses (Nações Unidas 2017g).

Serra Leoa, país vizinho da Libéria, passou por um conflito civil (1991-2002) contemporâneo ao liberiano, o que faz com que o fluxo de pessoas e armas entre os dois países tenha sido muito expressivo durante os anos de guerra. Com alta produção de diamantes e outros minérios, a indústria extrativista do país foi utilizada amplamente ao longo da guerra civil, que também desmontou muitas das instituições estatais antes existentes. Ademais, Serra Leoa foi local de uma missão de paz, a Missão das Nações Unidas na Serra Leoa (UNAMSIL), que supervisionou acordos de cessar-fogo assinados em 2001. Posteriormente, a UNAMSIL foi sucedida pelo Gabinete Integrado das Nações Unidas na Serra Leoa (UNIOSIL). O país, portanto, também perpassou um processo de reconstrução do Estado a partir de 2002 e sua diplomacia é muito atenta ao fortalecimento de instituições democráticas, inclusive no âmbito das Nações Unidas (Koroma 2016). Serra Leoa recebe uma série de projetos do Fundo de Construção da Paz das Nações Unidas (Nações Unidas 2017a).

Após o delineamento da nova política externa na década de 1990, o **Uruguai** se tornou um ator com crescente importância nas missões de paz da ONU. Com o fim da ditadura no país, o setor militar teve certa crise de identidade e utilidade, momento em que o governo uruguaio viu como solução para tal instabilidade a concessão de suas tropas para o auxílio nas missões empreendidas pelas Nações Unidas. Esta estratégia tornou o Uruguai o país com maior participação de tropas do mundo para missões de paz em relação ao seu contingente demográfico (Sotomayor 2013). Em consonância à sua política externa de defesa dos direitos humanos e sua participação ativa em missões de paz, o Uruguai esteve presente na Libéria entre 1993 e 1997 através da UNOMIL. Em 2007, firmou relações diplomáticas com o Estado liberiano, a partir das quais acreditava ser de grande proveito o aprofundamento da aproximação bilateral baseada no ideal de cooperação Sul-Sul, da mesma forma que tal aproximação criou um meio para a cooperação econômica, política e cultural entre os dois países (Uruguai 2007).

6 QUESTÕES A PONDERAR

1. Como deve ser uma abordagem de construção da paz que tenha um viés não somente securitário, mas multidimensional?
2. Como aumentar a efetividade das missões de paz na Libéria para que a paz nesse país seja duradoura e estável, de forma que o Estado liberiano prescinda da presença e ingerência externa?
3. Como melhorar a coordenação entre instituições e iniciativas extrarregionais e regionais a fim de lograr os objetivos de reconstrução estatal e criação de instituições resilientes?
4. De que modo o processo de manutenção da paz desempenhado pela ECOMOG e pela ECOWAS pode contribuir para o fortalecimento das instituições regionais e de segurança africanas?
5. Qual vem sendo o papel da CCP para consolidar o desenvolvimento da paz e segurança no Estado liberiano?

REFERÊNCIAS

Abilova, O. 2016. "Peacekeeping Contribution Profile: Russia". *Providing for Peacekeeping.* http://www.providingforpeacekeeping.org/2016/10/31/peacekeeping-contribution-profile-russia/.

Adebajo, A. 2004. "Building Peace In Liberia And Sierra Leone." In *Building Sustainable Peace*, editado por Tom Keating e W. Andy Knight, 167-188. Tóquio, Nova Iorque, Paris: United Nations University Press; Edmonton: The University of Alberta Press.

África do Sul. 2017. "West and Central Africa." *Department of International Relations and Cooperation* (*DIRCO*). http://www.dirco.gov.za/foreign/Multilateral/profiles/west_afr.htm.

Akokpari, J. 2016. "South Africa and the African Union's Peace and Security Architecture: old responsibilities and new challenges." *Brazilian Journal of African Studies* 1 (2): 28-47.

Al Hussein, Z. R. Z. 2017. "The UN Peacebuilding Commission and Liberia's Transition". In *Consolidating Peace*: *Liberia and Sierra Leone*, 19-21. London: Conciliation Resources. http://www.c-r.org/downloads/CON1222_Accord_23_3.pdf.

Alao, A., J. Mackinlay, e F. Olonisakin. 2000. *Peacekeepers, politicians, and warlords*: *The Liberian peace process.* Tóquio, Nova Iorque, Paris: United Nations University Press.

All Africa. 2015. "Liberia: Russia, Columbia Commit to Liberia." http://allafrica.com/stories/201503271174.html.

Asiedu, K. 2004. "Comprehending the Ethnic Dynamic of the Liberian Civil Conflict". Mestrado Diss., Simon Fraser University.

Banerjee, D. 2013. "Peacekeeping Contributor Profile: India". Providing for Peacekeeping. http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-

-india/.
Boutros-Ghali, B. 1992. *An Agenda for Peace*. Nova Iorque: United Nations.
Brasil. Exército Brasileiro. 2017. "Apresentação". http://www.eb.mil.br/missoes-de-paz/-/asset_publisher/xbkIlDCFFYVl/content/apresentacao?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fmissoes-de-paz%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_xbkIlDCFFYVl%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D2.
—. Ministério da Defesa. 2013. "Brasil e Libéria discutem possibilidades de cooperação em defesa". http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/4343-25-06-2013-defesa-brasil-e-liberia-discutem-possibilidades-de-cooperacao-em-defesa.
Cater, C. 2003. "The Regionalization of Conflict and Intervention." *International Peace Academy Seminar* Report. https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/publications/regionalization_of_conflict.pdf.
Chinchilla, F. A. V. e Janneth A. Vargas. 2016. "Peacekeeping Country Profile: Colombia". *Providing for Peacekeeping.* http://www.providingforpeacekeeping.org/2016/06/23/peacekeeping-country-profile-colombia/.
Clapham, C. 1976. *Liberia and Sierra Leone*: *an Essay in Comparative Politics.* Cambridge: Cambridge University Press.
—. 1996. *Africa and the International System*: *The Politics of State Survival.* Cambridge: Cambridge University Press.
Colômbia. Cancillería | Ministerio de Relaciones Exteriores. 2017. "Política Exterior". https://www.cancilleria.gov.co/international.
Comitê Internacional da Cruz Vermelha. 1998. *O Que É O Direito Internacional Humanitário*? https://www.icrc.org/por/resources/documents/misc/5tndf7.htm.
Condé, A. 2016. "General Debate of the 71st Session". https://gadebate.un.org/en/71/guinea.
Curran, D. e Paul D. Williams. 2016. "Peacekeeping Contributor Profile: United Kingdom". *Providing for Peacekeeping*. http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-the-united-kingdom/.
De Coning, C. 2017. "Peace Enforcement In Africa: Doctrinal Distinctions Between The African Union And United Nations". *Contemporary Security Policy* 38 (1): 145-160. http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13523260.2017.1283108?scroll=top&needAccess=true.
Doyle, M., e Nicholas Sambanis. 2006. "Making war and building peace: United Nations Peace Operations". *Princeton paperbacks.* Princeton: Princeton University Press.
ECOWAS. "History." http://www.ecowas.int/about-ecowas/history/.
Egito. 2013. "Statement by H.E Ambassador Mootaz Ahmadein Khalil, Permanent Representative of the Arab Republic of Egypt, on behalf of the Non-Aligned Movement, before the Security Council's Open Debate on: 'United Nations Peacekeeping: a Multidimensional Approach.'" *Permanent Mission of Egypt*

in New York. http://www.mfa.gov.eg/english/embassies/egyptian_embassy_newyork/mediacenter/pages/statementsatinternationalforadetails.aspx?Source=-6781921f-3993-444a-859e-ee26ce851de8&newsID=18b44fe3-92cb-43c5-b9a-0-3ee465001752.

—. 2016. "Statement by H.E. Mr. Sameh Shoukry, Foreign Minister of the Arab Republic of Egypt, President of the Security Council for the month of May, delivered at the High-Level meeting on 'Sustaining Peace: Mechanisms Partnerships and the Future of Peacebuilding in Africa." http://www.un.org/en/africa/osaa/pdf/events/20160512/egypt.pdf.

—. 2017. "Bilateral relations: Liberia." *Ministry of Foreign Affairs.* Acesso em 26 de agosto. http://www.mfa.gov.eg/English/EgyptianForeignPolicy/EgyptianAfricanRelation/BilateralRelations/Liberia/Pages/default.aspx.

Ellis, S. 1995. "Liberia 1989–1994: A Study of Ethnic and Spiritual Violence." *African Affairs* 94 (375): 165–197.

Estados Unidos da América (EUA). Department of State. 2012. "Bureau of African Affairs: Our Mission". https://www.state.gov/p/af/188266.htm.

Esteves, P., e Letícia Carvalho de Souza. 2011. "A Libéria e a Construção do Nexo entre Segurança e Desenvolvimento". *Revista Brasileira de Política Internacional* 54 (2): 22-45. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292011000200002.

Etiópia. 2017. "Ministry of Foreign Affairs. Policy Issues: African Countries". http://www.mfa.gov.et/web/guest/african-countries.

Executive Mansion. 2013. "Governments of Liberia and Indonesia Establish Joint Commission for Bilateral Cooperation, While Presidents Sirleaf and Yudhoyono Hold Bilateral Meeting". http://emansion.gov.lr/2press.php?news_id=2488&related=7&pg=sp.

Federal Foreign Affairs. 2017a. "Germany's guidelines for Africa". http://www.auswaertiges-amt.de/EN/Aussenpolitik/RegionaleSchwerpunkte/Afrika/Afrika_Leitlinien_node.html.

—. 2017b. "Bilateral relations: Liberia". http://www.auswaertiges-amt.de/EN/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/01-Laender/Liberia.html?nnm=479780.

Fourie, E. 2015. "China's example for Meles' Ethiopia: when development 'models' land." *Journal of Modern African Studies* 53 (3): 289-316.

France Diplomatie. 2016. "France and Liberia". http://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/liberia/france-and-liberia/.

Global Peace Operations Review. 2015. "Top 10 Financial Contributors to UN Peacekeeping Budget". http://peaceoperationsreview.org/infographic/top-10-financial--contributors-to-un-peacekeeping-budget/.

Global Peace Operations. 2016. "Rising Power are Key Partners for UN Peace Operations". http://peaceoperationsreview.org/infographic/rising-powers-are-key-partners-for-un-peace-opearations/.

Government of Canada. 2016. "Canada-Liberia Relations". http://www.canadainternational.gc.ca/cotedivoire/bilateral_relations_bilaterales/canada_liberia-liberie.aspx?lang=eng&_ga=2.24638266.1896743229.1501616697-668943004.1501616697.
—. 2017a. "Canada and Sub-Saharan Africa". http://www.international.gc.ca/ss-africa-afrique-ss/index.aspx?lang=eng.
—. 2017b. "The Peace and Stabilization Operations Program". http://international.gc.ca/world-monde/issues_development-enjeux_developpement/response_conflict--reponse_conflits/psop.aspx?lang=eng.
Guannu, J. S. 1983. *Liberian History up to 1847*. Nova Iorque: Exposition Press.
Harris, D. 1999. "From 'Warlord' to 'Democratic' President: How Charles Taylor Wonthe 1997 Liberian Elections." *The Journal of Modern African Studies* 37 (3): 431–455.
Howe, H. 1996. "Lessons of Liberia: ECOMOG and Regional Peacekeeping." *International Security* 21 (3): 145–176. http://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/isec.21.3.145
Huang, C. H. 2017. "Peacekeeping Contributor Profile: The People's Republic of China". *Providing for Peacekeeping.* http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-china/.
Human Rights Watch. 1993. *Waging War To Keep The Peace*: *The ECOMOG Intervention And Human Rights.* https://www.hrw.org/legacy/reports/1993/liberia/.
IRIN News. 2004. "Refugees criss-cross a fluid and volatile border." http://www.irinnews.org/report/50796/guinea-refugees-criss-cross-fluid-and-volatile-border.
Ishizuka, K. 2013. "Peacekeeping Contributor Profile: Japan". *Providing for Peacekeeping.* http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-japan/.
Japão. Ministry of Foreign Affairs. 2015. "Japan-Liberia Relations (Archives)". http://www.mofa.go.jp/region/africa/liberia/archives.html.
Jarret, M. B. 2015. "Has Liberia found the way to share its florest plenty with the poor?". *The Guardian.* https://www.theguardian.com/global-development/2015/aug/26/liberia-norway-forest-resources-share-plenty-with-poor.
Jones, C. e Orion Donovon-Smith. 2015. "How the West Lost Burundi." *Foreign Policy*. https://foreignpolicy.com/2015/08/28/how-the-west-lost-burundi/.
Kagire, E. 2015. "Kigali says Burundi security situation affecting Rwanda." *The East African.* http://www.theeastafrican.co.ke/news/Kigali-says-Burundi-security-situation-affecting-Rwanda/2558-2706948-36nb19z/index.html.
Keating, T. e W. Andy Knight. 2004. *Introdução a Building Sustainable Peace*, editado por Tom Keating e W. Andy Knight, xxxi - lxii. Tóquio, Nova Iorque, Paris: United Nations University Press; Edmonton: The University of Alberta Press.
Kjeksrud, S. 2016. "Peacekeeping Contributor Profile: Norway". *Providing for Peacekeeping.* http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/08/contributor-profi-

le-norway/.
Koroma, E B. 2016. "General Debate of the 71st Session." https://gadebate.un.org/en/71/sierra-leone.
Libéria. Ministry of Foreign Affairs. 2013. *Bilateral relations between India and Liberia.* http://mofa.gov.lr/public2/2press.php?news_id=449&related=7&pg=sp.
Lucey, A. e Liezelle Kumalo. 2017. "Going, but not gone: UNMIL stays on in Liberia." *Institute for Security Studies.* https://issafrica.org/iss-today/going-but-not-gone--unmil-stays-on-in-liberia.
Malik, I. R. 2014. "Peacekeeping Contributor Profile: Pakistan". *Providing for Peacekeeping*. http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-pakistan/.
Marthoz, J. 2012. "The Challenges and Ambiguities of South Africa's Foreign Policy." *Norwegian Peacebuilding Resource Centre Report.* https://www.files.ethz.ch/isn/153069/1d25c90556f0a6f66548551220c882e8.pdf.
Mexico Government. 2012. "Objetivos de la Política Externa de México". https://www.gob.mx/presidencia/articulos/objetivos-de-la-politica-exterior-de-mexico.
Indonésia. Ministry of Foreign Affairs. 2017. "Direction of Indonesian Foreign Policy". http://www.kemlu.go.id/en/kebijakan/landasan-visi-misi-polugri/Pages/Direction-of-Indonesian-Foreign-Policy.aspx.
Mezzolama, F. 1995. "Investigation of the Relationship between Humanitarian Assistance and Peacekeeping Operations." *Internal Report of the UN Joint Inspection Unit*, JIU/REP/95/6. Genebra.
Moumouni, G. 2014. "China and Liberia: Engagement in a Post-Conflict Country 2003–2013". *South African Institute of International Affairs.* https://www.saiia.org.za/occasional-papers/509-china-and-liberia-engagement-in-a-post-conflict-country-2003-2013/file.
Munjoma, T. e Amanda Lucey. 2017. "Liberia's journey to national ownership." *Institute for Security Studies.* https://issafrica.org/iss-today/liberias-journey-to-national--ownership.
Nações Unidas. Conselho de Segurança. 1993. S/RES/866: Resolução. http://daccess-dds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/513/89/PDF/N9351389.pdf?OpenElement.
—. Conselho de Segurança. 2003. S/RES/1509: Resolução. http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1509%20%282003%29.
—. Assembleia Geral. 2009. Sixty-third session. Agenda item 101. *Report of the Secretary-General on the Peacebuilding Fund.* A/63/818. http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/63/818.
—. United Nations Mission in Liberia (UNMIL). 2013. "Acting SRSG Applauds Bangladesh's Contribution to UNMIL and Liberia." https://unmil.unmissions.org/acting-srsg-applauds-bangladesh%E2%80%99s-contribution-unmil-and-liberia.
—. 2015. "Implementation of General Assembly resolutions 55/235 and 55/236: Report of the Secretary-General." http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?sym-

bol=A/70/331/Add.1.
—. 2016. "Presentation: Donor Briefing, June 2016". http://www.unpbf.org/wp-content/uploads/Presentation-Donor-Briefing-June-2016.pdf.
—. 2017a. "Multipartner Trustfund Office - The Peacebuilding Fund". http://mptf.undp.org/factsheet/fund/PB000.
—. 2017b. "Country Factsheet - Guinea-Bissau". http://mptf.undp.org/factsheet/country/GNB.
—. 2017c. "Troop and Police Contributors." http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors.shtml.
—. 2017d. "Summary of Contributions to UN Peacekeeping by Country, Mission and Post: Police, UN Military Experts on Mission, Staff Officers and Troops".http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2017/jun17_3.pdf.
—. 2017e. "UNMIL Background". http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unmil/background.shtml.
—. Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS). 2017f. "Mandato." https://uniogbis.unmissions.org/mandato.
—. Permanent Mission of The Republic of Senegal to the United Nations. 2017g. "Current Contributions of Senegal to the Peacekeeping Operations." https://www.un.int/senegal/senegal/current-contributions-senegal-peacekeeping-operations.
Nigéria. 2016. "President Muhammadu Buhari's Statement at the 71st UN General Assembly." http://nigeriaunmission.org/2017/01/09/president-muhammadu-buharis-statement-at-the-71st-un-general-assembly/.
—. 2017. "Ministry of Foreign Affairs: Foreign Policy Issues." http://www.foreignaffairs.gov.ng/index.php/foreign-policy-issues.
Nmoma, V. 1997. "The Civil War and Refugee Crisis in Liberia." *The Journal of Conflict Studies* 17 (1): 101–125.
Norway Government. 2016. "Norway elected for Peacebuilding Comission". https://www.regjeringen.no/en/aktuelt/peace-building-un/id2525142/.
Ofuatey-Kodjoe, W. 1994. "Regional Organizations and the Resolution of Internal Conflict: The ECOWAS Intervention in Liberia." *International Peacekeeping* 1 (3): 261-302.
PANA Press. 2003. "Militares da Guiné-Bissau seguem para missão de paz na Libéria". http://www.panapress.com/Militares-da-Guine-Bissau-seguem-para-missao-de-paz-na-Liberia--13-443461-18-lang1-index.html.
Paton, C. 2015. "Burundi: Pierre Nkurunziza vows to fight African Union peacekeeping force." *International Business Times.* http://www.ibtimes.co.uk/burundi-president-pierre-nkurunziza-vows-fight-african-union-peacekeeping-force-1535389.
Peacebuilding Commission. 2010. *Statement of Mutual Commitments on Peacebuilding in Liberia.* http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=PBC/4/LBR/2.
Quênia. 2015. "The place of Africa in the 21st - by Amb. Monica Juma. 'Speech Delivered at the International Affairs Institute of Cuba, Havana, September 14, 2016'."

Ministry of Foreign Affairs. http://www.mfa.go.ke/place-africa-21st-century-amb-monica-juma/.
—. 2017. "Africa & African Union." *Ministry of Foreign Affairs.* http://www.mfa.go.ke/africa-african-union-directorate/.
Reno, W. 2011. "Warlord Rebels." In *Warfare in Independent Africa*, escrito por William Reno, 163-205. Cambridge University Press.
Robinson, J. A. e Thierry Verdier. 2013. "The Political Economy of Clientelism." *The Scandinavian Journal of Economics* 115(2), 260-91.
Roser, M. e Mohamed Nagdy. 2016. "Peacekeeping". https://ourworldindata.org/peacekeeping/.
Senegal. 2016. "The Permanent Mission of the Republic of Senegal to the United Nations." https://www.un.int/senegal/content/permanent-mission-republic-senegal--united-nations-0.
Sotomayor, A. C. 2013. "Peacekeeping Contributor Profile: Mexico". *Providing for Peacekeeping.* http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor--profile-mexico/.
—. 2013. "Peacekeeping Contributor Profile: Uruguay". *Providing for Peacekeeping*. http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-uruguay/.
Tabak, J. 2009. *"As Vozes De Ex-Crianças Soldado*: *Reflexões Críticas Sobre O Programa De Desarmamento, Desmobilização E Reintegração Das Nações Unidas".* Mestre, Instituto de Relações Internacionais - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais/PUC RIO. http://livros01.livrosgratis.com.br/cp118644.pdf
Talmon, S. 1999. *Who is a legitimate government in exile*? *Towards normative criteria for governmental legitimacy in international law*. Oxford: Oxford University Press.
Touadera, F. Ar. 2016. "General Debate of the 71st Session." https://gadebate.un.org/en/71/central-african-republic.
Trady, T. 2016. "Peacekeeping Contributor Profile: France". *Providing for Peacekeeping.* http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-france/.
Tuck, C. 2000. "Every Car Or Moving Object Gone: The ECOMOG Intervention In Liberia". *African Studies Quarterly* 4 (1): 1-16. http://asq.africa.ufl.edu/files/ASQ-Vol--4-Issue-1-Tuck.pdf.
UK Government. 2017. "UK and Liberia". https://www.gov.uk/world/liberia/news.
—. 2016. "U.S. Relations With Liberia". https://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/6618.htm.
United Nations. 1992. *An Agenda For Peace*: *report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council* on 31 January 1992, A/47/277 (17 de Junho de 1992). http://www.un-documents.net/a47-277.htm.
—. 2010 . DDR In *Peace Operations*: *A Retrospective. Disarmament, Demobilization And Reintegration* (*DDR*) Section. New York: Department of Peacekeeping Operations. http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/DDR_retrospective.pdf.
—. Security Council. "Resolution 1343". 07 de Março, 2001. S/RES/1343. https://

documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/276/08/PDF/N0127608.pdf?OpenElement.
—. Security Council. "Resolution 1885". 15 de Setembro, 2009. S/RES/1885. http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Liberia%20SRES%201885.pdf.
—. Security Council. "Resolution 2190". 15 de Dezembro, 2014. S/RES/2190. http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2190.pdf.
Uruguai. Ministerio de Relaciones Internacionales. 2007. "Establecimiento de relaciones diplomáticas entre el Gobierno de la Republica Oriental del Uruguay y el Gobierno de la Republica de Liberia". http://www.mrree.gub.uy/frontend/page?1,inicio,ampliacion-actualidad,O,es,0,PAG;CONC;277;3;D;establecimiento-de-relaciones--diplomaticas-entre-el-gobierno-de-la-republica-oriental-del-uruguay-y-el-gobierno-de-la-republica-de-liberia;1;PAG.
Vaz, J. M. 2016. "General Debate of the 71st Session". https://gadebate.un.org/en/71/guinea-bissau.
Vieira Filho, J. M. 2013. "Peacekeeping: Surgimento, Mudanças e Desafios". *Século XXI* 4 (1): 37-49. http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1859/138.
Wiharta, S. 2016. "Peacekeeping Contributor Profile: Indonesia". *Peacekeeping Contributor.* http://www.providingforpeacekeeping.org/2016/02/05/peacekeeping-contributor-profile-indonesia/.
Wilén, N. 2012. *Justifying Interventions in Africa*: (*De*)*Stabilizing Sovereignty in Liberia, Burundi and the Congo.* Londres: Palgrave Macmillan.
—. 2016. "Peacekeeping Contributor Profile: Burundi." *Providing for Peacekeeping.* http://www.providingforpeacekeeping.org/2015/06/26/peacekeeping-contributor--profile-burundi/.
Wippman, D. 1993. "Enforcing the Peace: ECOWAS and the Liberian Civil War." In *Enforcing Restraint*: *Collective Intervention in Internal Conflict,* editado por L. Fisher Damrosch, 156-203. Nova Iorque: Council on Foreign Relations Press.
Wolokolie, A. M. 2017. "Bangladesh to Invest US$3M in Liberia". *The Inquirer.* http://www.theinquirer.com.lr/content1.php?main=news&news_id=802.
Zena, P. N. 2013. "DDR Em África: Lições E Limites". Resumo de Segurança de África. Washington, DC: Centro de Estudos Estratégicos de África. http://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASB24PT-DDR-em-%C3%81frica-Li%C3%A7%C3%B5es-e-Limites.pdf.



ICJ

ufrgsmun 2017

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v.5, 2017 | p. 164-216

APPLICATION OF THE INTERNATIONAL CONVENTION FOR THE SUPPRESSION OF THE FINANCING OF TERRORISM AND OF THE INTERNATIONAL CONVENTION ON THE ELIMINATION OF ALL FORMS OF RACIAL DISCRIMINATION (UKRAINE V. RUSSIAN FEDERATION)

Julia Assmann de Freitas Macedo[1]
Julia Goldman Bergmann[2]
Julio Cesar Veiga Bezerra[3]

ABSTRACT

On 24 August 1991, Ukraine proclaimed its independence from the Soviet Union. At the time, the Russian Federation made solemn commitments to respect Ukraine's sovereignty and independence within its settled borders. However, over the course of the last decade, Russian leaders have sought to reinstate dominance over their neighbors. Following the Orange Revolution of 2004 in Ukraine, Russia has increasingly exerted pressure over Ukraine, failing to abide by its earlier promise to respect sovereign equality and territorial integrity of Ukraine. In the violent aftermath of the Revolution of Dignity of 2014, the Ukrainian President Viktor Yanukovych was overthrown and the Russian government refused to recognize the interim government, claiming the revolution was a *coup d'état*. The Russian Federation then engaged in a series of military incursions into Ukrainian territory, including the annexation of the Crimean Peninsula on 18 March 2014. On 16 January 2017, Ukraine instituted proceedings against the Russian Federation before the International Court of Justice with regard to alleged violations of the International Convention for the Suppression of the Financing of Terrorism (ICSFT) and the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (CERD). Although the Court may not be able to address the use of force and the legality of Crimea's unilateral cessation, it is propounded to discuss whether it can exercise jurisdiction over this matter with respect to the requirements of Article 22 of the CERD or Article 24(1) of the ICSFT, as procedural precondition. Being this case judicable before the Court, it must then decide whether Russia's actions fall within the scope of the violations of either treaties and, if so, to establish the due forms of reparation.

1 Julia is a final year student of Law at UFRGS and Director at the ICJ.
2 Julia is a fourth-year student of Law at UFRGS and Director at the ICJ.
3 Julio Cesar is a fourth-year student of Law at UFRGS and Director at the ICJ.

1 INTRODUCTION

The International Court of Justice (ICJ) is the principal judicial organ of the United Nations. Established by United Nations' Charter in June 1945, it began its activities in April 1946. The seat of the Court is at the Peace Palace in The Hague, Netherlands, making it the only of the six principal organs of the United Nations which is not located in New York. The official languages of the Court are French and English. Also known as the "World Court", it is the only court of a universal character with general jurisdiction. The Court has a twofold role: (i) to settle, in accordance with international law, legal disputes submitted to it by States – its judgments have binding force and are without appeal for the parties concerned –; and (ii) to give advisory opinions on legal questions referred to it by duly authorized United Nations' organs and agencies. The Court is composed of fifteen judges elected for a nine-year term by the General Assembly and the Security Council of the United Nations. Being independent of the United Nations Secretariat, it is assisted by a Registry, its own international secretariat, whose activities are both judicial and diplomatic, as well as administrative (ICJ 2017f, online).

On 24 August 1991, Ukraine proclaimed its independence from the Soviet Union. At the time, the Russian Federation made solemn commitments to respect Ukraine's sovereignty and independence within its settled borders. However, over the course of the last decade, Russian leaders have sought to reinstate dominance over their neighbors. Following the Orange Revolution of 2004 in Ukraine, in which the people peacefully and successfully demanded their right choose their leaders in free and fair elections, Russia has increasingly exerted pressure over Ukraine, failing to abide by its earlier promise to respect the sovereign equality and the territorial integrity of Ukraine.

In the violent aftermath of the Revolution of Dignity of 2014, when Ukrainian citizens took the streets *en masse* calling for the resignation of President Viktor Yanukovych and were brutally repressed by the government, Yanukovych was overthrown and the Russian government refused to recognize the interim government, claiming the revolution was a *coup d'état*. The Russian Federation then engaged in a series of military incursions into Ukrainian territory, and continue to do so to this date, which would entail the annexation of Crimean Peninsula on 18 March 2014, as well give support to pro-Russian separatist insurgents in eastern Ukraine.

On 16 January 2017, Ukraine instituted proceedings against the Russian Federation before the International Court of Justice with regard to alleged violations of the 1999 International Convention for the Suppression of the Financing of Terrorism (ICSFT) and the 1965 International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (CERD).

With respect to the ICSFT, Ukraine claimed that the Russian government was interfering in its territory by instigating and sustaining an armed insurrection in eastern Ukraine. As to the CERD, its reasoning was that Russia's unilateral annexation of the Crimean Peninsula by military force, attempting to legitimize its act of aggression through an illegal referendum, as well as the implementation a climate of violence and intimidation against non-Russian ethnic groups.

The Court may not be able to address Russia's allegedly unlawful use of force and the legality of Crimea's unilateral cessation. Insofar, in the present case, the judges of the ICJ are propounded to determine, preliminarily, whether the Court can exercise jurisdiction over this matter given procedural preconditions set forth on Article 22 of the CERD and on Article 24(1) of the ICSFT. Being this case judicable before the Court, the judges must then decide whether Russia's actions fall within the scope of the violations of either treaties and, if so, they ought to establish the due forms of reparation.

2 HISTORICAL BACKGROUND

In the aftermath of an attempted *coup d'état* against the Soviet President and the General Secretary Mikhail Gorbachev by his opposition inside the Communist Party of the Soviet Union on 19 August 1991, the Ukrainian parliament adopted the Act of Declaration of Independence of Ukraine on 24 August 1991. The Act was approved by the overwhelming majority of the population, through a referendum held on 1 December 1991 (Magocsi 2010). At the time of Ukraine's independence from the Soviet Union, the Russian Federation made solemn commitments to respect Ukraine's sovereignty and independence within its settled borders. It was over the course of the past decade that a new generation of Russian leaders have sought to reinstate dominance over the former Soviet provinces. Since then, Ukraine has become the target of an escalating campaign of Russian interference and aggression (ICJ 2017a).

In a series of non-violent protests from November 2004 to January 2005 that became known as the Orange Revolution, millions of Ukrainians peacefully and successfully demanded their right to choose their leaders in free and fair elections. The two months of mass protests were prompted by evidence that the results of the presidential run-off election held on 21 November 2004 had been rigged in favor of the then Prime Minister Viktor Yanukovych, while nonpartisan exit polls, as well as the widespread public perception had given the lead to the candidate Viktor Yushchenko. Accordingly, on 26 December 2004, the Supreme Court of Ukraine annulled the original run-off and ordered a revote. The Orange Revolution culminated in

the clear victory of Yushchenko, who campaigned on a platform advocating a modern future for Ukraine oriented toward the European Union (Subtelny 2009).

In the following years, Ukraine's longstanding foreign policy objective of forging closer ties to the European Union (EU) was met by Russia's escalated attempts to reinstate its hegemony over the Ukrainian territory, failing to abide to its earlier promise to respect sovereign equality and territorial integrity of Ukraine. While the pro-Russian candidate Viktor Yanukovych won the 2010 presidential elections, Ukraine still continued to pursue a closer relationship with the EU, and preparations to conclude the landmark Association Agreement with the EU began in 2012. Indeed, on 25 February 2013, Yanukovych reaffirmed Ukraine's commitment to concluding the agreement (ICJ 2017a).

In November 2013, Ukraine and the EU were close to concluding the historic agreement – with plans to enact important electoral, judicial, and constitutional reforms in Ukraine preceding its signature – when Yanukovych yielded to intense Russian pressure and backed off from the negotiations. The European Union strongly condemned this Russian interference with Ukraine's relations foreign relations. Given this extreme shift of policy, Ukrainian citizens took the streets *en masse* calling for the President's resignation and were brutally repressed by his government. Under Russian directions and aid, Yanukovych's regime called special forces on the protesters, resorting ultimately in lethal force. While Ukraine's so called Revolution of Dignity prevailed and Yanukovych was overthrown, the Russian government refused to recognize the interim government claiming, the revolution was a *coup d'état* (ICJ 2017a).

The Russian Federation have since engaged in a series of military incursions into Ukrainian territory, and continue to do so to this date. The Russian government has, thus, willingly and blatantly acted in breach reach international law by violating Ukrainian sovereignty and attacking the fundamental human rights of Ukraine's people. These operations entail not only annexation of Crimean Peninsula on 18 March 2014, as well providing support to pro-Russian separatist insurgents in eastern Ukraine (ICJ 2017a).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

In this section, the core aspects of the dispute in question will be presented through the analysis of arguments brought by each party, both Ukraine and the Russian Federation, to the Court.

3.1 Ukraine's Allegations

The allegations brought forth by Ukraine in its Application[4] will be addressed here in four main axes: (i) jurisdiction of the ICJ; (ii) Russia's alleged violations under the ICSFT; (iii) Russia's alleged violations under the CERD; and (iv) Ukraine's request for provisional measures.

3.1.1 As to the Jurisdiction of the International Court of Justice

In its Application, Ukraine invokes Article 36(1) of the Statute of the ICJ, which grants the Court jurisdiction over "all matters specially provided for […] in treaties and conventions in force" (Statute of the International Court of Justice, art. 36, para. 1). Accordingly, it claims the present case concerns the application of two conventions, the ICSFT and the CERD. It further contends that both Ukraine and the Russian Federation are party to both treaties and have consented to the jurisdiction of the Court on such matters. Additionally, Ukraine clarifies that neither party maintains a reservation to either Convention's compromissory clause (ICJ 2017a).

Ukraine therefore sustains that the Court exerts jurisdiction over the present case by virtue of Article 24(1) of the ICSFT, which provides:

> Any dispute between two or more States Parties concerning the interpretation or application of this Convention which cannot be settled through negotiation within a reasonable time shall, at the request of one of them, be submitted to arbitration. If, within six months from the date of the request for arbitration, the parties are unable to agree on the organization of the arbitration, any one of those parties may refer the dispute to the International Court of Justice, by application, in conformity with the Statute of the Court (ICSFT, art. 24, para. 1).

The Applicant maintains that a dispute arose from the application and interpretation of the ICSFT based on arguments that since 2014 the Russian Federation has been interfering in its territory and that by instigating and sustaining an armed insurrection in eastern Ukraine, Russia has violated fundamental principles of international law enshrined in the Convention (ICJ 2017a).

Ukraine argues that while it has made extensive efforts to negotiate a resolution, its efforts were met by Russia's refusal to engage in meaningful discussion. It further contends that the Russian Federation denied that Ukraine's claims arose from the ICSFT at all and that throughout this process Russia continued to practice violations to the Convention. The Applicant thus

4 See Ukraine v. Russian Federation. Application instituting proceedings.

asserts that, on 21 April 2016, it delivered a request to submit the dispute to arbitration to Russia, pursuant to Article 24(1) of the ICSFT, since the dispute appeared not to be settled within reasonable time and that further negotiations would be futile (ICJ 2017a).

According to the Applicant, the Russian Federation failed to acknowledge the offer to arbitrate for over two months. It claims that the Russian Federation repeatedly ignored request to affirm it would participate in arbitration. It further asserts that it was only in October 2016 that Russia made clear its intent to participate in an arbitration. Even without Russia's express its intent to participate in an arbitration, in August 2016 Ukraine informed the Russian Federation of its views on how an arbitration should be organized. The Applicant claims that Russia delayed to respond, only presenting its counter-proposal in October 2016 and that it failed to address critical aspects of the arbitration's organization. Consequently, the it reasons that it brought the present matter before the Court because more than six months have passed since its initial request to arbitrate without the parties reaching agreement on the organization of the arbitration, as envisioned in Article 24(1) of the Convention (ICJ 2017a).

Ukraine further contends that the jurisdiction of the Court over the present matter arises from Article 22 of the CERD, which provides:

> Any dispute between two or more States Parties with respect to the interpretation or application of this Convention, which is not settled by negotiation or by the procedures expressly provided for in this Convention, shall, at the request of any of the parties to the dispute, be referred to the International Court of Justice for decision, unless the disputants agree to another mode of settlement (CERD, art. 22).

The Applicant's reasoning for the application of the CERD, in the same manner, is based on claims that after the Russian Federation openly defied the United Nations Charter when it seized the Crimean Peninsula by military force, attempting to legitimize its act of aggression through an illegal referendum, Russia proceeded to implement a climate of violence and intimidation against non-Russian ethnic groups (ICJ 2017a).

In a much similar fashion to its efforts related to the ICSFT, Ukraine claims that its attempts to negotiate under the CERD were met by Russia's failure to engage in meaningful discussion and denial to engage on the substance of the dispute, avoiding to discuss relevant issues. The Applicant further contends that while Russia declined to negotiate issues of discrimination in Crimea, it intensified such practice which violate the Convention. Accordingly, Ukraine asserts that the Russian Federation consistently failed to negotia-

te in a constructive manner and therefore, as envisioned in Article 22 of the CERD, it brought the matter to the Court, arguing that further negotiations would be futile, and prejudicial to the people living under a discriminatory occupation regime (ICJ 2017a).

3.1.2 As to Russia's Violations to its Obligations under the ICSFT

Ukraine claims that the Russian Federation has violated the 1999 International Convention for the Suppression of the Financing of Terrorism, which both parties are signatories, not only by refusing to cooperate in the prevention of the financing of terrorism, but also actively promoting and sponsoring it (ICJ 2017a). The conducts abovementioned constitute the keystones of the Convention and are recognized in Articles 18 and 2, respectively. In order to finance terrorism in Ukraine, the Respondent would have been acting through its organs, agents and entities, benefiting from the Applicant's political turmoil and the impotence to control its borders because of the situation.

According to the Applicant, the Russian Federation would have breached the main purpose of the Convention, enshrined in its Article 2, i.e. to provide or collect funds directly or indirectly, unlawfully or willfully with the intention that they should be used or in the knowledge that they are to be used to commit any act of terrorism (ICJ 2017a). The concept of terrorism used is any act criminalized by the treaties annexed to the ICSFT, such as the International Convention for the Suppression of Terrorist Bombings, the International Convention against the Taking of Hostages and the Convention for the Suppression of Unlawful Seizure of Aircraft. The Convention recognizes terrorism as

> […] any other act intended to cause death or serious bodily injury to a civilian, or to any other person not taking an active part in the hostilities in a situation of armed conflict, when the purpose of such act, by its nature or context, is to intimidate a population, or to compel a government or an international organization to do or to abstain from doing any act (ICSFT, art. 2, para. 1b).

The Applicant pleads before the International Court of Justice that the Russian Federation has supported illegal armed groups in eastern Ukraine by supplying them with money and weapons. This conduct would have culminated in catastrophic events, namely the shoot-down of Malaysian Airlines Flight MH17 over Ukrainian territory and the shelling of civilians in Ukrainian cities. To support this claim, the Applicant contends that the acts com-

mitted by the Ukrainian armed groups are comprised in Article 2(1) of the Convention, therefore falling under the concept of terrorism (ICJ 2017a).

Likewise, Ukraine contends it has consistently protested against the Russian Federation attitude toward these activities. In this sense, the latter would not have obliged the mandatory Article 18 of the ICSFT, which declares

> States Parties shall cooperate in the prevention of the offences set forth in article 2 by taking all practicable measures, inter alia, by adapting their domestic legislation, if necessary, to prevent and counter preparations in their respective territories for the commission of those offences within or outside their territories (ICSFT, art. 18.1).

In Ukraine's percipience, the refusal to cooperate would have been patter-n-like, and consequently not compatible with the Russian obligations under international law (ICJ 2017a).

3.1.3 As to Russia's Violations to its Obligations under the CERD

In its Application, Ukraine invokes the obligations enshrined in the CERD, which was ratified by the Russian Federation[5], based on the argument that the Russian occupation of the Crimean territory has subjected the Ukrainian citizens under their control to a situation of mass intimidation and human rights offenses. Such abuses were committed against the non-Russia communities of the Crimean Peninsula, especially Crimean Tatar[6] and ethnic Ukrainian communities. These minorities refused to accept the alleged illegal occupation by Russia, which led the Russian authorities installed on Crimean territory to structure a broad-based campaign of cultural erasure through discrimination. According to the Applicant, with the goal of ethnic dominance achieved through cultural erasure, Russia breached its obligation under the CERD to combat racial discrimination (ICJ 2017a).

In this sense, with the occupation process to annex Crimea, the Russian regime started to consider the non-Russian communities of the region enemies of the authorities installed on the territory. Thus, the Russian Federation has opted to collectively punish such communities, aiming at suppressing and erasing their cultural heritage, as well as imposing a regime of ethnic Russian dominance. According to the Applicant, those acts violate articles 2,

5 The CERD entered into force in January 4, 1969. Russian Federation ratified the Convention in February 4, 1969 (United Nations 2017b).

6 Crimean Tatars are a Turkic ethnic group that formed in the Crimea region during the centuries XII-XVII, primarily from the Turkic tribes that moved to the Crimea Peninsula in Eastern Europe from the Asian steppes beginning in the century X. Today, Crimean Tatars constitute between 12% and 13% of the Crimea's population (Fisher 1978).

3, 4, 5 and 6 of the CERD, so that each of them constitute an independent violation of the convention (ICJ 2017a).

The whole Ukrainian claim regarding the CERD is based on articles 2 and 3. Both provisions establish general obligations to the States party to condemn actions of racial discrimination, as well as to adopt measures to eliminate such practices. Thereby, such articles provide:

> Article 2
> 1. States Parties condemn racial discrimination and undertake to pursue by all appropriate means and without delay a policy of eliminating racial discrimination in all its forms and promoting understanding among all races, and, to this end:
> (a) each State Party undertakes to engage in no act or practice of racial discrimination against persons, groups of persons or institutions and to ensure that all public authorities and public institutions, national and local, shall act in conformity with this obligation;
> [...]
> Article 3
> States Parties particularly condemn racial segregation and apartheid and undertake to prevent, prohibit and eradicate all practices of this nature in territories under their jurisdiction (CERD, art. 2, para. 1, art. 3).

According to the Applicant, the pursuing by Russian authorities of a policy of cultural erasure through a pattern of discriminatory practices violates the general obligation, expressed in Article 2(1)(a), of engaging "in no act or practice of racial discrimination against persons, groups of persons or institutions" (CERD, art. 2). Likewise, the Ukrainian state submits that the treatment of groups that are not ethic Russian as threats to the regime installed on the Crimean Peninsula, as well as the suppression of that communities' culture and identity constitute a clear violation of Article 3, which call the states to prevent, prohibit and eradicate all practices of racial discrimination on its territory (ICJ 2017a, CERD, art. 3).

Regarding the Article 4, Ukraine's allegation that the Respondent violated such provision is based on the fact that Russian authorities, through their organs, perpetrated and tolerated a campaign of disappearances and murder targeting Crimean Tatars, as well as harassment towards such community, by disproportionately subjecting it to a regime of arbitrary searches and detention (ICJ 2017a). Article 4(c) of the CERD thus provides:

> Article 4
> States Parties condemn all propaganda and all organizations which are based

> on ideas or theories of superiority of one race or group of persons of one color or ethnic origin, or which attempt to justify or promote racial hatred and discrimination in any form, and undertake to adopt immediate and positive measures designed to eradicate all incitement to, or acts of, such discrimination and, to this end, with due regard to the principles embodied in the Universal Declaration of Human Rights and the rights expressly set forth in article 5 of this Convention, inter alia:
> […] (c) Shall not permit public authorities or public institutions, national or local, to promote or incite racial discrimination (CERD, art. 4).

The aforementioned Russian authorities include state organs and agents, and other people and entities which exercise governmental authority, as well as the *de facto* authorities administering the Crimea occupation (ICJ 2017a). Hence, the Applicant submits that Russia did not comply with its obligation under Article 4(c), since it failed in preventing that its own public authorities and institutions promoted or incited racial discrimination.

The Applicant also claims that the Russian Federation committed a number of breaches to Article 5 of the CERD and to several of its subparagraphs. Before addressing the specific factual background which, according to Ukraine, gave rise to the alleged violations, it is worth mentioning the excerpts from Article 5 that are under discussion in the present lawsuit:

> Article 5
> In compliance with the fundamental obligations laid down in article 2 of this Convention, States Parties undertake to prohibit and to eliminate racial discrimination in all its forms and to guarantee the right of everyone, without distinction as to race, color, or national or ethnic origin, to equality before the law, notably in the enjoyment of the following rights:
> (a) The right to equal treatment before the tribunals and all other organs administering justice;
> (b) The right to security of person and protection by the State against violence or bodily harm, whether inflicted by government officials or by any individual group or institution;
> (c) Political rights, in particular the right to participate in elections-to vote and to stand for election-on the basis of universal and equal suffrage, to take part in the Government as well as in the conduct of public affairs at any level and to have equal access to public service;
> (d) Other civil rights, in particular: (i) The right to freedom of movement and residence within the border of the State; (ii) The right to leave any country, including one's own, and to return to one's country; […] (vii) The right to freedom of thought, conscience and religion; (viii) The right to freedom of opinion

> and expression; (ix) The right to freedom of peaceful assembly and association; […] (e) Economic, social and cultural rights, in particular: […] (v) The right to education and training; (vi) The right to equal participation in cultural activities; […] (CERD, art. 5).

According to Ukraine's Application, the Respondent violated Article 5(a) and (b) at creating an environment of violence and intimidation against Crimean Tatar and Ukrainian communities, since it did not either provide these minorities with equal access to the organs administering justice, if compared with those from Russian ethnicity, or make any effort to seek a consensual and inclusive solution protecting them (ICJ 2017a). Instead of it, as alleged by the Applicant, the Respondent has subjected those groups to a regime of its dominance, thus violating their right to security and protection by the State, which is expressed in Article 5(b).

Ukraine also submits that the Respondent, at fostering an atmosphere of intense political intimidation during the Application of the referendum, breached Article 5(c) of the CERD, since this threatening conduct by its forces did not permit an equal and universal participation of the non-Russian communities on such public vote. The referendum itself was designed with the specific goal of discriminating non-Russian people, since the question under vote was not neutrally framed, as well as it did not provide clear option for voters to maintain the Crimea's political status at the time (ICJ 2017a). The Applicant, for this reason, still argues that the referendum is invalid under international law, as recognized by the United Nations General Assembly in its Resolution 68/262 (United Nations 2014b).

Moreover, the Applicant sustains that Russia breached Article 5(d)(i) and (ii) by persecuting the Crimean Tatar community's leaders and banning its central institution, the Mejlis of the Crimean Tatar People[7]. Such actions of stifling of political and cultural rights of the Crimean Tatar community culminated in the outright ban of the Mejlis. In this sense, the Russian authorities, as alleged by the Applicant, have exiled, imprisoned, and otherwise persecuted Tatar leaders, which has led to a mass outflux of such community from Crimea (ICJ 2017a). Thereby, the Application brings the United Nations High Commissioner for Refugees report on Internally Displaced Persons (IDP), which shows that most displaced persons from Crimea

7 The Mejlis of the Crimean Tatar people is a representative and executive body of the Crimean Tatar people, which is considered by the community to be its legitimate representative organ (ICJ 2017a). Its main goals are the "elimination of the consequences of the genocide, committed by the Soviet state against Crimean Tatars, restoration of the national and political rights of the Crimean Tatar people and implementation of its right to free national self-determination in its national territory" (Mejlis of the Crimean Tatar People 2011, online). The organization is composed by 33 members, including the Chairman of Mejlis.

have been Tatars. The report also has cited the pressure on that community under Russian rule as the reason for the exodus, which is proved by the data that, since the Russian military intervention in the region, on September 16, 2014, the number of Crimean Tatars leaving Crimea has increased by 2-3 families per day (United Nations 2014a, ICJ 2017a).

The brutal suppressing of the political and cultural expression of Crimean Tatar identity by the Russian authorities constitute a clear violation, according to the Applicant, of Tatar community's rights to freedom of thought, conscience, opinion and expression, as provided in Article 5(d)(vii) and (viii) of the CERD. Furthermore, the silencing of Crimean Tatar and ethnic Ukrainian voices in the media, through the establishment of a pattern of discriminatory restrictions to that media entities by the Russian Federation, also violates Article 5(d)(viii). Such restrictions include arbitrary rejection of registrations and raiding, as well as harassment of media outlets (ICJ 2017a).

Ukraine also alleges that Article 5(d)(ix) and (e)(vi) were breached by the Respondent because of its practices of preventing the non-Russian communities from gathering in celebration and commemoration of their culture. This ongoing and widespread action to bar the Crimean Tatars and Ukrainian community "[...] from holding such gatherings reflects a pattern of oppression and punishment against [...]" those minorities and their cultures (ICJ 2017a, 30).

Moreover, the Applicant defends that Russia violated Article 5(e)(v) at suppressing Crimean Tatar language education and educational institutions, as well as the ethnic Ukrainians' rights to education in the Ukrainian language. Before the occupation, both ethnic Russian and non-Russian had the opportunity to study in their respective native language; however, since 2014, the Russian authorities installed on the Crimean Peninsula have deliberately reduced the supply of Ukrainian-language teachers and the number of hours dedicated to Crimean Tatar language in schools (ICJ 2017a).

Finally, the Applicant invokes Article 6 of the CERD, which deals with remedies for racial discrimination. Ukraine, in this regard, claims that the Respondent violated such a provision because of facts arising from the Russian occupation of the Crimean Peninsula. Thus, it follows the whole content of Article 6:

> Article 6
>
> States Parties shall assure to everyone within their jurisdiction effective protection and remedies, through the competent national tribunals and other State institutions, against any acts of racial discrimination which violate his human rights and fundamental freedoms contrary to this Convention, as well as the right to seek from such tribunals just and adequate reparation or satisfaction for any damage suffered as a

result of such discrimination (CERD, art. 6).

According to the Application, the Russian Federation did not comply with the obligations expressed in Article 6, since it failed to assure, to the non-Russian communities of the Crimea, any effective protection and remedies, through its judicial bodies and State institutions, against acts of racial discrimination. Instead, the Russian authorities have perpetrated and tolerated a widespread campaign of disappearances and murder of Crimean Tatars, as well as a generalized harassment against such community through arbitrary searches and detention in public spaces and their homes (ICJ 2017a).

In addition, Ukraine argues that the Russian Federation has made no effort to seek an adequate solution to protect the groups which have their human rights and fundamental freedoms violated. Even with several cases of murders and disappearances, the Respondent has made no progress investigating such cases in a reasonable time. In some occasions, Russian occupation authorities failed to even open investigations (ICJ 2017a). This framework, in the view of the Applicant, justifies the violation of Article 6, considering also the unwillingness of the Russian Federation in achieving an adequate reparation or satisfaction to those groups that suffered damage because of racial discrimination (CERD, art. 6), in the terms of the CERD.

3.1.4 Ukraine's Plead for Provisional Measures

Based on Article 41 of the ICJ Statute and Articles 73, 74, and 75 of the Rules of the Court, on the same date it filed its Application, Ukraine submitted a request for the indication of provisional measures of protection[8]. It contends the Russian Federation's alleged unlawful and ongoing aggression against Ukraine has violated the ICSFT and the CERD and it deems the request for provisional measures necessary to safeguard the lives and basic human rights of the people of Ukraine against possible further Russian violations (ICJ 2017b).

Recognizing the need to preserve the respective rights of the parties pending the decision of the Court (ICJ 1993, para. 34); that at his stage the Court does not make "definitive findings" (ICJ 2000, para. 41; 2011b, para. 2); and that the indication of provisional measures depends on the Court finding the rights claimed are "plausible" (ICJ 2016, para. 78), Ukraine ascertains its claims far exceeded these standards (ICJ 2017b).

What Ukraine seeks to protect are its rights, and those of its people under the ICSFT. It claims that, while Article 18 of said treaty requires the Russian Federation to "cooperate in the prevention" of terrorism financing,

8 See Ukraine v. Russian Federation. Request for the indication of provisional measures of protection submitted by Ukraine.

it has instead repeatedly violated its obligations under this Convention by directly financing terrorism in Ukraine, as well as refusing to halt or investigate the financing of terrorism by public and private actors on its territory. Thus Ukraine requests provisional measures to protect its people from additional terrorist acts they may suffer as a consequence of Russia's actions (ICJ 2017b).

Ukraine further seeks to protect its rights and those of its people under the CERD. Arguing that Russia's campaign of cultural erasure through discrimination violates Articles 2, 3, 4, 5, and 6 of the Convention, Ukraine requests provisional measures to protect its people from the irreparable harm caused by this ongoing discriminatory campaign of cultural erasure (ICJ 2017b).

Ukraine ascertains its civilian populations, in particular eastern Ukraine and Crimea, are extremely vulnerable and therefore it requires the Court's immediate protection. Unless measures are put in place there is significant risk that the civilian population will face more terrorist violence, given that Russia continues to arm and otherwise finance its proxies that have engaged in acts of terrorism in Ukraine. Similarly, Crimean Tatar and ethnic Ukrainian communities face continuing harassment, abuse, and restrictions and if further acts of discrimination continue to be perpetrated, there is a significant risk that the Russian policy of erasing their distinct cultural identities will succeed (ICJ 2017b).

Accordingly, it contends that the Court has previously found it appropriate to indicate provisional measures in circumstances that are "[…] unstable and could rapidly change […]" and when there is "[…] ongoing tension […]" without any "[…] overall settlement to [an ongoing] conflict […]" (ICJ 2008, para. 143). It also asserts that provisional measures have been granted in similar circumstances when conflicts and similar "incidents have occurred on various occasions […] leading to fatalities, injuries and the displacement of local inhabitants." (ICJ 2011c, para. 53). Additionally, provisional measures are appropriate when past violations have occurred so long as it is "not inconceivable" that they will recur (ICJ 2016, para. 89). Finally, all these reasons for the indication of provisional measures are aggravated when there is a "vulnerable" population in need of the Court's protection (ICJ 2008, para. 143).

Insofar, with regard to the ICSFT, Ukraine requests that the Court indicate the following provisional measures:

> a) The Russian Federation shall refrain from any action which might aggravate or extend the dispute under the Terrorism Financing Convention before the Court or make this dispute more difficult to resolve.

> b) The Russian Federation shall exercise appropriate control over its border to prevent further acts of terrorism financing, including the supply of weapons from the territory of the Russian Federation to the territory of Ukraine.
> c) The Russian Federation shall halt and prevent all transfers from the territory of the Russian Federation of money, weapons, vehicles, equipment, training, or personnel to groups that have engaged in acts of terrorism against civilians in Ukraine, or that the Russian Federation knows may in the future engage in acts of terrorism against civilians in Ukraine, including but not limited to the "Donetsk People's Republic," the "Luhansk People's Republic," the "Kharkiv Partisans," and associated groups and individuals.
> d) The Russian Federation shall take all measures at its disposal to ensure that any groups operating in Ukraine that have previously received transfers from the territory of the Russian Federation of money, weapons, vehicles, equipment, training, or personnel will refrain from carrying out acts of terrorism against civilians in Ukraine (ICJ 2017b, online).

As to what concerns the CERD, Ukraine requests that the Court indicate the following provisional measures:

> a) The Russian Federation shall refrain from any action which might aggravate or extend the dispute under CERD before the Court or make it more difficult to resolve.
> b) The Russian Federation shall refrain from any act of racial discrimination against persons, groups of persons, or institutions in the territory under its effective control, including the Crimean Peninsula.
> c) The Russian Federation shall cease and desist from acts of political and cultural suppression against the Crimean Tatar people, including suspending the decree banning the Mejlis of the Crimean Tatar People and refraining from enforcement of this decree and any similar measures, while this case is pending.
> d) The Russian Federation shall take all necessary steps to halt the disappearance of Crimean Tatar individuals and to promptly investigate those disappearances that have already occurred.
> e) The Russian Federation shall cease and desist from acts of political and cultural suppression against the ethnic Ukrainian people in Crimea, including suspending restrictions on Ukrainian-language education and respecting ethnic Ukrainian language and educational rights, while this case is pending (ICJ 2017b, online).

3.2 Russian Federation's Allegations

The Russian Federation is yet to present written arguments to the Court, given the early stage of the current procedure. Actually, besides the oral arguments presented by its agents in the proceedings regarding Ukraine's request for indication of provisional measures, which relate solely to that matter, Russia is yet to make any official claims or objections in order to defend its position before the Court. Nonetheless, the Russian Ministry of Foreign Affairs issued comments[9], through its Department of Information and Press, on Ukraine's Application on 17 January 2017. While the release does not yet constitute an official document in relation to the present case[10] before the International Court of Justice, it serves to illustrate Russia's views on the dispute at hand.

With regard to Ukraine's claims under the ICSFT, the Russian Federation maintained that Ukraine did not provide any evidence that was supportive of its allegations on the breach of the Convention. Specifically in what concerns the efforts to negotiate a peaceful resolution to the dispute, Russia asserts that, when it genuinely attempted to clarify the nature of Ukraine's claims and to investigate them in good faith, it was faced with the persistent unwillingness of Ukrainian authorities to engage in a substantive dialogue, resulting on the the unilateral termination of consultations by the Ukrainian side. Additionally, Russia ascertains that it was Ukraine that dismissed the prospect of settling the dispute through an independent arbitration tribunal, claiming that Ukraine did not seek to settle the dispute, but it rather attempted to find any excuse to bring the case to the ICJ (Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation 2017).

As to what concerns Ukraine's claims under the CERD, Russia argues, specifically regarding the attempts to negotiate, that while it engaged in the dialogue with Ukraine in good faith, Ukraine "showed a lack of interest in the substantive discussion of these issues" (Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation 2017, online). Additionally, the Russian Federation maintains Ukraine ignored the Committee on the Elimination of Racial Discrimination, an expert body established under the Convention to settle any differences if such arise. Russia further contends that in what concerns the CERD, Ukraine not interested in actual protection of the people or compliance with the treaty but instead makes use of the proceedings before the Court

9 See Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation. *Comments by the Department of Information and Press of the Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federa¬tion in Connection with the Proceedings Instituted Against the Russian Federation with the International Court of Justice by Ukraine.*

10 While the comments issued by the Russian Ministry of Foreign Affairs may be considered an official diplomatic statement, the Court has yet to recognize it as such so that it can be admissible in the current proceedings.

to short-term political interests (Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation 2017).

Specifically with respect to Ukraine's claims that the Russian Federation openly defined the UN Charter when it seized Crimea by military force and attempted to legitimize its act of aggression through the illegal referendum, Russia fails to properly address the issues of the impact of the annexation of Crimea on the rights of non-Russian ethnic groups in Crimea in its comments, limiting itself to say it "pays great attention to compliance with its obligations under CERD" (Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation 2017, online). Nonetheless, it remains unclear wheatear the Court will be able to specifically address this issue.

3.3 Reasoning of the Court concerning Provisional Measures

Given that Ukraine invoked Article 24(1) of the ICSFT and Article 22 of the CERD as basis for the exercise of the ICJ's jurisdiction, the Court observes that the jurisdictional clauses contained in those instruments make its jurisdiction conditional on the existence of a dispute arising out of the interpretation or application of the Convention to which they relate. Additionally, the Court recognizes that the jurisdictional clauses contained in either treaty also set out procedural preconditions to be fulfilled prior to the seisin of the Court (ICJ 2017e).

The Court found that the evidence before it is sufficient, at this stage, to establish, *prima facie*, first, the existence of a dispute between the Parties concerning the interpretation and application of these treaties; and, second, the procedural preconditions for the seisin of the Court, set out in Article 24(1) of the ICSFT and Article 22 of CERD, have been fulfilled. Accordingly, the ICJ recognizes its jurisdiction to address the Request for the Indication of Provisional Measures and its Amendment (ICJ 2017e).

With regard to the rights Ukraine seeks to protect under the ICSFT, the Court observes that Ukraine has invoked its rights and the Russian Federation respective obligations solely under Article 18 of the Convention, which overall provides that States Parties are obligated to cooperate to prevent the financing of terrorism. The Court further notes that, for the purposes of a request for the indication of provisional measures, a state may only invoke this provision if it is plausible that the acts it is complaining about constitute acts of terrorism (ICJ 2017e).

Accordingly, the Court recognizes that the acts to which Ukraine refers have given rise to the death and injury of a large number of civilians. Nonetheless, before determining that the rights for which Ukraine seeks protection are at least plausible, it is necessary to ascertain whether there are

sufficient reasons for considering that the elements set out in Article 2 of the ICSFT, such as intention and knowledge, as well as the element of purpose, are present. To the Court, Ukraine has not yet put evidence which affords a sufficient basis to find it plausible that these elements are present and that, consequently, the conditions required for the indication of provisional measures in respect of the rights alleged by Ukraine on the basis of the ICSFT have not been fulfilled (ICJ 2017e).

In respect to the rights Ukraine seeks to protect under the CERD, the Court asserts that Articles 2 and 5 of CERD are intended to protect individuals from racial discrimination, remarking that, for the purposes of a request for the indication of provisional measures, a party to this treaty may only invoke these provisions if it is plausible that the acts complained about constitute acts of racial discrimination under the Convention. The Court understands that some of the acts of which Ukraine complained about fulfil this condition of plausibility, such as the banning of the Mejlis and the alleged restrictions on the educational rights of ethnic Ukrainians. Insofar, there must be a link between the measures which are requested and the rights which are claimed to be at risk of irreparable prejudice. This connection is present with respect to the measures aimed at safeguarding the rights of Ukraine under Articles 2 and 5 of the CERD in what concerns the ability of the Crimean Tatar community to conserve its representative institutions and with regard to the need to ensure the availability of Ukrainian-language education in schools in Crimea (ICJ 2017e).

The Court, thus, decided to indicate the following provisional measures:

> 1) With regard to the situation in Crimea, the Russian Federation must, in accordance with its obligations under the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination
>
> a) Refrain from maintaining or imposing limitations on the ability of the Crimean Tatar community to conserve its representative institutions, including the Mejlis;[11]
>
> b) Ensure the availability of education in the Ukrainian language;[12]
>
> 2) Both Parties shall refrain from any action which might aggravate or extend the dispute before the Court or make it more difficult to resolve.[13] (ICJ 2017e, redacted).

11 Measure was approved by thirteen votes to three. In favor were President Abraham; Vice-President Yusuf; Judges Owada, Cançado Trindade, Greenwood, Donoghe, Gaja, Sebutinde, Robison, Crawford, and Judge *ad hoc* Pocar. Against were Judges Tomka, Xue, and Judge *ad hoc* Skotikov.

12 Measure was approved unanimously.

13 Measure was approved unanimously.

4 LEGAL THESES INVOLVED IN THE MERITS

If issues related to jurisdiction and admissibility, which were first addressed by the Court in its decision concerning preliminary objections are overcome, the judges of the ICJ will then be faced with the main legal theses involved in the merits of this case, specifically analyzed in this section.

4.1 Jurisdiction of the Court and Admissibility

Ukraine's choice of the ICSFT and the CERD as a jurisdictional basis for its claims is rather peculiar, though it is explained by the fact that no other treaties ratified by both states provide jurisdictional basis to address the underlying, and yet most pressing issue of this case: the unlawful use of force (Marchuk 2017). Indeed, the exercise of the Court's jurisdiction over contentious proceedings depends on state consent (Crawford 2012). Given that the Russian Federation does not recognize the compulsory jurisdiction of the ICJ[14], Ukraine's only resort for bringing action before the Court was to rely upon a treaty that provides for the possibility of judicial settlement in the ICJ and that has been ratified by both parties (Marchuk 2017).

It remains clear that while Ukraine makes reference to Russia's unilateral annexation of Crimea as brazen defiance to the UN Charter (ICJ 2017a), it does not, at any time, expressly relate the Russian government actions to a violation of Article 2(4) of the Charter[15], or any similar international instrument in order to specially associate Russia's conduct to a breach of international law. Insofar, the present case concerns solely alleged violations of the ICSFT and of the CERD. No matter how paramount to the dispute and evidenced in fact an issue may seem, if it does not fall under the scope of these treaties it remains outside the court's jurisdiction.

On its Order on the existence of a dispute between the Parties concerning the interpretation and application of the ICSFT and of the CERD, the Court observed that the jurisdictional clauses contained in those instruments make its jurisdiction conditional on the existence of a dispute arising out of the interpretation or application of the Convention to which they relate. The

14 Under Article 36 of the ICJ Statute, states party may at any time recognize the jurisdiction of the Court as compulsory in legal disputes concerning the interpretation of a treaty; any question of international law; the existence of any fact which, if established, would constitute a breach of an international obligation; or the nature or extent of the reparation to be made for the breach of an international obligation, in relation to any other State accepting the same obligation. To do so, States may deposit Declarations Recognizing as Compulsory the Jurisdiction of the Court with the Secretary-General of the United Nations. See *Statute of the International Court of Justice*, available at http://www.icj-cij.org/documents/?p1=4&p2=2.

15 Article 2(4) of the UN Charter prohibits the use of force or the threat of use of force against the territorial integrity or political independence of any state or in any manner inconsistent with the Charter. See *Charter of the United Nations*, available at http://www.un.org/en/charter-united-nations/.

ICJ recognized, *prima facie*, its jurisdiction over the case, on grounds that there is sufficient evidence at this stage to establish the existence of a dispute between the parties on the interpretation and application of both treaties (ICJ 2017e).

Nonetheless, the Court observed that the jurisdictional clauses contained in either treaty also set out procedural preconditions to be fulfilled prior to adjudication before the ICJ. With respect to the ICSFT, Article 24(1) provides the dispute in question must be a one that "cannot be settled through negotiation within a reasonable time" (ICSFT, art. 24, para. 1); it must have been submitted to arbitration at the request of one of the parties, and may be referred to the Court only if the parties have been unable to agree on the organization of the arbitration within six months from the date of the request.

Ukraine has already presented clear enough claims and it may yet be able to establish that after it requested the dispute was submitted the dispute to arbitration, the parties were indeed unable to reach an agreement on the organization of the arbitration given Russia's alleged delays to comply with the proceedings. Even so, the Court still needs to establish if the period between the initiation of the negotiations in 2014 and the delivery of Ukraine's request to submit the dispute to arbitration in April 2016, along with Russia's alleged failure to engage in negotiations, indeed amount that the dispute wasnot settled by negotiation.

Yet, it is with regard to the CERD that an issue of admissibility may arise. This treaty provides in its Article 22 that the dispute referred to the Court must be a one "not settled by negotiation or by the procedures expressly provided for in th[e] Convention" (CERD, art. 22). In order to recognize jurisdiction under the CERD, the Court will have to establish, within the meaning of the Convention, if negotiations indeed have taken place. In *Georgia v. Russian Federation*, the ICJ has constructed what constitutes negotiations and to what extent they have to be pursued before it can be found that the preconditions for bringing the case before the Court have been met (Marchuk 2017):

> Negotiations entail more than the plain opposition of legal views or interests between two parties […]. As such, the concept of "negotiations" […] requires […] a genuine attempt by one of the disputing parties to engage in discussions with the other disputing party, with a view to resolving the dispute (ICJ 2011, para. 157).

The Court additionally found that when "negotiations are attempted or have commenced", the preconditions are to be considered fulfilled if "there has been a failure of negotiations, or when negotiations have become futile

or deadlocked" (ICJ 2011, para. 159). The difficulty presented is to prove both parties made a *genuine* attempt to engage in discussions, with a view of resolving the impasse, which may result in an undue delay in the proceedings (Marchuk 2017). While an attempt to negotiate does not have to lead to an actual agreement (ICJ 2011, para 158), failing to show a "genuine attempt to negotiate" demonstrates absence of evidence to meet the required preconditions (Marchuk 2017). Within this context, while Russia argues that Ukraine's attempts to negotiate have not been genuine[16], the latter maintains that negotiations have become futile or deadlocked[17]. The judges of the ICJ are presented with the arduous task to ascertain whether the procedural preconditions have been fulfilled given the highly politicized context which underlines the present case (Marchuk 2017).

4.2 Law of Treaties

Considering that the claims brought by Ukraine to this Court are based on Russia's violations of two international conventions, it is first necessary to address the specificities of each treaty, to comment on the main issues related to Law of Treaties which may be applied in the present case.

The formally recognized sources of international law are reflected in Article 38 of the Statute of the International Court of Justice (Crawford 2012). Although such article is provided within the competence of the ICJ, since it represents a directive to the judges' practice on Court (Dunoff, Ratner e Wippman 2015), its provisions are generally accepted as a correct statement of the sources of international law[18] (Harris 2004).

> Article 38.
> 1. The Court, whose function is to decide in accordance with international law such disputes as are submitted to it, shall apply:
> a. international conventions, whether general or particular, establishing rules expressly recognized by the contesting states;
> b. international custom, as evidence of a general practice accepted as law;
> c. the general principles of law recognized by civilized nations;

16 *See* Section 3.1.1
17 *See* Section 3.2
18 Despite the Article 38 stipulate an order, (a) to (d), to present the sources, there is no formal hierarchy between them. However, in international law, it is recognized that the first three sources listed under article 38 (treaties, international custom and general principles of law) represent what is called "hard-law", that is, those sources that effectively create obligations for the states; while the sources listed in line (d) refer to the so-called "soft law", i.e., sources that do not formally bind states, but act as subsidiary means to determinate legal obligations, and may represent evidence of law, such as judicial decisions, UN resolutions, unilateral acts and writings of publicists (Crawford 2012).

> d. subject to the provisions of Article 59, judicial decisions and the teachings of the most highly qualified publicists of the various nations, as subsidiary means for the determination of rules of law (Statute of the International Court of Justice, art. 38).

This article refers to "international conventions [...] establishing rules expressly recognized by the contesting parties" (Statute of the International Court of Justice, art. 38), which means treaties that come into existence from commitments agreed by two or more States. A treaty is thereby "one of the most evident ways in which rules binding on two or more States may come into existence, and thus an evident formal source of law" (Thirlway 2010, 99). However, treaties are better understood, formally, as a source of obligation rather than a source of law. In fact, the "law" existent, in such context, is derived not from a treaty in itself, but from the principle of pact *sunt servanda*, which is an antecedent general principle of law[19] that represents the basis for the binding nature of treaties (Thirlway 2010, Harris 2004). These are instruments in which the law is stated and thus are not formally source of international law, but only evidence of it. In this sense, if the treaty codifies existing law, the parties, when applying such rules, are merely acting conform to general law obligations already valid under international law (Harris 2004). Beyond codifying existing international law, treaties are also responsible for developing new law (Dunoff, Ratner e Wippman 2015).

Recently, bilateral and multilateral treaties have multiplied in an almost exponential way. Most treaties are bilateral, but many involve several States - the so called "multilateral treaties". In general, treaties create rights and obligations for the parties to them, specifying, in many cases, particular arrangements of interest of the states party or, in other cases, establishing wide norms to govern state conduct in areas such as human rights, trade, or the environment (Dunoff, Ratner e Wippman 2015). Thus, much of the practical content of international relations is embodied and structured by treaties, as in the case of international organizations, which have its legal basis on multilateral treaties (Crawford 2012). The treaty may be considered the "ubiquitous instrument through which all kinds of international transactions are conducted" (Harris 2004, 786).

States must enter into treaties to obtain binding commitments from other states, since treaties are by definition legally binding. This way, such commitments expressed in the treaty may assist the parties in pursuing their interests, considering that, in the international legal system, there are no "enforcement mechanisms comparable to those of effective national legal sys-

19 General principles of law are recognized as sources of international law in the terms of Article 38(1)(c) of the Statue of the ICJ.

tems" (Dunoff, Ratner e Wippman 2015, 38). In participating of a treaty, thereby, States party accept to act in accordance with certain commitment that would not be legally required of it in the absence of the treaty (Thirlway 2010). For this reason, it makes sense to consider that the effect of treaties is to raise the political costs of noncompliance, since there are no international institutions that offer external guarantees for promises made by States. It is also important to note that, in signing and ratifying a treaty, states take into consideration that, in general, treaties and international law exert some influence over state behavior (Dunoff, Ratner e Wippman 2015).

Most of international law rules applicable to treaties have been codified in the Vienna Convention on the Law of Treaties (VCLT), which was adopted by states at the United Nations Conference on the Law of Treaties in 1969 and entered into force on January 27, 1980 (Dunoff, Ratner e Wippman 2015, Crawford 2012). Beyond representing a codification of pre-existing general law on the subject, especially customary international law[20], VCLT provisions also reflected an effort to create new law, in a progressive development of international law[21] (Dunoff, Ratner e Wippman 2015). Moreover, it is important to mention that, according to Article 1 of the VCLT, the rules enshrined in the Convention apply only "to treaties between States" (United Nations 1969, 333). In the VCLT, there is also a clear definition of "treaty":

> Article 2. Use of Terms
> 1. For the purposes of the present Convention:
> (a) "**Treaty**" means an international agreement concluded between States in written form and governed by international law, whether embodied in a single instrument or in two or more related instruments and whatever its particular designation; [...] (VCLT, art. 2, para 1).

The way how treaties are negotiated and brought into force depends on the intention of the States party, which is why there are no specific and necessary requirements as to the form of the treaties (Crawford 2012). In this sense, treaties may be written or oral[22], bilateral or multilateral, for a fixed term or indefinite (Dunoff, Ratner e Wippman 2015). The multilateral treaties, which is the case of the CERD, for example, differ from the bilate-

20 In *Legal Consequences for States of the Continued Presence of South Africa in Namibia (South West Africa) notwithstanding Security Council Resolution 276* (1970), the ICJ ruled, for the first time, that VCLT must be considered as a codification of existing customary law on the subject (Crawford 2012).

21 Currently, "some provisions that might have constituted 'progressive development' when the treaty was drafted have acquired the status of custom" (Dunoff, Ratner e Wippman 2015, 41).

22 However, VCLT applies only to written treaties (Dunoff, Ratner e Wippman 2015, Crawford 2012).

ral ones because of its "law-making" character. This is to say such treaties "concern general norms of international law and deal with general interest to States as a whole" (Crawford 2012, 370), creating a set of rules, such as the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (1948), or an institution, such as the Marrakesh Agreement (1994) establishing the World Trade Organization (Crawford 2012). As Harris (2004) points out,

> "[...] the multilateral treaty remains best medium available at the moment for imposing binding rules of precision and details in the new areas into which international law is expanding and for codifying, clarifying and supplementing the customary law already in existence in more familiar settings" (Harris 2004, 786).

The successful outcome of the negotiation of a treaty is the adoption and authentication of the agreed text. In this sense, the signature has the function to authenticate the document, which will be, later on, subject to ratification. This institute involves two distinct procedural acts: first, an internal act of approval by the states' domestic institutions and, second, the international proceedings of deposit or formal exchange of the instruments of ratification, which brings a treaty into force. Such written instruments of ratification "[...] and also reservations and other declarations are placed in the custody of a depositary, which may be one or more States or an international organization" (Crawford 2012, 373-374).[23]

In most treaties, the uniform acceptance of all the treaties' provisions is a general norm which must be complied by the parties. Nevertheless, in some cases, there are States that, despite the intention to be part of the treaty, have to refuse the signature because do not agree with some of the treaty's provisions. If authorized by treaty and international law, reservations may be made, in such a way as to limit, for a particular state, the application of the treaty' provisions which have been reserved (Dunoff, Ratner e Wippman 2015). In this sense, it is the definition enshrined in art. 2(d) of VCLT:

> [...] (d) "**Reservation**" means a unilateral statement, however phrased or named, made by a State, when signing, ratifying, accepting, approving or acceding to a treaty, whereby it purports to exclude or to modify the legal effect of certain provisions of the treaty in their application to that State; [...] (VCLT, art. 2).

Under the VCLT, there is a presumption of validity and continuance

23 The UN Secretariat has an important role as the depositary of many multilateral treaties (Crawford 2012).

in force of a treaty, which is based, as already mentioned, upon *pact sunt servanda*, general principle of law expressed in art. 26 of the Convention: "every treaty in force is binding upon the parties to it and must be performed by them in good faith" (VCLT, art. 26). For such reason, states may not invoke its domestic law to justify a noncompliance of a treaty[24]. In addition, it is worth mentioning that, as general rule, treaties operate on a non-retroactivity basis[25], that is, parties are only bound to acts or facts taking place after the treaty has entered into force for such States (Crawford 2012).

Finally, considering that the judges of this Court will have to examine the provisions of both Conventions to decide whether or not the Russian Federation has violated such provisions, they must necessarily resort to the rules of interpretation of treaties in order to reach a conclusion on Ukraine's claims. Regarding the interpretation of treaties, the VCLT provides in its Article 31 some general rules:

> Article 31. General Rules of Interpretation
> 1. A treaty shall be interpreted in good faith in accordance with the ordinary meaning to be given to the terms of the treaty in their context and in the light of its object and purpose.
> 2. The context for the purpose of the interpretation of a treaty shall comprise, in addition to the text, including its preamble and annexes:
> (a) Any agreement relating to the treaty which was made between all the parties in connexion with the conclusion of the treaty;
> (b) Any instrument which was made by one or more parties in connexion with the conclusion of the treaty and accepted by the other parties as an instrument related to the treaty.
> 3. There shall be taken into account, together with the context:
> (a) Any subsequent agreement between the parties regarding the interpretation of the treaty or the application of its provisions;
> (b) Any subsequent practice in the application of the treaty which establishes the agreement of the parties regarding its interpretation;
> (c) Any relevant rules of international law applicable in the relations between the parties.
> 4. A special meaning shall be given to a term if it is established that the parties so intended (VCLT, art. 31).

24 VCLT, Article 27: "A party may not invoke the provisions of its internal law as justification for its failure to perform a treaty […]" (United Nations 1969, 339).
25 VCLT, Article 28: "Unless a different intention appears from the treaty or is otherwise established, its provisions do not bind a party in relation to any act or fact which took place or any situation which ceased to exist before the date of the entry into force of the treaty with respect to that party" (United Nations 1969, 339).

This article recognizes the so-called "textual approach", a technique of treaty interpretation which emphasizes the intention of the parties as expressed in the text as the best guide to their common intention. The ICJ's case law[26] has usually supported such textual approach. The *Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide* itself recognized the general rule, enshrined in Article 31, as reflecting customary international law. This article refers to "ordinary meaning to be given to the terms of the treaty", which means that the treaty's provisions must be interpreted in its ordinary sense, considering its normal functions. Moreover, the meaning must emerge in the context of the treaty as a whole, including the text, its preamble and annexes. In addition, the examination of the language of the treaty must be in accordance with the general international law rules in force at the time of its conclusions, and also with the contemporaneous meaning of such terms. In its Article 32, the VCLT also permits recourse to further means of interpretation, differently from the textual approach, in certain circumstances (Crawford 2012):

> Article 32. Supplementary Means of Interpretation
> Recourse may be had to supplementary means of interpretation, including the **preparatory work** of the treaty and the circumstances of its conclusion, in order to confirm the meaning resulting from the application of article 31, or to determine the meaning when the interpretation according to article 31:
> (a) Leaves the meaning ambiguous or obscure; or
> (b) Leads to a result which is manifestly absurd or unreasonable (VCLT, art. 32).

The preparatory work has been used by the ICJ to confirm a conclusion reached by the judges, on a number of cases[27]. In the case of multilateral agreements, the records of conference proceedings, treaty drafts, among others, may be confused or inconclusive, reason why the preparatory work should be employed very carefully. Also, it is recognized that articles 31 and 32 "should operate in conjunction, and would not have the effect of drawing a rigid line between 'supplementary' and other means of interpretation" (Crawford 2012, 384). In this context, the teleological approach is inserted

26 Some cases of the ICJ in which the judges used the textual approach of interpretation: *Competence of the General Assembly for the Admission of a State to the United Nations* (1950); *Territorial Dispute* (*Libya/Chad*) (1994); *Qatar v Bahrain, Jurisdiction and Admissibility* (1995); *Pulau Ligitan/Sipadan* (2002); *Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide* (*Bosnia and Herzegovina v Serbia and Montenegro*) (2007) (Crawford 2012).
27 The ICJ (here encompassing PCIJ) used the preparatory work of treaties in the following cases: *Convention of 1919 concerning the Work of Women at Night* (1932); *Territorial Dispute* (*Libya/Chad*) (1994) (Crawford 2012).

as another interpretative method, different from the textual approach, in which any ambiguity in the text of the treaty should be resolved preferably by an interpretation in the light of the object and purpose of the treaty (Crawford 2012).

Since the main issues of treaty law applicable in the present case have been overcome, the following two sections will address specific questions related to the ICSFT and the CERD, especially the content of the allegedly violated rights of both conventions, as well as its implications.

4.2.1 The International Convention for the Suppression of the Financing of Terrorism (ICSFT)

The International Convention for the Suppression of the Financing of Terrorism was adopted by the United Nations General Assembly in 1999 and there currently are 150 states party to it. The Convention is the outcome of a series of multilateral treaties and declarations during the nineties, with the ambition to combat terrorist acts. The Financing Convention is the most recent treaty of this series and it does not aim at fighting terrorist acts, but at undermining the system which maintains and sponsors them (Klein 2009).

It may be important to note that there is a meaningful difference between the definition of "financing" employed by the 1999 Convention and the one typically used in other treaties. Usually, to "finance" means to contribute with pecuniary resources. Notwithstanding, in the case at hand, the definition would approach "material assistance", since it encompasses assets of every kind, stretching the term beyond the dictionary traditional meaning (Lavalle 2000).

In virtue of its sparsely ratification, the Convention would have had very limited effect, if not for the terrorist attacks of 9 September 2001 (Bantekas 2014). Just after the events, the states began to give priority to the subject. Concerned with the matter, the UN Security Council adopted resolution 1373 (2001) on 28 September 2001, implementing almost all the central elements of the Financing Convention (Klein 2009). However, the expansive delineation of "terrorist" and "terrorist acts" used in the resolution is considered problematic, since it would be susceptible to interpretations capable of facilitating the violation of rights. Despite the issues related to the non-definition of the term, the Security Council has deliberately used an open-ended term to reach a consensus during the negotiations. In this sense, the lack of definition of "terrorism" would have been a condition *sine qua non* for the resolution's approval (Saul 2006).

The definition of the term "terrorist act" became essential under the Financing Convention, since "financing" something is not necessarily unlawful *per se*. Although Article 2 indicates the framing of the concept, the defini-

tion still lacks precision and evokes doubts. During the *travaux préparatiores,* for example, the debates were polarized about whether activities of national liberation movements could be classified as terrorist acts. While some states repeatedly raised their concern that national liberation movements or acts of resistance to foreign occupation might be characterized as terrorism under the 1999 Convention, others argued that its purpose was to punish those offences by whomsoever committed, regardless of any justification (Klein 2009).

Most challenges in the interpretation and application of the Financing Convention are resultant of the difficulty in defining "terrorism". Until the present days, dissonance arises especially in the matters related to national liberation movements. According to Mastorodimos (2016, online),

> national liberation movements correspond to a category of armed non-state actors who are defined by their objective (self-determination), the quality of their constituency (peoples) and the conduct and/or quality of the opposing government. In essence, national liberation movements constitute the self-help vehicle of peoples to achieve self-determination. In order, however, to substantiate this definition, it is necessary to explore the interrelated notions of self-determination and peoples.

Arab and African states, in particular, have long sought to include in international documents references to the *causes* of terrorism and to exclude the acts of certain liberation movements from its scope. Characterization of movements by states may be, in this sense, controversial, especially when these movements desiderate the secession of a region from the territory of a state, as a form of exercising the right to self-determination. It is the case, e.g., of the Uighur separatists by China, the Chechen rebels by Russia, and the Kashmiri militants by India (Plant 2003).

It may be pivotal to consider, when analyzing Ukraine's application against the Russian Federation, the incontestable existence of terrorist groups in eastern Ukraine and the characterization of the acts perpetrated by these individuals. If the ICJ interprets the events in the eastern portion of Ukraine as part of a national liberation movement, aiming to exercise its right to self-determination against Ukraine's central regime by forming another state, the ICSFT might not be applied. On the other hand, if the Court construes the events as terrorist activities, either because no political justification is acceptable or because the activities do not meet the notion of national liberation movement, the Convention might be enforced.

4.2.2 The International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (CERD)

The context of the CERD's creation dates back to the post-World War II period, when racial discrimination continued to be practiced in many countries. In such time, people in colonial territories, for example, until gaining independence, lived in an environment of marked inequality. Likewise, the socialist regimes in central and Eastern Europe had as their basis discriminatory policies. Discrimination and exclusion could no longer be tolerated by the international community, at the time. As soon as the developing countries found access to the United Nations as newly independent States, the fight against racial discriminations and apartheid became one of their main goals. In such process, international treaty regimes were created to establish international instruments which would effectively combat the practice of discrimination (Tomuschat 2008).

Such initiative was responsible for structuring the basis of the current universal human rights regime. Since then, in addition to the UN Charter and the Universal Declaration of Human Rights, a host of multilateral human rights treaties, as well as resolutions or declarations with a more limited or focused subject than the above-mentioned general treaties, have grown out of the UN and have been ratified by a substantial number of States (Alston and Goodman 2013). One of them was the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (CERD), adopted and opened for signature and ratification by Resolution 2106 of the UN General Assembly, on December 21, 1965. The Convention entered into force on January 4, 1969, in accordance with its Article 19 (CERD, art. 19). Currently, the treaty has 178 states party and also 5 signatures of States that have not yet ratified in their respective domestic jurisdictions (United Nations 2017b). The CERD sets obligations for governments to take all appropriate measures to prevent, remedy and eliminate all forms of racial discrimination in order to combat contemporary forms of racial discriminations and inequality (US Human Rights Network 2013).

The norms of the CERD represent an exhaustive list of grounds prohibiting any kind of racial discrimination (Moeckli 2010, Tomuschat 2008). The Convention thereby brings the definition of "racial discrimination" in its Article 1:

> Article 1
>
> 1. In this Convention, the term "racial discrimination" shall mean any distinction, exclusion, restriction or preference based on race, color, descent, or national or ethnic origin which has the purpose or effect of nullifying or impairing the recognition, enjoyment or exercise, on

> an equal footing, of human rights and fundamental freedoms in the political, economic, social, cultural or any other field of public life (CERD, art. 1, para. 1).

Article 2 of the CERD, allegedly breached by the Russian Federation, is the principal repository of general obligations to implement the Convention. The text contained in paragraph 1 and its subparagraphs refine the basic message that the state itself shall not discriminate, directly or indirectly. For this reason, Article 2(1) addresses state-generated racial discrimination. Given the CERD's character of text devoted principally to the enunciation of rights, Article 2 can be considered as a general obligations clause, which it will be supplemented by more detailed prescriptions throughout the Convention's text. Moreover, the "racial discrimination" term, expressed in that article, must be assumed to carry its full meaning as discrimination in intention or effect as well as related forms (Thornberry 2016).

Article 3, in turn, is the shortest of the normative articles in the Convention. Such provision calls upon the states to condemn racial segregation and apartheid. Segregation is an expression "in common usage, meaning to 'set apart from the rest or each other', or to 'separate along racial, or religious lines' and may be defined in active or passive senses, 'the action of segregating or the state of being segregated'" (Thornberry 2016, 237). As to apartheid, such practice may be defined involving the ideas of domination of a racial group – or group – by others and of committing inhuman acts, which are linked to a systematic institutionalized process of domination. These elements are directly related to the South Africa situation at the time, which had been on the agenda of the UN since 1946. The obligation to "prevent, prohibit and eradicate" segregation and similar practices, expressed in the text of the Convention, is wide ranging and includes action against those discriminatory practices which come from both private and public sectors (Thornberry 2016).

Article 4 address the important issue of "racist hate speech", through the use of penal provisions. In such article, as well as in other articles of the CERD, the term "hate speech" is not used; however, its use by the Committee on the Elimination of Racial Discrimination has steadily advanced. In the case of Article 4(c), the paragraph (c) emphasizes the law and policy obligation in relation to public authorities and widening obligations beyond the application of criminal law. Thus, such provision does not impose obligations on domestic criminal law, but merely establishes that such domestic rules must be in conformity with the Convention, and that due care must be taken to ensure that public officers, at national level, do not depart from those rules (Thornberry 2016).

Article 5 is the longest of the substantive articles in the Convention. Its content includes a complex obligation to prohibit and eliminate all form of racial discrimination, as well as to guarantee equality before the law on a non-discriminatory basis. Such guarantee is applied by the enjoyment of an extensive list of rights, which covers all the main "categories" of that: civil, political, economic, social and cultural. These are presented, in the text of the CERD, without further elaboration found in other human rights instruments, that is, the rights are described rather than defined, without the detailed apparatus of limitation or restriction clauses found in most other human rights conventions (Thornberry 2016). In foreseeing such a rights roll, important implications for government's responsibility in addressing and eradicating racial disparities are raised "in key social and economic indicators such as poverty, incarceration, educational attainment, and health outcomes" (US Human Rights Network 2013, 11).

The last article alleged to have been violated by Russia, according to Ukraine's claim, is Article 6, which deals with issues of reparation and satisfaction for damage suffered as a result of discrimination. Reparations are owed always that it occurs a breach of an international obligation, when such reparation will be made in an adequate form. The corpus of international human rights law contains an abundance of the so-called "primary rules" - norms that establish direct conducts with which the states must comply -, including those expressed in Article 6. The right to a remedy, imposed to the state party to the CERD through Article 6 provisions, for instance, is a key aspect of international human rights law and is reflected in a broad variety of global and regional instruments (Thornberry 2016). The issues related to the law of state responsibility in light of the states obligation to make reparation to those victims who had their rights violated will be addressed further in this study guide.

It is also important to mention that the CERD establishes, in its Article 8, a Committee for the implementation of the Convention. This body is composed by eighteen experts of high moral standing and acknowledged impartiality elected by states party from among their nationals. Such independent experts are responsible, mainly, to monitor the implementation of the CERD by that states (United Nations 2017a). In this sense, the Committee sessions are "devoted to reviewing State reports and drafting concluding observations, which are recommendations for improved implementation" (US Human Rights Network 2013, 11).

It is also worth noting that the Russian Federation, while still the Union of Soviet Socialist Republics (USSR), made a reservation regarding the provision in Article 17(1) of the CERD. The USSR stated that it is of a discriminatory nature deprive a number of states of the opportunity to be-

come parties to the Convention. Thus, it defended that, in accordance with the principle of the sovereign equality of states, the CERD should be open to signature and further ratification by all interested states without any kind of discrimination or restriction (United Nations 2017c).

4.3 Self-determination and Territorial Integrity

If the International Court of Justice interprets the existence of national liberation movements as a situation permitting or justifying violent activities, it might need to ponder the situations experienced by the eastern Ukrainian population, and the relevance of the demands brought by the armed groups. In this regard, it becomes necessary a brief elucidation about secessionist movements and the right of self-determination.

The principle of self-determination of peoples is one of the most fundamental and controversial principles of international law. Recently it has been brought to light as a key argument to Ukraine's secessionist and national movements by scholars and politicians. Nonetheless, neither secession movements nor the invoking of self-determination are atypical situations. Over the past decade, separatist movements worldwide have tended to grow, aspiring to constitute a new state or to become a part of another one, as in Chechnya and Kosovo, respectively (Chernichenko and Kotliar 2003).

The promotion of the right of a people to self-determination is recognized in Article 1.2 of the UN Charter as a purpose of the United Nations, and it is described in the Friendly Relations Declaration of 1970 as a duty of every state. The latter affirms that all peoples have the right to freely decide its own political condition and to conduct its own economic, social and cultural development. Nonetheless, the 1970 Declaration recalls its provisions must not be interpreted as authorizing or encouraging actions which "would dismember or impair, totally or in part, the territorial integrity or political unity of sovereign and independent States" (The Friendly Relations Declaration, principle 5).

Moreover, in *South West Africa*[28], *Construction of a Wall*[29] and *Kosovo*[30], the International Court of Justice has identified this principle as part of the international system's body of laws. In *Western Sahara*[31], the Court emphasized "that the application of the right of self-determination requires a free and genuine expression of the will of the peoples concerned" (ICJ 1975, para. 55). The International Court of Justice has also confirmed the undisputed

28 *See* South West Africa, Second Phase, Judgment, I.C.J. Reports 1961
29 *See* Legal Consequences of the Construction of a Wall in the Occupied Palestinian Territory, Advisory Opinion, I. C. J. Reports 2004
30 *See* Accordance with International Law of the Unilateral Declaration of Independence in Respect of Kosovo, Advisory Opinion, I. C. J. Reports 2010
31 *See* Western Sahara, Advisory Opinion, I.C.J. Reports 197

value of the right to self-determination in *East Timor*[32] as an erga omnes obligation under international law.

However, controversy arises to establish a common notion of "people", once there are neither legal decisions nor general accepted standards to characterize the concept. In this sense, while some scholars perceive a "people" *lato sensu*, as a group possessing certain common characteristics (Summers 2014), others approach it as all the people within a state, i.e., its population (Dugard 2003). In the case at hand, this becomes essential when examining the situation in Ukraine, since the eastern Ukraine population cannot exercise the right of self-determination, and, therefore, constitute a national liberation movement, if they are not considered a "people" in international law.

In the human rights' system, the Miskito case has been the only situation that the Inter-American Commission has considered the issue of the right of self-determination of peoples. The Miskito, an ethnic group in Nicaragua, claimed human rights' violations by the Sandinista government. In the case, the Commission stated that the right of self-determination of peoples is not recognizable for every ethnic group and that the territorial integrity of sovereign states must not be undermined (IACRH 1983).

Furthermore, there is no consensus if secession is a legal justifiable manner to perform the right to self-determination (Kapustin 2015), namely because of divergences concerning the relation between democracy and self-determination. For some scholars, democracy means popular sovereignty, i.e., government by the people. Therefore, they understand secession as the effort of the peoples to govern themselves. In this logic, forming their own states would be a valid means to self-determine its political status, consistent with the highest democratic values (Buchanan 2003).

Another circle of scholars construes the relationship between democracy and secession with enthusiastic support for the former and careful approach toward the latter. On this perception, democracy is a general right enjoyed by the citizens of every state, while legitimate secession is, as the right to revolution, a remedial right. This means groups have the right to secede as a last resort, in cases of serious injustices perpetrated against them by the state (Buchanan 2003).

There is general acceptance by doctrine and practice regarding the right to secede in the situation of colonial emancipation from the metropolitan control. However, this is an exception and has almost no pertinence since the 1990s, when most of the colonial territories achieved their independence. Currently, the common understanding is that there is no rule in contemporary international law recognizing the right to separate from a mother state

32 *See* East Timor Case (Portugal v. Australia), ICJ, Judgment of 30 June 1995, par. 29

(Ouali 2012). In what concerns the new wave of secessions initiated in the nineties, international law has not given sufficient response to the cases arisen. It has neither provided clear requirements to what would constitute a legitimate secession nor has it been successfully adopted to halt secession movements (Buchanan 2003).

Regarding the subject, Cassese considers it possible to justify secession:

> [...] when the central authorities of a sovereign State persistently refuse to grant participatory rights to a religious or racial group, grossly and systematically trample upon their fundamental rights, and deny the possibility of reaching a peaceful settlement within the framework of the State structure. Thus, denial of the basic right of representation does not give rise per se to the right of secession. In addition, there must be gross breaches of fundamental human rights, and what is more, the exclusion of any likelihood for a possible peaceful solution within the existing State structure (Cassese 1996).

The policy justification opposing national secession movements is usually that of stability. However, it is necessary to ponder, on one hand, if retaining the boundaries of some states is truly improving international stability and, on the other hand, if self-determination has not been manipulated in order to disintegrate states, and to create recurrently non-viable ones (Ouali 2012).

4.4 Responsibility of States under International Law

This section will address the main legal basis of the Law of State Responsibility, thus indicating the fundamental concepts guiding this field, as well as important legal documents and judicial cases applicable on this subject. The main goal in addressing such themes is due to Ukraine's claim to recognize the international responsibility of the Russian Federation for violations to the Terrorism Financial Convention and the CERD. For this reason, if this Court decides that the Respondent violated any of the above-mentioned conventions, it will be necessary to know the rules concerning State Responsibility in order to apply them in the specificities of the present case.

State Responsibility is a fundamental institution of international law, which results from the legal personality of the state as a subject of international law, as well as from the fact that states are the main conveyers of international obligations (Crawford 2006). The Law of State Responsibility, as the Law of Treaties, has been largely articulated by the work of the International Law Commission (ILC) (Crawford 2012). In this sense, the ILC has

been codifying and developing the standards assumptions of responsibility in its Draft Articles on State Responsibility for Internationally Wrongful Acts (ARSIWA), which represent the modern framework of State Responsibility, since they are an active and useful portion of the process of international law (Crawford 2006). International Courts and renewed scholars have already considered these Articles "to be in whole or in large part an accurate codification of the customary international law of state responsibility" (Crawford 2013, online), as stated, for instance, by the ICJ in the Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide: "This is the state of customary international law, as reflected in the ILC Articles on State Responsibility" (ICJ 2007, 170).

The essential premise of the ARSIWA is the concept of State Responsibility itself, which is introduced in Article 1 of the document: "Every internationally wrongful act of a State entails the international responsibility of that State" (ILC 2001, 32). Such provision affirms the basic principle that each state is responsible for its own conduct (Crawford 2013). Moreover, for the characterization of an act of a State as internationally wrongful it is necessary the presence of two elements: attribution and breach. Similarly, such characterization is governed by international law and is not affected by lawful character, in internal law, of that same act. Such principles are provided in articles 2 and 3 of ARSIWA:

> Article 2. Elements of an internationally wrongful act of a State:
> There is an internationally wrongful act of a State when conduct consisting of an action or omission:
> (a) is **attributable** to the State under international law; and
> (b) constitutes a **breach** of an international obligation of the State.
> [...]
> Article 3. Characterization of an act of a State as internationally wrongful:
> The characterization of an act of a State as internationally wrongful is governed by international law. Such characterization is not affected by the characterization of the same act as lawful by internal law (ILC 2001, 34-36).

Regarding the attribution of a wrongful conduct (act or omission), Article 4 establishes that the internationally wrongful act of state organs generates the responsibility of the respective state, which means that, for purposes of international responsibility, that organs, whatever its function, act on behalf of such state under international law. Such provision is quite important due to the fact that, in the present case, Ukraine claims for the

attribution of the international responsibility of the Respondent for acts committed by Russian state organs and agents. In this sense, Article 4 provides:

> Article 4. Conduct of organs of a State:
> 1. The conduct of any State organ shall be considered an act of that State under international law, whether the organ exercises legislative, executive, judicial or any other functions, whatever position it holds in the organization of the State, and whatever its character as an organ of the central Government or of a territorial unit of the State.
> 2. An organ includes any person or entity which has that status in accordance with the internal law of the State (ILC 2001, 40).

Also, the ARSIWA defines the conditions which the breach of an obligation must satisfy in order to create the international responsibility of a State. Such requirements are expressed in articles 12 e 13:

> Article 12. Existence of a breach of an international obligation:
> There is a breach of an international obligation by a State when an act of that State is not in conformity with what is required of it by that obligation, regardless of its origin or character.
> [...]
> Article 13. International obligation in force for a State:
> An act of a State does not constitute a breach of an international obligation unless the State is bound by the obligation in question at the time the act occurs (ILC 2001, 54-57).

Considering that the present case deals with treaty obligations, it is worth mentioning issues related to the possible conflict between rules of the Law of State Responsibility and the Law of Treaties, both originated from the same breach. For this reason, in such cases involving the breach of a treaty obligation, which is the litigation in question, the general defenses available under the Law of State Responsibility coexist with the rules of treaty law, expressed in VCLT, as held in both *Rainbow Warrior*[33] arbitration and *Gabčíkovo-Nagymaros*[34]. Nonetheless, while the rules of treaty law determine when a treaty obligation is in force for a state and how it should be interpreted, the norms concerning State Responsibility, on the other hand, establish the legal consequences of the violation, such as reparation. Even so, according to the Law of Treaties, the choice of a state to suspend or terminate a treaty due

33 *See* Case concerning Rainbow Warrior Affair (New Zealand/France), Reports of International Arbitral Awards (published on 30 April 1990).
34 *See* Gabčikovo-Nagymaros Project (Hungary/Slovakia), Judgment, 1.C.J. Reports 1997.

to a material breach does not prevent it from making a claim for reparation flowing from the breach (Crawford 2013).

In addition to trying to establish the Russian Federation's international responsibility under both the Terrorism Financing Convention and the CERD, Ukraine brings this case to the Court in order to seek redress for its people who allegedly have suffered the consequences of the Russian Federation's behavior in occupying the Crimean Peninsula (ICJ 2017a).

For this reason, ARSIWA also provides the consequences which flow by operation of law from the commission of an internationally wrongful act, according to its Article 28. Such consequences fall into two categories: the obligation of cessation and non-repetition (Article 30) and the obligation to make reparation (Article 31) (Crawford 2006). The understanding of those consequences and of their implications become essential in light of the Applicant's claims, which include the immediate cessation from all support to terrorism activities, prevention of Russian authorities from financing terrorism in Ukraine, full reparation for all acts of terrorism allegedly practiced, as well as cessation of erasure of non-Russian communities' culture, restoration of their rights and full reparation for all victims who suffered racial discrimination by Russian authorities (ICJ 2017a). In this sense, the cessation of conduct which violates an international obligation is the first condition to eliminate the consequences generated by a wrongful conduct (ILC 2001, 89). Regarding the consequent obligation to make reparation due to the breach, the Permanent Court of International Justice (PCIJ) has already pronounced that:

> […] it is a principle of international law, and even a general conception of law, that any breach of an engagement involves an obligation to **make reparation**. […] the Court has already said that reparation is the indispensable complement of a failure to apply a convention, and there is no necessity for this to be stated in the convention itself (Permanent Court of International Justice 1928, 29).

There are three forms of reparation under Article 34 of ARSIWA, namely: restitution, compensation and satisfaction. In the present case, Ukraine requests, before this Court, restitution of rights, enshrined in the CERD, to the non-Russian communities, as well as full compensation for all acts of terrorism allegedly practiced and for all victims who suffered racial discrimination (ICJ 2017a). According to Article 35, the obligation of Restitution binds the state:

> […] to re-establish the situation which existed before the wrongful act was committed, provided and to the extent that restitution (a) is

> not materially impossible; and (b) does not involve a burden out of all proportion to the benefit deriving from restitution instead of compensation (ILC 2001, 96).

When the damage caused by the breach cannot be repaired by restitution, the compensation is the proper means of reparation (Article 36). Also, such compensation "shall cover any financially assessable damage including loss of profits insofar as it is established" (ILC 2001, 98).

Finally, it is important to address the legal basis for Ukraine's claim for "full reparation for all victims of the Russian Federation's policy and pattern of cultural erasure through discrimination in Russian-occupied Crimea" (ICJ 2017a, 44). In the case of this Court considers that the Applicant is clamming such reparation on behalf of the victims, it is necessary analyze if Ukraine has standing, under international law, to claim it before the ICJ.

The law of diplomatic protection, which is an important subset of State Responsibility, was architected in order to states might espouse a claim, in respect of an injury arising from a breach of an international obligation by another state (Crawford 2006), on behalf of its nationals, which normally have no standing to invoke the international responsibility of a state (Crawford 2013). The ILC's Draft Articles on Diplomatic Protection (ADP), in its Article 1, thus defines diplomatic protection:

> Article 1. Definition and scope:
> For the purposes of the present draft articles, diplomatic protection consists of the invocation by a State, through diplomatic action or other means of peaceful settlement, of the responsibility of another State for an injury caused by an internationally wrongful act of that State to a natural or legal person that is a national of the former State with a view to the implementation of such responsibility (ILC 2006, 2).

When a State claims diplomatic protection, it happens by doing so on the basis of its own rights (Crawford 2006, 15). Such right thus allows states "to protect their citizens who have injured by unlawful conduct on the part of a foreign government" (Tomuschat 2008, 266-267). Thereby, the diplomatic protection, as a traditional device under general international law, was instituted especially for that cases in which the victims themselves are unable to assert their rights, before an international organ, since its state of origin does not recognize any of the relevant individual complaint procedures (Tomuschat 2008). In this sense, the institution of diplomatic protection must be considered as part of a progressive development of international law (Crawford 2006).

Also, as a general rule, a state can only protect some person or entity from violations of international law if that person or entity is a national of such state (Crawford 2006). However, in accordance with Article 8 of the ADP, it is possible that a state exercises diplomatic protection of a person that is not its national in cases of stateless people and refugees (ILC 2006). In addition, there are, in human rights law, some rules of paramount importance for the entire international community, in which all states have a legal interest in their protection. Such rules are obligations with *erga omnes* character, whose concept began to be developed in the Barcelona Traction (Tomuschat 2008). In this dispute, the ICJ had to determine whether Belgium was entitled to assume diplomatic protection on behalf of the Belgian shareholders of a company, Barcelona Traction, Light and Power, for the wrongful treatment of an investment made in Spain. Although the Court has ruled, in such case, that Belgium could not make a claim of diplomatic protection because its national shareholders were not the injured party, it has also appointed, in the same occasion, cases in which the international community as a whole has interest in the protection of rights, as the protection from racial discrimination, for instance (Crawford 2012, Tomuschat 2008). In this sense, it is necessary to bring here excerpt from the decision in which the ICJ's judges state the definition of *erga omnes* obligations:

> 33. When a State admits into its territory foreign investments or foreign nationals, whether natural or juristic persons, it is bound to extend to them the protection of the law and assumes obligations concerning the treatment to be afforded them. These obligations, however, are neither absolute nor unqualified. In particular, an essential distinction should be drawn between the obligations of a State towards the international community as a whole, and those arising vis-à-vis another State in the field of diplomatic protection. By their very nature the former are the concern of al1 States. In view of the importance of the rights involved, al1 States can be held to have a legal interest in their protection; they are **obligations erga omnes.**
> 34. Such obligations derive, for example, in contemporary international law, from the outlawing of acts of aggression, and of genocide, as also from the principles and rules concerning the basic rights of the human person, including protection from slavery and **racial discrimination** (ICJ 1970, 32).

Thus, it can be said that a set of fundamental norms of human rights protection has higher status under international law, inasmuch as its violation authorizes any third state to take up the matter. The Barcelona Traction judg-

ment thereby transmits the idea of a "right to act on behalf of protected people in instances where the obligation breached serves the collective interest of a group of states or where it is owed to the international community as a whole" (Tomuschat 2008, 268). Such understanding is especially relevant in the present case against the Russian Federation, considering that Ukraine's claim of reparation is based on alleged violations of rules expressed in the CERD, that is, norms of protection from racial discrimination, which are *erga omnes* obligations. For cases possibly similar to the present one, the ICL codified such ideas in Article 48 of ARSIWA:

> Article 48
> Invocation of responsibility by a State other than an injured State:
> 1. Any State other than an injured State is entitled to invoke the responsibility of another State in accordance with paragraph 2 if:
> (a) the obligation breached is owed to a group of States including that State, and is established for the protection of a collective interest of the group; or
> (b) the obligation breached is owed to the international community as a whole.
> 2. Any State entitled to invoke responsibility under paragraph 1 may claim from the responsible State:
> (a) cessation of the internationally wrongful act, and assurances and guarantees of non-repetition in accordance with article 30; and
> (b) performance of the obligation of reparation in accordance with the preceding articles, in the interest of the injured State or of the beneficiaries of the obligation breached (ILC 2001, 126).

However, even with the current and progressive development of international law on the matter of state responsibility for violations of human rights, especially in the context of regional systems, it is not correct to affirm that diplomatic protection is obsolete because of such instruments. In fact, international human rights law at its current stage of development cannot justify discarding diplomatic protection, since neither all regional and global human rights systems on the world have achieved their intended success (Crawford 2006).

5 RELEVANT JUDICIAL PRECEDENTS

While the Court is not bound to follow its precedents, it has consistently done so. Nonetheless, the judges cannot disregard them completely, given the duty of consistency and observance of settled principles (Lauterpa-

cht 1970). Therefore, the previous pronouncements of the Court which were deemed most relevant for the discussion of the present case will be addressed in this section. The examination of following decisions is paramount in order to indicate to the judges of the ICJ the previous decisions they ought to take into account in the resolution of the dispute at hand.

5.1 Questions of Interpretation and Application of the 1971 Montreal Convention arising from the Aerial Incident at Lockerbie (Libyan Arab Jamahiriya v. United States of America)

In 1988, Pan Am Flight 103, a plane flying from New York to London, exploded and clashed in the hills of Lockerbie, Scotland, killing more than 250 passengers. The investigation, conducted after the incident in order to trace the causes of the explosion, concluded that a bomb was installed in the aircraft by two Libyan citizens.

The United Kingdom and the United States governments requested Libya to extradite the accused, so that they could be prosecuted in Scotland or in the United States. However, as Libya refused to extradite the citizens and claimed that it would persecute the suspects itself, the United Nations Security Council (UNSC) approved three resolutions, demanding Libya to comply with the United Kingdom and the United States' requisitions in order to contribute to the clearance of international terrorism.

In response to the resolutions, Libya filed an application to the International Court of Justice, alleging its right to refuse extradition under the Montreal Convention, one of the three multilateral treaties dealing with international terrorist acts against aviation, and that no extradition treaty with the U.K. and the U.S. were signed. Moreover, the applicant requested, before the Court, the United States to

> […] cease and desist from such breaches and from the use of any and all force or threats against Libya, including the threat of force against Libya, and from all violations of the sovereignty, territorial integrity, and the political independence of Libya (ICJ 1993, p. 6).

In 2003, during the unfolding of the proceedings, the governments of Libya, the United Kingdom and the United States of America notified the Court that they had agreed to discontinue the cases. Both suspects were tried, with Libya's consent, in a neutral Court in the Netherlands. One of the suspects, Abdelbaset Ali Mohmed Al Megrahi, was found guilty and sentenced to life imprisonment. The other, Al Amin Khalifa Fhimah, was considered not guilty and released (ICJ 2003).

5.2 Advisory Opinion on the Accordance with International Law of the Unilateral Declaration of Independence in Respect of Kosovo

The International Court of Justice gave, on 22 July 2010, its Advisory Opinion regarding the question of the "Accordance with international law of the unilateral declaration of independence in respect of Kosovo". In 2008, Kosovo unilaterally declared its independence from Serbia, an outcome of the brutal and bloody armed conflict that followed years of oppression and discrimination of the Albanian majority in Kosovo. It is important to note that, until 1989, Kosovo was an autonomous province within the Republic of Serbia. During the 1990s, Kosovar Albanians tried to restore autonomy for Kosovo – or the independence itself; however, in the late nineties, the Serb government initiated military actions in the province, which resulted in widespread atrocities (ICJ 2010a).

The Court's approach to the matter restricted itself to the question, issued by the General Assembly, whether or not the applicable international law prohibited the declaration of independence. The International Court of Justice refrained, in this sense, from commenting about the extent of the right of self-determination or remedial secession. The Court has observed it was not necessary to resolve the question whether, outside the context of non-self-governing territories and peoples subject to alien subjugation, domination and exploitation, the international law of self-determination confers upon part of the population of an existing State a right to separate from that state, or whether international law provides for a right of "remedial secession" and, if so, in what circumstances (ICJ 2010a).

The International Court of Justice has considered that general international law contains no applicable prohibition of declarations of independence. Accordingly, it concludes that the declaration of independence of 17 February 2008 did not violate general international law (ICJ 2010a).

5.3 Application of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (Georgia v. Russian Federation)

On 12 August 2008, the Republic of Georgia instituted proceedings against the Russian Federation before the International Court of Justice in respect of a dispute concerning "actions on and around the territory of Georgia" (ICJ 2008a, para. 1), in breach of the 1965 International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (ICJ 2008a).

Georgia sought to have the Court establish that the Russian Federation was afforded international responsibility for its actions on and around the territory of Georgia in a breach of the CERD. Georgia claims that Russia

has practiced, sponsored and supported racial discrimination through attacks against, and mass-expulsion of, ethnic Georgians, as well as other ethnic groups, in the South Ossetia and Abkhazia regions of the Republic of Georgia (ICJ 2008a). The Court recognized there was a dispute between Georgia and the Russian Federation about the latter's compliance with its obligations under the CERD (ICJ 2011a).

The case was dismissed without prejudice when the Court found it did not have jurisdiction to resolve the dispute when, on the 1 April 2011 Judgment on preliminary objections, the judges of the ICJ upheld, by ten votes to six[35], the second preliminary objection raised by the Russian Federation concerning the procedural preconditions set forth in Article 22 of the CERD (ICJ 2011a). The Russian Federation had contended that Georgia failed to meet the two procedural preconditions contained in that provision, namely negotiations and referral to procedures expressly provided for in the Convention (ICJ 2009). As to this claim, Georgia had argued that Article 22 does not establish any explicit obligation to negotiate nor does it establish any obligation to have recourse to the procedures provided for in the CERD before the seisin of the Court (ICJ 2010b). It was the finding of the Court that Article 22 of the CERD cannot serve to found the Court's jurisdiction in the present case (ICJ 2011a).

The ICJ asserts the ordinary meaning of the terms used in Article 22 of the CERD with in order to decide whether this Article contains preconditions to be met before the seisin of the Court. With regard to the expression "dispute […] which is not settled", the Court understood that the express choice of two modes of dispute settlement, i.e., negotiations or resort to the special procedures under CERD, evinces an affirmative duty to resort to them prior to adjudication. Additionally, the Court observed that the French version of the Convention further reinforces the idea that an attempt to settle the dispute must have taken place before referral to the Court, while the Chinese, the Russian and the Spanish texts do not contradict this interpretation. Thus, it concludes that Article 22 of the CERD establish preconditions to be fulfilled before adjudication when it prescribes that "[a]ny dispute […] which is not settled by negotiation or by the procedures expressly provided for in this Convention" (ICJ 2011a).

The Court turns to address whether these preconditions were met in the current instance. Given that Georgia did not claim it used or attempted to use the procedures expressly provided for in the CERD prior to adjudication before the Court, the ICJ limited its examination to the question of whether

35 In favor were Vice-President Tomka, Judges Koroma, Al-Khasawneh, Keith, Sepúlveda-Amor, Bennouna, Skotnikov, Yusuf, Greenwood, and Xue while against were President Owada, Judges Simma, Abraham, Cançado Trindade, Donoghue, and Judge *ad hoc* Gaja. See *Georgia v. Russia. Judgment of 1 April 2011, Preliminary Objections.*

the precondition of negotiations was fulfilled (ICJ 2011a)

The Court understood that the concept of "negotiations" requires a genuine attempt by one of the disputing parties to engage in discussions with the other disputing party, with a view to resolving the dispute and that in its absence the precondition of negotiation is manifestly not met. The Court further ascertains that, in case there was only an attempt to negotiate, the precondition of negotiation is met only when there has been a failure of negotiations, or when negotiations have become deadlocked (ICJ 2011a).

After reviewing the facts in the record during the period of dispute, the Court is of the view that, although certain claims and counter-claims made by the parties concerning ethnic cleansing may evidence the existence of a dispute as to the interpretation and application of CERD, these exchanges did not constitute attempts at negotiations by either party. The Court thus conclude that Georgia did not attempt to negotiate under the CERD, and, for this reason, the parties did not engage in negotiations with respect to the Russian Federation's compliance with its substantive obligations under the CERD. Insofar, the Court found that the neither requirements contained in Article 22 had been satisfied (ICJ 2011a).

6 SUBMISSIONS

Ukraine requests this Court to adjudge and declare that the Russian Federation, through its State organs, State agents, and other persons and entities exercising governmental authority, and through other agents acting on its instructions or under its direction and control, has violated its obligations under the ICSF by:

a) Supplying funds, including in-kind contributions of weapons and training, to illegal armed groups that engage in acts of terrorism in Ukraine, including the DPR, the LPR, the Kharkiv Partisans, and associated groups and individuals, in violation of Article 18;

b) Failing to take appropriate measures to detect, freeze, and seize funds used to assist illegal armed groups that engage in acts of terrorism in Ukraine, including the DPR, the LPR, the Kharkiv Partisans, and associated groups and individuals, in violation of Articles 8 and 18;

c) Failing to investigate, prosecute, or extradite perpetrators of the financing of terrorism found within its territory, in violation of Articles 9, 10, 11, and 18;

d) Failing to provide Ukraine with the greatest measure of assistance in connection with criminal investigations of the financing of terrorism, in violation of Articles 12 and 18; and

e) Failing to take all practicable measures to prevent and counter acts of

financing of terrorism committed by Russian public and private actors, in violation of Article 18.

Ukraine requests this Court to adjudge and declare that the Russian Federation bears international responsibility, by virtue of its sponsorship of terrorism and failure to prevent the financing of terrorism under the Convention, for the acts of terrorism committed by its proxies, including:

a) The shoot-down of Malaysian Airlines Flight MH17;

b) The shelling of civilians, including in Volnovakha, Mariupol, and Kramatorsk; and

c) The bombing of civilians, including in Kharkiv.

Ukraine requests the Court to order the Russian Federation to comply with its obligations under the Terrorism Financing Convention, including that the Russian Federation:

a) Immediately and unconditionally cease and desist from all support, including the provision of money, weapons, and training, to illegal armed groups that engage in acts of terrorism in Ukraine, including the DPR, the LPR, the Kharkiv Partisans, and associated groups and individuals;

b) Immediately make all efforts to ensure that all weaponry provided to such armed groups is withdrawn from Ukraine;

c) Immediately exercise appropriate control over its border to prevent further acts of financing of terrorism, including the supply of weapons, from the territory of the Russian Federation to the territory of Ukraine;

d) Immediately stop the movement of money, weapons, and all other assets from the territory of the Russian Federation and occupied Crimea to illegal armed groups that engage in acts of terrorism in Ukraine, including the DPR, the LPR, the Kharkiv Partisans, and associated groups and individuals, including by freezing all bank accounts used to support such groups;

e) Immediately prevent all Russian officials from financing terrorism in Ukraine, including Sergei Shoigu, Minister of Defense of the Russian Federation; Vladimir Zhirinovsky, Vice-Chairman of the State Duma; Sergei Mironov, member of the State Duma; and Gennadiy Zyuganov, member of the State Duma, and initiate prosecution against these and other actors responsible for financing terrorism;

f) Immediately provide full cooperation to Ukraine in all pending and future requests for assistance in the investigation and interdiction of the financing of terrorism relating to illegal armed groups that engage in acts of terrorism in Ukraine, including the DPR, the LPR, the Kharkiv Partisans, and associated groups and individuals;

g) Make full reparation for the shoot-down of Malaysian Airlines Flight

MH17;
h) Make full reparation for the shelling of civilians in Volnovakha;
i) Make full reparation for the shelling of civilians in Mariupol;
j) Make full reparation for the shelling of civilians in Kramatorsk;
k) Make full reparation for the bombing of civilians in Kharkiv; and
l) Make full reparation for all other acts of terrorism the Russian Federation has caused, facilitated, or supported through its financing of terrorism, and failure to prevent and investigate the financing of terrorism.

Ukraine requests this Court to adjudge and declare that the Russian Federation, through its State organs, State agents, and other persons and entities exercising governmental authority, including the *de facto* authorities administering the illegal Russian occupation of Crimea, and through other agents acting on its instructions or under its direction and control, has violated its obligations under the CERD by:

a) Systematically discriminating against and mistreating the Crimean Tatar and ethnic Ukrainian communities in Crimea, in furtherance of a state policy of cultural erasure of disfavored groups perceived to be opponents of the occupation regime;
b) Holding an illegal referendum in an atmosphere of violence and intimidation against non-Russian ethnic groups, without any effort to seek a consensual and inclusive solution protecting those groups, and as an initial step toward depriving these communities of the protection of Ukrainian law and subjecting them to a regime of Russian dominance;
c) Suppressing the political and cultural expression of Crimean Tatar identity, including through the persecution of Crimean Tatar leaders and the ban on the Mejlis of the Crimean Tatar People;
d) Preventing Crimean Tatars from gathering to celebrate and commemorate important cultural events;
e) Perpetrating and tolerating a campaign of disappearances and murders of Crimean Tatars;
f) Harassing the Crimean Tatar community with an arbitrary regime of searches and detention;
g) Silencing Crimean Tatar media;
h) Suppressing Crimean Tatar language education and the community's educational institutions;
i) Suppressing Ukrainian language education relied on by ethnic Ukrainians;
j) Preventing ethnic Ukrainians from gathering to celebrate and commemorate important cultural events; and
k) Silencing ethnic Ukrainian media.

Ukraine requests the Court to order the Russian Federation to comply with its obligations under the CERD, including:

a) Immediately cease and desist from the policy of cultural erasure and take all necessary and appropriate measures to guarantee the full and equal protection of the law to all groups in Russian-occupied Crimea, including Crimean Tatars and ethnic Ukrainians;

b) Immediately restore the rights of the Mejlis of the Crimean Tatar People and of Crimean Tatar leaders in Russian-occupied Crimea;

c) Immediately restore the rights of the Crimean Tatar people in Russian-occupied Crimea to engage in cultural gatherings, including the annual commemoration of the Sürgün;

d) Immediately take all necessary and appropriate measures to end the disappearance and murder of Crimean Tatars in Russian-occupied Crimea, and to fully and adequately investigate the disappearances of Reshat Ametov, Timur Shaimardanov, Ervin Ibragimov, and all other victims;

e) Immediately take all necessary and appropriate measures to end unjustified and disproportionate searches and detentions of Crimean Tatars in Russian-occupied Crimea;

f) Immediately restore licenses and take all other necessary and appropriate measures to permit Crimean Tatar media outlets to resume operations in Russian-occupied Crimea;

g) Immediately cease interference with Crimean Tatar education and take all necessary and appropriate measures to restore education in the Crimean Tatar language in Russian-occupied Crimea;

h) Immediately cease interference with ethnic Ukrainian education and take all necessary and appropriate measures to restore education in the Ukrainian language in Russian-occupied Crimea;

i) Immediately restore the rights of ethnic Ukrainians to engage in cultural gatherings in Russian-occupied Crimea;

j) Immediately take all necessary and appropriate measures to permit the free operation of ethnic Ukrainian media in Russian-occupied Crimea; and

k) Make full reparation for all victims of the Russian Federation's policy and pattern of cultural erasure through discrimination in Russian-occupied Crimea.

REFERENCES

Aoi, Chiyuki. 2011. *Legitimacy and the Use of Force.* New York: Taylor & Francis.

Alston, Phllip, and Ryan Goodman. 2013. *International Human Rights.* Oxford: Oxford University Press.

Bantekas, Ilias. 2014. The International Law on Terrorism Financing. In *Resear-*

ch Handbook on International Law and Terrorism. Edited by Ben Saul. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.
Buchanan, Allen. 2003. Democracy and Secession. In *National Self-Determination and Secession.* Edited by Margaret Moore. New York: Oxford University Press.
Cassese, Antonio. 1996. *Self-Determination of Peoples*: *A Legal Reappraisal.* Cambridge: Cambridge University Press.
__. 2001. *International Law.* New York: Oxford University Press.
Chernichenko, Stanislav V., and Kotliar, Vladimir S. 2003. On *Going Global Legal Debate on Self-Determination and Secession*: *Main Trends. A Legal Basis for Secession*: *Relevant Principles and Rules. In Secession and International Law.* Edited by Julie Dahlitz. New York: T.M.C Asser Press.
Crawford, James. 1999. "Revising the Draft Articles on State Responsibility". *European Journal of International Law*: 435-460. Available at http://www.ejil.org/pdfs/10/2/593.pdf.
__. 2006. "State Responsibility". *Max Planck Encyclopedia of Public International Law.* September. http://opil.ouplaw.com/view/10.1093/law:epil/9780199231690/law-9780199231690-e1093?rskey=cKmMG9&result=1&prd=EPIL.
__. 2012. *Brownlie's Principles of Public International Law.* 8th. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press.
—. 2013. *State Responsibility*: *the general part.* Cambridge: Cambridge University Press.
Dugard, John. 2003. A Legal Basis for Secession: Relevant Principles and Rules. In *Secession and International Law.* Edited by Julie Dahlitz. New York: T.M.C Asser Press.
Dunoff, Jeffrey L., Steven R. Ratner, e David Wippman. 2015. *International Law, Norms, Actors, Process*: *A Problem Oriented Approach.* New York: Wolters Kluwer
Dinstein, Yoham. 2001. *War, Aggression and Self-Defense*. 3 Ed. New York: Cambridge University Press.
Evans, Malcolm David. 2003. *International Law.* 1th. New York: Oxford University Press.
Everts, Philip. 2001. *Public Opinion and the International Use of Force.* New York: Taylor & Francis.
Fisher, Alan W. 1978. *The Crimean Tatars*. 1st ed. Stanford, California: Hoover Institution Press.
Harris, David John, Sandesh Sivakumaran. 2015. *Cases and Materials on International Law*. 8th. London, United Kingdom: Sweet & Maxwell.
__. 2004. *Cases and Materials on International Law.* London: Sweet & Maxwell.
Inter-American Commission of Human Rights. 1983. Miskito Report, OAS Doc. OEA/Ser.:/V/11, 66, pp. 78-79
International Convention for the Suppression of the Financing of Terrorism (ICSFT), 9 December 1999, *United Nations Treaty Series*, vol. 2178, p. 197
International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (CERD), 7 March 1966, *United Nations Treaty Series*, vol. 660, p. 195

International Court of Justice (ICJ). 1945. *Statute of the International Court of Justice.* http://www.icj-cij.org/documents/?p1=4&p2=2.
__. 1970. *Barcelona Traction, Light and Power Company, Limited, Judgment, I.C.J. Reports 1970, p. 3.*
__. 1975 *Western Sahara, Advisoty Opinion, 1.C.J. Reports 1975, p. 12.*
__. 1993. *Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Croatia v. Yugoslavia), Provisional Measures, Order of 8 April 1993, I.C.J. Reports 1993, p. 19*.
__. 1993. *Questions of Interpretation and Application of the 1971 Montreal Convention arising from the Aerial Incident at Lockerbie (Libyan Arab Jamahiriya v. United States of America). Application instituting proceedings (filed in the Registry on 3 March 1992).* http://www.icj-cij.org/docket/files/89/7209.pdf.
__. 1997. *Gabčikovo-Nagymaros Project (Hungary/Slovakia), Judgment, 1.C.J. Reports 1997, p. 7*
__. 1998. *Questions of Interpretation and Application of the 1971 Montreal Convention arising from the Aerial Incident at Lockerbie (Libyan Arab Jamahiriya v. United States of America), Preliminary Objections, Judgment, I.C.J. Reports 1998, p. 115*
__. 2000. *Armed Activities on the Territory of the Congo (Dem. Rep. Congo v. Uganda), Provisional Measures, Order of 1 July 2000, I.C.J. Reports 2000, p. 127*
__. 2003. *Questions of Interpretation and Application of the 1971 Montreal Convention arising from the Aerial Incident at Lockerbie (Libyan Arab Jamahiriya v. United States of America). Order of 10 December 2003. Removal from the list (published on 10 December 2003).* Available at http://www.icj-cij.org/docket/files/89/7247.pdf.
__. 2007. *Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro), Judgment, I.C.J. Reports 2007, p. 43*
__. 2008a. *Application of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (Georgia v. Russian Federation). Application instituting proceedings (filed in the Registry on 12 August 2008).* Available at http://www.icj-cij.org/docket/files/140/14657.pdf.
__. 2008b. *Application of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (Georgia v. Russian Federation), Provisional Measures, Order of 15 October 2008, I.C.J. Reports 2008, p. 396*.
__. 2009. *Application of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (Georgia v. Russian Federation). Preliminary Objections of the Russian Federation (filed in the Registry on 1 December 2009).* Available at http://www.icj-cij.org/docket/files/140/16099.pdf.
__. 2010a. *Accordance with International Law of the Unilateral Declaration of Independence in Respect of Kosovo, Advisory Opinion, I.C.J. Reports 2010, p. 403.*
__. 2010b. *Application of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (Georgia v. Russian Federation).* Written Statement of Georgia

(filed in the Registry on 1 April 2010). Available at http://www.icj-cij.org/docket/files/140/16101.pdf.

__. 2011a. *Application of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (Georgia v. Russian Federation), Preliminary Objections, Judgment, I.C.J. Reports 2011.*

__. 2011b. *Certain Activities Carried Out by Nicaragua in the Border Area (Costa Rica v. Nicaragua), Provisional Measures, Order of 8 March 2011, I.C.J. Reports 2011, Declaration of Judge Greenwood, p. 46*

__. 2011c. *Request for Interpretation of the Judgment of 15 June 1962 in Temple of Preah Vihear (Cambodia v. Thailand), Provisional Measures, Order of 18 July 2011, I.C.J. Reports 2011, p. 550.*

__. 2016. *Immunities and Criminal Proceedings (Equatorial Guinea v. France). Order of 7 December 2016. Request for the Indication of Provisional Measures (published on 7 December 2016)*. Available at http://www.icj-cij.org/docket/files/163/19282.pdf.

__. 2017a. *Application of the International Convention for the Suppression of the Financing of Terrorism and of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (Ukraine v. Russian Federation). Application instituting proceedings (filed in the Registry on 16 January 2017)*. Available at http://www.icj-cij.org/docket/files/166/19314.pdf.

___. 2017b. *Application of the International Convention for the Suppression of the Financing of Terrorism and of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (Ukraine v. Russian Federation). Request for the indication of provisional measures of protection submitted by Ukraine (filed in the Registry on 16 January 2017)*. Available at http://www.icj-cij.org/docket/files/166/19316.pdf.

___. 2017c. *Application of the International Convention for the Suppression of the Financing of Terrorism and of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (Ukraine v. Russian Federation)*. Press Release nº 2017/2. Ukraine institutes proceedings against the Russian Federation and requests the Court to indicate provisional measures (published on 17 January 2017). Available at http://www.icj-cij.org/docket/files/166/19310.pdf.

___. 2017d. A*pplication of the International Convention for the Suppression of the Financing of Terrorism and of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (Ukraine v. Russian Federation). Press Release nº 2017/11. Conclusion of the public hearings on the request for the indication of provisional measures submitted by Ukraine* - The Court to begin its deliberation (published on 9 March 2017). Available at http://www.icj-cij.org/docket/files/166/19372.pdf.

___. 2017e. *Application of the International Convention for the Suppression of the Financing of Terrorism and of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (Ukraine v. Russian Federation). Order of 19 April 2017*. Request for the Indication of Provisional Measures (published on 19 April 2017). Available at http://www.icj-cij.org/docket/files/166/19394.pdf.

___. 2017f. *Application of the International Convention for the Suppression of the Financing of Terrorism and of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination* (*Ukraine v. Russian Federation*). *Press Release nº 2017/15. The Court finds that Russia must refrain from imposing limitations on the ability of the Crimean Tatar community to conserve its representative institutions, including the Mejlis, and ensure the availability of education in the Ukrainian language* (*published on 19 April 2017*). Available at http://www.icj-cij.org/docket/files/166/19412.pdf.
___. 2017g. "The Court". Accessed on 27 August 2017. Available at http://www.icj-cij.org/en/court.
International Law Commission (ILC). 2001. *Yearbook of the International Law Commission*, 2001, vol. II, Part Two, U.N. Doc. A/CN.4/SER.A/2001/Add.1 (Part II)
___. 2006. "Draft articles on Diplomatic Protection, with commentaries." Refworld. http://www.refworld.org/pdfid/525e7929d.pdf.
Lauterpacht, Sir Hersch. 1970. *International Law.* Cambridge: Cambridge University Press.
Lavalle, Roberto. 2000. "The International Convention for the Suppression of the Financing of Terrorism". *Zeitschrift für ausländishes öffentliches Recht und Völkerrecht*, 491-510.
Magocsi, Paul Robert. 2010. *A History of Ukraine*: *The Land and Its Peoples.* 2nd edition. Toronto: University of Toronto Press.
Marchuk, Iryna. 2017. "Ukraine Takes Russia to the International Court of Justice: Will It Work?" *EJIL*: *Talk*\. https://www.ejiltalk.org/ukraine-takes-russia-to-the-international-court-of-justice-will-it-work/. Accessed on 26 January 2017.
Marxsen, Christian. 2014. "The Crimean Crisis: An International Law Perspective". *Zeitschrift für ausländishes öffentliches Recht und Völkerrecht,* 367-391.
Mastorodimos, Konstantinos. 2016. *Armed Non-state Actors in International Humanitarian and Human Rights Law*: *Foundation and Framework of Obligations, and Rules of Accountability.* Farnham: Ashgate.
Mejlis of the Crimean Tatar People. 2011. "General information about Mejlis." *Mejlis of the Crimean Tatar People.* Availavle at http://qtmm.org/en/general-information--about-mejlis.
Melzer, Nils. 2016. *International Humanitarian Law*: *A Comprehensive Introduction.* Geneva: International Committee of the Red Cross.
Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation. 2017. *Comments by the Department of Information and Press of the Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federa¬tion in Connection with the Proceedings Instituted Against the Russian Federation with the International Court of Justice by Ukraine* (*published on 17 January 2017*). Available at http://www.mid.ru/en/freign_policy/news//asset_publisher/cKNonkJE02Bw/content/id/2599587
Moeckli, Daniel. 2010. "Equality and Non-discrimination." In International Human Rights Law, by Daniel Moeckli, Sangeeta Shah and Sandesh Sivakumaran, 189-208.

New York: Oxford University Press.
Ouali, Abdelhamid. 2012. *Territorial Integrity in a Globalizing World.* Springer: Heidelberg.
Permanent Court of International Justice. 1928. *Factory at Chorzów.* Judgment, Merits (published on 13 September 1928). Available at http://www.icj-cij.org/pcij/serie_A/A_17/54_Usine_de_Chorzow_Fond_Arret.pdf.
Plant, Glen. 2003. *Legal Aspects of Terrorism at Sea. In Terrorism and International Law.* Edited by Rosalyn Higgins and Maurice Flory. London: Routledge.
Ruys, Tom. 2010. *"Armed attack" and Article 51 of the UN Charter*: *Customary Law and Practice*. New York: Cambridge University Press.
Schmid, Alex. 2011. *The Routledge Handbook of Terrorism Research.* New York: Taylor & Francis.
Subtelny, Orset. 2009. *Ukraine*: *A History.* Toronto: University of Toronto Press.
Summers, James. 2014. *Peoples and International Law Leiden*: Martinus Nijhoff Publishers.
Thirlway, Hugh. 2010. "The Sources of International Law." In *International Law*, by Malcolm Evans, 95-121. New York: Oxford University Press.
Thornberry, Patrick. 2016. *The International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination*: *A Commentary.* Oxford: Oxford University Press.
Tomuschat, Christian. 2008. *Human Rights*: *Between Idealism and Realism.* Oxford: Oxford University Press.
United Nations. 1945. "Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice." *United Nations Treaty Collection.* Available at https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf.
—. 1990. *Case concerning Rainbow Warrior Affair* (*New Zealand/France*). "Reports of International Arbitral Awards" (published on 30 April 1990). Available at http://legal.un.org/riaa/cases/vol_XX/215-284.pdf.
—. 2014a. "Profiling and Needs Assessment of Internally Displaced Persons (IDPs)." *United Nations High Commissioner for Refugees.* Available at http://unhcr.org.ua/attachments/article/971/IDP.pdf.
—. 2014b. *Territorial integrity of Ukraine.* Resolution A/RES/68/262 adopted by the General Assembly on 27 March 2014. New York: United Nations General Assembly. 2.
—. 2017a. "Committee on the Elimination of Racial Discrimination." *United Nations Human Rights Office of the High Commissioner.* Available at http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CERD/Pages/CERDIndex.aspx
—. 2017b. "Ratification Status for CERD - International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination." *United Nations Human Rights Office of the High Commissioner.* Available at http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/TreatyBodyExternal/Treaty.aspx (accessed June 9, 2017).
—. 2017c. "Status of Treaties: International Convention on the Elimination of All

Forms of Racial Discrimination." *United Nations Treaty Collection*. Available at https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV-2&chapter=4&clang=_en (accessed June 9, 2017).
U.S. Human Rights Network. 2013. *Human Rights & Local Obligations*: *Ensuring Effective Implementation of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination.* Report, Atlanta: US Human Rights Network.
Vienna Convention on the Law of Treaties (VCLT), 23 May 1969, *United Nations Treaty* Collection, vol. 1155. https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%201155/volume-1155-i-18232-english.pdf.

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v.5, 2017 | p. 217-243

IMMUNITIES AND CRIMINAL PROCEEDINGS (EQUATORIAL GUINEA V. FRANCE)

Patricio Alves de Souza[1]
Pedro Hiroshi Watanabe di Gesu[2]

ABSTRACT

Teodoro Nguema Obiang Mangue, Vice-President to the Republic of Equatorial Guinea, is facing investigations in French territory since 2007, after he was accused of a series of crimes related to the misuse of public funds and money laundering. Despite Equatorial Guinean attempts at a diplomatic solution, no halt has been put at the African leader's case in France. Thus, the situation has been brought before the International Court of Justice, in a case which recalls two of the Court's most controversial and notorious decisions – namely, *the 2002 Arrest Warrant of 11 April 2000* Case, between Congo and Belgium, and 1980 *United States Diplomatic and Consular Staff in Tehran*, between United States and Iran. In a debate that will inevitably address fundamental questions concerning state sovereignty, the International Court of Justice's (ICJ) position may redefine the immunities of senior state officials and the inviolability of diplomatic premises.

1 Patricio is a fourth-year student of Law at UFRGS and Director at the ICJ.
2 Pedro is a third-year student of Law at UFRGS and Director at the ICJ.

1 INTRODUCTION

Due to accusations of committing and complying with a series of crimes related to the misuse of public funds and money laundering, presented by French non-governmental organizations (NGOs) and associations, the sitting Vice-President of Equatorial Guinea, Mr. Teodoro Nguema Obiang Mangue, has been, since 2007, investigated in French territory. That has led, ultimately, to the institution of criminal proceedings against the Equatorial Guinean leader, in spite of his state attempts to reach an agreement to halt them (International Court of Justice 2016a).

Thus, in an application presented before the International Court of Justice on 13 June 2016, the Equatorial Guinean government has instituted proceedings against the French Republic, claiming that France has failed to comply with obligations held towards the Republic of Equatorial Guinea in the international legal order. According to the claimant, Mr. Teodoro holds, as a senior government official, *ratione personae* immunity[3] to foreign prosecution, granted by International Law and upheld by the ICJ in the 2000 *Arrest Warrant of 11 April 2000* (*Democratic Republic of the Congo v. Belgium*) case. The claim, nonetheless, has been disputed. The French *Cour de Cassation*, for example, asserted that "the functions of the applicant [Mr. Mangue] are not those of a Head of State, Head of Government or Minister for Foreign affairs" (International Court of Justice, 2016a 9). The legal issue, thus, in this point, can be stated as follows: to whom *ratione personae* immunity is granted in International Law?

Additionally, during the investigations held against Mr. Teodoro, the building located at nº 42, Foch Avenue, in Paris, was searched by French law-enforcement officials, in an alleged breach of its inviolability as part of the Equatorial Guinean diplomatic mission to France. The claimant has alleged having attempted diplomatic communication, requesting the halting of the proceedings, but to no avail, thus presenting itself before the ICJ, requesting ceasing of the prosecution in course in France and the recognition of the building located at Foch Avenue. The legal issue may be stated, in this point, as: does the building at 42nd, Foch Avenue, Paris, qualify as a diplomatic premise in International Law?

Dealing with the request of provisional measures made by the claimant, the Court, in a decision issued on 7 December 2016, determined that France shall, pending a final decision on the case, ensure that the building at 42 Foch Avenue, in Paris, enjoy the inviolability granted in article 22 of the Vienna Convention on Diplomatic Relations (VCDR), due to the possibility of *irreparable prejudice and urgency*. Conversely, nonetheless, the Court gran-

3 On immunities, see 3.1.1. and 5. below.

ted no provisional measure concerning Mr. Teodoro's alleged immunity, for it found it *had not prima facie jurisdiction*[4] under Article 35, paragraph 2, of the Convention against Transnational Organized Crime (CTOC), over the dispute concerning the article 4 of the same Convention, invoked by Equatorial Guinea as jurisdictional ground to its claims.

Apart from the debate to be held over the jurisdictional ground to Equatorial Guinea resort to the ICJ, two will be the key issues posed before the Court: (i) is *ratione personae* immunity to foreign prosecution due to Mr. Teodoro under international law? (ii) is the building located at 42nd, Foch Avenue, Paris, part of the Equatorial Guinean diplomatic mission to France and thus protected by International Law?

2 HISTORICAL BACKGROUND

By the end of the fifteenth century, Portugal was the first European nation to approach the region where nowadays the Republic of Equatorial Guinea[5] is situated. The area was destined to the development of cultures brought from the Portuguese colonies in Asia and South America. In 1641, the West India Company made the island of Fernão do Pó a centre for slave trafficking from Western Africa, but a few years later the Portuguese Empire established itself as the manager of this market, which had as its biggest clients England, France and Spain (Liniger-Goumaz 1988). With the signature of the treaties of Santo Ildefonso, in 1777, El Pardo, in 1778, and Badajoz, in 1801, the Guinean coast came under the power of the Spanish Empire. In return, Spain then withdrew from the island of Santa Catarina, in Brazil, ceded the area to the East of the Prata River and confirmed some other agreements settled on account of Alexandre de Gusmão's efforts under the *uti possidetis* doctrine[6] in the 1750 Treaty of Madrid. The territorial arrangements achieved within the Treaty of Badajoz would remain in effect regardless the invasion of Portugal by Napoléon, being that the continental block France established against England after its defeat at the Battle of Tra-

4 That is, the Court, in a preliminary analysis, found it had not the power adjudicate the case. On jurisdiction, see 4, below.

5 Three members of the United Nations are called *Guinea*: *the Republic of Guinea-Bissau, the Republic of Equatorial Guinea and the Republic of Guinea*. Guinea-Bissau is a former Portuguese colony, while Guinea is a former French colony, being both coastal states located in the northeastern sub-Saharan part of Africa. Equatorial Guinea is a former Spanish colony, situated at the Gulf of Guinea.

6 Literally translated to English as "*as you possess*", according to the Oxford Dictionary of Law, the *uti possidetis* is "*a principle usually applied in international law to the delineation of borders. When a colony gains independence, the colonial boundaries are accepted as the boundaries of the newly independent state. This practice, first adopted for the sake of expediency by the Spanish American colonies when they declared independence, has since been employed elsewhere in the world following the withdrawal of empire*" (Law 2015).

falgar was also a feature of the Treaty of Badajoz. Portugal had strong ties to England and did not abide by the rules of the block. Therefore, in order to avoid Napoleon's Army, which had been deployed in Spain, the Portuguese Royals had to escape to Brazil in 1807 (Bethell 1985).

The nineteenth Century witnessed the prohibition of slavery within the British Empire with the enactment of the *Slavery Abolition Act* in 1833[7], the outcome of an abolition movement initiated with Lord Mansfield's judgment[8] in the *Somerset v. Stewart case* in 1772 (Usherwood 1981). In an effort to fight slave trade in the coast of Africa, the United Kingdom established control over the area of the Gulf of Guinea for the first half of the XIX century under a special agreement with Spain, after the end of which the Spanish Empire regained control over the area until the country's independence more than a hundred years later.

With the foundation of the United Nations in 1947, European countries that possessed ultramarine territories faced complications in the international sphere. It took Spain almost ten years to join the organization due to its still existing colonial status. Therefore, in 1959, the Spanish General Francisco Franco decided to raise the status of the Guinean regions to ultramarine *provinces* of Francisco Pó and Rio Muni. This consisted in a maneuver to escape from the United Nations' decolonization committee's attention. This situation persisted until 1963, when the provinces were transformed into the *Autonomous Region of Equatorial Guinea* and parliamentary elections were held in January, the following year. The full independence of the country was only achieved in 1968, when it became the current Republic of Equatorial Guinea (Liniger-Goumaz 1988).

The first president elected democratically was Mr. Macias Nguema Biyogo Negue, who turned the country into a military-dominated police state with ties to Moscow and Havana. His election was followed by a series of atrocities, such as mass killings. The death toll is estimated at 35,000, while around 100,000 fled into neighboring countries or to Europe, mostly to Spain. In 1979, Macias was overthrown by a military coup and tried to resist with the help of Cuban troops, to no avail – he was captured, tried and exe-

7 The Slavery Prohibition Act promulgated by the British Parliament has also a long title: "*An Act for the Abolition of Slavery throughout the British Colonies*; *for promoting the Industry of the manumi*tted Slaves; and for compensating the Persons hitherto entitled to the Services of such Slaves".

8 As a matter of fact, slavery was never allowed in Britain by positive law. Lord Mansfield then understood that neither could common law allow it, as he expressed in his judgment, *in verbis*: "*The state of slavery is of such a nature that it is incapable of being introduced on any reasons, moral or political, but only by positive law, which preserves its force long after the reasons, occasions, and time itself from whence it was created, is erased from memory. It is so odious, that nothing can be suffered to support it, but positive law. Whatever inconveniences, therefore, may follow from the decision, I cannot say this case is allowed or approved by the law of England*; *and therefore the black must be discharged*" (United Kingdom 1772).

cuted. The coup leader, former Lieutenant Colonel Teodoro Obiang Ngueme Mbasogo, took on as head of state and government, ruling through the Supreme Military Council. Col. Mbasogo promoted a series of constitutional reforms that allowed him to rule over the bicameral system provided for in the first constitution. Such changes made it possible for him to set forth a new constitution through referendum, which established and guaranteed him almost eternal power (Alum Jr. 1987). He has since then been in power. The only threat against his presidency he has faced was a failed coup promoted by a group of English financiers in 2004 – one of the main founders of said group was Sir Mark Thatcher, son of former Prime Minister of the United Kingdom, the Baroness Margaret Thatcher, who was tried and condemned by a South African court (Independent 2004, New York Times 2004).

Before its independence from Spain, in 1968, 75% of the country's Gross Domestic Product (GDP) came from cocoa production, a resource that the soviet oriented government of Macias Nguema (1968-1979) brought to a collapse. Oil and gas extraction had always been in the economic agenda, but it was only in the mid 1990's that a consortium of joint ventures was able to begin the extraction. Since then, the country's GDP has grown by a staggering average of 41.6 percent per year between 1997 and 2001, the highest in the world (Frynas 2004). Curiously, though, this outstanding increase in GDP from the oil and gas exploration has never been felt by the population, neither has the country achieved satisfying development rates. Equatorial Guinea has not proportionately progressed in areas such as education, public health or basic sanitation, being ranked 153 in the Human Development Index (HDI), with just 57.9 years of life expectancy at birth.

3 STATEMENT OF THE ISSUE

The main disputes posed by Equatorial Guinea before the Court are: (i) the alleged immunity of Mr. Teodoro Obiang Mangue, former Second-Vice President, current Vice-President of the Republic of Equatorial Guinea, to international criminal proceedings, due to his position as senior government official; (ii) the alleged inviolability of the premises of the Equatorial Guinean building, located at 42nd Foch Avenue, Paris, due to its alleged use as an asset to Equatorial Guinean Diplomatic Mission to France.

3.1 Equatorial Guinea's Allegations

In the hearing concerning the provisional measures plead by Equatorial Guinea, the claimant's agent Mr. Carmelo Nvono Nca, stating regret over coming before the Court, argued that his State's suit against France was due to threats posed to its sovereign rights. According to Mr. Camelo, in spite

of diplomatic dialog attempts – "we preferred to resolve our differences by negotiation and conciliation, but, unfortunately, this solution has found no echo" (International Court of Justice 2016d, 14) –, criminal proceedings have continued to be pursued against Mr. Teodoro Obiang. It is worth noting that, according to the Equatorial Guinean government, the French government has been presented with a report elaborated by the Equatorial Guinean Attorney General concluding that no criminal activity investigated by France was committed in Equatorial Guinean territory. Thus, France's decision to allow the criminal prosecutions to continue, according to Mr. Carmelo, has resulted in a violation of immunities held by Equatorial Guinea in the international legal regime (International Court of Justice 2016d).

Claiming that Mr. Teodoro is in charge of national defense and state security, the Equatorial Guinean agents have alleged that thus he is entitled to immunity to foreign prosecution, stating, in this point, that French courts have failed to duly address the issue. Reaffirming some of the points made in the application instituting proceedings, Equatorial Guinean agent Mr. Jean-Charles Tchikaya averred that the criminal prosecution of Mr. Teodoro begun with a series of investigation requests concerning African high-ranking state officials, made by NGOs and French associations to the Parisian Republic's Attorney in 2007. Moreover, Mr. Jean-Charles stated that Mr. Teodoro, before taking office as sole Equatorial Guinea Vice-President in 2016, was the Equatorial Guinea minister for Agriculture and Forests and, between 2012 and 2016, second Vice-President (International Court of Justice 2016d).

The agents representing Equatorial Guinea have also claimed that the building located at number 42, Foch Avenue, in Paris, has had its inviolability infringed, despite it being property of the State of Equatorial Guinea and premise of its diplomatic mission in France. It is worth noting that the building has been searched by French law-enforcement agents, as mentioned in the application instituting proceedings presented by Equatorial Guinea (International Court of Justice 2016d).

The main allegations may, thus, be distinguished in two main claims: (i) the immunity to foreign prosecution allegedly held by Mr. Teodoro as sitting Vice-President to the Republic of Equatorial Guinea; (ii) the qualification and consequent inviolability of the building located at nº 42, Foch Avenue, Paris, as an alleged part of the Equatorial Guinean diplomatic mission to France and part of the state's estate.

3.1.1 Mr. Teodoro Obiang's position in the international legal order and the derived obligations to which France is subjected

Mr. Jean-Charles, representing Equatorial Guinea, has argued that

Mr. Teodoro's alleged immunity has been treated by the French courts in a both confusing and inappropriate manner. First, the agent has pointed that no distinction between *ratione materiae* and *ratione personae* immunity has been made. Not only that, France allegedly failed to acknowledge ICJ's precedents dealing with the issue and has based its justification to proceed with the criminal persecution in reasons alien to International Law. Mr. Teodoro, according to Equatorial Guinea, holds *ratione personae* immunity in the international legal regime (International Court of Justice 2016d).

Second, the French courts' treating of the case was allegedly inappropriate for it involved the challenging of the Equatorial Guinean reasons for nominating Mr. Teodoro as high-ranking official and acquiring the 42nd Foch Avenue building. Describing the course of the proceedings, Mr. Jean-Charles, representing Equatorial Guinea, has pointed out that, in the French legal order, there is, first, a preliminary investigation, led by a prosecutor, followed by a pre-trial investigation under the authority of an investigating judge. In Mr. Teodoro's case, both parts have been completed, as the prosecution reached its trial stage with an order issued, on 5 September 2016, referring the Vice-President of the Parisian *Tribunal correctionnel*. The Equatorial Guinean agent has stated that, thus, according to French law, Mr. Teodoro is now a defendant, obliged to appear before French courts at risk of conviction (International Court of Justice 2016d).

Along those lines, the claimant, represented by Sir. Michael Wood, referred to the 2000 *Arrest Warrant of 11 April 2000* case, between Belgium and Congo (International Court of Justice 2002b). Quoting directly the ICJ's decision, Equatorial Guinea averred that those who hold certain high-ranking offices in the State structure, such as Heads of State and Government, and Foreign Ministers, enjoy immunity to foreign jurisdiction. In this point, Equatorial Guinea mentioned that, in previous legal discussions in domestic *fora*, the immunity has also been recognized to reach officials in charge of defense. For example, in the Nezzar case, judged by Swiss Federal Criminal Court (International Court of Justice 2016d). Regarding Mr. Teodoro, Sir Wood, in his declarations, restated that the Vice-President is entitled to *ratione personae* immunity, due to his office and the functions by him performed on behalf of Equatorial Guinea (International Court of Justice 2016d).

At this point, it is worth presenting a general outlook on the distinction between *ratione materiae* and *ratione personae* immunity[9], so that the claimant's allegations can be properly understood in context. This issue shall be addressed further on, to a broader extent. Akande (2011) has stated that *ratione personae* immunity stems from office or *status*, being often grounded in three justifications. First, a functional *raison d'être*: the exercise of interna-

9 On immunities, see 5 below.

tional functions by high-ranking officials would be impaired were there the risk of their criminal prosecution and consequent arresting in other states. Second, an alleged connection to sovereignty: "The person and position of the Head of State reflects the sovereign quality of the state and the immunity accorded to him or her is in part due to the respect for the dignity of the office and of the state which that office represents" (Akande 2011, 10)[10]. Finally, a connection to the non-intervention principle of international law: the arrest of a high-ranking official (especially in the case of a Head of Government) directly influences a state's internal affairs. Hence, immunity *ratione personae* is, as embedded in the non-intervention principle, a corollary of the *par in parem non habet imperium*[11] principle (Akande 2011).

Conversely, the *ratione materiae* immunity, according to Akande (2011), is circumscribed to *the official acts* performed by the state officials in the exercise of their functions. As pointed by Foakes (2014), this kind of immunity, albeit restricted to fewer acts - since private acts are excluded -, bars, when due, the prosecution of *any state official*, for it is attached to the nature of the act, not the office held by the actor.

It would appear, consequently, that, in the case of Mr. Teodoro, pleading *ratione materiae* immunity would amount to no protection against French prosecution, for the crimes of which he is accused. That is because, despite him having been allegedly acted whilst he held office, his actions have not been part of his official duties themselves – take it, for example, the accusation of money laundering[12]. Moreover, as it has been formerly stated, the agents representing Equatorial Guinea claimed that the Vice-President bears *ratione personae* immunity. It is also possible to identify the three-aforementioned basis for this kind of immunity in the claimant's discourse: (i) functional *raison d'être* is present in the constant references to the fact that Mr. Teodoro is in charge of security and defense functions in the Equatorial Guinean State; (ii) sovereignty and non-intervention principles *raisons d'être* are referred to when the claimant avers violations to the Equatorial Guinean "sovereign rights" (International Court of Justice 2016d, 14) and the disrespect of "non-intervention in the internal affairs of States" (International

10 On the connection of dignity, immunity, and sovereign power, see, specially, 5.2, below.

11 The principle may be loosely translated as "Between pairs there is no command", meaning that sovereign states, as equals, may not interfere in each other's internal affairs as if there was a hierarchical relation between them. On this point, see 5, below.

12 Foakes (2014, 18) indicated that this argument is "not without difficulty because it is clear that a head of State can, in the course of his public functions, engage in criminal conduct". Albeit the author refers to "head of State" in this quote, what she states applies, by context, to other high-ranking officials. She also indicates (2014, 18) a US appeals court case, *Jimenez v Aristeguieta* (1962) 33 ILR 353 "where in extradition proceedings [...] rejected the former Venezuelan head of State's argument that the acts in question (various financial crimes) were carried out in his official capacity". The limits of *ratione materiae* immunity are discussed at 5.3, below.

Court of Justice 2016d, 22). Those issues will be furthermore explored in the specific section of this guide concerning the immunities regime in International Law.

3.1.2 The inviolability of the building located at nº 42, Foch Avenue, in Paris

In its application instituting proceedings, Equatorial Guinea has declared:

> The building located at 42 avenue Foch in Paris was, until 15 September 2011, co-owned by five Swiss companies of which Mr. Teodoro Nguema Obiang Mangue had been the sole shareholder since 18 December 2004. On 15 September 2011, he transferred his shareholder's rights in the companies to the State of Equatorial Guinea. Since then, the building has been used by the diplomatic mission of Equatorial Guinea (International Court of Justice 2016a, 4).

The claimant has thus averred that the building is qualified as a diplomatic protected premise, which is inviolable pursuant to the Vienna Convention on Diplomatic Relations (VCDR), the United Nations Charter, and general international law. Quoting from a previous precedent from the Court, the *Diplomatic and Consular staff case* (International Court of Justice, 1979), Equatorial Guinea stated that the inviolability of foreign diplomatic premises is a long-lasting principle in international law. Noncompliance with this rule disrupts the Guinean embassy's capacity to perform its activities (International Court of Justice 2016a).

Furthermore, Equatorial Guinea has indicated that a diplomatic note has been sent to the French Ministry of Foreign Affairs declaring that the building in Foch Avenue was being used in diplomatic functions. The text in the note reads as follows:

> The Embassy of the Republic of Equatorial Guinea presents its compliments to the Ministry of Foreign and European Affairs […] and has the honor to inform it that the Embassy has for a number of years owned a building located at 42 avenue Foch, Paris (16th arr.), which it uses for the performance of the functions of its diplomatic mission, a fact which it has hitherto not formally notified to your Department (International Court of Justice 2016e, 5).

It is worth stating that the note dates from before the search of the building on 14 February 2012. Also, the Guinean President Obiang addressed a letter to the then French President Nicolas Sarkozy, which reads the

following:

> Your Excellency is not unaware of the fact that my son, Teodoro NGUEMA OBIANG MANGUE lived in France, where he pursued his studies, from childhood until he reached adulthood. France was his preferred country and, as a young man, he purchased a residence in Paris, however, due to the pressures on him as a result of the supposed unlawful purchase of property, he decided to resell the said building to the Government of the Republic of Equatorial Guinea. At this time, the building in question is a property that was lawfully acquired by the Government of Equatorial Guinea and is currently used by the Representative to UNESCO, who is in charge of the Embassy's property. The said property is afforded legal and diplomatic protection under the Vienna Convention and the bilateral agreements signed by the two States (International Court of Justice 2016e, 6).

Moreover, Equatorial Guinea holds that its claims are endorsed by the assignment of the Foch Avenue building as housing to its *Chargée d'affaires* and Permanent Representative of Equatorial Guinea to UNESCO in Paris, Ms. Bindang Obiang, on 17 October 2011. Not only that, but the claimant sustains that Ms. Bindang Obiang still lived at the building when it was searched by French law-enforcement officials in February 2012 (International Court of Justice 2016e). The claimant averred that thus both "declaratory effect" and "effective assignment" *criteria* to the qualification of the premises as those protected by the 1961 Vienna Convention on Diplomatic Relations and customary international law were fulfilled (International Court of Justice 2016e).

With the aforementioned reasons assessed, the allegations backing the claim of inviolability of the building at nº 42, Foch Avenue, in Paris, may be identified to flow along two lines: (i) the French authorities were aware of its use as diplomatic premises, as demonstrated by official messages sent by the representatives of the state of Equatorial Guinea (declaratory effect criterion); (ii) the property of the building has been transferred, in 2011, from Teodoro Obiang to the State of Equatorial Guinea, being used for diplomatic purposes, such as the housing of Ms. Bindang Obiang (effective assignment criterion).

3.2 France's allegations

3.2.1 The evident lack of a basis of jurisdiction for Equatorial Guinea's requests with regard to the immunities of Mr. Obiang

The French Republic defends that it is not possible to qualify Mr. Obiang as a person protected by the 1961 *Vienna Convention on Diplomatic Relations* for a myriad of reasons that are further developed in Chapter 4 of this study guide. That said, France argues that, first, the Court has no jurisdiction over this case and, second, Mr. Obiang is not entitled to the rights enjoyed by diplomats.

3.2.2 Equatorial Guinea's request with regard to 42 avenue Foch is implausible and frivolous

The agents of France presented a chronology to show the implausibility of Equatorial Guinea's request regarding the 42 avenue Foch building. A few years after the opening of the investigations in 2007, Mr. Bindang Obiang was appointed as the permanent delegate of Equatorial Guinea to UNESCO in 2011. He resided at 46 rue des Belles Feuilles, Paris. Later that year, 18 vehicles were seized at 40-42 avenue Foch, including Ferraris, Bentleys, Bugattis, a Maserati, a Porsche and Aston Martins and Mercedes--Benz luxury cars. In October 2011, the Ministry of Foreign Affairs of France was notified about the change of address of Equatorial Guinea's Embassy and, during the same month, the ambassador of Equatorial Guinea to France was called back to Malabo, which led the interim ambassador to move to 29 Boulevard des Courceilles, the usual address of the country in Paris. On 14 February 2012 UNESCO was officially notified about Equatorial Guinea's change of representative, the first of the three-day search the French authorities conducted at 42 avenue Foch. Subsequently, after the end of the searches on 16 February, President Obiang appointed his son as the new ambassador in France; his *curriculum vitae* still appointed his original address as 46 rue des Belles Feuilles, Paris. Mr. Obiang was officially appointed ambassador of Equatorial Guinea to France on 21 March 2012, and only four months later the premises located at 42 avenue Foch were officially listed as the Embassy's premises. It was noted by the French agent that, albeit Equatorial Guinea had the right to ask for tax exemption for the 42 Avenue Foch address, they never did, even though such request was made for 46 Rue des Belles Feuilles (International Court of Justice 2016e).

The Defendant also argues that the objects found in the alleged embassy at 42 avenue Foch - a four thousand square meter house on the most expensive street in Paris, which in turn is one of the most expensive cities in Europe – are not what is expected to be found in a diplomatic mission, such as works of art, designer suits, and extremely expensive cars without diplomatic plates. Moreover, there was evidence that the building was not being used as a diplomatic mission – it harbored a nightclub with a movie screen, a sports room, an oriental room, a bar, a hair salon, but it held no official do-

cuments belonging to Equatorial Guinea and its diplomatic mission in France (International Court of Justice 2016e).

4 JURISDICTION OF THE COURT AND ADMISSIBILITY

The Applicant argues the Court jurisdiction under Article 36(1) of its Statute (compromissory clause jurisdiction) under two separate agreements: first, the *Optional Protocol concerning the Compulsory Settlement of Disputes to the Vienna Convention on Diplomatic Relations* of April 18th, 1961; second, Art. 35 of the *United Nations Convention against Transnational Organized Crime* of November 15th, 2000. France and Equatorial Guinea have signed and ratified both the aforementioned treaties. Equatorial Guinea alleges that the requirement of exhaustion of diplomatic means required by Art. 35 (2) of the *United Nations Convention against Transnational Organized Crime*[13] has been met, since there was an attempt at arbitration between the parties. France however states that Equatorial Guinea failed to sustain that this case is about the application of the said treaties. In the words of the French agent, "*the mere mentioning of a jurisdiction clause does not suffice to establish the Court's jurisdiction*" (International Court of Justice 2016e). From the statement of the Agent of Equatorial Guinea at the Public Sitting held on October 17th, 2016, it is possible to understand that the Applicant suggests the direct application of general principles of public international law and peremptory norms, *in verbis*:

> The case concerns the application, as between Equatorial Guinea and France, of fundamental principles and rules of international law, among them the sovereign equality of States, non-intervention in the internal affairs of States, the immunity of certain holders of high--ranking office in the State and the status of the premises of diplomatic missions and of State property. All of these principles and rules are essential for the conduct of peaceful relations among States (International Court of Justice 2016d, 13).

Nevertheless, the French Republic, quoting vast jurisprudence of the ICJ[14], argues

13 Art. 35 (2) of the *United Nations Convention against Transnational Organized Crime*: "Any dispute between two or more States Parties concerning the interpretation or application of this Convention that cannot be settled through negotiation within a reasonable time shall, at the request of one of those States Parties, be submitted to arbitration. If, six months after the date of the request for arbitration, those States Parties are unable to agree on the organization of the arbitration, any one of those States Parties may refer the dispute to the International Court of Justice by request in accordance with the Statute of the Court".

14 *Armed Activities on the Territory of the Congo (New Application: 2002) (Democratic Republic of the Congo v. Rwanda), Jurisdiction and Admissibility, Judgment, I.C.J. Reports* 2006, p. 32, paras.

> [...] jurisdiction cannot depend on the importance of the principles at issue. The mere fact that rights and obligations *erga omnes*, or even peremptory norms of general international law, are "at issue in a dispute would not give the Court jurisdiction to entertain that dispute. [...] Under the Court's Statute that jurisdiction is always based on the consent of the parties. [...] [T]he Court has jurisdiction in respect of States only to the extent that they have consented thereto" (International Court of Justice 2016e, 13).

Furthermore, France asserts that the application of the 1961 Optional Protocol concerning the Compulsory Settlement of Disputes to the Vienna Convention on Diplomatic Relations and the Convention itself would only apply to the members of the *troika*[15] - Head of State, Head of Government, and Minister for Foreign Affairs –, thus excluding Mr. Obiang (International Court of Justice 2016e). As for the application of Art. 4 (1)[16] of the United Nations Convention against Transnational Organized Crime, the French agent argues that

> [T]his is a general guideline, however, which clarifies the manner in which the other provisions of the treaty should be implemented, but which does not impose on States any specific obligation, the violation of which the other parties to the Convention could invoke before this Court (International Court of Justice 2016e, 15).

5 IMMUNITIES IN INTERNATIONAL LAW: *PAR IN PAREM NON HABET IMPERIUM*

Immunities of agents of the state, personal or functional, are regulated by customary international law (Foakes 2014), and are not to be confused with those enjoyed by diplomats and their staff, which are regulated by a treaty - the VCDR. The difference is due to the fact that, unlike diplomats and their personnel who traditionally undertake frequent international travel as part of their duties[17], high-ranking officials such as Heads of State and of

64-65, citing the Order of 10 July 2002, *Armed Activities on the Territory of the Congo (New Application: 2002) (Democratic Republic of the Congo v. Rwanda), Provisional Measures, Order of 10 July 2002, I.C.J. Reports* 2002, p. 241, para. 57.

15 The Russian expression troika means literally a vehicle drawn by three horses abreast and is used in international politics to refer to a government of three, like the roman *triumvirate*. A famous example of a *troika* of modern times is the government lead by Georgi Malenkov, Lavrentiy Beria e Vyacheslav Molotov in the Soviet Union after the death of Stalin in 1953.

16 Art. 4 (1) of the *United Nations Convention against Transnational Organized Crime* reads as follows: "*States Parties shall carry out their obligations under this Convention in a manner consistent with the principles of sovereign equality and territorial integrity of States and that of non-intervention in the domestic affairs of other States*".

17 Whose rights as accorded by the VCDR were the result of previous consistent practice

Government did not travel as much as they do today, and "when they did, it was unusual for an incident to occur" (Foakes 2014, 19). No clear practice arises when a situation which never or very rarely happens, hence why Foakes (2014) believes the issue has only recently become subject of greater concern.

Though a few justifications may be put forward to rationalize the immunities of state officials, Foakes (2014) has indicated that *ratione personae* (or personal) and *ratione materiae* (subject matter) immunities originate from the *par in parem non habet imperium* principle. In other words, all immunities held by officials are grounded in the notion that no state may intervene in another's internal affairs as all states are equal and sovereign.

The bar imposed by an immunity is a stop to the exercise of jurisdictional power in the first place - such as that in the prosecution and conviction of a foreign chief of government. This is why Foakes (2014) points that an immunity plea is not a substantial defense - in other words, it is not, for example, an argument against charges of committing a crime - but rather a procedural defense, inasmuch as the exercise of jurisdiction is blocked by the *status* of the agent (in the case of *ratione personae* immunity) or the act itself (in the case of ratione materiae immunity).

A few notes on the distinction between the kinds of immunity shall now be drawn, followed by specific commentary on some of the relevant topics concerning immunities in international law.

5.1 General outlook and notes on the distinction between *ratione personae* and *ratione materiae* immunities

Foakes (2014, 10) has stated that "[b]roadly speaking, both types of immunity have developed to enable officials to carry out their public business effectively free from interference by the exercise of jurisdiction by another State". Thus, since both immunities are primarily justified by sovereign equality of the States, it is impossible to separate the immunities enjoyed by state officials from the immunities of States themselves. This explains why "only the State of the office-holder concerned may waive" the immunities of their officials (Foakes 2014, 7).

There is however a difference between the immunities enjoyed by different officials within the state depending on the office they hold. High--ranking state officials while in office enjoy the broad personal immunity that covers both private and official acts from foreign judicial scrutiny (*ratione personae* immunity). Lower-ranking state officials' immunity is much narrower, as they only enjoy immunity for acts undertaken in a public capacity (Foakes, 2014).

(*ratione materiae* immunity), on behalf of the state. This means that, when we discuss the immunity of a high-ranking state official, the factual claims revolve around the position of the person who is being subjected to proceedings, whereas in cases of lower-ranking state officials' immunities the discussions revolve around whether the acts undertaken by said officials were private acts or public acts. In the words of Foakes (2014, 7) "a plea of immunity *ratione materiae* is essentially a plea by a State that the act of its official or former official was an act of the State itself and, therefore, one for which it is responsible". Said in other words, *ratione materiae* immunity and State immunity are essentially the same, being the former a manifestation of the latter.

Rather differently, albeit still deriving from the *par in parem non habet imperium* principle (and, moreover, State sovereignty), the existence of *ratione personae* is due to the office held by the agent, being thus circumscribed to a much narrower class of individuals, but protecting a considerably larger scope of acts. It is worth stressing, on the other hand, that personal immunities cease to exist once the official leaves office. Conversely, the *ratione materiae* immunity, when present, remains unaffected event after the agent leaves office[18] (Foakes 2014): this means, in the case of agents who hold *ratione personae* immunity, that, even though their immunity for personal acts may end when the office is left, the functional immunity (which covers official acts, due to their nature) still hold good.

These differences between the two kinds of immunities, as it shall be seen, appear to have to be linked to idea of dignity (of the state represented by the official or, sometimes, of the agent himself[19]), and, furthermore, the functional needs of the agent *in representing* the state. This is, famously, the *rationale* lying beneath the notorious ICJ decision in the 2002's *Arrest Warrant case*[20] (International Court of Justice 2002a, Foakes 2014).

These differences may be understood if one considers that, as Foakes (2014) has indicated, there is also a difference in justifying one of them: apart from the functional necessities, personal immunity has its rationale linked to its subjects, specially Heads of State, being "embodiments" of the State. Inasmuch *dignity* plays a relevant role in this respect, as we have mentioned, considering its meaning hopefully will give illuminating insight in understanding both kinds of immunity, as we will now attempt to.

18 This is so regardless of if the agent was also entitled to personal immunity whilst in office: when this is the case, they overlap as long as the agent holds office - after that, only functional immunity remains (Foakes 2014).
19 See 5.2, below. Foakes (2014, 11) affirms that personal immunity is connected, in its origin, to "*notions as to the inherent dignity and majesty of sovereigns and their close identification with the State itself*".
20 See 7.1, below.

5.2 Immunities and dignity?

As pointed by Foakes (2014), dignity has been put forward either as a reason in favour or connected to the *ratione personae* immunities regime in International Law (sometimes pertaining the State, sometimes pertaining the condition of the official in question). One such example is to be found in ICJ's *Djibouti v. France* case: according to Foakes (2014, 65), the Court then found there was "[…] a positive obligation on a receiving State to protect the honour and dignity of heads of State 'in connection with their inviolability'". A brief exposition of the concept of dignity in law and moral discourse shall be done in this section so to offer a clearer view of the implications of its alleged connection to personal immunities in international law, being followed by a suggested link between this idea and the functional needs of the States and its agents in acting independently in the international sphere.

The idea of dignity is present throughout the modern legal discourse - take the two examples offered by Rosen (2012): the United Nations' Universal Declaration of Human Rights (UDHR)[21] and the German Basic Law (*Grundgesetz*)[22]. Its presence in moral discourse is most famously traced back to Immanuel Kant (Rosen 2012, Sarlet 2015, Waldron 2012). Nonetheless, as it shall be shown, its usage, especially in the case of *ratione personae* immunity, appears to be traceable to *another* conception of dignity, inasmuch as it bars the prosecution of *private acts*, for these do not seem to be a relevant part of the functional exercise of the office.

Beneath the modern usage of the term in law, aligned with the wording of the UDHR - *all human beings are born equal in dignity* -, lies the idea that every person holds dignity, regardless of her conditions or actions. This "universalization" of dignity is very much due to the Kantian approach, in which, according to Elizabeth Anderson (2008), the equal condition of every human being as a moral agent - that is, an agent with rational capacity to act upon her desires - leads to the recognition of equal value of every one's wills and conditions - an idea ultimately expressed by the Kantian maxim that no human may be treated as a mean, always as an end[23] (Sarlet 2015). Every human being, thus, bears dignity, as a value from which are derived duties and restrictions to others - for example, that of the proscription of degrading and inhumane treatment.

21 Article 1: "All human beings are born free and equal in dignity and rights. They are endowed with reason and conscience and should act towards one another in a spirit of brotherhood".

22 Article 1: "The human dignity is untouchable. Its respect and protection is a duty of all state power" (our translation from the original German version).

23 Put in other words, since, in Kantian ethics, everyone's will is just as much valuable (by parity of form) as that of any one else, no one shall be put aside as less valuable, as an instrument (mean) to other.

5.2.1 Personal immunities and *L'État c'est moi* dignity

This has not always been exactly the meaning attributed to dignity, and to understand its connection with rank and sovereign power (be it of the State or that of the office held by individuals), it is necessary to trace back to times in which the egalitarian principles espoused by Kant and its relation to the natural condition of every human being - not to social status - were not dominant[24]. Don Herzog (2012, 101) interestingly argues that the dignity accorded to British nobles in the XVII century was one such that meant "I don't have to answer to the likes of you". Dignity, then, was a matter of rank and deference - which was unequal between the citizens. Such rank was one according to which judicial privileges were granted to certain men and women, depending upon their status[25][26].

The theory that high-ranking officials shall be accorded immunity before foreign jurisdiction due to their dignity may be properly understood in such context. Inasmuch the theory relates to sovereignty, it is worth noting that Foakes (2014, 12) has mentioned that "early theories as to the scope and nature of sovereign power and the status of the monarch were influenced by mystical and quasi-religious ideas". Furthermore, "in the early stages [...], in certain respects the State was seen almost as property or sacred charge of the monarch and it was the monarch's personal attributes of sovereignty which gave the State the quality of being a sovereign State rather than the other way around" (Foakes 2014, 12). This confusion of the State sovereign status and the immunity of its high-ranking representatives, especially that of

24 Although, for example, in the catholic tradition, an idea of dignity related to the human condition in itself could already be seen in Giovanni Pico Della Mirandola 1486's anthropocentrist manifest *Oratio de Hominis Dignitate*. Pico Della Mirandola's concept of dignity was informed by the notion that human beings were placed in the center of the universe in terms of importance, due to the extent of their free-will, (Pico Della Mirandola 2011, 57): "Neither a determined place nor an aspect that is your own, neither a specific assignment, o, Adam, we have given to you, so that, by your vote, by your decision, you obtain that place, that aspect, that assignment you surely will to. The definite nature of other beings is constrained by our laws. You, otherwise, unconstrained, shall determine yours by the will that you bear in hands [...] Neither celestial nor earthly, neither mortal nor immortal, we've made you, so that you, your own arbitrator and sovereign maker, may plasm and inform yourself, in the form you've surely chosen. You may degenerate until the beings that are beasts; you may regenerate up to the beings that are divine, by decision of your will." (our translation, from the original Latin version, comparing to the Portuguese version).

25 Waldron (2012, 56) points out the 1606 case of Isabel, the Countess of Rutland, who had been imprisoned for debt. The Star Chamber, dealing with the issue, stated that "her person should not be arrested in such cases [of debt]; one in respect of her dignity, and the other in respect that the law doth presume that she hath sufficient lands and tenements in which she may be distrained".

26 Waldron (2012) proposes, surprisingly, that such *status* concept of dignity shall be employed in the modern egalitarian usage of the word, implying that what has changed is that such rank and derived rights have not disappeared, but been universalized. The theory, albeit interesting, has limits, which won't be here discussed. For more, see 2012 Jeremy Waldron "Dignity, Rank, and Rights", specially "Aristocratic Dignity", by Don Herzog.

its head of State, albeit old, is not at all absent in modern international law discourse: see, for example, the case of *Congo v. France*, in which ICJ's Judge de Cara affirmed an ongoing investigation against the Congolese president, as much as it damaged his honor and reputation, attacked the dignity of his State, which he personified (Foakes 2014).

The famous *L'État c'est moi*[27] quote from Louis XIV, indicated by Foakes (2014) as an adequate description of the early theories of sovereign power and high-ranking government officials, is not, thus, absolutely excluded from the *rationale* that lies beneath immunity. There may be in this a concise explanation as to why immunity *ratione personae* protects private-acts: if an official is confounded with the State itself, her acts, both in a public or private capacity, should not be a matter of foreign investigations, for the indignity (to her State and herself) of subjecting her to prosecution.

How much of these reasons hold good in modern international community is a question that is left without an answer: it seems, for example, doubtful that the mystical sovereign-sovereignty relation of Louis XIV's France is still dominant. But if one informs her understanding of dignity with the egalitarian background that now permeates much of the legal discourse[28], it seems possible to still invoke it in order to associate *ratione personae* immunity[29], considering that it tidily fits its main justification - the par in parem non habet imperium principle. Either way, the international practice remains firm to grant Heads of State[30] immunity from criminal prosecution in foreign courts (Foakes 2014)[31], even when such immunity extends itself further than it would in the case of mere functional immunity[32], and regardless of the gravity of the acts[33]. To whom those immunities belong is the question we will discuss now.

27 Translatable as "I am the State".
28 See 5.2, §§ 1-3, above.
29 Nevertheless, it could not, probably, justify *absolute immunity* such as the one granted by current international practice.
30 And possibly other high-ranking officials, depending on whether they hold personal immunities. The group to which *ratione personae* immunity is accorded is discussed at 5.3, below.
31 Foakes (2014, 82) mentions, for example, a 1999 Spanish court decision ruling that Fidel Castro, "as long as he was in office [...] could not be prosecuted in Spain for international crimes".
32 For example, in a case of an act committed in private capacity. Due to the restrictive doctrine of state sovereignty, criminal acts committed by government members who do not hold personal immunity are now much less protected from foreign jurisdiction, if they are at all. See 5.4 below.
33 There is a 2001 resolution of the Institut de droit international, mentioned by Foakes (2014, 82), with this wording: "In criminal matters the head of State shall enjoy immunity from jurisdiction before the courts of a foreign State for any crime he or she may have committed, regardless of its gravity".

5.3 Whose personal immunity?

We shall now make few remarks on to whom personal immunity is due in international law. This is, of course, the central question to be tackled by the Court in judging the immunity part of *Equatorial Guinea v. France*. The issue, nevertheless - being one of customary law - has no clear solution. A few judicial pronouncements on the matter will now be presented, merely as a starting point to reflection.

After *The Arrest Warrant case*, it remained open to question whether high-ranking officials other than Heads of State, Heads of Government, and Foreign Relations Ministers could also hold *ratione personae* immunity (Foakes 2014). In this respect, Foakes (2014, 128) has signaled that the Court's wording left the possibility open, and "emphasized that such immunities are not for the benefit of the individual concerned but designed to enable the effective performance of his or her functions on behalf of the State".

The criteria applied in the decision, according to the author, may be (roughly) put as: (i) capacity of acting on behalf of the State; (ii) frequent travel on diplomatic missions and need to communicate with other States' officials. As pointed by Foakes, following a statement from the ICJ in *Congo v. Rwanda* (2006)[34], a considerable number of officials now exercise these functions, being thus unclear, according to the author, which officers would hold *ratione personae* immunities on this basis. It seems possible, though, to respectfully disagree with Foakes in this point, and indicate that the issue with the criteria presented by the ICJ is not one of determining which officers would match them, but, otherwise, that of their application entailing an exaggerated number of officials protected by personal immunity. In any case, this interpretation seems unsatisfactorily too wide, in contrast to State practice.

As of what concerns the latter - and, also previous decisions on the subject - Foakes (2014) indicates that there is almost no guidance to be found on the issue, but it appears that a restricted version of the scope of personal immunity - one which includes only the "troika" of Heads of State, Government, and Ministers of Foreign Affairs - is winning the debate[35]. In this respect, it is important to note that the International Law Commission, whilst drafting articles on the "*Immunity of State officials from foreign criminal jurisdiction*", has only included the aforementioned three officials within the

34 "[...] with increasing frequency in modern international relations other persons representing a State in specific fields may be authorized by that State to bind it by their statements in respect of matters falling within their purview. This may be true, for example, of holders of technical ministerial portfolios exercising powers in their field of competence in the area of foreign relations, and even of certains officials" (Foakes 2014, 128).

35 Foakes (2014, 132) has affirmed that "some States have indicated that they are disinclined to accord immunity *ratione personae* to foreign officials outside the 'troika' expressly identified by the ICJ in the *Arrest Warrant case*".

group that enjoys *ratione personae* immunity from criminal jurisdiction[36] - although Foakes (2014) indicates that the discussion is not settled. The formula adopted by the ILC, in the draft article, seems "*to represent something of a compromise on the question*"[37] (Foakes 2014, 133).

Furthermore, Foakes (2014, 129) has mentioned that in *Djibouti v. France* "the ICJ did not suggest that the Djiboutian Head of National Security or its Procureur de la Republique would enjoy personal immunity". According to the author, France had alleged that no personal immunity was granted to them, due to "essentially internal nature of their functions". Also in this respect, Foakes (2014, 129) indicated a 2011 U.K. court ruling that the Secretary of the Executive Office of the National Security of Mongolia "fell clearly outside the circle of high-ranking officials entitled to such immunity".

Foakes nevertheless alleges that these are special cases, for the officials in question are of an "administrative level" (2014, 129). The author also mentions that, in different occasions, when ministers were the officials whose alleged immunity was in question, the courts "appear[ed] more willing to accord personal immunity". She also provides the example of a Belgian court that recognized the immunity of a Vice-President of the Congo, and of British courts that have recognized it to an Israeli Defense Minister[38] and a Chinese Minister for Commerce and International Trade[39].

In the drawn context, the issue remains very much unsettled. Albeit it seems to be the case that a more restrictive doctrine of *ratione personae* immunity is now preferred, we have seen cases in which courts have accorded it to officials of a lower rank. The issue posed before the ICJ, in Equatorial *Guinea v. France*, will depend on the decision on whether the position of Vice-President held by Teodoro Nguema Obiang Mangue suits the (very unclear) criteria given by international practice.

5.4 The limits of functional immunities

If the Court decides, contrary to what is alleged by Equatorial Guinea, that the Vice-President does not enjoy absolute immunity in relation to his role (*ratione personae* immunity), the debate of whether his acts are covered by immunities *ratione materiae* arises.

As we have mentioned, the issue concerning whether a functional immunity is to be identified in a given controversy involves, before anything

36 "Draft article 3 Persons enjoying immunity *ratione personae* Heads of State, Heads of Government and Ministers for Foreign Affairs enjoy immunity *ratione personae* from the exercise of foreign criminal jurisdiction" (United Nations 2013, 1).
37 Foakes noted that even the status of a Foreign Affairs Minister immunity was not free from, in spite of the *Arrest Warrant* decision.
38 See the case of General Shaul Mofaz, "Re Mofaz (2004) 128 ILR" (Foakes 2014, 130).
39 See "Re Bo Xilai (2005) 129 ILR 713" (Foakes 2014, 130).

else, considering if the act in question was practiced in an official capacity or in a private one. This matters for, as noted above, the plea of functional immunity ultimately implies that the "act of its official or former official was an act of the State itself" (Foakes 2014, 7). If the act was indeed one carried out in an official capacity, the controversy becomes essentially one concerning State immunity itself. If, conversely, the act was one of a "purely private capacity" (Foakes 2014, 8), no functional immunity will be found.

In any case, when concerning the extent and limits of functional immunities (and thus State immunities), it is worth noting that, according to Foakes (2014, 16), State immunity has passed, in international practice, from an absolute doctrine "whereby a foreign State or sovereign could not be impleaded regardless of the nature of the act complained of", to a restrictive doctrine, whereby the exercise of jurisdictional powers could be made when concerning acts that were not of a sovereign nature. This passage from a doctrine to another, which was influenced by dissatisfaction with the implications of the former in commercial activities, was neither linear nor fast, but it has, by now even been employed in the UN Convention on Jurisdictional Immunities of States and Their Property (Foakes 2014).

As for what respects individual *ratione materiae* immunities and the consequences of a restrictive doctrine, a relevant aspect shall be remarked. According to Foakes (2014), the question as to the extent of State immunity, in the restrictive doctrine, is: was the act undertaken in the exercise of sovereign authority (*iure imperii*) or was it of a private character (*iure gestionis*)? This implies that "if the act is imputable to the State [...] and the State is immune, then immunity ratione materiae should apply to the official" (Foakes 2014, 8). Conversely, "if [...] the state is not immune then immunity ratione materiae cannot arise" (Foakes 2014, 8). In such cases, it may happen that the conducts in question are not properly imputable to the official, being "the correct action in the circumstances [...] to strike out the proceedings against the State official [...]" (Foakes 2014, 8). If they are, on the other hand, a limit to functional immunity may be then found.

6 RELEVANT PRECEDENTS

Four ICJ precedents will be now discussed, in order to consider a few issues already tackled by the Court in what concerns the main legal controversies arisen in Equatorial Guinea v. France.

6.1 International Court of Justice - Arrest Warrant of 11 April 2000 (Congo v. Belgium, 2002)

As mentioned, the dispute between Congo and Belgium before the

ICJ known as *The Arrest Warrant Case* is quite significant to the issue of immunities of state officials in International Law. Abdoulaye Yerodia Ndombasi, then Foreign Relations Minister of The Democratic Republic of the Congo, had criminal proceedings on course against him in Belgium in the early days of the millennium (International Court of Justice 2002a). An arrest warrant was issued against him, as well as an Interpol Red Notice[40], causing the Congo to present itself before the ICJ (International Court of Justice 2002a).

The prosecution involved alleged violations of international humanitarian law committed in the Congo – Belgium thus held that universal jurisdiction could be exercised in such cases, even though the alleged crimes had not been committed in Belgian territory nor one of its subjects[41]. The Congo, conversely, held that Belgium had no right to exercise jurisdiction in this case and, moreover, that Yerodia had immunity from prosecution due to his position as a high-ranking official in the Congolese government (International Court of Justice 2002a).

The Court, in a landmark judgment, held that, under international customary law, *ratione personae* immunity extended to Foreign Relations ministers due to the nature of their functions – in which such officials represent the State, for example, in international negotiations and meetings, and thus had to travel extensively to fulfill their functions (Foakes 2014). Moreover, analyzing the decision, the Foreign Relation Ministers could "act on behalf of and to bind his State at the international level" (Foakes 2014, 22). The judges have not ruled out, it is worth mentioning, that other high-ranking officials could also enjoy personal immunity, if exercising "functions analogous to those of a Head of State, head of Government, or Foreign Minister" (Foakes 2014, 22).

6.2 Notes on ICJ's "Certain Questions of Mutual Assistance in Criminal Matters (Djibouti v. France)" and "Certain Criminal Proceedings in France (Congo v. France)"

Two other relevant ICJ disputes, subsequent to the *Arrest Warrant Case*, shall be briefly mentioned now.

6.2.1 Djibouti v. France, 2008

The proceedings between Djibouti and France were initiated after two witness requests were made by France to the Djiboutian Head of State

40 That is, a request to foreign countries to detain the subject of the notice, pending an extradition request.

41 Such as that of territorial waters, in the case of piracy.

(Foakes 2014). It was then argued by the African state that France had failed to comply with its international legal "obligation to prevent attacks on the dignity of an internationally protected person" (Foakes 2014, 65). Djibouti also argued that the witness requests violated – being constraining measures – the immunity of the Head of State. Albeit the Court, as it has been mentioned before, recognized there was such an obligation binding the French State to protect "the honour and dignity of heads of State 'in connection with their inviolability'" (Foakes 2014, 65), no violation was averred from the acts of the French State, even though one of the requests was made without proper attendance to "'the courtesies due to a foreign head of State'" (Foakes 2014, 66).

6.2.2 Congo v. France, 2010

In a situation similar to that of Equatorial Guinea v. France, Congo instituted proceedings before the ICJ against France after, during a State visit made by the president of the former to the latter, a French judge attempted to acquire evidence for an ongoing domestic criminal proceeding concerning members of the African government - amongst them, President Sassou Nguesso himself. The claim was dropped by the Congo before the judgment of the Merits, but it was then argued that Nguesso's immunity had been violated. In this respect, it is worth noting that the Congo alleged that the investigation was impairing its capacity of maintaining its international relations and had damaged Nguesso's honour and reputation. France, conversely, convinced the Court that its domestic law respected Heads of State immunities – it must be noticed that, for example, according to French law, the President could only have been interrogated if the Congo had agreed to it. Finally, it shall be remarked that, as aforementioned, it was in this case that Judge De Cara averred that any attack to the Congolese president's honour or reputation implied an attack at the Congolese State's honour and reputation (Foakes 2014)[42].

6.3 *United States Diplomatic and Consular Staff in Tehran* (United States v. Iran, 1980)

On 29 November 1979, the United States filed before the Court a case arising out of the situation at its embassy in Tehran and consulates at Tabriz and Shiraz, and the seizure and detention as hostages of its diplomatic and consular staff in Tehran and two more citizens of the United States. Iran did not appear before the Court, nor did it file a memorial or preliminary objections; its Ministry for Foreign Affairs only addressed two letters to the Court concerning the country's disagreement in relation to the Court's juris-

42 See 5.2, above.

diction over the case. Even though the conduct of the militants responsible for the attack could be directly attributed to the Iranian government, the Court could not find legal determine this relation with certainty. However, as the Iranian government did nothing to avoid the attack, failing with its obligation to protect the inviolability of the diplomatic premises of the Unites States, the Court found that Iran was in breach of the obligations assumed under the provisions of the 1961 *Vienna Convention on Diplomatic Relations*, Articles 22 (2), 24, 25, 26, 27 and 29 and of Articles 5 and 36 of the 1963 *Vienna Convention on Consular relations, inter alia*. Furthermore, Iran's Ayatollah Khomeini endorsement of the terrorist actions and its refusal to comply with the international obligations to which Iran was entitled to were considered by the Court when deciding that the Defendant not only should promote the cessation of the hostilities and release the hostages, but also pay compensation to the United States of America.

7 SUBMISSIONS

The Republic of Equatorial Guinea requests the Court to adjudge and declare that (International Court of Justice 2016b)[43]:

a) In what concerns the disrespect of the Republic of Equatorial Guinea's Sovereignty by the French Republic:

i) adjudge and declare that the French Republic has failed to comply to its obligation to respect the principles of sovereign equality of the states and of non-intervention in other states' internal affairs in what concerns the Republic of Equatorial Guinea, according to International Law, in permitting the engagement of its jurisdiction in judicial criminal proceedings against its Second Vice-President for the allegations that, as were established, quod non, revealed the sole competence of Equatorial-Guinean jurisdiction, and ordered the seizing of a property of the Republic of Equatorial Guinea used in the diplomatic mission of this country in France.

b) In what concerns the Second Vice-President of the Republic of Equatorial Guinea, in charge of the Defense and Security of the State:

i) adjudge and declare that in engaging in criminal proceedings against the Second Vice-President of the Republic of Equatorial Guinea, in charge of the Defense and Security of the State, his Excellency M. Teodoro Nguema Obiang Mangue, the French Republic has acted in violation of its international legal obligations, notably the United Nations Convention against Transnational Or-

43 As of July 2017, the English version of the application instituting proceedings had become unavailable at the ICJ's website. The text that follows is, thus, a translation from the original French version, in which the wording and structure were, as much as possible, maintained, in name of meaning fidelity (International Court of Justice 2016b).

ganized Crime and general International Law;
ii) order the French Republic to take all the necessary measures in order to end all the proceedings on course against the Second Vice-President of the Republic of Equatorial Guinea, in charge of the Defense and Security of the State.
iii) order the French Republic to take all the measures to prevent new attacks to the immunity of the Second Vice-President of Equatorial Guinea, in charge of the Defense and Security of the State, specially assuring that your jurisdictions won't engage, in the future, in criminal proceedings against the Second Vice-President of Equatorial Guinea.

c) In what concerns the property in the 42 Foch Avenue, in Paris:
i) adjudge and declare that the French Republic, in seizing the property in the 42 Foch Avenue, Paris, owned by the Republic of Equatorial Guinea and employed for purposes of this country's diplomatic mission in France, acted in violation of its international legal obligations, notably the Vienna Convention on Diplomatic Relations, the United Nations Charter, and general international law;
ii) order the French Republic to recognize the property at 42 Foch Avenue, Paris, as owned by the Republic of Equatorial Guinea and location of its diplomatic mission in Paris, consequently ensuring its protection as required by International Law.

d) As a consequence to the series of violations by the French Republic of its international legal obligations to the Republic of Equatorial Guinea:
i) adjudge and declare that the responsibility of the French Republic due to the prejudices that have been caused and continue to be caused to the Republic of the Equatorial Guinea by its violation of its international obligations.
ii) order the French Republic to pay the Republic of Equatorial Guinea full reparation for the sustained prejudice, in an amount to be determined in a posterior stage.

REFERENCES

Akande, Dapo. Shah, Sangeeta. 2011. "Immunities of State Officials, International Crimes, and Foreign Domestic Courts". *European Journal of International Law.* Vol. 21 no. 4. http://www.ejil.org/pdfs/21/4/2115.pdf.
Alum Jr., Rolando, and George E. Delury. 1987. *World Encyclopedia of Political Systems & Parties*, 2nd ed. New York: Facts on File Publications.
Anderson, Elizabeth. 2008. "Emotions in Kant's Later Moral Philosophy: Honor and the Phenomenology of Moral Value". in: *Kant's Ethics of Virtue*. 1st ed. New York: de

Gruyer.
Bethell, L. 1985. "The Independence of Brazil". In L. Bethell (Ed.), *The Cambridge History of Latin America*, pp. 157-196. Cambridge: Cambridge University Press.
Foakes, Joanne. 2014. *The Position of Heads of State and Senior Officials in International Law.* 1st ed. Oxford: Oxford University Press.
Frynas, J.G. 2004. "The Oil Boom in Equatorial Guinea". *African Affairs* 103(413), p. 527-546. Oxford: Oxford University Press.
Herzog, Don. 2012. "Aristocratic Dignity?". In: *Dignity, Rank, and Rights*. 1st ed. Oxford: Oxford University Press.
International Court of Justice (ICJ). 1979. *United States Diplomatic and Consular Staff in Tehran* (*United States of America v. Iran*). Judgment of 24 May 1980. http://www.icj-cij.org/docket/files/64/6291.pdf. Accessed on: May 1st, 2017.
—. 2002a. *Arrest Warrant of 11 April 2001*. Judgment of 14 February 2002. http://www.icj-cij.org/docket/files/121/8126.pdf. Accessed on: March 11, 2017.
—. 2002b. Arrest Warrant of 11 April 2001. *Dissenting opinion of Judge ad-hoc Van den Wyngaert.* http://www.icj-cij.org/docket/files/121/8144.pdf. Accessed on: March 11, 2017.
—. 2002c. Arrest Warrant of 11 April 2001. *Summaries of Judgments, Advisory Opinions and Orders of the International Court of Justice.* http://www.icj-cij.org/files/case-related/121/13743.pdf. Accessed on: 12 July 2017.
—. 2016a. *Immunities and criminal proceedings. Application instituting proceedings* (filed in the Registry on 13 June 2016). http://www.icj-cij.org/docket/files/163/19036.pdf. Accessed on: March 9, 2017.
—. 2016b. *Immunities and criminal proceedings. Application instituting proceedings* (French version only). http://www.icj-cij.org/files/case-related/163/19037.pdf. Accessed on: 15 July 2017.
—. 2016c. *Immunities and criminal proceedings.* Press Release 2016/38. The Court finds that France must guarantee the protection of the premises presented as housing the diplomatic mission of Equatorial Guinea in France. http://www.icj-cij.org/docket/files/163/19286.pdf. Accessed on: March 9, 2017.
—. 2016d. *Immunities and criminal proceedings.* Public sitting held on Monday 17 October 2016, at 10 a.m., at the Peace Palace, Vice-President Yusuf, Acting President, presiding, in the case concerning Immunities and Criminal Proceedings. http://www.icj-cij.org/docket/files/163/19250.pdf. Accessed on: May 29, 2017.
—. 2016e. *Immunities and criminal proceedings.* Public sitting held on Tuesday 18 October 2016, at 10 a.m., at the Peace Palace, Vice-President Yusuf, Acting President, presiding, in the case concerning Immunities and Criminal Proceedings. http://www.icj-cij.org/files/case-related/163/163-20161018-ORA-01-00-BI.pdf. Accessed on: July 27, 2017.
—. 2016f. *Immunities and criminal proceedings.* Replies of Equatorial Guinea to the questions put by Judge Bennouna and Judge Donoghue. http://www.icj-cij.org/do-

cket/files/163/19304.pdf. Accessed on: May 29, 2017.
Independent. 2004. "Mark Thatcher arrested over 'coup plot'". http://www.independent.co.uk/news/world/africa/mark-thatcher-arrested-over-coup-plot-557763.html.
Law, Jonathan. 2015. *Oxford Dictionary of Law*. 8th ed.Oxford: Oxford University Press.
Liniger-Goumaz, Max. 1988. *Brève histoire de la Guinée Équatoriale.* Paris: L'Harmattan.
New York Times. "Thatcher's Son Held in failed Africa Coup". http://www.nytimes.com/2004/08/26/world/thatcher-s-son-held-in-failed-africa-coup.html. Accessed on July 27, 2017.
Pico Della Mirandola, Giovanni. 2011. *Discurso Sobre a Dignidade do Homem.* 6th ed. Lisboa: Almedina.
Rosen, Michael. 2012. *Dignity*: *Its history and meaning*. 1st ed. Cambridge: Harvard University Press.
Sarlet, Ingo Wolfgang. 2015. *Dignidade (da Pessoa) Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988.* 10th ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora.
United Kingdom. 1772. *Somerset v. Steward case*, judgment of Lord Mansfield. http://www.commonlii.org/int/cases/EngR/1772/57.pdf.
United Nations. International Law Commission. 2013. *Text of draft articles 1, 3 and 4 provisionally adopted by the Drafting Committee at the sixty-fifth session of the International Law Commission*. http://legal.un.org/docs/?symbol=A/CN.4/L.814.
Usherwood, Stephen. 1981. "The Black Must be Discharged - The Abolitionists' Debt to Lord Mansfield". *History Today.* 31(3), March. http://www.historytoday.com/stephen-usherwood/black-must-be-discharged-abolitionists-debt-lord-mansfield. Accessed on 27 July 2017.
Waldron, Jeremy. 2012. *Dignity, Rank, and Rights.* 1st ed. Oxford: Oxford University Press.



PRESS

ufrgsmun 2017

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | V.5, 2017 | p. 245-282

DIRETRIZES PARA A COBERTURA JORNALÍSTICA EM MODELOS DAS NAÇÕES UNIDAS

Adriana Figueiredo[1]
Gabriela Veiga[2]
Matheus Motta[3]
Vanessa Petuco[4]
Vitoria Pacheco[5]

RESUMO

A imprensa internacional - no papel de coletar, investigar, analisar e transmitir acontecimentos em um mundo globalizado - lida com a responsabilidade de reportar fatos à sociedade, conectando, curando, certificando e traduzindo o que lhe é de interesse. O jornalismo emerge no cenário internacional com a missão de levar conhecimento ao grande público acerca do contexto global no qual está inserido, configurando-se, portanto, com uma ponte entre aqueles que tomam as decisões e aqueles que são influenciados por essas. Hoje, em um período marcado pela essencialidade do digital, o jornalismo encontra-se em transformação, potencializando as técnicas antigas de forma a conduzi-las ao encontro das novas, convergindo os formatos e redescobrindo o ofício por meio das novas tecnologias. Nesse contexto, o Comitê de Imprensa Internacional (CI) apresenta-se como uma maneira de compreender esse cenário, simulando, pois, o funcionamento dos principais veículos de comunicação mundiais na cobertura de assuntos internacionais. Durante o evento, o CI será responsável por realizar a cobertura midiática de todas as sessões simuladas no *UFRGS Model United Nations* (UFRGSMUN) para as plataformas digitais do Comitê - *Twitter, Facebook* e *Medium.* Os repórteres produzirão, além de materiais relativos à cobertura das sessões, entrevistas, reportagens e artigos à luz das linhas editoriais em representação. Com o mesmo intuito, estará no escopo dos jornalistas a produção de telejornais e coletivas de imprensa.

1 Adriana é estudante do segundo ano de Jornalismo na UFRGS e Diretora no CI.
2 Gabriela é estudante do segundo ano de Letras na UFRGS, do terceiro ano de Jornalismo na ESPM-Sul e Diretora no CI.
3 Matheus é estudante do quinto ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretor no CI.
4 Vanessa é estudante do terceiro ano de Jornalismo na UFRGS e Diretora no CI.
5 Vitoria é estudante do segundo ano de Jornalismo na UFRGS e Diretora no CI.

1 INTRODUÇÃO

Dentre outras maneiras, pode-se entender o jornalismo como "a arte de captar códigos do éter e transmutá-los em linguagem palatável" (Jorge 2008, 34). Nesse sentido, institui-se a noção de um ofício que consiste em traduzir os acontecimentos da realidade em linguagem propagável e acessível. Recorremos a Meditsch (1997) para lembrar que o real sempre será inacessível ao jornalista, uma vez que a realidade é dotada de inúmeros sentidos. Ao jornalista, cabe propor ao público leituras da realidade, às quais é possível se filiar.

> Falar de "a verdade", enquanto substantivo, atributo coisificado, assim vai perdendo sentido. Mais apropriado seria se falar no adjetivo, no enunciado "verdadeiro". E poderão existir muitos enunciados verdadeiros, eventualmente até contraditórios entre si, ainda que cada um coerente com seus pressupostos, porque nenhum enunciado é capaz de esgotar a realidade inteira (Meditsch 1997, 4).

Emerge a ideia de uma profissão cujo papel principal é o compromisso social. A credibilidade torna-se um dos principais capitais do jornalismo.

> Embora seja um instrumento de mudança social, o jornalismo não é mais do que uma ciência de decodificação [...]. Pode e deve ser usado para boas causas, mas estas não devem comprometer a universalidade do ofício ou dar-lhe em última instância, status de porta-voz da justiça [..]. Nós, jornalistas, não transferimos dúvidas para o leitor, é essa nossa crença e é por isso que não há bem maior na profissão do que a credibilidade junto ao público (Jorge 2008, 34).

Hoje, os dilemas do ofício acentuam-se, ainda mais, ao se depararem com uma sociedade cujas transformações ocorrem cada vez mais rapidamente. Isso acontece, dentre outros motivos, devido a prática jornalística estar historicamente ligada à tecnologia (Rodrigues 2009). Mesmo em meio à geração que reverbera uma crise no jornalismo, a credibilidade destaca-se como o que dá fôlego à profissão, quando se considera, nesse cenário, o aumento na velocidade de mudança comportamental do homem, bem como a rapidez na circulação de informações permitida pelo advento da internet.

Todas essas novas associações à vida humana fizeram com que os meios de veiculação tradicional do jornalismo – jornais, revistas, rádios e canais televisivos - enxergassem um novo desafio à frente: a adequação do método antigo ao cotidiano de um novo homem. É por esse motivo que se acredita, na verdade, em uma crise no modelo de negócios e não na atividade

de jornalística em si. O que aconteceu após a segunda metade da década de 1990, com o desenvolvimento da internet, foi a reformulação do mercado jornalístico e do perfil dos profissionais. "Com o mercado de trabalho redesenhado [...], ganha espaço o discurso da inevitabilidade da convergência e da necessidade de se investir em profissionais com múltiplas habilidades" (Rodrigues 2009, 67).

Outra característica intensificada na profissão por aspectos da atualidade está diretamente ligada à globalização. Hoje, segundo Silva (2011), a economia, a política, a ciência e a cultura das diferentes sociedades nunca estiveram tão intensamente sujeitas ao contexto além das fronteiras nacionais e à interdependência entre os governos. Nesse cenário, o autor defende que o jornalismo para assuntos internacionais ganha destaque e relevância, já que o correspondente estrangeiro passa a exercer papel essencial à cobertura diária. Bomfim (2012), Aguiar (2008) e Natali (2004) alertam para a variedade de assuntos que a editoria de internacional abrange. A rigor, quaisquer assuntos que envolvam outros países entram em jornalismo internacional. Segundo Aguiar (2008), o jornalismo internacional envolve diversas questões uma vez que as notícias definidas como internacionais podem ser sobre economia, política, cultura, entre outras.

O correspondente é importante não só por seus relatos serem interessantes apenas a quem está diretamente ligado ao cenário internacional, mas por trazer "consciência de mundo", segundo Silva (2011), aos que, imprescindivelmente, são afetados pela globalização.

> Assim como os jornais do início do século XIX ajudaram a tornar os habitantes de cidades e vilas membros de uma comunidade nacional, os meios de comunicação atuais ajudam a transformar cidadãos nacionais em cidadãos globais, graças, em grande parte, ao trabalho de seus correspondentes internacionais (Silva 2011, 10).

Sendo assim, quanto ao papel do jornalista, persiste o de atuar como conector, curador, certificador e tradutor dos acontecimentos - ainda que em múltiplas plataformas, formatos e localidades. É o que Bomfim (2012, 33) sugere ao dizer que "como introdutor de assuntos antes desconhecidos para as pessoas, o jornalismo acaba atuando de forma pedagógica". É que, com a cobertura noticiosa, o jornalismo internacional faz a ponte entre o país distante, o outro (que aciona os sentimentos mais profundos de desconhecimento, curiosidade, medo, expectativa), e o leitor/espectador/ouvinte.

Posto isso, entende-se que cabe ao comunicador, na função de conector, propor ao público interpretações, de modo a explicar termos técnicos, descomplicar conceitos e contextualizar situações quando necessário. No pa-

pel de curador e conector, é atribuído ao profissional identificar os acontecimentos que se configuram como notícia segundo as circunstâncias nas e paras as quais se reporta. Por último, na função de certificador, compete também ao jornalista investigar e checar a veracidade das informações. Tais incumbências descritas prescindem o exercício do ofício jornalístico sob quaisquer circunstâncias (Jorge 2008).

Nesse âmbito, como reflexo da realidade, portanto, o papel do Comitê de Imprensa Internacional no UFRGSMUN é simular a atuação dos principais veículos e agências jornalísticas na cobertura de assuntos internacionais. Assim, o comitê buscará cobrir os principais acontecimentos, procurando moderar a interação e participação dos interlocutores para além de cada sessão simulada. O papel dos jornalistas no CI será reportar, segundo as peculiaridades do veículo em representação, o andamento dos comitês simulados durante o UFRGSMUN.

Nesse sentido, os repórteres irão produzir conteúdo multimídia - incluindo texto, foto e vídeo - a serem publicados nos dias do evento nas plataformas digitais do CI - sendo essas *Facebook* e *Medium*. Concomitantemente, caberá aos representantes realizar a cobertura em tempo real dos acontecimentos via Twitter. Para o bom procedimento dos encargos propostos, o presente guia de estudos irá abordar as diferentes variáveis que envolvem a cobertura jornalística, bem como as singularidades da utilização das diferentes plataformas e formatos.

2 A COBERTURA JORNALÍSTICA

O termo "cobrir um evento" refere-se ao ato de reportar uma série de fatos dentro de um mesmo contexto. Ainda nesse âmbito, também não se estabelece um número determinado de publicações ou de formatos que envolvem o acompanhamento de um evento ou acontecimento. Pelo contrário, ainda quando planejada, a cobertura jornalística se dá no número de notícias que se fizerem necessárias para abranger um acontecimento em sua totalidade. Hoje, com as ferramentas digitais atreladas à atividade jornalística, identifica-se uma série de novas rotinas para a cobertura diária, considerado, pois, a convergência e pluralidade permitida nas plataformas digitais (Ferrari 2010). Ainda assim, é importante lembrar os valores fundamentais da profissão que permanecem independentemente do meio de propagação da notícia (Pinto 2014).

> [O] Jornalista continua sendo alguém capaz de encontrar informação relevante e interessante e de transmiti-la da forma mais correta e inteligente. A plataforma em que ele vai contar sua história - áudio,

> vídeo, internet, mobile ou papel - pode mudar, mas os fundamentos da profissão continuam os mesmos (Pinto 2014, 31).

Dessa forma, cabe acrescentar que, considerando os elementos que compõem o conteúdo virtual, sabe-se que essa plataforma permite métodos muito além dos tradicionais utilizados na cobertura impressa - texto, fotos e gráficos -, bem como na cobertura televisiva e radiofônica (Ferrari 2010). Contudo, o desafio do jornalismo não está relacionado somente às diferentes possibilidades, mas também ao preparo das redações e dos jornalistas em saber lidar com os eventos e os respectivos públicos de interesse (Pinto 2014). Antes de entender, entretanto, como o jornalismo se articula nas diferentes mídias, é preciso conhecer algumas definições fundamentais para o exercício da profissão.

2.1 Definições preliminares

O primeiro conceito a se compreender, com clareza, antes de ir em busca da informação, é o que se chama de pauta. Esta, além de ser um instrumento de organização interna para as redações, configura-se como guia de produção para o repórter. Isso porque a pauta é o início de qualquer reportagem, não sendo apenas um roteiro, mas, sim, um primeiro esboço do que pode ser obtido no produto final. Uma pauta compreende mais do que o assunto a ser investigado, pois também esboça os caminhos prévios de um repórter para alcançar determinada informação; procura, portanto, delimitar os ângulos a serem explorados em uma notícia (Marques 2003).

É importante ressaltar que, por se tratar de um esboço, a pauta, na maioria dos casos, sofre alterações ao longo das investigações. Considerando que os fatos estão em constante ocorrência e que durante o período de investigação costuma-se descobrir mais sobre o assunto a ser reportado, é comum que as pautas caiam ou se adaptem às novas descobertas do repórter sobre o assunto investigado. *O Manual de Redação da Folha de S. Paulo* (1987) sugere um roteiro com os principais elementos que constituem uma pauta, ou seja, o que é importante saber antes de se iniciar a coleta de informações:

> i. Um breve histórico dos acontecimentos que constituem o objeto de reportagem;
> ii. Um roteiro das questões essenciais que a reportagem deverá responder;
> iii. Uma hipótese, ao menos, que a reportagem vai confirmar ou refutar;
> iv. Os aspectos mais relevantes para o veículo no tema da reportagem;
> v. Os aspectos até então poucos explorados do assunto;
> vi. Indicações de nomes de pessoas - com respectivas informações de

contato – que podem ser procuradas como fonte de informação (Folha de S. Paulo 1987).

Posto isso, outro elemento a ser compreendido é o conceito de notícia. Apesar de não existir um consenso quanto a seu significado, também por se tratar de um conceito por vezes sujeito a circunstâncias específicas para ser definido, no contexto deste guia de estudos considera-se, de antemão, que "as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) em um produto (as notícias)" (Traquina 1993, 169).

Sabe-se que a publicação de notícias é o principal trabalho jornalístico. Ao pensar o conceito de notícia pode-se considerar, também, seu significado na língua inglesa, *news*, que se traduz como "novo". Contudo, não somente a ideia de novidade define notícia, mas a combinação de atualidade, relevância e interesse público. Na prática jornalística, a compreensão do conceito de notícia está diretamente vinculada à ideia de valor-notícia, em outras palavras, os critérios que definem o que deve ser noticiado. Fabiane Moreira (2014) reconhece dez valores-notícia mínimos, sendo esses: interesse público ou social (i); atualidade e ineditismo (ii); importância (consequência; impacto; intensidade e gravidade; utilidade e serviço; notoriedade dos agentes) (iii); emoção e dramaticidade (iv); entretenimento (v); suspense (vi); excepcionalidade (extraordinário ou sensacional; incomum, insólito ou singular; imprevisível, inesperado, surpreendente) (vii); conflito ou controvérsia (viii); negatividade (infração ou ilegalidade; falha; violência) (ix); e proximidade (em relação aos interlocutores) (x).

2.2 Apuração

Após a identificação do que será noticiado, inicia-se o momento de apuração jornalística. Este processo diz respeito à coleta e verificação de informações. Nesse, reúne-se entrevistas, arquivos legais ou administrativos, notas, relatórios oficiais e estatísticas confiáveis para, posteriormente, ser possível construir o produto jornalístico a ser publicado (Pinto 2009).

É com base nesses documentos e na observação que se faz durante o processo de apuração que o jornalista irá sustentar o seu texto e, consequentemente, agregar credibilidade ao seu trabalho. Para isso, é preciso realizar pesquisas, leituras aprofundadas e consultar fontes confiáveis. Da mesma forma, é de extrema importância, no processo de apuração, verificar como o assunto investigado já fora abordado na mídia.

Outra maneira de entender tal processo é conforme a classificação de Jorge (2008) quando ele define apuração direta e indireta. A apuração direta, segundo a autora, consiste na investigação em que se consegue chegar direto

aos protagonistas do ocorrido, aos responsáveis pelo local onde aconteceu ou a qualquer outra fonte que tenha relação direta com o fato. Entretanto, nem sempre se consegue tal aproximação com fontes diretas. Não havendo alternativas, existe a apuração indireta, em que o jornalista não pode se aproximar do fato e, portanto, articula-se com aquilo que está ao seu alcance: fatos que antecedem o objeto de reportagem, fontes que se relacionam indiretamente de alguma forma com esse objeto, entre outros (Jorge 2008).

Dentre os métodos de apuração indireta está o *off the record*, que é referente à situação em que o jornalista entrevista a fonte ou recebe uma informação, porém não pode citar o emissor dessa. Para isso, repórter e fonte devem previamente combinar que a informação será passada "em *off*". Em outros casos, a fonte, apesar de não se identificar, fornece pistas ao jornalista de com quem falar ou onde buscar a informação desejada.

Outra técnica é denominada "Fantasia". Essa diz respeito às situações em o que repórter utiliza disfarces quando a via direta falha. Via de regra, veículos não encorajam que o profissional utilize-se desse subsídio para alcançar a informação, visto que é sempre preferível identificar-se como jornalista logo de início para evitar constrangimentos, afinal qualquer falha pode afetar a reputação e a credibilidade do repórter e do veículo para o qual trabalha (Jorge 2008).

Por último, a autora classifica o questionário, que se torna uma alternativa quando a fonte não quer ou não pode realizar a entrevista, até mesmo por telefone. Na maior parte dos casos, ele é enviado a instituições nos casos em que a reportagem denuncia alguma irregularidade e a empresa ou autarquia pública prefere, para controlar os danos à própria imagem, redigir o texto de resposta na tentativa de controlar a sua recepção. Nesses casos, é preciso comunicar aos leitores, ouvintes ou espectadores as circunstâncias sob as quais tais informações foram adquiridas (Jorge 2008).

No coração da notícia está a entrevista, de onde o repórter irá buscar as informações, os testemunhos e o contraditório. Segundo Medina (1986), a entrevista é uma técnica de interação social e informativa. E, apesar de representar papel essencial na investigação de um acontecimento, é importante ressaltar que realização de entrevistas é apenas uma das partes do processo e não a apuração propriamente dita. De acordo com Pinto (2009), entrevistar implica relacionamento.

É imprescindível estabelecer aquilo que se quer tirar da entrevista e, a partir disso, elaborar perguntas abertas ou fechadas. Perguntas abertas tendem a respostas mais longas e elaboradas. Já perguntas fechadas são úteis para que o entrevistado assuma uma posição ao dar respostas mais diretas e objetivas. Um dos critérios determinantes para o sucesso de uma entrevista – e, consequentemente, da redação de notícias - é uma leitura prévia sobre o

assunto e uma listagem dos principais fatos (Pinto 2009). Aplicado ao que se propõe este guia de estudos, sugere-se, nesse sentido, que os jornalistas realizem leitura prévia sobre o comitê a ser reportado, bem como sobre a maneira como o tópico em debate é abordado pelo veículo em representação.

Alguns comportamentos do jornalista no momento da entrevista auxiliam posteriormente na produção do conteúdo jornalístico. Gravar - mesmo no caso de produção textual - e fazer anotações, por exemplo, são algumas das atitudes que podem auxiliar o processo de redação das notícias. Além de permitir a lembrança de informações e dados importantes mencionados pelo entrevistado, garante a literalidade das declarações e facilita a organização das informações apuradas. "Mas, principalmente, é uma maneira de os repórteres salvaguardarem-se de fontes covardes e de má-fé, desses entrevistados que, diante do primeiro distúrbio de interesse, anunciam aos ventos jamais terem dito" (Fortes 2008, 57).

2.3 Texto jornalístico

Um bom texto é resultado de uma apuração completa, coleta de detalhes e fatos concretos, boa hierarquização e organização das informações (Pinto 2009). No jornalismo, há diversos formatos de texto jornalísticos: notícias, reportagens, críticas, artigos, editoriais. No entanto, no UFRGSMUN, iremos trabalhar principalmente com a produção de notícias. Não há fórmulas nem estruturas fixas para o desenvolvimento do texto. Entretanto, alguns elementos são essenciais para a narrativa de uma notícia.

Em um primeiro momento, é preciso apresentar o contexto histórico do fato ou a história em ordem cronológica. Fornecer uma dimensão quantitativa ajuda a compreensão do leitor. Além disso, opiniões relevantes ou de autoridade dão valor ao texto, bem como mostram as versões dos personagens envolvidos nos diversos lados da história. Identificar as consequências ou os próximos passos relacionados ao acontecimento é uma forma de concluir o texto. A organização do texto determina a compreensão do leitor, então, estabelecer um parágrafo para cada um dos elementos citados acima e os relacionar entre si é uma forma de manter uma estrutura coesa. De acordo com Ana Estela de Souza Pinto (2009), estrutura básica de um texto noticioso é formada por título, lide e texto.

Em relação ao título utilizado, ele deve estar ligado ao que se denomina, no texto, de lide. Este diz respeito ao primeiro parágrafo do texto, onde as informações mais importantes da notícia estão contidas. Nesse mesmo sentido, um título nunca deve prometer algo que não vai ser respondido ou estar presente no texto. Salvo exceções, todo o título deve conter um verbo, que deve estar, necessariamente, no presente, visto que a notícia representa a atualidade e não o passado. A clareza e a simplicidade são qualidades que

agregam valor ao título (e ao texto, da mesma forma). Se possível, é preferível não se utilizar siglas no título ("Ministério da Saúde" é melhor do que "MS", por exemplo), uma vez que o leitor nem sempre saberá o significado da sigla e, às vezes, escrever seu significado no título pode deixá-lo extenso demais. Por fim, vale ressaltar que títulos de notícias não devem conter pontos finais (Pinto 2009).

Quanto à técnica de redação, a mais utilizada é a da pirâmide invertida, ou seja, a narrativa deve seguir uma ordem decrescente de importância das informações. A ideia é que nem todos lerão o texto até o fim, portanto, se o leitor ler apenas o primeiro parágrafo, já irá reter as principais informações da notícia. Nesse sentido, após ler as informações, "escritas de forma direta, o leitor já saberá exatamente o que aconteceu e, caso não tenha tempo de ler tudo, estará abrindo mão dos detalhes, [sabendo] responder sobre a notícia se for questionado por alguém" (Floresta 2009, 121).

No que diz respeito ao lide, já mencionado anteriormente, vale destacar que ele fornece um resumo organizado dos fatos. Grosso modo, segundo Pinto (2009), o lide deve ser composto pelos seguintes elementos: "quem?", "o quê?", "quando?", "onde?", "como?", "por quê?", "para quê?" e, principalmente, "e daí?". Nem sempre todos esses aspectos deverão obrigatoriamente ser abordados no primeiro parágrafo. É o caso do "como?" e "por quê?". Essas são perguntas que podem demandar maior detalhamento e que, se forem respondidas de uma maneira muito sintética, podem trazer informações incompletas (Pinto 2009).

Essa estrutura diz respeito ao modelo mais tradicional de veiculação de conteúdo jornalístico, entretanto, conforme mencionado anteriormente, há uma diversidade de formatos - notícia, reportagem, crônica, coluna, crítica - e finalidades - informar, opinar, prestar serviço - nos quais a informação pode ser propagada. No Brasil, o jornalista José Marques de Melo[6] foi quem propôs a classificação dos gêneros de textos jornalísticos mais utilizada tanto no mercado quanto no mundo acadêmico (Jorge 2008).

Em relação à redação jornalística também há alguns aspectos importantes a serem considerados. O primeiro diz respeito à clareza: o ponto-chave de toda boa redação jornalística. Assim como o jornalismo pretende democratizar a informação, a linguagem do repórter precisa cumprir o mesmo papel, sendo compreensível a todos. Diferente do que se pode imaginar primordialmente, o texto jornalístico se caracteriza por sua simplicidade. Dessa maneira, na redação de notícias deve-se optar sempre por um vocabulário

6 José Marques de Melo é fundador da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), catedrático Unesco de Comunicação da Universidade Autônoma de Barcelona, além de ser o primeiro brasileiro a obter o título de doutor em jornalismo. O autor já escreveu mais de 35 obras e orientou cerca de 72 mestres e 28 doutores.

sem rebuscamentos e um texto escrito na ordem direta. Isso porque rebuscamento e inversão sintática são pontos que facilmente podem gerar confusão por parte do leitor.

> Um assessor de Tancredo Neves queria fazer bonito. Num discurso, escreveu; "Esforçar-nos-emos para viabilizar uma sociedade mais inclusiva". O presidente leu em voz alta. Achou pretensiosa e oca. Substituiu-a por "Vamos construir um país em que ninguém fique de fora". É isso, palavras longas e pomposas funcionam como uma cortina de fumaça entre quem escreve e quem lê. Seja simples, entre dois vocábulos, prefira o mais curto. Entre dois curtos, escolha o mais expressivo (Squarisi 2005, 26-27).

Consultar dicionários, textos especializados, lista de sinônimos, entre outros são práticas essenciais durante o processo de construção do texto. Escolher os termos certos ajuda a expressar o que se deseja, já que a clareza das ideias está intimamente relacionada à precisão das palavras que as traduzem (Squarisi 2005).

Da mesma maneira, vale explicar ao leitor os termos específicos de determinada área, quando estão presentes na matéria. Se a pauta envolve direito, economia, ciência ou medicina, recomenda-se consultar o dicionário e, no caso da atuação no CI, os guias de estudo, bem como os diretores - especialistas no assunto reportado -, que podem auxiliar na compreensão dos termos e a então reportagem clara ao leitor. Também opte por palavras concretas. No jornalismo, o específico é preferível ao genérico; o definido, ao vago; o concreto, ao abstrato.

> Há palavras mais específicas que outras. Gato siamês é mais singular do que gato; homem, mais do que animal; laranjeira, mais do que árvore; árvore, mais do que planta ou vegetal. Trabalhador é um termo de sentido geral, muito amplo. Jornalista tem sentido mais restrito. Jornalista do SBT, mais ainda (Squarisi 2005, 31).

Ainda, deve-se evitar, ao longo dos relatos, a entrada de adjetivos e qualificações que não especificam ou caracterizam concretamente. Igualmente, o repórter deve tentar, ao máximo, não imprimir os próprios juízos de valor no texto, assim como deve procurar não relativizar seu conteúdo. Por exemplo, as concepções de "grande" são diferentes de pessoa para pessoa - como, então, optar por utilizar esse adjetivo para especificar ou caracterizar algum objeto ou fato? Além de impreciso, não acrescenta nenhuma informação ao interlocutor. Deve-se sempre preferir fatos, dados, indicadores e comparações no lugar de adjetivos. Em vez de "muitos estudantes compareceram

à cerimônia", por exemplo, prefere-se "cerca de 300 estudantes compareceram à cerimônia, o dobro em comparação ao ano anterior".

> Há adjetivos que causam urticária aos substantivos. São os adjetivos--ônibus. Vazios, não acrescentam nenhuma informação ao substantivo. Ao contrário. Exprimem a opinião de quem escreve. [...]. O que é clima maravilhoso? Quente? Chuvoso? Nublado? Depende do gosto do freguês. E pessoa formidável? E lição fantástica? Vestido bonito? Sei lá. (Squarisi 2005, 31).

Outro aspecto simples, porém essencial, refere-se à construção das frases. Nesse sentido, procura-se sempre colocar as sentenças na forma positiva, ou seja, dizer o que é, não o que não é. "Discordar" é melhor do que "não concordar", por exemplo. É também preferível optar pela voz ativa. Notam-se três vantagens em utilizar a voz ativa: é mais curta, dispensa o verbo "ser" e as conjugações no gerúndio, assim como pode soar mais direta, vigorosa e concisa que a voz passiva. Saber mesclar frases mais curtas e diretas às frases mais completas que contêm alguma explicação, por exemplo, também é uma boa estratégia. Esse recurso ajuda a dar fluidez ao texto e evita a exaustão do leitor ao deparar-se apenas com frases curtas ou apenas com frases longas. Nesse sentido, sugere-se mesclar uma frase completa e uma frase longa ao decorrer do parágrafo a fim de articular o próprio texto: converter duas frases em uma, ou uma em três, quando necessário. Períodos muito extensos podem fazer com que o leitor sinta-se perdido, sem compreender, por completo, o significado intencional do autor. Já as frases curtas diminuem a possibilidade de erro por parte do redator, pois significam menos tropeços em conjunções, vírgulas e concordâncias, além de tornarem o texto mais claro (Squarisi 2005).

A concisão é um elemento fundamental para uma boa redação jornalística. Isso porque, além de exprimir mais clareza, respeita a paciência do leitor e poupa tempo e espaço. Entretanto, é necessário entender que ser conciso significa que cada palavra, frase e parágrafo devem estar repletos de sentido. Uma construção concisa dispensa todo e qualquer vocabulário vago, impreciso, desnecessário (Squarisi 2005). Uma sugestão para tornar o texto mais conciso é ir direto ao ponto. Por exemplo, sempre que possível, em datas, evitar os substantivos (prefira "em 20 de janeiro" a "no dia 20 de janeiro"); substituir a locução adjetiva por adjetivos (prefira "material bélico" a "material de guerra", "pessoa indiscreta" a "pessoa sem discrição"); trocar orações adjetivas por nomes (opte por "pessoa vegetariana" a "pessoa que se alimenta de verduras e legumes"); cortar expressões como "que é", "que foi", "que era" (opte por "A maior parte da população de Washington, a capital

do Estado Unidos" em vez de "A maior parte da população de Washington, que é a capital dos Estados Unidos); eliminar palavras ou expressões desnecessárias ("decisão tomada no âmbito da diretoria" pode ser substituída por "decisão da diretoria", "trabalho de natureza temporária", por "trabalho temporário", etc); e substituir a locução verbo somada do substantivo pelo verbo ("fazer uma viagem" pode ser "viajar", "fazer música", "compor" e "pôr as ideia em ordem", "ordenar as ideias").

Também deve ser evitado o vício de gerúndios, conjunções ou qualquer outra expressão que se repita com frequência ao longo do texto; tal aspecto torna a leitura cansativa e pode despertar desinteresse por parte do interlocutor. A redação precisa ser construída não apenas com base no que foi percebido pelo repórter, mas, principalmente, pelo conteúdo fornecido pelas fontes (Fortes 2008). Assim, é importante construir o texto conforme as informações confiáveis arrecadas no processo de apuração. Uma boa alternativa é mesclar a narrativa do repórter com as informações e as citações das fontes. Aspas trazem credibilidade. Portanto, utiliza-se tanto discurso direto quanto indireto nos textos jornalísticos. Isso evita cansar o leitor com uso exclusivo de uma dessas formas. O uso de citações das fontes não só comprova as informações colocadas no texto pela voz do repórter, como também humaniza os relatos, criando a sensação de proximidade do leitor com os personagens da história noticiada.

Há muitos outros aspectos que permeiam a redação do texto jornalístico, mas a verdade é que não existe receita. Não há uma fórmula que encaminhe o repórter à redação perfeita. O que se pode fazer é chamar a atenção para alguns pontos que auxiliam a compreensão do texto jornalístico em essência. De maneira muito mais ampla do que foi abordado neste guia de estudos, é preciso estar atento a tudo: uso correto das regências verbais e nominais, emprego de um único tempo verbal ao longo do relato, grafia correta do nome de empresas, países e personalidades, organização dos parágrafos, cronologia dos fatos, pontuação, escolha de vocabulário inclusivo, respeito aos direitos humanos, possibilidade de segundas interpretações, entre muitos outros aspectos. É somente por meio da prática contínua que o repórter será capaz de desenvolver uma boa redação, não apenas utilizando as ideias expostas neste guia, mas descobrindo, através do exercício de redator, as necessidades léxicas e linguísticas do próprio texto (Squarisi 2005).

2.4 Fotojornalismo

Após suas muitas evoluções e aprimoramentos, a fotografia se tornou um dos formatos mais acessíveis para cobrir eventos. Apesar disso, há muitos aspectos do fotojornalismo a serem ainda explorados antes de se realizar a cobertura das sessões simuladas. Nesse sentido, incentivar-se a produção,

edição e compartilhamento de fotografias, por permitirem criar vínculo com o que está acontecendo, bem como estabelecer a relação com o presente e com a realidade. No UFRGSMUN, os jornalistas devem utilizar seus próprios equipamentos, tais como smartphones, tablets, câmeras digitais, câmeras DSLR, entre outros.

A fotografia é um elemento de extrema importância na cobertura jornalística, sendo necessário saber o quê, quando e como fotografar, além de saber quais fotos e o porquê de divulga-las nas plataformas digitais *Twitter* e *Medium*. Para entender mais detalhadamente esse processo, optou-se por abordar dois âmbitos distintos da captura fotográfica: as DSLR e as câmeras portáteis de smartphones e tablets.

2.4.1. Fotografia com DSLR

DSLR é a sigla de *Digital Single-lens Reflex*, ou câmera digital com lente reflexiva, que designa um grupo de câmeras digitais. As DSLR são normalmente maiores que as compactas e possuem sensores com maior e melhor qualidade, além de permitirem uma maior liberdade do fotógrafo na definição de ajustes (Ramalho 2012). A principal tarefa para quem quer acompanhar o evento com uma DSLR é ler o manual do seu equipamento e saber quais funcionalidades ele possui. A seguir, serão listados, e brevemente apresentados, diferentes modos de captura utilizados nas DSLR. Existem outros modos que podem ser escolhidos na maioria dos equipamentos, entretanto, optou-se por mencionar, neste guia de estudos, aqueles que mais se adequam aos tipos necessários para os dias de evento.

No Modo Automático, a câmera escolhe a velocidade do obturador, a abertura da lente, o ISO[7] e as configurações de flash. Se você não tem muita habilidade com a câmera, esse é o melhor modo. Grande parte das vezes, a câmera tende a disparar o flash, mesmo quando ele não é necessário, por este motivo, é preciso tomar cuidado. Já o Modo retrato é um dos modos cena, disponíveis pela câmera. Nessa modalidade, a câmera diminui a profundidade de campo, permitindo que a pessoa fotografada em primeiro plano fique focada e o fundo desfocado.

O Modo M (Manual) permite que o fotógrafo possua total liberdade para alterar velocidade e abertura. Nesse modo a câmera não interfere em nenhum ajuste de exposição. Já no Modo AV (Prioridade de Abertura) é possível alterar somente o valor da abertura da lente. A câmera configura a velocidade do obturador. Esse modo é adequado quando a profundidade de campo for o objetivo principal da fotografia. Ainda há o Modo S (Prioridade de Obturador), cuja função permite alterar a velocidade do obturador, já que a câmera ajusta automaticamente a abertura da lente. Esse modo é adequado

7 Configuração que determina a sensibilidade do sensor à luz.

quando se quer definir o movimento na imagem, como, por exemplo, congelar ou borrar uma cena. Por último, no Modo P (Programação automática), que é semelhante ao automático, as configurações de obturador e de abertura de diafragma são determinadas pela câmera. O fotógrafo pode fazer algumas alterações como o disparo do flash, fazer uso da compensação de exposição, ou aplicar variação da abertura e velocidade que resultem na mesma luz, mas com profundidade de campo.

Outro ajuste importante de se atentar nas DSLR diz respeito ao balanço de cores ou *White Balance*. Este serve para compensar falhas na tonalidade de cor geradas pela presença de outras fontes de luz. Ele é importante pois, se usado corretamente, fornece à fotografia maior qualidade e nitidez. Para realizar um balanço de branco nas fotos, é necessário levar em consideração a temperatura da cor de uma fonte de luz. Para tanto, recomenda-se checar, no manual do equipamento fotográfico, como se ajusta o *White Balance*.

Manipulando o diafragma, é possível modificar o que se conhece por profundidade de campo. A sua abertura regula a quantidade de luz que entra na câmera. Quanto maior for a abertura do diafragma (lembre-se: menor é o seu número!), mais luz entrará na câmera e, consequentemente, menor a profundidade de campo. Uma grande profundidade de campo deixa "tudo" em foco. Uma pequena profundidade de campo deixa uma pequena área em foco. Esse recurso pode ser útil quando você quer focar apenas em um ponto, ou mostrar a sala como um todo. Na primeira situação, deve ser utilizada uma pequena abertura de diafragma (número maior), que irá aumentar a profundidade de campo. Na segunda situação, utiliza-se uma grande abertura de diafragma (número menor), que irá diminuir a profundidade de campo.

Por último, é importante definir as funções do ISO, que determina a sensibilidade do sensor à luz. Quanto maior for o valor do ISO, mais sensível é o sensor à luz, ou seja, mais luz ele capta. Quando há pouca luminosidade, aumenta-se o valor do ISO e, portanto, a câmera irá capturar a imagem com mais luz. Entretanto, quanto maior o valor do ISO, maior o ruído na fotografia (granulação), ou seja, menor será a qualidade da imagem obtida. Recomendamos ajustar o ISO por volta de 400 e 800; porém, vale lembrar que tal ajuste depende da situação e do contexto do restante das funções escolhidas.

2.4.2 Fotografia com o celular

Quando não se tem disponível uma câmera digital compacta ou com lente reflexiva (DSLR), a solução é utilizar a câmera dos próprios *smartphones*. O ponto positivo é que a qualidade das câmeras dos telefones vem aumentando a cada geração de modelos lançados, permitindo que as fotografias tenham mais qualidade. Para tirar fotos nos *smartphones*, entretanto, é

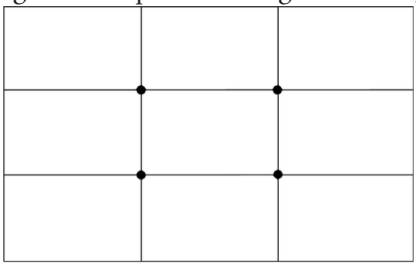
preciso conhecê-lo, isto é, explorar todas as possibilidades de configurações, verificando sempre se a qualidade das fotos salvas no dispositivo está em seu máximo - muitos celulares salvam as fotos em qualidades baixas para não ocupar muito espaço da memória do dispositivo. Os aparelhos são diferentes, por isso, procure saber a melhor forma de fazer foco, melhorar a intensidade da luz, entre outras configurações. A lente da câmera do celular deve ser mantida limpa! Isso porque, em razão de os aparelhos estarem muitas vezes em bolsos, mochilas e outros locais fechados, as lentes costumam ficar sujas com frequência.

Quando o assunto é luz, é necessário tomar cuidado! Procura-se sempre um lugar bem iluminado, bem como regula-se (se o seu aparelho permitir) a intensidade da luz na foto. Caso não seja possível, tenta-se tirar a fotografia com o aparelho apoiado, isso porque, na ausência de luz, o aparelho faz alterações no tempo de exposição e no ISO, motivo pelo qual as fotografias podem sair tremidas ou granuladas. Ademais, evita-se utilizar o *zoom* com as câmeras de celular, porque a maior parte dos dispositivos usa *zoom* digital. Este extrapola a imagem para criar a ilusão de aproximação, perdendo detalhes que podem ser cruciais ou prejudicando a qualidade das fotos. Caso o motivo fotografado esteja longe, aproxima-se desse e se captura a foto.

2.4.3 Dicas para fotografar

A primeira dica é, independentemente de se estar utilizando uma DSLR ou um celular, experimentar ângulos novos. Recomenda-se tirar diversas fotos e não economizar espaço nos dispositivos. Além disso, aconselha-se procurar posições diferentes para descobrir a melhor e mais interessante posição e iluminação. Existem diversas formas de fotografar, diversas dicas e táticas para melhorar a fotografia, mas selecionamos aqui a que consideramos a mais importante: a Regra dos Terços, que é utilizada desde a Renascença nas pinturas de artistas como Leonardo da Vinci e Michelangelo (Ramalho 2012).

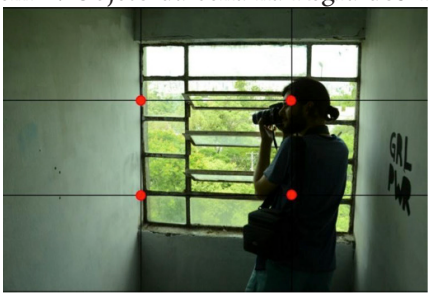
Imagem 1: Esquema da Regra dos Terços



Fonte: acervo dos autores

Essa regra divide a cena em três linhas verticais e três horizontais, resultando em 9 retângulos iguais. O ponto de encontro das linhas são os pontos focais, ou seja, os pontos onde se quer chamar a atenção. Nas fotografias, tenta-se colocar o objeto da cena em um desses pontos. Essa ferramenta ajuda a evitar composições centralizadas e monótonas.

Imagem 2: Objeto da cena na Regra dos Terços



Fonte: acervo dos autores

"A fotografia digital - ainda mais que analógica - envolve um processo muito mais dependente de mecanismos, sistemas óticos e padrões técnicos" (Buitoni 2011, p. 97). Nesse sentido, a fim de facilitar o trabalho dos jornalistas em representação nos dias de evento, sugere-se a utilização de programas e aplicativos para captura e edição das fotos. No caso da utilização dos celulares para fotografar, aconselha-se a utilização de dois aplicativos em específico. O primeiro deles chama-se *Lenka* e está disponível para *smartphones Android* e *iOS*. Tal aplicativo tira fotos em preto e branco, permitindo modificar contraste e tom antes ou após a captura. É um ótimo aplicativo para produção de fotos em preto e branco; entretanto, ele não edita fotos não tiradas pelo aplicativo, dificultando quando queremos capturar fotos coloridas e em preto e branco. O segundo, *VSCOcam*, é um aplicativo também disponível para *Android* e *iOS* e apresenta uma lista de filtros gratuitos. Ele permite a captura de imagens pelo próprio aplicativo e a edição de imagens salvas no dispositivo. Da mesma forma, possui a opção de compartilhamento para o *Twitter*.

No caso da utilização de equipamentos DSLR para fotografar, sugere-se a utilização do *Adobe Photoshop*. Trata-se de um dos melhores softwares de edição de imagem. Com o programa, é possível cortar as imagens, bem como editar algum possível erro na hora da captura relacionado à luz, tonalidade, contraste e enquadramento. Com tais opções, contudo, é importante cuidar apenas para as imagens não serem manipuladas demasiadamente, alterando então a finalidade informacional ou, inclusive, ferindo a ética da profissão ao

faltar com a verdade.

> A questão ética que envolve a fotografia, e não só a fotografia digital, deve responder a três perguntas: Quanto uma manipulação fotográfica nos aproxima ou nos afasta da realidade que se quer mostrar? Quanto essa realidade que se quer mostrar se aproxima ou se afasta do real? Quanto o real está a serviço da intenção de quem fotografa? (Oliveira 2009, 118).

Outra questão que se deve atentar diz respeito ao armazenamento das captações. Isso porque, para se achar a foto ideal e adequada para o veículo no qual ela será divulgada, é necessário realizar muitas tentativas – inclusive, é esse o recomendado. Portanto, sugere-se conferir, antes do início da captura das fotos, se a câmera está com cartão de memória e se este possui espaço suficiente para armazenamento. Grande parte dos *smartphones* possui entrada para cartão de memória, então é altamente encorajado que você o utilize. Assim, você garante que não ficará sem espaço na memória interna do seu aparelho. Mas caso não se possua cartão de memória, recomenda-se utilizar os serviços de *backup* em nuvem para otimizar o espaço utilizado. Os mais comuns e que podem ser instalados no celular são o *Dropbox*, o *Google Drive* e o *iCloud*.

As fotografias, no CI, terão a função de mostrar aos que não estavam presentes, no momento da simulação, o que nela ocorre, bem como contextualizar as publicações. Ainda que possa parecer um tanto óbvio, pensar dessa forma é um recurso altamente didático, pois permite fotografar exatamente para o objetivo ao qual o CI se propõe: enxergar, nas fotografias, a postura, o olhar, as reações dos delegados e os acontecimentos como um todo. Geralmente, as sessões não são muito visuais e as fotos podem sair muito parecidas. Por este motivo, é necessário investir em novos ângulos, bem como procurar detalhes marcantes e que sejam importantes para narrar o que aconteceu na sessão em específico.

Destaca-se ainda que é necessário tirar diversas fotos para que uma seja considerada a mais adequada para divulgação; no entanto, importa lembrar: o fotógrafo deve ser "invisível", ou seja, não deve atrapalhar o andamento da sessão com barulhos ou solicitando que as pessoas mudem suas posições para que a fotografia fique melhor. Isso parece óbvio, mas, por vezes, para encontrar a foto mais adequada, o fotógrafo pode desconcentrar o agente fotografado. Dependendo do meio onde as fotos forem divulgadas, essas podem ser mais descontraídas, cômicas, polêmicas ou sérias. O importante é compreender o que cada meio demanda da fotografia. No *Twitter*, por exemplo, por ser uma plataforma mais dinâmica, as fotografias podem fluir da comicidade à

seriedade, da descontração à polêmica. É essencial, também, que todas as capturas selecionadas e divulgadas possuam legenda e que nelas estejam presente o que está acontecendo, quando aconteceu e quem está praticando a ação da fotografia.

2.5 Jornalismo audiovisual

Com o avanço da internet, e principalmente a partir da criação do *Youtube*, em 2005, o compartilhamento de informações por meio de vídeos tornou-se uma das formas mais eficazes de divulgar notícias, produtos, serviços, arte, tecnologia, dentro outros. No UFRGSMUN, a utilização principal do vídeo é informar e/ou entreter os participantes da simulação.

O telejornal pode ser definido como o jornalismo aplicado à televisão. Sua principal função é divulgar notícias dos mais diversos assuntos, utilizando-se de auxílios visuais para facilitar a compreensão do telespectador. A narração, em geral por parte do âncora, é um recurso comumente utilizado para explanar a notícia. No contexto da simulação, o telejornalista será responsável pela produção de reportagens. Neste gênero jornalístico há a presença do repórter, entrevistas feitas por ele, trechos de áudio cobertos por imagem e qualquer outro recurso gráfico e visual que se julgue necessário.

Há cinco partes que compõem uma reportagem, sendo elas: a cabeça, o *off*, o *stand up*, as sonoras e o pé. De maneira semelhante ao *lead* do jornalismo escrito, a cabeça é a introdução da notícia pelo locutor; o *off* é a narração do texto do repórter em conjunto com imagens ligadas à notícia; o *stand up* é a narrativa feita pelo repórter no local do acontecimento; as sonoras são as entrevistas feitas pelo repórter; por fim, o pé é definido pelo texto breve lido pelo apresentador para o encerramento da matéria (Rezende 2000).

Produzir um vídeo exige um bom texto, mesmo não parecendo óbvio. Todas as realizações do jornalismo, de uma forma ou de outra, são vinculadas à linguagem escrita. Para a construção de uma boa história é necessário entender o seu público-alvo. Isto é, alcançando na maneira e na forma como determinado assunto será abordado. Segundo Heródoto Barbeiro (2012), a ideia de imagens compostas com textos remete à instantaneidade do jornalismo. Isso é uma característica da produção de vídeos, os quais precisam dialogar com o telespectador da melhor forma possível. Mesmo com textos parecidos, o vídeo de *web* e a televisão possuem diferenças. Entre elas, o modo de produção técnica de conteúdo e a liberdade e a autonomia presentes na sua confecção, que são mais presentes nos vídeos de *web*. A linguagem pode ser a mesma, bem como a natureza dos textos, que, segundo Barbeiro (2012), costumam ser objetivos e concisos. "Algumas regras, porém, devem ser seguidas em cada veículo para que a missão de conquistar o telespectador, ouvinte ou leitor seja alcançada" (Barbeiro 2012, 149).

2.5.1 Entrevista audiovisual

A entrevista em vídeo deve levar em conta a falta de familiaridade que o entrevistado em geral possui com as câmeras. É recomendado que haja uma conversa com o entrevistado enquanto não há gravação, para sanar eventuais dúvidas; instruí-lo acerca de quais tipos de pergunta serão feitas; bem como deixá-lo o mais confortável possível. Este esclarecimento da pauta, ao entrevistado, é também uma maneira de conseguir uma maior objetividade nas respostas por parte dele. Segundo Cruz Neto (2008), o repórter deve ter claro para si as perguntas que quer fazer ao entrevistado e estar atento às respostas, para questioná-lo quando oportuno.

No âmbito da filmagem da gravação, alguns fatores devem ser levados em conta. A iluminação do ambiente é de extrema importância para que o entrevistado fique em evidência, devendo-se priorizar ambientes com iluminação natural e com pouco ruído externo. O fundo não deve ser poluído visualmente, para que não haja distração do foco principal (o entrevistado). A Regra dos Terços deve ser observada na filmagem, também, a fim de manter o entrevistado centralizado.

2.5.2 Edição de vídeo

A partir dos anos 1990, a edição não linear de vídeo surge e se populariza como a forma padrão de edição, dadas às descobertas tecnológicas surgidas nessa década. Pode ser definida como o método de edição que utiliza o inteiramente ambiente digital para editar vídeos, sem necessidade de alterar os arquivos originais. O ato de editar o material de vídeo coletado consiste em decidir quais elementos serão mantidos, apagados e combinados - em uma determinada lógica de encadeamento -, para a criação do novo conteúdo. Esse ato consciente será baseado na intenção que o editor possui e qual seu sentido e objetivo final ao produzir o vídeo. Existem diversos softwares de edição[8], sendo o *Windows Movie Maker*[9] o programa gratuito mais utilizado entre os leigos.

2.6 Coletiva de Imprensa

A coletiva de imprensa consiste em um modo de entrevista em que "a personalidade atende à imprensa em conjunto, respondendo às perguntas de repórteres de diversos veículos de comunicação" (Rabaça e Barbosa 1987, 238). Ou seja, é organizado um evento para que dúvidas em relação ao objeto em foco sejam sanadas. Esse processo requer preparo aprofundado tanto por

8 Para mais softwares de edição gratuitos, acesse: http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2014/01/lista-traz-dez-editores-de-video-gratis-para-baixar-no-computador.html.

9 Para aprender mais sobre o Windows Movie Maker, acesse: http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2011/02/como-editar-videos-simples-no-windows-movie-maker.amp.

parte do repórter quanto do entrevistado. A prática das coletivas surge juntamente à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), como técnica de propaganda dos Estados Unidos da América (EUA), e gera a ideia de que a opinião pública pode ser controlada através dela (Duarte 2003, 58). As primeiras coletivas de imprensa foram convocadas pelo presidente americano Theodore Roosevelt, que instala a primeira sala de imprensa na Casa Branca. Ao fim da Guerra, Woodrow Wilson, então presidente dos EUA, dá continuidade à prática das entrevistas coletivas, tornando-a um costume no país. Desde então, esse modo de entrevista têm sido uma forma de prestar esclarecimentos públicos, assim como de comunicar assuntos de grande relevância.

Segundo Maristela Mafei (2010, 62), "merece entrevista coletiva o assunto que mobiliza as atenções e tem impacto sobre a vida da população". Ao longo dos anos, a organização desses eventos foi atribuída ao ramo do jornalismo intitulado ASSESSORIA DE IMPRENSA. Este é responsável por fazer o contato do assessorado com a mídia e trabalhar a sua imagem pública. A função é marcada pela interseção do jornalismo e das relações públicas, diferindo do trabalho tradicional do jornalista. Por outro lado, a coletiva de imprensa precisa, também, do jornalista no papel de entrevistador para que seja realizada. Em um evento de simulação da ONU, essa função cabe aos delegados do Comitê de Imprensa Internacional. Neste caso, é necessário que o delegado entenda exatamente a sua função na coletiva, assim como a importância dela para o andamento do evento e para o desenvolvimento das discussões nos demais comitês.

A coletiva de imprensa não é apenas um momento de perguntas da mídia para alguma delegação. Ela tem a capacidade de alterar o rumo dos debates, de expor questões mal defendidas pela delegação e de colocar "contra a parede" declarações controversas. Não há razão para a existência da coletiva se não houver uma ruptura entre o antes e o depois de sua realização. Ela é um momento decisivo para o encaminhamento das questões pautadas pelos diversos comitês. Para que a entrevista coletiva atinja seu máximo potencial, é preciso que as perguntas do repórter sejam elaboradas cautelosamente. Ele deve estar atento ao curso do debate do comitê pelo qual ficou responsável, de forma a tomar conhecimento das questões críticas que envolvem a resolução do problema proposto. As perguntas elaboradas devem ser sucintas o quanto possível, uma vez que a intenção do jornalista nunca é confundir o entrevistado, mas, sim, esclarecer pontos obscuros para as demais delegações do comitê ou para o público em geral. É primordial ressaltar que as perguntas devem estar atreladas à visão do veículo em representação (o que é importante para o veículo saber?).

Não serão todos os delegados do comitê que serão entrevistados. É função do jornalista do CI decidir quem deve responder às questões. A

escolha, por óbvio, não é aleatória. Devem ser interrogadas delegações que se relacionam com o tema do debate, que se destacaram por suas colocações nos discursos ou que se omitiram em momentos importantes. Aqueles que prestaram declarações controversas ou desconfiáveis, com base em sua política internacional, também podem ser chamados a responder os questionamentos do jornalista. Pela grande importância desse momento, é preciso, no UFRGSMUN, que as perguntas a serem feitas na coletiva tenham aprovação prévia da mesa diretora do comitê acompanhado e dos diretores do Comitê de Imprensa Internacional. É imprescindível que o repórter tenha estudado o escopo e o tópico do comitê em questão anteriormente e tenha estado presente em suas sessões quando o assunto foi desenvolvido. Ele precisa saber o suficiente sobre a questão a fim de que o entrevistado não desvie o foco da resposta.

Ainda para o bom andamento da entrevista, existe a possibilidade de réplica por parte do jornalista e de tréplica por parte da delegação entrevistada. Isto é, caso a resposta para a questão proposta seja insuficiente ou duvidosa, o jornalista tem o direito de repeti-la, elaborá-la de outra maneira ou questionar, com dados, algum ponto da resposta. O entrevistado, por sua vez, tem a chance de retificar ou esclarecer a sua declaração. Essa entrevista deve proporcionar resultados visíveis. Assim, tudo o que acontece durante o seu processo deve ser reportado pelos jornais presentes. De nada vale uma coletiva que não venha a repercutir na mídia. Por isso, com base nas perguntas e respostas, devem ser elaboradas notícias por diferentes veículos, sempre de acordo com seus princípios editoriais.

3 O JORNALISMO E AS PLATAFORMAS DIGITAIS

A atividade jornalística está historicamente ligada à tecnologia. Hoje, ao observar a história do jornalismo, destaca-se, principalmente, o avanço tecnológico da prática jornalística ocorrido após a segunda metade da década de 1990 com o desenvolvimento da internet". Houve, então, um processo de reformulação do mercado jornalístico e do perfil dos profissionais em função dos avanços tecnológicos. "Com o mercado de trabalho redesenhado [...] ganha espaço o discurso da inevitabilidade da convergência e da necessidade de se investir em profissionais com múltiplas habilidades" (Rodrigues 2009, 67). Frente a esse cenário, portanto, nota-se que, para o jornalista atuante nas plataformas digitais, é necessário o conhecimento de como o ofício se articula em diferentes mídias, pois aquele que se limitava à televisão, ao rádio ou ao jornal impresso, agora comporia uma única narrativa, em uma única plataforma (Rodrigues 2009).

Uma das principais peculiaridades da atividade nas mídias digitais

diz respeito à ideia de hipertexto ou hipermídia. "Por ter plasticidade e ser elástico, o ciberespaço nos permite misturar, articular e incorporar formatos não-textuais em textuais, imagéticos em sonoros e vice-versa" (Ferrari 2010, 79). Em ferramentas como blogs, sites e redes sociais, é possível unir as diferentes mídias de veiculação do jornalismo em um único espaço. Esse recurso é de extrema importância para a atividade jornalística por permitir que diferentes aspectos daquilo que é noticiado sejam explorados, bem como possibilitar o alcance a diferentes públicos ao unir texto, vídeo e áudio.

Já no âmbito do texto jornalístico, mantém-se, no digital, todas as características elementares - já mencionadas anteriormente neste guia de estudos. A grande diferença, é que no digital os fatos nunca param de acontecer, e os jornalistas não param de reportá-los na *web*. Isso porque a internet permite que uma matéria seja editada, atualizada e complementada a todo momento, sempre que for necessário. Por isso, nos portais de notícia, é comum observar elementos indicando o horário de publicação e de atualização de uma notícia, conforme ela for alterada ao longo do dia.

Outra noção que se reformulou nas mídias digitais são as coberturas em tempo real. A possibilidade de produção e publicação praticamente simultâneas na internet permitiu a ideia de uma cobertura jornalística realizada em tempo real com maior instantaneidade e dinamismo, quando comparada às transmissões ao vivo já regulares no rádio e na televisão (Ferrari 2010). As mais comuns são as realizadas, nos próprios sites de notícia ou em redes sociais, com uma série de notas curtas - reportando o ocorrido minuto a minuto - ou por transmissões ao vivo - assemelhando-se ao que já acontecia na televisão. Por último, destaca-se nessas plataformas a qualidade de fácil interação com o público.

Apesar de aparentar ser um processo de fácil realização, a cobertura nas mídias digitais exige muita atenção e dedicação por parte do repórter. Isso porque é preciso concentrar-se no objeto de reportagem e, ao mesmo tempo, desenvolver um mecanismo rápido de checagem dos fatos, bem como pensar a articulação de diferentes formatos na reportagem do mesmo elemento – tais como texto, foto, vídeo e áudio (Rodrigues 2009). Ainda que seja uma cobertura via rede social, por se tratar de um produto jornalístico, mantém-se a ideia de apresentar um conteúdo claro, objetivo e de credibilidade. No UFRGSMUN, o CI irá atuar em duas ferramentas principais: *Twitter* e *Medium*. Visando, pois, à boa utilização de tais mídias, faz-se necessário o conhecimento de suas histórias e lógicas de funcionamento.

3.1 Twitter

A rede social famosa por sua instantaneidade foi criada em 2006 por Jack Dorsey, Evan Williams e Biz Stone (Terra 2017). A ideia inicial é a de

que a plataforma se parecesse com uma troca de status, ao estilo de um SMS (mensagem de texto), razão pela qual há a limitação de 140 caracteres em cada publicação na linha do tempo, os *tweets*. No princípio, a ideia era que o projeto se chamasse *twich*, palavra cujo significado assemelha-se a algo como "vibrar". Como o nome não representava exatamente o propósito da futura rede social, seus criadores procuraram outro nome semelhante no dicionário, mas que tivesse significado apropriado. *Twitter*, além de ser a palavra em inglês para "pios de pássaros", quer dizer "uma pequena explosão de informações inconsequentes". Atualmente, a rede social possui em torno de 328 milhões de usuários ativos (Twitter 2017).

A utilização do *Twitter* para fins jornalísticos está diretamente ligada à cobertura de eventos em tempo real, de forma que se considera que seu uso deva ser moderado, porém constante. Isto significa que a conta do *Twitter* que está sendo utilizada para cobertura deve estar sempre atualizada com as informações mais relevantes. Durante a sessão de um comitê, nem tudo o que é falado pelos delegados deve ser relatado na rede social, mas somente as declarações impactantes ou polêmicas, que causam surpresa e/ou tem potencial para alterar o curso do debate - neste ponto é importante lembrar dos valores-notícia válidos para o veículo em representação[10]. A nível de exemplificação, as falas dos delegados podem ser transcritas entre aspas ou os fatos podem ser reportados na voz do jornalista - no formato de uma nota curta sobre o acontecido. É preciso ter concisão, clareza e objetividade para conseguir, em poucos caracteres, inserir o leitor na realidade que se reporta.

A linguagem a ser utilizada não necessita de formalidade, mas deve seguir a norma culta da língua portuguesa, evitando o uso de gírias ou abreviações desnecessárias. Mesmo sendo um espaço menos formal, o *Twitter* ainda é, nesse caso, um local a serviço da informação, portanto, não serão aceitas postagens com teor de zombaria. É preciso utilizar a plataforma com cautela visto que sua velocidade e instantaneidade podem facilmente dar margem a frases falsas ou mal formuladas. Nesse sentido, lembra-se que se trata de uma plataforma na qual qualquer publicação pode ganhar grande repercussão com facilidade. A divulgação de imagens também é recomendada, desde que seja coerente com os critérios de postagem de fotos jornalísticas assim como os critérios de noticiabilidade. Em todo *tweet*, é necessária a utilização de *hashtags* - palavra-chave introduzida pelo símbolo "#" -, para que o usuário possa facilmente identificar do que se trata o conteúdo da notícia em questão, bem como para ampliar o alcance da publicação. De modo padrão, utiliza-se marcações com o nome do país retratado na informação (#país), com o nome do comitê em questão (#comitê) e com o nome do veículo representado

10 Na seção 4 deste guia de estudos, serão apresentadas as linhas editoriais dos veículos a serem representados pelos jornalistas do CI nos dias de evento.

(#veículo), respectivamente. A título de exemplo, cita-se o possível tweet "EUA firma acordo com o Canadá #EUA #Canadá #NYT #OMC", em que são explicitadas as delegações envolvidas, o veículo responsável pela informação - *The New York Times*, no caso - e o comitê em que ocorreu o fato relatado - Organização Mundial do Comércio.

3.2 Medium

O *Medium* é uma plataforma digital criada em setembro de 2012 pela *Obvious* – empresa de Evan Williams e Biz Stone, criadores do *Twitter* e, também, do *Blogger*[11]. A plataforma que se descreve como "um lugar melhor para ler e escrever coisas que importam" (Tecnoblog 2017, online) é um modelo que une a funcionalidade das plataformas já comuns de blogs – como o próprio *Blogger* e o *WordPress*[12], por exemplo -, mas com alguns atributos de redes sociais - como *Facebook, Instagram, Tumblr* e outras -, e uma maior possibilidade de convergência entre mídias, quando comparada a estas últimas plataformas mencionadas. Todavia, o diferencial da mídia em questão tange seu propósito enquanto rede, pois se propõe a veicular o conteúdo que não cabe de forma tão adequada nas redes sociais e, pelo mesmo motivo, não se prolifera tão saudavelmente nos blogs comuns. O *Medium*, assim, apresenta-se especificamente como uma plataforma de conteúdo em profundidade, como explicou Evan Williams, co-criador da plataforma: "Se tornou um lugar para troca de ideias, onde pensadores, criadores e pessoas com histórias para contar encontram seu público, emocionam pessoas e nos incentivam a seguir em frente" (Medium 2017, online).

As contas no *Medium* estão diretamente ligadas às contas do *Google* e do *Twittter* de seus usuários, portanto, extrai dados dessas redes e possibilita que todo seguidor nas mídias conectadas - que já possua uma conta no *Medium* - seja, de modo automático, um novo seguidor. O mesmo vale para o *Facebook*. Todos os posts na plataforma podem ser organizados em coleções pelos usuários em suas páginas, também permitindo a colaboração de outros usuários nas mesmas. No *feed* de cada conta, mostrarão ao invés de serem mostrados posts em ordem cronológica, esses são exibidos em ordem

11 *Blogger* é a plataforma gratuita de blogs do Google. Lançado em agosto de 1999, foi uma das primeiras ferramentas dedicadas à publicação de blogs e é conhecida por popularizar o formato. Apresenta-se como uma ferramenta ideal para iniciantes nesse por prometer fáceis navegação e administração, além de oferecer diversos recursos para criação e personalização dos blogs, de acordo com as necessidades dos usuários (Techutudo 2017).

12 *WordPress* é um aplicativo de sistema de gerenciamento de conteúdo para web, semelhante ao Blogger, porém voltado para a criação de sites e blogs, lançado em maio de 2003. Trata-se de uma das ferramentas mais conhecidas do meio, disputando diretamente com o serviço do Google anteriormente mencionado. No entanto, o *WordPress* é adotado por aqueles que buscam uma interface mais profissional e com recursos de programação mais avançados (Techtudo 2017).

de avaliação, isto é, primeiro, são mostrados os posts melhor avaliados pelos usuários da plataforma e assim sucessivamente. As publicações no Medium são chamadas de "histórias" e é possível escrever diretamente na plataforma, colar um texto já pronto ou importar algum fragmento de qualquer outra página da *web* (Medium 2017). Ao começar a escrever, pode-se notar o sinal "+" na margem esquerda da tela. Clicando nele, é possível acessar à barra de ferramentas de incorporação:

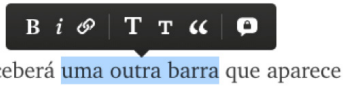
Imagem 3: Barra de ferramentas de incorporação



Fonte: Medium 2017

Essas opções permitem que se incorpore um arquivo de imagem; um vídeo do *YouTube* ou *Vimeo*; um item genérico de alguma das fontes suportadas pelo *Medium*[13], como *Spotify* ou *Soundcloud,* para áudio, *Twitter* e *Instagram*, para vincular à história um *tweet* ou post; ou um separador para indicar uma pausa ou quebra de linha. Ao iniciar a edição, também é possível acessar à barra de ferramentas de texto ao selecionar uma parte do texto no modo rascunho.

Imagem 4: Barra de ferramentas de texto



Fonte: Medium 2017

Essa barra de ferramentas permite que o usuário deixe algum fragmento do texto em negrito, itálico ou insira, no mesmo, um *hiperlink*. Também é possível formatar o texto como título, subtítulo, citação longa ou citação curta. Ao ativar a barra mencionada selecionando o começo de um novo parágrafo, pode-se optar por iniciar o trecho com uma letra capitular (Medium 2017).

Destaca-se ainda a possibilidade e importância de também usar outros canais sociais para divulgar as publicações do *Medium*, de forma que o conteúdo possa alcançar um número cada vez maior de interlocutores. A plataforma oferece uma alternativa chamada "lançamento de texto", em que, mesmo havendo texto de mais de 140 caracteres, é possível divulgar uma

13 É possível conferir quais site e aplicativos são compatíveis com a plataforma no seguinte endereço: http://embed.ly/providers.

história no *Twitter* - nesta categoria é possível observar um envolvimento de 2 a 5 vezes maior do que um *tweet* normal (Medium 2017).

Imagem 5: Texto do *Medium* incorporado ao *Twitter*



Fonte: Medium 2017

No Comitê de Imprensa Internacional, a utilização da plataforma em questão mostra-se pertinente por se tratar de um meio de fácil construção do hipertexto e de conexão entre mídias. Para os representantes do CI, o *Medium* será utilizado para a publicação da cobertura completa dos comitês em simulação. Portanto, a maior parte do conteúdo será em texto e foto, contudo, incentiva-se a produção de materiais vídeo e áudio que possam complementar as narrativas. Referindo-se a linguagem a ser utilizada, deve-se valer dos tópicos já abordados anteriormente sobre cada um dos formatos da cobertura jornalística. Todas as publicações do *Medium* estarão inseridas em suas respectivas coleções, seguindo o critério de veículo e comitê.

4 LINHAS EDITORIAIS

A linha editorial de um jornal é a política determinada pela direção do veículo de comunicação, que define seus valores e princípios. Tendo ela como base, o repórter cobrirá ou não certos acontecimentos, bem como saberá de que forma se posicionar diante deles (Moreira 2006). Para o Comitê de Imprensa Internacional, selecionou-se dezoito veículos - jornais, canais televisivos e sites de notícia - para a representação dos jornalistas. No contexto da simulação, cada jornalista assumirá o papel de um jornal e, portanto, deverá se adequar à política editorial de seu veículo de comunicação. Para tal realização, é preciso conhecer um pouco da história e do contexto dos veículos a serem representados, bem como o perfil de seus interlocutores.

Considerada a maior emissora de televisão jornalística do Qatar, além de ser a mais importante rede de televisão pan-árabe - movimento nacionalista étnico que pretendia reunir todos os árabes politicamente (Demant

2013) - o **Al Jazeera** foi criado em 1996 pelo emir Hamad Al Thani com o intuito de transformar o país em um grande centro cultural da região. Com sede em Doha e transmitido em língua árabe e inglesa em seus canais a cabo, o *Al Jazeera* hoje em dia é conhecido por sua visão inovadora e revolucionária na região árabe. A emissora, por defender a liberdade de expressão dos meios de comunicação, posiciona-se de forma contrária a alguns governos do Oriente Médio. Documentos vazados pelo *Wikileaks*, em 2010, demonstraram ligações entre o canal e o governo do Qatar, apesar de o *Al Jazeera* afirmar o contrário. Há uma crítica aberta às ações anti-islâmicas por parte do canal, fazendo-o receber respostas de ódio tanto de governos árabes, quanto dos estadunidenses. Está presente atualmente em mais de 140 países e, nos Estados Unidos, o canal a cabo *Al Jazeera America* possui presença estimada em 61 milhões de residências. Fundou uma plataforma de vídeos online em 2015 chamada AJ+, que, com gravações curtas, procura informar aos interlocutores assuntos diversos da política internacional, como, por exemplo, migração e xenofobia, razão pela qual tem sido considerada uma plataforma de comunicação mais liberal quando comparada à sua vertente tradicional de transmissão de notícias (AJ Plus 2017).

Com sede em Cape Town, Dakar, Lagos, Monrovia, Nairobi e Washington D.C., o **AllAfrica** distribui cerca de 900 notícias todos os dias nos idiomas inglês e francês. Os conteúdos publicados pelo veículo são produzidos por cerca de 150 organizações de notícias africanas. De acordo com o *AllAfrica*, seu objetivo é refletir a diversidade de relatórios, análises e comentários a partir do maior número possível de mídia influente dentro e fora da África. Nesse sentido, o *AllAfrica* fornece conteúdos produzidos por governistas, opositores e profissionais independentes. Entre as agências de notícias que fornecem itens de informações para o veículo estão o *Al Jazeera* (Doha), a *Deutsche Welle* (Bonn), o *The Guardian* (Lagos), a Fundação *Thomson Reuters* (Londres), a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (Adis Abeba) e o Serviço de Notícias das Nações Unidas (Nova York). O conteúdo produzido por essas organizações não é editado, motivo pelo qual não é de responsabilidade do *AllAfrica*. Além disso, o *AllAfrica* publica textos jornalísticos originais - como notícias, reportagens, artigos - elaborados pela sua equipe editorial de jornalistas premiados (AllAfrica 2017).

Pertencente a um conglomerado comunicacional, o jornal online foi criado em 1997 a partir do encerramento das atividades do jornal impresso também intitulado **Asia Times**. Com textos produzidos na língua inglesa para fins de alcançar maior público, o objetivo do portal é, a partir de uma perspectiva asiática, trabalhar os temas e notícias do continente diferenciando seu material através de uma visão não ocidental dos fatos. Seus leitores são pessoas de influência em todo o mundo, que procuram saber sobre assuntos

políticos e econômicos do continente asiático, sendo considerado uma leitura essencial tanto para asiáticos quando para ocidentais que querem fazer negócios (Asia Times 2017). O site do Asia Times oferece duas seções com notícias exclusivas sobre a China e a India.

Sendo a maior e mais antiga emissora de rádio do mundo, a Corporação Britânica de Radiodifusão (*British Broadcast Corporation*, **BBC**, em inglês) foi fundada em 1922. Por ser uma organização de serviço público, a BBC tem cinco objetivos públicos estabelecidos pela Carta e Acordo Real, a base constitucional da BBC como apresentado ao parlamento inglês. Estes objetivos são: fornecer notícias e informações imparciais para ajudar as pessoas a entender e se envolver com o mundo a sua volta; apoiar aprendizagens para pessoas de todas as idades; mostrar os produtos e serviços mais criativos, diferenciados e de maior qualidade; refletir, representar e servir as diversas comunidades de todas as nações e regiões do Reino Unido e, ao fazê-lo, apoiar a economia criativa; refletir o Reino Unido, sua cultura e seu valor para o mundo (BBC 2017c, online). Nesse contexto, sua principal finalidade é propagar a cultura britânica, reforçando o lema "a Nação deve transmitir paz para a Nação" (BBC 2017a, online). A BBC é financiada através de uma taxa de licença anual de televisão, cobrada a todas as casas, empresas e organizações britânicas que utilizem qualquer tipo de equipamento que transmita ou grave emissões de televisão ao vivo. Atualmente, a BBC oferece cinco estações de rádio na Grã-Bretanha, variando desde estações de música até notícias e serviços de informação, assim como canais de televisão nacional e notícias internacionais online. A BBC não pode ter propagandas ou programas patrocinados em sua programação, graças às leis da Carta e Acordo Real. É requisitado, também, que opiniões pessoais sobre assuntos atuais ou questões de notoriedade pública não sejam divulgadas, além da exigência de que se mantenha a imparcialidade no tratamento de temas polêmicos. Atualmente, a programação da emissora é transmitida em mais de quarenta línguas para aproximadamente 120 milhões de pessoas no mundo inteiro. No Brasil, o serviço da BBC é considerado bastante progressista, já tendo ficado à frente de campanhas contra a homofobia e a favor dos direitos das mulheres, por exemplo (BBC 2011, 2017b).

Fundado em 1960 com a fusão de três outros títulos, a Folha da Manhã, a Folha da Tarde e a Folha da noite, a **Folha de S. Paulo**, na década de 1980, assumiu a liderança na imprensa diária brasileira como o jornal de maior circulação do país. Em 1984, o periódico lançou o primeiro Projeto Editorial, bem como o seu Manual de Redação, que defendiam um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno, que procurasse levar as notícias ao público com diferentes pontos de vista, condensando a concepção do jornal, a política editorial e as fases de produção jornalística. Além disso, o jornal,

a partir do mesmo Projeto, assumiu-se como produto e sujeito às leis de mercado (Folha Online 2017). Apesar do posicionamento apartidário do periódico, sabe-se que a Folha possui abordagem de centro-direita quando trabalha temas políticos e demais assuntos polêmicos, principalmente no que diz respeito à América Latina, como ao chamar o governo venezuelano de ditadura (Folha Online 2017b). Entretanto, quando comparada com outros jornais internacionais, a Folha de São Paulo pode ter uma visão mais liberal (Moreira 2006).

Fox News Channel é um canal de televisão a cabo fundado em 1996 que possui cobertura noticiosa 24 horas por dia. Com sede principal em Manhattan, a rede de notícias está presente em mais de 87 milhões de residências nos Estados Unidos da América e possui transmissão via satélite para mais de 70 países. Sua acionista majoritária é a *21st Century Fox*, conglomerado de mídia recorrentemente associado ao partido republicano americano. Por esta razão, a *Fox News* possui uma cobertura política conservadora e liberalista. O canal é constantemente alvo de críticas a respeito de suas coberturas tendenciosas em relação ao próprio governo americano e ao governo de outros países (Fox News 2017). Tem-se, como exemplo, casos em que o apresentador Bill O'Reilly foi acusado de racista e xenófobo, como quando insultou imigrantes mexicanos ao chamá-los de *wetbacks*[14] (Fairness & Accuracy in Reporting 2003).

Pertencente à Agência de Notícias da República Islâmica do Irã (ANRI), o **Iran Daily** é o jornal diário oficial do governo iraniano e mais conhecido como *Iran.* Criado em 1995, o Iran Daily serve à atual administração de Hassan Rohani (presidente do Irã desde 2013), bem como serviu às últimas administrações de Akbar Hashemi Rafsanjani (1989-1997), Mohammad Khatami (1997-2005) e Mahmoud Ahmadinejad (2005-2013). O *Iran Daily* é qualificado como um jornal governista conservador, o que foi provado pelo seu posicionamento, durante a presidência de Mahmoud Ahmadinejad, ao dar uma forte ênfase às notícias do governo. Além disso, o Iran tem um site afiliado chamado *Iran Network*, encarregado de criticar opositores do governo (Rafizadeh e Alimardani 2017).

Jornal diário e de grande circulação **Le Monde** foi fundado em 1944 por Hubert Beuve-Méry, ao final da Segunda Guerra Mundial, segundo ordens do então governante francês Charles De Gaulle, como uma forma de fornecer uma voz de respeito para a França. Desde seu início, os escritores do *Le Monde* têm a liberdade de apresentar seus próprios pontos de vista permitindo, assim, que o jornal não tenha posicionamentos políticos unificados

14 *Wetback*, ou "costas molhadas", é um termo depreciativo utilizado para descrever imigrantes mexicanos ilegais que entraram nos Estados Unidos atravessando a nado o Rio Grande, rio que separa os dois países (Koestler. 2016).

ou perspectivas ideológicas determinadas (Encyclopedia Britannica 2017a). Como uma forma de complementar o *Le Monde*, em 1954 surgiu o **Le Monde Diplomatique** com a legenda "diário dos círculos consulares e diplomáticos" (Le Monde 2017, online). Com o tempo, o *Diplô* acabou se desvinculando administrativamente do jornal Le Monde, bem como expandindo suas pautas para além dos temas diplomáticos (Paloma Rodrigues 2012).

O **Liberian Observer** ou *Daily Observer* é um jornal diário independente, de circulação em todo o território liberiano que se firma como o jornal sobrevivente mais antigo da Libéria. Fundado em 1981 por S. K. Kenneth e Mae Gene Best em Monrovia – capital da Libéria -, o *Liberian Observer* circulou no país por dez anos antes de sofrer pressões do governo liberiano durante a Primeira Guerra Civil da Libéria, em 1990. Nesse contexto, Kenneth e Best acabaram se exilando na Gâmbia, onde refundaram o jornal com o nome de *Daily Observer*. Posteriormente, o escritório do *Liberian Observer* foi queimado por forças leais ao então presidente. Em 2005, com o retorno de uma relativa estabilidade no país, Kenneth e Best reabriram o jornal na Libéria. O *Liberian Observer* tem como missão manter os liberianos - sejam aqueles espalhados pelo mundo em diáspora, sejam aqueles em fuga pelo país - informados sobre os acontecimentos locais (Liberian Observer 2017). A seção de notícias da plataforma online do jornal aborda notícias relacionadas à política, a questões jurídicas e de segurança.

Composto por sete canais de TV e por plataformas digitais em seis idiomas, o **Russia Today**, conhecido como RT, foi lançado em 2005 e hoje é um canal pago, com alcance em mais de 100 países e 644 milhões de pessoas. O RT afirma cobrir as histórias ignoradas pelos principais meios de comunicação, fornecendo perspectivas alternativas sobre os temas atuais e familiarizando o público internacional com o ponto de vista russo sobre os acontecimentos globais (Russia Today 2017).

Fundada em novembro de 2014, após a dissolução da agência de notícias *RIA Novosti* e da estação de rádio *Voice of Russia*, a **Sputnik International News** é uma agência de notícias estatal responsável por fornecer cobertura das políticas adotadas pela Rússia e também da vida pública no país. No momento, a Sputnik opera como rádio difusora em mais de 34 países, em 30 línguas diferentes e com conteúdos multimídia disponíveis na web (Sputnik Brasil 2017). O atual chefe do novo conglomerado midiático, Dmitry Kiselyov, nomeado pelo presidente Vladmir Putin em 2013, é conhecido por sua postura ultraconservadora (Al Jazeera America 2013). Tanto o *Sputnik International News* quanto o *Russia Today* são veículos russos vistos como uma forma de recuperar a imagem internacional russa durante a crise na Ucrânia, defendendo seu posicionamento no conflito (Voa News 2014, Zero Hora 2017).

A Syrian Arab News Agency (SANA), criada em 1965, é a agência oficial de notícias do governo sírio, a qual está vinculada ao Ministério da Informação da Síria. A SANA tem sua sede na cidade de Damasco, mas possui escritórios em 14 províncias sírias, bem como em Beirute, Paris, Moscou, Amã, Teerã, Kuwait, Cairo, Trípoli eRoma. Além disso, a SANA tem aproximadamente 43 correspondentes em países árabes e estrangeiros em todo o mundo. A agência cobre acontecimentos locais e internacionais, contabilizando cerca de 500 notícias e 150 fotos por dia. *A Syrian Arab News Agency* defende as posições do governo sírio e o apoio deste às causas árabes e islâmicas, bem como os princípios de justiça e direito adotados pelo governo (SANA 2017).

O **The Guardian** é um jornal britânico diário fundado por John Edward Taylor, em 1821, com o nome de *The Manchester Guardian*. O veículo ganhou reconhecimento internacional sob a gerência do editor e proprietário C. P. Scott, o qual em 1921 escreveu o importante artigo chamado "Cem anos" para marcar o centenário do jornal. Neste texto, o editor definiu os princípios e valores orientadores de um jornalista e de um jornal, tais como "comentários são livres, mas os fatos são sagrados" e que "a voz dos oponentes não é menos importante que a dos amigos e merece ser ouvida" (The Guardian 2017a, online). Além disso, C.P. aborda a necessidade de "honestidade, clareza (hoje interpretada como integridade), coragem, equidade e sensação de dever com o leitor e a comunidade" (The Guardian 2017a, online). Em 1929, C.P. Scott passou sua função no jornal para seus filhos John e Edward. Em 1932, com a morte de C.P. e Edward, a independência do *The Guardian* foi enfraquecida. Nesse contexto, em 1936, John vendeu o *The Manchester Guardian* ao *The Scott Trust Limited*, com o objetivo de garantir a independência financeira e editorial do jornal, bem como de seus jornalistas. Um dos aspectos interessantes do *The Guardian* é o fato de todo o lucro gerado ser usado como investimento para o próprio jornal, sem priorizar acionistas e proprietários. Ainda hoje, os princípios e valores declarados por C.P. Scott em seu artigo permanecem como orientadores do *The Guardian* e do jornalismo independente (The Guardian 2017b, 2017c). Em relação ao seu posicionamento, o The *Guardian* é visto como um jornal liberal de centro-esquerda (The Times 2017), manifestando-se de forma contrária ao *Brexit*[15] (The Guardian 2016), bem como criticando o governo da primeira-ministra Theresa May (The Guardian 2017d), por exemplo.

O portal de notícia e opinião **The Huffington Post** foi fundado em 2005 pela ativista americana Arianna Huffington e pretendia gerar um contraponto liberal ao *Drudge Report*, site também de notícias e opiniões, mas

15 Brexit é a junção das palavras de língua inglesa Britain – Grã-Bretanha - e exit - saída -. Ou seja, o termo se refere à saída do Reino Unido da União Europeia (BBC 2016).

com visão conservadora. Através de um website gratuito, em 2010, o *HuffPost* reunia mais de 6.000 *bloggers* não remunerados que redigiam sobre política, entretenimento e academia, bem como uma equipe de 70 jornalistas (O Globo 2010). Em 2011, o portal foi comprado pela AOL[16] que transformou o antigo *Huffington Post* em um grupo de mídia, o *Huffington Post Media Group*, expandindo suas edições para outros países (Canadá, Reino Unido, França, Espanha, Itália, Alemanha, Japão, Grécia, Brasil, Índia, Coréia do Sul e Tunísia). Além do portal, o Grupo lançou a revista *Huffington*, uma publicação produzida semanalmente na plataforma digital que trabalha através de artigos exclusivos, vídeos, infográficos e outras mídias, temas relacionados às mulheres, aos direitos LGBT, à comunidade negra e às minorias em geral. Em seguida, no ano de 2012, foi lançado o *HuffPost Live*, uma emissora online que pretendia rejeitar os formatos típicos de programação televisiva e incentivar a participação do público (Encyclopedia Britannica 2017b).

Estabelecido em 1932 como *Palestine Post*, o **The Jerusalem Post** é o maior jornal diário israelense escrito no idioma inglês. O *The Jerusalem Post* passou a receber seu nome atual em 1950. Tradicionalmente, o diário enfatiza notícias internacionais, em especial as que abordam as relações árabe-israelenses. Além disso, o *The Jerusalem Post* conta com edições na língua francesa, com o objetivo de atingir a totalidade dos leitores israelenses, estadunidenses e franceses. Apesar de se qualificar como um jornal diário independente, o The Jerusalem Post é amplamente visto como centro-direita, politicamente, se posicionando ao lado de Israel no conflito israelo-palestino. Ademais, o The Jerusalem Post é dividido em oito seções: Conflito Árabe-Israelense, Notícias de Israel, Opinião, Oriente Médio, Diáspora, Israel Verde, Premium e Notícias Cristãs. Na primeira, Conflito Árabe-Israelense, encontram-se "notícias em defesa de Israel, notícias de última hora e atualizações sobre o conflito israelo-palestino" (The Jerusalem Post 2017a). Na segunda, Notícias de Israel, são abordadas "notícias, atualizações, política, cultura, esportes, saúde e tecnologia israelenses" (The Jerusalem Post 2017b). Na terceira, Opinião, reúnem-se os "últimos eventos, editoriais e opiniões dos jornalistas sobre notícias, eventos e política de Israel" (The Jerusalem Post 2017c). Na quarta, Oriente Médio, encontram-se "notícias recentes sobre ISIS, ameaça iraniana, guerra civil da Síria, palestinos, cooperação israelense com estados árabes e mais de uma das regiões mais voláteis do mundo" (The Jerusalem Post 2017d). Na quinta, Diáspora, tem "atualizações sobre a vida judaica na diáspora, notícias da cultura judaica, relatórios de antissemitismo" (The Jerusalem Post 2017e). Na sexta, Israel Verde, são abordadas "notícias

16 A AOL, originalmente America Online, foi fundada em 1983 como uma empresa provedora de acesso discado à Internet. Hoje, a AOL mantém apenas a sigla e se descreve como uma empresa de tecnologia que oferece ferramentas de publicidade digital (Folha Online 2017c, 2016, 2015).

sobre o meio ambiente de Israel, desenvolvimentos tecnológicos ecológicos, natureza, água, agricultura sustentável, energia renovável, combate às mudanças climáticas" (The Jerusalem Post 2017f). Na sétima, Premium, reúnem-se "pareceres e artigos de especialistas" (The Jerusalem Post 2017g). Na oitava, Notícias Cristãs, encontram-se "notícias, eventos e novidades cristãs" (The Jerusalem Post 2017h).

Fundado em Nova Iorque em 1851 com nome *The New York Daily Times*, o **The New York Times** é um dos principais jornais dos Estados Unidos. Seu ideal inicial era evitar o sensacionalismo e passar a notícia de forma moderada e objetiva. Apesar da proposta de equilíbrio entre o conservadorismo e o liberalismo, o jornal é considerado um jornal liberal que defende abertamente questões como casamento homoafetivo e controle do porte de armas. Ademais, é abertamente a favor do partido democrata nos Estados Unidos. No início do século XXI, o *The New York Times* se posicionou contrário às políticas exercidas por George W. Bush e à Guerra do Iraque. Além disso, o jornal conduziu, durante certo tempo, um projeto que procurava se aproximar dos leitores russos, ação que ficou clara após a publicação de uma carta escrita por Vladimir Putin, dando o ponto de vista russo sobre a questão da Síria (NY Times 2017).

Fundado em 1838 como *The Bombay Times and Journal of Commerce*, o **The Times of India** é um dos jornais mais influentes na Índia, tendo uma postura que frequentemente concorda com o posicionamento do governo. Em relação ao conflito indo-paquistanês, o *Times of India* se posiciona de forma crítica ao governo do Paquistão, bem como procura passar uma imagem favorável do posicionamento indiano no conflito. O jornal pertence a *Bennet, Coleman & Co. Ltd.*, uma companhia controlada pela família Sahu Jain, que possui interesses na divulgação de assuntos relacionados à educação, ciência e economia (The Times of India 2017). Conhecido por possuir posicionamento crítico e sério frente à política indiana, o jornal também se obstina na precisão e fuga do sensacionalismo. Sua cobertura internacional, de característica minuciosa, representa um quarto do espaço do editorial, motivo pelo qual o veículo conquistou prestígio em seu país, passando a ser considerado, pelo público leitor e pela mídia especializada, um jornal intelectual (Encyclopedia Britannica 2017c). Além disso, o *The Times of India* é referência para pesquisadores interessados em estudar assuntos como colonialismo e pós-colonialismo, questões de gênero, relações internacionais, religião (University of Delaware Library 2017).

O **Xinhua** é um veículo de comunicação chinês, fundado em 1997, que pretende passar uma boa imagem da China para o restante do mundo. Apesar de o veículo não ser um periódico independente, mas, sim, uma agência de notícias estatal diretamente subjugada ao governo e ao Partido Comu-

nista Chinês, o *Xinhua* não é considerado porta-voz do Estado, pois aborda situações internacionais diversas. Algumas informações apuradas pela equipe do veículo são publicadas em outra mídia estatal, o jornal *People's Daily*, que é conhecido pelo seu caráter oficial do governo, algo que não é visto nas publicações do *Xinhua*. Seu website, *Xinhua.net*, criado em 2000, é amplamente conhecido por ser o primeiro a cobrir as notícias chamadas "de última hora" (em inglês, *breaking news*) no país, com uma escrita mais diplomática que jornalística (Xinhua Net 2017).

REFERÊNCIAS

Aguiar, Tiago Ornaghi. 2002. "O Brasil no Le Monde Diplomatique: um breve estudo do jornalismo interpretativo". Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

AJ Plus. 2017. "Experience, empower, engage". Acessado em 24 de julho. https://www.ajplus.net/english/.

Al Jazeera America. 2013. "Putin dissolves RIA Novosti news agency". Acessado em 11 de setembro. http://america.aljazeera.com/articles/2013/12/9/putin-dissolves--rianovostinewsagency.html.

AllAfrica. 2017. "From allAfrica". Acessado em 24 de julho. http://allafrica.com/inhouse/.

Asia Times. 2017. "About Us". Acessado em 24 de julho. http://www.atimes.com/mediakit/aboutus.html.

Barbeiro, Heródoto. 2013. *Manual de Jornalismo para rádio, TV e novas mídias*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

BBC. 2011. "BBC Brasil nasceu em 1938 com notícia sobre Hitler". http://www.bbc.com/portuguese/institutional/090120_expediente_tc2.shtml.

—. 2017a. "History of the BBC - 1920s". Acessado em 24 de julho. http://www.bbc.co.uk/timelines/zxqc4wx.

—. 2017b. "Mission and values". Acessado em 24 de julho. http://www.bbc.co.uk/aboutthebbc/insidethebbc/whoweare/mission_and_values.

—. 2017c. "Public Purposes". Acessado em 29 de agosto. http://www.bbc.co.uk/aboutthebbc/insidethebbc/whoweare/publicpurposes.

—. 2016. "O que é 'Brexit' - e como pode afetar o Reino Unido e a União Europeia?". Acessado em 11 de setembro. http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36555376.

Bomfim, Ivan. 2012. "Construindo realidades: uma perspectiva de interação entre Jornalismo e Relações Internacionais". *Comunicação & Inovação* 13, no. 25: 29-36.

Buitoni, Dulcilia Schroeder. 2011. *Fotografia e jornalismo*: *a informação pela imagem*. São Paulo: Saraiva.

Counterfire. 2011. "Where does Al Jazeera stands?". http://www.counterfire.org/arti-

cles/opinion/14878-where-does-al-jazeera-stand.
Cruz Neto, J. E. *Reportagem de televisão*: *como produzir, executar e editar.* Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
Demant, Peter. 2013. *O Mundo Muçulmano.* 3ª Ed. São Paulo: Contexto.
Duarte, Jorge. 2003. *Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia - Teoria e Técnica.* São Paulo: Altas.
Encyclopedia Britannica. 2017a. "Le Monde". Acessado em 11 de setembro. https://www.britannica.com/topic/Le-Monde.
—. 2017b. "The Huffington Post". Acessado em 24 de julho. https://www.britannica.com/topic/The-Huffington-Post.
—. 2017c. "The Times of India". Acessado em 25 de julho. https://www.britannica.com/topic/The-Times-of-India.
Fairness & Accuracy in Reporting. 2003. "O'Reilly's Racist Slurs—in Context". http://fair.org/extra/oreillys-racist-slurs-in-context/.
Ferrari, Pollyana. 2010. *Jornalismo Digital*. 4ª ed. São Paulo: Contexto.
Floresta, Cleide. 2009. *Técnicas de Reportagem e Entrevista em Jornalismo*: *Roteiro para uma Boa Apuração*. São Paulo: Saraiva.
Folha de S. Paulo. 1987. *Manual Geral de redação*. 2ª ed. São Paulo: Folha de São Paulo.
Folha Online. 2017. "História da Folha". Acessado em 25 de julho. http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm.
—. 2017b. "Folha passa a tratar Venezuela como ditadura". Acessado em 29 de agosto. http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/08/1907421-folha-passa-a-tratar-venezuela-como-ditadura.shtml.
—. 2017c. "Criador da AOL escreve sobre passado e futuro da internet". Acessado em 10 de setembro. http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/04/1873699-criador-da-aol-escreve-sobre-passado-e-futuro-da-internet.shtml.
—. 2016. "AOL se reinventa e volta ao Brasil após 10 anos". Acessado em 10 de setembro. http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/05/1768947-aol-se-reinventa-e-volta-ao-pais-apos-10-anos.shtml.
—. 2015. "Gigante das telecomunicações, Verizon comprará AOL por US$ 4,4 bilhões". Acessado em 10 de setembro. http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1627853-verizon-comprara-aol-em-negocio-de-us-44-bilhoes.shtml.
Fox News. 2017. "Home". Acessado em 24 de julho. http://www.foxnews.com/.
Fortes, Leandro. 2008. *Os Segredos das redações*: *o que os jornalistas só descobrem no dia-a-dia.* São Paulo: Contexto.
Jorge, Thais de Mendonça. 2008. *Manual do Foca*: *Guia de Sobrevivência para Jornalistas.* São Paulo: Contexto.
Koestler, Fred L. 2016. "Operation Wetback". Handbook of Texas Online. Acessado em 29 de agosto. http://www.tshaonline.org/handbook/online/articles/pqo01.
Lage, Nilson. 2001. *Ideologia e técnica da notícia.* Florianópolis: Insular.

Le Monde. 2017. "Qui Sommes Nous". Acessado em 11 de setembro. http://www.lemonde.fr/qui-sommes-nous/article/2002/02/05/le-monde_261404_3386.html#l5WmojkygDr8jP5B.99.
Liberian Observer. 2017. "Home". Acessado em 24 de julho. https://www.liberianobserver.com/.
Mafei, Maristela. 2010. *Assessoria de Imprensa*: *como se relacionar com a mídia.* São Paulo: Contexto.
Medina, Cremilda de Araújo. 1986. *Entrevistas*: *O Diálogo Possível.* 2ª Edição. São Paulo: Ática.
Meditsch, Eduardo. 1997. "O jornalismo é uma forma de conhecimento?". *Conferência feita nos Cursos de Arrábida* - Universidade de Verão, Universidade Federal de Santa Catarina. http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf.
Medium. 2017. "O guia definitivo sobre o Medium". Acessado em 3 de agosto. https://medium.com/brasil/o-guia-definitivo-sobre-o-medium-4e417fae0143.
Moreira, Fabiane Barbosa. 2006. "Os valores-notícia no jornalismo impresso: análise das 'características substantivas' das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo". Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PGCOM), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
—. 2014. Os valores-notícia em O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo e O Globo. In: Silva, Gislene et al (org.). *Critérios de noticiabilidade*: *problemas conceituais e aplicações*. Florianópolis: Insular.
Natali, João Batista. 2004. *Jornalismo Internacional.* São Paulo: Contexto.
O Globo. 2010. "Arianna Huffington, a mulher que reinventou o jornalismo on-line". Acessado em 10 de setembro. https://oglobo.globo.com/economia/arianna-huffington-mulher-que-reinventou-jornalismo-on-line-2965451.
Oliveira, Erivam Morais de. 2009. *Fotojornalismo*: *uma viagem entre o analógico e o digital.* São Paulo: Cengage Learning.
Paloma Rodrigues. 2012. "Le Monde Diplomatique Brasil é opção de conteúdo politizado". *Agência USP de Notícias*. Acessado em 11 de setembro. http://www.usp.br/agen/?p=89267.
Pinto, Ana Estela de Sousa. 2009. *Jornalismo Diário - Reflexões, Recomendações, Dicas e Exercícios*. São Paulo: Publifolha.
Rafizadeh, Shahram e Mahsa Alimardani. 2013. "The Political Affiliations of Iranian Newspapers: A Comparative Look at the 2009 and 2013 Elections". *Iran Media Program*. http://www.global.asc.upenn.edu/app/uploads/2014/06/the_political_affiliations_of_iranian_newspapers.pdf.
Ramalho, José Antonio. 2012. *Escola de Fotografia*: *O guia básico da técnica à estética*. Rio de Janeiro: Elsevier.
Rezende, G. *Telejornalismo no Brasil*: *um perfil editorial*. São Paulo: Summus, 2000.
Rodrigues, Carla. 2009. *Jornalismo on-line*: *modos de fazer.* Rio de Janeiro: Sulina.

Russia Today. 2017. "About RT". Acessado em 25 de julho. https://www.rt.com/about-us/.
Sqarisi, Dad. 2005. *A Arte de Escrever Bem*: *um guia para jornalistas e profissionais do texto.* 4ª ed. São Paulo: Contexto.
Sputnik Brasil. 2017. "Quem Somos". Acessado em 25 de julho. https://br.sputniknews.com/docs/about/quem_somos.html.
Syrian Arab News Agency (SANA). 2017. "About SANA". Acessado em 24 de julho. http://sana.sy/en/?page_id=1633.
Tecnoblog. 2013. "Medium: seu próximo blog". Acessado em 3 de agosto. https://tecnoblog.net/131081/medium/.
Terra. 2017. "Saiba mais sobre o twitter". Acessado em 04 de agosto. https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/internet/saiba-mais-sobre-o-twitter,7838887dc5aea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html.
The Guardian. 2017a. "A hundred years - an essay by CP Scott". Acessado em 24 de julho. https://www.theguardian.com/the-scott-trust/2015/sep/14/a-hundred-years--an-essay-by-cp-scott.
—. 2017b. "The Guardian's Editorial Code". Acessado em 24 de julho. https://www.theguardian.com/info/2015/aug/05/the-guardians-editorial-code.
—. 2017c. "The Scott Trust: values and history". Acessado em 24 de julho. https://www.theguardian.com/the-scott-trust/2015/jul/26/the-scott-trust.
—. 2017d. "The Guardian view on corporate governance reform: be stronger, not weaker". Acessado em 11 de setembro. https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/aug/28/the-guardian-view-on-corporate-governance-reform-be-stronger--not-weaker.
—. 2016. "The Guardian view on the EU referendum: keep connected and inclusive, not angry and isolated". Acessado em 11 de setembro. https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jun/20/the-guardian-view-on-the-eu-referendum-keep-connected-and-inclusive-not-angry-and-isolated.
The Jerusalem Post. 2017a. "Arab Israeli Conflict". Acessado em 11 de setembro. http://www.jpost.com/Arab-Israeli-Conflict?utm_source=Home%20Page&utm_medium=Category%20buttons&utm_campaign=Category&utm_content=Arab-Israel--conflict.
—. 2017b. "Israel News". Acessado em 11 de setembro. http://www.jpost.com/Israel-News?utm_source=Home%20Page&utm_medium=Category%20buttons&utm_campaign=Category&utm_content=Israel-News.
—. 2017c. "Opinion". Acessado em 11 de setembro. http://www.jpost.com/Opinion?utm_source=Home%20Page&utm_medium=Category%20buttons&utm_campaign=Category&utm_content=Opinion.
—. 2017d. "Middle East". Acessado em 11 de setembro. http://www.jpost.com/Middle-East?utm_source=Home%20Page&utm_medium=Category%20buttons&utm_campaign=Category&utm_content=Middle-East.

—. 2017e. "Diaspora". Acessado em 11 de setembro. http://www.jpost.com/Diaspora?utm_source=Home%20Page&utm_medium=Category%20buttons&utm_campaign=Category&utm_content=Diaspora.
—. 2017f. "Green Israel". Acessado em 11 de setembro. http://www.jpost.com/GreenIsrael?utm_source=Home%20Page&utm_medium=Category%20buttons&utm_campaign=Category&utm_content=Green-Israel.
—. 2017g. "Premium". Acessado em 11 de setembro. http://www.jpost.com/Premium?utm_source=Home%20Page&utm_medium=Category%20buttons&utm_campaign=Category&utm_content=Premium.
—. 2017h. "Christian News". Acessado em 11 de setembro. http://www.jpost.com/Christian-News?utm_source=Home%20Page&utm_medium=Category%20buttons&utm_campaign=Category&utm_content=Christian-News.
The Times. 2017. "How left or right-wing are Britain's newspapers?". Acessado em 11 de setembro. https://www.thetimes.co.uk/edition/news/how-left-or-right-wing-are-britain-s-newspapers-8vmlr27tm.
The Times of India. 2017. "Home". Acessado em 24 de julho. http://timesofindia.indiatimes.com/.
Traquina, Nelson. 1993. *Jornalismo*: *questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega.
Twitter. 2017. "Empresa | About". Acessado em 04 de agosto. https://about.twitter.com/pt/company.
University of Delaware Library. 2017. "Times of India". Acessado em 12 de setembro. https://library.udel.edu/databases/timesofindia/.
Voa News. 2014. "Russia's New World Broadcast Service is 'Sputnik'". Acessado em 11 de setembro. https://www.voanews.com/a/russia-launches-new-media-brand-called-sputnik/2515216.html.
Xinhua Net. 2017. "Xinhua Net". Acessado em 24 de julho. http://www.news.cn/english/.
Zero Hora. 2017. "O canal russo RT está mais para BBC ou KGB?". Acessado em 11 de setembro. http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2017/03/o-canal-russo-rt-esta-mais-para-bbc-ou-kgb-9754209.html



MONUSCO

ufrgsmun 2017

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v.5, 2017 | p. 284-322

A MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Beatriz Rauber[1]
João Estevam Santos Filho[2]
João Vítor Corrêa Nogueira[3]
Laura Castro[4]
Marielli Bittencourt[5]
Salvatore Gasparini Xerri[6]

RESUMO

Desde a sua independência, a República Democrática do Congo nunca se constituiu como um país estável, tendo seu estado de permanente violência agravado por duas guerras de grande magnitude, a Primeira e a Segunda Guerra do Congo. Juntas, estas guerras vitimaram mais de 4 milhões de pessoas, e mesmo após o suposto fim dos conflitos, em 2003, o país seguiu em constante estado conflituoso, já tendo morrido mais de 1,6 milhões de pessoas neste período pós-guerra. A República Democrática do Congo é um Estado frágil, com efetivo e capacidade militares inferiores ao que seria demandado para que pudesse garantir a segurança. Além disso, o exército do governo é formado por vários grupos que foram beligerantes na guerra, e é comum a incorporação ou o trabalho conjunto com grupos mercenários e paramilitares. Paralelo a isso, alguns grupos que não foram incorporados ao exército seguem atuando e se opondo ao governo, o que dificulta o andamento de negociações para uma transição democrática e o estabelecimento de eleições. O resultado disso é um grande número de facções que disputam os rumos do estado de conflito permanente. A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Congo, a MONUSCO, foi estabelecida em 2010 para conter esse cenário de extrema instabilidade e violência a que o país foi acometido. A MONUSCO é uma missão altamente ativa militarmente e precisa lidar com um conflito multifacetado que traz a possibilidade de grandes dilemas sobre o uso de recursos, incluindo problemas políticos.

1 Beatriz é estudante do segundo ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretora da MONUSCO.
2 João Estevam é estudante do quarto ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretor da MONUSCO.
3 João Vítor é estudante do terceiro ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretor da MONUSCO.
4 Laura é estudante do quarto ano de Relações Internacionais na UFRGS.
5 Marielli é estudante do quarto ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretora da MONUSCO.
6 Salvatore é estudante do segundo ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretor da MONUSCO.

1 HISTÓRICO

A seguinte seção busca analisar os processos históricos que permeiam a República Democrática do Congo (RDC) e que condicionaram o país à instabilidade atual. Dessa forma, atenta-se à criação do Estado da RDC, compreendendo o período pré-colonial (aproximadamente, século XV), a Primeira Guerra do Congo, e a Segunda Guerra do Congo, a qual teve fim em 2003.

1.1 Formação do Estado da República Democrática do Congo

O processo de criação do Estado congolês é extenso e conturbado, tendo sido, por um longo período, subjugado a potências estrangeiras, sobretudo Portugal e Bélgica. Portanto, faz-se necessário analisar os contextos pré-colonial e colonial para compreender as dificuldades enfrentadas no período pós-independência para construir uma estrutura estatal (Silva 2012).

Antes do colonialismo europeu na África – séculos XV e XVI –, o território que hoje constitui a RDC possuía uma grande quantidade de unidades políticas com diferentes graus e formas de organização. Destaca-se, nesse período, o Reino do Kongo que "foi um dos mais sofisticados e conhecidos reinos da África Central" (Gondola 2002, 26 *apud* Silva 2012). Através deste reino, em 1482, foi estabelecido o primeiro contato com europeus. Relação esta, segundo Silva criou "expectativas de fortalecimento da capacidade do Estado" (2012, 67). Todavia eventualmente, desmantelou a estrutura social do reino por meio de disputas políticas e religiosas.

O contato com portugueses no século XV introduziu a religião católica a partir da qual os reis do Kongo foram batizados. Essa medida aproximou os Reinos do Kongo e de Portugal, inserindo o reino africano ao sistema de tráfico internacional de escravos, permitindo a entrada de armas de fogo nessa sociedade. Dessa forma, a crescente inserção do Kongo no sistema capitalista mercantil, junto com a expansão de valores religiosos católicos e instituições europeias levou a um fracionamento do mesmo que, conforme pontua Silva, "tomaram contornos mais dramáticos com a ascensão de conflitos armados que envolveram grupos internos e externos" (2012, 68). Esse processo de ruptura – que no século XVII dissolveu a unidade do reino – facilitou, posteriormente, a entrada de franceses, belgas e portugueses no fim do século XIX em razão da Conferência de Berlim.

A crise econômica na década de 1870, na Europa, potencializou a corrida por esferas de influência no continente africano. Esse movimento deu-se, sobretudo, pela exportação de novos produtos, como óleo de palma e marfim, tornando necessário o controle desse comércio, o qual já era administrado por Estados africanos e capitalistas europeus. É nesse contexto que

o rei belga Leopoldo II surge a fim de criar um império colonial privado na região central da África (Visentini 2007b). Para tanto, Leopoldo II criou a Associação Africana Internacional – que, mais tarde, chamar-se-ia Associação Internacional do Congo (AIC) – com o consentimento de outras potências coloniais e banqueiros do período. Com a realização da Conferência de Berlim, o rei belga logrou o reconhecimento da AIC e conseguiu que a região da foz do rio Congo fosse dividida entre a Associação, França e Portugal. Contudo, em 1885, a AIC foi abolida e o território tornou-se dependência pessoal do rei Leopoldo II, autoproclamando-se Rei-Soberano do Estado Independente do Congo (Visentini 2007b).

O Estado Independente do Congo (EIC) manteve-se sob a dominação à distância de Leopoldo II até 1908, quando o mesmo, perante pressões internas e externas, vendeu o Congo à Bélgica, que, por sua vez,

> [...] herdou de Leopoldo II uma estrutura colonial baseada em uma população esparsa, uma sociedade cujos costumes haviam sido agredidos, um vasto território e uma sistema de exploração econômica direta. Sua decisão sobre a compra do EIC não foi tomada tendo em mente uma suposta obrigação moral do país frente aos abusos cometidos por Leopoldo. Foi motivada, sim, pela esperança que o território proveria oportunidades econômicas lucrativas (Silva 2012, 79).

Inicia-se, assim, o período de dominação verdadeiramente belga sobre o Congo, o qual pouco se modificou em relação ao momento anterior, exceto por sua complexa estrutura administrativa que incluía o estabelecimento de uma trindade colonial belga – exploração econômica, repressão política e opressão cultural. Destaca-se a participação do Estado da Bélgica, a Igreja Católica e grandes corporações, entre elas a *Minière du Haut-Katanga* que atuava na exploração de minérios na província de Katanga. Além disso, ao longo da administração belga houve um processo de instrumentalização das rivalidades étnicas, ou seja, a criação de um conflito entre as diferentes etnias locais como parte da estratégia "dividir para dominar" (Silva, 2012). O Congo belga tinha importante relevância política e econômica para as potências coloniais. Haja vista sua localização, faz fronteira com outros nove territórios, e sua riqueza em minerais estratégico, sendo um dos maiores depósitos de cobre, cobalto, urânio e diamantes do mundo (Schmidt 2013).

A construção da República Democrática do Congo, como Estado autônomo, inicia-se em 1960, quando o Congo, através da liderança de Patrice Lumumba, declara-se independente. Contudo, esse período foi de grande instabilidade para o novo país, sobretudo por causa da desordem deixada pela gestão belga. Outrossim, há uma grande inconstância política e movimentos

secessionistas que lutavam pela separação da província de Katanga – rica em produção de minérios – do restante do país. O período em questão ficou conhecido como a Crise do Congo e apenas houve estabilização quando o General Mobuto Sese Seko (nascido Joseph-Désiré Mobuto), após um golpe militar, assume a presidência, em 1965 (Visentini 2007b).

Figura 1: Mapa político da RDC



Fonte: IBGE

O Congo sob Mobuto passou por uma grande mudança, uma vez que – diferentemente de Lumumba que tinha tendências socialistas – há um direcionamento ao Ocidente, com destaque à participação dos EUA no envio de ajuda humanitária. Ademais, deve se considerar o contexto da Guerra Fria que influenciou também a relação do Congo com o Sistema Internacional. Desse modo, o governo estadunidense considerou Mobuto como um "bastião contra o comunismo" (French 1997). Foi durante o regime de Mobuto que o país passou a se chamar "Zaire", em 1971, a fim de eliminar qualquer traço de colonialismo. A partir de meados de 1970, o ambiente deixa de ser favorável a Mobuto. Inicia-se nesse período um processo de privatização (ou zairinização) do Estado levaram à decadência a economia congolesa. Já na década de 1990, tendo em vista um ambiente insurgente no país, Mobuto assente em introduzir um processo de transição; entretanto, o mesmo tarda em acontecer, abrindo margem para a invasão do Zaire por forças rebeldes de Laurent Kabila com auxílio de outros governos do continente – principalmente, Uganda e Ruanda –, dando início, assim, à Primeira Guerra do Congo (Schmidt 2013).

1.2 Primeira Guerra do Congo

A Primeira Guerra do Congo ocorreu entre os anos de 1996 e 1997, tratando-se de um conflito interestatal – de acordo com Silva (2012), marcado pelas agressões de Ruanda, Uganda, Burundi e Angola – com formato de guerra civil (guerra *proxy*). Outrossim, deve-se expor os condicionantes que levaram os países vizinhos a estarem no conflito. Em relação à Ruanda,

Mobuto simpatizava com o antigo regime Hutu que foi responsável pelo genocídio à etnia Tutsi. Nesse sentido, Burundi e Uganda – que apoiavam o novo governo Tutsi em Ruanda – viam como inaceitável a continuidade do governo de Mobuto no Zaire. Angola possuía razões mais particulares ao participar do conflito, dentre elas destaca-se a tentativa de desmobilização do exército secreto da União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) que possuía homens no Zaire, que havia retornado à guerra na Angola após as conciliações tidas nos anos anteriores. A fim de legitimar a invasão, cria-se a AFDL (Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo-Zaire) que, segundo Reed (1998), era um grupo rebelde, sem base ideológica e heterogêneo sob a liderança de Laurent Kabila.

No que diz respeito às forças combatentes, segundo Dunn (2002), destaca-se a atuação de Ruanda, que foi a grande força detrás da AFDL, tendo planejado e dirigido a rebelião, fornecendo tropas, suporte logístico e materiais. Angola, Uganda e Burundi proveram apoio em forças regulares, unidades blindadas e aéreas (Visentini 2007a). Em contrapartida, o Zaire encontrava-se em grande desvantagem dada a desestruturação do exército devido às políticas danosas de Mobuto, como suas recusas em liberalizar o regime. Nem mesmo a França forneceu apoio suficiente, sendo os únicos aliados externos os Hutus ruandeses e as tropas secretas da UNITA (Silva 2012).

Ambos os grupos tiveram de buscar formas de financiar o conflito, o que constituiu-se em grande problema a Mobuto, uma vez que as instituições financeiras internacionais, desde o início da década, bloquearam qualquer tipo de empréstimo a ele, ao passo que a França apenas lhe deu apoio politicamente. Por outro lado, os grupos rebeldes, no início do conflito, eram apoiados pelos aliados militares. Porém, a partir de abril de 1997, Kabila inicia uma nova forma de financiamento – a qual era chamada de *booty futures* (Ross 2002) – que era feita através das grandes companhias mineradoras internacionais, repartindo com estas os recursos naturais congoleses. Destaca-se, assim, o contrato assinado entre Kabila e a American Mineral Fields. Com a conquista de Katanga, Kabila passa a chamar atenção frente às demais companhias e grupos financeiros internacionais que rumaram ao país a fim de fecharem contratos com o líder da AFDL.

Foi durante a Primeira Guerra do Congo que teve início o processo de exploração ilegal de recursos naturais, sendo parte de uma primeira fase de exploração: a das pilhagens em média escala. Este processo inicialmente foi inicialmente encorajado, direta ou indiretamente, por Laurent Kabila e pela AFDL. Essa medida foi uma forma encontrada por Kabila para financiar o conflito. Uganda e Ruanda estiveram presentes nesse primeiro momento, principalmente no que diz respeito a ouro e diamantes, minerais que os países em questão não produziam ou o faziam em diminuta escala (S/2001/357

2001). O governo estadunidense também possuía interesses no controle de recursos naturais, além de estender sua influência na região, dado o declínio do domínio francês. Assim, os EUA tiveram um papel central no suporte às forças agressoras, fornecendo treinamento ao exército ruandês, auxiliando na ocultação de massacres e apoiando militarmente a AFDL (Dunn 2002). Desse modo, o concerto entre suporte militar externo e financiamento por meio da pilhagem de recursos naturais possibilitou a derrota das forças armadas do Zaire, o que contribuiu para a dissolução da esfera coercitiva do Estado de Mobuto. De acordo com Silva,

> Em 28 de maio de 1997, Laurent Kabila assumiu a administração congolesa com viés autocrático e a integração de Ruanda, Uganda e Tutsi em seu governo. Mudou o nome do país (agora República Democrática do Congo) e das províncias, além de assinar um decreto anulando o Ato de Transição de Mobuto e tomar o controle executivo, das forças militares e do poder legislativo [...] (2012, 138).

Inicia-se, assim, um processo de (re)construção do Estado, tendo em vista as instabilidades deixadas pelo conflito não só na RDC, como também em todo o continente africano.

1.3 Segunda Guerra do Congo

A Segunda Guerra do Congo ocorreu entre 1998 e 2003, sendo também conhecido como a Guerra Mundial Africana, devido ao número de países envolvidos - direta e indiretamente - no conflito e devido ao grande número de baixas ocorridas. Apesar de se tratar formalmente de outro conflito, pode-se afirmar que essa guerra foi uma continuação da primeira, tanto pelo objetivos e interesses dos atores, quanto pelos meios empregados pelos atores. Entretanto, os resultados derivados desse conflito armado foram diferentes daqueles vistos na Primeira Guerra do Congo.

O governo de Laurent Kabila, instaurado pela aliança entre Uganda, Ruanda e Burundi após a Primeira Guerra do Congo, começou a realizar ações contrárias ao interesse destes países. Entre os fatores que levaram à conflagração do conflito, pode-se destacar as tendências, como as tendências nacionalistas de Kabila, a demora em resolver a inclusão social de grupos étnicos (como os *Banyamulenge*, no leste congolês) e a conivência com as incursões de grupos hutus (como a milícia *Interahamwe*) no território do país (Silva 2011).

Utilizando como justificativa a solidariedade étnica, notavelmente como os *Banyamulenge*, de necessidade de retificar o erro cometido ao colocar Kabila no poder e relacionadas à necessidade de garantir a segurança das

fronteiras orientais do Congo, a aliança Uganda-Ruanda foi reativada para fazer frente ao governo de Kabila. Dessa forma, em 5 de agosto de 1998, concomitantemente a ataques rebeldes na parte oeste do território congolês, o Exército Patriótico Ruandês[7] (RPA) realizou uma operação aérea contra o Congo Central, a oeste de Kinshasa. Dessa forma, essa operação não apenas forçou o exército congolês a dividir-se, como também ameaçou direta e indiretamente a capital do país. As tropas de Ruanda, Uganda e dos *Banyamulenge* logo avançaram pelo território congolês, tomando várias províncias (Reyntjens 2009).

Além dessas forças, também foram utilizados outros grupos *proxies*[8], tanto do lado agressor, quanto do defensor. Do lado agressor, estavam o grupo RDC-Goma (*Reassemblement Congolais pour la Démocratie*) e as suas facções dissidentes RCD-K/ML, RCD-N e MLC. Além desses, foram também empregados como grupos secundários, o Hema UPC (*Union des Patriotes Congolais*), o Lendu FNI (*Front des Nationalistes et Integrationnistes*) e o Ngiti FRPI (*Force des Resistance Patriotique d'Ituri*). Do lado defensor, as forças proxies usadas foram: grupos rebeldes ruandeses ex-FAR e Interahamwe, organizados na ALiR (*Armée pour la Libération du Rwanda*) e nas FDLR (*Forces Democratiques de Liberation du Rwanda*); os grupos rebeldes ugandeses, reunidos nas ADF (*Allied Democratic Forces*) e no WBNF (*West Nile Bank Front*); as milícias burundianas, sob a forma de FDD (*Force pour la Défense de la Démocratie*) e FLN (*Front de Libération Nationale*); e as milícias congolesas Mai-Mai (Silva 2011). Dessa forma, a Segunda Guerra do Congo, da mesma forma que a primeira, foi caracterizada pela multiplicidade de atores envolvidos no confronto, uma vez que "houve batalhas convencionais e irregulares misturadas pela característica *proxy*, fazendo com que, por mais regular que fosse a batalha, sempre estivessem envolvidos algum grau de irregularidade e a adoção de práticas de anti-insurgência" (Silva 2011, 118).

Ainda em agosto 1998, em uma reunião da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), Angola, Zimbábue e Namíbia decidiram intervir no conflito em favor de Kabila, - diferentemente do que havia acontecido em 1996, no primeiro conflito. Assim, um primeiro batalhão com tropas zimbabuenses chegou a Kinshasa, juntamente com batalhões angolanos, auxiliado pela força aérea, artilharia pesada e veículos blindados, que rapidamente derrotaram as forças insurgentes na província do Congo Central. No final do mês, a região a oeste de Kinshasa já estava sob o comando do governo central. Também foram estabelecidos comitês de autodefesa, criados sobretudo pelos

7 Formado por tutsis, que se opuseram à milícia *Interahamwe* (comporta por hutus) na guerra civil de Ruanda.

8 Grupos *proxies* são aqueles empregados em conflitos pelos Estados envolvidos (direta ou apenas indiretamente) a fim de que eles cumpram os papéis operacionais que normalmente seriam realizados pelas forças nacionais daqueles Estados.

Kinois (habitantes de Kinshasa), que organizaram patrulhas nas vizinhanças mais populares da cidade. No final de setembro, Chade, Líbia e Sudão se envolveram no confronto (Reyntjens 2009).

Em outubro de 1998, a cidade de Kindu foi tomada pelas forças agressoras, o que fez com que Zimbábue e Angola aumentassem a sua intervenção - em vista do fato de que essa ação ameaçava o acesso às minas de diamante do Kasai Oriental. Na primavera de 2000, a correlação de forças era a seguinte: tropas do Governo, Angola e Zimbábue estimadas em 85.000 soldados; RCD-Goma e Ruanda em torno de 35.000 e MLC, RCD-ML e Uganda ao redor de 19.000. Nesse mesmo ano, as tropas de ambos os lados atingiram um impasse, na qual a possibilidade de chegar a uma vitória militar absoluta era cada vez mais vista como improvável (Reyntjens 2009).

Assim, essa situação - juntamente com as pressões da comunidade internacional - levou os países envolvidos na guerra a buscarem uma saída negociada à confrontação militar (Reyntjens 2009). Além disso, o assassinato de Laurent Kabila e a subida ao poder de seu filho, Joseph Kabila (articulada por Zimbábue e Angola) contribuíram para o desenrolar das negociações, tendo em vista que o ex-presidente havia bloqueado os diálogos de paz, na tentativa de uma vitória militar contra as partes agressoras (Silva 2011).

Nas tentativas de se chegar a uma saída negociada do conflito estavam envolvidos diversos atores, como foi o caso da SADC, ONU, Organização da Unidade Africana (OUA), África do Sul, Líbia, Bélgica, Estados Unidos, a Comunidade Francófona e ONGs (Reyntjens 2009). Em 1999, foi assinado o Acordo de Paz de Lusaka, que seria aplicado a todas as partes presentes na República Democrática do Congo. Esse acordo previa o emprego de uma força de manutenção de paz enviada pelo Conselho de Segurança da ONU e a constituição de uma Comissão Militar Conjunta pelos Estados beligerantes que, juntamente com um Grupo Observador da ONU/OUA, seria responsável por começar as operações de manutenção de paz até o envio das forças lideradas pela ONU (CSNU 1999).

Além do Acordo de Cessar-Fogo de Lusaka, outro documento importante para a paz do país foi o Acordo Global e Inclusivo sobre a Transição na República Democrática do Congo (conhecido como Pacto de Pretória), assinado em dezembro de 2002. Esse acordo definia arranjos transicionais como meio de manutenção da ordem institucional do país até as novas eleições, que seriam realizadas em 2006. Foi estabelecido um período de transição de 24 meses durante os quais as instituições estatais seriam estabelecidas. Ademais, o acordo também renovava o comprometimento das partes beligerantes a cessar hostilidades e chamava ao estabelecimento de um comitê internacional para monitorar a implementação do acordo (Inter-Congolese Dialogue 2002). Além desse documento, outros dois - a Constituição Transicional da

RDC e o Memorando sobre o Exército e a Segurança - constituíram os textos principais que manejaram a transição do Estado congolês.

Entretanto, apesar dos acordos de cessar-fogo entre as partes beligerantes, a definição absoluta do conflito congolês permaneceu em aberto, uma vez que o governo central - agora sob comando de Joseph Kabila - continuava tendo que enfrentar grupos armados que se opunham ao presidente. Dessa forma, a indefinição militar da guerra continuou a implicar uma falta de monopólio dos meios coercitivos por parte do Estado (uma situação caracterizada pela inefetividade da coerção interna) e incentivos para a continuidade de outros confrontos dentro deste (Silva 2011).

1.4 Instabilidade no entorno do país

Tanto por questões estruturais do próprio país, quanto pela atuação dos seus vizinhos, a República Democrática do Congo possui fronteiras bastante porosas, o que serve para intensificar o conflito das forças congolesas com os grupos rebeldes e os países vizinhos. Nesse sentido, podemos entender o problema da instabilidade no entorno do país através de três fatores principais: primeiro, a debilidade do Estado congolês; em segundo lugar, os conflitos existentes com os países vizinhos (sobretudo com Ruanda) e, em terceiro lugar, o conflito armado interno, com os grupos insurgentes (existentes sobretudo na fronteira Oriental da RDC). Além disso, os dois últimos fatores estão intrinsecamente relacionados.

No que se refere à debilidade do Estado congolês, esta é resultado de um processo histórico-estrutural, no qual não se conseguiu criar as capacidades institucionais necessárias - tanto civis quanto militares - para garantir o controle territorial do país pelo Estado (Silva 2011). É importante lembrar a atuação do Estado, bem como sua própria existência são fundamentados pelo monopólio dos meios de coerção e pela legitimidade - delegada pela sociedade, que aceita dessa forma o mando do Estado. No caso congolês, ambos elementos têm sido historicamente deficientes. No que se refere à esfera coercitiva, até após a Segunda Guerra do Congo, o Estado não contava com meios capazes de estabelecer o domínio da lei no seu território. Tal fragilidade em grande parte vem do fato do fato de, desde o governo de Mobutu não ter havido uma preocupação real em criar Forças Armadas que garantissem o controle territorial. Dessa forma, apesar de terem as maiores forças armadas da África Central, baixo nível de treinamento, o equipamento e a moral as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) não possuem a capacidade necessária para proteger o seu território. Além disso, pelo fato de terem incorporado ex-insurgentes, as Forças congolesas enfrentaram episódios de insubordinação e fragmentação de lealdades (IISS 2015).

No que se refere às instituições civis - ligados à questão de sua le-

gitimidade - estas ainda são bastante débeis, o que tem feito com que fosse necessário ao país ações direcionadas à construção do Estado. Tal debilidade institucional é demonstrada, por exemplo, na dificuldade de realizar eleições diretas, devido a questões como falta de orçamento, além dasentativas do atual presidente, Joseph Kabila, de manter-se no poder e dificuldades no próprio processo eleitoral (The Guardian 2016). Além desses episódios conjunturais, o próprio conflito é insuflado pela baixa capacidade de governança do Estado congolês. Isso ocorre, pois aquele é intensificado pelo vácuo de poder causado pela inabilidade do governo de impor sua autoridade (IPSTC 2013). Nesse sentido,

> o acesso à justiça é lento, caro e fora do alcance para a maioria da população em áreas rurais. Serviços correcionais ainda são baseados no modelo de punição, oposto ao de reabilitação. Representação política legítima através de partidos políticos e eleições livres e justas ainda não foram obtidas" (IPSTC 2013, 9).

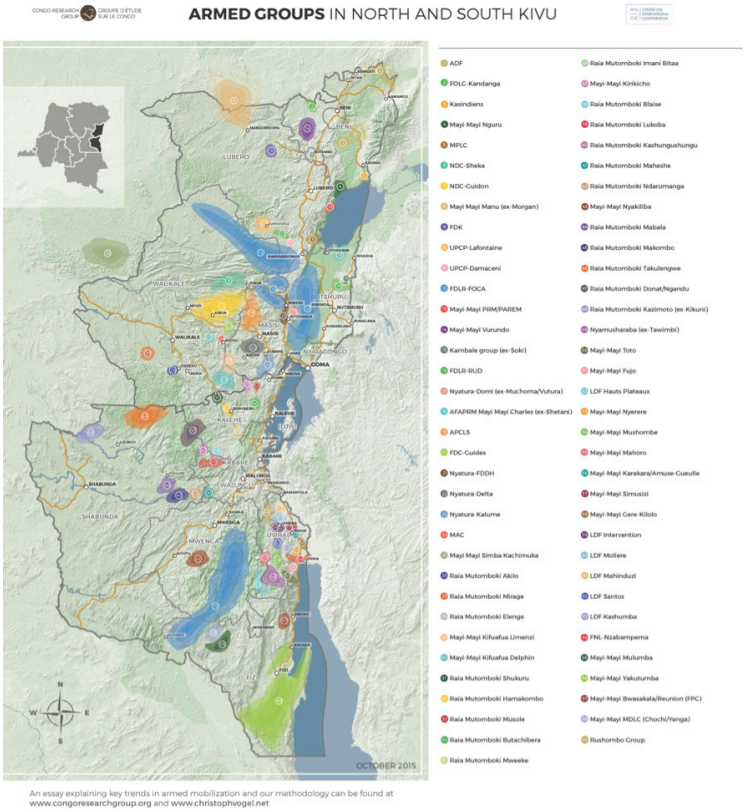
No que concerne ao problema do Congo nas áreas fronteiriças com os seus vizinhos da região oriental. Estes são ocasionados pela presença de atores armados ilegais, devido à porosidade das fronteiras e à baixa capacidade das forças públicas em protegê-las. Isso faz com que acabem tendo grande liberdade de trânsito entre a RDC e os países vizinhos. Dessa forma, vários grupos rebeldes burundienses, como o FNL, *Agathon Rwasa*, o grupo *Abatabazi* e a FRONABU utilizam as regiões fronteiriças do Congo para lançar ataques contra o governo do Burundi. Além disso, o FDLR (*Democratic Forces for the Liberation of Rwanda*) também utiliza as áreas da fronteira oriental congolesa para atuar em Ruanda (IPSTC 2013). Essa situação tem gerado fortes tensões entre os dois países, uma vez que o governo do Congo alega que as tropas ruandesas têm invadido regiões no Leste do seu território. Além disso, oficiais congoleses e investigadores da ONU acusaram Ruanda de fomentar e apoiar o movimento rebelde tutsi M23[9] na província congolesa rica em minerais Kivu do Norte (Reuters 2012). Outro vizinho atingido pela fragilidade da segurança fronteiriça do Congo é Uganda. Nesse caso, o país tem sido atingido por ataques do ADF (*Allied Democratic Front*), que opera desde territórios congoleses; ademais, o país tem recebido milhares de refugiados vindos das regiões orientais da RDC (IPSTC 2013).

O terceiro fato que afeta a estabilidade do entorno territorial da República Democrática do Congo é o conflito armado interno, caracterizado pela presença de grupos insurgentes, sobretudo nas regiões fronteiriças, onde a capacidade de controle territorial do Estado é bastante debilitada. Além dos

9 O M23 era um grupo rebelde congolês, também chamado de Exército Revolucionário Congolês, que deixou de operar em 2013.

grupos estrangeiros que utilizam o território congolês como plataforma para atuar em outro país, forças rebeldes contrários ao próprio governo congolês têm atuado no território daquele país. Apesar de o M23 já não operar pela via armada na República Democrática do Congo, o país ainda possui mais de 70 grupos armados operando na porção Leste de seu território. É o caso das FDLR (*Rwandan Forces Démocratiques de Libération du Rwanda*), o maior grupo, tanto em termos de tropas quanto de presença territorial - possui entre 1000 e 2500 soldados (Stearn; Vogel 2015). A lista de grupos armados congoleses, bem como sua localização nas províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul pode ser vista na Figura 1.

Figura 2: Grupos Armados nas Províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul.



Fonte: Stearn; Vogel 2015.

2 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

2.1 Missões de Paz da ONU

A Organização das Nações Unidas foi fundada logo após a Segunda Guerra Mundial tendo em mente um projeto de sistema internacional que permitisse a arbitragem de conflitos de modo a evitar novas conflitos devastadores para a humanidade, dentre eles as guerras entre potências. Dessa forma o Conselho de Segurança assumiu um papel central para colocar em prática o sistema de segurança coletiva estabelecido na Conferência de São Francisco. Entretanto, devido a crescente polarização durante o início dos anos 50, em função da Guerra Fria, o Conselho de Segurança foi marginalizado devido à falta de capacidade de encontrar consenso entre os membros permanentes. Neste contexto as missões de paz surgiram como uma possibilidade de prevenir ou estabilizar conflitos entre estados através do emprego de forças multinacionais (Bigatão 2014).

A Carta das Nações Unidas não define Missões de Paz, mas em seu artigo VI (Soluções Pacíficas de Controvérsias) permite ao Conselho de Segurança recomendar ações que devem ser seguidas em caso de uma disputa entre Estados colocar em risco a paz e estabilidade internacional. Desta forma, em conjunto com a capacidade de uso da força para prevenir ameaças à paz e estabilidade internacional do Artigo VII (Ação Relativa a Ameaça à Paz, Ruptura da Paz e Ato, o Conselho de Segurança criou missões visando minimizar os riscos de conflitos causarem mais danos à humanidade. A primeira missão armada aprovada pelo Conselho foi durante a Crise de Suez em 1955 na qual Israel violou o armistício, assinado pelos países com aprovação da ONU. Tentativas de resolver a situação no Conselho foram frustradas pelos vetos da França e do Reino Unido devido ao apoio às ações de Israel. Assim uma Assembleia Geral Emergencial foi realizada para proporcionar uma solução, e estabeleceu a UNEF (United Nations Emergency Force) a visando aplicar o armistício, retirar as tropas Israelenses e reabrir o Canal de Suez (Leal et al 2016).

Este primeiro caso abriu o precedente para que novas missões fossem estabelecidas baseadas em três pilares: (1) Consentimento das partes envolvidas no conflito, (2) Imparcialidade e (3) mínimo uso da força, restrita a auto-defesa das tropas de paz. Devido à dificuldade de chegar ao consenso nas reuniões do Conselho durante a Guerra Fria apenas 14 missões foram aprovadas até o fim dos anos 80. A transição de uma ordem mundial bipolar para o multilateralismo unipolar dos anos 90 permitiu o Conselho de Segurança aprovar mais missões de paz e ampliar sua atuação. Além disso, os conflitos internos proporcionados principalmente pelos processos de descolonização também ofereceram um grande desafio à paz e estabilidade internacional,

originando crises humanitárias que tinham entre suas causas disputas religiosas e étnicas resultantes das transformações mundiais do período. Desta forma, visando pôr um fim às violações humanitárias cometidas nestes países a ONU aprovou missões de paz, que contavam com novos mandatos e maiores quantidades de tropas para lidar com a nova situação de conflitos internos (Bigatão 2016).

Enquanto a mudança da dinâmica internacional referente à Guerra Fria proporcionou novos conflitos resultantes dos vácuos de poder que apareceram em períodos de transição, as missões de *peacekeeping* não possuíam mecanismos para lidar com tais conflitos. Assim a "Agenda para a Paz" do Secretário Geral Bouthos-Ghali, a qual estabelecia um padrão sequencial nas missões de paz, iniciando com a diplomocia preventiva para depois passar para estabelecimento e manutenção da paz e só então, com o fim do conflito, buscar atividade de construção de uma paz duradoura e desenvolvimento da região afetada. As limitações da Agenda, foram evidenciados quando pequenos contingentes da ONU precisaram enfrentar ameaças de genocídio sem qualquer preparo de equipamento, treinamento ou instrução, tendo em vista a falta de suporte material para as intervenções. Restou às Nações Unidas aprenderem frente às tragédias de Ruanda e da Bósnia, buscando novas soluções para a nova dinâmica internacional que surgia. (Fréchette 2012).

Visando aprimorar e evitar que novas tragédias como estas ocorressem aos olhos das Nações Unidas, o então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, convocou especialistas que construíram um documento sobre a revisão das operações de paz, que ficou conhecido como Relatório Brahimi. Nele foi percebido que uma missão não poderia obter sucesso apenas através de ação militar, e quando esta fosse implementada deveria obter os recursos necessários para a proteção de civis. Além disso, observou-se que muitas vezes as tropas da ONU sofreram resistência de grupos internos que não concordavam com a sua presença e estariam dispostos a ignorá-la, colocando em risco ambos civis e tropas estacionadas no país. Dessa forma a partir dos anos 2000 missões multidimensionais que buscavam cooperação com outros órgãos, fornecendo ajuda humanitária e assistência de policiamento, foram estabelecidas visando enfrentar conflitos através de frentes de ação, bem como mandatos antigos foram reavaliados e alterados para estarem atualizados às novas demandas (Bigatão 2016).

Através das revisões de políticas chegou-se no entendimento de que a proteção de civis deveria responder a alguns princípios: proteção através de processos políticos, proteção contra violência física e estabelecimento de um ambiente protetor. Entretanto, apesar das Nações Unidas compreenderem que a proteção vai além do aspecto físico, muitas missões ainda não conseguem estabelecer um ambiente seguro para a população civil. Entre as causas

das limitações das missões estão a falta de treinamento suficiente, equipamentos, contingente e orçamento limitados, mas além disso observa-se a falta de consenso sobre o objetivo das missões de paz no quesito tácito, ou seja, como os objetivos estabelecidos nos mandatos podem ser cumpridos. Dessa forma operações militares são conduzidas sem estratégia, preparo e recursos para lidar com crises (Kjeksrud and Ravndal 2010).

Durante as crises humanitárias dos anos 90, debates ocorreram sobre a responsabilidade da comunidade internacional de responder às atrocidades cometidas, urgindo maior participação das tropas de paz. Além disso, o debate resultou no cunho do termo *Responsabilidade de Proteger*. Dessa forma os Estados, através dos Capítulos VI e VII da Carta das Nações Unidas, devem atuar em conjunto em casos de genocídio, limpeza étnica, crimes de guerra e crimes contra a humanidade, devido a estes representarem uma ameaça à segurança e estabilidade mundial.

As operações de paz foram afetadas pelo reconhecimento do conceito, pois enfrentam situações onde os Estados não são capazes de garantir segurança e a ordem pública, sendo, após as mudanças nos anos 2000, intimadas a agirem para proteger a população civil dos crimes citados anteriormente (Bigatão 2016).

2.2 Formação da MONUSCO

Em novembro de 1999 a MONUC foi estabelecida pelo Conselho de Segurança possuindo tarefas de observação e assistência que não envolviam o uso da força, evitando mencionar o termo "ameaças à paz e à segurança internacional" para não estar sujeita à aplicação do Capítulo VII da Carta da ONU. Contudo, prontamente o Conselho aprovou o uso da força para proteção de civis devido à rápida escalada de violência na RDC, apoiando em 2003 uma intervenção liderada pela França, visando auxiliar o governo congolês no desarmamento das milícias. Como consequências das mudanças estruturais e das novas demandas das missões, em 2004 a MONUC passou a exercer um papel multidimensional (Leal et al 2016).

Uma nova fase na missão de paz na RDC foi estabelecida com a mudança do nome de MONUC para MONUSCO por meio da Resolução 1925, incluindo o aumento do montante de recursos e tropas, bem como ampliação do mandato. Inclui-se o uso do termo "todos os meios necessários" no que tange a proteção de civis, retratando um caráter muito mais ativo. Além disso o auxílio na reconstrução de instituições da justiça criminal, incluindo a polícia, tornou-se um dos objetivos da missão. Apesar de graves violações de direitos humanos, incluindo execuções extrajudiciais e recrutamento de crianças por grupos armados, a MONUSCO após um ano de estabelecimento do mandato conseguiu obter resultados positivos de respeito à paz e à segu-

rança na RDC. Entretanto, é preciso notar que os países contribuidores de tropa, não são os mesmos que tomam as decisões no Conselho de Segurança e escrevem os mandatos e resoluções (posição ocupada em grande maioria por França, Reino Unido e Estados Unidos) (Leal et al 2016).

Com a perspectiva de realização de eleições na RDC, a MONUSCO ficou encarregada de acompanhar o processo fornecendo suporte técnico e logístico. Entretanto, mesmo com acusações de irregularidade no processo eleitoral, Kabila foi reeleito presidente. Após ceder às pressões internacionais e ordenar a prisão do comandante das Forças Armadas, Bosco Ntaganda, o General criou um motim levantando contingentes militares no estabelecimento do grupo rebelde M23. Assim, iniciou-se uma nova fase da guerra civil, com o contato direto com a FARDC e a MONUSCO. Como resposta, o Conselho de Segurança buscou combater o tráfico de armas e o financiamento do grupo rebelde através de sanções e da atuação da missão de paz. Após conflitos internos, o M23 dividiu-se em duas lideranças, sendo que a parte comandada por Ntanga rendeu-se para a embaixada americana em Ruanda. Em 2013 o grupo seria neutralizado, rendendo-se e prometendo buscar seus objetivos apenas pelos meios políticos (Leal et al 2016).

2.2.1 A Brigada de Intervenção

A Brigada de Intervenção foi criada para engajar em operações militares ofensivas para a neutralização de grupos rebeldes, contando com apoio ou não das FARDC. Assim a missão poderia buscar alvos de milícias específicos, combatendo-as ativamente para impor a paz e promover a estabilidade da região. A Brigada possui um caráter único desde sua formação, pois inova dentro das missões de paz como primeiro aparato que busca o combate efetivo contra uma das partes do conflito através de operações diretas. A Brigada foi criada, pois apesar dos sucessos obtidos na MONUSCO, ainda não era possível garantir um processo de paz duradouro sem o combate direto aos grupos rebeldes, o qual não era possível com as instituições da RDC. Como consequência da formação da Brigada de Intervenção formou-se um debate sobre a ONU ter se tornado um combatente no conflito da RDC e se o apoio militar cada vez mais não representa apenas uma forma de colocar mais combustível em um conflito complexo com origens históricas profundas. O desafio de somar atividades militares a soluções políticas tem sido o principal desafio da MONUSCO, pois enquanto soluções de longo prazo são buscadas em uma missão multidimensional graves violações de direitos humanos continuam a ocorrer nas principais áreas de conflito, contribuindo tanto para a perpetuação da guerra como para o desgaste da imagem da ONU como uma resposta viável (Crockett-Chaves 2014).

A Brigada de Intervenção (FIB) foi estabelecida a partir da Reso-

lução 2098 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 28 de março de 2013, nas quais suas características principais são definidas. A força seria composta de três batalhões de infantaria, um de artilharia e uma companhia de forças especiais e reconhecimento, e seria baseada em Goma, sob o comando direto do Comandante da Força da MONUSCO. O objetivo de sua criação foi preencher um vácuo derivado da fragilidade militar do Estado congolês, e por isso a renovação de suas atividades não dependeria apenas do seu desempenho, mas também do progresso do governo no tangente às reformas acordadas no *PSC Framework* (Modelo de Paz, Segurança e Cooperação) para a região, em particular em relação à criação de uma Força de Reação Rápida nacional (ONU 2013).

Suas atribuições incluiriam as já concedidas aos demais componentes da MONUSCO, e seriam acrescidas de um mandato para a neutralização de grupos armados hostis ao governo da República Democrática do Congo (RDC). Tais atividades seriam baseadas na coleta e análise de inteligência, e levadas a cabo através de missões ofensivas direcionadas, tanto de forma unilateral quanto em conjunto com as forças nacionais da RDC, as FARDC. As operações deveriam ser "robustas, altamente móveis e versáteis", de forma a neutralizar as milícias e garantir a proteção aos civis, sempre atuando de acordo com as leis internacionais e diretrizes das Nações Unidas (ONU 2013).

Tendo em mente que a FIB foi estabelecida como uma ferramenta para prevenir as recorrentes ondas de violência no leste da RDC, o documento que marca sua criação especificamente menciona que suas atividades estariam focadas na região, e que deveriam ser operacionalizadas de forma tal que auxiliassem as atividades de estabilização estabelecidas (ONU 2013). Cabe notar que é fortemente destacada a importância do combate à violência de gênero e à utilização de mulheres e crianças como instrumentos de guerra, sendo que tal problema, generalizado em áreas de conflito, se mostrou ainda mais dramático no caso do Congo, como relatado pelas próprias Nações Unidas (ONU 2015).

A Brigada de Intervenção é composta por tropas da África do Sul, Malaui e Tanzânia. Pode ser solicitado o apoio de qualquer unidade da MONUSCO, porém a atuação de tais tropas é limitada de acordo com o mandato estabelecido pelas Nações Unidas, estando, portanto, restrita a papeis defensivos e logísticos. Além disso, a FIB conta com algumas ferramentas adicionais, destacando-se entre esses o 16º Esquadrão da Força Aérea da África do Sul, equipado com helicópteros Denel Rooivalk[10] (defenceWeb 2017).

10 Os helicópteros Rooivalk, desenvolvidos pela companhia Denel para responder às dificuldades armamentícias impostas pelas sanções contra a África do Sul durante o apartheid, é um dos helicópteros de ataque mais avançados do mundo. Agregando algumas das capacidades e tecnologias mais avançadas atualmente, foi um projeto que levou mais de 30 anos para ser con-

2.2.1.1 Operações com participação da FIB

Um dos principais motivos para o estabelecimento da FIB foi a desmoralização sofrida pela Missão quando da invasão da cidade de Goma por rebeldes do grupo M23 em 2012, 10 dias durante os quais os capacetes azuis (como são comumente referidas as tropas de paz das Nações Unidas), estacionados na cidade, nada fizeram em oposição ao grupo. Esse período resultou em revolta da população contra a ONU, incluindo o apedrejamento do seu quartel e de blindados, quando da retirada voluntária dos rebeldes (Raghavan 2013).

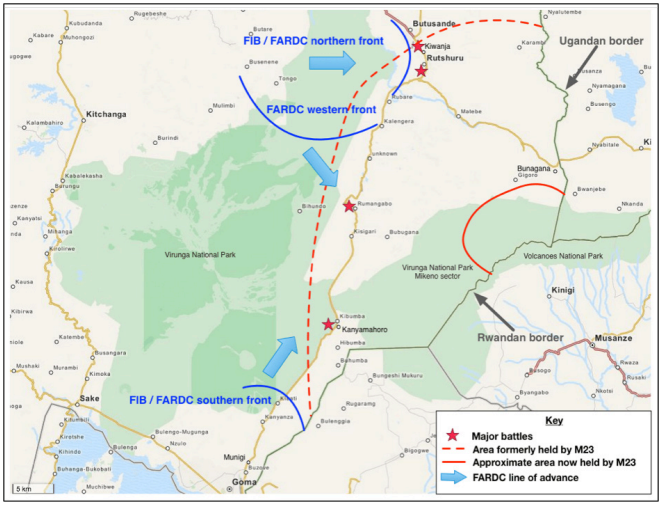
No final de agosto de 2013, a Brigada de Intervenção entrou em combate pela primeira vez, bombardeando posições do M23 ao norte de Goma, o que permitiu às tropas do governo avançar alguns quilômetros e salvaguardar as cidades da região contra os ataques rebeldes (Raghavan 2013). A ofensiva foi apoiada por helicópteros destacados da MONUSCO, ao mesmo tempo em que times de franco-atiradores das forças especiais sul-africanas atuavam no sentido de prejudicar as linhas de suprimentos do grupo, tendo sido confirmada uma morte efetuada a uma distância de 2.125 metros, a sexta mais distante para um franco-atirador (Olivier 2013a).

Depois disso, a área controlada pelo M23 ficou limitada ao leste do país, em um perímetro dominado pelas cidades de Kiwanja, Rutshuru, Rumangabo e Kanyamahoro. Em outubro de 2013, depois de informações sugerirem que um eventual fracasso nas negociações de paz levaria a um ataque por parte dos rebeldes, o exército congolês e a FIB coordenaram uma nova ofensiva, em três frentes simultâneas, como pode ser observado no mapa abaixo (Olivier 2013b).

O papel da Brigada de Intervenção nesta ofensiva seguiu a mesma linha dos embates anteriores, atuando a partir da retaguarda como uma linha defensiva contra possíveis contra-ataques rebeldes e bombardeando as posições dos mesmos, além de fornecer apoio logístico, inteligência e suporte aéreo. Em quatro dias, o M23 foi forçado a recuar de todos os principais centros urbanos que controlara, abandonando, inclusive, posições que havia solidamente fortificado. O território por eles controlado passou a ser um pequeno bolsão na fronteira com Ruanda e Uganda (Olivier 2013b), que foi rapidamente reconquistado, forçando a rendição do grupo no dia 5 de novembro de 2013. (Al Jazeera 2013).

cluído, enfrentando diversos atrasos políticos e dificuldades financeiras. Apesar disso, o valor das exportações de componentes desenvolvidos para o helicóptero já superaram em muito o seu custo de desenvolvimento, e o spin-off gerado pela capacitação dos engenheiros envolvidos é incalculável. Cogita-se mesmo desenvolver uma segunda versão do modelo, de acordo com o papel aspirado pela África do Sul na arquitetura de segurança regional, e não se pode ignorar o papel simbólico representado por ser um helicóptero de ataque desenvolvido no continente o mais avançado do mundo (Heitman 2016).

Figura 3: Mapa ilustrando a operação contra o M23



Fonte: Olivier (2013b). Disponível em: https://i2.wp.com/www.africandefence.net/wp-content/uploads/2013/10/M23_retreat_Oct_2013_V2.png

As operações posteriores passaram a se concentrar na região de Kivu, agregadas sob a denominação *Sukola* ("limpeza", em lingala), particularmente contra os grupos ADF e FDLR, mas também contra outras milícias menores (Olivier 2014; Stupart 2014). A colaboração entre as FARDC e a MONUSCO, contudo, rapidamente se deteriorou. Isto aconteceu pois o governo do país apontou, em 2014, para o comando das forças que deveriam trabalhar junto a Missão, dois generais cujos históricos de violações de direitos humanos as Nações Unidas consideram inaceitáveis, e em conjunto dos quais a organização se recusou a atuar (Moloo 2016). A redução de efetividade das operações, contudo, levou em 2016 à atenuação destas restrições. A partir daí um certo nível de cooperação foi restabelecido, contudo este nunca voltou a atingir os patamares alcançados nas primeiras missões da FIB, tendo o governo congolês se declarado profundamente ofendido com o que chamou de interferência externa em atividades sancionadas por seus representantes (Stimson Center and Better World Campaign 2016).

2.2.1.2 Desafios à continuidade da FIB

Desde então, a FIB tem atuado de forma puramente defensiva, já que, sem o apoio das forças congolesas, a sua capacidade de identificar adequadamente as milícias inimigas é bastante limitada. Essa situação é ainda mais dificultada pela hostilidade dos habitantes à missão, devido a uma percepção de

ineficiência da missão e sua crença de que a MONUSCO não os protege por não estar disposta a isso. Por outro lado, nas ocasiões em que a FIB procurou se utilizar de seu mandato para agir unilateralmente, surgiram acusações de mortes de civis, o que eventualmente inibiu ações adicionais do tipo (Moloo 2016; The Economist 2016).

Membros da MONUSCO, rebatem afirmando que as dificuldades enfrentadas pela missão para combater as milícias se dão tanto no nível político quanto militar. No primeiro caso, existe pouca vontade do governo para solucionar o conflito, não só por servir este como justificativa para reprimir a oposição na região, mas também por existirem laços econômicos entre o exército, a administração e as milícias baseados na exploração de madeira e minerais no leste do país. Militarmente, a FIB é preparada para lutar em guerras convencionais, não estando equipada para combater rebeldes que se utilizam de táticas de guerrilha e insurreição, realizando ataques relâmpago e embrenhando-se rapidamente na floresta.

A ausência de uma rede de inteligência e informações e as dificuldades logísticas impostas pelo terreno contribuem para a imposição de ainda mais restrições à atuação da força na região, eventualmente paralisando-a e confinando-a aos seus quartéis (Moloo 2016; The Economist 2016). Para a solução destes problemas seria fundamental a cooperação com as forças nacionais do Congo, que possuem as ferramentas e conhecimentos necessários para lidar com os habitantes e geografia locais.

Desafios aparecem no próprio âmbito da ONU, que depende de um pesado aparato burocrático para manter as Missões, o que acaba resultando em falhas de comunicação, demora na resolução de situações de emergência e atrasos em geral nas questões pertinentes às operações, particularmente por serem prestadas contas a grandes potências.

Vale destacar a participação da China na missão, sendo o único dos membros permanentes do Conselho de Segurança a contribuir com pessoal na operação. O país norteia sua política internacional a partir do princípio de não-intervenção, porém seus interesses na região e a demonstração por diversas organizações multilaterais e pelo próprio governo congolês de apoio à intervenção da ONU o inclinam à adoção de um engajamento construtivo e uma diplomacia proativa, considerando a estabilidade como o mais desejável resultado para o Congo (Curtis 2013).

Finalmente, o mandato da FIB é criticado por Organizações Não-Governamentais e outras Organizações Internacionais que atuam na região, que acreditam que, ao se flexibilizarem as linhas entre uma missão de paz e uma força de combate, novos riscos são impostos aos seus trabalhadores e voluntários, que podem passar a ser vistos como alvos pelas milícias devido aos seus laços para com as Nações Unidas (Moloo 2016; The Economist 2016).

2.3 APRESENTAÇÃO DAS PARTES DO CONFLITO

2.3.1 Governo da República Democrática do Congo (RDC)

O ano eleitoral do Congo não tem se mostrado um período tranquilo para o Governo e para os seus nacionais. Desde o segundo semestre de 2016, a descoberta de valas comuns, a decapitação de policiais e a repressão de manifestações foram algumas das atrocidades que contribuíram para a instabilidade doméstica. Para entender o conflito permanente na República Democrática do Congo e o papel da MONUSCO no país é importante analisar as características e o histórico do governo da RDC, um dos principais atores do conflito (Gottipati 2017).

Tendo em vista os elementos das guerras do Congo referentes (i) à natureza das ameaças, (ii) às forças combatentes principais. (iii) ao modelo de financiamento do conflito, (iv) ao vencedor da guerra e (v) à conclusão dessa, pode-se dizer que

> os países africanos enfrentaram ameaças internas ou *proxy* relativamente maiores do que as externas tradicionais, valeram-se de tropas externas para lutarem suas guerras e as financiaram mediante empréstimos externos e recursos naturais que beneficiavam enclaves econômicos. (Silva 2011, 59)

Ademais, no caso da RDC a conclusão da guerra se deu sob a forma de *power-sharing*[11], em oposição a ideia de definição militar do conflito, e o resultado disso foi a ausência de divisão clara entre perdedores e vencedores. A Guerra, que muitas vezes é tida como o meio de consolidação dos Estados Modernos (Tilly 1996), não necessariamente gerou tais efeitos virtuosos. A resolução do conflito no final da Segunda Guerra do Congo não estimulou a construção de um Estado e de seu aparato burocrático e com isso perpetuou a instabilidade na região. (Castellano da Silva 2011, 60).

O método de *power sharing* aplicado no final da Segunda Guerra do Congo como solução do embate militar resultou na absorção dos principais grupos rebeldes pelas forças armadas congolesas, conforme o previsto no Artigo 2º do Acordo de Pretória[12], que declarava o comprometimento das

11 Considerando o conceito relacionado à resolução de conflitos, a função principal do "*power sharing*" (distribuição de poder) é cessar a violência. Para se renderem, os grupos de milícia normalmente demandam posições garantidas no futuro aparato de Governo. (Jarstad 2008, 108)

12 Sob o título oficial de Global and Inclusive Agreement on Transition in the Democratic Republic of Congo (Acordo Global e Inclusivo sobre a Transição na República Democrática do Congo), o Acordo de Pretória foi afirmado em 2002 e teve como objetivo estabelecer um governo de transição que antecedesse as eleições já programadas. Ademais, ele renovou o com-

principais partes do conflito no processo de criar e reestruturar uma força armada nacional integrada (DRC 2002). A solução encontrada para o fim imediato da guerra foi, de certa forma, entregar institucionalmente os territórios ocupados às milícias, uma vez que essas também haviam se tornado parte do Estado. Isso acarretou o enfraquecimento dos aparatos político e militar do Estado congolês (Tull and Mehler 2005).

Pode-se visualizar como consequência desse método de finalização do conflito o aumento no registro de casos de violações de direitos humanos da parte das FARDC e de demais grupos militares (UNJHRO 2017). O Estado, já politicamente enfraquecido, não tem condições de controlar as Forças Armadas, principalmente aquelas unidades compostas por ex-rebeldes que já têm certo controle sobre a região na qual estão situados. (IRIN News 2013)

A fim de garantir a sua permanência no poder político diante da ameaça do *power sharing* militar, o presidente Joseph Kabila criou um forte aparato securitário ao redor da sua figura, o *Groupe Spécial de Sécurité Présidentielle* (GSSP), popularmente conhecida como "Guarda Republicana". A guarda do presidente, segundo a visão internacional, não tem os equipamentos necessários e nem a capacidade para efetuar as operações de controle de grandes manifestações civis, ainda que ela esteja sendo usada com essa função (BCNUDH 2011). No centro político do Estado, ou seja, próximo a capital, principal região sob influência real do Governo congolês, é a Guarda que mantém a lei e ordem conforme as demandas do chefe de Estado. Já as regiões periféricas estão submetidas ao controle das FARDC, ou ocupadas pelo poder das milícias.

No que tange à organização das FARDC, uma das principais questões apontadas é a perpetuação de violações de direitos humanos cometidas pelos membros das forças e acompanhado a isso a abstenção do Governo Central frente a esses fatos (BCNUDH 2017). Conforme já foi observado, o modelo de término do conflito que contou com a incorporação de parte dos grupos rebeldes nas forças armadas nacionais indica a descontinuidade entre as vontades do governo político e do domínio militar das regiões (The Conflict Research Unit 2015, 8-30). O fator econômico representado pela perpetuação dos enclaves de exportação nas mais diversas regiões congolesas está fortemente ligado tanto à violência praticada pelas forças quanto às vistas grossas do Governo. Não apenas os rebeldes controlam a exploração ilegal dos recursos minerais da região como há registros de unidades controladas pelas próprias FARDC. Essas unidades ignoram as leis de registro e controle do tráfego dos minerais e utilizam da técnica de controle militar da produção natural buscando conquistar novas riquezas (Koning 2010, 6).

prometimento das partes com a cessão das hostilidades e propôs o método de *power sharing* além das condições da Transição. (DRC 2002).

O atual presidente da RDC, Joseph Kabila, assumiu seu posto após a morte do seu pai em 2001 e foi o candidato eleito nas eleições de 2006 e posteriormente reeleito em 2011. Atualmente o país vive sob o regime do Presidente Kabila e teve suas eleições adiadas de dezembro de 2016 para o ano de 2017, no acordo de 31 de dezembro (Benson 2017). A situação tem se agravado no que diz respeito à instabilidade civil nas grandes cidades, mas principalmente no que tange a perseguição e acusação da oposição ao governo que busca a própria manutenção no poder apesar da perspectiva das eleições (Kibangula 2017).

De acordo com os dados levantados pelo relatório da Freedom House, os direitos de liberdade de expressão, liberdade de imprensa e manifestação foram restringidos pelo governo do Congo de maneira mais incisiva no decorrer de 2016. Tal agravamento na situação das liberdades políticas e civis está relacionado aos movimentos da sociedade frente a um novo período de eleições, cuja oposição ao governo atual vêm sendo reprimida desde o segundo semestre de 2016. O índice[13] de 2016 de "Maiores Ganhos, ou Declínios das Liberdades Políticas e Civis no Período de Um Ano" foi de -6 (menos seis). A RDC foi registrado como o país com o quinto maior declínio nas condições dos direitos políticos e liberdades civis, estando atrás apenas de Nicarágua, Líbia, Sudão do Sul e Turquia (Freedom House 2017, 6).

A principal preocupação do Governo do Congo atual consiste na garantia de manutenção do seu poder político frente ao novo período de eleições. Além das considerações acerca do controle da oposição e as medidas tomadas pela GSSP para garanti-lo, considera-se importante para o governo a garantia da liberdade das regiões periféricas frente aos grupos rebeldes, em especial aquelas regiões que ainda não foram tomadas, ou que não estão em acirrado conflito como estão as do Leste (Benson 2017). Ainda que seja importante a recuperação das demais partes do território congolês, entende-se a prioridade do Governo como destacar-se nas regiões centrais e periféricas livres, tendo em vista a dificuldade de combater os rebeldes financiados pelos enclaves econômicos do Leste. É válido recordar que a atuação da Guarda Republicana está apoiada em apenas uma normativa oficial para se gerenciar. Ainda assim não faz parte do escopo do seu serviço o controle de manifestações civis e muito menos o contra-ataque a tais manifestações (UNJHRO 2017).

O Governo do Congo, através das FARDC coopera militarmente com a MONUSCO nas operações de proteção dos civis e combate aos grupos rebeldes. Essa cooperação foi fragilizada no início de 2015 devido à implemen-

13 A Pontuação estabelecida pelo índice de "Maiores Ganhos, ou Declínios das Liberdades Políticas e Civis no Período de Um Ano" vai de -10 à +10. O ganho agregado de pontos reflete a melhoria nas condições de liberdades civis e políticas, enquanto os valores de declínio representam o agravamento da restrição dessas liberdades (Freedom House, 2017).

tação da *Human Rights Due Diligence Policy* (HRDDP). Essa política impede as agências e operações da ONU de apoiar setores securitários externos que possam cometer, ou que tenham cometido violações graves de direitos humanos (ONU 2013). Devido as constantes acusações de violações da parte das forças armadas congolesas a MONUSCO suspendeu a cooperação com estas em fevereiro de 2015. O governo do Congo se declarou fortemente ofendido frente a episódios de interferência pela missão em decisões militares nacionais sob o aval da nova política da ONU (Stimson Center and Better World Campaign 2016).

Em março de 2016, a aplicação dessa política foi flexibilizada e a relação entre as partes militares na RDC foram retomadas. O motivo do retorno da cooperação foi o notório enfraquecimento das operações e muitas vezes inviabilidade dessas quando não contavam com o apoio mútuo entre as duas forças (FARDC e MONUSCO). Foi decidido que a Missão providenciaria "medidas mitigantes" que buscassem impedir a continuidade das violações de direitos humanos pela parte das forças nacionais (Stimson Center and Better World Campaign 2016). Ainda assim, a cooperação entre as partes não é tão consistente como fora no período anterior e isso pode ser visto como um elemento preocupante frente às demandas que surgirão ao aproximar do novo período eleitoral.

O gasto em defesa da RDC aumentou em cerca de 20% de 2015 para 2016, sendo U$875mi o total do dispêndio registrado no último ano. Em termos quantitativos a República Democrática do Congo tem as maiores forças armadas da África Central. Todavia, devido ao tamanho de seu território e os seus precários níveis de treinamento e equipamento, essa força se encontra incapaz de sozinha prover segurança para todo o país. Grande parte de seu equipamento militar está em péssimo estado e as forças militares, desde a incorporação dos numerosos grupos armados rebeldes, têm enfrentado lealdades conflituosas. Sendo assim, o governo precisa do amparo da MONUSCO, assim como de sua Brigada de Intervenção, para conseguir alcançar a estabilização interna e o fim do conflito mais duradouro desde o final da Guerra Fria. (IISS 2017).

2.3.2 Os Grupos Armados Rebeldes na República Democrática do Congo

Existem mais de 70 grupos armados atuando no leste congolês. Grande parte destes são grupos pequenos, com não mais de 200 soldados, recrutando e atuando ao longo de linhas étnicas. Outros, mais expressivos e estruturalmente sofisticados, são fortemente determinantes para a dinâmica do conflito na RDC (Stearns; Vogel 2015), e são descritos mais detalhadamente nesta seção.

Desde a década de 1980, durante o governo de Mobuto e anterior às Guerras do Congo, o Estado congolês vem enfrentando uma decadência da capacidade Estatal, que abriu espaço para atuação dos mais diversos atores não-estatais, decorrendo disto um processo gradual de "privatização informal" de tudo que deveria ser provido pelo Estado. A natureza auto-financiável dos conflitos no Congo – em razão da diversidade de recursos naturais e facilidade de se estruturar um domínio local frente às lacunas Estatais – provocou uma criminalização sistemática da prática da guerra. Movimentos rebeldes engajaram-se cada vez mais em atividades econômicas ilegais e crime transnacional, exportando recursos locais para financiar seus interesses no Congo, garantidos através da luta armada (Vlassenroot 2008).

Como resultado da guerra civil e genocídio, em 1994, no país vizinho, Ruanda, tutsis fugiram (temendo novas investidas do grupo rival), e hutus saíram do país (por medo de represálias ao genocídio ou por insatisfação quanto à falta de representatividade política). O destino de muitos dos refugiados foi o Congo, onde encontraram o descrito cenário de instabilidade. A convivência de ambos os grupos, somada à dinâmica conflituosa local, intensificou os atos de violência – os quais o governo de Mobuto não teve sucesso em conter. Derivou-se, daí, a Primeira Guerra do Congo. O resultado deste primeiro grande conflito foi a ascensão de Kabila ao poder. Porém, a deterioração das relações internas, e crescente participação externa de Ruanda, Uganda e Burundi, motivou a reorganização do conflito e levou à Segunda Guerra do Congo (Nangini 2014).

Tanto Laurent-Désiré Kabila, quanto seu filho Joseph Kabila tentaram consolidar seus mandatos através da apropriação de recursos, perpetuando o fazer política para ganhos privados. Como resultado, ambos os governos foram desafiados por uma miríade de atores armados. Alguns agentes emergindo das guerras civis, mas todos principalmente resultantes da carência estatal, da facilidade de controlar e exportar recursos locais e da existência de atores externos que patrocinam os rebeldes em nome da defesa de seus interesses geopolíticos e econômicos na RDC.

O término da guerra levou a uma década de instabilidade ainda maior. Arranjos entre grupos armados e atores locais fundavam-se na provisão de proteção física. A violência e ideologia étnica, presentes nas dinâmicas locais, nada mais eram que uma tentativa de reverter os efeitos de um longo processo de deterioração social e declínio Estatal. E o que muitas vezes era apresentado às comunidades como uma estratégia de autodefesa e proteção, frequentemente tornava-se em uma nova forma de predação (Vlassenroot 2008).

Desde 2003, a República Democrática do Congo estava repleta de grupos armados: milícias Mai-Mai, grupos com motivações externas – Forças

Aliadas Democráticas (Uganda), Forças Nacionais de Libertação (Burundi), Forças Democráticas pela Libertação de Ruanda –, e tropas fiéis a líderes nacionais, tais como o Congresso Nacional pela Defesa do Povo. Em 2012, a ascensão do Movimento 23 de Março alterou as dinâmicas, potencializando-o (Nangini 2014).

Atualmente, a violência e os confrontos étnicos têm se espalhado das áreas já afetadas, no leste congolês – principalmente Kivu do Sul, Kivu do Norte, Ituri e Haut-Uéle –, para as regiões de Tanganyika, Kasai e Congo Central. A atividade de grupos armados tem aumentado, particularmente com o ressurgimento do M23 – que havia sido derrotado no ano de 2013. Os grupos armados ADF, FDLR e FRPI, além das milícias locais tais como Nyatura e Mai-Mai, continuam conduzindo o conflito. As FARDC, em conjunto com a MONUSCO, tem tentado aumentar sua presença em terra, e realizado uma série de missões e operações contra tais grupos (UNSC 2017).

Movimento 23 de Março (M23)

No ano de 2012, a dinâmica do conflito foi alterada a partir da entrada de um novo elemento beligerante: o Movimento 23 de Março (M23) – assim denominado em referência ao Acordo de Paz de 2009 entre o governo da RDC e o Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP)[14]. O não-cumprimento do Acordo por parte do governo congolês fez com que cerca de 300 soldados formassem uma milícia armada e passassem a atuar na região de Kivu do Norte (Buchanan 2017).

O M23 é um grupo de em torno de 1.500 soldados, fortemente armado e bem articulado, que justifica suas ações como necessárias para livrar a população da ameaça que as FARDC representariam. Desde o seu surgimento, foi apoiado extensivamente por atores estrangeiros, tendo recebido apoio direto e equipamento militar de Ruanda[15] e Uganda[16] (Nangini 2014).

14 O Congresso formou-se a partir da revolta de cerca de centenas de soldados das Forças Armadas do Congo – majoritariamente tutsis – que, liderados pelo General Ntaganda, abandonaram as FARDC em razão de sua insatisfação frente às condições precárias de vida e de pagamento nas FA e falta de representação política. O Acordo previa que o CNDP seria reconhecido como um partido político, e que os componentes de seu braço armado passariam a integrar as FA e a polícia congolesas (Pereira; Aguilar 2014; IRIN 2017).

15 Oficiais ruandeses coordenaram a criação do movimento e suas principais operações militares: proveram os rebeldes com armamentos, facilitaram os canais de comunicação e transporte e compartilharam equipamento militar, além de membros da Fronte Patriótica Ruandesa (RPF) terem coletado fundos para financiar o movimento. Unidades das Forças Armadas Ruandesas auxiliaram o M23 a consolidar seu controle territorial e houve a harmonização de equipamentos militares para coordenar operações – as Forças Armadas Ruandesas proveram sistemas de rádio digital VHF e armas e munições (metralhadoras de 12.7mm; morteiros de 60mm, 91mm e 120mm, lançadores de míssieis anti-tanque e antiaéreos) e compartilhavam helicópteros de combate (UNSC 2012).

16 Ainda que em menor intensidade que o auxílio ruandês, o apoio de Uganda permitiu que o ramo político do grupo operasse de Kampala e potencializasse suas relações externas, e a

Em dezembro de 2012 o grupo atingiu seu ápice, com a tomada da cidade de Goma, capital de Kivu do Norte. A guerra entre o M23 e as FARDC causou milhares de deslocados internos e refugiados, bem como uma série de violações de direitos humanos e execução de crimes de guerra por parte de ambos os lados. Com a inserção da Brigada de Intervenção da MONUSCO em 2013, o grupo armado se posicionou de forma dura e enfática. Contudo, em novembro do mesmo ano, o líder do Movimento ordenou a cessação das hostilidades e declarou que estaria depondo as armas, na busca de soluções para seus objetivos por meios estritamente políticos[17] (Pereira; Aguilar 2014).

Mesmo com a derrota, um número considerável de líderes do M23 continuou circulando livremente em Uganda e recrutando novos membros em Ruanda, mostrando-se surpreendentemente resiliente e retomando suas atividades militares recentemente.

Forças Democráticas pela Libertação de Ruanda (FDLR)

As Forças Democráticas pela Libertação de Ruanda têm sido um dos grupos armados mais violentos presentes no leste congolês nas últimas décadas. As FDLR foram fundadas por alguns dos principais perpetuadores hutus do genocídio em Ruanda – incluindo ex-membros das Forças Armadas e da milícia Interahamwe – que fugiram para o Congo na tentativa de organizarem-se para um retorno ao poder em Kigali (IRIN 2017).

Estima-se que o grupo tenha somado seis mil combatentes em 2009, mas atualmente reduzido para cerca de 1.500 soldados[18] como resultado de pressão militar e esforços de desmobilização. Sua liderança atualmente é dividida entre militares conservadores de linha dura – tais como Sylvestre Muda-

assistência provida pelas Forças de Defesa do Povo de Uganda foram decisivas para o controle, por parte do M23, das principais cidades da região de Rutshuru. As Forças Armadas da Uganda proveram assistência técnica e suporte militar, mandando tropas e armamentos – foi enviada uma pequena quantidade de metralhadoras de 12.7mm, várias caixas de fuzis AK-47 e munições para metralhadoras; lançadores RPG-7 e granadas, além de morteiros diversos (UNSC 2012).

17 O descontinuamento do M23 pode ser atribuído não apenas à derrota militar, mas também a um enfraquecimento por disputas internas – a briga por liderança entre Ntaganda e Makenga, que derrotou o ex-líder – e a dependência quase que por completo das tropas e material ruandeses (Nangini 2014).

18 O grupo é dividido em dois subsetores operacionais (Sinai e Canaan), compostos de, no mínimo, quatro companhias. Um exemplo do funcionamento das mesmas pode ser observado pela Cia Chypre, do subgrupo Sinai: é composta por 31 combatentes, divididos em uma unidade de comando (9), um time de armas especiais (4) e três pelotões (Cnide, Cilicie e Crète, de 5 a 7 combatentes cada). Tal cia possui mais armas que homens: os 31 combatentes são armados com rifles automáticos (30 Kalashnikov-patterns e 1 FN-FAL), e a cia possui em reserva 5 metralhadoras, 4 lançadores de granadas RPG-7 (com 3 granadas) e 2 morteiros de 60mm (com duas bombas) e 3 foguetes anti-tanque. Possuiam também uma quantidade significativa de munição para rifles e metralhadoras leves (UNSC 2016).

cumura, que liderou o grupo desde 2003 e quer continuar a luta armada – e moderados de uma geração mais jovem – que são a favor da desmobilização e reintegração (Dagne 2011).

O grupo vem cometendo violações de direitos humanos e crimes de guerra – incluindo massacres étnicos, estupros em massa e recrutamento forçado de crianças soldado –, bem como exploração ilícita de recursos naturais, pelos últimos 20 anos. As FDLR continuam ativas em partes dos territórios de Masisi, Walikale, Lubero do Sul e Rutshuru, e atuam frequentemente em aliança com grupos armados hutus congoleses, como as Forças Federalistas Republicanas, e alguns grupos Mai-Mai; também possuem 4 subgrupos divisórios como braços armados principais: Reagrupamento Unido pela Democracia (RUD)[19], SOKI[20], FOCA[21] e Mandevu[22] (IRIN 2017).

As FDLR reportadamente receberam apoio do governo congolês: o ex-presidente Laurent-Désiré Kabila formou uma aliança com o grupo, na tentativa de combater a influência de Kigali no leste congolês, e já coordenaram operações militares conjuntamente às FARDC[23]. Todavia, Joseph Kabila permitiu que as tropas ruandesas entrassem no Congo em 2009 e caçassem líderes do grupo (Buchanan 2017).

Em maio de 2016, mais de 50 oficiais, bem como quase metade da força de soldados, deixaram o grupo para formar o Conselho Nacional para a Renovação e a Democracia (CNRD)[24], enfraquecendo significativamente as

19 FDLR/RUD: Possui cerca de 500 soldados, em sua maioria de etnia hutu, que operam no território de Lubero do Sul e estão envolvidos em práticas ilegais de exploração e comércio de recursos naturais e minerais, taxação e caça. O RUD tem pactos de não-agressão com diversos grupos armados, e tolera o M23 (IRIN 2017).

20 FDLR/SOKI: Possui cerca de 100 soldados, em sua maioria hutus, e é reconhecido por suas atividades de banditismo no território de Rutshuru, em Kivu do Norte. Seu líder foi morto pelo M23, grupo que está entre seus inimigos (IRIN 2017).

21 FDLR/FOCA: Forte facção, estimada por já ter compreendido de 1.500 até 5 mil homens, estando dentre estes alguns dos principais genocidas de Ruanda. Está ativa no território de Rutshuru e é acusada de graves violações de direitos humanos e exploração ilícita de recursos naturais. Dentre seus principais inimigos está o M23 (IRIN 2017).

22 FDLR Mandevu: Separaram-se do FOCA em 2010, aliando-se ao M23 e opondo-se às FARDC (IRIN 2017).

23 Atualmente mantém ligação com alguns membros corruptos das FARDC que, em troca de Cannabis ou lucros nas atividades comerciais das zonas de mineração ilegal, provém ao grupo fuzis AK-47 (UNSC 2012).

24 O CNRD-Ubwiyunge, ao se separar das FDLR, clamavam como objetivo apoiar a população ruandesa refugiada na busca por reconhecimento, proteção e ajuda humanitária; trabalhar com outros partidos de oposição ruandeses para pressionar o governo de Ruanda a abrir espaço de representação política para os mesmos; e trazer uma verdadeira reconciliação à sociedade ruandesa. O grupo criou seu próprio braço armado militar, a Fronte de Libertação Nacional (FNL), que consiste em dois setores operacionais, instalados nas províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul. A reação da FDLR à deserção foi a de mobilizar operações contra o grupo – na tentativa de desmobilizá-lo antes de tornar-se estável – e de obrigar seus aliados (especialmente as facções Nyatura) a posicionarem-se junto a um dos lados. A estratégia Sukola II, implementada pelas FARDC, que tinha como alvo principal as FDLR, não atingiu o

FDLR, que já enfrentavam baixa em seus recursos humanos. Como resposta, o grupo vem focando no recrutamento de congoleses nacionais e refugiados ruandeses, mobilizando grupos armados aliados e tentando dificultar o acesso de seus membros aos programas de desmobilização (UNSC 2016).

Forças Democráticas Aliadas (ADF)

As Forças Democráticas Aliadas (ADF) são um grupo armado islamita ugandês, que atua desde 1996 na região de Beni, em Kivu do Norte – configurando-se como um dos mais antigos grupos rebeldes no leste do Congo. A coalizão foi organizada por Jamil Mukulu após a queda do ditador Idi Amin na Uganda, e seu objetivo originalmente era o de estabelecer um Estado islâmico no país. Contudo, com o passar do tempo o grupo foi desistindo de tais pretensões de tomada de poder na Uganda, e envolvendo-se profundamente nas dinâmicas do conflito congolês (Buchanan 2017).

As ADF contabilizaram entre 1.200 e 1.500 combatentes, sendo, no mínimo, 800 destes bem treinados e equipados. Entretanto, foram alvo das operações Usalama I e II, partes da estratégia Sukola I, realizada pelas FARDC e com envolvimento direto da Brigada de Intervenção[25]. Desta forma, o grupo está atualmente estimado em cerca de 300 membros, incluindo não só homens, como também mulheres e crianças (UNSC 2012). Ainda assim, o grupo continua a recrutar, treinar e operar na zona de floresta densa da área de Eringeti-Beni-Butembo[26], causando altos níveis de insegurança para os civis na região. Nos últimos 20 anos, a ADF foi responsável por graves violações de direitos humanos, ataques brutais a mulheres e crianças e constantes atos de decapitação, mutilação e estupro (UNSC 2016).

Raia Mutomboki

O Raia Mutomboki – expressão que significa "cidadãos enfurecidos", em Kiswahili – é um grupo de vários líderes locais e desertores das FARDC.

grupo (UNSC 2016).

25 A Brigada de Intervenção contribuiu com tropas terrestres e forças especiais, aéreas e de artilharia. A MONUSCO também utilizou de Veículos Aéreos Não-Tripulados para detectar e mapear as áreas de atuação do grupo – o que fez com que os rebeldes contruíssem em seus campos bunkers subterrâneos, não apenas para proteção contra os ataques aéreos e de artilharia, mas também para evitar serem detectados pelos drones da Missão, bem como adquirissem armamento antiaéreo. Dessa forma, mesmo sendo um dos grupos mais antigos atuando no leste do Congo, as ADF são pouco conhecidas e mantém um caráter misterioso (UNSC 2016).

26 Desconfia-se que o grupo tenha tentado aumentar seus recursos humanos através de recrutamento e sequestros na Uganda também, além de possivelmente possuir ligação com o grupo terrorista Al-Qaeda, que auxiliaria no treinamento dos combatentes (IRIN 2017). Na metade do ano passado, estima-se que o grupo tivesse armamento suficiente para equipar cada combatente – a maior parte dos mesmos possuía rifles Kalashnikov. O grupo também possuía algumas metralhadoras leves e lançadores de granadas, além de utilizar de dispositivos explosivos simples e improvisados. Destaca-se, ainda, a existência de um serviço interno de segurança, responsável por comandar os mais distintos aspectos da vida no grupo (UNSC 2016).

Operando desde 2011 em Kivu do Sul, atualmente é o maior fenômeno armado e o maior braço colaborador do M23 na região. O grupo começou como uma milícia paroquial local, organizada em respostas à crescente insegurança na região. Contudo, começou a lucrar com as falhas dos vários acordos de paz, e logo passou a ser uma franquia violenta, presente em grandes partes de Kivu do Sul e Kivu do Norte (Buchanan 2017).

O grupo é a primeira e principal reação contrária à FDLR, o que garantiu ao Raia Mutomboki considerável popularidade e mobilizou maciçamente civis a ajudá-los[27]. O grupo funciona na base de milícias de autodefesa localizadas, que tentam conter as ameaças da FDLR, operando sob ordens do M23 e facilitando a expansão do grupo[28] (Buchanan 2017; IRIN 2017).

O Raia Mutomboki acredita que o grupo deve ser reconhecido como uma força securitária legítima, alegando que o exército congolês não é capaz de garantir a proteção da população. Entretanto, os rebeldes são acusados de terem cometido inúmeras violações severas de direitos humanos (IRIN 2017).

Rebeldes Nyatura

No ano de 2010, o grupo Nyatura, uma milícia hutu congolesa, foi fundada para colaborar com os rebeldes do FDLR e com as FARDC na luta por proteção dos interesses hutus contra ex-integrantes do CNDP e do M23. O grupo já foi utilizado como uma força *proxy* pelo exército congolês e, em 2012, parte de suas forças foi integrada às FARDC[29] (IRIN 2017).

O Nyatura alega que as ações do Raia Mutomboki têm como alvo principalmente a comunidade hutu, se opondo ao grupo. Possuem relações de colaboração com as FDLR, que proveem armamentos e treinamento aos grupos Nyatura e atuam conjuntamente em operações[30].

27 O grupo resolve disputas em vantagem dos civis – tais como conflitos de terra, disputas de heranças, questões relacionadas a casamentos, etc, e, em troca, as famílias enviam jovens ao Raia Mutomboki. Os combatentes também demandam um "esforço de guerra", que consiste em uma contribuição monetária, de cada família.

28 Jutamente às Forcas de Defesa Congolesas (FDC-Luanda) e ao Nduma Defesa do Congo (NDC), o Raia Mutomboki formou uma frente comum nos territórios de Masisi e Walikale, para operar em nome do M23. O Movimente proveu consideráveis quantidades de armamento e munição para o Raia Mutomboki em 2012, tais como 50 unidades de fuzis AK-47 (UNSC 2012).

29 Em apoio, as FARDC proviam armamentos e munição ao grupo. O Grupo de Especialistas do Conselho de Segurança constatou que, em 2012, 300 fuzis Ak-47 foram entregues pelas FARDC para os rebeldes do Nyatura (UNSC 2012).

30 Para as FDLR, o grupo representa não somente uma conexão à população local, mas também uma fonte de recursos humanos. Em troca, são providos armamentos e treinamento para que atuem em favor das FDLR. Frente à recente divisão do grupo, os rebeldes do Nyatura foram forçados a posicionarem-se como aliados ou das FDLR ou do CNDR. Uma das facções que permaneceu ligada às FDLR depois da divisão é a do líder John Love – estimada entre 50 e 100 combatentes e que possui cerca de 40 rifles Kalashnikov e uma metralhadora (UNSC 2016).

Os rebeldes Nyatura utilizam do vácuo securitário deixando pelas unidades de reestruturação do exército para expandir suas áreas de influência. Embora fundamentadas na competição por terras e recursos naturais, as tensões locais estão fortemente relacionadas à questões étnicas. O Nyatura é acusado de potencializar tal tensão interétnica, protagonizando ataques violentos contra civis e cometendo graves violações de direitos humanos – incluindo execuções arbitrárias, estupros em massa e recrutamento à força de crianças soldado (Buchanan 2017).

Milícias Mai-Mai

O termo "Mai-Mai" se refere a um grupo de milícias locais, ativas desde as duas guerras do Congo. São essencialmente milícias de autodefesa, formadas por líderes da comunidade local, geralmente ao longo de linhas étnicas. Não possuem articulação política unitária ou consistente (Dagne 2011).

O grupo é acusado de aterrorizar a população de Kivu do Norte com estupros sistemáticos e em massa e outras formas de abuso sexual, mutilação, matança indiscriminada, recrutamento e trabalho forçado, especialmente de crianças soldado. Enquanto algumas dessas milícias são maiores e mais conhecidas – tais como a Milícia dos Patriotas da Resistência Congolesa (PARECO) ou Aliança dos Patriotas por um Congo Livre e Soberano (APCLS), outras são pequenas forças locais, conhecidas pelo nome de seus líderes (Buchanan 2017).

Exército de Resistência do Senhor (LRA)

O LRA é um grupo rebelde formado na Uganda, em meados da década de 1980, por Alice Lakwena. Originalmente formado para lutar pelos interesses de uma parcela étnica da população ugandesa, o grupo reestruturou-se quando Joseph Kony – primo de Lakwena – assumiu a liderança e passou a conduzir operações militares não só na Uganda, como também na RDC, na República Centro Africana e no Sudão do Sul. No Congo, as milícias da LRA juntaram-se à luta contra as FARDC (Buchanan 2017).

O grupo ganhou fama por sua brutalidade: raptou e vendeu jovens meninas para trabalharem como escravas sexuais e sequestrou e recrutou forçadamente milhares de crianças para trabalharam como soldados. Além disso, foi responsável pelo deslocamento de mais de 353.000 civis (IRIN 2017).

O LRA já possuiu quase mil combatentes, mas atualmente estima-se que somem não mais que 200, tendo sido drasticamente reduzidos em função de operações conduzidas pelas Forças Armadas de Uganda (com apoio dos EUA e das FARDC). O grupo, que recebeu proteção e auxílio do governo do Sudão (para engajar-se na guerra contra o Sudão do Sul), também teve sua

atuação restringida com a tomada do poder pelo Movimento Popular Sudanês de Libertação[31] (Dagne 2011).

Forças de Resistência Patriótica de Ituri (FRPI)

As FRPI – e seu braço FPJC – tem atuado como milícia armada ativa e partido político na região de Ituri. Surgiu como resultado de disputas locais e de guerra proxies entre RDC, Uganda e Ruanda[32]. Seus objetivos principais são uma integração às FARDC e permanecer atuando em Ituri, podendo governar livremente (Buchanan 2017).

Contudo, a MONUSCO e as FARDC tiveram pouco progresso, tanto em integrar as FRPI às FARDC, quanto em derrotá-las. O grupo rebelde busca alcançar um acordo com o governo central (similar ao de 2009 da CNDP). Recentemente as FRPI têm lutado contra as FARDC, deslocando milhares de pessoas. Além disso, estão engajadas em atividades ilegais de taxação, mineração e comércio (IRIN 2017).

3 REPRESENTAÇÕES

O **Representante Especial do Secretário-Geral (Special Representative of the Secretary-General)** é a maior autoridade da missão, sendo o responsável pelo cumprimento do mandato estabelecido pelo Conselho de Segurança. Ao representar o Secretário-Geral como Chefe da Missão o Representante Especial administra os recursos da missão, dessa forma deve garantir uma cultura de respeito e integridade entre seus membros. Uma característica fundamental é a capacidade de criar consenso entre os tomadores de decisão e coordenar o trabalho complexo num ambiente multicultural e multidisciplinar. O estabelecimento e manutenção de contatos nacionais, regionais e internacionais relevantes para a missão também faz parte de suas atividades. Assim o Representante deve garantir o cumprimento do Direito Internacional Humanitário, a preservação da integridade do contingente das Nações Unidas, o respeito aos Direitos Humanos e também deve oferecer liderança no cumprimento dos objetivos da missão.

O **Representante Especial do Secretário-Geral para Operações**

31 O Movimento Popular Sudanês de Libertação/Exército em Oposição (SPLM/A-IO) entrou no território congolês em agosto de 2016 com armas e munição. Da força – que era composta por 1.300 homens armados com fuzis AK-47, 25 metralhadoras e 35 lançadores de granda RPG-7 – cerca de 900 combatentes cruzaram a fronteira para a RDC. A MONUSCO conseguiu extrair 775 combatentes; contudo, reteram apenas 138 armas, número discrepante com a quantidade que entrou em território congolês, dando indícios de que as mesmas teriam sido repassadas para grupos no Congo (UNSC 2016).

32 O Fronte dos Nacionalistas Integracionistas (FNI) passou pelo mesmo processo. Contudo, desde 2005 o grupo passou a constituir um partido político e seus combatentes foram majoritariamente integrados às FARDC (Buchanan 2017).

(Special Representative of the Secretary-General for Operations) é diretamente subordinado do Representante Especial do Secretário-Geral, sendo responsável por garantir a coordenação de todos componentes relevantes à garantia da Justiça na missão, como reforma de instituições de segurança, eleições e ações de estabilização. Seu papel está diretamente relacionado à cooperação entre autoridades nacionais e internacionais visando garantir a aplicação das leis e exercício da força policial Também é sua função garantir o funcionamento das atividades do contingente das Nações Unidas no país e suas ações humanitárias.

O **Representante Especial do Secretário-Geral Adjunto (Deputy Special Representative of the Secretary-General)** tem como principal objetivo trabalhar em conjunto do Representante Especial do Secretário-Geral para liderar a missão e garantir o cumprimento do mandato. Além disso, sua função está coordenar os esforços das agências das Nações Unidas, visando a cooperação com o governo local para a melhora da situação humanitária. O alinhamento das duas funções é essencial para dividir tarefas com o Representante Especial do Secretário-Geral e conseguir otimizar a ligação dos elos, pois mais importante do que o poder advindo da função de Representante são os contatos e as ligações estabelecidas.

O **Comandante da Força (Force Commander)** é o chefe das forças militares da MONUSCO e tem sob o seu comando as tropas regulares da MONUSCO (encarregadas implicitamente de tarefas ofensivas) e a Brigada de Intervenção (encarregada explicitamente de atividades de caráter ofensivo). Sua patente é de Tenente General. Sua liderança é exercida no nível de formulação de operações para o combate de grupos insurgentes. Ele se subordina diretamente ao Representante do Secretário Geral e tem como subordinados o Comandante da Força Adjunto, o Comandante da Brigada de Intervenção, o Comandante das Equipes de Resgate e o Chefe de Inteligência (IPI 2013).

O **Comandante da Força Adjunto (Deputy Force Commander)** é o segundo em comando das forças militares a serviço da MONUSCO e é um general de divisão. Seu papel é de orientação e condução das forças da ONU no nível tático - sempre de acordo com as operações definidas pelo Comandante da Força. Sua tarefa, dessa forma, é de coordenar as ações das forças da MONUSCO no nível de planejamento das batalhas contra os grupos insurgentes. É subordinado diretamente ao Comandante da Força e possui sob o seu comando o Comandante de Logística, o Porta-Voz da Missão e o Comandante de Assistência Humanitária.

O **Comandante da Brigada de Intervenção (Intervention Brigade Commander)** é a principal liderança dessa organização militar, depois do Comandante da Força e é um general de brigada. É encarregado de comandar

e coordenar as ações da Brigada de Intervenção - sobretudo no que se refere à execução das operações militares contra os grupos insurgentes. É subordinado diretamente ao Comandante da Força e é subordinado a ele o Comandante da Brigada de Intervenção Adjunto. Sendo subordinado ao Comandante da Força, suas ações devem ser sempre realizadas segundo as decisões daquele e das estratégias militares adotadas no âmbito de toda a MONUSCO.

O **Comandante da Brigada de Intervenção Adjunto (Deputy Intervention Brigade Commander)** é a autoridade militar responsável pelo planejamento das ações da FIB a nível operacional coordenando, dessa forma, dessa forma pela execução das ordens de batalha contra os grupos insurgentes empreendidos pela Brigada de Intervenção de Força. Sua patente é a de coronel. Suas ações devem estar sempre de acordo com os planejamentos do Comandante da Brigada de Intervenção (nível operacional) e do Comandante de Força (nível estratégico). Dessa forma, não deve realizar suas ações de maneira independente dessas duas autoridades. Está diretamente subordinado ao Comandante da Brigada de Intervenção.

O **Chefe de Inteligência (Chief of Intelligence)** é a autoridade militar responsável por se comunicar com a Inteligência da MONUSCO e repassar as informações disponíveis. Sua patente é a de Coronel. Ele deverá receber as informações e analisá-las em conjunto com o seu Adjunto para depois disponibilizá-las aos demais membros do Gabinete. Somente o Chefe de Inteligência tem o poder de solicitar informações à Agência de Inteligência. Está diretamente subordinado ao Comandante da Força (Force Commander).

O **Chefe de Inteligência Adjunto (Deputy Chief of Intelligence)** é o responsável por coletar, compilar e/ou analisar a informação que será utilizada nas operações. Sua patente é a de Tenente Coronel. Ele responde ao Chefe de Inteligência e dele receberá as informações que irá analisar, e a ele devolverá as análises. Este Adjunto está diretamente subordinado ao Chefe de Inteligência (Chief of Intelligence).

O **Comissário de Polícia (Police Commissioner)** é o chefe da força de polícia. A Polícia das Nações Unidas atua como uma substituta total ou parcial da polícia dos Estados que recebem uma Missão para prevenir e deter crimes, proteger a vida e a propriedade, além de manter a ordem pública e a segurança de acordo com a lei e com as normas de direitos humanos internacionais. Sendo assim o Comissário de Polícia é um funcionário da ONU diretamente subordinado ao Secretário Geral e, nessa Missão, aos seus Representantes. Sendo assim, a missão do Comissário é prezar pela eficiência da missão de acordo com os valores pregados pela Carta da Organização das Nações Unidas.

O **Comandante da Logística (Logistics Commander)** é o chefe

da logística militar. Ele é o encarregado da logística como um todo, sendo o comandante que coordena o transporte das tropas, os suprimentos de combate (munição e combustível) e o fornecimento de alimentação/habitação/vestimentas e outros recursos necessários para a manutenção da missão. Sua patente é a de Tenente Coronel. O Comandante da Logística está diretamente subordinado ao Adjunto do Comandante da Força, notificando a ele suas demandas.

O **Representante do Governo da República Democrática do Congo (Representative of the Government of the Democratic Republic of the Congo)** é o responsável por estabelecer o contato entre as autoridades e instituições do Governo local e os responsáveis pela missão. Atua, assim, no compartilhamento de informações e recursos, e apresentação da perspectiva do país quanto ao caminho a ser seguido para resolução das crises. Caso sejam requeridas quaisquer autorizações por parte do governo congolês para a execução dos planos da operação de paz, estas serão solicitadas e entregues pelo Representante. Este ainda contará com poderes para, em situações de emergência (em que não haveria tempo de comunicar as opções aos seus superiores) as conceder por conta própria.

O **Comandante das Equipes de Resgate (Rescue Teams Commander)**, subordinado diretamente ao Comandante da Força, é responsável por organizar, no nível operacional, o resgate de civis e militares em perigo, e aconselhar seus superiores quanto ao nível de risco (não apenas para os militares e funcionários da ONU, mas também para os membros de outras organizações e civis) das missões planejadas e das áreas utilizadas pelas tropas. Exceto em situações de combate direto, suas operações terão prioridade, tendo autoridade para solicitar o remanejo de tropas conforme necessário para o bom prosseguimento das missões de suas equipes. Seu objetivo é garantir o bem-estar e a sobrevivência tanto da população quanto dos combatentes e civis ligados à MONUSCO.

A **Comandante de Assistência Humanitária (Humanitarian Assistence Commander)** é uma militar que atua como representante do UNJHRO (United Nations Joint Human Rights Office). Ela é responsável por fortalecer o acesso nacional ao programa de justiça, provendo assistência logística, técnica e financeira para autoridades judiciais e parceiros para condução dos casos. Nesse sentido, o trabalho da representante do UNJHRO consiste em reportar violação dos direitos humanos, prestando assistências às vítimas para procurar e obter soluções para essas violações. A representante também atua com funcionários do Estado e outros atores para melhorar a situação dos direitos humanos, incluindo lobby para a adoção de leis e políticas que atendam aos padrões internacionais de direitos humanos para combater a impunidade. A violência sexual é uma grande questão no conflito na RDC,

assim, a comandante é quem advogada sobre este ponto no que tange à proteção de civis (MONUSCO 2017a).

O **Representante Regional do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) (UNHCR Regional Representative)** promove instrumentos internacionais para a proteção dos refugiados e supervisionar sua aplicação. O ACNUR tem o mandato de dirigir e coordenar a ação internacional para proteger e ajudar as pessoas deslocadas em todo o mundo e encontrar soluções duradouras para elas. Nesse sentido, a principal missão do ACNUR é assegurar os direitos e o bem-estar dos refugiados. O grande número de refugiados internos, em razão da crise na RDC, exige que o representante regional do ACNUR empenhe-se a fim de aumentar a capacidade nos centros para deslocados internos. Ademais, deve-se garantir que qualquer pessoa possa exercer o direito de buscar e gozar de refúgio seguro em outro país e, caso assim deseje, regressar ao seu país de origem (UNHCR 2017).

O **Diretor Nacional do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (UNDP Country Director)** é responsável pela execução de ações específicas para auxiliar a RDC a enfrentar os desafios da pobreza, da boa governança, da estabilidade sócio-política e do desenvolvimento sustentável. Estabelecido na RDC desde 1976, o PNUD implementa o desenvolvimento humano sustentável. Atualmente, as três áreas de intervenção são: consolidação da paz e da democracia; desenvolvimento e crescimento inclusivo; e mudanças climáticas e administração dos recursos naturais (UNDP 2017).

O **Porta-voz Militar (Military Spokesperson)** é um tenente-coronel. Ele é a voz oficial da Missão e atua como a ligação-chave entre a Missão e as mídias dentro e fora do país. Ele atualiza as mídias, responde às suas perguntas e facilita a interação com os funcionários da Missão (MONUSCO 2017b). O Porta-voz é subordinado ao Comandante da Força Adjunto da MONUSCO.

4 INVENTÁRIOS MILITARES

4.1 RDC e MONUSCO

República Democrática do Congo (estimado)

EFETIVO TOTAL:	134250
EXÉRCITO:	103000
Brigada de Infantaria Integrada	6
Brigada de Infantaria Não-Integrada	3

Regimento de Infantaria	27
Regimento de Artilharia	1
Batalhão de Policia Militar	1
GUARDA REPUBLICANA:	8000
Regimento Armado	1
Brigada de Guarda	3
MARINHA	6700
FORÇA AÉREA	2250

EQUIPAMENTO DO EXÉRCITO E DA GUARDA REPUBLICANA
VEÍCULOS ARMADOS DE COMBATE

Man Battle Tank (MBT)	149
Type-59	17
T-55	32
T-72AV	100
Tanques Leves	40
PT-76	10
Type-62	30
Armoured Reconnaissance (RECCE)	52
AML-60	17
AML-90	14
EE-9 Cascavel	19
RAM-V-2	2
Infantry Fighting Vehicle (IFV)	20
BMP-1	20
Armoured Personnel Carrier (APC)	144
Modelo APC (T)	9
BTR-50	3
MT-LB	6
Modelo APC (W)	135
BTR-60PB	70
Panhard M3	58
TH	7

ANTI-TANQUES/ANTI-INFRAESTRUTURA
Recoilless Launcher (RCL)
M18 57mm
M 20 75mm

M40A1 106mm	
ARMAS	
Type-56 (D-44) 85mm	10
ARTILHARIA	720
Auto-propulsado	16
2S1 Gvozdika 122m	6
2S3 Akatsiya 152mm	10
TOWED	119
M-30 (M-1938)/D-30/Type-60 122mm	77
Type-59 (M-46)/Type-59-I 130mm	42
Multiple Rocket Launcher (MRL)	57
Type-63 107mm	12
Type-63 122mm	24
BM-21 Grad	24
RM-70	alguns
M-51 128mm	6
Type-82 130mm	3
Type-82 132mm	12
Morteiros	528
M30 81mm	100
M30 82mm	400
M30 107mm	-
Brandt 120mm	28
Outros	18
DEFESA AÉREA	
Míssel ar-superífice	
Defesa Pontual: 9K32 Strela-2 (SA-7 Grail)	
GUNS	
TOWED	124
ZPU-4 14.5mm	12
M-1939 37mm	52
M-1939 40mm	60
EQUIPAMENTO DA MARINHA	
COMBATENTES COSTAIS E DE PATRULHA	
Botes de Patrulha	16
Shanghai II	1
Outros	15

EQUIPAMENTO DAS FORÇAS AÉREAS		
AERONAVES		
Ground Attack (ATK)	4	
Su-25 Frogfoot	4	
Transport (TPT) 5: Medium 1 C-130H Hercules; Light 2 An-26 Curl;	5	
Medium: C-130H Hercules	1	
Light: An-26 Curl	2	
Passenger Transport Aircraft (PAX): B-727	2	
HELICÓPTEROS		
Ground Attack (ATK)	9	
Mi-24 Hind	4	
Mi-24V Hind	5	
Transport (TPT)	3	
AS332L Super Puma	1	
Mi-8 Hip	2	

Fonte: ISSN 2017

MONUSCO

EFETIVO TOTAL	21632
PESSOAL UNIFORMIZADO	18316
Tropas	16215
Militares Observadores	660
Polícia	1441
PESSOAL CIVIL	3316
Civis Internacionais	791
Civis Locais	2525
Voluntários da ONU	388

Fonte: Resolution 2348 (2017) UNSC

TANQUES		
BMP-2	6	Combate
WZ551	10	Transporte
HELICOPTEROS		
MI-24	3	Transporte
UH-1 Twin Huey	3	Combate

Fonte: Monusco Photos

4.2 Rebeldes

	M23	FDLR	ADF	Raia Mutomboki	LRA
Número de Combatentes	1.500	700	300	200	200
Equipamento Militar	Estimado em 25 toneladas. **Armamento principal:** AK-47, Metralhadoras Pesadas, RPG-7 e Granadas.	**Armamento principal:** AK-47, Metralhadoras Leves, RPG-7 e Granadas.	**Armamento principal:** AK-47, Metralhadoras Leves, RPG-7 e Granadas.	**Armamento principal:** AK-47.	Estimado em 3 toneladas. **Armamento principal:** AK-47.
Armas de Fogo					
Fuzis					
AK-47	Sim, quantidade incerta.	Sim, quantidade estimada: 120.	Sim, quantidade incerta.	Sim, quantidade estimada: 50.	Sim, quantidade incerta.
Cartuchos 7.62x39mm	Sim, quantidade incerta.	Sim, quantidade incerta.	Sim, quantidade incerta.	Sim, quantidade incerta.	Sim, quantidade incerta.
Armas Recoiless					
SPG-9 (73mm)	Sim, quantidade incerta.	-	-	-	-
M20 (75mm)	Sim, quantidade incerta.	-	-	-	-
Metralhadadoras		Sim, quantidade estimada: 20.			
Metralhadoras Pesadas (12.7mm)	-	Sim, quantidade incerta.	-	Sim, quantidade incerta.	-
Metralhadoras Leves (7.62mm)	Sim, quantidade incerta.	Sim, quantidade incerta.	Sim, quantidade incerta.	-	-
Pistolas-Metralhadoras Uzi	-	Sim, quantidade estimada: 6.	-	-	-
Munição para Pistolas-Metralhadoras	Sim, quantidade incerta.	Sim, quantidade incerta.	-	-	-
Bombas, Granadas e Explosivos					
Morteiros					
Morteiro 60mm	Sim, quantidade incerta.	Sim, quantidade estimada: 12.	Sim, quantidade incerta.	-	-
Morteiro 82mm	-	Sim, quantidade incerta.	-	-	-
Morteiro 120mm	Sim, quantidade incerta.	-	-	-	-
Lançadores	Antitanque e Antiaéreos	Antitanque e Antiaéreos	Antiaéreos.		

RPG-7	Sim, quantidade estimada: 77.	Sim, quantidade estimada: 20.	Sim, quantidade incerta.	-	-
Granadas Lançadas por Foguetes PG-7	Sim, quantidade incerta.	Sim, quantidade estimada: 12.	Sim, quantidade incerta.	-	-
Lançador Múltiplo de Foguetes	-	-	-	-	-
Foguetes 107mm	-	Sim, quantidade incerta.	-	-	-
Granadas 40mm	-	Sim, quantidade incerta.	-	-	-
Minas Antitanque	Sim, quantidade estimada: 15.	-	-	-	-

Fontes: United Nations Security Council. Final report of the Group of Experts on the Democratic Republic of the Congo. S/2012/843. 15 de Novembro de 2012. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2012/843; United Nations Security Council. Midterm report of the Group of Experts on the Democratic Republic of the Congo. S/2016/1102. 28 de Dezembro de 2016. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2016/1102; United Nations Security Council. Report of the Secretary-General on the United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo. S/2017/206. 10 de Março de 2017. Disponível em: https://monusco.unmissions.org/sites/default/files/n1705816.pdf; Relatórios e reportagens não-oficiais diversos.

REFERÊNCIAS

Al Jazeera. 2013. "DR Congo rebels say their revolt is over". 6 de novembro. http://www.aljazeera.com/news/africa/2013/11/dr-congo-rebels-say-ready-disarm-20131159215270284.html.

Benson, Jay. 2017. "Don't Look Away Now: DR Congo Is At Greatest Risk Than For Years". *African Arguments.* http://africanarguments.org/2017/05/15/dont-look-away-now-dr-congo-is-at-greatest-risk-than-for-years/.

Castellano da Silva, Igor. 2011. "Guerra E Construção Do Estado Na Rep. Democrática Do Congo: A Definição Militar Do Conflito Como Pré-Condição Para A Paz". Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Congo Research Group. 2017. *The Landscape of Armed Groups in the Eastern Congo.* New York: Center of International Cooperation.

The Conflict Research Unit (CRU). 2015. *Going Around In Circles The Challenges Of Peacekeeping And Stabilization In The Democratic Republic Of The Congo*. Haia: Netherlands Institute of International Relations Clingendae.

Dagne, Ted. 2011. *The Democratic Republic of Congo*: *Background and Current Developments.* Washington: Congressional Research Service.

defenceWeb. 2017. "No change in SANDF deployment numbers for MONUSCO". 10 de abril. http://www.defenceweb.co.za/index.php?option=com_

content&view=article&id=47440&catid=74&Itemid=30.
DRC. 2002. "Global And Inclusive Agreement On Transition In The Democratic Republic Of The Congo". Em *Inter-Congolese Dialogue Political Negotiations On The Peace Process And On Transition In The DRC.* Pretoria: DRC.
Dunn, Kevin C. 2002. "A survival guide to Kinshasa: lessons of the father, passed down to the son". Em *The African stakes of Congo War,* por John F. Clark. New York: Palgrave Macmillan.
Freedom House (FH). 2017. "Freedom in the World 2017". https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2017.
French, Howard W. 2017. "Mobutu Sese Seko, 66, Longtime Dictator of Zaire" *The New York Times.* https://partners.nytimes.com/library/world/090897obit-mobutu.html.
Gondola, Ch. Didier. 2002. *The history of Congo.* Westport: Greenwood Press.
Gottipati, Sruthi. 2017. "Congo's Bad Year Is About To Get Worse". *Irin News.* https://www.irinnews.org/analysis/2017/05/24/congo%E2%80%99s-bad-year-about-get-worse.
Nations Unies. 2011. Bureau Conjoint des Nations Unies aux Droits de l'Homme. *Rapport Des Missions D'Enquete Du Bureau Conjoint Des Nations Unies Aux Droits De L'Homme Sur Les Viols Massifs Et Autres Violations Des Droits De L'Homme Commis Dans Les Villages De Bushani Et Kalambahiro, En Territoire De Masisi, Province Du Nordkivu.* Nova York.
—. 2017. *Note Du BCNUDH Sur Les Principales Tendances Des Violations Des Droits De L'Homme Au Mois De Janvier 2017.* Nova York.
Human Rights Watch (HRW). 2015. "DR Congo: Deadly Crackdown On Protests". https://www.hrw.org/news/2015/01/24/dr-congo-deadly-crackdown-protests.
International Institute for Strategic Studies (IISS). 2015. *The Military Balance 2015*. Londres: IISS.
Irin News. 2013. "Les Violations Des Droits De L'Homme Par L'Armée De La RDC Peuvent-Elles Cesser?". 12 de agosto. http://www.irinnews.org/fr/report/98564/les-violations-des-droits-de-l%E2%80%99homme-par-l%E2%80%99arm%C3%A9e-de-la-rdc-peuvent-elles-cesser
—. 2017. "Armed Groups in Eastern DRC". http://www. irinnews.org/report/99037/briefing-armed-groups-eastern-drc.
Inter-Congolese Dialogue. 2002. "Global and Intrusive Agreement on Transition in the Democratic Republic of Congo". Assinado em Pretoria, África do Sul, em 16 de dezembro. http://www.ucdp.uu.se/downloads/fullpeace/DRC%2020021216.pdf
International Peace Support Training Centre (IPSTC). 2017 "Cross Border Insecurity in Eastern Africa: The Case of Eastern Democratic Republic of Congo". Occasional Paper 4 (1). Nairobi: IPSTC.

Jarstad, Anna K. 2008. "Power Sharing: Former Enemies In Joint Government". Em *From War To Democracy Dilemmas Of Peacebuilding*, 1ª ed., 105-133. New York: Cambridge University Press.
Koning, Ruben de. 2010. "Controlling Conflict Resources In The Democratic Republic Of The Congo". *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) Policy Brief*. https://www.sipri.org/sites/default/files/files/misc/SIPRIPB1007.pdf.
Kibangula, Trésor. 2017. "RDC: Comment Kabila A Dispersé L'opposition En 3 Temps, 4 Mouvements". *Jeune Afrique*. http://www.jeuneafrique.com/433231/politique/rdc-kabila-a-disperse-lopposition-3-temps-4-mouvements/.
Moloo, Zahra. 2016. "UN peacekeepers in the DRC no longer trusted to protect." *Al Jazeera.* http://www.aljazeera.com/indepth/features/2016/01/peacekeepers-drc-longer-trusted-protect-160112081436110.html.
Nangini, C et al. 2014. "Visualizing Armed Groups: The Democratic Republic of the Congo's M23 in Focus". *Stability*: *International Journal of Security & Development* 3 (1), online. https://www.stabilityjournal.org/articles/10.5334/sta.dd/.
Olivier, Darren. 2013a. "The FIB Goes to War." *African Defence Review.* 29 de agosto. http://www.africandefence.net/the-fib-goes-to-war/.
—. 2013b. "How M23 was Rolled Back." *African Defence Review.* 30 de outubro. http://www.africandefence.net/analysis-how-m23-was-rolled-back/.
—. 2014. "Casualties in APCLS Attack on MONUSCO/FARDC Positions." *African Defence Review.* 1º de maio. http://www.africandefence.net/three--sand- f-soldiers-wounded-by-apcls-attack-in-the-drc/.
Pereira, Letícia, Aguilar, Sérgio L. C. 2014. "Congo - A Atual Dinâmica do Conflito e a Rendição do M23". *Série Conflitos Internacionais* 1 (2): 1-5. Abril de 2014. https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/n02-congo---a-atual-dinamica-do-conflito-e-a-rendicao--do-m23-2.pdf.
Raghavan, Sudarsan. 2013. "In volatile Congo, a new U.N. force with teeth." *The Washington Post.* https://www.washingtonpost.com/world/africa/in-volatile-congo-a-new-un-force-with-teeth/2013/11/01/0cda650c-423f-11e3-b028-de922d7a3f47_story.html?utm_term=.f986e1f778f5.
Reed, Cyrus. 1998. "Guerrillas in the Midst: the former government of Rwanda & the Alliance of Democratic Forces for the Liberation of Congo-Zaire in Eastern Zaire." Em *African Guerrillas*, por Christopher Clapham, 155-171. Indiana: Indiana Press.
Reyntjens, F. 2010. *The great African war.* 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press
Ronchi, Bruno Luiz de Souza, Débora Sulzbach de Andrade, João Estevam

dos Santos Filho, e Stefano Arroque. 2016. "Segurança e consolidação do Estado: perspectiva de cooperação técnica-militar Brasil-República Democrática do Congo." Perspectiva. 9-24.
Ross, Michael. 2002. *Booty Futures*: *Africa's civil wars and the future market for natural resources.* Boston: American Politican Science Association.
Silva, Igor Castelano da. 2011. *Guerra e Construção do Estado na República Democrática do Congo*: *A definição militar do conflito como pré-condição para a paz.* Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
—. 2012. *Congo*: *a Guerra Mundial Africana.* Porto Alegre: Leitura XXI.
Stimson Center and Better World Campaign. 2016. *Challenges and The Path Forward For MONUSCO.* https:// betterworldcampaign.org/wp-content/uploads/2016/07/Stimson-BWC-MO- NUSCO-Paper-FINAL.pdf.
Stearns, Jason K, Vogel, Christoph. 2015. *The Landscape of Armed Groups in the Eastern Congo.* New York: Congo Research Group.
Stupart, Richard. 2013. "The Last Days of M23". *African Defence Review.* http://www.africandefence.net/the-last-days-of-m23/.
Stupart, Richard. 2014. "Squaring Up Against the ADF". *African Defence Review*. http://www.africandefence.net/squaring-up-against-the-adf/.
The Economist. 2016. "Never-ending mission". http://www.economist.com/news/international/21699136-long-and-costly-operation-can-do-little-bring-peacebut-cannot-end-either-never-ending.
The Guardian. 2017. "DRC minister says country 'can't afford' to hold election this year". https://www.theguardian.com/world/2017/feb/16/delayed--drc-elections-could-be-put-back-further-by-cash-shortage
Tilly, Charles. 1996. *Coerção, Capital E Estados Europeus 1990-1992.* 1ª ed. São Paulo: Edusp.
Tull, D. M., and A. Mehler. 2005. "The Hidden Costs of Power-Sharing: Reproducing Insurgent Violence in Africa". *African Affairs* 104 (416): 375-398. doi:10.1093/afraf/adi034.
Visentini, Paulo F. 2007. *As Relações Internacionais da Ásia e da África.* Petrópolis: Vozes.
Vlassenroot, Koen. 2008. *Armed Groups and Militias in Eastern DR Congo.* Stockholm: Lecture Series on African Security.
United Nations. 2001. *Letter dated 12 April 2001 from the Secretary-General to the President of the Security Council. Report of the Panel of Experts on the Illegal Exploitation of Natural Resources and Other Forms of Wealth of the Democratic Republic of the Congo (S/2001/357. 2001).*
United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUSCO). 2017a. "Human Rights". https://monusco.unmissions.org/en/hu- man-rights.
—. 2017b. "Spokesperson's office". https://monusco.unmissions.org/en/

spokesperson%E2%80%99s-office.
United Nations, United Nations Development Program (UNDP). 2017. *United Nations Development Programme in the DR Congo.* http://www.cd.undp.org/content/rdc/en/home/ourwork/overview.html.
United Nations, United Nations General Assembly and United Nations Security Council. 2013. *Identical letters dated 25 February 2013 from the Secretary-General ad- dressed to the President of the General Assembly and to the President of the Security Council. A/67/775–S/2013/110. Nova York. http://undocs.org/A/67/775*
United Nations, United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). 2012. *Final report of the Group of Experts on the Democratic Republic of the Congo. S/2012/843.* http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2012/843.
—. 2013. *Resolution 2098*. www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2098(2013)&refe- rer=http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/monusco/resolutions.sht- ml&Lang=E.
—. 2015. *Conflict-related sexual violence.* http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2015/203.
—. 2016. *Midterm report of the Group of Experts on the Democratic Republic of the Congo.* http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2016/1102.
—. 2017a. *The UN refugee agency.* http://www.unhcr.org/afr/.
—. 2017b. *Report of the Secretary-General on the United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo. S/2017/206.* http://undocs.org/S/2017/206
—. 2017c. *Report of the Secretary-General on the United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo.* S/2017/206. https://monusco.unmissions.org/sites/ default/files/n1705816.pdf.
United Nations, United Nations Joint Human Rights Office. 2017. "MONUSCO-OHCHR". *Report on Human Rights Violations in The Democratic Republic of The Congo in the Context of the Events of 19 December 2016.* Nova York. https://monusco.unmissions.org/en/report-human-rights-violations-dr-con- go-context-events-19-december-2016.



MANANA

ufrgsmun 2017

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v.5, 2017 | p. 329-379

THE ARAB SPRING AFTERMATH: REGIONAL AND EXTRA-REGIONAL INTERVENTION IN THE GULF AND THE LEVANT

Álisson Rodrigues Martins[1]
Douglas de Quadros Rocha[2]

ABSTRACT

When the first popular movements broke out in some Arab countries, most academics were convinced that, as the People's Spring in the XIX century, this new Arab Spring would result in the fall of authoritarian governments and in the institution of democracies across the region. However, as history demonstrates, the Middle East has been a central region where local and external interests take place, with extra-regional and regional interventions in most of its conflicts. Thus, when the series of popular movements spread throughout the Arab world, a large range of actors pursued their self-interests to take advantage in each of these events. Among these actors are Saudi Arabia and the other Gulf monarchies, Iran, Turkey, besides the United States and Russia, what evidences the complexity of such regional struggle. After all, interventions in conflicts ultimately provoke economic, political and social damages for the states, their population and, in a broader way, for regional stability, as the Syrian and Yemeni Wars illustrate.

1 Álisson is a fourth-year student of International Relations at UFRGS and Manama Dialogue's Director.
2 Douglas is a fourth-year student of International Relations at UFRGS and Manama Dialogue's Director.

1 INTRODUCTION

The Arab Spring was a political movement that took place throughout a region that extends from Morocco to the Arabian Peninsula. This movement was emblematic due to its final consequences to the configuration of Middle Eastern states and their governments. As the "People's Spring" in the 19th century, the citizens of these countries urged for reforms that would lead to democracy in most of those states that lived long-dated repressive regimes. The movement was characterized by popular uprisings in the streets asking for transparency, against the long-dated corruption, besides for political and individual liberty.

However, the consolidation of a new political structure was a central problem to the establishment of new democratic regimes, being a challenge to implement real changes and unite the diverse interests, often diffused, amongst the population and internal groups inside of each country. This situation has its roots during the independence and the state-building process after that: some of these states rested on fragile political structures, where a wide range of internal groups had great autonomy and often a great personalist leader would integrate these groups under his government. Examples of these states were the socialist/nationalist governments of Egypt under Nasser, Libya under Kaddafi and Syria under Assad. In the other end of this spectrum, there are the Gulf monarchies that, although resting in more decentralized structure, they were capable of consolidating their political structures with relative success. Saudi Arabia, Qatar and the United Arab Emirates currently represent one of the most important and consolidated actors in Middle Eastern dynamics.

When considering the conjuncture already exposed, it is possible to understand some of the internal causes that led to political and social instability during the Arab Spring process. Although the initial purposes were legitimate and looked for the advancement of democracy in the region, regional interest of the great powers in the Levant and the Gulf overlaid the processes, exacerbating the regional struggles at stake. In some of these cases, regional and extra-regional interests led the popular movements to real civil wars, where each side is supported by one of the powers concerned about the consequences of the conflict. These powers include Saudi Arabia, Iran, the United States, Russia, Turkey, Qatar and the United Arab Emirates. So, external intervention, through military and financial means, exacerbated some conflicts as in Syria and Yemen which have been lasting for six years approximately. At the end, the political movements were maneuvered by the regional and extra-regional powers through interventions that resulted in conflict, state fragmentation and regional instability.

Thus, after considering the complexity when analyzing the concept and the consequences of those interventions, the ultimate goal of this study guide is to examine how regional and external interference are central to understand the contemporary dynamics in the Middle East. As seen in Syria and Yemen, the overlay of interests propels all actors to pursue and increase their involvement, causing political, humanitarian and devastating consequences eventually.

2 HISTORICAL BACKGROUND

The Arab Spring was a unique event which gathered the majority of the Arab world around a single movement and which spread throughout every country of the Middle East. Such event attracted international attention and led to the sponsorship of interventions carried out by regional and extra-regional players. The movement had particular characteristics in every state. Due to the scale of organized internal opposition and to the singularity of the formation of the states in the Great Middle East, each uprising has often been explained by local conditions. Nevertheless, internal coalitions are sometimes formed based on allegiance to certain regional and extra-regional powers, which can benefit from the destabilization of a competing power. In surveys conducted over the last five years, nearly 70% of Arabs agreed foreign interference are obstacles to internal reforms in their countries (Guzansky 2015).

Geographically, the Great Middle East has distinct contrasts between countries in the Maghreb, Levant and the Arab Gulf[3], where most of those in the Fertile Crescent[4] could build more fairly diversified economies based on agriculture and on some level of industrialization – which was heavily financed by oil incomes or foreign help. Meanwhile, the countries in the Arab Gulf were characterized by oil-based economies, great masses of desert and scarce populations, sometimes subdivided into nomadic tribes in the great Arabian Desert. Even though the post-1990 and the post-Arab conjuncture has drastically changed this comparison, the influence of the tribesmen and

3 For the consideration of this study guide, the countries of the Maghreb are Northwest of Egypt, in Africa: Morocco, Algeria, Tunisia, and Libya; countries in the Levant are in the Eastern Mediterranean: Israel, Iraq, Jordan, Lebanon, Palestine and Syria. Those countries in the Arab Gulf have oil-based economies and are designed as: Bahrain, Iraq, Kuwait, Oman, Qatar, Saudi Arabia and the United Arab Emirates (UAE), sometimes including Yemen. Even if Iraq can be allocated in both regions of the Levant and the Arab Gulf, this guide will mostly allocate it in the group of states of the Levant.

4 The Fertile Crescent is a region the region considered the "Cradle of Civilization", comprehending the Nile and Euphrates and Tigris rivers, a region that is comparatively more fertile then others in the Middle East. The countries in the Fertile Crescent are Egypt, Palestine, Israel, Syria, Iraq and parts of Turkey and Iran.

their militias, which are frequently conservative and have an intense relation with Islam, had considerable impact in the internal politics, culture and security, holding the capacity to unbalance the power in some regimes (Khoury 1990). However, we must pay attention to internal and external factors in the regimes, since "what defines the Great Middle East is not the religion, as the geopolitical region is defined from the outside to the inside (as an area of geographic connection)" (Visentini 2014, 3).

The states of the Levant, in their majority, were formed based on the ideals of an Arab Nationalism, centered in the Baath or Nasser parties. Those systems, through the one-party system, boosted the nationalism and the industrialization in their countries and bargained between the USSR and the Western powers to support their ascensions in the Middle Eastern power system. At the same time, the Iraqi, Egyptian and Syrian national identities were formed based on the national myth of embodiment to foreign powers, differently to the Gulf States, where their independence from the colonial empires were peaceful and time-consuming (Patrick 2009).

Meanwhile, the tribal nature of some countries in the Gulf and the Levant are critically classified as "not nation-states, but rather tribal states" (Guzansky 2015, 110), as the "Gulf nations have a weaken national coherence, the Arab Gulf leaders have tended to use tribal and religious identities to reinforce their domestic legitimacy" (Patrick 2009, 4). Accordingly, "the tribal nature of the states is apparent in the social contract between the regime and the citizens" (Guzansky 2015, 110)[5]. However, presente-day nationalism within the Gulf Cooperation Council (GCC) is centered in the desire of the local leaderships to emphasize the national interest above internal identities, even if the countries have a market-friendly culture, this national social accord is intended to put some limit to the inflow of foreign nationals and foreign interests (Patrick 2009). This disjunction is largely a product of patterns of state building, in which regimes gain security directly from external powers or acquire needed resources from reinter sources like oil receipts or foreign aid (Hazbun 2015).

The Middle East is the only region that has not had a single local power capable of creating a regional market and integrating the region around its hegemony (Visentini 2014). This is somehow expected, as certain external economic and military dependency created barriers to the ascension of a regional power and, most importantly, the inefficiency of the Middle East to produce a complete industrial revolution (Visentini 2014). Nevertheless, a perennial conflict for regional hegemony still shapes the Middle East. The

5 For example: the Gulf petromonarchies charge zero or low taxes on their population, and the high expenditures in social welfare are supported by the return of the rich-oil trades, in exchange. Thus, the "social-contract" establishes that the population shall not raise against the monarch (Guzansky 2015).

fall of former regional powers such as Iraq, Syria and Egypt clears the path for the disputes over hegemony between Iran and Saudi Arabia to escalate (Lynch 2016).

2.1 From the Colonial Empires to the Creation of States

According to Visentini (2014), three major processes shaped the Middle Eastern inter-state system as we know it: (i) its social and historical evolution, in the long term; (ii) the process of development in the colonial and postcolonial period; and (iii) the disintegration of the Soviet Union (USSR), and the rise of the United States as the sole extra-regional hegemon after the Cold War.

These processes are intrinsic features of the countries in the Middle East, which have been for a long time victims of the constant dispute for regional dominance, in one of the most strategic regions in the world – which has also been the theater for proxy wars perpetrated by the major international powers since the XIX century. Likewise, the Arab region, as the larger oil deposits in the world, fuelled economic interests from the major powers, creating a strong mutual dependency on those markets, leading to interventions that put conservative governments in place to secure the strategic interests of the Western powers[6] (Visentini 2014).

Prior to World War I, the major power in the Middle East was the Ottoman Empire (1300-1922), a multiethnic, multi-religious state, under laws derived from Islam and by the sultan's dictates. With the end of this war, the international system witnessed the fall of the Turkish Ottoman Empire, which had been controlling the Middle East since the XV century. International interventions played a critical role in the destabilization of the region and in the fall of the Turkish Ottoman Empire, as military interventions were conducted from Cairo to Ankara. In accordance, the British promises for Arab Nationalists regarding an independent Arab state and their subsequent support for the Allies was essential to the dismantling of the Ottoman Empire and the European victory in the Middle East.

After the war, both a British and a French Mandate were established in the region, with the support of the newly created League of Nations. Such mandates were a result of the Sykes-Picot Agreement (1916), negotiated secretly between France and the United Kingdom to make a territory partition of the Ottoman Empire, even before the end of the war. At the same time, the Balfour declaration of 1917 – which promised the creation of a national

6 Opposition movements in the region frequently contend that the present global order subordinates the rights of the colonized and postcolonial states to the requirements of the self-defined national interests and security concerns of the West (Hazbun 2015).

home, not a State, for the Jewish people in the Palestine – created a stand--off between the Western powers and the Arab nations, which were strongly against the creation of a Jewish State and the international interventions in Palestine (Visentini 2014).

After the Second World War and the Holocaust, the U.N pushed for a Partition Plan for the Palestine and the Jewish Settlement, however, this decision started the withdraw of the British forces from the Palestine, creating a vacuum of power in the region, which led to a series of wars that ended up consolidating Israel. Ultimately, the Sikes-Picot agreement and the Balfour declaration undermined the independence of several Arab nations and dismantled the aspiration of a Great Arab Nation, and ultimately led to a series of regional wars that engulfed the region in serious security tension, opening space for international interventions and regional conflicts in the XX century (Visentini 2014).

The British Empire was the most prominent one in the region after the Sykes-Picot Agreement, and had eventually assumed responsibility for the defense of Oman in 1829; the Trucial States (the present-day United Arab Emirates) in 1835; Bahrain in 1861; Kuwait in 1899; and Qatar in 1916. Once Britain took the role as protector, it could guarantee its oil companies interests while playing a major role to the balance of the region. This collaborative relationship was the reason for the success and longevity of the *Pax Britannica*[7] in the Arab Gulf (Onley 2009). Britain's move of removing its troops from the Gulf signalized a dramatic change for the region, as

> [o]n November 30, 1971, one day before the troops were actually withdrawn, Iran seized three strategic islands near the Strait of Hormuz [...] under the sovereignty of Sharjah and Ras al-Khaimah (both of whom later became part of the UAE) (Guzansky 2015, 9).

The seizure of these islands demonstrated the vulnerability to the threats of the Arab Gulf nations by their neighbors at the time, and illustrated the necessity and importance of outside security support in the Middle East to counterbalance regional and extra-regional powers. In this political context, the states turned to secular nationalist movements, like the Nasserism and the pan-Arabism, to draw force to achieve independence from the colonial empires (Visentini 2014).

These nationalist movements heavily influenced the nation-states of the Levant and Maghreb; however, some countries were not able to provide a solid institutional base, which pushed those states to a high dependency

7 The *Pax Britannica* is a concept for the time (1815-1914) when the British Empire became the global hegemonic power and adopted the role of a global police force (Porter 1998).

on the former colonial powers[8]. Nonetheless, due to their lack of economic and military capacities, their disengagement in the region left it open to the influence of the United States or the Soviet Union as strategic allies (the two super-powers of the Cold War), which consequently led to a deepening of political tensions and wars, both internal and regional (Araújo 2013, Abu--Rabi 2011, Maraschin 2015).

2.2 The Middle East during the Cold War

The Arab Cold War, during the fifties and the sixties, revolved around the regional axes of monarchies against socialist republics, with Islamist forces forming either a suppressed opposition or a rising underground movement (Khoury 2013). The strategic advantage that the URSS had to provide security and economic aid, being geographically close to the Middle East, could counterbalance a region dominated by the influence of American military deal and economic leadership in the region. Yet, the rivalry was most intense amongst the conservative monarchies, supported by Washington, and socialist/nationalist republics, supported by Moscow, albeit with a military dictatorship underneath the façade in the case of socialists and a tribal/military mix buttressing the regime in the case of the monarchies (Khoury 2013).

Regional alliances largely mirrored the international Cold War between the Soviet Union and the United States, a dispute that included proxy wars, as the Yemeni War of 1972 (Khoury 2013). To the credit of the Soviets, prior to 1973, bypassing the Baghdad Pact[9], Moscow made itself indispensable in fueling wars: operating on behalf of Arab States in Arab-Israeli conflicts; and bringing the communist regime of South Yemen and the nationalists of Syria, Iraq and Egypt to a broader alliance (Ashley 2012). In comparison, to secure its strategic interests in maintaining a pacific and stable Middle East, and to secure maritime connectivity and the vital oil commerce in the region, the United States allied with the major oil producers in the Persian Gulf, the Imperial State of Iran and the State of Israel. These alliances were very effective to counterbalance USSR and the nationalists.

A series of wars involving the controversial state of Israel weakened the nationalist partners of USSR and, in the final stages of the 1973 Yom Kippur War, ended up bringing together some of the adversary countries, under

8 Mainly the small countries of the Gulf (Qatar; UAE; Kuwait; Oman; Bahrain) were until the 1980's heavily dependent of the British security, and some, specially Bahrain, still holds close ties in the area of defense with the United Kingdom (Guzansky 2015).

9 The Baghdad Pact or The Middle East Treaty Organization was an organization formed in 1955 by the Empires of Iran, Iraq, Pakistan, Turkey and the United Kingdom. Due to internal affairs from the Israeli-lobby, the United States could only join in 1958, but it gradually lost importance as conflict of interest between the members arose. The Iranian Revolution marked the end of the Baghdad Pact (Martin 2008).

the aegis of Washington leadership in the Arab League Summit in Khartoum:

> The Arab League Summit in Khartoum rejected a peace agreement with Israel, according to the ambiguous formula "yes to the West, not to Israel". It was the triumph of pro-Western thesis of Saudi Arabia against the confrontational position of Syria and Algeria (Visentini 2014, 33).

Besides that, the oil crisis of the 1970s displayed frictions between the alliance of the United States and the petromonarchies, as the artificial rise of prices of oil was a brutal attack to Western industries in response to the Israeli wars and to the American support for them. However, the United States was able to use the peace accords to stabilize the region and to approach the losing countries over the aegis of Moscow[10].

Additionally, this maneuver by the Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC) countries aimed at strengthening the organization itself internationally – by the means of the end of the Bretton-Woods currency accord[11] – and creating an interdependency network in the Middle East over the petrodollars. The interdependency network of the petrodollars[12] allowed the countries in the Gulf, but mainly Saudi Arabia, to build enduring alliances with Western and Regional countries, like Germany and Egypt. In conclusion, the OPEC nations demonstrated that their oil resources could be used as an economic and political weapon against other nations, at least in the short term.

Due to the intensity of the interventionism and authoritarianism following the 1970's crisis of the Middle East, the Islam started to be more identified as a political form of resistance to these regimes. So the rise of the Political Islam gained a prominent role against the National-Socialists and the Autocratic Secular States, leading to the Iranian and Afghanistan Revolution of 1979. This conjuncture changed drastically the balance of power in the region as Iran started to fund and promotes the expansion of the Islamic revolution in other countries of the Middle East, prompting the concern of

10 For instance, Egypt's Nasser backs off in return for Saudi financial support to save his regime, ceding in Yemen and focusing on Egyptian interests (Visentini 2014).

11 The Bretton-Woods currency accord was the fixation of the dollar in gold. When the OPEC embargo made the oil prices skyrocket, the United States were not able to cover the costs of using its gold reserve to hold the price of international 1-gold-once in 35 dollars, and so ended unfixing the dollar to the gold, ultimately ending the Bretton-Woods accord.

12 Petrodollars are the expenditures or investments of a country's revenue from petroleum exports. The petrodollars have an important impact internationally, as the oil-rich countries of the Gulf have heavily invested in the debts of Western powers or acquired large business capital on those countries. At the same time, the petrodollars have a major role regionally, as they are used to finance certain groups and states, representing a type of interventionism through economic support.

insurgencies in the Monarchies of the Gulf, and ultimately, regional disputes over the leadership of the Islamic world. In the same sense, the Political Islam gained territory in the Gulf monarchies as a tool of counter-revolution and to appease conflicting internal relations (Costa 2010, Maraschin 2015).

2.3 The Middle East under American Prominence

After the end of the Cold War, the Middle East saw an abrupt change on the region's balance of power. The collapse of the Soviet Union by the end of the 1980s represented the removal of the only capable competitor of the United States in the Middle East and the establishment of a new structural order in the region – which was now led by Washington. "The absence of any meaningful alternative to the United States forced regional players to choose between inclusion in the American-dominated international system or isolation as rogue states" (Lynch 2016, 21).

American dominance in the region could be divided in two main phases with different diplomacies towards its partners in the Middle East. The first phase marks the period of the 1990s, in which the United States worked with autocratic allies to sustain the status quo in the region; the second phase was by the decade of 2000, following September 11 and the Bush Administration. During his government, the United States adopted an aggressive revisionist strategy in the region, employing the discourse of "war on terror" to change autocratic regimes in Afghanistan and Iraq, which was previously seen as acceptable for the maintenance of regional stability, at the same time that intensified the support for the autocratic governments of the Gulf (Lynch 2016).

The Iraqi invasion of Kuwait in August of 1990, prompt the formation of a coalition in support for the liberation of Kuwait from Iraqi occupation in 1990, named as Operation Desert Storm. This Operation marked the politics of the 1990's decade, when "united traditional American allies, such as Saudi Arabia and Egypt, and adversaries such as Syria and [quietly] Israel" (Lynch 2016, 31), representing the ultimate victory of the American-dominated system in the region. Furthermore, the unfinished settlements of the Yom Kippur War tensioned once again the interstate system in the Middle East. Synchronously an America-led diplomacy for the Israeli-Palestinian and Israeli-Syrian peace talks kept Washington at the center of the ongoing diplomacy. On the other hand, sanctions against Iran and Iraq destabilized these countries' governments, generating a major popular discontentment across broad sectors of the Arab world. Mounting public hostility towards the US and an endless series of political crisis at the United Nations helped the Arab dictators to justify their repressive means, when Washington, most of the times, proved willing to look away (Lynch 2016).

Furthermore, following September 11, the invasion of Iraq, the global war on terror and the democratic changes promoted by the "Freedom Agenda", the United States altered the balance of power in the region, a reconfiguration of the status quo that could only be sustained by unprecedented military, diplomatic, political and financial costs of the United States (Lynch 2016). As a consequence of the events following the American invasion of Iraq, which represents the end of the dual containment policy and the removing of its primary military rival in the region[13], Iran's influence in the Middle East increased significantly. From then on, Iran changed its approach in order to be able to influence the new commanding positions in the politics of the New Iraq, which include the prime minister and the Shiite militias[14] (Guzansky 2015). The American War on Terror expanded Washington intrusion into Arab politics, and the Gulf States became accustomed to this high intensity of American intervention – and since they do not feel personally threatened, they end up embracing a more eagerly alliance with the United States, looking forward to counterbalance Iran and to create networks of counterterrorism[15] (Lynch 2016). By 2010, only Iran and Syria remained outside this American-led order[16]. Comparatively, this phase has been an unstable time for the Middle East, once Israeli and Palestinian wars outbroke again, in the raise of anti-American and anti-Israeli sentiment, rapidly evolving sectarian tensions, and jihadist violence paved the way to the emergence of rebel and terrorist groups, such as the Islamic State of Iraq and Syria (ISIS), after the Arab Spring.

After the end of the Bush administration, Obama started to build a more multilateral diplomacy[17], relying in the desire to move away from militant unilateralism that branded the post-Cold War era in the Middle East. Therefore, Washington aimed to return to a more traditional multilateralism

13 "The policy of dual containment was finally buried with the US invasion of Iraq in the spring of 2003 and the following ouster of the Saddam Hussein regime" (Guzansky 2015, 12).

14 Iran has been a crucial ally to the new Shiite government of Iraqi, after the deposition of the Sunni government of Saddam Hussein, presenting itself as a new partner for stabilization in the country after the disregard of the United States in the matter, and specially following the retreat of the American army in 2011.

15 There is a clear prioritization of security measures, such as the containment of Iran and counterterrorism initiatives, over democratization and human rights in the Arab petromonarchies.

16 By 2010, only Iran and Syria remained outside this American-led order, and both were actively seeking a way in. Syria, which had joined the US-led coalition against Iraq and peace talks with Israel in the 1990's, was actively exploring diplomatic cooperation with Washington, while Iran saw the nuclear negotiations as a vehicle for changing its relationship with the United States (Lynch 2016).

17 Obama hoped to decrease American military and political footprint in the region, in order to pivot away from the Middle East towards more vital strategic challenges in Asia (Guzansky 2015).

in international affairs, sharing military burdens, disengaging in conflicts and trying to deal with Iran and Syria through a more conciliatory regional policy, aiming at reconstructing its image in the Middle East (Gerges 2013). The tensions led by the disengagement of the United States in the region, alongside a global economic crisis and the rise of regional and internal disputes that noticeable built the pre-factors of the Arab Spring; all of these factors continue to jeopardize a regional military stability. The Gulf and Levant states, facing their sub-regional struggles[18], are now "willing to take military action not just as part of a Western-led coalition, but as part of regional coalitions, organized in pursuit of their own security interests" (International Institute for Strategic Studies 2017, 351).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

The politics of contemporary Middle East is a major challenge to all leaders of states in the world and mostly in the region itself. When, in 2011, the Arab Spring outbroke, most of world leaders could not have imagined which would be the consequences for an already unstable region due to the Afghan and Iraqi Wars. Therefore, new dynamics arouse and extra-regional powers, aware of their strategic interests, started to intervene in the regional conflicts, sometimes directly with military capacity, other times with financial and diplomatic support. However, it was the regional powers that remained as the main actors in most of the conflicts: pursuing their own foreign policy objectives, they have not been demonstrating any caution to intervene whenever and wherever their main interests are at stake. In fact, some states and their societies have been transformed into arenas to regional and extra-regional disputes without any consideration about national sovereignty or about civilian lives. These actions have generated a large spectrum of civil wars that last for years without any prospect of an end, such as in Syria and Yemen. Bearing that in mind, the present section of this guide intends to analyze these interventions across the Levant and the Gulf, assessing how far they may go.

3.1 The Arab Spring in the Gulf and the Levant

In December 2010, a Tunisian man set himself on fire as a protest after having his goods confiscated by government officials. This event was a result of consternation against the Tunisian government's oppression. Since

18 The Levant states struggle to counterbalance Israeli and Turkish influence, while Syria and Iraq face insurgent movements and the Islamic State. Therefore, there is the possibility to spillover to other neighboring states, most of all regarding the refugee crisis. Meanwhile, the Gulf States are concerned with revolutionary movements; the destabilization of Yemen and the vital routes of the Aden's Gulf, unity within the GCC; and the Iranian influence in the sub-region (Guzansky 2015).

then, popular uprisings have spread out throughout the Middle East, changing dramatically the regional dynamics: these events became known as the Arab Spring. During the last decades, dictatorial regimes were dominant in the region, from Tunisia to Iraq. In these states, harsh measures were used whenever they were necessary to suppress sociopolitical groups and to exclude them from domestic politics, whereas, in the international level, they sought external ties with great powers to maintain their own security (Hazbun 2015). The unequal distribution of wealth, the corruption and the already mentioned oppression were the main causes that moved the claims for democracy in the Middle East.

The popular uprisings spread out in the region and affected most of the authoritarian regimes: Tunisia, Egypt, Morocco, Libya, Bahrain, Syria and Yemen. The regime forces responded with even more state-led repression, turning the situation "[…] into armed conflict between regimes and rebels backed by powerful external patrons" (Hazbun 2015, 64). As the popular movements intensified, the main regional powers, backed by their extra-regional allies, started to intervene: sometimes against the regime, other times against the rebel forces. This pragmatic attitude can be mostly understood in light of the geopolitical dispute in the Gulf and the Levant between Saudi Arabia and Iran. In this so-called "New Middle East Cold War", two major groups struggle for the regional power status in the Gulf: Iran – allied to Shia governments in Iraq, to Syria, to Hezbollah in Lebanon and to Hamas in Palestine – against Saudi Arabia and Sunni conservative monarchies of the Gulf (Gause III 2014). The Iranian "Axis of Resistance" represents a direct confrontation to the Sunni Western-backed states and their regional interests. On the other hand, the Sunni monarchies instrumentalized the Gulf Cooperation Council (GCC) to pursue their interests and prevent the expansion of Iranian influence in the region (Guzansky 2015). To complete this regional chessboard, Turkey presents as a regional competitor, using its growing influence among the neighboring states to point out its national interests related to Syria, most of all about the Kurdish question.

This entire geopolitical configuration propelled the regional actors to adopt a more assertive and interventional foreign policy in the region. To achieve their goals, each of these regional actors took advantage of their security relations with extra-regional powers (Western states and Russia) in the main conflicts. This mechanism resulted in progressive military interventions by these states and ultimately the worsening of the civil wars in Syria and Yemen. The following sections are going to debate such situation and the main interests behind it.

3.2 The Middle Eastern Chessboard: regional and extra-regional players at the game

All over Middle Eastern history, the region has been an arena for regional and extra-regional interests. The "New Middle East Cold War" at stake between Saudi Arabia and Iran is a reality. With the Saudis, the others Gulf conservative monarchies have been more active in the regional dynamics, both backed by the United States and European powers; on the other hand, Iran has relations with Iraq, Syria, and the non-state groups Hezbollah and Hamas, mostly Shiite dominant actors, backed by Russia in the Syrian War. In this regional chessboard, both sides pursue their interests and use their military, diplomatic and financial powers to achieve them. Therefore, with the outbreak of the Arab Spring and its destabilizing consequences, the principal actors have exacerbated their involvement, worsening the regional disputes that involved military interventions and the escalation of regional conflicts.

3.2.1 The Conservative Monarchies (mostly Saudi Arabia and Qatar)

The conservative monarchies consist as the group of States located in the Persian Gulf, namely Saudi Arabia, Qatar, the United Arab Emirates, Kuwait and Bahrain. These monarchies are mostly dependent on oil-based revenue and, in security terms, on the American military apparatus. Since the outbreak of the Arab Spring, the conservative monarchies in the Gulf have been progressively more assertive and interventionist in the region. After the weakening of the ancient major states in the region, mostly governed by the Ba'ath party like Iraq, Syria and Egypt, the Gulf monarchies managed to exert their great financial recourses to take the leading role in the region as the most stable states in the Middle East (Ayoob 2012). That situation was called by academics (mostly by Florence Gaub) as "the Gulf Moment", representing the new configuration of the region's balance of power.

The relation between the conservative monarchies and the Western states is actually central to understand their regional relations in the Middle East. Most of these monarchies are deeply dependent on the American defense structure for their complete security maintenance. While Saudi Arabia has a little more autonomy in capability terms when compared to the other monarchies, mostly Qatar, the United Arab Emirates and Bahrain are completely dependent on the United States for their sovereignty, including allowing American military bases in their territories (Guzansky 2015). The geostrategic location of these monarchies is central to understand their importance to American interests. They are located around the most important petroleum and gas reserves in the world, and in a region with strong commercial navigation through the Persian Gulf and the Hormuz Strait (Guzansky 2015).

Added to the perceived threats presented by Iran, the region is vital to American prominence and the conservative monarchies know how to use that in their favor.

Saudi Arabia has been one of the most important actors in the Gulf and the Levant after the Arab Spring, adopting a more assertive and interventionist foreign policy regarding regional conflicts. The dispute with Iran for the role of Muslim leader in the region compelled Riyadh to be more active in their foreign policy, giving up its previous passive behavior, mostly after the fall of its regional ally, the Egyptian President Hosni Mubarak (Guzansky 2015). Since the Arab Spring outbreak, in 2011, Saudi Arabia has been positioning itself more pragmatically according to its interests, sometimes through diplomatic support for governments (Egypt under Sisi) and military intervention (Bahrain), other times through financial and military support for opposing groups (Libya, Syria and Yemen) (Hazbun 2015, Guzansky 2015). The military intervention in favor of the establishment (house of al-Khalifa) in 2012, in Bahrain, was influenced by the fact that the majority of Bahraini population and opposing groups is mostly linked to Shia and more favorable to Iran. Therefore, a Shia revolutionary government in Bahrain could provide a potential ally to Iran and inflate the Shia minority concentrated in the Saudi Eastern Province, representing an internal threat to the monarchical house of al-Saud (Guzansky 2015). Both in Yemen and Syria, Riyadh have been using its financial and military resources to support Islamist Sunni groups (sometimes terrorist groups) in the conflict, resulting in the extension of the conflict and the escalation of it to the point that puts in risk the Syrian and Yemeni state institutions and territorial integrity.

Another important actor is Qatar. As Saudi Arabia, Qatar is one of the most important supporter of rebel groups due to its wealth from petroleum and the financial resources presents in Doha. In the outbreak of the Arab Spring, Qatar actively funded the rebel groups against Muammar Qadhafi and also took part in the coalition of the North Atlantic Treaty Organization's (OTAN) intervention in Libya (Khoury 2013). However, Saudi Arabia and Qatar do not finance the same rebel groups: the former finances the Wahabi/Salafi groups[19], while the latter finances Islamist groups from the Muslim Brotherhood[20] (Khoury 2013). In the Gulf region, Qatar has a more

19 The Wahhabism/Salafism is a branch of the Sunni Islam founded by Mohammed Ibn Abd al-Wahhab (1703-1792) which advocates the traditional and fundamentalist Islam in the society and sees the State as a religion institution. This fundamentalist branch of Islam is mostly supported and financed by Saudi Arabia and has links with terrorist actors (The Telegraph 2017).

20 The Muslim Brotherhood is a Sunni transnational organization founded in Egypt in 1928 as an organization whose objective is to serve as a guideline for modern Islamic societies, adopting the Islamic traditions and values in the State and society structure. Since its foundation as an organization, the Muslim Brotherhood passed for moments of suppression and

independent foreign policy due to its leading role in the GCC. However, they also address Iran through a more welcoming approach. Among the GCC members, Qatar is the one which pursues more regional security independence in relation to the United States, but at the same time, Doha has knowledge of its American security dependence and its position between great powers like Saudi Arabia and Iran (Guzansky 2015). However, the relations with Western states were impacted after it went to public that Qatar supported radical groups in Syria with financial resources, some of them linked to al-Qaeda (Phillips 2017).

Regarding the Arab Spring, the Gulf monarchies have been the most active players in the military interventions among the conflicts that have started since 2011. Although Saudi Arabia and Qatar are the most assertive within the group, the United Arab Emirates and Kuwait have also intervened in cases like the military repression in Bahrain under GCC's operations. Despite the fact that the Arab Spring has evidenced the financial power of these monarchies, it has also highlighted their dependence upon American military leadership, since the Gulf monarchies have small forces compared to the other axis of forces operating in the Syrian War – namely, the allied forces of Syria, Russia and Iran. This situation has led to expensive proxy wars that have been weakening these surrounding states and the monarchical ruler families themselves (Guzansky 2015).

3.2.2 Iran

Iran is a regional power and a central piece in the regional geopolitical chessboard of the Middle East. As already exposed, the struggle for regional primacy and Muslim leadership in the Gulf between Iran and Saudi Arabia influences most of the conflicts in such region and the Levant. Therefore, in order to properly understand the conflicts in Syria, Yemen and Bahrain, it is important to bear in mind the interests of these competing powers. Iran's central purpose is to increase Middle Eastern security autonomy, under its regional leadership, challenging Western military presence and influence, which are supported by the Gulf monarchies and Israel (Mohseni and Kalout 2017). This situation helps to partly understand the nuclear program aimed by the Iranian government as a strategy to get more regional autonomy and power projection, what is in line with its intent to strengthen and maintain the "Axis of Resistance".

The Axis of Resistance is a new power configuration between the states (Iran, Iraq and Syria) and related non-state actors (Hezbollah and Hamas). According to Mohseni and Kalout (2017), it represents the future

political participation against the nationalist regimes in the region and was one of the most important actor during the Arab Spring movements in Egypt (Encyclopedia Britannica 2017).

pattern for the Middle East. The Axis is one of the political and social force supported by the population in some areas: because of the fragility of some regional states (Iraq, Syria and Yemen), the Iran-backed militias represent the main sources of local civilian security. These militias, like the Iranian Revolutionary Guard Corps (IRGC) and the National Defense Forces in Syria, for instance, are viewed as the main forces against the increase of radicalism and fundamentalism supported by Saudi Arabia through rebel and terrorist groups. In contrast with the fundamentalism represented by ISIS, the Iranian forces have pursued the integration of all the religion minorities – such as the Christians, the Kurds and the Yazidis – to gain popular support and combat forces to face the rising sectarianism (Mohseni and Kalout 2017).

As the principal leader of Shia Muslims, Iran has adopted a supportive strategy towards its Gulf neighboring states that have, within their society, a Shiite populational majority. Concerning these states – as Bahrain and Yemen –, Iran has provided political, financial and military resources sometimes to the rebels, other times to the regime, what evidences the pragmatic support for the side most favorable to Iran. In Bahrain, the revolutionary movement has received a response by the GCC states, which have launched a military invasion in country due to concerns regarding the possibility of a new Shiite government allied to Iran in the Gulf (Ayoob 2012). In Yemen and mostly in Syria, the military support is fundamental. In Syria, the Shiite militias sent to the country – forces of the Iranian Revolutionary Guard Corps (IRGC), from Iraq and Afghanistan – were crucial for the maintenance of the Assad regime. Currently, they have taken on the leading role amongst the forces in favor of the regime, added to the aerial support of Russia (Souleimanov 2016).

3.2.3 Turkey

In the last years, Turkey has progressively changed its foreign policy towards the Middle East. Due to the fact that former regional leaders have fallen one by one in political instability, Turkey has seized the opportunity of a relative power vacuum to insert itself in the regional dynamics. The turning point towards the Levant was when the wave of popular uprisings broke out in the Middle East after 2011. At first, Ankara aimed at establishing itself as a regional leader and as an example of government to the revolutionary states whereas in recent years, Turkey has adopted a more pragmatic foreign policy toward its main threats — namely, the Kurds and ISIS. However, the adoption of a more assertive foreign policy towards the Middle East has domestic and international components that influence further actions (Nasser and Roberto 2016).

Since the Justice and Development Party (AKP) has won the elections in 2002, Turkey has been looking forward to constitute itself as a po-

litical example in the region, due to its intend to conciliate Islamic tradition with democratic values within a secular bureaucracy (Nasser and Roberto 2016). This prestigious image has been built in order to present Turkey as a modern state in equity with Western nations, which have supported Ankara's government in the years before the Arab Spring. Accordingly, these first years have been marked by a Western tendency. The willingness to integrate the European Union and closer diplomatic relations with the United States are examples of such Turkish move. However, when the Arab Spring broke out, Turkey has seized the opportunity to project its political image to the revolutionary states – that is, where popular uprisings started against dictatorial regimes (Gerges 2013). Therefore, Ankara has started to support the political parties of the Muslim Brotherhood, and other similar groups, whenever possible due to its political affinity – the most significant case was the support for the Muslim Brotherhood in Egypt. This policy shift to the Middle East seems to represent the intent of Turkey to become a regional leader and an example to all the recent governments (Khoury 2013, Phillips 2017).

Regarding the Syrian War, Ankara has shifted its policy towards a more assertive and interventionist one after 2011. At first, Turkey has provided rebel groups against Assad with financial resources, creating a corridor to fighters coming from other nations, allowing them to cross its borders and to join the rebel and radical forces in Syria. Later on, Turkey would became even more interventionist when the United States signaled that the Syrian Kurds would be the main ground-forces against ISIS' possessions (Nasser and Roberto 2016).

Such a movement is connected to the fact that the Kurdish people in Turkey has a long-time history as a separatist movement in the region nearby the Turkish border with Syria. Therefore, the government in Ankara sees the Kurdistan Workers' Party (PKK) in Turkey as a terrorist movement that directly threatens the domestic stability. When the Kurds in Syria conquered a large territorial portion against ISIS along the borders with Turkey, Ankara perceived the possibility of connections with the separatist Kurds (the PKK) in its territory. In August 2016, hence, Turkey intervened militarily for the first time in Syria through the launching of Operation Euphrates Shield against ISIS-dominated areas, which intended to prevent and to combat the unification of Kurd-held territories in the Northern Syria. This Operation was launched when the Kurdish forces crossed the Euphrates River, a red line for Ankara, and conquered the Syrian city of Manbij, aiming to consolidate their control through the unification of the territories from East and West of the Euphrates. Since then, Ankara has adopted a preventive foreign policy against the Kurds and ISIS – to avoid any domestic instability –, while also financing rebel groups against Assad (Phillips 2017).

3.2.4 The United States

Since the Bush administration and the wars in Afghanistan and Iraq, the United States has received a lot of international criticism, mostly from American citizens themselves. The international economy crisis, the increased public debt and the already mentioned domestic criticism are all factors that influenced the Obama administration to try to focus more on domestic issues and to search for a military disengagement from the Middle East and from the costly wars inherited from the previous administration. However, the outbreak of the Arab Spring made it difficult for the United States to completely disengage from the region, which resulted in a new approach, thought the indirect and supportive involvement, but the same interests (Gerges 2013, Krieg 2016).

The so-called Obama Doctrine was more pragmatic than the rhetorical and unilateral Bush Doctrine, interfering directly just when American national interests are perceived being at stake (Gerges 2013). Accordingly, the United States would focus on its "Pivot to Asia"[21], looking forward to counterbalancing the Chinese rise and to assuring its economic and military interests rather than getting involved in other high costly conflicts in the Middle East – in financial, military and human terms (Gerges 2013, Krieg 2016). On the other hand, security-dependent allies of the region – namely, Saudi Arabia, Israel and Qatar – have sided against such foreign policy reorientation. Therefore, this disengagement and the perception of vulnerability have led to more assertive foreign policies from these states, specially by Turkey who is encouraged by Washington to deal with the regional problems as a regional leader.

Because of the remaining strategic links with the Middle East, the Obama administration decided to lessen externalities and to privilege the so-called "surrogate strategy". According to Krieg (2016), differently from the Bush administration, Obama sought to reduce the conflict externalities created by the wars in the Middle East – which damaged the international and domestic perception of the United States – adopting a strategy of burden-sharing with regional allies and non-state groups – which is itself the "surrogate strategy" –, rather than the previous unilateral initiative.

Therefore, the United States would get indirectly involved in the conflicts, being contrary to boots on the ground operations, prioritizing su-

21 The "Pivot to Asia" Policy was proposed by the Obama administration as a reorientation of the American foreign policy towards the region of Asia Pacific. This policy took in account the Asia's rising importance in the global economy, the rise of China. To counterbalance China, the United States would disengage from the costly military interventions in the Middle East to focus in the American military, political and economic presence in Asia. However, after the end of the Obama administration, some academics criticize this policy and see it as a failure for American interests (Ford 2017).

pport for local surrogate groups to purchase its interests. Thus, when the Arab Spring broke out, the United States supported states and non-state actors with financial and military resources, training these actors to combat in the conflict alongside American aerial support started since 2014. In the Syrian War, for example, the United States has supported the Free Syrian Army (FSA) and the Iraqi Kurds against Bashar al-Assad forces and ISIS respectively. In Yemen, on the other hand, the support is through Saudi Arabia and bombardments with unmanned combat aerial vehicles (UCAVs), the drones. Although the utilization of surrogate groups avoids public criticism that a direct military intervention would provoke, by supporting these surrogates, the chances of an escalation in the conflict are intense, not to mention the possibility of the conflict (and of these groups) becoming unmanageable by the United States.

Since the new president-elect, Donald Trump, has taken office, the American administration has expressed less reticence for direct military intervention when compared to Obama's years, which was confirmed by U.S.'s airstrikes on Syrian National Army's positions in April 2017. However, it is unlikely that the current administration will give up Obama's policy of indirect intervention in the Middle East as the continued support of Kurdish and Iraqi troops in Mosul and Raqqa demonstrate.

3.2.5 Russia

Russia is once again a present great power in the Middle East. Since the end of the Soviet Union and the following national economic crisis, Russia had been more absent in Middle Eastern affairs than during the Soviet period. It is important to highlight that during most Russian history – since the imperial centuries and all over the Soviet period – Russian foreign policy focused, at some extent, in Middle Eastern power dynamics. The proximity and the linkages with Russian Muslims have always pointed out the importance that the Middle East represents to its domestic and international environment. Since the election of Vladimir Putin in 2000, Russia has been adopting a more assertive foreign policy for the purpose of becoming once again a leading great power as the Soviet Union once was. The collapse of the USSR represented a strong humiliation for the Russian people, so the election of Putin and his stronger government has given a solid incentive to regain the diplomatic, economic and military power as during the Soviet period.

Moscow aimed at reinserting itself in Middle Eastern dynamics after the Arab Spring and the escalation of the Syrian War – added to the rise of the Islamic State. It is important to note that Syria has a strategic importance for Russian interests not only in the Middle East, but also in the Mediterranean Sea. Due to its geographical location, central in the Levant basin and in

the Middle East itself, the maintenance of the Bashar al-Assad regime in Syria guarantees a long date ally and a support base for Russian forces (Ayoob 2012). Since 1971, Moscow has had a facility in the port of Tartus, the only Material Technical Support Point outside the former Soviet Union. Added to the airbase in Latakia, Russia can project its military power throughout the Eastern Mediterranean and in the Middle East as an attempt to counterbalance American presence in the region (Williams and Souza 2016). Another critical point is the threat that terrorist groups, after fighting in Syria, would return to Muslim areas in Russia with the potential to continue terrorist maneuvers at home, what could lead to domestic instability (Kalb 2015). Therefore, the reinsertion of Russia in the Middle East is a result of these clearly pragmatic considerations.

Russian intervention in the Syrian War can be understood in face of these national interests. In September 2015, Russia launched a military intervention in Syria to bolster Assad regime's forces against the rebel and radical groups that were in a progressive advance in comparison with regime-held areas. That intervention was formerly justified by Russia as an operation against the Islamic State and the terrorists groups present in Syrian territory. The so-called "Operation Retribution" involved the deployment of military aircrafts, tanks and special combatant troops to support the regime during the conflict. However, the main targets of the Russian air strikes were the moderate rebel forces around the most important cities in the country like Homs, Aleppo and Idlib (Williams and Souza 2016). With Russian aerial support, Assad forces have been gaining territories against his opponents in key areas of the country, what created a favorable situation that ensured Assad's position in any negotiation about the fate of Syria. In March 2016, for the surprise of most Western leaders, Putin declared the withdrawal of Russian forces in Syria, stating that his objectives had already been accomplished in that country. In fact, the former goal of fighting ISIS had clearly not been accomplished, once the main targets were in the rebel areas. However, most part of the Russian forces remained in Syria and even supported regime forces to take Aleppo. Therefore, the Russian intervention had turned the table in favor of the regime forces, assured the maintenance of Bashar al-Assad in any peace negotiations and confirmed Russia as an indispensable power to account regarding the Syrian War, mostly after the diplomatic isolationism since the annexation of Crimea in 2014 (Souleimanov 2016).

The military intervention in Aleppo and, unfortunately, the resulting civil casualties, were strongly criticized by the international community. It raised the debate about the truly efficiency of the interventions and the danger of extra-regional and regional powers in financing and supporting the opposing groups in the war. Thousands of civilians have fled combatant areas

and Aleppo is currently considered a horrifying illustration of the consequences in civilian lives caused by the escalation of conflicts based on foreign interests.

3.3 The Cases of Syria and Yemen

In both Syria and Yemen, regional and extra-regional interests are at stake and the main actors involved perceive both wars as decisive opportunities to define the power balance of the Middle East, mostly in the Gulf and the Levant regions. Due to this strong competition, this section will present the most important interventions in Syria and Yemen since the outbreak of the hostilities, and how these two major and long-lived conflicts are at the center of regional power dynamics.

3.3.1 The Syrian War

When the popular uprisings started in 2011, the majority of analysts believed that the Middle East would enter in a new era with the fall of authoritarian regimes and the establishment of democracies. Although some authoritarian regimes have been substituted by democracies or have experienced political reforms, when the popular uprisings reached Syria, the government repression led to a bloody conflict and a civil war. The causes were already partially exposed in each subsection above, which demonstrate the overlapping interests behind this long-extended conflict. Without signs of end, the Syrian War is central to identify the regional disputes at stake in the Gulf and the Levant, whose actors struggle for self-interested outcomes.

The first phase of the Syrian War was characterized by the first popular unrests across the country in 2011, which were met with brutal repression by government's forces. This response intensified the opposition against the regime of Bashar al-Assad on a level that most part of the national territory was then controlled by rebel groups. These groups, under direct support and coordination, first by Qatar and after by the other Gulf monarchies, these states intended to organize the opposing groups in a united front in 2012 called the National Coalition for Syrian Revolutionary and Opposition Forces. Soon after, the United States, Britain, France, Turkey and the Gulf monarchies declared that they considered the National Coalition as the legitimate representative of the Syrian people. It is important to state that, since the first uprisings, as attested by Moniz Bandeira (2014), the Western nations, Turkey and the Gulf monarchies have been the main supporters of these groups on military, financial and training aspects – as it has been done in Libya and Egypt. The "Assad must go" was the only option for these states, so the unrestricted support to the rebels was necessary to achieve this objective: an end to the Assad regime, to substitute it for a friendly government

and to undermine the Iranian influence in the Gulf and the Levant.

The second phase of the war was marked by the rise of Islamist groups and of the Islamic State of Iraq and Syria (ISIS) in 2013 and 2014. This phase was very important because it changed the characteristics of the conflict and posed the question of who would be the main enemy to be fought with: the Assad regime or ISIS. After the fall of Mosul in Iraq, in mid-2014, ISIS extended its control throughout most of Eastern Syria and also in Iraq. Right after, ISIS declared itself as a "caliphate", implementing the Sharia law and perpetrating radical hostilities against the small religious groups. Some academics would affirm that the military and financial support by the Gulf monarchies and at some extent by the Western nations (United States and European allies, France and Britain) indirectly reached terrorist forces, what generated some criticism by the international community (Bandeira 2014).

This new situation led to the formation of a Western-led military coalition composed by the United States, European countries, Gulf monarchies and Turkey that would intervene in Syria and Iraq with air strikes against Islamic State's positions. Since September 2014, this coalition has supported the ground forces of the Free Syrian Army and Kurdish forces against ISIS positions near the Turkish border. However, the alliance with Kurdish Peshmerga caused friction between United States and Turkey due to Ankara's domestic concerns already exposed (see 3.2.3. Turkey). Nonetheless, since then, the Kurds have progressively represented the main ground forces to the American strategy, what created a complicated situation amongst regional actors (Kahl 2017).

The third phase of the war represented an expansion of the military intervention, which started when Russia decided to intervene militarily in September 2015. This event changed once again the nature of the conflict – provoking further escalation –, because it introduced a direct extra-regional force using missiles, ground forces and anti-aerial infrastructure. Most importantly, the Russian intervention has changed the force correlation in favor of Assad, who had lost several positions to the rebels until then. Major cities like Homs and Aleppo were re-conquered by the regime forces, which strengthened Assad's position in the war and assured his presence in future negotiations (Doucet 2016). Added to this, in relation to ground forces, Iranian militia forces became essential for the successive regime victories, combating in the main front lines against the rebel forces and demonstrating the huge involvement of Iran in the results of the war (Neylor 2016).

However, the situation changed once more when, in April 2017, after allegations that the Syrian government had used chemical weapons against civilians, President Donald Trump authorized the missile bombardment of Syrian Army bases unilaterally. That event was so important because it was

the first time the United States utilized directly and alone its military capabilities in Syria against the Assad regime, what differed a lot from the strategy adopted until then by the Obama administration (Kube et al. 2017).

In conclusion, these three phases represented the escalation of the conflict and a concrete illustration of how far military interventions by other actors (regional and extra-regional) can change decisively the characteristics of a conflict. Initially as a civil war between the Assad regime and the rebel groups, a series of interventions by a broad range of actors transformed the conflict into a regional war if we consider that all the main regional and extra-regional actors are involved at some extent. Furthermore, the power balance struggle that the Syrian situation represents today has posed destabilizing casualties for the entire Middle East, what unfortunately increased the political instability and endorsed the fragility of the region.

3.3.2 The Yemeni War

The current crisis in Yemen dialogues with internal problems that are traced back far beyond the Arab Spring. Yemen has always been the poorest country in the Arabian Peninsula, even before the conflict, having also a fragile sense of unity and cohesion (International Institute for Strategic Studies 2017). Prior to the current conflict, Yemen has been engaged in several wars, some involving neighboring countries or even terrorist organizations, but the Yemeni wars were predominantly internal wars, or, prior to the Unification of Yemen in 1990, wars between the North and South Yemen. Nonetheless, foreign interference in supporting insurgents in Yemen has also been a crucial factor to the emergence and to the strengthening of terrorist groups in the country, as they benefit from the instability of the government and the weakening of the army, and correspondingly receiving money from the government or Arab-Western allies of the government to fight against insurgents, in this case, the Houthis (Guzansky 2015).

In a broader initiative to strengthen the Yemeni state against Al-Qaeda in the Arab Peninsula (AQAP), which has been operating in Yemen since 2009, the United States and the United Kingdom[22], alongside the Gulf States, initiated an economic help for the Yemeni government in the fight against the AQAP[23]. This cooperation soon became a broader military alliance, lending the bases for further alliances and interventions in the upcoming internal conflicts in Yemen (Lynch 2016).

The current Yemeni War has its roots in six confrontations between

22 The United States and the United Kingdom see Yemen as an important arena to combat al-Qaeda's intention to laid siege in strategically important areas in the Middle East (Lynch 2017).

23 The Islamic State in Yemen started operations in 2014. It is not an affiliation or an ally to the Al-Qaeda in the Arab Peninsula, but a contestant.

the Houthi forces and the government, dating back to 2004. When the Yemeni revolution took place, in 2011, on the impetus of the Arab Spring, the major protests and the Houthi mobilization ultimately led to the resignation of president Ali Abdullah Saleh. Since the maintenance of the Yemeni state was seen as essential for preserving regional stability, "[t]he Gulf Cooperation Council formally took the lead in managing this transition, though in practice Saudi Arabia closely held the reins" (Lynch 2016, 73). In agreed terms, the vice-president, Abd Rabbuh Mansur Hadi, would take on the position of president of the country in the transitional period, until general elections were held in 2014. The proposition by the GCC, launched in March 2013, to create a tool to deal with divisive issues in Yemen through a "National Dialogue" did not resolve internal differences and only put in discussion the old questions of regional differences, corruption, patronage, inequality and federalism. The elections held in the upcoming events served only as a marker of legitimacy, as it had only one candidate, Abd Rabbuh Mansur Hadi, and there was no real change in the institutions or the intention to question national power (Lynch 2016).

Tensions rose and, in July 2014, the Houthis started an open rebellion. In September, they took Sana'a, the Yemeni capital, and later on they pushed to Aden and Taiz[24]. In March 2015, President Mansur Hadi asked the Saudi-led coalition to intervene, when it started attacking Houthi positions. An UN sponsored cease-fire came to force on April 2016 and peace negotiations started to take place, only to be broken soon after (Lynch 2016). These activities of foreign intervention have taken place against the backdrop of a worsening regional security situation, perceived Western inaction in relation to Syria and concerns over the Iranian Nuclear Deal (Lynch 2016).

As the uprisings erupted, it offered an unprecedented opportunity for Saudi Arabia to project its hard power over Yemen; and Qatar to provide a more moderate project of soft power in the early days of the uprising through financial help and an expansive network of activists (Guzansky 2015). Moreover, alleged Iranian and Eritrean[25] support in logistics and supply for the Houthis kindled the tensions of the Saudi-Iran proxy war, as Western and Arab countries somewhat affiliated with Washington and Riyadh made pressure over Tehran and Astara[26].

24 Aden and Taiz are the second and third larger cities of Yemen. Aden is one of the most important and busiest ports of the Middle East, and is now the temporary capital of the internationally recognized government of Yemen.

25 In 2016, the State of Eritrea starts cooperating with the Saudi-led coalition in Yemen, providing logistical support to military actions to the coalition.

26 It is important to notice that the governments of Iran and Eritrea have made statements claiming they do not support the Houthis, however, taking a neutral position in the matter. Notwithstanding, both countries have been suspected of being interventionist in Yemen in regard to promote their interests in the region (Solomon 2016).

Airstrike superiority and sea blockade provides the coalition with a sustained superiority in terms of military strategic, but the war has been stretching from 2014 on, as former president Saleh adheres to Houthi rebels and leads a great part of the army and loyalist forces to the insurgent side in a counterbalance movement. At the same time, Yemen witnesses a severe humanitarian crisis, as there are more than 7,000 civilian casualties and 16 million people are in need of some form of humanitarian assistance, since naval blockades suppress provisions in a country that is 90 percent dependent on food imports (BBC 2017). The conflict only tends to stagger as the countries of the GCC (the main force of the Saudi-led coalition) face diplomatic challenges with the allegations of Qatar supporting Iran and terrorist groups in the Gulf Peninsula. Furthermore, a series of protests in May 2017 calling for the Southern Secession in Yemen only increases the internal instability of a country currently in a Civil War, with a large history of internal clashes involving secession. Nonetheless,

> [t]he separation of southern Yemen would weaken the authority of the legitimate government in Yemen. It would also lead to the failure of the Saudi-led Arab coalition's operations and ultimately the victory of Iran's allies, represented by Houthis and Saleh (Al Jazeera 2017c, online).

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

Issues related to intervention are old and, at the same time, contemporary to the international community. During the international system structuration, since the Peace of Westphalia of 1648, states have always sought ways to limit and regulate external intervention in internal affairs, besides strengthening their sovereignty and territorial integrity. Sovereignty, therefore, has progressively become one of the main concepts in International Relations (IR) theory and one of the most discussed topics along the centuries. It was only in the XX century, however, that the problematic about foreign intervention and its prohibition acquired real legal dynamism and became progressively institutionalized. Soon after the First World War, the creation of the League of Nations and the fourteen points of U.S. President Woodrow Wilson, the right to self-determination and non-intervention by outside actors were established. The prohibition of external intervention would acquire more concrete dimensions after the Second World War and after the United Nations creation in 1945. With the UN Charter, the non--intervention principle became one of the new world order founding stones, with the United Nations Security Council (UNSC) as the only responsible

organ for approving or not external interventions. However, as the Cold War demonstrated, the superpowers continued to promote military interventions directly or indirectly in other countries – especially those from the global periphery – in order to fulfil their interests within their ideological dispute. After the end of the Cold War and the advent of U.S. unipolarity, the Middle East was the most targeted region by military (even unilateral) interventions, which affected the entire region and raised questions about the principle of non-intervention in sovereign states.

Bearing that in mind, this section aims to analyze the main legal actions that are somehow important for the discussion on external intervention, from the UN Charter to the UN Resolution about military intervention in Libya. Lastly, the main UN resolutions about the two cases here analyzed – the Syrian and Yemeni wars – are presented.

4.1 The United Nations Charter

The most important framework that regulates external intervention, territorial integrity and sovereignty nowadays is undoubtedly the United Nations Charter of 1945. This document has been the main basis to structure the contemporary world order under the leadership of the United States, having the UN a prestigious role in it. Despite pre-1945 attempts to regulate and prevent interventions against state's sovereignty, especially in domestic affairs, it was only after the creation of the United Nations that military interventions between major powers were prevented, thus avoiding systemic wars such as World War II. The greatest achievement of the UN Charter was the institutionalization of the UNSC as the main and sole legitimate body responsible for decisions concerning international security, which includes military interventions under its approval. Since then, the use of force to resolve political disputes without the Security Council's approval has been prohibited, encouraging, otherwise, the settlement of these disputes through peaceful means (United Nations 1945). The issues about territorial integration and domestic sovereignty are so important that these aspects are explicit at the Chapter 1 of this Charter, as Articles 1 and 2 state:

> 1. To maintain international peace and security, and to that end: to take effective collective measures for the prevention and removal of threats to the peace, and for the suppression of acts of aggression or other breaches of the peace, and to bring about by peaceful means, and in conformity with the principles of justice and international law, adjustment or settlement of international disputes or situations which might lead to a breach of the peace.
> 2. All Members shall refrain in their international relations from the

> threat or use of force against the territorial integrity or political independence of any state, or in any other manner inconsistent with the Purposes of the United Nations (UN Charter, art. 1 and 2).

However, external interventions have continued to occur in the international system even after the creation of the UN. Despite avoiding another World War, external interventions occurred mainly in peripheral countries, within the context of the political, economic and ideological dispute between the Cold War superpowers. Although often indirectly, movements and processes of independence in the then-Third World served as a pretext for interventionist attitudes on the part of the central powers. Furthermore, what could be pointed out as the turning point of the contemporary international system is the unilateral military invasion of Iraq in 2003 by the United States through a decision of the country's Congress and without the authorization of the UNSC. This initiative demonstrated the fragility of the concepts of sovereignty, territorial integrity and external intervention, even though the UN continues to try to assert itself as the legitimate regulator of these issues. Closer in time was the case of the NATO-led military intervention in Libya, allegedly aimed to protect Libyan civilians but, as it was demonstrated, in reality directed to the deposition of then-President Muammar Gaddafi in 2011.

4.2 UN Resolution 1973 (2011)

This UN resolution has represented a landmark in Middle Eastern dynamics in the context of the Arab Spring outbreak. When these dynamics reached Libya in 2011, the then-president Col. Muammar Gaddafi faced a myriad of opposition groups throughout the Libyan territory, to whom he responded with military repression though the usage of government forces. Due to escalation of violence, Great Britain and France, with the support of the United States, introduced a resolution in the UNSC proposing a military intervention in Libya to implement a ceasefire and to protect the civilians and opposing groups against the aggressions perpetrated by the Libyan government. The Resolution 1973 was approved in 17 March 2011 with 10 votes in favor – among them were the United States, France, the United Kingdom, Nigeria and South Africa – and 5 abstentions by Russia, China, Brazil, India and Germany. This resolution pointed out that the conflict in Libya was an alleged "threat to international peace and security", what would justify the military intervention and the use of force under Chapter VII of the UN Charter. This chapter states that the UNSC has the legitimate authority to use all means to restore and maintain international peace and security, including the use of force by member states (United Nations 2011a).

Although the main objective, according to the resolution, was to protect civilian lives and to implement a ceasefire, it authorized the use of all means necessary to achieve these objectives, including under regional organizations' leadership, what paved the way to NATO's involvement:

> 4. *Authorizes* Member States that have notified the Secretary-General, acting nationally or through regional organizations or arrangements, and acting in cooperation with the Secretary-General, to take all necessary measures [...] to protect civilians and civilian populated areas under threat of attack in the Libyan Arab Jamahiriya, including Benghazi [...] (United Nations 2011b, 3).

Another important aspect was the central role expressly gave to the League of Arab States during the enforcement of this resolution, what demonstrated the interest of the Arab states (most important, the conservative monarchies and Western-backed states like Jordan) in the Libyan outcomes. Therefore, alongside NATO, Arab states were essential to impose the no-fly zone in Libyan territory and, ultimately, to remove Gaddafi from power, always attaching themselves to the "all necessary measures":

> 8. *Authorizes* Member States that have notified the Secretary-General and the Secretary-General of the League of Arab States, acting nationally or through regional organizations or arrangements, to take all necessary measures to enforce compliance with the ban on flights [...] and *requests* the States concerned in cooperation with the League of Arab States to coordinate closely with the Secretary General on the measures they are taking to implement this ban [...] (United Nations 2011b, 3).

The military intervention was carried out in the same month, March 2011, and turned out to be a direct intervention like already seen in other cases. Special Forces, especially from France and the United Kingdom, were deployed to the country and no real ceasefire was implemented during the intervention, what demonstrated its dubious objectives. There are some critics about the instrumentalization of ground forces in the country, since the Resolution 1973 just stipulated the implementation of a no-fly zone, but at same time did not prohibited the deployment of such kind of forces on the ground (BBC 2011). The aerial intervention (the establishment of the no-fly zone) thus served to support the rebel groups against the Gaddafi government forces and to ultimately remove him from power. Severe consequences were caused to the state integrity and the Libyan civil war just got worst,

resulting in a fragmented country with no central government even after six years from the military intervention (Bandeira 2014).

4.3 UN Resolutions on Syria

The Syrian War is a recurrent case under discussion by the UNSC not only due to its obvious importance in the international relations dynamics, but also due to its consequences for international peace and security. As already demonstrated in the previous section, the conflict in Syria has several complex connections between its antagonistic actors, whose interests are also introduced at some extent to the UN Security Council debates. Thus, since the most important powers involved in the conflict have the veto power in the UNSC, it is extremely hard to approve resolutions that give advantage to one side only, a situation that makes it difficult for the conflict resolution (McKirdy 2017).

4.3.1 Resolution 2254 (2015)

The Resolution 2254 (2015) was one of the first and most important decisions approved by the UNSC about the Syrian War and its consequences, deserving, therefore, a broader consideration. Adopted unanimously by the Council on December 18, 2015, this resolution was the result of continuous efforts to achieve a political resolution for Syria, mostly through the Vienna and Geneva negotiations[27]. Therefore, the most important characteristic of this resolution is that it reinforces the need of a Syrian-led political transition to resolve the conflict. This entails that Syria's political future must be decided by all Syrian people, from all ethnic and religious groups, and mostly through Syrian institutions.

> *Reiterating* that the only sustainable solution to the current crisis in Syria is through an inclusive and Syrian-led political process that meets the legitimate aspirations of the Syrian people, […] including through the establishment of an inclusive transitional governing body with full executive powers, which shall be formed on the basis of mutual consent while ensuring continuity of governmental institutions (United Nations 2015c, 1).

27 Since 2012, the international community, under the UN leadership, has intended to resolve the Syrian War through peaceful means. There were two important events that aimed to achieve a political solution for the conflict: the Vienna (2015) and Geneva peace talks (2012, 2014 and 2016). The most important document which resulted from them was the Geneva Communiqué, which reinforces the need for a Syrian-led political transition that takes into account both the interests of the Assad regime and the opposition groups (UN Action Group for Syria 2012).

> 1. *Reconfirms* its endorsement of the Geneva Communiqué of 30 June 2012, endorses the "Vienna Statements" in pursuit of the full implementation of the Geneva Communiqué, as the basis for a Syrian-led and Syrian-owned political transition in order to end the conflict in Syria, and stresses that the Syrian people will decide the future of Syria (United Nations 2015c, 2).

The resolution still recommends a nationwide ceasefire followed by general elections and the formulation of a new constitution within 18 months, under supervision of the United Nations. The idea behind this resolution is truly relevant since the Syrian war has experienced a wide range of interventions (military, financial and political) by external states that limited its national sovereignty. According to Resolution 2254 (2015), in order to resolve the conflict there must be a Syrian leadership constituted on the basis of the national population's will, therefore rejecting external impositions by foreign actors – as it happened in Libya (United Nations 2015c). This position was supported by the states that recognize the importance of national institutions in the process of building conditions for peace during transition. However, divergences raised around the role to be taken by Bashar al-Assad during such transition, what divided the states inside the UNSC and posed challenges for further decisions. United States, United Kingdom, France and Lithuania were against the participation of Assad in the process, whereas Russia and Venezuela considered him an essential actor in the equation for the peace (United Nations 2015c).

4.3.2 Resolution 2336 (2016)

Resolution 2336 (2016), alike Resolution 2254 (2015), represented a new impulse to settle the Syrian war. Introduced by Russia, Iran and Turkey on December 20, 2016, the resolution reiterated the previous UNSC work regarding the political resolution of the conflict, besides reaffirming the sovereignty, independence, unity and territorial integrity of Syria. In addition, the resolution reinforced the need for a national ceasefire between the forces involved (except terrorist groups) and for progress in peace negotiations between the regime and opposition representatives, being held through the Astana Talks[28] in mid-January 2017, in Kazakhstan. The unanimous adoption of Resolution 2336 (2016) represented a "step ahead" in the Geneva negotiations and the reaffirmation of the 2012 Geneva Communiqué about the

28 The Astana Talks was a meeting proposed by Russia, Iran and Turkey backed by Kazakhstan that aimed to produce an alternative solution for the Syrian War, through the implementation of a cease-fire in the country. Although these meetings are not part of the UN's Geneva talks, the effort is strongly supported by the UN and it is seen as complementary to Geneva's decisions (Putz 2017).

political resolution of the Syrian war (United Nations 2016a, United Nations 2016b).

4.4 UN Resolutions on Yemen

As in Syria, the Yemeni war is complex due to the presence and action of several state, non-state and terrorist groups in the country. The main forces involved – the Yemeni government, the Houthis, the Al-Qaida in the Arabian Peninsula (AQAP) and, most recently, ISIS linked groups – create a range of opportunities for external influence to go into the conflict, mostly by the side of Arab states. Thus, the main UN resolutions regarding the conflict have, frequently, as main objectives arms embargoes, besides efforts to implement a political transition under GCC's observation and regional cooperation.

4.4.1 Resolution 2201 (2015)

This resolution was adopted throughout the escalation of violence in the conflict between Houthis forces and the Yemeni government. During the dispute for political and territorial control between the main forces involved in the Yemeni War, the Houthis forces stormed the capital, Sana'a, in September 2014, dissolved the Parliament and took over Yemen's institutions, including the President Abd Rabbuh Mansur Hadi (United Nations 2015a). The resolution was adopted on February 15, 2015, and represented the consciousness about the escalation of violence in the conflict, acknowledging that it would be hard to achieve a political and democratic transition in the country. Therefore, there are two points that deserve to be analyzed: the significant role given to the Gulf Cooperation Council (GCC) concerning the administration of the consequences in the Yemeni War; and the concern about external interventions in the conflict (United Nations 2015a).

The great political importance given to the Gulf Cooperation Council is stated in the first lines of the resolution: the Security Council supports "[…] the efforts of the Gulf Cooperation Council and commend[s] its engagement in assisting the political transition in Yemen" (United Nations 2015a, 1). This demonstrates that the GCC is directly related to the political decisions taken in the Yemeni transition process, what is already expected given that the GCC members – Saudi Arabia and the other conservative monarchies – have a wide range of economic and geopolitical interests in the Yemeni War. It is important to highlight that the most politically important decisions would be adopted under the GCC leadership:

> *Emphasizing* the need for the return to the implementation of the Gulf Cooperation Council Initiative and its Implementation Mechanism

> and the outcomes of the comprehensive National Dialogue conference, including drafting a new constitution, electoral reform, the holding of a referendum on the draft constitution and timely general elections [...] (United Nations 2015a, 1).

Regarding the external intervention, the resolution expressly took into account the questions about external interventions in the conflict. The member-states demonstrated their concern about the influence of external actors in the conflict worsening and the complex dynamics that resulted from these interventions. Therefore, as already exposed, the conflict represents a dispute of regional interests that makes it difficult to achieve a peaceful resolution: "9. Calls on all member States to refrain from external interference which seeks to foment conflict and instability and instead to support the political transition" (United Nations 2015a, 3).

4.4.2 Resolution 2216 (2015)

As the situation in Yemen got worse, mostly due to unilateral actions took by the Houthi forces, humanitarian damages were caused and destabilizing consequences for the region posed a challenge to the international community. Therefore, in April 14, 2016, the UNSC adopted Resolution 2216 (2016), with the abstention of Russia, which pointed out that the imposition of sanctions at Yemen would only worsen the conflict (United Nations 2015b). However, in regard to this resolution, it is important to highlight once again the presence and importance of the Arab States in the conflict, what, at some extent, paved the way for the Saudi Arabia-led military intervention in Yemen since 2015. As stated in the beginning of this resolution, the right to intervene in the conflict "by all necessary means and measures" was given to the GCC and its member-states:

> *Noting* the letter [...] from the Permanent Representative of Yemen, to the United Nations, transmitting a letter from the President of Yemen, in which he informed the President of the Security Council that "he has requested from the Cooperation Council for the Arab States of the Gulf and the League of Arab States to immediately provide support, by all necessary means and measures, including military intervention, to protect Yemen and its people from the continuing aggression by the Houthis" [...] (United Nations 2015b, 1).

Another point that deserves appreciation is the one that recognizes the regional impact caused by the Yemeni War, including in neighboring states. In addition to this, humanitarian casualties, besides political and institu-

tional instability, increased the negative externalities throughout the Arabian Peninsula. Thus, the resolution still recognizes the Yemen War as a threat to international peace and security, very similarly to the Libyan case, what could open a way for a UN Charter's Chapter VII instrumentalization of external interventions under the UNSC's approbation:

> *Recognizing* that the continuing deterioration of the security situation and escalation of violence in Yemen poses an increasing and serious threat to neighboring States and reaffirming its determination that the situation in Yemen constitutes a threat to international peace and security (United Nations 2015b, 3).

5 BLOC POSITIONS

Afghanistan has been experiencing chaotic moments since the occurrence of a series of coups from 1970 onwards, following a civil war and the Soviet Union invasion. Since then, the country has been a field for conflicts between regional and extra-regional powers (Visentini 2014). Since 2001, the War on Terror has preserved the US-NATO allies' presence in the region, while Afghanistan tries to apply a pragmatic politic towards the Middle East. Kabul plays a neutral policy regarding the Syrian and Yemeni conflicts; on the other hand, the Afghan population, with the intermediary of Iran, contributes with approximately 20,000 Shiite voluntaries to reinforce Hezbollah, which supports the Assad's government (Heistein and West 2015). Ultimately, the afghan government will use the Syrian crisis as a card to bargain between the United States and Russia (Khalil 2017).

Bahrain, a protectorate of the United Kingdom until August 1971, participates in the Saudi-led coalition of Yemen. Formerly, the country has participated in military actions against the Taliban, in 2001, when the U.S. President George W. Bush promoted Bahrain as a "major non-NATO ally". Regarding Syria, Bahrain is largely in line with the Saudi policy of supporting Assad's opposition. Recently, however, Manama has reduced its support for the Syrian opposition forces, now dedicating itself to promoting regional stability (CSIS 2016).

The **People's Republic of China** has a sacred principle of state sovereignty against arbitrary or excessive military interference, practicing a long-dated policy of non-interference in the Middle East. Beijing's position contrary to coercive pressures – such as sanctions or the use of force – against sovereign governments boosted its presence in the Middle East. Also, the country believes that the U.S. and Western-led interventions are often motivated by a desire for regime change, ultimately compromising the region's

balance of power (Swaine 2015). Regarding Syria, alongside Russia, China has vetoed UNSC's resolutions about military or economic sanctions against the Assad regime, beyond traditionally holding close ties with Russian and Syrian military (Reuters 2016a). In Yemen, in accordance with the UNSC Resolution 2216, Beijing believes in a peace agreement at the same time that it supports Hadi's government (Reuters 2016b).

After the 2011 movements of the Arab Spring, **Egypt** experienced a troublesome political transition, fruit of successive regional and extra-regional interventions which led to a coup done by the militaries, eventually overthrowing the Muslim Brotherhood. There has been a shift in Cairo's foreign policy, as Turkey and Qatar condemned it as a *coup d'état*, while Saudi Arabia, the UAE and Kuwait helped to consolidate the new government (Lynch 2016). This led Cairo to be more cautious to the Russian intervention in Syria, and to seek renewed diplomatic relations with Syria. Due to the extensive political and financial help of Riyadh, Egypt has agreed to participate in the Saudi-led coalition in Yemen (Wintour 2017).

Eritrea aims to be a more relevant regional player by exploring the fact that it is situated in an important strategic position in the Red Sea: one of the two states controlling the Bab-el-Mandeb Strait, with Yemen being the other (IISS 2017). In 1995, Eritrea and Yemen went to war involving the Hanish Islands in the Red Sea. Since then, Eritrea has been allegedly interfering in Yemen's internal affairs and supporting the Houthi rebels by training them and functioning as a logistical hub, providing weapons and supply with the alleged help of Iran. In 2015, Eritrea took the strategic opportunity to logistically support the Saudi-led Operation Decisive Storm against the Houthis, in return for financial assistance, mainly from Saudi Arabia and the UAE. Eritrea's relations with foreign countries are complicated, apart from being one of the most militarized nations in Africa, the 2009 UNSC sanctions following the confirmation of Eritrea's support for Al-Qaeda affiliates in Somalia, has isolated the country in the region (Ngaish 2015). Its closest partners are Egypt, for it has great interests in the security of the Gulf of Aden, and Qatar, for the Qatari long-time regional finance-aid foreign policy (IISS 2017, Al Jazeera 2016), however, because of the support the Saudi Arabia and its allies in the Qatar crisis, the close relation with Qatar may have seen its last days (Akwei 2017).

Terrorism has been a critical security issue to **France** due to the horrifying terrorist attacks in the past years. Therefore, France is part of the U.S.-led coalition aimed at destroying ISIS and Al-Qaeda in Syria and Iraq, through "*Opération Chammal*", ongoing since September 2014. Supporting Saudi Arabia with an 18-billion-dollar arms deal in 2015, France entered the Saudi-led intervention in Yemen to provide logistical and intelligence

support. Macron reshaped France's view about deposing Bashar Al-Assad in Syria, standing today in the perspective that the resolution of the crisis passes, ultimately, through a political and diplomatic roadmap (Ahmad 2017). The objectives of France are connected to Germany and U.K, its main allies, in the attempt to secure that this transition passes through the Geneva Talks and not from the Russian, Iranian and Turkish controlled Astana Process.

In the same direction stands **Germany**, which sees no withstanding for the Assad regime in Syria, ultimately pushing for a fast and peaceful transition of power, as Syria cannot persevere without true democracy (Bundesregierung 2017a). Germany has not gotten involved in the Libyan conflict, restraining itself from military interventions in the Middle East. However, due to the Paris Attacks, the alleged use of chemical weapons and the migrant crisis, German has entered the American-led coalition, under the Operation Counter Daesh. As Merkel stressed out, it is not possible to resolve the matter in Syria and Yemen without the will of certain countries, objectively hoping for a solution that coordinates with everyone's interests (Bundesregierung 2017b).

The **Gulf Cooperation Council (GCC)** has experienced an increase of power of its members due to the commodities boom of the 2000's and to active diplomacy activities. The members of the GCC have different interests, which may be seen as a challenge for the adoption of common active policies (Guzansky 2014). However, four points define the GCC: (1) the close alliance with the U.S, specially under the CENTCOM-led headquarters; (2) the military cooperation under the Peninsula Shield Force; (3) the prevailing policy of non-interference and support for Arab Leaders in its history, as a principle of religion and politics; and, ultimately, (4) its diluted tensions with Iran, comparable with some of the states in the GCC, establishing within the GCC a stance for dialogue between Iran and the GCC states (Young 2013). Furthermore, the Qatari crisis has been a turmoil for the GCC, dividing the countries in the Council. Additionally, a new accord regarding six mutual principles can open the door, within the GCC, for the normalization of relations in the bloc (Khouri 2017).

India is another state with a pragmatic view about intervention, having made political, economic and military interventions in South Asia, especially regarding Pakistan. However, for the past 20 years, New Delhi has been inspired by the international movement for non-intervention, and will not intervene internationally, unless requested by the sovereign state affected or in the case of humanitarian crises. With regard to Syria, the Ministry of External Affairs has confirmed that there is no possibility of sending troops to the U.S.-coalition or joining a cease-fire outside UN frameworks (Government of India 2016a).

Iran has vital interests in the defense of Assad's regime in Syria, as it has historically been the only consistently ally of revolutionary Iran. The Iranian Revolutionary Guard, alongside Hezbollah, has been playing a major role in the training, support and fighting in Syria (Sherlock 2014). Nevertheless, due to recent events of escalation of the conflict, mainly by the bombing of the Shayrat air base in Syria, Tehran started considering deploying ground troops to counter U.S. intervention in Syria (Middle East Eye 2017a). Iran's close ties with Russia has led to cooperation not only in the military level – such as providing air and sea bases for the Russian to launch operations in Syria –, but also in the diplomatic one: Russia, Iran and Turkey make trilateral agreements on Syria, one of which is a ceasefire (New York Times 2016). Iran has for long been a supporter of Shiite minorities in the Middle East, despite stating that it does not have any relation with the Houthi forces in Yemen. The country also condemns the Saudi-U.S. coalition for the irresponsible use of force in the Yemeni crisis (Presidency of Iran 2016), and the use of deceptive discourse to undermine its interest in the region (Huffington Post 2015). The worsening of relations within the GCC opens space for a more positive diplomacy of Tehran with both Qatar and Oman, boosting its chances of achieving a diplomatic solution in Syria and Yemen (Al Jazeera 2017).

Iraq is in a complex position regarding external interventions, mostly concerning the cases of Libya and Syria. Baghdad demonstrates a pragmatic discourse on the topic, being favorable or not to that type of action depending on the direct impacts in its country. For example, the Iraqi government has supported the intervention in Libya based on the Western discourse of civilian protection (Arango 2011, Reuters 2011). Concerning the Syrian War, Baghdad has adopted a position in support of the Syrian government, rejecting external interventions in the neighboring country. However, the Iraqi government, being conscious of the negative externalities, has criticized and advised the Syrian government to take into account the humanitarian damages caused by the conflict (Schmidt and Ghazi 2011).

Israel has two main concerns in the Syrian conflict: (i) the security of the disputed border of the Golan Heights; (ii) the containment of jihadist extremists; and also Iran and Hezbollah, their long-dated enemies. Prime Minister Benjamin Netanyahu fully supported the U.S. government, and has called for a united action against ISIL, praising Trump's decision of the military strike on a Syrian airbase, on April 7, 2017 (Parry 2017). Officially, the position of Israel is not against Assad, but against Hezbollah and Iran in Syria, remaining uninvolving in the fighting and in denial of supporting the opposition groups in Syria (The Economist 2015, The Jerusalem Post 2017). However, Israel is taking huge steps towards publicly abandoning its policy

of non-intervention and cooperating with the Syrian opposition, the U.S. coalition and the moderated Sunni Arab states, as a way to build diplomatic relations with the Gulf Monarchies and to cast out Iran from Syria and Yemen (Frisch 2017).

Being dependent on Western and Arab aid, **Jordan** has cooperated with the U.S. and its allies in the Middle East in several regional and international issues (Sharp 2017), more recently being a key partner in the U.S.-led coalition battling the Islamic State in Syria and Iraq, and with the Saudi-led coalition in Yemen. Moreover, the Jordanian government makes it clear that it will not launch ground operations, unless there is a present terrorist threat to their national security (Younes 2017). Hosting approximately 650,000 Syrian refugees, which roughly stands for about 10% of its population (Amnesty International 2016), the government is more sensitive to the Syrian crisis, and thus advocates for a fast and peaceful resolution.

The **Kuwait** war of 1990 shaped the Middle East forever, as the regional clashes for the determination of a regional power ended up ultimately destroying Iraq and uniting the entire region under an American-dominated system (Lynch 2016). After the Iraqi aggressions, Kuwait's dependency on U.S.'s defense grew exponentially – therefore, under the Defense Cooperation Agreement (DCA), Kuwait hosts several bases for U.S. troops, being a major non-NATO ally. Kuwait's leadership, alongside Saudi Arabia and the UAE, supported the Egyptian military's removal of the Muslim Brotherhood from power, in July 2013. Kuwait participates in the coalitions, together with the U.S. and Saudi Arabia, in Libya, Syria and Yemen. The country has also supported U.S. and Saudi Arabia's efforts to contain Iran, at the same time trying to diplomatically engage Iran at elevated levels (Katzman 2017).

The history of **Lebanon** is intrinsically related to foreign intervention, from the Sykes-Picot agreement that led to the state's creation to modern-day interventions perpetrated by Israel. It is also related to the patronage of non-state actors, such as Hezbollah, which ended up playing major roles in Lebanese domestic political system. Since 1978, the United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL) acts in the country, aiming at resolving the clashes with Israel and at stabilizing its internal affairs. Regarding the Syrian crisis, more than a million Syrian refugees have fled to Lebanon, already accounting for one quarter of the population and shaking the already tense internal relations between social groups (Amnesty International 2016). Moreover, the government, besides imposing more control to its borders, has played very neutral in the conflict, being a well-known defender of non-intervention and peace talks (Auon 2016). Aversively, Hezbollah has been a major actor in the defense of Assad's regime and Iranian interests in Syria, and as an important political and military force in Lebanon, its involvement

in the Syrian conflict has sharpened sectarian tensions in Lebanon, specially by Sunni militants (BBC 2016).

Libya has been a major example of the causes and effects of interventions perpetrated by regional and extra-regional forces in the Middle East. The 2011 uprising, which deposed Gaddafi, changed the political perception of the country. The Internationally Recognized government of GNA (Government of National Accord) still struggles to consolidate the country's unity, opposing factions and sectarian groups – such as ISIL in Libya – which still impose a serious threat to the state's stability (Al Jazeera 2015). The internationally recognized government's official position is not to support a military intervention in Syria. On the other hand, it supports the U.N. resolutions for Yemen (Abdessadok 2017).

Since its foundation, **Oman** has maintained an enduring and unique foreign policy comparably to its neighbors in the Persian Gulf, having an active policy of non-intervention (Kechichian 2002). Oman has consistently supported peacemaking efforts by publicly endorsing peace agreements and meetings involving the Israeli and Palestinian crisis, and even hosting talks on the Iranian nuclear deal – which goes against the policies of Oman's Gulf state allies (Aboud 2015). As one of the few states which holds, at the same time, close ties with the GCC, the U.S. and Iran, Oman may play the major role of congregating the different interests of those involved in the Syrian and Yemeni crises, and of pushing to successful negotiations of peace and de-escalation, as it has already done in both the seven-point peace deal of 22 April 2016 and the November Ceasefire (The Guardian 2016).

Pakistan has stressed out its dissatisfaction with foreign interferences in both Syria and Yemen, assuming a strict neutral position (Syed 2015, Panda 2015) and hoping that a peaceful agreement can be reached through U.N.'s frameworks. However, Pakistan has taken a big step in the fight against terrorism in the Middle East, having the position of Commander in Chief of the Islamic Military Alliance to fight Terrorism (IMAFT) (Syed 2015).

Palestine must deal with constant harassment of Israel and the problems facing the growth of illegal settlements in the West Bank, having, therefore, a more neutral foreign policy towards the current crisis in Yemen and Syria. In the Arab League Summit of 2016, Palestine stated that foreign intervention in Arab affairs is one of the major reasons for the current crisis, and only an integrated region can repeal foreign intervention (Al Jazeera 2016). Furthermore, the state of Palestine tries to find new creative ways to put forth its agenda, and to take advantage of the recent momentum to push for the implementation of a two-state solution in the Israel-Palestine crisis (Erel 2017). Additionally, as Palestine ongoing conflict, groups of resistance are well known to gain power and influence internally and eventually influence

foreign relations. This is the case of Hamas, a Palestinian militia force who has great political force over the government, but act independently – as an example, Hamas has supported the Free Syrian Army, which is not the official position of the State of Palestine. However, in the mid of the Islamic polarization, the Syrian State weakens and the Palestinian Movement loses one of its main supporters (Cafiero 2014).

Qatar has played neutral and pragmatic policies in order to sustain itself in Middle Eastern affairs. However, Qatar's political stability throughout the Arab Spring, its economic wealth, Al-Jazeera's role as a free and democratic media, and international reputation gave it the confidence to take an interventionist role during the Arab Spring, connecting itself with the Muslim Brotherhood and ascendant Islamist political forces to be a leadership in transitioning countries, such as Libya, Egypt and Syria (Ulrichsen 2014). This situation has gone against Saudi Arabia's interests, leading to a rivalry within the GCC and in the political transitions of Egypt, Syria and Yemen. Qatari efforts to moderate the conflict in Yemen has attracted Iran to the negotiations, which, alongside Al-Jazeera media, have been used as a way to counterbalance Saudi Arabia and not to cede Yemen to the Saudis. This had escalated the tension of Riyadh-Doha relations, leading up to the embargo of Qatar and the country's expulsion from the Saudi-led coalition in Yemen (Regencia 2017). Qatar has, for years, been looking forward to establishing itself as an alternative mediator in the ongoing Yemeni conflict (Guzansky 2014), as it has stable relations with Iran, Turkey and some of the GCC countries.

The **Russian Federation** has been more actively engaged in the Middle East since the 2013, in a strategic attempt to present itself as a valuable partner in the absence of the United States (Goldenberg and Smith 2017). Most prominently, Moscow has a long-dated strategic partnership with Syria, dating back to 1971, when it opened its naval base in Tartus, Syria. The country has shown support for this regime in the Arab-Israeli wars and again in 2013, in the chemical weapons agreement between the Syrian, U.S and Russian governments (Urquhart 2013), and 2015, when Damascus called for Russia to intervene on its behalf. The Russian objective to fight global terrorism led to a rapprochement with Egypt in the government of Sisi and with the new government of Libya (CSIS 2016). Russia's strategy for the Middle East encompasses the condemnation of military interventions without state--approval, as it leads to the escalation of the conflicts. Moscow also calls for the immediate cessation of military activities in both Syria and Yemen from US and Saudi allies, as they pose a very serious threat to regional security. Its ultimate goal can be seen through the rapprochement with the Turkish government, which led to the Astana Talks, working for a peaceful and diplomatic

solution amongst all parties involved in Syria (Middle East Eye 2017b).

Saudi Arabia has an extensive role in Middle Eastern affairs in the Arab Spring aftermath due to its objective to suppress democratic revolutions, to preserve the status quo of the region and to censor any revolution in Riyadh or in the GCC countries, as it could have been seen in the support of Bahrain's counter revolution of 2011 (Lynch 2016). Riyadh interventions have also been deeply connected to its proxy war with Iran; countermeasures to secure its position as a regional power, battling against Iranian-supported militias. Saudi Arabia has also substantially supported Sunni militias in Syria and Iraq, sometimes with heavy military equipment for Assad's opposition (Bender 2015). Apart from Syria, Riyadh has had several clashes in the South Frontier involving the Houthis, leading to the formation of the Saudi-led coalition in Yemen to safeguard its frontiers and to restore the integrity of Yemen under a pro-Saudi government with Hadi (Lynch 2016). However, the rivalry with Qatar for the leadership of the Sunni world led to accusations of Doha's support for terrorism and sanctions from Saudi and its allies against Qatar (Wintour 2017). The biggest challenges for Saudi Arabia would be the competing factions within the GCC and ways to secure a fast victory in Yemen or a peace agreement under the leadership of Riyadh.

The **Syrian Arab Republic** has an important position in the present discussion about external intervention, mostly because it is one of the main illustrations of it in contemporary international relations. According the Syrian government, foreign intervention by other states and groups must be criticized for being a violation of sovereignty and territorial. Besides the direct foreign intervention, the Syrian government also criticizes indirect interventions through the support of terrorist and internal groups (United Nations 2015c). For Damascus, it is also important to achieve a political resolution with the permanence of national institutions, through a Syrian--led, Syrian-owned political transition. In opposition of a foreign political intervention, it is reinforced the central role of Bashar al-Assad during this process, if it takes place, as an illustration of national sovereignty.

Tunisia was the first country to experience the Arab Spring under the "Jasmine Revolution", in December 2010. Differently from the other Arab Spring revolutions, political experts report Tunisia as the sole successful revolution due to the accomplished results. This is linked to the unique process of revolution where the army did not participate, the government quickly fell, regional and where extra-regional interference played little part in the process as the revolution was spill over to more chaotic areas in the Great Middle East, like the Libyan and Syrian wars (Anderson 2011). Tunis cut ties with Syria in 2012 and has for long been a critic of Assad's regime, stating their support for the West-Arab interventions in Syria, where the downfall of

ISIS should be connected to Assad's as well (Al Monitor 2014). In addition, the Foreign Minister of Tunisia urges an "Arab Solution" to the Yemeni crisis (Ciochon 2015).

Turkey played an important role in the late 2000's competition for influence in the Middle East, as the government of Tayyip Recep Erdogan portrayed itself as a democratic model for moderated Islamic movements, a "third-way solution", ultimately going against several Sunni Arab countries which opposed the Muslim Brotherhood, such as Saudi Arabia (Lynch 2017). In the Syrian crisis, Ankara is part of the US-led coalition against Assad and has supported separatist groups, such as the Free Syrian Army and allegedly the Al-Nusra Front. The strength of the Kurds in its frontier, and the West support for them, created an approximation with Russia. As seen in the Astana Talks, Turkey may be softening its way towards a peace negotiation in which Assad would still remain in power – if that means cooperating to limit Kurdish autonomy in northern Syria, a mutual interest both to Syria and Turkey (Al Monitor 2017). Additionally, Qatar is an indispensable pillar of its strategic posture in the Middle East, as it hosts a major base of Turkey, which aims at maintaining Ankara's presence and projecting power against its two major rivals for regional dominance: Saudi-Arabia and Iran (Al Jazeera 2017b).

As the main source of international regimes and the most important organism for conflict resolution, the United Nations, here represented by the **United Nations Secretary-General's Special Envoy for Syria**, is very concerned about the questions related to external interventions. As stated in the UN Charter, the use of force against another state is prohibited unless the UN Security Council decides so, encouraging controversy resolutions through peaceful means. Therefore, the former U.N. General Secretary, Ban Ki-moon, has criticized the escalation of violence in Syria and Yemen, where regional and extra-regional states have influence. For the U.N., the most critical point is the violation of humanitarian laws and the resulting flow of refugees from the already destabilized region (United Nations 2016b). To cease the humanitarian damages, the U.N. created some initiatives to reach resolutions through peaceful means, such as the Geneva and Vienna Peace Talks for Syria.

After a decade of unprecedented wealth generation from the 2000s commodities boom, the **United Arab Emirates** has become more active in the region, intervening both financially and militarily in the Arab politics, including unilateral use of its own military – arguably the best trained and most capable among the GCC states (IISS 2017). The UAE have asserted that Assad needs to be ousted in order to settle the Syrian civil war and to strategically weaken Iran in the Middle East. However, participating in the

International Syrian Support Group (an attempt to negotiate the political transition in Syria), it understands that a resolution will ultimately requires an agreement between Russia and the United States – the latter being UAE's main ally (Black 2014). The UAE have, alongside Saudi Arabia, sponsored counter-revolutions in the Arab Spring aftermath and corroborated the 2014 and 2017 maneuvers against Qatar, for its alleged support to the Muslim Brotherhood. The United Arab Emirates have a more practical presence in the Yemeni crisis, where it actively participates in the coalition against the Houthis, while some accuses the UAE of attempting to control Southern Yemen secessionist movement for its own economic and political interests, what goes in the opposite way of Saudi Arabia's interest (Katzman 2017b).

The **United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland** has a long history of partnership with the Middle East, where it held treaties of protectorate with most of the Persian Gulf States until the sixties and seventies. In accordance with the Strategic Defence and Security Review plan of 2015, the U.K. forces would cooperate more with its allies in the Middle East and have a new naval base in Bahrain (IISS 2017). The United Kingdom has continuously supported the Arab Gulf states, while engaging proactively in the interventions of Libya, Iraq, Syria and Yemen. The governments of the U.K., Germany and France released a joint statement in 2011 stating that it was unthinkable to find a solution where Bashar Al Assad remained in power (Huffington Post 2011). The U.K also participates in the task force against the Al-Nusra front and ISIL, even cooperating with intelligence and equipment with the Free Syrian Army (The Guardian 2014). Even though Saudi Arabia is the biggest arm buyer of the U.K., London's partnership and long dated friendship with the other Gulf States, especially Qatar and Bahrain, makes it an interesting player for helping appease international crisis within the GCC (Peck 2017).

The high interest of the **United States of America** in the area is due to its central and strategic position in the globe, where its Gulf allies provide important military bases and safe ports (Guzansky 2014). Regarding Syria, the U.S has led the international effort to impose sanctions and to support "moderated groups" that opposed Assad's regime, while ultimately organizing a U.S.-led coalition in Syria (Lynch 2016). Washington will continue to defend and lead the intervention in Syria, as its "vital national security interest of the United States to prevent and deter the spread and use of deadly chemical weapons" (Congressional Research Service Reports 2017, 6). In order to accomplish those objectives, and to ultimately destroy the Islamic State, the U.S has worked to cooperate and to arm the Kurdish YPG[29] fighters, also, hel-

29 The Kurdish People's Protection Units, or YPG, is the main Kurdish militia in Syria, and one of the main forces in the soil to fight ISIS. It is well known for its campaign to recapture

ping to create the Syrian Democratic Forces in 2015, after the escalation of Russia's involvement in the conflict (Congressional Research Service Reports 2017). President Trump inaugurated a new era in U.S.-Saudi Arabia relations by signing a joint strategic vision that includes $110 billion in American arms sales and other new investments. This ultimately boost the cooperation for Saudi-led coalition in Yemen and the restraint of Iran. Washington warned Iran to seize all support for the Houthis, at the same time that led to an increase of the U.S presence in the Gulf of Aden (BBC 2015). Its objective in the Yemen are also tied to the security of the Bab-el-Mandab strait, a critical chokepoint in the region, as "any hostile air or sea presence in Yemen could threaten the entire traffic through the Suez Canal" (Cordesman 2015).

Yemen is central to discuss present-day interventions in the Middle East, as the internal political struggle against the Houthi-Saleh forces and the Al-Qaeda in the Arabian Peninsula, has led the official government of Hadi to ask the GCC and the U.N. to intervene in order to restore national cohesion (Shaheen 2015). Despite multiple attempts by the U.N. Special Envoy for Yemen, there is not a peace agreement yet, as the Saudi-led coalition and Houthi-Saleh forces continue to disagree on fundamentals for a political settlement (Sharp 2017). President Hadi rejected previous peace-agreement plans, which demanded its abdication, or didn't compelled the Houthi-Saleh forces to relinquish their heavy weaponry (including ballistic missiles and launchers). This stands in accordance to the most critical subjects for Yemen's internationally recognized government, managing to uphold its national integrity and stopping successive rebellions, after all being able to provide for its own security. Yemen also stresses its compromise to fight and stop terrorism in the country and in the entire Middle East (Hadi 2016). Apart from that, Yemen distanced itself from the Syrian crisis, but official statements urged the Syrian people to engage in a de-escalation of the conflict and stressed the importance of holding an open dialogue (Xinhua 2011).

6 QUESTIONS TO PONDER

1. After the end of the Cold War, the Middle East experienced a wide range of transformations which include direct military interventions, as it occurred in Iraq and Afghanistan. How these experiences shaped the regional perspectives of the states in the Levant and Gulf?

2. Since national sovereignty and territorial integrity are central concepts for the international community, how can the contemporary dynamics in the Levant and Gulf be perceived?

3. Some regional states do not have full security autonomy when compared

the city of Raqqa from ISIS (Congressional Research Service Reports 2017).

to extra-regional ones, being dependent on the defense systems of these states. How could this situation interfere in Middle Eastern interstate relations?
4. Has the current instability presented in the Levant and the Gulf been, at some extent, caused by sectarian disputes and, even more, by geopolitical disputes?
5. How the U.N. and other multilateral organizations could prevent foreign interventions and construct a stable security architecture for the region, since instability has favored parastatal groups, such as the terrorist ones?

REFERENCES

Abdessadok, Zineb. 2017. "Libya Today: From Arab Spring to failed state". *Al Jazeera.* http://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/04/happening-libya-today-170418083223563.html

Aboud, Mohammed. 2015. "Can Oman Become a Key Player in the Syrian Crisis?". *Middle East Eye*. http://www.middleeasteye.net/news/can-oman-become-key-player--syrian-crisis-145819127

Akwei, Islamil. 2017. "Gulf Crisis: Eritrea Backs Saudi Arabia and Allies, Ethiopia on the Fence".

Al Jazeera. 2015. *Rival Libyan factions sign UN-BACKED peace deal.* http://www.aljazeera.com/news/2015/12/libya-rival-parliaments-sign-backed-deal-151217131709056.html

—. https://www.tesfanews.net/eritrea-backs-saudi-arabia-gulf-crisis-ethiopia/

—. 2016. *Syria, Iraq, Yemen, Libya top Arab League summit agenda.* http://www.aljazeera.com/news/2016/07/syria-iraq-yemen-libya-top-arab-league-summit-agenda-160725132729802.html

—. 2017a. *Iran sends warships to Oman amid Gulf dispute.* http://www.aljazeera.com/news/2017/06/iran-sends-warships-oman-gulf-dispute-170611165049643.html

—. 2017b. *New batch of Turkish troops arrives in Qatar.* http://www.aljazeera.com/news/2017/06/batch-turkish-troops-arrives-qatar-170630064312751.html

—. 2017c. *Who benefits from a weak and divided Yemen*? http://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/05/benefits-weak-divided-yemen-170518125048895.html.

Al Monitor. 2014. *Tunisia's president says IS, Syrian regime must go.* http://www.al-monitor.com/pulse/politics/2014/09/tunisia-president-interview-libya-egypt-syria.htm

—. 2017. *Is Turkey's shift on Assad beginning of the end of Syria's war*? http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2017/01/turkey-shift-assad-syria-war-end.html

Amnesty International. 2016. *Lebanon 2016-2017.* https://www.amnesty.org/en/countries/middle-east-and-north-africa/lebanon/report-lebanon/

Anderson, Lisa. 2011 "Demystifying the Arab Spring: Parsing the Differences Between Tunisia, Egypt, and Libya". *Foreign Affairs,* 2-7. http://www.jstor.org/stable/23039401?seq=1#page_scan_tab_contents".

Aoun, Michel. 2016. "Address by His Excellency President Michel Aoun on Lebanon's 73rd Independence Day, 21/11/2016". *Presidency of the Republic of Lebanon.* http://www.presidency.gov.lb/English/news/pages/details.aspx?nid=23882
Arango, Tim. 2011. "Ready or Not, Iraq Ascends to Take Helm of Arab Bloc". *The New York Times.* http://www.nytimes.com/2011/03/24/world/middleeast/24iraq.html?src=recg.
Ashley, Sean Paul. 2012. "Cold War Politics in the Middle East". *E-International Relations Students Analysis Paper*. http://www.e-ir.info/2012/08/30/cold-war-politics-in--the-middle-east/.
Ayoob, Mohammed. 2012. "The Arab Spring: Its Geostrategic Significance". *Middle East Policy,* 84-97.
Bandeira, Luiz Alberto Muniz. 2014. *A Segunda Guerra Fria*: *geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
BBC. 2011. "Libya UN Resolution 1973: Text analyzed". *BBC News.* http://www.bbc.com/news/world-africa-12782972.
—. 2017. "Yemen Conflict: How bad is the humanitarian crisis?" *BBC.* http://www.bbc.com/news/world-middle-east-34011187.
Bender, Jeremy. 2015. "Saudi Arabia just replenished Syrian rebels with one of the most effective weapons against the Assad regime". *Business Insider.* https://www.businessinsider.com.au/syria-rebels-and-tow-missiles-2015-10
Black, Ian. 2014. "UAE's leading role against Isis reveals its wider ambitions". *The Guardian.* https://www.theguardian.com/world/2014/oct/30/uae-united-arab-emirates-leading-player-opposition-isis-middle-east
Bundesregierung. 2017a. *Reform process must continue, says Chancellor Monday, Federal Government of Germany.* https://www.bundesregierung.de/Content/EN/Artikel/2017/06_en/2017-06-19-merkel-empfaengt-staatspraesident-rumaenien_en.html?nn=709674
—. 2017b. "Merkel stresses need to push ahead with political process". *Federal Government of Germany.* https://www.bundesregierung.de/Content/EN/Artikel/2017/04_en/2017-04-10-lage-in-syrien_eng.html?nn=709674
Center for Strategic and International Studies (CSIS). 2017. *Russia's Intervention in Syria — A Case Study.* https://medium.com/center-for-strategic-and-international-studies/russias-intervention-in-syria-a-case-study-fbe211de3488.
Ciochon, Jennifer. 2015. "Tunisia Urges "Arab Solution" to Yemen's Turmoil". *Tunisia Live.* http://www.tunisia-live.net/2015/03/27/tunisia-urges-arab-solution-to-yemensturmoil/
Congressional Research Service Reports. 2017. *Armed Conflict in Syria*: *Overview and U.S. Response.* https://fas.org/sgp/crs/mideast/RL33487.pdf
Cordesman, H. Antony. 2015. "America, Saudi Arabia, and the Strategic Importance of Yemen". *CSIS.* https://www.csis.org/analysis/america-saudi-arabia-and-strategic--importance-yemen

Costa, Liliana. 2010. "As Correntes de Pensamento no Interior do Islamismo. O pensamento Islâmico Radical e as Redes Terroristas na Europa". *Escola de Economia Gestão.* 35. http://www1.eeg.uminho.pt/riap/cp/ceupinto/ProjectoFCT/WP_UM_Texto%20correntes%20de%20pensamento%202.pdf.
Encyclopedia Britannica. 2017. "Muslim Brotherhood". https://www.britannica.com/topic/Muslim-Brotherhood#toc324117.
Erel, Fatih. 2017. "Defend Two-State Solution", Says Palestinian Leader". *Anadolu Agency.* http://aa.com.tr/en/middle-east/defend-two-state-solution-says-palestinian--leader/760255
Ford, John. 2017. "The Pivot to Asia Was Obama's Biggest Mistake". January 21. *The Diplomat*, online. http://thediplomat.com/2017/01/the-pivot-to-asia-was-obamas-biggest-mistake/.
Frisch, Hillel. 2017. "Should Israel Maintain Its Policy of Non-Intervention in Syria?". *Begin-Sadat Center for Strategic Studies*. https://besacenter.org/perspectives-papers/israel-non-intervention-syria/.
Gatenby, Victoria. 2017. "Yemen protesters call for southern secession." *Al Jazeera.* http://www.aljazeera.com/video/news/2017/05/yemen-protesters-call-southern-secession-170522055826307.html.
Gause III, F. Gregory. 2014. "Beyond Sectarianism: The New Middle East Cold War". *Brookings Doha Center Analysis Paper*, 1-27.
Gerges, Fawaz A. 2013. "The Obama approach to the Middle East: the end of America's moment?". *International Affairs*, 299-323.
Goldenberg, Ilan and Smith, Julie. 2017. "U.S.-Russia Competition in the Middle East Is Back". *Foreign Policy.* http://foreignpolicy.com/2017/03/07/u-s-russia-competition-in-the-middle-east-is-back/.
Government of India. 2016a. "Question no.208 Sending Indian troops to Syria". *February. Ministry of External Affairs.* http://www.mea.gov.in/lok-sabha.htm?dtl/26390/question+no208+sending+indian+troops+to+syria.
—. 2016b. "Question no.199 Invitation from Syria for Peace Talks". February. *Ministry of External Affairs.* http://www.mea.gov.in/rajya-sabha.htm?dtl/26425/q+-no199+invitation+from+syria+for+peace+talks.
Guzansky, Yoel. 2015. *The Arab Gulf States and Reform in the Middle East*: *Between Iran and the "Arab Spring"*. London: Palgrave Macmillan UK.
Hadi, Abdu Rabbu Mansour. 2016. "Yemen's President: A Path to Peace". *New York Times.* https://www.nytimes.com/2016/03/30/opinion/yemens-president-a-path-to--peace.html
Hazbun, Waleed. 2015. "A History of Insecurity: From the Arab Uprisings to ISIS". *Middle East Policy*, 55-65.
Heistein, Ari and West, James. 2015. "Syria's Other Foreign Fighters: Iran's Afghan and Pakistani Mercenaries". *National Interest.* http://nationalinterest.org/feature/syrias-other-foreign-fighters-irans-afghan-pakistani-14400

Hinnebusch, Raymond. 2003. "The International Politics of the Middle East". *Manchester University Press*, 54-73
Huffington Post. 2012. "Syria: David Cameron, Nicolas Sarkozy And Angela Merkel Statement on President Assad". *Huffington Post.* http://www.huffingtonpost.co.uk/2011/08/18/syria-david-cameron-nicol_n_930298.html
—. 2015. "Iran Warned Houthis Against Yemen Takeover". *Huffington Post.* http://www.huffpostbrasil.com/entry/iran-houthis-yemen_n_7101456
International Institute for Strategic Studies. 2017. *The Military Balance 2017*. Routledge.
Kahl, Colin. 2017. "The United States and Turkey Are on a Collision Course in Syria". *Foreign Policy.* http://foreignpolicy.com/2017/05/12/the-united-states-and--turkey-are-on-a-collision-course-in-syria-trump/.
Kalb, Marvin. 2015. "Putin's Muslim Nightmare". *Foreign Policy*. http://foreignpolicy.com/2015/11/02/putins-muslim-nightmare-syria-assad-iran/.
Katzman, Kenneth. 2017. "The United Arab Emirates (UAE): Issues for U.S. Policy". *Congressional Research Services,* U.S. https://fas.org/sgp/crs/mideast/RS21852.pdf.
Kechichian, Joseph A. 2002. "Oman and the World, the emergence of an independent foreign policy". *Rand*. https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/2007/MR680.pdf
Khalil, Ahmad Bilal. 2017. "What Does The Syrian War Mean for Afghanistan". The Diplomat. http://thediplomat.com/2017/04/what-does-the-syrian-war-mean-for-afghanistan/
Khouri, G. Rami. 2017. "The Turning Point of the GCC Crisis". *Al Jazeera.* http://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/06/qatar-gulf-crisis-questions-answered-170606103033599.html
Khoury, Nabeel A. 2013. "The Arab Cold War Revisited: The Regional Impact of the Arab Uprising". *Middle East Policy,* 73-87.
Khoury, Philip S., and Joseph Kostiner. 1990. *Tribes and State Formation in the Middle East.* Berkeley: University of California Press, 4-25. http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft0d5n99hf/
Krieg, Andreas. 2016. "Externalizing the burden of war: the Obama Doctrine and US foreign policy in the Middle East". *International Affairs*, 97-113.
Kube, Courtney et al. 2017. "U.S. launches missiles at Syrian base over chemical weapons attack". *NBC News*. http://www.nbcnews.com/news/us-news/u-s-launches--missiles-syrian-base-after-chemical-weapons-attack-n743636.
Lynch, Marc. 2016. *The New Arab Wars*: *Uprisings and Anarchy in the Middle East.* New York: Public Affairs.
Maraschin, Natália. 2015. "Islã Político: Surgimento E Evolução, Do Século XIX ao Século XXI". Undergraduated, UFRGS.
Martin, Kevin W. 2008. "Baghdad Pact". In *Ruud van Dijk*; *et al. Encyclopedia of the Cold War.* New York: Routledge.

McKirdy, Euan. 2017. *8 times Russia blocked a UN Security Council resolution on Syria.* http://edition.cnn.com/2017/04/13/middleeast/russia-unsc-syria-resolutions/index.html

Middle East Eye. 2017a. *Iran considers deploying ground forces to counter US intervention in Syria*: *Reports.* http://www.middleeasteye.net/news/iran-considering-deploying-ground-forces-counter-us-intervention-syria-reports-779276464

—. 2017b. *Russia's Lavrov says ready to cooperate with US on Syria.* http://www.middleeasteye.net/news/russias-lavrov-says-ready-cooperate-us-syria-agencies-670594228

Mohseni, Payam; Kalout, Husseim. 2017. "Iran's Axis of Resistance Rises". January 24. *Foreign Affairs,* online. https://www.foreignaffairs.com/articles/iran/2017-01-24/irans-axis-resistance-rises.

Nasser, Reginaldo; Roberto, Willian Moraes. 2016. "A Política Externa Turca no Pós-2011: das revoltas árabes à ascensão do Estado Islâmico". *Revista Carta Internacional*, 5-27.

Naylor, Hugh. 2017. "In Syria's Aleppo, Shiite militias point to Iran's unparalleled influence". *Washington Post.* https://www.washingtonpost.com/world/middle_east/in-syrias-aleppo-shiite-militias-point-to-irans-unparalleled-influence/2016/11/20/2f1a47c2-92cd-11e6-bc00-1a9756d4111b_story.html?utm_term=.7c9fce62e493.

New York Times. 2016. *Russia, Iran and Turkey Meet for Syria Talks, Excluding U.S.* https://www.nytimes.com/2016/12/20/world/middleeast/russia-iran-and-turkey-meet-for-syria-talks-excluding-us.html

Onley, James. 2009. "Britain and the Gulf Shaikhdoms, 1820-1971: The Politics of Protection". *CIRS Occasional Paper*, 1-54.

Panda, Ankit. 2015. "Pakistan's Neutrality in the Yemen Crisis: Brought to You by China". *The Diplomat.* http://thediplomat.com/2015/04/pakistans-neutrality-in-the--yemen-crisis-brought-to-you-by-china/

Parry, Hanna. 2017. "Are these the battle lines for World War Three?" *Daily Mail.* http://www.dailymail.co.uk/news/article-4389248/Netanyahu-leads-worldwide--praise-Trump-s-airstrikes.html

Partrick, Neil. 2009. "Nationalism in the Gulf States". *London School of Economics.* 1-43 http://www.lse.ac.uk/middleEastCentre/kuwait/documents/NeilPartrick.pdf

Peck, Tom. 2017. "Boris Johnson Flies in to Qatar to Discuss Gulf Crisis". http://www.independent.co.uk/news/uk/politics/foreign-secretary-boris-johnson-qatar crisis-saudi-arabia-gulf-diplomatic-crisis-a7830801.html

Phillips, Christopher. 2017. "Eyes Bigger than Stomachs: Turkey, Saudi Arabia and Qatar in Syria". *Middle East Policy,* 36-47.

Porter, Andrew. 1998. *The Nineteenth Century, The Oxford History of the British Empire Volume III.* Oxford University Press.

Presidency of Iran. 2016. *Irresponsible interference of some powers in Yemen is not compatible with Islamic law and international regulations.* http://www.president.ir/fa/86387/printable

Putz, Catherine. 2017. "5th Round of Astana Syria Peace Talks End Without Agreement". *The Diplomat.* http://thediplomat.com/2017/07/5th-round-of-astana-syria--peace-talks-end-without-agreement/
Regencia, Ted. 2017. "Qatar-Gulf rift: The Iran factor". *Al Jazeera*. http://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/06/qatar-gulf-rift-iran-factor-170605102522955.html
Reuters. 2011. *Iraq backs international intervention in Libya.* https://www.reuters.com/article/libya-iraq-idUSLDE72K0NE20110321.
—. 2016a. *China says seeks closer military ties with Syria.* https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-syria-china-idUSKCN10R10R
—. 2016b. *China expresses concern as Yemen's Houthis form government.* http://www.reuters.com/article/us-yemen-security-china-idUSKBN13S01T
Schmidt, Michael S and Ghazi, Yasir. 2011. "Iraqi Leader Backs Syria, with a Nudge from Iran". *The New York Times*. http://www.nytimes.com/2011/08/13/world/middleeast/13iraq.html?_r=2.
Shaheen, Kareem. "Yemen's exiled government asks UN for ground troops to halt Houthi advance". *The Guardian.* https://www.theguardian.com/world/2015/may/07/yemen-president-un-ground-intervention-halt-houthi-rebel-aden-hadi
Sharp, M. Jeremy. 2017. "Yemen: Civil War and Regional Intervention". *Congressional Research Services,* U.S. https://fas.org/sgp/crs/mideast/R43960.pdf
Sherlock, Ruth. 2014. "Iran boosts support to Syria". *Telegraph.* http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/iran/10654144/Iran-boosts-support-to-Syria.html
Souleimanov, Emil Aslan. 2016. "Mission Accomplished? Russia's Withdrawal from Syria". *Middle East Policy,* 108-118.
Swaine, Michael D. 2015. *Chinese Views of the Syrian Conflict.* 1-16. http://media.hoover.org/sites/default/files/documents/CLM39MS.pdf
Syed, S. Bagir. 2015. "Pakistan confirms participation in the Saudi-led anti-terror alliance". *Dawn Journal*. https://www.dawn.com/news/1226894/pakistan-confirms--participation-in-saudi-led-anti-terror-alliance
The Economist. 2015. *Russia and Israel cosy up over Syria.* https://www.economist.com/news/middle-east-and-africa/21669563-though-opposite-sides-syrian-conflict--binyamin-netanyahu-and-vladimir-putin-agree
The Guardian. 2011. *Germany has marginalized itself over Libya*. https://www.theguardian.com/commentisfree/2011/mar/18/libya-germany-un-security-council
—. 2014. *US and Britain to boost support to Syrian rebels, says Kerry.* https://www.theguardian.com/world/2014/may/15/us-britain-boost-support-syrian-rebels-john--kerry
—. 2016. *John Kerry says Yemen's Houthis and Saudi coalition agree to ceasefire.* https://www.theguardian.com/world/2016/nov/15/yemen-houthis-saudi-coalition-ceasefire-john-kerry

The Jerusalem Post. 2017. *Report*: *Israel Secretly Giving Aid to Syrian Rebels.* http://www.jpost.com/Middle-East/Report-Israel-secretly-giving-aid-to-Syrian-rebels-497239
The Telegraph. 2017. "What is Wahhabism? The reactionary branch of Islam from Saudi Arabia said to be 'the main source of global terrorism'". May 19. *The Telegraph.* http://www.telegraph.co.uk/news/2016/03/29/what-is-wahhabism-the-reactionary--branch-of-islam-said-to-be-the/
United Nations, Charter of the United Nations, 24 October 1945, 1 UNTS XVI, available at: http://www.unwebsite.com/charter.
United Nations, *Action Group for Syria, Action Group for Syria Final Communiqué* (2012), A/66/865 (30 June 2012), available from www.undocs.orgA/66/865.
—. 2011a. "Security Council Approves 'No-Fly Zone' over Libya, authorizing 'All Necessary Measures' to Protect Civilians, by Vote of 10 in Favor with 5 Abstentions". *United Nations Meetings Coverage and Press Releases.* https://www.un.org/press/en/2011/sc10200.doc.htm
—. 2015a. "With Yemen Gripped in Crisis, Security Council Coalesces around Resolution 2201 (2015) Demanding Houthis Withdrawal from Government Institutions". *United Nations Meetings Coverage and Press Releases.* https://www.un.org/press/en/2015/sc11781.doc.htm.
—. 2015b. "Security Council Demands End to Yemen Violence, Adopting Resolution 2216 (2015), with Russian Federation Abstaining". *United Nations Meetings Coverage and Press Releases*. https://www.un.org/press/en/2015/sc11859.doc.htm.
—. 2015c. "Security Council Unanimously Adopts Resolution 2254 (2015), Endorsing Road Map for Peace Process in Syria, Setting Timetable for Talks". *United Nations Meetings Coverage and Press Releases.* https://www.un.org/press/en/2015/sc12171.doc.htm.
—. 2016a. "Security Council Supports Russian Federation-Turkey Efforts to End Violence in Syria, Jump-start Political Process, Adopting Resolution 2336 (2016)". *United Nations Meetings Coverage and Press Releases.* https://www.un.org/press/en/2016/sc12663.doc.htm.
—. 2016b. "Syrian Tragedy 'Shames Us All', Secretary-General Tells Security Council, saying that Failure to End Conflict Should Haunt Entire Membership". *United Nations Meetings Coverage and Press Releases.* https://www.un.org/press/en/2016/sc12526.doc.htm.
United Nations, Security Council. 66th year. "Resolution 1973 [Libya]". 17 March 2011b. In *Resolutions and Decisions of the Security Council 2011* (*S/RES/1973*). Official Record. New York.
—. 70th year. "Resolution 2201 [Middle East (Yemen)]". 15 February 2015a. In *Resolutions and Decisions of the Security Council 2015* (*S/RES/2201*). Official Record. New York.
—. 70th year. "Resolution 2216 [Middle East (Yemen)]". 14 April 2015b. In *Resolutions and Decisions of the Security Council 2015* (*S/RES/2216*). Official Record. New

York.
—. 70th year. "Resolution 2254 [Middle East (Syria)]". 18 December 2015c. In *Resolutions and Decisions of the Security Council 2015* (*S/RES/2254*). Official Record. New York.
—. 71th year. "Resolution 2336 [The situation in the Middle East (Syria)]". 31 December 2016. In *Resolutions and Decisions of the Security Council 2016* (*S/RES/2336*). Official Record. New York.
Ulrichsen, K. Coates. 2014. "Qatar and the Arab Spring: Policy Drivers and Regional Implications". *Carnegie Endowment for International Peace.* http://carnegieendowment.org/2014/09/24/qatar-and-arab-spring-policy-drivers-and-regional-implications--pub-56723
Urquhart, Conal. 2013. "Syria Crisis: US and Russia Agree Chemical Weapons Deal". https://www.theguardian.com/world/2013/sep/14/syris-crisis-us-russia-chemical--weapons-deal
Williams, Brian Glyn; Souza, Robert. 2016. "Operations 'Retribution': Putin's Military Campaign in Syria, 2015-16". *Middle East Policy,* 42-60.
Wintour, Patrick. 2017a. "Qatar given 10 days to meet 13 sweeping demands by Saudi Arabia". *The Guardian.* https://www.theguardian.com/world/2017/jun/23/close-al-jazeera-saudi-arabia-issues-qatar-with-13-demands-to-end-blockade
—. 2017b. "Gulf plunged into diplomatic crisis as countries cut ties with Qatar". *The Guardian.* https://www.theguardian.com/world/2017/jun/05/saudi-arabia-and--bahrain-break-diplomatic-ties-with-qatar-over-terrorism
Xinhua. 2011. "Yemen Condemns Attacks on Qatari, Saudi, UAE Embassies in Syria". http://english.cri.cn/6966/2011/11/15/2941s667219.htm
Younes, Ali. 2017. "Jordanians 'won't support ground intervention in Syria'". *Al Jazeera.* http://www.aljazeera.com/news/2017/05/jordanians-won-support-ground-intervention-syria-170509110657155.html
Young, E. Karen. 2014 "The Emerging Interventionists of the GCC". *London School of Economics, Middle East Center*. http://www.lse.ac.uk/middleEastCentre/publications/Paper-Series/KarenYoungPaper.pdf.

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v.5, 2017 | p. 380-434

WEAPONS OF MASS DESTRUCTION IN THE MIDDLE EAST

Camilla Martins Pereira[1]
Rafaela Elmir Fioreze[2]
Rodrigo dos Santos Cassel[3]

ABSTRACT

Throughout the XX century, the world has witnessed an escalation of conflicts worldwide, and the Middle East, particularly, has been theater for several of those. As both a consequence and a cause, regional and extra-regional states have gradually increased their military capabilities, which encompasses the process of developing or otherwise acquiring weapons of mass destruction (WMD) – namely, chemical, biological and nuclear weapons. After the Iran-Iraq War, several states have allegedly built up new – or enhanced existing – national programs for the weaponization of chemical agents, biological toxins or radioactive material. This very process has led to spillover effects, with the threat represented by WMDs now functioning as a background which percolate through most of present-day Middle Eastern warfare and disputes: the Syrian Civil War, the Iran-Iraq rivalry and so forth. Aiming at evidencing such debate at its most elucidative form, the present study guide is subdivided as follows: (i) a historical background on the topic; (ii) the statement of the issue; (iii) the "previous international actions" section, which discusses legal approaches for non-proliferation initiatives; and (iv) a presentation on the bloc positions of the members of Manama Dialogue.

1 Camilla is a second-year student of International Relations at UFRGS and Manama Dialogue's Director.
2 Rafaela is a second-year student of International Relations at UFRGS and Manama Dialogue's Director.
3 Rodrigo is a third-year student of International Relations at UFRGS and Manama Dialogue's Director.

1 INTRODUCTION

Although most of the Middle East is characterized by weak postcolonial modern states, this weakness does not prevent the region from being highly militarized and security-focused (Buzan and Wæver 2003). Providing a background for such assessment, Visentini (2002) argues the region has always been a feature of great greed from extra-regional superpowers, by virtue of its oil-rich attributes and its strategic geographical position. This aggressive external intrusion, therefore, has transformed the Middle East into an arena in which several of the most intense and persistent armed conflicts have taken place throughout the XX century (Visentini and Roberto 2015). The consequence of such belligerent environment, however, is not the maintenance of perennial conflicts exclusively. Instead, it is possible to verify another direct result of such scenario: the militarization of regional actors, which allegedly seek for their own belligerent apparatus for national defense purposes. This virtually constant process of militarization opens space for the proliferation of this study guide's central elements: Weapons of Mass Destruction (WMDs).

The present article, therefore, aims at evidencing the challenges posed by WMDs in the context of the states of the Middle East – including Libya[4]. For analytical purposes, we acknowledge WMDs as comprehending biological, chemical and nuclear weapons, as well as their respective delivery systems. In this sense, first, we shall present a historical perspective on the usage of chemical agents, biological toxins and nuclear weapons in modern warfare, with a special regard to the developments which took place in Middle Eastern theatres. Second, an overview on WMDs' conceptualization and on programs for the development of WMD is made. We then proceed to a discussion regarding recent problematics in the matter of WMDs, bearing in mind a substantial axis: the usage of chemical weapons (CW) in the Syrian Civil War. The study guide finishes by presenting the following discussions: legal approaches for non-proliferation initiatives; the feasibility of establishing a Weapons of Mass Destruction-Free-Zone (WMDFZ) in the Middle East; and the position of Manama Dialogue's members on the issue.

4 The "Greater Middle East" aims at gathering affiliated countries by culture and language, not necessarily by religion itself. In geographical stances, this political definition encompasses the Northern Africa region (the Maghreb), the common and broadly acknowledged core for the Middle East (from Egypt to Iran), as well as Afghanistan and Pakistan (Visentini 2014). For the purpose of the present study guide, however, we shall address the aforementioned core of the Middle East and one particular state of the Maghreb region: Libya. Methodologically, hence, the analysis will focus its efforts on the following set of countries: Egypt, Iran, Iraq, Israel, Jordan, Lebanon, Libya, Palestine, Syria, Turkey, Yemen and the member states of the Gulf Cooperation Council (GCC).

2 HISTORICAL BACKGROUND

Being the subject here addressed extremely technical and complex, the goal of this historical background is to make a brief review on the evolution of WMD and its usage and impacts in different warfare situations. In this sense, we first verify the weaponization of chemical agents and biological toxins – giving a special attention to its development from the XX century onwards – and then we examine their usage in three different Middle Eastern wars. At last, we proceed to a separated analysis regarding the development of nuclear weapons in the context of the Cold War arms race.

2.1 Historical Approaches on the Usage of Chemical Agents in Warfare

The idea of using toxic chemical as tools of war is not an exclusivity of recent military strategies. Such kind of weapon has been employed for thousands of years, most notably in Ancient Greece – with the usage of sulfur flume –, in Chinese campaigns against Gengis Khan – with the usage of smokes – and also in South America, where indigenous people would use plant extracts as poison on their darts. Despite some eventual subsequent conflicts in which this kind of agents was applied, it was only during World War I that the world came to witness, comparatively, a massive use of chemical weapons (OPCW 2014).

On April 22, 1915, the German military launched the first large-scale attack with chlorine gas at Ypres, Belgium, killing around 1,100 people and leaving 7,000 injured. From that moment on, the great powers taking part in the war – remarkably Great Britain and the United States – acknowledged the urge not only to engage in the establishment of chemical weapons research programs, but also to equally deliver this kind of agents, since it was expected that they could solve the "acute lack of conventional ammunition and to react to the reality of static warfare"[5] (Pitschmann 2014, 1763). Even though Germany repeatedly seized the initiative in the gas war, the Allies did not take long in the catching up process. By the end of World War I, the use of chemical weapons – including chlorine, phosgene and mustard gas – resulted in 1.3 million casualties (Spiers 2010).

Once seen the catastrophic consequences of chemical warfare – which also took place in many of the imperialist conquest wars[6] –, the League of

5 The term "static warfare" is employed by the author in order to refer to the trench warfare, a type of land warfare predominant in the western fronts in World War I, remarkable for its little advances in mobility.

6 The Second Italo-Ethiopian War (1935–1936) is probably the most representative example of such. During this colonial war, the so Italian prime-minister, Benito Mussolini, authorized the utilization of mustard-gas bombs in Ethiopia, aiming at the destruction of Emperor Haile

Nations decided to take a step forward on the restriction of such weapons. In June 1925, the organism adopted the Geneva Protocol, through which the usage of chemical and bacteriological agents in war was banned. The Protocol, nevertheless, did not prohibit their development, production and stockpiling. Moreover, the signature of many countries was followed by a series of reservations that allowed them to employ the agents under determinate circumstances. Consequently, in the interwar period, there was a number of developed countries willing to spend their resources in the research and production of chemical weapons, situation which was increased by the discovery of powerful nerve gases (OPCW 2014).

With the beginning of World War II, chemical warfare became once again a reality, but not as massive as expected: although Germany used poison gases in a large scale against civilians in Nazi concentration camps and Japan employed chemical weapons in China, the usage of chemical agents in European battlefields was as long as possible avoided. During the Cold War – period in which both the antagonist superpowers maintained huge stocks of weaponized agents –, the United States (U.S.) employed napalm in the Vietnam War (Everts 2015).

2.2 The Weaponization of Biological Toxins throughout the XX Century

The employment of biological toxins as weapons dates back to the dawn of civilization, with the perception that infectious diseases could have potential impact on armies. Historical recordings show that in the past 2,000 years there have been numerous cases in which the use of biological agents was made in form of diseases, filth, and animal and human cadavers[7] (Riedel 2004). It was only in the XIX century, however, that the world came to witness a considerable sophistication of biological warfare. The foundation of microbiology brought new prospects to the matter, allowing the choice, design and, consequently, the stockpiling of certain agents on a rational basis. Despite two international declarations that were made as soon as this danger became acknowledged[8], substantial evidence point out to the possibility of a German development of weaponized biological toxins, more specifically

Selassie's army. Although Italy was a part of the 1925 Geneva Protocol, the League of Nations did not spend efforts to stop the country from using chemical weapons (Everts 2015).

7 During the siege of Caffa by the Genoese (1346), the Tartar forces suffered with an epidemic plague, which resulted in many casualties. In an attempt to reverse their misfortune, however, the Tartars hurled the cadavers of their dead men into the city, initiating an epidemic plague that was crucial for the retreat of Genoese forces (Riedel 2004).

8 The 1874 Project of an International Declaration concerning the Law and Customs of War (Brussels Declaration), that structured the codification of the law of war, and the subsequent 1899 Hague Conventions, whose Declaration II emphasized the use of asphyxiating or deleterious gases (Frischknecht 2003).

anthrax and glanders (Frischknecht 2003). However, it is still controversial whether Germany managed to first deliver such biological agents.

As it happened in the matter of chemical weapons, the adoption of the 1925 Geneva Protocol was not effective at all in its task of limiting the usage of biological agents: during both the interwar period and World War II, a number of states engaged in biological weapons research programs. From 1932 to the end of the war, Japan carried out a large-scale program to develop weaponized biological agents, many of which were employed in the conquest of China. In Germany, on the other hand, an offensive biological weapons program was never materialized (Riedel 2004). At last, the U.S.'s initiative to develop biological weapons was initially private, even though the government was pressed to undertake a program of its own.

Despite the end of World War II, many countries expanded their development of weaponized biological agents. Besides the U.S.'s program, which increased its capacities during the Korean War (1950–1953), a few states, including Canada, Britain, France and the Soviet Union, proceeded on their biological weapons research. In the post-World War II period, there was a series of accusations involving these countries on situations in which biological agents were employed (Riedel 2004).

Over time, and in part due to the adoption of the Biological Weapons Convention (1972), there was a partial turnaround in what seemed to be a growing tendency in the development and usage of biological weapons: in a period of approximately 13 years, both the U.S. and Britain decided to carry on the shutdown of their respective biological programs. In this very same period, nonetheless, the Soviet Union – whose biological weapons program was kept in secret for a long time – established its major biowarfare project, Biopreparat[9], in which tons of anthrax, bacilli and smallpox virus were produced and stockpiled (Frischknecht 2003). Recent events, such as the 2001 Anthrax Attacks[10], have shown that the interest in developing and employing biological agents as weapons is neither reduced nor restricted to governmental actors (Cordesman 2005).

2.3 Early Military Operations Involving Chemical Agents and Biological Toxins in the Middle East

Considering chemical and biological weapons have been first used

9 Biopreparat was Soviet Union's biological warfare agency, which, by the 1980s, was working with its full capacity, having employed around 50,000 people in many production centers (Alibek 1999).

10 The 2001 Anthrax Attacks started one week after the September 11 terrorist attacks and continued for many weeks. Letters laced with anthrax were sent to some of the most important news media offices – including ABC, NBC and CBS – and two Democratic U.S. Senators. The outcome of such biological attacks was the killing of five Americans and the contamination of another seventeen (FBI 2017).

in a large scale during World War I, it did not take long for such belligerent apparatus to reach Middle Eastern theatres. The first situation in which WMDs were used in this region was the North Yemen Civil War (1962-1970). This conflict opened the path to an increasingly proliferation of chemical (and biological) weaponry in the area, resulting in the following outbreak of the Iran-Iraq War in 1980. At last, in 1990, the Persian Gulf War manifested, once again, WMD's intensification in the Middle East.

2.3.1 North Yemen Civil War

Beginning in 1962, with a *coup d'état* that overthrew the country's monarchy, the North Yemen Civil War opposed royalist forces – loyal to Imam Muhammad al-Badr – to republican dissidents, who declared the Yemen Arab Republic under Abdullah as-Sallal's presidency. As the conflict started, Egypt officially recognized the Yemeni republic, providing its military support against the royalist troops, who were backed by Saudi Arabia, Jordan and Britain.

The usage of chemical weapons in the modern Middle East began in this very same war, more specifically, with an Egyptian initiative: the first attack is reported to have occurred in July 1963, when the pro-republican country allegedly employed chemical warfare in the village of Al Kawma, killing seven civilians (Smart 1997). Despite the almost ineffective initial employment of chemical agents, as the conflict went through the years and as Egyptian presence in Yemen expanded, the use of such weaponry became deadlier. The progression from tear gases to mustard gas increased the number of casualties and, finally, the following use of nerve gases allowed the killing of a considerable number of people quickly. At that time, no country had ever employed nerve agents in combat situations before.

Egypt – who was a signatory of the 1925 Geneva Protocol – is believed to have dropped chemical-filled bombs on pro-royalists' villages until 1967, even though the country strongly denied any accusation regarding the matter. The International Committee of the Red Cross examined Yemeni victims and soil samples, confirming the use of chemical agents (mustard and nerve gases included). Despite Saudi Arabia's complaints to the Secretary-General about Egypt's improper usage of chemical weapons, the United Nations (UN) preferred not to get involved in the subject. Such impunity, however, had a major impact on further uses of chemical weapons, especially in Iraqi's irresponsible employment during the Iran-Iraq War (Carus 1988).

With the establishment of a ceasefire between the royalist and the republican factions and the recognition of the Republic by Saudi Arabia, the North Yemen Civil War officially came to an end in 1970. Although there is no concrete evidence pointing out the employment of biological weapons

during such war, the conflict still represents an important benchmark for understanding later activity in the Middle East regarding chemical weapons (Terrill 1991).

2.3.2 The Iran-Iraq War and the Al-Anfal Campaign

Being one of the most remarkable recent conflicts of the Middle East, the Iran-Iraq War began on September 22, 1980, with the invasion of Iran by Iraq. Given Iran's internal disarray due to the Iranian Revolution, Iraq's president, Saddam Hussein, was expecting to change some aspects of the relationship between the two countries, more specifically, a border deal previously negotiated. The war opposed Iran's superior manpower to Iraq's advance in technology (SIPRI 1998). Violating its compromises under the 1925 Geneva Protocol, Iraq first used chemical warfare against Iranian troops in 1982, with the employment of tear gas mostly. From that moment on, the country began to employ its chemical weapons with certain regularity, which resulted in Iraq becoming more adept to these capabilities and learning how to better manage them under combat situations, considering weather and soil conditions (Ali 2001).

During this period, Iran started its attempts to warn the international community on Baghdad's indiscriminate usage of chemical agents and on the consequent violation of international law. Although initially the western powers have neglected Iran's accusations, avoiding criticizing or punishing Iraq, in 1984 the UN dispatched its first team of specialists to verify the veracity of Iranian claims. The research mission concluded that chemical weapons in the form of aerial bombs have been used in Iran, being the main agents mustard gas and Tabun, a nerve agent (Smart 1997).

As the fighting continued, however, chemical weapons kept being the main feature of the Iraqi strategy. From 1984 to 1986, the country's program went through expansion, broadening its production – which included new nerve gases, such as sarin and VX. By the end of this period, the UN Security Council adopted Resolution 582, condemning the escalation of the conflict and stressing both Iran and Iraq were parties to the 1925 Geneva Protocol. Aversely, the last two years of conflict were more intense regarding CW: besides an acceleration in Iraq's utilization, Iran allegedly managed to develop its own chemical technology[11], engaging on its first offensive attempts. Reports from a third UN mission (1987) showed employment of chemical weapons against civilians, now with Kurdish rebellious factions becoming a target (Smart 1997).

In the final stages of war, however, the world witnessed what came

11 By December 1986, the Iran's Prime Minister, Hussein Musavi, communicated the development of Iran's own chemical warfare technology.

to be probably the deadliest chemical attack of the Iran-Iraq War. Responding to the presence of Iranian forces threatening to seize control of an important hydroelectric plant in the Kurdistan area, in March 1988, Iraq bombarded the town of Halabja during a period of three days, in the so-called Al-Anfal Campaign, using a series of chemical agents. The result were several casualties, with the death rate ranging from 5,000 to 8,000 people, many of which were Kurdish civilians. Popularly considered as a Kurdish genocide, the Al-Anfal Campaign was responsible for a strong international condemnation of Iraq and for a bigger concern regarding the dangers of using chemical warfare[12] (Ali 2001).

After huge costs, in economic and human lives terms, to both sides, the conflict that came to be one of the longest and bloodiest of the XX century ended in August 1988, with a cease-fire plan proposed by the UN. Besides of generating more skepticism regarding the effectiveness of international agreements on the matter, Iraqi, and allegedly Iranian, employment of chemical weapons dragged its regional neighbors' attention to the strategical use and the impacts of WMDs (Ali 2001).

2.3.3 The Persian Gulf War

The Persian Gulf War (or First Gulf War) began on August 2nd, 1990, with the invasion of Kuwait by Iraqi troops commanded by Saddam Hussein, who was allegedly supporting Kuwaiti revolutionary forces. Six days later, Saddam Hussein announced the annexation of Kuwait to the Iraqi territory, arousing western powers' – especially U.S.'s – attention. The following dispatch of U.S. forces to Saudi Arabia as part of the so-called Operation Desert Shield marked the buildup phase of the war (Smart 1997).

The acknowledgement of Iraq's capabilities and its willingness to employ them in combat situations led the U.S. to prepare its troops for the military stage of the war. Besides the possession of chemical weaponry, it was believed that Iraq had developed a biological agent facility, which enabled the production of botulism's and anthrax's agents (Smart 1997). To be able to fight against such threats, U.S. military units received the latest chemical and biological defensive equipment, such as antidotes kits, and were vaccinated against specific toxins.

Although the scenario was set to turn it into one of the major chemical wars of the XX century, by the end of February 1991, when the Allied forces – formed by the powers fighting against Iraq's offensive – finished destroying all Iraqi divisions in Kuwait, surprisingly there was no evidence concerning chemical or biological attacks from Baghdad. Some specific fac-

12 Even though some may argue Iraq has also used biological weapons, this claim lacks proper confirmation, pointing out to evidence of doubtful accuracy (Carus 1988).

tors appeared to affect this decision: first, the significant speed through which allied troops were advancing increased the difficulty of selecting battlefields targets for a delivery of chemical or biological agents. Second, after six months of war, the prevailing winds turned southeast, toward Iraqi lines, meaning a chemical attack would not reach the enemy, rather Iraqi troops themselves (Tucker 1997).

Despite strong denial from American authorities, a few years after the conflict, allegations regarding the exposure to chemical and biological agents began to arise. The later effects derived from this exposure came to be known as the "Gulf War Syndrome". By 1996, around 60,000 veterans of the Persian Gulf War claimed different health problems related to their war activities. Among the factors that may have caused the syndrome, there are psychological stress, the exposure to depleted uranium, nerve agents and infectious diseases, the smoke from burning oil wells, as well as a series of other possible reasons (Research Advisory Committee on Gulf War Veterans' Illnesses 2008).

The outcomes of the Persian Gulf War manifested Iraq's inclination to continue developing Weapons of Mass Destruction. Even though more than two decades have passed since the war and many policies concerning the use of chemical and biological weapons have been established since then, the deeper understanding of this episode and its effects is still partial, remaining as a mystery to the players involved (Ali 2001).

2.4 A Historical Review on Nuclear Weapons

In July 1945, the U.S. conducted the first nuclear attack in history over the Japanese city of Hiroshima. Three days later, the same country bombed Nagasaki, which resulted in more 74,000 deaths and 75,000 injured (Asia Society 2017). Despite the massive effects of such incident, over the following years, the U.S., the USSR and the United Kingdom conducted several nuclear tests. France (1960) and China (1964), thereafter, integrated the hall of nuclear device's country, in such a way that the nuclear power stability becomes composed by new actors (Nobel Prize 2003).

An important concept for understanding the following events is *deterrence*. Dissuasion by deterrence operates by frightening a state out of attacking, not because of the difficulty of launching an attack, but because the expected reaction of the attacked will result in one's own severe punishment (Waltz 1981). In 1963, the Cold War period called *détente* started: the USSR had developed nuclear capability and "the perceived necessity of maintaining a nuclear second-strike capability resulted in the spiraling of attempted strategic advantage into the strategic stalemate of *mutual assured destruction*" (Malet and Herman 2010, 114). In other words, it was generally perceived

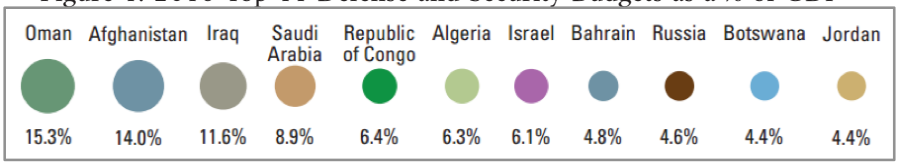
that U.S. and USSR's power to annihilate each other had arrived at a level that a nuclear war without each side destructing the other would be inevitable - and it was precisely this aspect that maintained the stability of the system.

The first attempts to reduce nuclear weapons proliferation started on the 1970's, including the most known agreement for such purpose: The Non-proliferation Treaty of Nuclear Weapons, the NPT (Scheinman 1999). The post-Cold War era was marked by reductions of nuclear arsenal and research programs, despite "some 12,000 nuclear weapons remain in active service" (Blix 2006, 37). Regarding the Middle East, proliferation is not a new phenomenon, as explained in Iran's case. Egypt and Israel began to pursue nuclear weapons during the early 1960s (Dokos 2008). Currently, Israel is the country with the highest nuclear power in the region (Arms Control Association 2017d).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

Addressing the usage of Weapons of Mass Destruction in the Middle East unavoidably means providing an assessment on the region's security architecture. The four major regional conflicts – Iraq, Libya, Syria and Yemen –, as well as the increasing collective-defense initiatives among the members of the Gulf Cooperation Council (GCC) since 2013, have impelled Middle Eastern states to exert further militarization, ergo intensifying regional rivalries. As stated by the International Institute for Strategic Studies (2017, 353) in its Military Balance for 2017, "competition between Iran and Saudi Arabia, jihadi activity across the region, a sense of retrenchment by the United States and concern about further instability created anxiety". As a practical result, this anxiety has been translated into investments in the fields of state-security and defense-policy[13]. In general stances, it is worth illustrating this overview by presenting the international ranking of defense and security budgets as a percent of Gross Domestic Product (GDP) for 2016.

Figure 1: 2016 Top 11 Defense and Security Budgets as a % of GDP[14]



Source: IISS 2017.

13 Israel and Jordan, for instance, have presented a growth of 3,0% and 11,1%, respectively, from 2015 to 2016 (IISS 2017).

14 Analysis only includes countries for which sufficient comparable data is available. Notable exceptions include Cuba, Eritrea Kuwait, Libya, the UAE, North Korea and Syria" (IISS 2017, 19).

Out of the first eleven states in the world scale of military expenditure as % of GDP, six are located in the Middle East. A reason for such scenario is that, albeit constrained defense budgets in several nations of the region, "some states [still manage to] give [high priority] to defense programs if they are engaged in, or feel threatened by, military challenges" (IISS 2017, 359). It all adds up to what has been previously stated: Middle Eastern states, which have historically faced intense foreign intrusion, now, despite limited statehood and relatively deficient internal structure, employ high militarization (Buzan and Wæver 2003).

Within this context, WMDs – nuclear, biological and chemical weapons (NBC weapons) – have conquered space and deployed their proliferation amidst Middle Eastern sense of insecurity, eventually leading up to the establishment of national programs for their development in several states of the region. Looking forward to stating the present issue at its most complete form, the present section is going to provide an extensive review on strategic usage and technical functions of NBC weapons, a comprehensive analysis on national programs for the development of WMDs that are taking, or which have taken, place in the Middle East, and, at last, a case study of the use of chemical weapons during the current Syrian crisis.

3.1 What are Weapons of Mass Destruction?

Weapons of Mass Destruction are everything but a theoretical consensus amongst authors dedicated to researching on Security Studies. There is a widespread idea that the term 'WMD' is a more startling and vague synonym for nuclear weapons. Such assessment is not only inaccurate, but also inherently misleading, considering the extensive range of existing aggressive systems which are equally or even more destructive (Spaight 1954). Nonetheless, the fact that such concept's modern usage emerged side by side with the advent of nuclear warfare is not prone to denials. As it happens, right after the atomic bombings of Hiroshima and Nagasaki in August 1945 by the U.S., the president of this very country, alongside the Canadian and British prime ministers, issued a joint declaration drawing attention to the international control of atomic weaponry, but not exclusively. In this statement, the Western leaders resolutely denied the possibility of ignoring the threat posed by both atomic weapons and *new methods of warfare*, eventually leading up to the excerpt in which they called "[…] for the elimination from national armaments of atomic weapons and of all other *major weapons adaptable to mass destruction*" (United States of America 1945, 41). Hence, this was the initial milestone for the propagation of the term "Weapons of Mass Destruction" (Carus 2012).

Three years later, on 12 August 1948, the UN took its first step

towards an authoritative definition in this regard, drafting a resolution[15] stating that "weapons of mass destruction should be defined to include atomic explosive weapons, radioactive material weapons, lethal chemical and biological weapons [...]" (United Nations 1948, online). For the purpose of the present study guide, we shall address WMDs as nuclear, biological and chemical weapons (NBC)[16] exclusively.

Beyond establishing that WMDs refer to NBC weapons, it is also worth detailing why the term *mass destruction* is ascribed to this specific set of weaponries (NBC). Most of the existing bibliography on WDM associate *mass destruction* with *mass casualties*. In other words, it means that Weapons of Mass Destruction are labeled as such due to their capacity to "[...] cause death or serious bodily injury to a significant number of people [...]" (National Security Council 2008, online). A quantitative definition, nevertheless, is not the most appropriate one. The use of conventional weapons – small arms and light weapons, sea and land mines, incendiary and explosive weapons, among others – is also capable of leading to mass casualties, given the 13-week genocide in Rwanda, which witnessed a number of deaths approximately 3,5 times more intense than the atomic bombings of Hiroshima and Nagasaki. In fact, "[the Rwandan slaughter] resulted in far more deaths than *all* uses of WMD in the 20th century" (Carus 2012, 40).

There is, however, a clear distinction between Weapons of Mass Destruction and Conventional Weapons that can solve the problem of using mass casualties as a conceptual measure. Such distinction, which will be used as the milestone for the development of this study guide, is based upon two main pillars. The first one is regarding the nature of WMDs themselves. On the one hand, there are conventional weapons, which are indeed capable of generating mass casualties. On the other hand, we have WMDs, which can also cause mass casualties, but, at this time, doing so *by producing a toxic effect*, mainly due to the action of poisonous gas, viruses and bacteria, and radiological material (Spaight 1954). The second, and perhaps the most decisive one, is the *single incident* criterion, which addresses the capability of WMDs to produce mass casualties or serious bodily injury all at once or within a precisely short time-frame, with its effects being also likely to be sustained in a long-lasting dimension (Carus 2012). Therefore, considering all the

15 First, in 1948, the Soviet Union (URSS) managed to use its veto power within the frameworks of the United Nations Security Council (UNSC), determining the failure of the resolution. Later, in 1977, they ended up approving the text of the resolution, which eventually led to the formal acceptance of such definition by the UN (Carus 2012).

16 Some authors also address radiological weapons – or radiological dispersion devices (RDDs) –, which are "any device, including any weapon or equipment, other than a nuclear explosive device, specifically designed to employ radioactive material by disseminating it to cause destruction, damage, or injury by means of the radiation produced by the decay of such material" (Ford 1998, 2).

previously stated information, this study guide will acknowledge Weapons of Mass Destruction as being chemical, biological and nuclear devices capable of generating mass casualties or serious physical damage at a once time use and with the possibility of giving rise to enduring suffering.

3.2 Why do states seek Weapons of Mass Destruction?

Analyzing Middle Eastern complex relations is imperative to understand the development and employment of WMDs. There are two key--concepts of international security which rule the regional interstate system and, as a consequence, end up being intrinsically tied to WMDs' dynamics: (i) the *balance of power*; and (ii) the security dilemma. The balance of power designates a system in which states seek security through internal buildup of power or by alliances with other states in order to prevent one state from excessively accumulating power. The *security dilemma*, in turn, points out that "as one state takes measures to increase its security (e.g. increasing its military strength, making alliances), another state might take similar, reactive measures to make up for the shift in the balance of power" (Prasad 2015, online). The security dilemma operates within a spiral of threat perception, as Lee (2001, 116) explains

> [...] because an effective offensive capability can be weakened by an adversary's deployment of defensive capabilities – and because such defensive capabilities can be weakened by the first state's improvement of its offensive capabilities – it is axiomatic that both states would be encouraged to engage in an arms race, either for self-help/self-protection (in a state of anarchy) or for the potential use of military means for political ends. [...] this situation can easily evolve into a vicious cycle of competition and confrontation.

Moreau (2015) argues Middle Eastern countries are expanding their defense budgets at a rapid rate, raising concern over the potential speed-up of the already existing regional arms race and stimulating further NBC proliferation. In a regional balance of power perspective, Blix (2006) stresses that what motivates states to seek and retain WMDs is mostly the perception of security interests and threats. Some states see NBC weapons as a way of balancing an overwhelming conventional superiority of an adversary, or as a hedge against some perceived emerging threat. Accordingly, a "WMD program in one state, if perceived as a threat to other states, has a tendency to prompt other WMD programs" (Blix 2006, 35) – summarizing the security dilemma.

A state could also seek such weapons in the belief that this would enhance its prestige or standing domestically or abroad. In the case of biological weapons, for instance, several developed countries are well known for ongoing biological research programs. Despite their claim that it is only for biodefense purposes, it might imply in other regimes acknowledging it as an offensive initiative, and therefore as a threat; a threat that requires an increase in their own bioweapons programs in order to develop defense structures against the capabilities of the establishment's powers. "In many cases, [NBC] arsenals are the quickest way that states [...] can legitimize their authority among constituents" (Malet and Herman 2010). However, due to the difficulty of developing nuclear weapons, and the easy acquisition of pathogens and toxic chemicals, both biological and chemical weapons provide an ideal alternative (Global Security 2017).

3.3 Chemical Weapons

A toxic chemical, according to the Chemical Weapons Convention (CWC) of 1997, is "any chemical which, through its chemical action on life processes, can cause death, temporary incapacitation or permanent harm to humans or animals [...]" (OPCW 1997, 4). Toxic chemicals, however, are not used for hazardous purposes exclusively. In fact, their use is widely spread in industry, functioning also as fumigants, herbicides, insecticides and other compounds for agriculture, medicine or pharmacy. The CWC therefore plays a key role in preventing the development and production of such toxic chemicals from exceeding the quantitative guidelines posed by the Convention itself. When it does exceed the allowed production amount, it is said that the process of *weaponization* happens, eventually turning these toxic chemicals into chemical weapons. In addition, devices designed to deliver such kind of weaponry – also known as delivery systems – are also considered weapons themselves under the Convention's frameworks, regardless of being filled or unfilled (OPCW 2017a).

There are groups which categorize toxic chemicals that have been developed with the purpose of being deployed as chemical weapons. The most acknowledged categorization is as follows: choking, blister, blood and nerve agents. First, choking agents, or pulmonary agents, are intended to damage and block the victim's ability to breathe by generating an accumulation of fluids in the lungs. As chemical warfare agents, the most frequently utilized choking agents are chlorine and phosgene gases, capable of causing death within a 24 hours' time-range (Ravi 2014). Second, the blister agents, or vesicant agents, are oily substances that, once inhaled or in contact with skin, cause life-threatening skin blisters that resemble burns, potential blindness and respiratory distress. The ones most commonly known are lewisite

and sulfur mustard – the latter being "the vesicant with the highest military significance since its use in World War I" (Ganesan, Raza and Vijayaraghavan 2010, 15), receiving also the title of "king" of chemical weapons. One of the most recent uses of sulfur mustard has been in Iraq by the terrorist group Daesh – the so-called Islamic State of Iraq and the Levant – against Kurdish forces (Deutsch 2016). Third, the blood agents affect bodily functions through their absorption into the blood by inhalation or ingestion, being their main effects severe convulsions and respiratory failure followed by death by inhibiting the ability of blood cells to transfer oxygen. According to the Organisation for the Prohibition of Chemical Weapons (OPCW), hydrogen cyanide is the most widely spread blood agent. In spite of having large-scale industrial uses, it is capable of killing a human in about one minute when utilized in high concentrations. Fourth, there are the nerve agents, which,

> […] have had an entirely dominant role since the Second World War. Nerve agents acquired their name because they affect the transmission of nerve impulses in the nervous system. […] They are stable and easily dispersed, highly toxic and have rapid effects both when absorbed through the skin and via respiration. Nerve agents can be manufactured by means of fairly simple chemical techniques. The raw materials are inexpensive and generally readily available (OPCW 2017c, online).

The toxic effect of a nerve agent depends on its concentration in the air inhaled and on the time of exposure. Accordingly, the symptoms may vary from hallucinations and nausea to convulsions, loss of consciousness, muscular paralysis and eventually death by suffocation (OPCW 2017c). In comparison with other chemical warfare agents, nerve agents are even more toxic. Albeit there is no record for their use during World War II, Iraq used them against Iranian troops in the context of the Iran-Iraq war. In general, nerve agents can be sub-classified into two separate groups: the G-agents and the V-agents. The former constitutes the first set of nerve agents ever developed in history (in the 1930s) and comprehend mostly Tabun, Sarin and Soman. The latter, V-agents, have been developed throughout the 1960s in order to enhance G-agents' military use, providing new, more potent and persistent, more stable attributes to the material (Ganesan, Raza, and Vijayaraghavan 2010). A prominent example of a V-agent is the one simply called VX. In spite of that, the most contemporary nerve agent is still the Sarin vapor, which can be lethal at very low concentrations and highly toxic whether by contact with the skin or inhaled. Not differently from other nerve agents, Sarin unleashes asphyxia – and death – by attacking one's nervous system and, there-

fore, restraining one's ability to control the muscles involved in the breathing function (Benschop and De Jong 1988). Sarin is contemporary mainly due to its usage during the Syrian Civil War, alongside chlorine (choking agent).

Table 1: Chemical Warfare Agents

AGENT	CATEGORY	EFFECTS ON HUMANS
Chlorine	Choking	Nausea; blurred vision; coughing; burning sensation in the nose, throat, and eyes; fluid in the lungs (pulmonary edema) possibly escalating to death.
Phosgene	Choking	Fluid in the lungs (pulmonary edema) possibly escalating to death; heart failure; difficulty breathing.
Sulfur mustard	Blister	Second and third degree burns on the skin; chronic respiratory disease, repeated respiratory infections, or death; suppress the immune system.
Sarin	Nerve	Confusion; loss of consciousness; convulsions; paralysis; respiratory failure possibly leading to death;

Source: Centers for Disease Control and Prevention 2016.

As stated above, not all toxic chemicals need to be inhaled. Nerve agents, for instance, can be absorbed into the body even when only in contact with the human skin. Moreover, these toxic chemicals are extremely potent so that low amounts of nerve agents are capable of killing thousands of people. As such, not only falling into the category of WMDs, they are also sometimes "referred to as the 'poor man's nuclear weapon', because, theoretically speaking, it can be easily diverted from the production of pesticides" (Ryukichi 2002, 94). In other words, toxic chemicals have the potential to become chemical weapons through inexpensive means. Accordingly,

> Most countries have the capability to develop chemical weapons. Those with a well-developed military infrastructure could readily adapt existing munitions for chemical warfare. […] Virtually any country or subnational group with significant resources has sufficient capability to attain the minimum capability that would be needed to meet terrorist aims. Any nation with substantial foreign military sales or indigenous capability in conventional weapons will have (or have ready access to) both the design know-how and components required to implement at least a moderate capability (Federation of American Scientists 2013, online).

On the other hand, when effectiveness and well-defined targets are intended, high quality manufacturing, storing and delivery methods are nee-

ded, requiring hence fragile treatment and energetic observance of temperature, density and stability features. According to the Federation of American Scientists (2013, online), "perhaps the most important factor in the effectiveness of chemical weapons is the efficiency of dissemination". In order to deliver already weaponized toxic chemical agents, ammunitions such as bombs, projectiles, warheads and spray tanks are usually deployed. In the field of chemical weapons, dispersion and dissemination are necessary not only to guarantee effectiveness, but also to reduce risks of injuring friendly forces. In general, history attests the most widely spread dissemination method used to deploy such kind of weaponry has been the usage of explosives, in spite of their certain lack of efficacy and accuracy. More recently, new delivery systems have been developed, now considering weather observation and forecasting (Federation of American Scientists 2013).

3.4 Biological Weapons

In the early XX century, following both the breakthrough discoveries in biological sciences and the generalized conflicts, the world came to witness major investment in research and development of biological weapons (BW). Their potentially destructive nature allows bioweapons to fall into the category of weapons of mass destruction, capable of killing and devastating humans, animals and plants. They operate by disseminating disease-causing organisms (*i.e.* bacteria, viruses, fungi) and toxins such as poisonous substances originated from animals and plants (United Nations 2009). In general stances, when a bioattack targets a state army or military forces, it is said to be an act of biowarfare – under international law, also a war crime. In turn, when civilians themselves are intended to be the target, some say it is considered bioterrorism (Hilleman 2002). Although Hilleman opens space for interpretations that bioterrorism can be display by states – when, for instance, a state owns a clandestine biological weapons program –, Ackerman and Moran (2006, 22) emphasize that bioterrorism is "the use by *non-state* actors of microorganisms […] or the products of living organisms […] to inflict harm on a wider population". In regard of their delivery systems,

> Biological weapon delivery systems can take a variety of forms. Past programs have constructed missiles, bombs, hand grenades and rockets to deliver biological weapons. A few programs also designed spray-tanks to be fitted to aircraft, cars, trucks, and boats. There have also been documented efforts to develop delivery devices for assassinations or sabotage operations, including a variety of sprays, brushes, and injection systems as well as means for contaminating food and clothing (United Nations 2009, online).

Biological weapons own a set of features that discern them from nuclear, chemical and conventional weapons, namely: (i) rather quiet attack and difficult, slow identification of its effects (delayed effects); (ii) potential to acquire large-scale effects through inexpensive, self-replicate means; and (iii) capacity to destroy food (but not only) crops of the enemies' population. Once a bioattack is done, its effects may take a long while to be perceived, especially because humans may only start to develop the symptoms of the disease several days before the infection (Henderson 1999). Albeit a biological attack may demand proper and technological delivery devices in order to achieve a higher level of effectiveness and contamination, it is not essentially a rule. Alike chemical weapons, the expression "the poor man's atomic bomb" is also sometimes applied to describe biological weapons (Carus 1991). The difference here, however, is that bioweaponry is inexpensive both in dissemination and in production: the possibility of human-to-human fast spread is highly facilitated, turning it into an epidemic (Henderson 1999). As highlighted by Koblentz (2004, 88), "the cost of causing one civilian casualty per square kilometer was about $2,000 with conventional weapons, $800 with nuclear weapons, $600 with chemical weapons and only $1 with biological weapons". It is also worth mentioning that bioweaponry can also be deployed as an anti-crop or anti-agriculture agent, by weaponizing diseases capable of destroying plants in general or specific products such as wheat and rice. The aim of such attack is to sabotage the enemy's agriculture, causing lack of food and sometimes starvation (Whitby 2002).

The Centers for Disease Control and Prevention (CDC) manages a list of Biological Select Agents or Toxins (BSATs), which coordinates and categorizes bio-agents qualified as potential hazards for public health. The list is subdivided into categories A, B and C. Category A comprehends high-priority agents, the ones with the easiest person-to-person transmission and the highest mortality potential, and the ones most likely to disrupt social order. Among Category A agents, it is worth mentioning Variola major, *Bacillus anthracis, Yersinia pestis, Clostridium botulinum* and Marburg virus – respectively, smallpox, anthrax, plague, botulism and hemorrhagic fever. Category B agents constitute the second highest in the ranking of hazards, with moderate dissemination ease, moderate morbidity and low mortality. They comprehend *Coxiella burnetti* and *Ricinus communis* – respectively, Q-fever and ricin –, among others. Category C agents, in turn, include mostly *emerging* pathogens; that is, agents that, in the future, could be weaponized for mass dissemination via an engineering process. Among C Category agents, the ones most commonly pointed out are yellow fever, tuberculosis, H1N1 and HIV (Khan, Levitt, and Sage 2000). For details on some of the agents mentioned above, such as their respective diseases and symptoms, see table 2.

Table 2: Biological Warfare Agents and Their Specific Aspects

PATHOGEN	CATEGORY	DISEASE	SYMPTOMS	INFECTION
Bacillus anthracis	A	Anthrax	Necrotic ulcer in the skin; pneumonia and respiratory collapse.	Skin, inhalation, intestinal, and injection
Variola major	A	Smallpox	Severe fever; intense sores and pimples over the body; internal hemorrhage.	Person-to-person and through contaminated material.
Ricinus communis	B	Ricin	Pulmonary edema; liver, spleen and kidney death.	Through the air, food, water or physical contact. Not person-to-person contagious.

Source: Centers for Disease Control and Prevention 2017.

A critical trait on the defense against an act of biowarfare is definitely its intrinsic vulnerability. In other words, reacting to a biological weapon's attack includes establishing measures to prevent, weaken and treat its effects on the population; nevertheless, "the element of surprise is crucial for an effective biological weapon attack and [it also] is relatively easy to achieve" (Koblentz 2004, 90). Albeit the occurrence of high-quality scientific research – to develop vaccines, antibiotics and other pharmaceuticals –, as well as the existence of early warning systems, both mechanisms require huge funding investment and, still, they sometimes are not enough to countermeasure a bio-attack. Furthermore, these features also contribute to the anonymous use of biological weapons. Usually, bio-attacks do not provide a 'signature' to identify the attacker (Koblentz 2004).

3.5 Nuclear Weapons

The international community is well aware that nuclear threats have not stayed in the past with the Cold War. As of mid-2014, approximately nine states preserved nuclear weapon stockpiles and five other countries – all of them non-nuclear North Atlantic Treaty Organization (NATO) allies[17] – hosted around 180 nuclear bombs derived from the U.S. From the estimated number of nuclear weapons worldwide, roughly sixty percent (60%) is in military arsenals and eleven percent (11%) is ready for use on short notice. Altogether, Russia and the United States still possess ninety-three percent (93%) of the global inventory, but the seven other nuclear states are also worth making explicit – see table 3 (Kristensen and Norris 2014b).

17 Belgium, Germany, Italy, the Netherlands and Turkey (Kristensen and Norris 2014b).

Table 3: Estimated Global Nuclear Weapons Inventories, 2014

Russia	8,000*
United States	7,300**
France	300
China, People's Republic of	250
Britain	225
Israel	80
Pakistan	100-120
India	90-110
Democratic People's Republic of Korea	<10
TOTAL	Approximately 16,300

*Approximately 4,300 of the Russian warheads are operational or in military custody. The remaining 3,700 warheads are thought to be excess warheads awaiting dismantlement.
**Approximately 4,760 of the U.S. warheads are in the military stockpile (about 1,980 deployed); 2,540 retired warheads are awaiting dismantlement.

Source: Kristensen and Norris 2014b.

Alike pathogens and chemical toxins, atomic energy is not used for harmful purposes only. It is, in fact, the source of power for both nuclear reactors and nuclear weapons; the process of *weaponization* is also necessary here. This sort of ambiguity portrays the so-called Energy versus Weapon Dilemma, which has stigmatized, for instance, Iran's nuclear program since its first efforts, therefore raising doubts as to whether the "country is actually using nuclear energy for non-military ends, or whether nuclear weapons are being secretly developed" (Guimarães et al. 2012, 8). Either way, atomic energy is derived from the fission or fusion, splitting or joining, of atoms, with the former being the only process utilized in battle as a nuclear weapon. Although both nuclear and (some) conventional weapons rely their destructive power on a blast or explosion, the fission/fusion of atoms result in a tremendous amount of energy, reaching much higher temperatures than the usual and, therefore, causing far more devastating effects to both living beings and infrastructure. Beyond that, nuclear explosions also carry a radioactive fallout, whose effects potentially endure for several years (Siracusa 2008).

During the Cold War, power distribution in the international system (IS) was established by two factors: (i) the possession of nuclear weaponry; and (ii) the so-called second-strike capability[18] with intercontinental ballistic missiles – ICBMs (Ávila, Martins, and Cepik 2009). Nuclear primacy, therefore, would be enjoyed by a state which cannot be threatened by another state's second-strike capability. On the other hand, nuclear primacy alone does not assure a unipolar[19] IS.

18 The second-strike capability refers to the capability of one state to strike back a nuclear attack from a second state by carrying out another nuclear attack against this same state (Ávila, Martins, and Cepik 2009).
19 In International Relations' (IR) theory, structural realism, or neorealism, determines that polarity is the structure of the I.S. which results from distribution of power amongst its various units/agents (Waltz 2000).

3.6 National Programs for the Development of WMDs in the Middle East

The present section is now going to focus on six case-studies of the following set of states: Syria, Israel, Iran, Iraq, Egypt and Turkey. These countries have been selected due to their capabilities and historical involvement with WMDs. For methodological purposes, this section is subdivided into two parts: the first one analyses the countries possessing chemical and biological weapons; the second, the possessors of nuclear weapons. It is necessary to highlight that extremely precise data on national WMDs capabilities is not often available. Several programs involving this set of weaponries are – or have been – kept under secrecy, either with the claim that such initiatives are intrinsically tied to national security purposes – therefore not open to the public domain –, or due to fact that, if the state admitted possessing a WMD program, it could be acknowledging its unfulfillment of its treaty obligations.

3.6.1 States Suspected of Possessing Chemical and Biological Weapons

In the middle of a civil war, Syria remains a signatory of the Biological and Toxic Weapons Convention, in spite of not having ratified it. Assad's biological program is centered in the Scientific Studies and Research Center (SRRC), where these weapons are stockpiled, despite its structures being known to be obsolete. Smallpox is arguably the most advanced program Syria allegedly possesses, with the country being long suspected of retaining strains (Aalst et al. 2013). Still, the Center for Nonproliferation Studies (CNS) concluded, in 2008, that the Syrian BW program is possibly only on a research level, with possible low production of anthrax, botulinum toxin and ricin agents. Syria is also known for possessing chemical weapons. Reports of 2013 have shown chemical weapons attacks supposedly perpetrated by the Syrian Armed Forces. The Syrian government would have used mostly the nerve agent sarin. The country deposited an instrument of accession to the CWC in 2013, which led to the OPCW's "Framework for Elimination of Syrian Chemical Weapons". By the end of August 2014, 94% of Syria's declared stockpile was intended to be destroyed (Crane 2017).

As for Israel, some ambiguity exists regarding its research and development of CW, since no official data is available on the country's stockpile (Zanders 2012). The concern increases because Israel refuses to open its facilities to international inspectors. One reason may be the geographical proximity between chemical, biological and nuclear facilities: inspectors would see more of Israel's security systems than just CW capacities. According to CNS (2008), Israel is likely to possess a CW program, despite its possible agents remaining unknown. On BW capabilities, the report points out to a research

program, with possible production of agents.

Egypt is not a member of either the Chemical Weapons Convention or the Biological and Toxic Weapons Convention, allegedly maintaining some chemical and biological capabilities. The Egyptian government justifies it by using a pan-Arab approach: these weapons are necessary due to the threat that the Israeli nuclear capabilities represent to the Arab world. Shoham (2016) argues Egypt's alleged close ties with both CW and BW are due to its low capabilities in the development of NW. Furthermore, it is evident the Israeli-Arab balance of power has a direct influence here, once Egyptian strategists understand the relevance of both BW and CW as vital components of Arab countermeasure efforts (Shoham, 2016). Recently, Cairo has realized a national inspection on a chemical facility, reporting its results to the Conference of Disarmament – despite still not allowing any international inspection. The current and official position of the Egyptian government is that the country does not possess chemical weapons, but instead only the necessary facilities to produce them. It also claims to have produced a large amount of CW in the past but, now, its CW production would be limited to what is strictly necessary to ensure defense and deterrence capabilities. In sum, even indirectly and among several distractions, the Egyptian government seems to point to a production of CW. Egypt would then be classified as a chemical weapons possessor state (CNS 2008).

As it was previously presented in the Historical Background section, Iraq has a past linked to BW and CW. Nowadays, nevertheless, the country is party both to the CWC and the BWC, also being known to have shut down its former programs. Formerly, and according to data from the UNSCOM, Iraq worked primarily with the anthrax and botulinum toxin (Zanders 2012). Accordingly, Iraq is now known for having produced "[...] 19,000 liters of botulinum toxin, 8,500 of anthrax solution [...]. In 1991, Saddam Hussein deployed [...] 25 Al-Hussein missiles containing anthrax, botulinum toxin [...] in preparation for Operation Desert Storm (Nuclear Threat Initiative 2015, online). The later Western invasion of Iraq, in 2003, is known for having as one its motives such Iraqi bio-offensive program. Such intervention also came to the conclusion that, at that point, Iraq was not reconstruction its former BW program. Summarizing it, a CNS report of 2008 indicates Iraq had formers CW and BW which used to include mustard, sarin, tabun, VX and anthrax, botulinum toxin and ricin (CNS 2008).

3.6.2 States Possessing Nuclear Weapons

On a regional level, Iran is often the center of the concerns regarding nuclear weapons. Despite international efforts to contain alleged Iranian nuclear ambitions, this landscape is said to have the potential to catalyze

regional tensions. As a result, Saudi Arabia, Egypt, Jordan, Turkey and the United Arab Emirates (UAE) have already made move towards investment in nuclear infrastructure (Sukin 2015). Furthermore, according to Kristensen and Norris (2014a), although neither confirmation nor denials by Israeli authorities, Israel is a nuclear-armed state, with an arsenal of around 80 nuclear warheads.

Visentini (2012) argues that, as a result of the modernization process, Iran became one of the most advanced countries in the Middle East. Apart from possessing the biggest population and the second largest oil reserves on a regional level, Iran's past helps to explain current dynamics. During the Iran-Iraq war, the country went through a stage of isolation and self-sufficiency, due to the lack of international support. While the cost of being self-sufficient has been huge, it has also injected the sense of national pride. In 2006, the then president Ahmadinejad announced Iran had successfully enriched uranium and joined the role of countries which had nuclear power. The next period was marked by sanctions against Iran, even when the country argued that the process was for peaceful purposes only. In 2015, the state eventually signed the Joint Comprehensive Plan of Action, by which it agreed to provide IAEA greater access and information on its nuclear program and to allow the agency to investigate sites which could maintain uranium enrichment facilities. Furthermore, the agency would have access to the supply chain and to continuous surveillance over Iranian nuclear program (Katzman and Kerr 2017).

Iraq is another Middle Eastern country which made efforts to create a nuclear capability. During Saddam Hussein's government, the tactical and strategic view on NBC weapons was mainly because these weapons were inextricably linked with his ambitions to consolidate his power domestically and to achieve regional dominance – in other words, Iraq intended to use these weapons as a mean of deterrence. The post-Saddam Iraqi government had worked to destroy this establishments and to adhered to the nonproliferation regime (CIA 2007).

Within this context, is important to explain the action of an American ally: Israel. The country's government has always opted to maintain a foreign policy of nuclear ambiguity, which is neither the acknowledgment nor the denial of the possession of nuclear weapons. According to Scheinman (1999), Israel was concerned about the complications it could result for their relations, since the Israeli perceive an open nuclear status would indeed create significant pressure on neighboring states to follow them down the nuclear path. Therefore, Israel has never officially admitted possessing nuclear weapons, although it is widely recognized to own a significant arsenal (Kile and Kristensen 2016). This ambiguous policy is viable since Israel is not party

to any international agreement forbidding NW – thereby, the country is not inspected by any foreign inspection neither is subject to sanctions by other countries. Israel's

> [...] nuclear superiority would give it a credible capacity to deter initiation of a nuclear attack on its cities, besides, the country would have both the technical ability to strike back and little, if anything, to lose had it absorbed a nuclear first strike. [...] Israel's most important disadvantage is its small population and territory, but the Arab states are vulnerable too (Dokos 2008, 41).

At last, we must point out that the U.S. also performs command over the Middle East through NATO – and most notably Turkey. As part of its NATO commitment, Turkey has hosted American nuclear weapons for nearly six decades. Accordingly, "the U.S. stockpiles about 70 B-61 nuclear bombs for Turkish F-16 Dual Capable Aircraft (DCA) that are at the disposal of the Turkish Air Force, which do not have to be renewed until the mid-2030s" (Global Security 2017 online). Besides, the country is believed to be acquiring capabilities to deny adversaries the benefits of NBC weapons possession, which will enable Ankara to strengthen deterrence and provide an effective defense should deterrence fail. Historically, "Turkey's southeastern neighbors, particularly Iran, view Turkey as a powerful neighbor with a large military machine, strong security and military ties with the West [...]" (Al 2001, 108). In this context, the Turkish defense strategy is based on deterrence, including its NATO membership, their cooperation with Israel and their air force strike capability.

3.7 Chemical Weapons in the Syrian Civil War: A Case Study

Four major conflicts are currently taking place in the Middle East: in Iraq, Libya, Syria and Yemen. Amongst these warfare situations, the jihadist group known as Daesh – or ISIS – seems to have spread in all four – whether under the group itself or under its branches. However, more recently, military campaigns against ISIS has proven themselves efficient; indeed, the group has been losing critical, strategic territory and personnel for enemy coalitions. In contrast, the already six year-lasting – and counting – Syrian civil war has not yet presented a minimally optimistic prospect. In fact, the situation's severity is proving itself so harsh that neither the UN nor international and regional military-diplomatic arrangements are being capable of handling it properly (IISS 2017). Amidst several and distinct atrocities perpetrated by the Syrian army, by rebel forces and by foreign militaries, the use of chemical weapons has been a specially pressing issue. Although a great deal of

small, isolated strikes have occurred since 2012, three major ones have been particularly disturbing and deadly: (i) the Khan al-Asal attack, on 19 March 2013; (ii) the two Ghouta Area attacks, on 21 August 2013; and (iii) the recent Khan Shaykhun attack, on 4 April 2017.

At certain extent, it is possible to state that the ongoing Syrian crisis has its roots in the movements which spread throughout the Middle East and North Africa, and ended up being referred to as the Arab Spring[20] in the late 2010. In 2011, Syria, which was under Bashar al-Assad regime, became the sixth country to experience civil uprising against liberty curtailment, representing the dawn of the Arab Spring in the country. The protests, catalyzed by Western establishments, started to look forward to a regime change. The government, in turn, tried to manage counterinsurgency measures at first, failing miserably. The escalation of both civilian resistance and government-led repression led up to the outbreak of the now generalized Syrian Civil War (Visentini and Roberto 2015).

Despite the chaotic scenario, Assad still manages to remain in power. However, since the conflict's eruption, his forces have lost significant territories to various groups, including to opposition forces – which are mainly formed by dissidents from the Syrian armed forces themselves and by rebellious portions of the population. On the one hand, the Syrian government and the Syrian Armed Forces (SAF) are backed by Iran, Russia, the non-state actor Hezbollah and other minor allied groups. On the other hand, mainly four other armed groups and/or coalitions also take part in the Syrian aggressive arena, namely: (i) the Free Syrian Army (FSA), which is formed by defected officers from the SAF; (ii) the jihadist group known as ISIL; (iii) the Syrian Democratic Forces (SDF), a multi-ethnic group formed mainly by the Kurds and Syrian Arabs; and (iv) the coalition denominated Combined Joint Task Force – Operation Inherent Resolve (CJTF-OIR), a Western and U.S.-led initiative, aimed at degrading and destroying ISIL. Turkey is also a key agent. First, the Turkish do not get along well with the Assad regime. Second, they aim at forcefully avoiding a solidification of Kurdish goals. Cook (2016, online) summarizes Turkish ambitions: "Assad must go, preventing Syrian Kurds from establishing a state that has implications for Turkey's own territorial unity and security. And then third, confronting the Islamic State, but that has been a lower priority […]".

Regarding CW, in 2005, the Permanent Mission of the Syrian Arab Republic to the UN strongly emphasized that the country did not possess

20 The Arab Spring was a revolutionary wave which comprehended both violent and non-violent demonstrations and riots in countries of the Middle East and Northern Africa. Although at first a regional and internal movement against the establishment, authoritarianism, and non-democratic values, it later on prompted great interest from Western governments in regime-change processes (Roche 2012).

either CWs or any related material – but the nation's president would soon indicate otherwise. In 2009, in an interview, Assad, when asked about his interest in producing CW, replied to the German journal *Der Spiegel*: "Chemical weapons, that's another thing. But you don't seriously expect me to present our weapons program to you here? We are in a state of war" (Al Assad 2009, online). Not surprisingly, almost three years later, both the Assad regime and opposition forces started to accuse each other of using CW. Although in several occasions these accusations did not get confirmed by independent sources – concerning chemical and biological weapons, their military usage can be easily raised by the alleged 'victim' with the sole purpose of discrediting the opponent –, in various others they did.

On 19 March 2013, Syrian authorities argued that, in southeast Aleppo, in the city of Khan Al Asal, terrorist organizations had fired a rocket filled with weaponized chemical toxins, injuring around 110 people and killing 25 others. This event led to the establishment of a UN Secretary-General's Mechanism (SGM), which aimed at investigating the use of CW and/or BW in the attack. It happens that, few days after the incident, the UN started to receive several other accusations from states such as France, the United Kingdom, Qatar and the United States of an alleged use of CW by Assad in various other occasions, after and prior to March 19. Samples identified the use of the nerve agent sarin, but these investigations lacked reliability, since they were "carried out by individual governments outside the multilateral arms control and disarmament treaty regime framework" (Pita and Domingo 2014, 393). However, at that time, Syria had neither signed nor ratified the Chemical Weapons Convention (CWC) – therefore, it was not subject to a legally mandatory inspection by the Organization for the Prohibition of Chemical Weapons (OPCW). Overall, it all meant that an independent, trustworthy investigation in Syria would only occur through a SGM allowed by Assad himself. Nevertheless, unlike OPCW's investigations, SGM's task was "to investigate whether CW had been used, not who had used them" (Pita and Domingo 2014, 393). Concluding accordingly, the perpetrators – be them the terrorist groups, the Assad regime or even foreign establishments – would not be held accountable.

Four months after the Khan Al Asal incident, on 21 August 2013, several casualties were identified in the opposition-controlled area of Ghouta, nearby Damascus. Allegations of CW use were raised following the analysis of the situation: an elevated level of patients in a short time-range and specific clinical signs – namely, miosis, secretions, convulsions and the inability to breathe properly. Indeed, "[…] three hospitals in Damascus […] reported that they received about 3,600 patients (of whom, 355 died) with neurotoxic symptoms in less than 3h" (Pita and Domingo 2014, 394). Meanwhile, the

UN Mission to Damascus had just arrived in the country. However, facing this new attack, the mission's initial duty was modified; now, the Ghouta area attacks would be investigated. By the end of the report, the UN concluded that: (i) CW were indeed used on 21 August 2013 against civilians; (ii) sarin was the main toxic chemical deployed in the attack. Hence, once again, no group – neither Syrian authorities, nor armed rebel organizations – was accused and/or convicted (Pita and Domingo 2014).

As for all sources and political opinions, the Ghouta incident did not open space for denials: a massive human rights violation had indeed occurred. Facing such situation, an international military intervention in Syria was expected – 'red lines' had been crossed and, as such, there was pressure mounted for an international response. An alternative approach, however, ended up being established. On 14 September 2013, the U.S. and Russia arranged negotiations that eventually led up to a framework which aimed at the Syrian adherence to the CWC and at a further elimination of the entire Syrian CW's arsenal (Geis and Schlag 2017). As it happens, the Assad regime abided by the arrangement and, on 14 October 2013, Syria became a party to the CWC – subject, therefore, to surveillance under the OPCW's mandate. As highlighted by Geis and Schlag (2017, 1), although catching the international community by surprise, Assad's movement perhaps has been motivated by very evident strategic *rationales*: "avoiding military strikes [and] an attempt to regain diplomatic initiative and credibility as an actor […]".

Beyond the commitment to a treaty banning the development, production, stockpiling, and use of any toxic chemical in war, Damascus have also engaged in a process of giving in its CW capabilities monitored by the OPCW, which was due to be complete in January 2016. At first, Syria declared 1,230 unfilled chemical ammunitions and 1,290 metric tons of sulfur mustard and other weaponized chemical toxins – such as chlorine, sarin, among others. Nevertheless, not long after, Assad started to discreetly, carefully shift its actions towards the Syrian former behavior. In other words, the regime adopted a position slightly resistant to the *complete* destruction of *all* forms of CW. Accordingly, Damascus filled requests to be allowed not to destruct all of its poison gas sites, but, instead, to convert them into peaceful purposes, at the same time as refusing to abide by the destruction of a dozen underground structures which were allegedly used to shelter CW production facilities (Smithson 2016).

Indeed, from October 2013 to May 2017, both the OPCW's Fact Finding Mission to Syria and the United Nations Human Rights Council (UNHRC) have confirmed the usage of chemical weapons – sarin, mustard gas and mostly chlorine – in the country for approximately 20 times. Although a few foreign establishments and specialists assert Assad is to blame for al-

most the whole of the chemical incidents (Smithson 2016), there is evidence that ISIS is also responsible for carrying out attacks against the Syrian army, the rebel forces and the Kurds themselves (United Nations 2016a). On 4 April 2017, there was a major sarin-like chemical attack in the rebel-controlled province of Idlib, in the city of Khan Sheikhoun, which led to U.S. strikes as retaliation against the Assad regime.

The Khan Sheikhoun chemical attack has been the deadliest since the Ghouta incident, killing around 92 people and injuring more than 400 (Ward et al. 2017). The town – which was under the control of the jihadist group al-Nusra Front – was hit by an airstrike of disputed origin, followed by civilians with symptoms of poisoning by nerve agents – sarin, according to the OPCW (2017b). The United Nations Security Council (UNSC) has unanimously urged for further investigation of the attack, which is already ongoing by the OPCW (Al Jazeera 2017c). In July 2017, there was still no independent, official provenance of the strike's perpetrator, but governments worldwide have attributed responsibility to one actor or another, according to what follows: (i) Assad has stated the attack was a complete fabrication utilized to justify U.S. military actions in Syria, therefore denying responsibility (Reuters 2017a); (ii) Russia, Damascus' strongest ally, has denied involvement, but it has also affirmed that a Syrian airstrike has indeed occurred, but it did not contain chemical material – instead, it was intended to destroy rebels' ammunition facilities, which, by its turn, sheltered CW stockpiles, fact that was allegedly unknow by the Syrian regime (BBC 2017); (iii) on the other hand, the U.S., backed by the members of the Gulf Cooperation Council (KUNA 2017), have expressed strong confidence that the attack has been carried out by the Assad regime itself (Barnard and Gordon 2017). Abiding by what former president Barack Obama had stated previously – that the use of CW would represent a 'red line' for American military response in Syria –, the new administration, on the night of 6 April 2017, launched 59 cruise missiles at the Syrian airfield of Shayrat. A U.S. National Security Adviser has assessed the strike has destroyed an important facility for Syrian CW use, but it has certainly not avoided the regime's capability of using this kind of WMD (Koblentz 2017).

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

Apart from UN resolutions and initiatives, there is no authoritative treaty that prohibits and regulates WMDs themselves as a whole. Instead, specific arms control treaties for each kind of WMD – nuclear, biological and chemical weapons – operate within the area of international law. Arms control treaties, however, do not manage to address *all* threats posed by WMDs,

such as their disproportionate damage to both civilians and combatants, as well as to the environment itself. Broader and traditional legal frameworks are applied to address WMDs' destructive potential (Strydom 2015). Fidler (2004, 41) utilizes the International Court of Justice's *Advisory Opinion on the Legality of the Threat or Use of Nuclear Weapons* to state that "three bodies of international law regulate WMD: arms control treaties, international law on the use of force, and international humanitarian law", as Table 4 exemplifies.

Table 4: International Law and WMDs

AREA OF INTERNATIONAL LAW	WMD DEVELOPMENT	USE OF WMD
International law on the use of force	Addresses the threat or use of force, not the development of weapons.	Establishes legal justifications for the resort to force, not rules on what weapons states may use.
International humanitarian law	Does not directly regulate the development of weapons.	Disciplines generally the kinds of weapons that can be used in armed conflict.
Arms control treaties	Specifically regulate the development of WMD.	Prohibit the use of chemical and biological weapons.

Source: Fidler 2004, 41.

Regarding international law on the use of force, the most traditional authoritative regulation is expressed in the UN Charter of 1945, which addresses the issue by stating that: "All members shall refrain in their international relations from the threat or use of force against the territorial integrity or political independence of any state, or in any other manner inconsistent with the purposes of the United Nations" (United Nations 1945, art. 2, para. 4). The Charter establishes only two exceptions to that definition, allowing the use of force: (i) under direct authorization by the United Nations Security Council; or (ii) whenever an armed attack takes place against a state, which then becomes entitled to perform an act of proportionate self-defense against the opponent (Fidler 2004).

As for international humanitarian law (IHL), it comprehends the norms regulating conduct in warfare. In accordance with the International Committee of the Red Cross (2010, online), IHL legislates in order to "[…] protect persons who are not or are no longer taking part in hostilities, the sick and wounded, prisoners and civilians, and to define the rights and obligations of the parties […] in the conduct of hostilities". Right after World War II's atrocities, the Geneva Conventions were adopted in 1949. Amongst various binding IHL principles, a few of them demand presentation: (i) civilian population and property must be preserved at all times and at all costs when an attack is launched; (ii) it is forbidden to kill and perpetrate any kind of

injure to any person incapable of carrying out an act of war; (iii) personnel, facilities and equipment involved in medical assistance for conflict-affected areas should be regarded as safe havens, therefore not subject to any kind of violence (ICRC 2010). IHL does not regulate NBC weaponry; instead, they borrow and abide by the provisions established in the three main treaties concerning each kind of WMD.

4.1 The Arms Control Treaties

International law on WMD provides its most specific regulation through arms control treaties; therefore, this body of international law is regulated by the *arms control approach*, which is based upon "formal agreements among states to regulate the use and development of WMDs [...]" (Fidler 2004). The most comprehensive, multilateral treaties concerning nuclear, chemical and biological weapons are, respectively, the Non-Proliferation Treaty (NPT), the Chemical Weapons Convention (CWC) and the Biological Weapons Convention (BWC). Their features are specified below.

The **Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons** (NPT) dates back to 1970. Forty-seven years after its adoption, the treaty is now recognized as a multilateral agreement on disarmament, with a total of 190 [21]states adhering to it (UNODA 2017a). The NPT consists of three main operational principles: *non-proliferation*, disarmament and promotion of the peaceful use of nuclear technology, all three supervised under the auspices of the International Atomic Energy Agency (IAEA). The principle of non-proliferation – which is guided by the provisions that non-nuclear states would neither develop NW by themselves, nor receive nuclear weapons technology from nuclear states –, may be regarded as having achieved its purposes: apart from the states which had already developed a nuclear arms program until 1970, only Pakistan and North Korea have gone nuclear ever since (Graham Jr. 2004)[22].

As for the pillar of *disarmament*, however, the situation is more complicated. Since the NPT's first drafts, there has never been any rule forcing already nuclear states to get rid of their arsenals; namely, the countries recognized as such were the People's Republic of China, France, U.S., the U.K. and Russia. Despite having been revised for a few times, the treaty has not managed to put into practice a universal disarmament, since it does not provide binding procedures for the reluctant aforementioned states to give up – or to significantly reduce – their stockpiles. This whole situation has raised criticism over the exceptionalism of the treaty, with claims that it institutionalizes

21 The NPT has achieved a total of 191 adherent states, but North Korea withdrew in 2003.
22 "[...] in the early 1960s, there were predictions that there could be as many as 25-30 nuclear-weapon states within a couple of decades" (Graham Jr. 2004, online).

the power gap between nuclear and non-nuclear states, standing for discriminatory, disproportionate dissuasion in favor of the *status quo* super powers and against non-nuclear nations – mostly developing nations (Graham Jr. 2004). Currently, India – the most outspoken critic of the treaty –, Israel, Pakistan, North Korea and South Sudan are the non-signatories.

With regard to chemical weapons' regulation, the landmark is the **Convention on the Prohibition of the Development, Production, Stockpiling and Use of Chemical Weapons and on Their Destruction** (or simply 'CWC') of 1997. Its adherence is now widely spread, englobing around 192 states – the only four UN members which are not party are Egypt, Israel, South Sudan and North Korea. As its name evidences,

> Under the CWC, the development, production, acquisition, stockpiling, retention, or use of chemical weapons is prohibited and States Parties are under an obligation to destroy such weapons as well as all production facilities under their jurisdiction or control. A unique feature of the treaty is the comprehensive verifying and compliance mechanism, provided for in the form of an Organization for the Prohibition of Chemical Weapons […] (Strydom 2015, online).

The CWC's international institution, the Organization for the Prohibition of Chemical Weapons (OPCW), is unprecedented in its scope of providing effective mechanisms towards the complete destruction of all forms of CW worldwide. The OPCW is empowered by the CWC, which grants the organization verification provisions[23] by not allowing States Parties to refuse verification activities, as highlighted by Fidler (2004, online): "the CWC allows any State Party to request on-site challenge inspections by the OPCW in the territory of another State Party to clarify and resolve questions concerning possible non-compliance". Furthermore, unlike the NPT, all states are equal under the CWC and therefore under the OPCW; that is, no party is entitled to the right of maintaining its chemical weapons (Strydom 2015).

Regulation on biological weapons is ruled by the **Convention on the Prohibition of the Development, Production and Stockpiling of Bacteriological (Biological) and Toxin Weapons and on their Destruction** (BWC). In the Middle East, Syria, Egypt and Israel[24] have not yet abided by the treaty. The BWC prohibits any form of acquisition and transfer of BW; it is also mandatory to destroy or transform into peaceful purposes existing ar-

23 "The CWC requires States Parties to make declarations concerning possession of chemical weapons, chemical weapons production facilities, and certain civilian chemical production facilities, and the CWC empowers the OPCW to engage in verification of these declarations" (Fidler 2004, online).

24 Both Syria and Egypt have signed but not ratified the treaty. Israel has done none.

senals of such weapons. Despite not having the discriminatory features of the NPT, the BWC's major flaw "remains the absence of an effective mechanism to ensure compliance" (Blothe 2016, online), such as the OPCW.

4.2 The United Nations

The UN system is provided with mechanisms which are used to prevent – or respond to – the use of WMDs worldwide. Most of these mechanisms operate under the frameworks established by the arms control regime presented above, and therefore the UN plays a significant role in supporting such treaties and providing assistance to their verification of compliance mechanisms. However, the UN has its own processes and initiatives, which are used either as a complement to the arms control treaties, or as a form of regulating the behavior of its members which are not parties to the NPT, the CWC or the BWC. Therefore, the present subsection aims at briefly evidencing the mechanisms which operate under the UN.

4.2.1 The Security Council

The UN Charter of 1945 establishes that the United Nations Security Council (UNSC) is the organization's highest organ for the maintenance of international peace and security, and therefore all Member States are bindingly obligated to comply with its resolutions or any further decision. Although UNSC's primary goal is to achieve a peaceful resolution for any kind of controversy, not seldom it ends up resorting to sanctions (Article 41 of the UN Charter) or allowing the use of force to be applied (Article 42 of the UN Charter) against a threatening actor – the UNSC is the only body entitled to authorizing the use of force and calling for collective action (Okhovat 2011).

As mentioned before, both the NPT and the CWC have organizations dedicated to ensuring compliance (the IAEA and the OPCW, respectively). It means that, whenever a threat related to CW or NW exists, it will first be addressed within OPCW's or IAEA'S frameworks. The UNSC only take on the matter as a last resort, "only where these organs are unable to solve the problem […]" (Blothe 2016, online)[25]. However, there is a key point whose understanding is imperative: the IAEA and the OPCW mandates only cover the states signatory to the NPT and to the CWC. As for all others, a WMD threat is dealt directly by the UNSC (Blothe 2016). Since the arms control treaties are specific to state actors, the UNSC also ends up embracing WMD threats of non-state actors.

The Security Council's landmark resolution concerning WMDs is **Resolution 1540 (2004)**, of 28 April 2004. As of June 2017, it had been re-

25 As for BW, which do not possess a verification mechanism previously prescript by the BWC, the issue goes directly to the Security Council (Blothe 2016).

vised for at least five times[26]. It has been unanimously adopted by the UNSC, with a text that affirms "proliferation of nuclear, chemical, and biological weapons as well as the means of their delivery, constitutes a threat to international peace and security" (United Nations 2004, 1). Amongst several clauses, the resolution establishes three main guidelines: (i) it bindingly obligates all UN Member States to adopt national legislation towards non-proliferation of WMDs and to adopt domestic measures towards the prevention of illicit trafficking of related material; (ii) it imposes binding prohibitions on each and every state to refrain from supporting any non-state actor from developing or otherwise acquiring WMDs; and (iii) a committee – the 1540 Committee – to verify the implementation of the resolution's principles, requiring all states to hand over a report expressing their existing efforts or intentions towards the matter (United Nations 2015). Criticism – especially from developing countries – has been raised over the alleged bias of the resolution in favor of the American "War on Terror", with the argument that it institutionalizes UN interference in state's national sovereignty.

4.2.2 The Secretary-General's Mechanism (SGM)

The **Secretary-General's Mechanism for Investigation of Alleged Use of Chemical and Biological Weapons**, or simply SGM, is an institutional approach to investigate the possible use of both CW and BW. Any UN Member State may bring to the attention of the organization's Secretary-General (SG) an alleged use of CW and BW, requesting an investigation. The request will pass through the SG's discretion, which may define whether a Fact-Finding (FF) team must be dispatched to the location of the alleged attack. Once decided so, the team in charge collects evidence and samples, and conducts interviews with victims and eyewitnesses. The FF report is submitted to the SG, who informs all Member States of its conclusions. Although an SGM is effective in assessing whether CW and BW – and their specific kinds – have been used or not, it does not provide results on who has carried out the attack. Such mechanism was activated in 1992, in both Mozambique and Azerbaijan, and, more recently, in Syria – with the latter counting on experts of the OPCW and the World Health Organization (UNODA 2017b).

4.2.3 The Establishment of a WMD-Free-Zone (WMD-FZ) in the Middle East

The idea of establishing a zone free of weapons of mass destruction in the Middle East has its roots in 1974, when both Iran and Egypt suggested the UN General Assembly (UNGA) the creation of nuclear weapons-free-

26 UN Security Council resolutions 1673 (2006), 1810 (2008), 1977 (2011), 2055 (2012) and 2325 (2016).

-zone (NWFZ). Although it has not yet been born in reality, the proposal has been unanimously sponsored by the UNGA. More recently, "in 1990, Egyptian President Hosni Mubarak extended the original proposal as to make the region free of all weapons of mass destruction" (Foradori and Malin 2013, 40). A NWFZ is a freely arrived arrangement amongst states of a specific region which spontaneously settle a treaty or a convention recognizing the total absence of nuclear weapons within the zone and assuring verification mechanisms. Beyond certain areas' treaties of denuclearization – Antarctic, Outer Space, Seabed and the Moon –, there currently are five different treaties which are the basis for the six existing NWFZs: (i) Treaty of Tlatelolco (Latin America and the Caribbean); (ii) Treaty of Rarotonga (South Pacific); (iii) Treaty of Bangkok (Southeast Asia); Treaty of Pelindaba (Africa); (iv) Treaty on a Nuclear-Weapon-Free Zone in Central Asia.

Analyzing these five experiences of a NWFZ, two main criteria seem to make it feasible for such an initiative to thrive: "a common historical understanding among regional states and a manageable relationship with the five recognized nuclear-weapons states (Britain, China, France, Russia and the United States)" (Bahgat 2012, online). Middle Eastern regional dynamics fulfill none. Although mounting international pressure for non-proliferation initiatives, regional rivalries – especially Iran-Israel – have blocked the progress towards a NWFZ in the Middle East for several decades. Furthermore, if the scenario was already harsh for denuclearization of the region, the establishment of a weapons of mass destruction-free-zone (WMDFZ) seem even further after the security upheavals and uncertainties of the post-2011 period (Bahgat 2012). Two different approaches seem to standout: (i) the "peace first, zone second" approach, which is supported by Israel; and (ii) the "zone first, peace second", which is followed by the Arab states and Iran. By 2013, according to Foradori and Malin (2013), there were three main pressing issues: (i) the negotiations and outcomes concerning the Iran Deal; (ii) the erosion of Israeli nuclear monopoly; and (iii) the use of chemical weapons in Syria.

5 BLOC POSITIONS

Afghanistan signed the CWC, the BWC and has also ratified the NPT. Regarding the Syrian war, there are reports of Sunni Afghan fighting against Assad while the government and Shia Afghan joined efforts to support him (Khalil 2017). Historically, "Afghan Taliban has reported to receive chemical weapons during 1990's from Pakistan" (IDSA 2017, online). The country is known for facing terrorist attacks, with the involvement of chemical weapons (Johnston 2015). For these reasons, Kabul strongly supports the

necessity of the creation of a WMDFZ in the Middle East as the regional conflicts have the capability to spill over into its neighboring (Saikal 2015).

Bahrain is signatory of the CWC and of the BWC, while still making accession to the NPT. Manama has stated that security and stability foundations require the elimination of all nuclear weapons and other kinds of weapons of mass destruction. Therefore, Bahrain strongly encourages the creation of a WMDFZ in the Middle East, which should include the Gulf states. Previously, Bahrain's policies on Syria were largely in line with the Saudis: supporting Assad's opposition. Recently, however, Manama has reduced its support (CSIS 2016).

The **People's Republic of China** ratified the CWC in 1997 - in this occasion, the communist government announced the existence of three former production facilities. China joined the BWC in 1984; nonetheless, over the following years, the U.S. government has alleged that China maintained a small offensive program and supported programs in countries such as Iran. Despite formally acceding the NPT, China has always been cautious in openly discussing its nuclear weapons. The state has continued to modernize its nuclear forces while only providing limited transparency as to their size and modernization (Cordesman 2016). Regarding the Syrian issue, Beijing has adopted a non-interventionist posture, being against foreign military forces acting in the region, at the same time as supporting the Assad regime (Swaine 2012).

Egypt is one of the most influential players in the Arab region, which is a reason of concern since the state is not a party of either the CWC or the BWC. The country has been a signatory of the NPT for many decades. Egypt, alongside Iran, was the first Middle Eastern country to propose a Nuclear--Weapon-Free-Zone, considering it the fourth pillar of the NPT. However, Egypt does not support any non-proliferation initiative that does not obligate states such as Israel to join the NPT (Foradori and Malin 2013). Concerning the Syrian War, Cairo was once opponent of Syria's president, but recently it has publicly supported the regime of Bashar al-Assad (MEMRI 2016).

Eritrea has never either developed nor possessed any WMD, with the state being deeply committed to their elimination. Party of the African Nuclear-Weapon-Free-Zone, Eritrea is an active member of IAEA and OPCW. Additionally, there is no allegation or report about Eritrea support to non-State actors that attempt to develop such weapons (United Nations 2006). Eritrea argues that is necessary a new legal instrument prohibiting nuclear weapons which provide a moral pressure for nuclear possessor states to eliminate their arsenals. Considering it all, the country also fully encourages the creation of a WMDFZ in the Middle East (ICAN 2014). Eritrea has not taken an official stand on the civil war in Syria.

France supports a political transition in Syria since, according to Paris, maintaining the Assad regime encourages continued conflict and radicalization of the opposition, sustains refugee flows and destabilizes the region. The French Republic has also been carrying out the Operation Chammal (in the framework of the Global Coalition against Daesh) in Syria since September 2015 (France Diplomatie 2016). As a non-possessor state, France has ratified the CWC and the BWC. Paris strongly supports the creation of a WMDFZ in the region (United Nations 2010). France's closest ally in the EU, **Germany**, on the other hand, has all the necessary to develop nuclear weapons, but has agreed not to produce it, since it is a signatory of the NPT (as well as of the CWC and the BWC). Germany has been strongly committed to a WMDFZ in the Middle East. In response to the Syrian crisis, Germany follows U.S.'s will to overthrow Assad through sanctions against the Syrian government and through military, medical and logistical support to the opposition (El-Hamid 2017).

India seems fully committed to the non-proliferation of NBC weapons, having ratified both the CWC and the BWC. India destroyed its entire CW stockpile under OPCW's verification in 2009 (OPCW 2017d). In 1992, New Delhi signed the India-Pakistan Agreement on Chemical Weapons, prohibiting the use of CW against each other (Gopalan 2007). However, as evidenced by its nuclear program, India has never joined the NPT, recognized for being a de *facto* nuclear weapon state (Cserveny et al. 2004). Opposition to foreign intervention and support to state sovereignty, regardless of regime kind, are principles that by default make India's position favorable to the maintenance of the Assad regime in Syria (Devare 2015).

After years of tension between the **Islamic Republic of Iran** and Western countries, due to the Iranian nuclear program, the country is now a signatory of the NPT, as well as of the CWC/BWC. Regarding a WMDFZ, Iran has strongly supported the creation of such structure and is fully committed to it (Hadian and Hormozi 2013), but has emphasized the necessity of non-selective implementation of the NTP (United Nations 2012). Iran has been one of the key supporters of the regime of Bashar al-Assad since 2011, providing military advisers and subsidized weapons, as well as lines of credit and oil transfers to the country (Ansari and Tabrizi 2017).

Despite its past, **Iraq** ratified the BWC in 1991 and the CWC in 2009. Although Iraq ratified the NPT in 1969, in 1991, when the IAEA began a series of inspections in the country, it was discovered a secret nuclear program (PIR Center 2013). Nowadays, Iraqi Nuclear Program is wrecked and the government is strongly in favor of the creation of a WMDFZ in the Middle East. After 25 years of broken relations, in 2006, Iraq and Syria decided to resume diplomatic relations. Iraq has a lot in common with the

Syrian situation: ISIS forces are operating in the country, for instance. Its close ties with Iran were one of the causes of Iraqi government support to Assad (ECFR 2013a).

In 1974, the United Nations General Assembly adopted an initiative of resolution to create a NWFZ in the Middle East, in which **Israel** abstained. Meanwhile, Tel-Aviv, which remains outside the NPT, has a nuclear arsenal estimated at 80 nuclear warheads (SIPRI 2012). Israel considers BW and CW as necessary to deter other countries which pose them a threat. The country has never signed or ratified the BWC and has signed but not ratified the CWC. Indeed, the state is currently one of the major obstacles to construction of a WMDFZ in the Middle East, for being possessor of a nuclear arsenal and being the state with which most of the states of the region have no diplomatic relations (Foradori and Malin 2013). Regarding Syria, hostility between both countries dates back to the Israel's creation in the late 1940s, driven by Syria's support to Palestinian resistance. The Israeli-Syrian situation, currently, is tense specially because Hezbollah group is also involved in the conflict. The presence of this group is considered a bigger threat than Assad's regime - Israel considers Hezbollah, and its key backer Iran, as its biggest threat (Jewish Virtual Library 2017).

Of all Syria's neighbors, **Jordan** is the one which has trod most cautiously since the outbreak of the conflict. Their actions were in favor of guaranteeing their security domestically rather than supporting Assad. Jordan is concerned by the risk of state collapse in Syria, which could increase non-state actors' power and act as a breeding ground for jihadi militants, with the threat of CW proliferation (ECFR 2013b). The Kingdom considers that a WMDFZ in the Middle East depends on the confidence that would only be achieved whether all the states were part of the NPT, CWC and BWC, specially Israel (Milada 2013). Not known for possessing NBC weapons programs, the country has ratified the NPT, CWC and BWC (United States of America 2017a).

Kuwait has been diminishing its support for Syrian opposition, focusing instead on playing a humanitarian and diplomatic role. According to the CSIS (2016), in the past, Kuwait has served as a central hub for private fundraising to the Syrian opposition due to its lax financial regulations. However, it contributed to enhance sectarian tensions which finally culminated in the Kuwaiti government passing a law, in 2013, that criminalized terrorist financing and froze terrorist assets. Kuwait, as signatory of the NPT, considers Israeli refusal to participate of international regulations on nuclear weapons as a serious obstacle to the creation of a WMDFZ (KUNA 2016). Kuwait signed the BWC in 1972 and has assented to prohibit the development, production, and stockpiling of biological and toxin weapons. The state

also signed CWC in 1993 and has kept destroying those weapons since 2007 (ICAN 2015).

Lebanon has supported the establishment of a WMDFZ. Lebanon believes that the nuclear warheads developed by Israel are a permanent danger to peace in the Middle East. Israeli facilities are not under IAEA monitoring and, considering Israel geographical proximity to Lebanon, any nuclear accident will have very dangerous consequences. Lebanon has assisted IAEA and NPT since 1974. The Syrian crisis started in a moment of vacuum of power in Lebanon, which for many years had been under Syrian influence, consequently, the war in neighborhood has spilled over the country. Lebanon officially refrained from measures that affiliated it with the regime or the opposition – such as Arab League sanctions (Meier 2013). However, Hezbollah, a political party in Lebanon, has declared its support to Assad (ECFR 2013c).

Libya has joined the NPT and secretly violated it. In 2004, during Qaddafi's regime, Libya gave up its NW program, which fragilized the country for extra-regional interventions (Gärtner 2011). Tripoli also joined the CWC and the BWC. While joining the CWC, Libya declared its chemical weapons stockpile in 1997 (Robinson 2005). In 2014, the state "announced that it had completed the destruction of its usable chemical weapons [...]" (Shanedling 2015, 342). Regarding BW, however, allegations persist that Libya is actively conducting research in pathogens and toxins for military uses. Since it is part of the African Nuclear Free Zone Treaty, Libya is in favor of a WMDFZ in Middle East. Concerning the Syrian crisis, however, the government emphasized the need to avoid a military intervention in the country. Libyan officials claim support to the Syrian National Council, a coalition against Assad, and, at the same time, Libya is used as a major gateway for weapons (Washington Post 2011).

Oman recognizes the danger posed by NBC weapons, therefore supporting the creation of a WMDFZ in the Middle East. The country has ratified the CWC, even though it has only acceded[27] both the BWC and the NPT. Despite a recent improvement in its relations with Iran, Oman stands as a neutral regional power, fact that explains its success in mediating conversations not only between its fellow member states of the GCC and Iran, but also between the West and Iran. Regarding the situation in Syria, unlike other GCC states, Oman preserved its diplomatic relations with the country, emphasizing its position as a mediator in the region (Aboud 2015).

By the mid-1970s, as a consequence of its defeat in the Indo-Pakis-

27 Although having the same legal effects as the ratification, the accession of a treaty happens when a state accepts to become a party to a treaty that has already been negotiated by other states.

tani War (1971), **Pakistan** started to engage in a nuclear weapons program. From that moment on, Islamabad managed to develop its own uranium enrichment facilities and to create a sort of black market that, from the 1980s to 2002, supplied Iran, Libya and North Korea with nuclear technology. In spite of having publicly created new export control laws in 2004, Pakistan keeps improving its capabilities. The country is expected to house a nuclear arsenal of approximately 140 warheads, having, by 2015, developed short-range tactical nuclear weapons (Arms Control Association 2017a). Despite this strong policy concerning nuclear weapons – which involves the not signing of the NPT –, the country has ratified both the CWC and the BWC, stating that it "remains opposed to the use of chemical weapons by anyone under any circumstances" (OPCW 2013, 2). At last, regarding the Syrian Civil War, Islamabad strongly condemned the use of CW, regardless from which side the initiative came from, also claiming that Syria's territorial integrity should be respected (Radio Pakistan 2017).

Despite of not having signed the CWC and the BWC, **Palestine** is now the most recent state to join the NPT. Being the most affected state by the Israeli policies, the threat posed by its neighbor's capabilities is a permanent element of concern. Following the Arab League, Palestine understands how dangerous it could be the development and the usage of NBC weapons. The country claims it is imperative to "reaffirm the 1995 Resolution on the establishment in the Middle East of a Zone Free of Nuclear Weapons and all other WMDs" (State of Palestine 2015, 1). Although Palestine and Syria – that once welcomed a number of Palestinian refugees – have historically maintained good relations, the outbreak of the civil war in the latter has put the former in a dilemma – whether to support the pro-Assad Palestinians or the rebel ones (Al-Shabaka 2017).

Besides having acceded the NPT, **Qatar** has also ratified both the CWC and the BWC, showing itself as a committed state with the fight against all types of WMDs. Accordingly, "peace and stability cannot be reached in light of a race for obtaining arms", in the same way that a strategic balance cannot be reached through the possession of WMDs" (State of Qatar 2016, online). In the Annual NATO Conference on WMDs Arms Control, Disarmament and Non-proliferation, held in June 2017, the country's representative advocated the importance of establishing a WMDFZ in the Middle East, stressing the feasibility of creating such zone (State of Qatar 2017). The Gulf country – a leading backer of Syrian rebels fighting Assad's government – recognized an independent investigation on the CW attack of April 2017 was needed (Al Jazeera 2017b).

As one of the most influential extra-regional players in the Middle East, the **Russian Federation** stands as a fundamental actor in finding a way

out of the region's instability. Despite being a nuclear state party to the NPT, the country carries out a gradual arsenal reduction (Kristensen and Norris 2017). Its chemical stockpile, which during the Cold War represented the world's largest-amount in metric-tons, has also been suffering a considerable reduction due to the CWC's obligations, in such a way that, as reported by a Moscow official, the country expects to destroy the entirety of its chemical capabilities by December 2020 (NTI 2017). Although Russia maintains that it is acting accordingly to its commitments under the BWC, its BW remain as a great concern to the West, since the country is known to have inherited a major Soviet offensive biological program, which included research into anthrax and smallpox (Arms Control Association 2017b). Moscow strongly regrets the lack of progress to establish a WMDFZ in the Middle East up to now, stressing the importance of organizing negotiations on the matter (Russian Federation 2017b). At last, being a supporter of Al-Assad's regime in Syria, Russia condemned President Trump's decision to attack Syrian military facilities based on unfounded accusations, having also stressed the urge to fight the threat of chemical terrorism in the Middle East (Russian Federation 2017a).

Saudi Arabia is a great supporter of the potential establishment of a WMDFZ in the Middle East. The main reason for such is its constant concern over the possibility of Iran managing to develop its own NW (Foradori and Malin 2013). It is exactly in this context that occasional evidences pointing out to a Saudi attempt to engage in a nuclear program emerge. Even though the country has been known for a long time to lack the national infrastructure and expertise necessary to do so, such situation may have changed in the more recent years. Therefore, not possessing NBC weapons, Saudi Arabia has ratified the NPT, the BWC and the CWC, having also created a domestic law that bans the production, the possession and the storage of CW (NTI 2016a). Moreover, strongly disapproving Assad's administration and supporting rebel forces, Riyadh made a joint declaration with Washington supporting "President Trump's decision to launch missiles at Shayrat Airbase from which the Syrian regime launched its chemical attacks on Khan Shaykhun" and claiming the necessity of the "Syrian regime adhere to the 2013 agreement to eliminate its entire stockpile of [CW]" (The White House 2017, online).

Standing as one of the most important regional organizations, the **Gulf Cooperation Council (GCC)** - here represented by its Secretary-General - gathers six countries located in the Persian Gulf, more specifically, Bahrain, Kuwait, Oman, Qatar, Saudi Arabia and the United Arab Emirates. The regional bloc, having within its objectives the cooperation and the integration, strongly supports the idea of creating a WMDFZ in the Middle

East, understanding it as a way to remedy its concerns over Iranian nuclear projects (Kubbig and Weidlich 2015). In 2005, given the frustration of establishing a regional WMDFZ, but still trying to get Iran committed through a legal framework, the then Secretary-General of the GCC proposed a sub-regional accord for the setting up of a WMDFZ in the Gulf, compromising its six members, Iran, Iraq and Yemen. This reduced proposal, which did not take off, aimed at preparing a groundwork for a later comprehensive accord encompassing the Middle East as a whole (Rizk 2013). Furthermore, the relationship between the Gulf states and the U.S. remains as an essential element in the former's security strategies, relying on Western security commitments (Kubbig and Weidlich 2015). It is in this very same sense that, with an exception from Oman, the GCC states' leaders hope that the Syrian conflict can be solved with support from the U.S. (Huffington Post 2017).

Since 2011, **Syria** has been immersed on a series of conflicts. Being a state member to the NPT and having signed – though not ratified – the BWC, the main concern of the international community was in regard of Syrian chemical weapons, which included nerve agents, such as sarin and VX, as well as blister agents, such as mustard gas. In August 2013, the Ghouta area of Damascus faced a large-scale chemical attack and, regardless of who delivered it, the repercussion of such event was enough to press Syria to join the CWC and to agree with the disarmament of its chemical weapons, allowing the OPCW to destroy its stockpiles (United Nations 2016b). This subject, however, was brought back to light in April 2017, when a sarin gas attack was delivered once again. The Syrian regime - which has Russia and Iran as its main supporters - stresses that the employment of CW amid the Syrian conflict was "fabricated" or, still, carried out by terrorist groups (Al Jazeera 2017a). Even though the Syrian representative at the UN General Assembly has only stressed the necessity of creating a NWFZ, Assad's recent compliance with the CWC may open the path for Syria to consider the establishment of a WMDFZ (United Nations 2012).

Located in the Maghreb region, **Tunisia** has ratified not only the CWC, the BWC and the NPT, but it is also a party to the African Nuclear Weapon Free-Zone Treaty (IAEA 1997). In this sense, and not possessing nuclear, biological or chemical capabilities, the country has underlined the necessity of establishing a zone free of WMD, especially in the Middle East (United Nations 2001).

Having ratified the CWC, the BWC and the NPT, **Turkey** is known for its historical on strong non-proliferation policies, which are a result of its strategic location in the Middle East and its status during the Cold War as a member of NATO – implying the compliance with western approaches to deterrence (Ülgen 2012). Given its location amidst high proliferation levels

and, consequently, the threats posed by its neighbors' capabilities (mainly the Iranian, Iraqi and Syrian ones), Ankara plays a substantial role in this security issue: rather than pursuing a nuclear, biological and chemical weapons program, the country is known for expending efforts in order to reverse the growing tendency in the development of WMD (Global Security 2017). This, additionally to the vindication of a NWFZ – in which Turkey does not show itself as a leading part due to its warm relations with Israel (Bahgat 2017) –, points out to a favorable position in the potential establishment of a WMDFZ in the region. Being an immediate neighbor of Syria, Turkish worries regarding this country's belligerent apparatus are a constant element of its foreign policy. In this sense, Turkey has a major involvement in the conflict, providing military assistance to the rebel forces and condemning Assad's government.

Not being known to possess any programs for the development of NBC weapons, the **United Arab Emirates (UAE)** is a signatory and ratifying member of both the CWC and the BWC, having also acceded the NPT. The country, whose biggest city, Dubai, was once a hub for a network that provided nuclear technology for states such as Iran and Libya, has been showing itself as significantly engaged in non-proliferation measures. In order to advance in such policies, the UAE counts on the United States and France as its main partners (Early 2009). Yet possessing a missile defense system, purchased from its Western allies, Abu Dhabi emphasizes "the importance of taking future steps towards declaring the Middle East a zone free of nuclear weapons and weapons of mass destruction" (United Nations 2016b, online).

Being a nuclear weapon state party to the NPT and to all of the major non-proliferation treaties regarding WMDs - including the CWC and the BWC -, the **United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland** currently possesses the smallest deployed arsenal among all other P5 nuclear states (Kristensen and Norris 2017). One of the main characteristics of its program is the willingness to reduce its capabilities (UK Government 2015, 35). In the 1950s, the state renounced its chemical weapons - phosgene, mustard gas and lewisite - and its biological weapons offensive program, even though its defensive biological program was known to remain strong (Leitenberg 2001). As stated in 2012, "the British Government supports the objective of a WMDFZ in the Middle East", recognizing, however, that "more preparation and direct engagement between states of the region will be necessary to secure arrangements [...]" (UK Government 2012, online). Regarding the Syrian situation, London condemns the brutal violence employed by Assad's regime and supports diplomatic efforts in order to establish a political transition in the country (UK Government 2016).

The United Nations, having as its representative the **United Nations Secretary-General's Special Envoy for Syria**, has been, for a long time, the main supporter and mediator of the attempts to establish a WMDFZ in the Middle East. The most recent initiative, dating back to 2012, was the setting up, alongside the U.S., Russia and the U.K., of a conference that would discuss the creation of a WMDFZ in the Middle East. The deadline to the realization of such meeting, however, was missed and no further steps were taken regarding the WMD's issue in the region (Foradori and Malin 2013). As for the Syrian Civil War, the Special Envoy for Syria described the chemical attack of April 2017 as "horrific" and stressed the necessity of an identification of the responsible through a Security Council meeting (Reuters 2017b).

Historically known for having first developed and for being the only one to have ever employed nuclear weapons, the **United States of America**, although being an extra-regional power, is a fundamental actor in discussing WMDs in the Middle East. In spite of being a state party to the NPT, the BWC and the CWC, the country still possesses large stockpiles of nuclear and chemical weapons, having destroyed by the 1970s, however, its biological ones. As for its chemical weapons, the United States has the second-largest stockpile of chemical agents, having assumed, nonetheless, the compromise to destroy all of them in the shortest run (Arms Control Association 2017c). Even though the country has "supported NWFZs on the grounds that, when properly crafted and fully implemented, they can contribute to international peace, security and stability" (United States of America 2017b, online), it is important for Washington to make sure that its partnership with Israel does not obscure negotiations on the creation of a WMDFZ in the Middle East. Finally, the U.S. is strongly opposed to the alleged violence that Assad's government has been using against civilians, especially with regard to the latest chemical attack – a 'red line' which was responded with missile strikes (The White House 2017).

Being considerably influenced by the GCC stance, **Yemen** has never pursued nor has within its interest to develop a NBC weapons program. The country is a party to the CWC, the BWC and the NPT, having also approved an internal law "On the Prohibition of the Development, Production, Stockpiling, and Use of Chemical Weapons" (NTI 2016b). The Yemeni support of a WMDFZ in the Middle East, which has always existed, is now enhanced due to its internal disarray: the outbreak of the civil war and the consequent fragmentation of the country's territory have fostered the worries regarding the proliferation of WMDs and terrorism, seen that such weaponry is the aim of some groups. The government of Yemen is especially concerned with Iran, which is known to provide military aid to the Houthi's forces (Foradori and Malin 2013). Given that, in August 2016, Yemen saw its own population

suffering a chemical attack, the employment of chemical weapons in Syria - which the country's government believes as to have been delivered by Assad - was condemnable (Al Batati 2017).

6 QUESTIONS TO PONDER

1. Are Middle Eastern states truly to condemn for the development of WMDs or is this process merely a reaction to long-dated foreign belligerency in the region?
2. Which are - and how to overcome - the obstacles hampering the establishment of a Weapons of Mass Destruction-Free-Zone (WMDFZ) in the Middle East?
3. Which is the most appropriate approach to the establishment of a WMDFZ in the Middle East: "peace first, zone second" or "zone first, peace second"?
4. Should the international community strike back at the employment of chemical weapons, such as the United States' response to the Khan Sheikhoun attack in Syria?
5. Does the Non-Proliferation Treaty (NPT) operates in favor of the status quo superpowers, discriminating regional developing actors?

REFERENCES

Aalst, Jill B. V., Guitta, Olivier. "Syria's Real Threat: biological weapons". 2013. *The National Interest.* http://nationalinterest.org/commentary/syrias-real-threat-biological-weapons-9093.
Aboud, Mohammed. 2015. "Can Oman Become a Key Player in The Syrian Crisis?". *Middle East Eye.* http://www.middleeasteye.net/news/can-oman-become-key-player--syrian-crisis-145819127.
Ackerman, G., and K. Moran. 2006. "Bioterrorism and Threat Assessment." *The Weapons of Mass Destruction Commission*. http://www.un.org/disarmament/education/wmdcommission/files/No22.pdf.
Al, Guray. 2001. *Turkey's response to threats of weapons of mass destruction*. Thesis, Monterey: Dudley Knox Library.
Al Assad, B. 2009. *Spiegel interview with Syrian President Bashar Assad*: *Peace without Syria is unthinkable*. Spiegel. http://www.spiegel.de/international/world/spiegel-interview-with-syrian-president-bashar-assad-peace-without-syria-is-unthinkable--a-602110-2.html.
Al Batati, Saeed. 2017. "Yemen Government Backs US Missile Strikes in Syria". *Gulf News.* http://gulfnews.com/news/gulf/yemen/yemen-government-backs-us-missile-strikes-in-syria-1.2007935
Alibek, Ken, and Stephen Handelman. 1999. *Biohazard*: *The Chilling True Story of The*

Largest Covert Biological Weapons Program in The World - Told from The Inside by The Man Who Ran It. 1st ed. New York: Random House.
Ali, Javed. 2001. "Chemical Weapons and The Iran-Iraq War: A Case Study in Noncompliance". *The Nonproliferation Review* 8 (1): 43-58. Doi: 10.1080/10736700108436837.
Al Jazeera. 2017a. "Assad: Syria Chemical Attack '100 Percent Fabrication'". http://www.aljazeera.com/news/2017/04/assad-syria-chemical-attack-100-percent-fabrication-170413132826779.html.
—. 2017b. "Qatar Calls for Independent Probe into Chemical Attack". http://www.aljazeera.com/news/2017/04/qatar-calls-independent-probe-chemical-attack-170415195157282.html.
—. 2017c. "Security Council Weighs Options over Syria Attack." http://www.aljazeera.com/news/2017/04/security-council-syria-attack-170406230140973.html.
Al-Shabaka. 2017. "Palestinians And the Syrian War: Between Neutrality and Dissent". https://al-shabaka.org/briefs/palestinians-syrian-war-neutrality-dissent/.
Ansari, Ali, and Aniseh Bassiri Tabrizi. 2016. "The View from Tehran". In *Understanding Iran's Role in the Syrian Conflict.* https://rusi.org/sites/default/files/201608_op_understanding_irans_role_in_the_syrian_conflict_0.pdf
Arms Control Association. 2017a. *Arms Control and Proliferation Profile*: *Pakistan.* https://www.armscontrol.org/factsheets/pakistanprofile#nuclear.
—. 2017b. *Arms Control and Proliferation Profile*: *Russia.* https://www.armscontrol.org/factsheets/russiaprofile.
—. 2017c. *Arms Control and Proliferation Profile*: *The United States.* https://www.armscontrol.org/factsheets/unitedstatesprofile.
—. 2017d. *Fact Sheets & Briefs.* https://www.armscontrol.org/factsheets/Nuclearweaponswhohaswhat.
Asia Society. 2017. *A Brief History of Nuclear Weapons States.* http://asiasociety.org/education/brief-history-nuclear-weapons-states.
Ávila, Fabrício Schiavo, José Miguel Martins, and Marco Cepik. 2009. "Armas Estratégicas e Poder no Sistema Internacional: O Advento das Armas de Energia Direta e seu Impacto Potencial sobre a Guerra e a Distribuição Multipolar de Capacidades". *Contexto Internacional* 31 (1): 49–83.
Bahgat, Gawdat. 2012. "A WMD-Free Zone in the Middle East?". *Middle East Policy Council*. http://mepc.org/wmd-free-zone-middle-east.
—. 2017. "A WMD-Free Zone in The Middle East?". *Middle East Policy Council*. http://mepc.org/wmd-free-zone-middle-east.
—. 2016. "Gulf States' Policies on Syria". *Center for Strategic and International Studies.* https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/161019_Gulf_States_Policies_on_Syria.pdf
Barnard, Anne, and Michael R. Gordon. 2017. "Worst Chemical Attack in Years in Syria". *The New York Times.* https://www.nytimes.com/2017/04/04/world/middlee-

ast/syria-gas-attack.html?_r=0.
BBC News. 2017. "Syria Chemical 'Attack': What We Know." *BBC News*. http://www.bbc.com/news/world-middle-east-39500947.
Benschop, H. P., and L.P.A De Jong. 1988. "Nerve Agent Stereoisomers: Analysis, Isolation and Toxicology." *Acc. Chem. Res. 21* (*10*): *368–74*. doi:10.1021/ar00154a003.
Blix, Hans. 2006. *Weapons of Terror*: *freeing the world of nuclear, biological and chemical arms.* Stockholm: Weapons of Mass Destruction Commission.
Blothe, Michael. 2016. "Weapons of Mass Destruction, Counter-Proliferation." In *Max Planck Encyclopedia of Public International Law*. Liverpool: Max Planck Foundation for International Peace and the Rule of Law.
Buzan, Barry, and Ole Wæver. 2003. *Regions and Powers*: *The Structure of International Security.* Cambridge: Cambridge University Press.
Carus, W. Seth. 1991. ""The Poor Man's Atomic Bomb: Biological Weapons in the Middle East." *Policy Papers*, 23.
—. 1988. "Chemical Weapons in The Middle East". *Policy Focus* 9: 1 - 13.
—. 2012. "Defining 'Weapons of Mass Destruction.'" *Center for Study of Weapons of Mass Destruction* 8 (National Defense University Press): 01-104.
Centers for Disease Control and Prevention. 2016. *Chemical Agents.* https://emergency.cdc.gov/agent/agentlistchem.asp.
—. 2017. *Bioterrorism Agents/Diseases.* https://emergency.cdc.gov/agent/agentlist.asp.
Center for Nonproliferation Studies (CNS). 2008. *Chemical and Biological Weapons*: *possession and programs past and present.* http://www.nonproliferation.org/chemical--and-biological-weapons-possession-and-programs-past-and-present/
Central Intelligence Agency (CIA). 2007. *Iraq's Chemical Warfare Program*. https://www.cia.gov/library/reports/general-reports-1/iraq_wmd_2004/chap5.html
Cook, Steven A. 2016. "What Are Turkey and Russia Doing in Syria?". *The Atlantic.* https://www.theatlantic.com/international/archive/2016/12/whats-turkey-doing-in--syria/511148/.
Cordesman, Anthony H. 2005. *Proliferation of Weapons of Mass Destruction in The Middle East*: *The Impact on The Regional Military Balance.* Washington, D.C.: Anthony H. Cordesman.
—. 2016. *China's Nuclear Forces and Weapons of Mass Destruction.* Washington: Center for Strategic and International Studies. https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/160721_China_Nuclear_Weapons_Report.pdf
Crane, David. 2017. "Idlib Left Breathless: The Chemical Attack in Khan Sheikhoun". *Syrian Accountability Project.* http://syrianaccountabilityproject.org/idlib-left-breathless-white-paper-by-syrian-accountability-project-syacuse-university.pdf
Cserveny, Vilmos; Goldblat, Josef; Hamad, Faawzy H.; Hoppe, Hannelore; Littlewood, Jez. 2004. *Building a Weapons of Mass Destruction Free Zone in the Middle East*: *global non-proliferation regimes and regional experiences*. United Nations Institute for Disarmament Research. http://www.unidir.org/files/publications/pdfs/building-a-wea-

pons-of-mass-destruction-free-zone-in-the-middle-east-global-non-proliferation-regimes-and-regional-experiences-en-543.pdf
Deutsch, Anthony. 2016. "Samples Confirm Islamic State Used Mustard Gas in Iraq". *Reuters*, February 23. http://ca.reuters.com/article/topNews/idCAKCN0VO1IC.
Devare, Suresh M. 2015. Civil War: India's policy on Syria. Kopargaon: KJS College Kopargaon.
Dokos, Thanos P. 2008. *NATO and EU options in the Mediterranean and the Middle East*. New York: Routledge.
Early, Bryan R. 2009. *Strategies for Acquiring Foreign Nuclear Assistance in The Middle East*: *Lessons from The United Arab Emirates.* http://www.belfercenter.org/sites/default/files/files/publication/Early_-_Working_Paper_-_FINAL.pdf
El-Hamid, Salem. 2017. "Germany's role in the Syrian conflict." *Current Concerns.* March 8. http://www.voltairenet.org/IMG/pdf/CC201703086.pdf
European Council on Foreign Relations (ECFR). 2013a. *Syria*: *the view from Iraq.* June 17. http://www.ecfr.eu/article/commentary_syria_the_view_from_iraq136
— 2013b. *Syria*: *the view from Jordan.* June 17. http://www.ecfr.eu/article/commentary_syria_the_view_from_jordan138.
—. 2013c. *Syria*: *the view from Lebanon*. June 19. http://www.ecfr.eu/article/commentary_syria_the_view_from_lebanon140.
Everts, Sarah. 2015. "When Chemicals Became Weapons of War". *100 Years of Chemical Weapons.* http://chemicalweapons.cenmag.org/when-chemicals-became-weapons--of-war/.
Federal Bureau of Investigation (FBI). 2017. *Amerithrax Or Anthrax Investigation.* Accessed May 28. https://www.fbi.gov/history/famous-cases/amerithrax-or-anthrax--investigation.
Federation of American Scientists. 2013. *Chemical Weapons Delivery.* https://fas.org/programs/bio/chemweapons/delivery.html.
Fidler, David P. 2004. "International Law and Weapons of Mass Destruction: End of the Arms Control Approach?" *Duke Journal of Comparative & International Law* 14: 39–88.
Foradori, Paolo, and Martin B. Malin. 2013. *A WMD-Free Zone in the Middle East*: *Regional Perspectives.* Cambridge: The Project on Managing the Atom, Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard University.
Ford, James L. 1998. "Radiological Dispersal Devices: Assessing the Transnational Threat." *Strategic Forum*, 136. https://web.archive.org/web/20051212182203/http://www.ndu.edu/inss/strforum/SF136/forum136.html.
France Diplomatie. 2016. *War in Syria*: *understanding France's position.* December. http://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/syria/france-and-syria/.
Frischknecht, F. 2003. "The History of Biological Warfare: Human Experimentation, Modern Nightmares and Lone Madmen in The Twentieth Century". *EMBO Reports* 4 (6S): 47-52. doi: 10.1038/sj.embor.embr849.

Ganesan, K., S. K. Raza, and Vijayaraghavan. 2010. "Chemical Warfare Agents." *J. Pharm Bioallied Sci.* 2 (3): 166–78. doi:10.4103/0975-7406.68498.
Gärtner, Heinz. 2011. "A Nuclear-Weapon-Free Zone in the Middle East". *Austrian Institute for International Affairs.* http://www.nonproliferation.eu/web/documents/other/heinzgartner4ec66bd720848.pdf.
Geis, Anna, and Gabi Schlag. 2017. ""The Facts Cannot Be Denied': Legitimacy, War and the Use of Chemical Weapons in Syria." *Global Discourse,* 1–20. doi: http://dx.doi.org/10.1080/23269995.2017.1288488.
Global Security. 2017. *Turkey Special Weapons.* Accessed May 5. http://www.globalsecurity.org/wmd/world/turkey/index.html.
Gopalan, Sandeep. 2007. "India-Pakistan Relations: Legalization and Agreement Design." *Vanderbilt Journal of Transnational Law*, v. 40, 687-726. https://www.vanderbilt.edu/wp-content/uploads/sites/78/Gopalan.pdf
Graham Jr., Thomas. 2004. *The Nuclear Tipping Point*: *Why States Reconsider Their Nuclear Choices*. Brookings Institution Press.
Guimarães, Bruno Gomes, Laura Quaglia, Luciana Brandão, and Willian Moraes Roberto. 2012. "Non-Proliferation - The Situation in Iran." *UFRGS Model United Nations Journal*: 2–37.
Hadian, Nasser, and Shani Hormozi. 2013 "A WMD-Free Zone in the Middle East: Iran's Security Imperatives." In *A WMD-Free Zone in the Middle East*: *Regional Perspectives*, by Paolo Foradori and Martin B., eds Malin, 14-17. Cambridge: The Project on Managing the Atom, Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard University.
Henderson, Donald A. 1999. "The Looming Threat of Bioterrorism." *Science* 283 (5406): 1279–82.
Hilleman, Maurice R. 2002. "Overview: Cause and Prevention in Biowarfare and Bioterrorism." *Merck Institute for Vaccinology* 20 (June): 1–13.
Huffington Post. 2017. *GCC Hopes for More from Trump on Syria*. http://www.huffingtonpost.com/entry/gcc-hopes-for-more-from-trump-on-syria_us_58fd9f08e4b0f420ad99c995.
International Atomic Energy Agency (IAEA). 1997. *African Nuclear Weapon-Free-Zone Treaty* (*Pelindaba Treaty*). https://www.iaea.org/publications/documents/treaties/african-nuclear-weapon-free-zone-treaty-pelindaba-treaty.
International Campaign to Abolish Nuclear Weapons (ICAN). 2014. *Eritrea.* http://www.icanw.org/wp-content/uploads/2014/04/ICAN-lobby-sheets-parliamentarians--2014-NPT-PrepCom.57.pdf.
— 2015. *Kuwait.* http://www.icanw.org/wp-content/uploads/2015/04/Lobby-sheets_2015-PRE-NPT-RevCon.92.pdf
International Committee of the Red Cross. 2010. "War and International Humanitarian Law." https://www.icrc.org/eng/war-and-law/overview-war-and-law.htm.
International Institute for Strategic Studies (IISS). 2017. *The Military Balance 2017.*

Routledge.
Institute for Defense Studies and Analyses (IDSA). 2017. "Taliban and Weapons of Mass Disruption Threat." *CBW Magazine*. http://www.idsa.in/cbwmagazine/TalibanandWeaponsofMassDisruptionThreat_aroul_0110.
Jewish Virtual Library. 2017. *Military Threats to Israel*: *Syria.* June. http://www.jewishvirtuallibrary.org/syria-military-threat-to-israel.
Johnston, Robert. 2015. *Chemical weapon terrorism in Iraq and Afghanistan.* http://www.johnstonsarchive.net/terrorism/wmdterrorism-1.html.
Katzman, Kenneth; Kerr, Paul K. 2017. "Iran Nuclear Agreement". *Congressional Research Service.* https://fas.org/sgp/crs/nuke/R43333.pdf
Khalil, Ahmad Bilal. 2017. "What Does the Syrian War Mean for Afghanistan?" *The Diplomat.* April. http://thediplomat.com/2017/04/what-does-the-syrian-war-mean-for-afghanistan/
Khan, Ali S., Alexandra M. Levitt, and Michael J. Sage. 2000. "Biological and Chemical Terrorism: Strategic Plan for Preparedness and Response." *49*(*RR04*). Georgia: Centers for Disease Control and Prevention. https://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/rr4904a1.htm#box2.
Kile, S.; Kristensen, H. 2016. *Trends in World Nuclear Forces 2016*. Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) Fact Sheet. https://www.sipri.org/sites/default/files/FS%201606%20WNF_Embargo_Final%20A.pdf
Koblentz, Gregory. 2004. "Pathogens as Weapons." *International Security* 28 (3): 84–122.
—. 2017. "Syria's Chemical Weapons Kill Chain." *Foreign Policy,* April 7. http://foreignpolicy.com/2017/04/07/syrias-chemical-weapons-kill-chain-assad-sarin/.
Kristensen, Hans M., and Robert S. Norris. 2014a. "Israeli nuclear weapons, 2014." *Bulletin of the Atomic Scientists* 70 (6): 97–115.
—. 2014b. "Worldwide Deployments of Nuclear Weapons, 2014." *Bulletin of the Atomic Scientists* 70 (5): 96–108. doi:10.1177/0096340214547619.
—. 2017. "Status of World Nuclear Forces". *Federation of American Scientists.* https://fas.org/issues/nuclear-weapons/status-world-nuclear-forces/.
Kubbig, Bernd W., and Christian Weidlich. 2015. "A WMD Free Zone for The Middle East: Taking Stock, Moving Forward Towards Cooperative Security." http://academicpeaceorchestra.com/gui/user/downloads/A%20WMD-DVs%20Free%20Zone%20For%20The%20Middle%20East.pdf
Kuwait News Agency (KUNA). 2016. "Kuwait calls for a nuclear weapon free Middle East". September 30. www.kuna.net.kw/ArticlePrintPage.aspx?id=2535951&language=enKUNA.
—. 2017. "GCC States Support US Missile Strike on Syrian Base." http://www.kuna.net.kw/ArticleDetails.aspx?id=2601330&language=en.
Lee, Wei-chin. 2001. "Thunder in the Air: Taiwan and Theater Missile Defense." *The Nonproliferation Review Fall-Winter* 2001: 107–22.

Leitenberg, Milton. 2001. "Biological Weapons In The Twentieth Century: A Review And Analysis". *Critical Reviews In Microbiology* 27 (4): 267-320. doi:10.1080/20014091096774.
Malet, David; Rogers, Herman. 2010. *Biological Weapons and Security Dilemmas. The Whitehead Journal of Diplomacy and International Relations*: 114. http://blogs.shu.edu/diplomacy/files/2012/05/008_Malet_Layout-1a.pdf
Meier, Daniel. 2013. *The Effects of Arab Spring and Syrian Uprising on Lebanon.* Paper, Oxford: Centre for Lebanese Studies Visiting Fellow, University of Oxford.
Middle East Media Research Institute (MEMRI). 2016. "Growing Syria-Egypt rapprochement includes Al-Sisi statement in support of Syrian army, reports on Egyptian military aid to Syria". *The Middle East Media Research Institute.* November 30. https://www.memri.org/reports/growing-egypt-syria-rapprochement-includes-al-si-si-statement-support-syrian-army-reports-0.
Milada, Gazy. 2013. "International efforts to create a weapons of mass destruction free zone in the Middle East." *AARMS*. http://uni-nke.hu/uploads/media_items/aarms-20132-nagy.original.pdf
Moreau, M. (January 14, 2015). *Middle East defense spending fuels security dilemma*. Source: Global Risk Insights: http://globalriskinsights.com/2015/01/middle-east-defense-spending-fuels-security-dilemma/.
National Security Council. 2008. "National Strategy to Combat Weapons of Mass Destruction." https://fas.org/irp/offdocs/nspd/.
Nobel Prize. 2003. *The Development and Proliferation of Nuclear Weapons.* https://www.nobelprize.org/educational/peace/nuclear_weapons/readmore.html
Nuclear Threat Initiative. 2015. *Iraq.* June. http://www.nti.org/learn/countries/iraq/).
—. 2016a. *United Kingdom.* October. http://www.nti.org/learn/countries/united-kingdom/.
—. 2016b. *Yemen.* July. http://www.nti.org/learn/countries/yemen
—. 2017. *Russia.* http://www.nti.org/learn/countries/russia/.
Okhovat, Sahar. 2011. "The United Nations Security Council: Its Veto Power and It Reform." *CPACS Working Paper* 15 (1): 1–75.
Organisation for the Prohibition of Chemical Weapons (OPCW). 1997. "Convention on the Prohibition of the Development, Production, Stockpiling and Use of Chemical Weapons and on Their Destruction." http://www.opcw.org/index.php?eID=dam_frontend_download&fileID=6357.
—. 2013. "Statement by H.E. Mr. Moazzam Ahmad Khan Permanent Representative of the OPCW to Pakistan at the eighteenth session of the Conference of the States Parties". https://www.opcw.org/fileadmin/OPCW/CSP/C-18/national-statements/c18nat9_e_.pdf
—. 2014. *Origins of The Chemical Weapons Convention and the OPCW.* The Hague. https://www.opcw.org/fileadmin/OPCW/Fact_Sheets/English/Fact_Sheet_1_-_History.pdf

—. 2017a. *Brief Description of Chemical Weapons.* Accessed July 5. https://www.opcw.org/about-chemical-weapons/what-is-a-chemical-weapon/.
—. 2017b. "OPCW Director-General Shares Incontrovertible Laboratory Results Concluding Exposure to Sarin." *The Hague*, Netherlands. https://www.opcw.org/news/article/opcw-director-general-shares-incontrovertible-laboratory-results-concluding-exposure-to-sarin/.
—. 2017c. "Nerve Agents: Introduction, Physical and Chemical Properties, Binary Technology, Mechanism of Action, Symptoms, Antidotes and Methods of Treatment." Accessed July 5. https://www.opcw.org/about-chemical-weapons/types-of-chemical-agent/nerve-agents/.
—. 2017d. *The Chemical Weapons Ban Facts and Figures.* https://www.opcw.org/news-publications/publications/facts-and-figures/.
Pita, René, and Juan Domingo. 2014. "The Use of Chemical Weapons in the Syrian Conflict." *Toxics 2*: 391–402. doi:10.3390/toxics2030391.
Pitschmann, Vladimir. 2014. "Overall View of Chemical and Biochemical Weapons". *Toxins 6* (6): 1761-1784. doi:10.3390/toxins6061761.
Prasad, H. 2015. "The Security Dilemma and ISIS". *International Affairs Review*. http://www.iar-gwu.org/content/security-dilemma-and-isis.
Radio Pakistan. 2017. *Pakistan Condemns Use of Chemical Weapons in Syria, Urges for Peaceful Resolution of Conflict.* http://www.radio.gov.pk/08-Apr-2017/pakistan-condemns-use-of-chemical-weapons-in-syria-urges-for-peaceful-resolution-of-conflict.
Ramani, Samuel. 2016. "Pakistan's Role in The Syria Conflict." *The Diplomat.* http://thediplomat.com/2016/08/pakistans-role-in-the-syria-conflict/.
Ravi, Sanjana. 2014. *Pulmonary or Choking Agents.* UPMC Center for Health Security. http://www.upmchealthsecurity.org/our-work/publications/choking-agents-fact-sheet.
Research Advisory Committee on Gulf War Veterans' Illnesses. 2008. *Gulf War Illness and The Health of Gulf War Veterans*: *Scientific Findings and Recommendations.* Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office.
Reuters. 2017a. "Syria's Assad Says Idlib Chemical Attack 'Fabrication': AFP Interview." http://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-syria-assad-idUSKBN17F-1NE.
—. 2017b. "U.N. Syria Envoy Says Chemical Attack Came from The Air". http://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-syria-idlib-demistura-idUSKBN1761S0.
Riedel, Stefan. 2004. "Biological Warfare and Bioterrorism: A Historical Review". *Baylor University Medical Center Proceedings* 17 (4): 400 - 406.
Rizk, Mina. 2013. "The Future of The Weapons-Of-Mass-Destruction-Free Zone in The Middle East: Challenges and Opportunities." http://acuns.org/wp-content/uploads/2013/10/Mina-Rizk-ACUNS-WMDFZME.pdf
Robinson, J P Perry. 2005. "Chemical Weapons and International Cooperation." *Elimination of Weapons of Mass Destruction*, British Association 2004 Festival of Science,

University of Exeter. SPRU—Science & Technology Policy Research, University of Sussex. http://www.sussex.ac.uk/Units/spru/hsp/documents/446rev1.pdf
Roche, A. 2012. "Tensões da Primavera do Mundo Árabe-Sunita: Entre o Wahhabismo Conservador e o Espírito Crítico, entre a Política do Petróleo e a Independência Econômica". *Revista Ciências e Letras*. http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/136.
Russian Center for Policy Research (PIR Center). 2013. "Ten Steps toward a Weapons of Mass Destruction-Free Zone in the Middle East." Paper, Moscow. http://www.pircenter.org/media/content/files/11/13655188590.pdf
Russian Federation. Ministry of Foreign Affairs. 2017a. "Foreign Ministry Statement on US Military Action in Syria On April 7, 2017". http://www.mid.ru/en/web/guest/maps/us/-/asset_publisher/unVXBbj4Z6e8/content/id/2717798.
—. 2017b. "Statement By Ambassador Mikhail I.Ulyanov Head Of The Delegation Of The Russian Federation At The First Session Of The Preparatory Committee For The 2020 Review Conference Of The Parties To The Treaty On The Non-Proliferation Of Nuclear Weapons On The Establishment Of A Middle East Zone Free Of Nuclear Weapons And All Other Weapons Of Mass Destruction, Vienna, May 8, 2017". http://www.mid.ru/en/web/guest/foreign_policy/news/-/asset_publisher/cKNonkJE02Bw/content/id/2751056.
Ryukichi, Imai. 2002. "Weapons of Mass Destruction: Major Wars, Regional Conflicts and Terrorism." *Asia-Pacific Review 9* (1): 88–99. doi:10.1080/13439000220141613.
Saikal, Mahmuod. 2015. "Statement by H.E. Mahmuod Saikal". *Statement, General Debate of the First Committee 70th Session*, New York: United Nations.
Scheinman, Lawrence. 1999. "NBC and Missile Proliferation Issues in the Middle East." In: *Middle East Security Issues in the Shadow of Mass Destruction Proliferation,* by Barry R. Schneider, 1-26. Maxwell Air Force Base, Alabama: Air University Press.
Shanedling, Abraham. 2015. "Removing Weapons of Mass Destruction from the World's Most Volatile Region: how to achieve a WMD-free zone in the middle east". *Georgetown Journal of International Law*: vol. 46, 315-361. https://www.law.georgetown.edu/academics/law-journals/gjil/recent/upload/zsx00115000315.PDF
Shoham, Dany. 2016. *Chemical and Biological Weapons in Egypt and Libya.* CBW Magazine. Institute for Defense Studies and Analyses. http://www.idsa.in/cbwmagazine/CBWinEgyptandLibya_DanyShoham. Accessed April 29.
Siracusa, Joseph. 2008. *Nuclear Weapons*: *A Very Short Introduction.* 1st ed. New York: Oxford University Press Inc.
Smart, Jeffery K. 1997. "History of Chemical and Biological Weapons". In *Medical Aspects of Chemical and Biological Warfare*, 1st ed., 9 - 86. Washington, D.C.
Smithson, Amy E. 2016. "Assad's Phony Farewell to Arms." *Foreign Affairs*, October 26.https://www.foreignaffairs.com/articles/syria/2016-10-26/assads-phony-farewell-arms.
Spaight, J. M. 1954. "Weapons of Mass Destruction." *Royal United Services Institution*

Journal 99: 58–61. doi: http://dx.doi.org/10.1080/03071845409422223.
Spiers, Edward M. 2010. *A History of Chemical and Biological Weapons.* 1st ed. London: Reaktion Books.
State of Palestine. 2015. "Statement by Ambassador Dr. Riyad Mansour, Permanent Observer of the State of Palestine to the United Nations, 2015 Review Conference of the Parties to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (NPT)". April 29. http://www.un.org/en/conf/npt/2015/statements/pdf/PS_en.pdf
State of Qatar. Ministry of Foreign Affairs. 2016. "Qatar Stresses That Weapons of Mass Destruction Are a Danger to Peace". https://www.mofa.gov.qa/en/all-mofa--news/details/2016/10/18/qatar-stresses-that-weapons-of-mass-destruction-are-a--danger-to-peace-.
—. 2017. "Qatar Takes Part in NATO Conference on Weapons Of Mass Destruction". https://www.mofa.gov.qa/en/all-mofa-news/details/2017/06/04/qatar-takes-part-in--nato-conference-on-weapons-of-mass-destruction.
Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). 1998. *Iraq*: *The UNSCOM Experience*. Stockholm: Eve Johansson.
—. 2012. *Armaments, Disarmaments and International Security.* Edited by Stockholm International Peace Research Institute. Solna: Sipri. https://www.sipri.org/sites/default/files/2016-03/SIPRIYB12Summary.pdf.
Strydom, Hendrick A. 2015. "Weapons of Mass Destruction." In *Max Planck Encyclopedia of Public International Law*. Liverpool: Max Planck Foundation for International Peace and the Rule of Law.
Sukin, Lauren. 2015. "Beyond Iran: Containing Nuclear Development in the Middle East." *The Nonproliferation Review* 22 (3): 379–400. doi:10.1080/10736700.2016.1152010.
Swaine, Michael D. 2012. "Chinese Views of the Syrian Conflict." *China Leadership Monitor.* http://carnegieendowment.org/files/Swaine_CLM_39_091312_2.pdf
Terrill, W. Andrew. 1991. "The Chemical Warfare Legacy of The Yemen War". *Comparative Strategy* 10 (2): 109-119. doi:10.1080/01495939108402836.
The White House. 2017. "Joint Statement Between the Kingdom Of Saudi Arabia And The United States Of America". https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2017/05/23/joint-statement-between-kingdom-saudi-arabia-and-united-states--america.
Tucker, Jonathan B. 1997. "Evidence Iraq Used Chemical Weapons During The 1991 Persian Gulf War". *The Nonproliferation Review* 4 (3): 114-122. doi:10.1080/10736709708436686.
UK Government. 2012. "Middle East Weapons Of Mass Destruction Free Zone Conference - GOV.UK". 2012. https://www.gov.uk/government/news/middle-east-weapons-of-mass-destruction-free-zone-conference.
—. 2016. "Joint statement on Aleppo". December 7. https://www.gov.uk/government/news/joint-statement-on-aleppo-7-december-2016.

—. 2015. *National Security Strategy and Strategic Defence And Security Review 2015.* https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/478933/52309_Cm_9161_NSS_SD_Review_web_only.pdf
Ülgen, Sinan. 2012. "Turkey and The Bomb". *Nuclear Policy*. http://carnegieendowment.org/files/turkey_bomb.pdf
United Nations. 1945. "Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice." https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf.
—. Office of Public Information. 1948. "The United Nations and Disarmament, 1945–1965." *UN Publication* 67.I.8, 28.
—. General Assembly. 2001. "Tunisia Statement by H.E. Mr. Habib Ben Yahia Minister of Foreign Affairs of the Republic of Tunisia before the Fifty-Sixth Session of the United Nations General Assembly (General Debate)". http://www.un.org/webcast/ga/56/statements/011112tunisiaE.htm.
—. Security Council. 2004. "Security Council resolution 1540 (2004) [concerning weapons of massive destruction]". April 28. In *Resolutions and Decisions of the Security Council 2004 S/RES/1540 (2004)*. Official Record. New York.
—. Security Council. 2006. "Report of the Government of the State of Eritrea pursuant to Security Council resolution 1540 (2004)".
—. Office at Geneva. 2009. "What Are Biological and Toxin Weapons?". http://www.unog.ch/80256EE600585943/(httpPages)/29B727532FECBE96C12571860035A6DB?OpenDocument.
—. 2010. "France's Action Against Proliferation." *France TNP 2010*. New York.
—. General Assembly. 2012. "Attempts to Further Mass Destruction Weapon-Free Zone in Middle East Falter amid Seemingly Insoluble Disagreements, Speakers Tell First Committee". October 16. https://www.un.org/press/en/2012/gadis3459.doc.htm.
—. 1540 Committee. 2015. "1540 Fact Sheet". https://www.un.org/en/sc/1540/1540-fact-sheet.shtml.
—. Security Council. 2016a. "Third Report of the Organization for the Prohibition of Chemical Weapons-United Nations Joint Investigative Mechanism." S/2016/738. http://undocs.org/S/2016/738.
—. General Assembly. 2016b. "First Committee On "Disarmament and International Security" | United Arab Emirates". https://www.un.int/uae/statements_speeches/first-committee-%E2%80%9Cdisarmament-and-international-security%E2%80%9D.
—. Office for Disarmament Affairs (UNODA). 2017a. "Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (NPT)." https://www.un.org/disarmament/wmd/nuclear/npt/.
—. 2017b. "The Secretary-General's Mechanism for Investigation of Alleged Use of Chemical and Biological Weapons." *Fact Sheet.* https://s3.amazonaws.com/unoda-web/wp-content/uploads/2017/04/SGM-fact-sheet-Apr2017.pdf.
United States of America. Department of State. 1945. "Documents on Disarmament."

Historical Office. https://www.un.org/disarmament/publications/documents-on-disarmament/1945-1956-dod/.
—. Department of Defense. 2017a. "Jordan Work to Prevent Weapons of Mass Destruction Proliferation". May 2018. https://www.defense.gov/News/Article/Article/1186956/us-jordan-work-to-prevent-weapons-of-mass-destruction-proliferation/.
—. Department of State. 2017b. "New START Treaty Aggregate Numbers of Strategic Offensive Arms". https://www.state.gov/documents/organization/269651.pdf
Visentini, Paulo G. Fagundes, and Willian Moraes Roberto. 2015. "As consequências da crise na Síria para o Irã: impactos para sua estratégia regional e no eixo de resistência". *Brazilian Journal of International Relations 4* (1): 71–91.
Visentini, Paulo G. Fagundes. 2002. *Oriente Médio e Afeganistão*: *Um Século de Conflitos*. Porto Alegre: Leitura XXI.
—. 2014. *O Grande Oriente Médio*: *Da Descolonização à Primavera Árabe*. 1st ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier.
—. 2012. *A Primavera Árabe*: *entre a democracia e a geopolítica do petróleo.* Porto Alegre: Leitura XXI.
Waltz, Kenneth. 1981. *The Spread of Nuclear Weapons*: *More May Better.* Adelphi Papers, no. 171: London: International Institute for Strategic Studies. https://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/waltz1.htm
—. 2000. "Structural Realism after the Cold War". *International Security* 25 (1): 5–41.
Ward, Clarissa, Waffa Munayyer, Salma Abdelaziz, and Fiona Sibbett. 2017. "Gasping for Life." *CNN*, May 9. http://edition.cnn.com/2017/05/09/middleeast/syria-chemical-attack-ward/index.html.
Washington Post. 2011. "New Libyan Government Recognizes Syrian Opposition Council". https://www.washingtonpost.com/world/new-libyan-government-recognizes-syrian-opposition-council/2011/10/19/gIQAJ3kVyL.
Whitby, S. 2002. *Biological Warfare against Crops.* New York: Palgrave.
Zanders, Jean Pascal. 2012. *Biological and Chemical Weapons and the Prospective Disarmament Process in the Middle East. EU non-proliferation consortium.* Brussels. http://www.nonproliferation.eu/web/documents/backgroundpapers/zanders.pdf._story.html?utm_term=.2ddc96e94f5f.



SPECPOL

ufrgsmun 2017

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v.5, 2017 | p. 436-475

AUTODETERMINAÇÃO E SOBERANIA ESTATAL NO SÉCULO XXI

Aline de Ávila Rocha[1]
Gabriela Ribeiro[2]
João Otávio Bueno Cadore[3]

RESUMO

O presente guia de estudos discorre acerca da soberania estatal e da autodeterminação dos povos no contexto do século XXI, analisando como tais noções são aplicadas no atual Sistema Internacional (SI). Ambos os conceitos surgiram a fim de atender questões demandadas pelo SI, com a função de manter a paz e o equilíbrio entre os Estados. Há de se discutir, entretanto, a mutação e a interpretação desses termos, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, objetivando, portanto, compreender o contexto em que são utilizados pelos movimentos de independência atuais. Visa-se à aplicação do conceito de soberania ao surgimento de novos Estados no século XXI – ainda que tal fenômeno, hoje, ocorra em uma frequência muito baixa –, apresentando os motivos históricos e recentes para a ocorrência desse processo. Além disso, busca-se verificar a forma através da qual o ideal de autodeterminação dos povos impacta no caso de grupos que visam à sua emancipação e ao reconhecimento internacional – tais como os Estados não-soberanos, os movimentos separatistas e as nações sem Estado –, analisando as justificativas que embasam os clamores por emancipação e as consequências da falta de autonomia para o desenvolvimento social e econômico desses. O debate acerca do surgimento de novos Estados e da emancipação de povos é de grande complexidade, visto que a legitimidade dos movimentos dos grupos que almejam reconhecimento internacional é composta pela divergência de interpretação dos conceitos abordados no guia.

1 Aline é estudante do último ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretora do SPECPOL.
2 Gabriela é estudante do segundo ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretora do SPECPOL.
3 João Otávio é estudante do quarto ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretor do SPECPOL.

1 INTRODUÇÃO

Nos âmbitos do Direito Internacional Público (DIP) e das Relações Internacionais (RI), emergem dois conceitos importantes a soberania estatal e a autodeterminação dos povos. Ambos são centrais para a análise do Sistema Internacional (SI), pois acompanham as transformações da ordem mundial e podem estar interconectados, de forma a se complementarem e conferirem legitimidade um ao outro. Em linhas gerais, pode-se dizer que, na maior parte das vezes, a soberania e a autodeterminação interagem de maneira complementar; no entanto, em diversos outros casos, ambos os conceitos podem atuar de forma incompatível. Por um lado, a soberania pode ratificar a condição de autonomia de um Estado, ao mesmo tempo que a autodeterminação reforça a coesão e a unidade estatal. Por outro lado, em outras situações, ocorre o oposto: quando a soberania confere poder de imposição a uma elite específica, a autodeterminação pode atuar de maneira a contestar tal situação, catalisando o movimento de emancipação da parcela descontente da sociedade.

Considerado o preceito para a existência do próprio Estado moderno, a soberania evoluiu desde a Paz de Vestfália (1648), quando foi possível observar a aplicação do conceito de maneira mais próxima ao que é entendido atualmente, com diferenças devido a crises e tratados que, paulatinamente, alteraram e moldaram o atual formato da ordem mundial. Ainda que o conceito tenha sofrido alterações ao longo da história, ele continua sendo concebido como sinônimo de independência, utilizado não apenas como afirmação da autonomia de um Estado frente a quaisquer outros atores externos, mas também como expressão de poder jurídico, conferindo ao Estado o maior poder de decisão sob qualquer instância, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

A autodeterminação, por sua vez, carrega diferentes visões acerca de como pode ser interpretada, uma vez que surgiu com o escopo de libertar nações do sistema colonial a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Atualmente, visto o diminuto número de colônias remanescentes, o conceito vem sendo ampliado e explorado, a fim de também ser aplicado para emancipação de nações em situações mais comuns no século XXI, como é caso dos Estados não-soberanos, dos movimentos separatistas e das nações sem Estado.

As páginas a seguir apresentam um breve histórico do surgimento do conceito de soberania atrelado aos acontecimentos internacionais, seguida pela seção de apresentação do problema, na qual são levantadas uma explanação sobre a autodeterminação, além da apresentação dos grupos que se valem dos conceitos de autodeterminação para fortalecer seus movimentos de independência e reconhecimento internacional e das consequências políticas e

econômicas que a falta de autonomia confere aos mesmos. Ainda nessa seção, serão apresentadas as teorias de reconhecimento de Estados e os exemplos de surgimentos dos mesmos no século XXI. O artigo é finalizado pelas ações prévias internacionais e pelo posicionamento dos países participantes do Comitê de Políticas Especiais e Descolonização (SPECPOL).

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Consagrado por Weber como a entidade que possui "monopólio do uso legítimo da força física em um determinado território" (Weber 1982, 98), o conceito de Estado passou por um longo processo e diferentes teorizações até chegar à classificação moderna. Uma série de crises do Sistema Internacional (SI) provocou alterações não somente nas relações interestatais, mas também nas interações entre o Estado e sua população. A seguir, visando à contextualização da atual ordem mundial, será apresentado um breve histórico de momentos decisivos que transformaram e moldaram o SI aos padrões atuais.

2.1 Colonialismo

Instaurado e quase dominado por Portugal e Espanha, o colonialismo iniciado no século XV possui relação direta com a formação do Estado moderno. Caracterizado pelo início da hegemonia europeia em escala mundial e implantado através do mercantilismo, pode ser considerado a viabilização econômica do Estado absolutista. Desta forma, nada mais natural que os dois primeiros Estados europeus a alcançarem um nível de centralização nacional pós-feudalismo tenham sido a vanguarda desta empreitada. A Revolução de Avis, que consolidou a formação do Estado português, possibilitou, assim, que o país se tornasse pioneiro nas navegações. Os lucros advindos desse sistema, que se focava em garantir excedentes na balança comercial, levaram a criação de um aparato estatal centralizado, unificando o Estado na figura do rei e propiciando a crescente expansão marítima (Almeida 2013).

As grandes navegações, que inicialmente colocavam o oriente como espaço estratégico para a comercialização de especiarias, acabam desenvolvendo no Continente Americano suas principais colônias. Dessa forma, enquanto a inserção na Ásia e África caracterizou-se pela construção de entrepostos comerciais para a comercialização de produtos locais, sem grande adentramento no interior continental, o caso americano foi evidenciado por uma forte expansão e dominação territorial do espaço descoberto, ainda limitada num primeiro momento, porém intensificada nos séculos seguintes (Almeida 2013).

2.2 A Guerra dos Trinta Anos e a Paz de Vestfália

Um dos conflitos mais relevantes da história europeia, a Guerra dos Trinta Anos, foi um marco na mudança das relações interestatais. Inicialmente estabelecida como uma guerra entre a Dinastia Habsburgo, católica, e os príncipes protestantes alemães, o conflito acabou culminando no abandono de tradicionais alianças e de pautas morais em proveito da *Raison d'État*, caracterizada pela defesa dos interesses nacionais, independentemente de razões éticas e morais (Kissinger 2015). Como consequência, os antigos conflitos regionais foram substituídos por uma guerra de proporções muito maiores que, para seus contemporâneos, parecia ter como finalidade o domínio da Europa (Kennedy 1991). A França, nesse contexto, assume uma postura inusitada ao deixar de lado a unidade católica para apoiar os principados protestantes. Seguindo uma política externa voltada para a balança de poder, os interesses estratégicos franceses de se ter uma Europa Central dividida e, dessa forma, incapaz de se impor contra sua vizinha, definiu a diplomacia do país pelos próximos dois séculos (Kissinger 2015).

Após anos de guerra envolvendo quase todas as potências europeias, um processo de paz foi iniciado com delegações se reunindo em duas cidades da Vestfália. Diferentemente de outros acordos, a Paz de Vestfália foi firmada a partir da assinatura de inúmeros documentos em diferentes períodos de tempo. Seus signatários buscavam resolver um conflito bastante específico, mas acabaram por alterar completamente o funcionamento da ordem mundial (Kissinger 2015).

Seu grande diferencial, dessa forma, deu-se na forma em que esses objetivos foram empenhados, destacando-se a igualdade entre os Estados soberanos. As pautas de liberdade religiosa e o direito de cada Estado de escolha de sua política interna pretendiam construir uma ordem que primava pela pluralidade política em detrimento de quaisquer ambições hegemônicas. O Estado se consolidava e seus interesses seriam priorizados frente a qualquer influência externa, seja ela de caráter imperial ou até mesmo eclesiástico (Kennedy 1991). Assim,

> O ideal de unidade imperial ou religiosa - a premissa em vigor na maior parte das ordens históricas da Europa e de outras regiões - implicava que, teoricamente, um único centro de poder poderia ser plenamente legítimo. O conceito vestfaliano tomava a multiplicidade como seu ponto de partida e unia uma múltipla variedade de sociedades, cada uma aceita como uma realidade, numa busca comum por ordem (Kissinger 2015, 34).

2.3 Neocolonialismo africano e asiático

Retomando às práticas além-mar para sustento econômico dos Estados europeus, é possível traçar uma linha direta entre o imperialismo iniciado durante o século XIX e a Segunda Revolução Industrial. A ordem internacional até então caracterizada pela estabilidade da *Pax* Britânica, enfrentava fortes mudanças com a ascensão alemã, italiana e estadunidense. A ingerência nos continentes africano e asiático pode ser considerada, dessa forma, uma resposta a esse período de mudanças, em que o Reino Unido buscava manter sua supremacia em detrimento da emergência de novas potências (Visentini e Pereira 2012).

A corrida imperialista para o continente africano, intensificada e regulamentada através da Conferência de Berlim, moldou a estrutura política e administrativa da região para como é vista atualmente, tendo introduzido novas concepções de fronteiras e espaços políticos (Dias 2010). A decadência das potências regionais tradicionais, como o Império Turco Otomano, possibilitou o ingresso de novos atores no continente. Embora fosse possível observar estruturas centralizadas e, de certa forma, estatais, anteriores à intervenção europeia, o período foi central para moldar a organização política e divisão territorial que, após os processos de independência, formam a África contemporânea (Visentini e Pereira 2012).

No caso asiático, em um primeiro momento, a expansão europeia pode ser caracterizada principalmente pela atuação da Companhia das Índias Orientais, ainda de caráter preponderantemente mercantilista. A partir desta empresa, o Reino Unido lança-se rumo à Índia, aproveitando-se de sua falta de unidade para estender seu domínio na região, através de acordos com os senhores feudais locais, que mantinham certos privilégios na nova ordem implantada, e através da guerra. No caso da China, que, apesar de certa descentralização administrativa, possuía uma unidade central, a dominação se deu de maneira mais indireta e conflituosa. Com o tempo, a Companhia foi substituída pela administração direta do governo britânico, abrindo espaço para a expansão da burguesia inglesa na região (Visentini e Pereira 2012).

O aparato administrativo-burocrático implantado caracterizou-se pela importação das instituições europeias, com pouca preocupação com a sua adaptação às realidades distintas dos países. Desta forma, as fronteiras foram divididas de forma notoriamente arbitrária, com o único objetivo de obtenção dos objetivos preferidos pelas metrópoles. A não preocupação com distinções étnico-culturais dos povos locais, numa tentativa de homogeneizar a população a partir da cultura europeia, é uma causa conhecida de conflitos étnicos existentes até os dias atuais (Dias 2010).

Notoriamente, a grande novidade importada da Europa foi o conceito de Nação, que era acoplado, de certa forma, ao de Estado, unificados a partir do uso de uma mesma língua comum que deveria ser usada por to-

dos: a da metrópole. Essas características, além de condicionantes da divisão política atual dos territórios ocupados, possuem relação direta aos conflitos ocorridos posteriormente ao período colonial. Isso se deu, principalmente, pela insuficiência do Estado independente de legitimar sua autoridade frente a todos os grupos que coexistem dentro do território, mantendo inúmeras características do período colonial (Dias 2010).

Desta forma, muito diferente de um aparato racionalmente organizado para atender aos interesses da população, os Estados pós-coloniais surgiram numa lógica muito mais complexa. Mantendo características impostas pelas metrópoles, com mudanças ocasionadas pela realidade conjuntural da época, pelas características populacionais e pela forma como se deu o processo de independência, a burocracia estatal acabou desenvolvendo uma forma híbrida de organização, coexistindo em diferentes níveis a influência europeia e africana/asiática. A participação da população, e de grupos específicos, nas decisões políticas ainda é bastante limitada em determinados lugares, e tende a ser o grande catalisador de movimentos separatistas e revolucionários (Dias 2010).

2.4 Primeira e Segunda Guerras Mundiais

De uma extensão muito superior à que seus contemporâneos poderiam ter imaginado, a Primeira Guerra Mundial (I GM) não apenas instaurou uma nova forma de conflito, de escala até então nunca vista, mas também simbolizou a queda e, de certa forma, o fracasso da ordem internacional vigente. Seu término introduziu um grande desafio para as nações vitoriosas: a construção de uma nova ordem internacional que tentasse ao máximo impedir que um novo conflito generalizado ocorresse. O Tratado de Versalhes – que firmou a paz entre as potências europeias vitoriosas e a Alemanha –, entretanto, foi ineficaz no cumprimento de seu objetivo (Kissinger 2015).

A Liga das Nações (1919) foi a primeira iniciativa criada com objetivo de estabelecer uma instituição que pudesse evitar futuros conflitos a partir da solução pacífica de controvérsias. Seja pela falta de capacidade de garantir que seus termos fossem respeitados, pelo boicote de potências como os Estados Unidos ou pela falta de mecanismos de manutenção do *status quo*, sua atuação não conseguiu impedir o surgimento de um novo conflito. Dessa forma, mesmo com o idealismo wilsoniano e seus Quatorze Pontos pregando que "cada povo deve formar sua nacionalidade, não se admitindo a intervenção de outros Estados nos negócios internos de cada um" (Wilson 1919 em Maluf 1995, 50), a aplicação do ideal não ocorreu de fato. Assim, o remanejamento da ordem internacional não foi suficiente para evitar outro conflito.

O isolamento alemão, através de um revanchismo posto em prática por meio das insustentáveis medidas do Tratado de Versalhes, somado à falta

de capacidade dos ingleses e franceses de se fazer cumprir tais medidas, ocasionou o total descumprimento por parte da Alemanha de inúmeras cláusulas do tratado, o que possibilitou, mais tarde, o ressurgimento do seu poderio econômico e militar. Assim, a ordem internacional encontrava-se mais uma vez em cheque, ameaçada por ideologias fascistas que desrespeitam quaisquer princípios de pluralidade. Alemanha e Itália, formadores do Eixo junto com o Japão, foram espaços propícios para o crescimento dessas ideologias, devido principalmente a grave crise e econômica que assolava ambos (Kissinger 2015).

Numa escala até então não vista, a Segunda Guerra Mundial (II GM) e seu fim com a vitória dos Aliados (Estados Unidos, Reino Unido, União Soviética) levaram a uma completa remodelação do Sistema Internacional. Com seu término, inicia o período conhecido por *Pax* Americana, caracterizado pela relativa paz entre os países do ocidente, sob liderança dos Estados Unidos da América (EUA). Dentre os pontos destacados está o surgimento de um mundo bipolar, dividido entre os blocos de poder da União Soviética (URSS) e EUA, e a criação de uma organização que, através do diálogo entre os Estados, propunha-se a contornar a conjuntura de insegurança da Guerra Fria e evitar que um conflito de grande magnitude voltasse a se desenvolver (Kissinger 2015).

2.5 Guerra Fria e Organização das Nações Unidas

Fundada em 1945, na Conferência de São Francisco, logo após a II GM, a Organização das Nações Unidas (ONU) surgiu com o propósito de prezar pela paz e pela cooperação internacional, na tentativa de impedir que outra guerra de extensão global ocorresse. Sob o fardo da malsucedida Liga das Nações, que não conseguiu impedir a ocorrência da II GM, a recém-criada organização possuía em frente um mundo polarizado entre as esferas de influência socialista e capitalista e diversos conflitos e tensões regionais para lidar (Kissinger 2015).

Um dos grandes debates daquele momento, intensificado pela onda de movimentos pró-independência, principalmente no continente africano, foi o princípio da Soberania e da Autodeterminação dos Povos. Em seu artigo 1º, a Carta da ONU já coloca como propósito da Organização: "Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito pelo princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas para fortalecer a paz universal; [...]" (Carta das Nações Unidas, art. 1, para. 2).

Desta forma, a ONU reafirma, em um dispositivo legal assinado pelos Estados membros, os princípios westfalianos de igualdade entre as nações e soberania sobre seu povo e território. Em sua Carta, a instituição também

destaca os direitos e as responsabilidades para com os chamados Estados não-Soberanos, que, em sua definição, só abarcava as colônias, excluindo-se, dessa forma, movimentos separatistas e nações sem Estado. No entanto, a aplicação do conceito de autodeterminação, no DIP, ainda possui uma aplicação bastante difícil, visto que lida com sujeitos diversos. Desde a população em questão, ao Estado Nacional, que deseja sempre impor sua soberania sob seu território, até as normas internacionais que muitas vezes não são claras sobre o assunto, a complexidade da situação acaba dificultando que medidas efetivas possam ser aplicadas (Aron 2002).

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

À luz da contextualização histórica apresentada, a presente seção apresentará os grupos que clamam por emancipação e reconhecimento internacional, explicitando-se os modos através dos quais a falta de autodeterminação de tais grupos afeta seu modo de vida. Será feita, também, uma explanação sobre o campo teórico do reconhecimento internacional de Estados e os casos mais recentes de novos países do Sistema Internacional no século XXI.

3.1 Autodeterminação dos Povos

O princípio de autodeterminação dos povos é um conceito atrelado ao direito internacional público, o qual confere direito aos povos que se reconhecem com a mesma etnia, cultura, nacionalidade de se autogovernarem ou aceitarem a qual governo irão se submeter. Historicamente, tal conceito serviu, entre o final do século XVIII ao início do século XX, apenas como um ramo do nacionalismo (Thürer e Burri 2008). O marco que separa formalmente o conceito de autodeterminação do nacionalismo é a publicação, em 1918, dos "14 Pontos" de Woodrow Wilson, nos quais a autodeterminação começou a ser relacionada à questão dos direitos humanos, embora o motivo principal para a defesa do fim da colonização para os Estados Unidos da América fosse o interesse de formar parcerias econômicas com as então colônias (Wilson 1918). As movimentações de descolonização, principalmente dentro do continente africano, foram motivadas por este documento, embora as reivindicações por independência obtivessem maior adesão com o final da Segunda Guerra Mundial e formação da Organização das Nações Unidas (Ribeiro 2013).

No artigo 1º da Carta das Nações Unidas, encontra-se descrito o direito de autodeterminação: "[...] desenvolver relações amigáveis entre as nações baseadas no respeito ao princípio de direitos iguais e autodeterminação dos povos, e tomar as medidas necessárias para fortalecer a paz univer-

sal [...]". Ao que tange às colônias, a Organização procura abordar, em seus artigos 73 e 74, o conceito como a base para a garantia de independência dos territórios sem administração própria, alegando uma série de medidas ao longo dos artigos para que os sejam concedida, reforçando a importância do conceito e sua relação com os direitos humanos em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Carta das Nações Unidas 1945). O avanço para tais territórios foi consagrado, no entanto, pela Declaração de Independência para os Povos e Países Coloniais em 1960, pela Assembleia Geral, ao declarar que: "[...] todos os povos têm o direito de autodeterminação; pela virtude destes direitos eles podem determinar livremente seu status político, e buscar liberdade econômica, social e desenvolvimento cultural [...]". Esta resolução demonstra a evolução dos direitos humanos no período após a Segunda Guerra Mundial, o desgaste do modelo colonial que era desempenhado e, principalmente, a conscientização dos povos que culminou em conflitos nos territórios coloniais.

Contudo, há dificuldade em estabelecer os limites jurídicos do conceito, ou seja, quando um movimento de autonomia é páreo de declarar autodeterminação ou não. A Carta menciona apenas o direito de autodeterminação dos povos para com os territórios coloniais, ou seja, não menciona como se deve agir perante os atuais movimentos separatistas, grupos armados de libertação, entre outros, dificultando, portanto, a ação da Organização. Nestes casos, embora ainda seja repleto de dúvidas, as bases de avaliação para que o direito de autodeterminação de um povo seja aceito é dado pela exclusão ou violência de uma etnia pelo poder central, como na resolução de independência do Sudão do Sul, e no sentimento de pertencimento e historicidade, ou seja, se tal povo deseja reunir-se a um país com questões étnicas e culturais semelhantes (Thürer e Burri 2008).

3.2 Grupos não reconhecidos internacionalmente

Na seguinte seção, serão apresentados os atuais casos de entidades como colônias, grupos de movimentos separatistas e povos que almejam alcançar sua independência. Alguns grupos possuem reconhecimento limitado ou nenhum; outros são objetos de políticas que buscam auxiliar na consolidação de sua autonomia. Ainda, há situações que fazem parte de um grande debate internacional sobre a legitimidade de sua autodeterminação.

3.2.1 Estados Não Soberanos

Na Carta da ONU, o capítulo XI, artigo 73, apresenta uma definição acerca do conceito de territórios que não são autogovernados:

> [...] povos que não tenham atingido a plena capacidade de se gover-

> narem a si mesmos, reconhecem o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios são da mais alta importância e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios [...] (Carta da ONU, cap. XI, art. 73).

Tal definição aplica-se aos chamados "Estados não-soberanos", territórios remanescentes do processo de descolonização após o fim da Segunda Guerra Mundial que não possuíam autonomia, sendo governados pelas potências coloniais na época. A ONU, por meio do Conselho de Tutela[4], encarregou-se de garantir o desenvolvimento econômico, político e social dos territórios através do autogoverno e o respeito à autodeterminação dos povos (Carta da ONU 1945). Desde a origem da Carta, criou-se uma lista com todos os territórios não-soberanos. Desde então, diversas ex-colônias já foram retiradas, tais como Groenlândia e Angola. No entanto, nela, ainda constam 17 territórios que possuem sua soberania controlada por um país estrangeiro, conforme apresentado na Tabela 1[5].

Tabela 1: Lista dos Estados Não Soberanos

TERRITÓRIO	ADMINISTRAÇÃO EXTERNA
Espanha[5]	Saara Ocidental

4 Conselho de Tutela das Nações Unidas foi um dos principais órgãos quando da criação da ONU, voltado especialmente para ajudar a garantir que territórios não autogovernados fossem administrados no majoritário interesse dos habitantes locais (Organização das Nações Unidas 2017a).

5 O Saara Ocidental é um dos territórios em que a indefinição do seu status internacional arrasta-se desde 1975, quando a Espanha concluiu o Acordo de Madrid com o Marrocos e a Mauritânia, comprometendo-se a retirar-se completamente do território saaraui em fevereiro de 1976, transferindo para esses Estados a administração partilhada do Saara Ocidental. A Mauritânia logo retiraria suas pretensões sobre o Saara Ocidental; porém, o mesmo não acontece com o Marrocos. Tem-se início, portanto, um conflito armado com a Frente Polísario do Saara, que visa à total independência. Uma reaproximação política do Marrocos com a Argélia, no final da década de 1980, abre a possibilidade de negociações e a ONU intervém no conflito através de um cessar-fogo assinado em 1991, sem emancipar, no entanto, o Saara Ocidental como Estado independente (Pereira 2012).

Reino Unido	Antilhas Bermudas Ilhas Virgens Britânica Ilhas Cayman Ilhas Malvinas/Falklands Montserrat Santa Helena Ilhas Turcas e Caicos Gibraltar Ilhas Pitcairn
Estados Unidos da América	Ilhas Virgens Americanas Samoa Americana Guam
França	Polinésia Francesa Nova Caledônia
Nova Zelândia	Tokelau

Fonte: Organização das Nações Unidas 2017b. Elaborado pelos autores.

A emancipação dos povos que estão submetidos à jurisdição de outro Estado é reconhecida pelo direito internacional como a aplicação da descolonização, de forma a caracterizar tal processo como um ato moral e triunfal. Dessa forma, a descolonização é considerada um processo importante, haja vista a necessidade de libertar um povo submetido a um governo injusto, sem representação democrática e sem afirmação das instituições políticas internas (Stilz 2015).

3.2.2 Movimentos separatistas

Hoje, majoritariamente, os conflitos de maior escala ocorrem dentro dos Estados, e não mais no âmbito interestatal. Dentro desse panorama, o clamor por autodeterminação, muitas vezes, é o próprio motivo para a ocorrência de tais conflitos (Buchanan 2004). Internamente, inclusive em Estados já consolidados, podemos observar movimentos que clamam por dissociação e pela criação de um novo país através de um processo de independência – como é o caso de diversos movimentos separatistas. Ainda que a ONU não encoraje movimentos separatistas dentro de Estados já consolidados, a organização também não se mostra favorável à manutenção da integridade de um Estado que desrespeita ou oprime o princípio da autodeterminação dos povos (Ary 2009).

Existem diversos exemplos ao redor do globo que se assemelham à situação descrita acima. Tais movimentos, embora visem a ideais comuns (independência e autonomia), possuem os mais diferentes motivos e finalidades, não havendo, portanto, consenso e reconhecimento de que *todos* os movimen-

tos separatistas são legítimos. Tendo isso em mente, o exemplo aqui utilizado é um movimento separatista em curso que apresenta ações e organização para alcançar sua finalidade.

Um dos movimentos mais ativos de separatismo provém da região da Catalunha, na Espanha. A região foi incorporada ao país na ocasião da união das Coroas de Aragão e Castela, em 1469. Quando houve o posterior conflito entre as duas casas, na Guerra de Sucessão Espanhola, em 1702, ela pertencia ao reino de Aragão, que acabou sendo o perdedor desse conflito. Desde então, a região foi proibida de falar sua língua de origem e teve suas instituições políticas dissolvidas. Hoje, a Catalunha se constitui como uma comunidade autônoma da Espanha e se vale do princípio da autodeterminação como forma de fortalecer sua cultura e alcançar a independência, ainda que os espanhóis, nesse caso, não reconheçam a legitimidade do princípio, devido a sua Constituição nacional. Apesar disso, em novembro de 2014, foi realizado um plebiscito em que mais de 80% dos participantes foram a favor da separação da região, de forma a fortalecer o movimento separatista (Guimarães 2015). A mais recente medida aplicada pelo governo local da Catalunha foi o anúncio da realização de outro referendo visando à independência da região com o status de república para acontecer em outubro de 2017[6] (Cordero 2017).

Outro movimento separatista que podemos citar diz respeito à Irlanda do Norte. A ilha da Irlanda era católica até a Reforma Protestante do século XV, quando a Inglaterra tornou-se parte da Igreja Anglicana. As terras irlandesas do Norte, da região conhecida como Ulster, foram confiscadas pelo poder britânico com a finalidade de converter o resto da ilha ao anglicanismo. A primeira tentativa de independência do país, a Guerra de Independência da Irlanda, culminou com o Tratado Anglo-Irlandês, em 1921, conferindo independência à Irlanda; contudo, colocou por definitivo a região do Norte sob administração britânica. No conflito surgiu do lado dos republicanos separatistas o Exército Republicano Irlandês (IRA, na sigla em inglês) que atuava atentados terroristas em território britânico e que tinha como alvo os políticos unionistas protestantes. O grupo passou por diversas transformações internas, foi enquadrado como uma organização criminosa pelo Reino Unido e atuou por meio de atentados até 2005, quando o grupo extinguiu-se após 86 anos de luta armada (Costa 2015, Elias 2009).

3.2.3 Nações sem Estado

A terceira categoria de grupos que clamam por autodeterminação está atrelada a uma questão de grande complexidade no que diz respeito ao entendimento de quem possui soberania sobre seu – suposto – território. A

6 Até a escrita do presente guia de estudos, o referendo ainda não havia acontecido; além disso, havia entraves políticos e legais, não sendo confirmada, portanto, a sua realização.

autodeterminação "tem sido muitas vezes o grito de guerra dos povos oprimidos que procuram governar seu próprio destino" (Collins 1980, 2) e para os povos que não possuem um território próprio a sentença representa a sua história.

O primeiro desses povos que podemos citar está envolvido em um conflito de grande atrito internacional: os palestinos. A Palestina foi invadida e conquistada por diversos povos em toda sua história devido à presença de Jerusalém em seu território, cidade sagrada para as três principais religiões mundiais. Os judeus foram um desses grupos a ocupar o território palestino diversas vezes e, com a formação do movimento sionista, em 1850, buscavam acolher o povo judeu em um único território devido ao forte antissemitismo surgido na época. O fim da Primeira Guerra Mundial foi crucial para moldar o destino desses dois povos em conflito: a Grã-Bretanha e demais países ocidentais[7], prevendo o desmantelamento do Império Turco Otomano, visavam à divisão do Oriente Médio e à assinatura da Declaração de Balfour[8], que consolidou o interesse de criar um lar judeu dentro da Palestina. A ascensão de Hitler e a Segunda Guerra Mundial foram o ápice do antissemitismo, exigindo uma resolução sobre o destino dos judeus. Esse contexto culminaria na divisão do território palestino em dois Estados.

Em 1947, a Assembleia Geral da ONU realizou a partilha da Palestina através da Resolução 181, de forma a dividir o território em partes árabe e judaica e estabelecendo Jerusalém como território internacional, sem estar sob a soberania de algum Estado. No ano seguinte, o novo território israelense foi atacado pelos vizinhos árabes,[9] o que acarretou uma intervenção por parte da ONU, a assinatura de um armistício e a declaração de independência de Israel. Uma nova ofensiva veio do Egito, em 1967, ocasião na qual Israel conquistou demais territórios[10] no episódio da Guerra dos Seis Dias[11], estabelecendo novas fronteiras no Oriente Médio. Em 1973, com o início da Guerra do YomKippur, Israel esteve perto de conquistar as capitais Cairo e Damasco, mas o conflito teve fim com a intervenção da ONU e com a assinatura do Acordo de Camp David entre Israel e Egito – patrocinado pelos EUA (Costa e Cela 2015).

7 Etados Unidos e França.

8 Declaração redigida pelo ministro britânico e o representante do Sionismo.

9 São eles: Egito, Síria, Transjordânia e Iraque (Costa e Cela 2015).

10 Península do Sinai, Faixa de Gaza, Cisjordânia, Jerusalém antiga e as colinas de Golã mediante a vitória bélica, mas somente Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém ocidental foram anexados ao território israelense (Costa e Cela 2015).

11 Em 1967, o Egito bloqueia novamente a saída de Israel para o Mar Vermelho (o que já havia acontecido durante a Crise de Suez em 1956) e Israel lança uma ofensiva preventiva contra as forças egípcias, jordanianas e sírias, incorporando territórios árabes. Ao fim do conflito, o território do Estado israelense havia triplicado: estavam agora sob seu domínio a península do Sinai, no Egito; as Colinas de Golã, na Síria; a faixa de Gaza, a Cisjordânia, e Jerusalém Oriental (Lopes e Felisberti, 2017).

Uma questão que pode ser levantada é que a gênese do conflito na região advém da falta de reconhecimento da autodeterminação e do direito da criação de um lar judeu. Nos dias atuais, o Estado de Israel é reconhecido internacionalmente e, apesar de o Estado da Palestina não ser unitário e apresentar fronteiras delimitadas, possui reconhecimento limitado por alguns países do globo e até mesmo pela ONU. O reconhecimento da Palestina colabora com o princípio da autodeterminação e o reconhece como um povo subjugado que compartilha questões de identidade que foram minimizadas pelo curso da história (Collins 1980).

Outro exemplo de nação sem Estado é a do povo curdo. Considerados a maior nação sem representação estatal, os curdos clamam pela constituição do Estado do Curdistão em uma localização geoestratégica relevante, "como corredor entre três diferentes continentes" (Spohr, Andriotti e Soares 2011, 95), com a presença de reservas de petróleo e a nascente de dois rios importantes, Tigres e Eufrates. Por três séculos, os curdos viveram com estabilidade dentro do Império Turco Otomano até o fim da Primeira Guerra Mundial, que levou à fragmentação do Império, à ocupação da região pela Grã-Bretanha e à assinatura do Tratado de Sèvres[12], que propiciava autonomia ao povo curdo no território – esse foi o momento no qual os curdos estiveram mais próximos de alcançar sua soberania. Tal tratado, todavia, não foi implementado e, caso tivesse sido, mais conflitos teriam ocorrido com os povos dispersos, como os armênios e os assírios, e entre as próprias tribos curdas (Mc Dowall 1992).

Figura 1: Áreas Curdas no Oriente Médio



Fonte: Diário Liberdade 2017.

12 Assinado em 1920, o tratado previa uma autonomia provisória para as áreas predominantemente curdas da Turquia com vista a uma independência total se os habitantes dessas áreas desejassem isso, inclusive aquelas que se encontravam ocupadas pelos britânicos (Mc Dowall 1992).

É importante ressaltar que o povo curdo se encontra disperso por diversos Estados reconhecidos internacionalmente, como está retratado na figura 1, tais como Turquia, Iraque, Irã, Síria, República da Armênia e do Azerbaijão (Peixinho 2010). Dessa forma, essa dispersão é utilizada não somente para provocar agitação na região – seja regionalmente seja com a atuação de potências externas –, mas também como narrativa para contestar a reivindicação por autodeterminação, questionando, assim, a coesão linguística, cultural e religiosa do povo curdo (Mc Dowall 1992).

3.3 Consequências do Déficit de Autonomia e Soberania

Após a Segunda Guerra Mundial, como visto, foi necessária a formação de um órgão internacional com a capacidade de legislar em prol da paz: a Organização das Nações Unidas (ONU). Dentro do escopo da Organização, como visto, encontram-se dois principais conceitos e princípios para a manutenção do sistema internacional a partir do século XXI: Soberania e Autodeterminação dos Povos.

A Carta das Nações Unidas (1945) estabelece que: "A Organização é baseada no princípio de soberania e igualdade de todos seus membros" (Carta das Nações Unidas 1945, art. 2, para. 1); ou seja, os Estados signatários procuram ser independentes de outros países em suas instituições políticas, econômicas e sociais, a fim de que a paz seja mantida. Junto ao conceito de soberania dos Estados, está o direito de autodeterminação dos povos, também articulado pela Carta das Nações Unidas. Embora ambos os conceitos estejam presentes no Direito Internacional Público, algumas irregularidades nas ações internas e externas de alguns países afetam, no presente, a política, a economia e a sociedade dos Estados que são ou foram subjugados ao colonialismo no século XIX (Organização das Nações Unidas 1960).

O fator econômico e social dos territórios dependentes de autoridades externas é um dos principais temas em discussão dentro do escopo do Quarto Comitê da ONU, posto em relevância na Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais (1960). Tal documento traz as afirmações e diretrizes a seguir quanto à descolonização:

> [...] convencida que a continuação do colonialismo impede o desenvolvimento da cooperação econômica internacional, dificulta o desenvolvimento social, cultural e econômico dos povos dependentes e age contra o ideal de paz universal das Nações Unidas [...] (Organização das Nações Unidas 1960) 1960A/RES/1514(XV)).

As diretrizes da descolonização foram introduzidas de forma vin-

culante pela ONU. A Carta das Nações Unidas define, seus nos artigos 73 e 74, os direitos e deveres dos países governantes de territórios não soberanos. Seguindo estes preceitos, portanto, a educação toma um papel de destaque no processo de descolonização, de modo que tende a ser um mecanismo de formação das próprias instituições dos países subjugados, o que, por fim, poderia levar ao desenvolvimento de um governo próprio (Organização das Nações Unidas 1960).

3.3.1 Atual conjuntura dos territórios não-soberanos

Ainda que os mecanismos de erradicação do colonialismo sejam influentes no cenário internacional, ainda há dezessete territórios sem jurisdição própria. Embora a ONU procure atuar em prol de um rompimento brando, essa situação é contrária aos padrões da maioria das antigas colônias africanas onde "[...] houve violenta resistência à descolonização e à tentativa de destruição dos grupos nacionais [...]" (Ribeiro 2013, 155). O processo de independência perdura ainda no século XXI, devido às inúmeras exigências a serem cumpridas para que se possam formar novas soberanias (Carta das Nações Unidas 1945, art. 73).

Dentre tais obstáculos, podemos encontrar a grande interferência dos Estados Governantes, porque, ao procurar cumprir com os objetivos do artigo 73 da Carta da ONU sobre deveres entre o governo metropolitano e os territórios não-soberanos, entra-se em conflito com os próprios interesses estratégicos dos Estados que detêm a soberania dos territórios em questão em conflito. Estar sob o domínio desses Estados, no entanto, não significa uma melhor qualidade de vida social e econômica, nem de desenvolvimento; vide tabela 2 (Banco Mundial 2017). O debate que perdura desde o fim da Segunda Guerra Mundial sobre a soberania desses NSGTs concentra-se, principalmente, nos argumentos de: (a) testes nucleares: como no caso da Polinésia Francesa em que o território é usado pela França para a realização de "testes nucleares seguros" que, entretanto são relacionados para população com o aumento da incidência de câncer; (b) controle econômico: a grande presença de multinacionais das metrópoles nos territórios não-soberanos e a incapacidade da indústria local se estabilizar devido a isso diminui a possibilidade de conseguir autonomia econômica; (c) extensão da autoridade municipal: as autoridades nos territórios não-soberanos são consideradas por muitos uma extensão do Estado administrador, retirando a autonomia política e social da região e direcionando as políticas em prol dos interesses da metrópole (Organização das Nações Unidas 2016).

Tabela 2: Dados Gerais dos NSGTs

ENS	ADMINIS-TRAÇÃO	PIB (US$/ bi)	RENDIMENTO NACIO-NAL BRUTO PER CAPITA US$	ANO
Bermudas	Reino Unido	5,574	106,104	2013
Ilhas Cayman	Reino Unido	3,207	Não disponível	2006
Polinésia Francesa	França	3,448	15,990	2000
Nova Caledônia	França	2,682	14,020	2000

Fonte: Banco Mundial 2017. Elaborado pelos autores.

3.3.2 Atual Conjuntura das ex-colônias do século XIX

O movimento de descolonização da África e da Ásia – dois principais alvos do colonialismo – teve início na metade do século XX. Durante o período da Primeira Grande Guerra, os povos tanto africanos como asiáticos entraram em maior contato com a cultura ocidental. Dentro desse contexto, ao final de tal conflito, surge com força o conceito de autodeterminação dos povos - influenciado pelos "14 Pontos" de Woodrow Wilson, o qual defende a igualdade e não-superioridade de algumas etnias sobre outras. Embora predomine a visão ocidentalista nos movimentos de independência, a importância que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) desempenhou, durante a Guerra Fria, dá-se por meio do auxílio aos movimentos de libertação, com o objetivo de aumentar suas regiões de influência e de apresentar-se como uma alternativa ao capitalismo e a suas instituições sociais e políticas (Ribeiro 2013).

Assim como a autodeterminação pode ser associada ao conceito de nacionalismo na maioria dos casos, ela é uma oposição à visão ocidental: a imposição das instituições políticas europeias e o modelo de desenvolvimento econômico aplicado às novas colônias culminaram no surgimento de uma burguesia e de uma homogeneidade no território, o que, futuramente, levaria à clamores por independência. O sentido de nação era, sobre os moldes europeus, para tais sociedades, portanto, obscuro durante o pós-Segunda Guerra Mundial, visto, até então pelos colonizadores como estruturações bárbaras e não-civilizadas a fim de fundamentar o colonialismo e o imperialismo. É possível associar o movimento nacionalista também à visão desenvolvida pelos países africanos e asiáticos de nacionalismo: histórica, com raízes em suas origens culturais, a qual contribuiu em alguns casos com o surgimento do sentimento antiocidental nestas nações, procurando romper os laços com

os países exploradores; nesse caso aproximando da URSS. A fim de garantir apoio, os líderes insurgentes - sejam estes revolucionários ou capitalistas - procuraram o apoio da população pelo resgate e manutenção da cultura, da moralidade, da história dos povos (Barraclough 1964, Ribeiro 2013, Hobsbawm 2011).

No entanto, a independência das ex-colônias, muitas vezes influenciadas pela própria metrópole após a Segunda Guerra Mundial, não acarretou o desenvolvimento e independência econômica real das nações recém-independentes. O papel das metrópoles e dos Estados Unidos nessa questão é de extrema importância, uma vez que, com a consolidação da burguesia, das disputas por zonas de influência econômica, apoiaram a descolonização em prol do próprio benefício, desmoralizando e procurando desestruturar quaisquer movimentações de independência de caráter revolucionário (Ribeiro 2013). As antigas colônias ainda são extremamente dependentes do resto das potências mundiais, possuindo uma economia em desenvolvimento e, grande parte das vezes, índices sociais alarmantes. Apesar de possuírem uma crescente produção manufatureira, suas economias ainda são concentradas na exportação de produtos primários (Hobsbawm 2011). Por fim, a maior parte das ex-colônias do século XX, nos dias de hoje, possuem altos níveis de pobreza e subdesenvolvimento, dependendo em grande parte da ajuda internacional (Banco Mundial 2017).

3.3.3 Autodeterminação e Separatismo

Inserido no art. 1 §2 da Carta das Nações Unidas (1945), o direito de autodeterminação é instituído como: "[...] desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal". Essa concepção de autodeterminação dos povos, definida em 1945, no entanto, sofre ao longo do tempo diferentes interpretações dos Estados e grupos que almejam independência. Primeiramente, esse conceito foi direcionado à descolonização ocorrida pós-Segunda Guerra Mundial, porém, com o crescimento de grupos separatistas os quais clamavam por soberania e pela evolução dos direitos humanos, esse conceito é constantemente revisitado e interpretado de diferentes formas pelos atores internacionais e intraestatais do presente (Richmond 2002). Para se entender o crescimento dos grupos não-estatais com o objetivo de garantir sua autonomia, é necessário compreender suas aspirações e concepções de soberania, o que almejam e por que o fazem.

Um dos principais objetivos da ONU é criar um ambiente de cooperação entre os Estados, sendo os atores estatais definidos pela concepção de Estados-nações. A importância do termo nação é fundamental para a com-

preensão dos grupos étnicos debatidos nesta seção, pois estes utilizam da visão de governo democrático no Estado para fundamentar seu movimento. Os atores separatistas acreditam que não se encaixam no território em que se encontram, por este ser formado por diferentes etnias. Conceitualmente, diz-se, portanto, que a sua interpretação de nação é monoétnica; a autodeterminação destes pressupõe, portanto, o domínio sobre determinado território. Os Direitos Humanos Internacionais (DHI), após 1992, com a sangrenta dissolução da Iugoslávia, tendem a permitir o envolvimento internacional em questões internas de outros países, com seu consentimento, quando estas procuram evitar o sofrimento e a degradação do ser humano (Richmond 2002). Por conseguinte, o envolvimento de atores internacionais nos conflitos étnicos e suas pretensões territoriais é gradualmente incorporado ao escopo internacional, devido à volatilidade que estes movimentos possuem em agir violentamente, agredindo os DHI. A ação destes atores externos ao conflito é exibida pela implementação de forças de manutenção da paz[13], forças de pacificação[14] e outros órgãos filiados à ONU previstos no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas.

Os atores armados não-estatais procuram, com o separatismo, adquirir soberania étnica. Tal conceito significa a busca pelo reconhecimento internacional de uma etnia por soberania sobre um território e seus recursos naturais, suas instituições políticas e econômicas, composição de exército próprio e leis próprias. Segundo Richmond (2002, 385): "a noção de soberania étnica se constitui na sua tentativa de legitimidade, status e segurança no sistema internacional que implicará legitimação interna e externa".

Embora a maior parte dos conflitos étnicos presentes no tenham maior facilidade de ocorrer em Estados enfraquecidos economicamente, a origem fundamental desses grupos está na tendência de fragmentação dos governos os quais não representam uma parcela de seus cidadãos. A exclusão de um grupo dentro do território do qual faz parte pode ser econômica, jurídica, xenofóbica, visto que tais áreas competem ao controle dos grupos dominantes. Tais grupos tendem, portanto, a se organizar a partir da exclusão política do Estado, ainda mais se a etnia em questão gozava de poder no passado. Pode-se afirmar, portanto, que a questão histórica é um dos principais fatores não apenas para a formação da cultura desses grupos, mas também para a fundamentação da sua busca por soberania (Cederman, Wimmer e Min 2010).

13 Manutenção da paz (*Peacekeeping*): dispositivo da ONU para, a manutenção da ordem após cessar-fogo ou paz. Tem como exemplos de funções: proteger os civis e os direitos humanos, auxiliar no desarmamento e auxiliar as eleições da região em que se encontram as forças (Organização das Nações Unidas 2017a).

14 Forças de pacificação (*Peacemaking*): dispositivo da ONU para auxiliar na resolução de conflitos em curso, por meio de bons ofícios e diplomacia (Organização Nações Unidas 2017a).

Provar a legitimidade desses movimentos é um tema ainda abstrato para o Sistema Internacional. Os interesses estratégicos e econômicos das potências sobre os conflitos internos das ex-colônias obrigam-nas a apoiar um dos beligerantes por via do fornecimento de suprimentos para que o conflito seja alimentado. Entretanto, dentro do escopo da ONU, a dificuldade de remediar tais conflitos encontra-se além das alianças com outros Estados; há alguns parâmetros para o reconhecimento destes grupos étnicos como passíveis de soberania: (i) o grupo deve provar a repressão dentro do território em que se encontra e ter homogeneidade e coerência dentro do movimento (comprovando insubordinação à Carta das Nações Unidas) e (ii), provar a violação do Estado opressor perante a Resolução 45/135 da Assembleia Geral das Nações Unidas, "Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes ou étnicas, religiosas e linguísticas Minorias Nacionais" de 1992 (Richmond 2002).

3.4 Teorias de reconhecimento estatal

A igualdade jurídica concedida aos Estados Soberanos quando finda a Segunda Guerra Mundial e a consequente criação de uma Nova Ordem Mundial após a Guerra Fria é um entendimento e uma evolução no que diz respeito ao reconhecimento da heterogeneidade do globo e à ruptura da normalidade da dominação de um Estado pelo outro (Aron 2002). Tal mudança conferiu nova importância ao reconhecimento de Estados, possuindo diversas maneiras de os mesmos terem seu status estatal reconhecido pelo Sistema e Direito Internacionais.

Crawford (1977) apresenta duas teorias que enxergam de maneira distinta o reconhecimento de Estados. A *teoria constitutiva* transforma um Estado em um ator internacional a partir do Direito Internacional em que um órgão competente determinaria os sujeitos do sistema, no caso, os órgãos responsáveis seriam os próprios Estados, tanto de forma individual quanto em conjunto. Já a *teoria declaratória* enxerga o reconhecimento de Estados como um ato político, independentemente da existência de tal como um sujeito de Direito Internacional, ou seja, confere um status legal e o enxerga como tal a partir de sua existência.

Aron (2002) também nos apresenta duas maneiras que os juristas elaboraram para reconhecimento estatal e a constataram diferentes práticas entre os Estado. A primeira delas é denominada *de jure*, que é o reconhecimento do Estado sem aprovação dos métodos ou princípios em que se constituiu o atual regime dele. A segunda é denominada *de facto* que é um intermédio entre o não reconhecimento e o reconhecimento de direito, ou seja, trata o Estado como uma autoridade, mas nega-lhe a legalidade diferentemente do reconhecimento *de jure* que é o reconhecimento do fato de que

um Estado existe sem o sentido ideológico.

Todavia, ambos os autores problematizam a categorização do reconhecimento de Estados. É possível colocar em debate o reconhecimento por meios diplomáticos e militares, além de levantar o questionamento do princípio da legitimidade na constituição dos Estados (Aron 2002). Ainda que haja Estados que não reconheçam outro que se declare como tal, ele não pode ser excluído e ignorado das interações internacionais, sendo aqui a política e os efeitos jurídicos outras variáveis importantes no debate (Crawford 1977).

3.5 Estados que surgiram no século XXI

Ainda nos dias atuais, o Sistema Internacional encontra-se em mudança e alguns novos países têm surgido, cada um com seus motivos e particularidades no processo. O caso mais recente que podemos citar é do Sudão do Sul, que conquistou a independência em 2011, depois de quase 99% dos votantes do Sul confirmarem estar a favor da separação do país em um plebiscito (Estadão 2011). O conflito que levou a divisão do país remonta à época em que o Sudão integrava o Império Turco Otomano, no ano de 1820, quando os povos do Norte, juntamente aos egípcios, exploravam as riquezas e os povos do Sul. Quando da independência do país, em 1956, ainda que tenha sido um processo arquitetado pela Inglaterra, a região do Sul não teve participação nas negociações, além de possuir poucos representantes na Assembleia Legislativa. No mesmo ano, teve início a Primeira Guerra Civil Sudanesa, que se estendeu até 1972 quando da criação do Movimento de Libertação do Sul Sudanês, que negociou com o Acordo de Adis Abeba que criava uma zona administrativa sulista separada do Norte; porém, a descoberta de petróleo no Sul levou ao cancelamento a região autônoma (Guia del Mundo 2007).

O plebiscito e a consequente divisão do país em Sudão e Sudão do Sul em 2011 são resultado de uma independência da submissão histórica à região do Norte em que as duas regiões do mesmo país se viam como diferentes (Hrbek 2010). Desde a criação do mais novo país do Sistema Internacional, cerca de 190 países o reconheceram e o jovem país é membro da ONU desde 14 de julho de 2011. Todavia, com o surgimento do Sudão do Sul, uma guerra civil interna também tomou conta do país em 2013 devido a disputas históricas de líderes e de grupos étnicos que almejam o controle de recursos naturais, principalmente de recursos hídricos, e pastagens. A atual crise piora as condições humanitárias em um país que enfrenta necessidades agudas e a proteção dos civis no país é incapaz de fornecer segurança para os residentes ou estrangeiros (Blanchard 2013).

O Kosovo, palco de diversos conflitos durante a Guerra Fria, declarou sua independência, de forma unilateral, da Sérvia em 2008, após anos de violentos movimentos separatistas com os vizinhos, Sérvia e Montenegro,

independentes havia dois anos da antiga Iugoslávia. A independência do Kosovo não é reconhecida em grande escala internacional; Sérvia e Rússia são os maiores opositores, caracterizando a independência como ilegítima através da violação da soberania e integridade territorial da Sérvia e pela possibilidade de retomada dos conflitos na região e de estímulo a demais movimentos separatistas (Drebes 2009). Em contrapartida, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, na Resolução 1244, coloca o Kosovo como um Candidato Potencial para se juntar à organização, ou seja, ele é visto como um Estado soberano (Severo 2015). Apesar do limitado reconhecimento internacional, a independência do Kosovo não violou nenhuma lei do Direito Internacional, de acordo com o julgamento da Corte Internacional de Justiça[15], pois não há normas no Direito Internacional que proíbam declarações de independência, sendo membro, inclusive, de algumas organizações internacionais tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Debres 2012, Efevwerhan 2012).

Em 1974, estando entre o processo de descolonização interrompido pela Revolução dos Cravos, em Portugal, e a invasão pela Indonésia, o Timor Leste, que ainda não havia consolidado um movimento nacionalista interno, tornou-se o centro de negociações entre portugueses e indonésios. Após 24 anos de ocupação no país – e após intensas negociações com Portugal e com a ONU –, a Indonésia finalmente permitiu que um referendo viesse a acontecer em setembro de 1999. Na época, acreditava-se que os timorenses estariam tão desestabilizados e desintegrados – devido ao longo período de ocupação indonésia – que a independência não seria concretizada de fato. No entanto, o resultado mostrou o contrário: 98% dos votantes se posicionaram favoráveis à independência, o que evidenciou o desgaste político-militar da ocupação indonésia. Iniciou-se, a partir de então, a reestruturação burocrática do país, a qual foi concluída e, consequentemente, possibilitou o amplo reconhecimento internacional do Timor Leste como uma nação independente em 2002 (Colares 2006). Mais uma vez, o histórico colonial se faz presente como fator principal do processo de independência e de surgimento de novos países.

Em todos os casos acima citados, a Organização das Nações Unidas (ONU) se fez presente para atender às demandas necessárias na estabilização dos novos países. No caso do Sudão do Sul, a ONU atua com a Missão das Nações Unidas para a República do Sudão do Sul (UNMISS, na sigla em inglês) de forma a ajudar a consolidar a paz e o desenvolvimento do país, além de proteger os civis e as instalações petrolíferas em meio a uma guerra civil

15 Corte Internacional de Justiça. 2010. Accordance with International Law of the Unilateral Declaration of Independence in respect of Kosovo. Advisory Opinion, I.C.J. Reports 2010, p. 403. Disponível em: http://www.icj-cij.org/files/case-related/141/141-20100722-ADV-01-00-EN.pdf

(Sengupta 2015). No Kosovo, a UNMIK (sigla para Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo) auxilia na organização administrativa e na promoção da segurança desde 1999 (Severo 2015). Permanecendo de 1999 a 2002, a presença da ONU através da Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste (UNTAET, na sigla em inglês) é considerada uma das maiores e mais bem-sucedidas missões da organização. A UNTAET, como o próprio nome já explicita, possuía funções administrativas, ou seja, as funções administrativas do governo do recém-independente Timor Leste eram exercidas pela ONU. Outra particularidade a ser ressaltada é fato de que tal trabalho não foi operado em conjunto com quaisquer outros organismos ou organizações internacionais, estando apenas a cargo da própria ONU (Colares 2006).

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Embora tópicos historicamente bastante frequentes na pauta internacional, apenas com o fim da Segunda Guerra Mundial e a consolidação da ONU que se pode perceber uma universalização por parte dos países de uma postura comum a ser seguida sobre soberania e autodeterminação. As três principais ações que se relacionam ao tópico são a Carta da ONU, o Comitê de Políticas Especiais e Descolonização (SPECPOL) e a Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais.

4.1 A Carta da ONU

Estabelecida na Conferência de São Francisco de 1941, a Carta das Nações Unidas, como documento fundador da ONU, marca como um dos principais propósitos da organização a busca pela estabilidade internacional, através do respeito da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos. Dessa forma, na busca de seus objetivos, os Estados-membros da organização devem respeitar certos preceitos estabelecidos no documento, tais como a igualdade soberana entre os membros, a não-intervenção em assuntos internos de outro Estado, bem como o respeito à integridade territorial e à independência política de cada nação (Carta das Nações Unidas 1945).

Em uma conjuntura posterior à Segunda Guerra Mundial, de grande instabilidade global e ainda com a existência de diversas colônias no então cenário internacional, a Carta destaca, em seu Capítulo XI, a discussão acerca da situação dos Estados não-soberanos. Nele, consta que

> Os Membros das Nações Unidas, que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos, reconhe-

> cem o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios são da mais alta importância, e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem estar dos habitantes desses territórios e, para tal fim, se obrigam a:
> a) assegurar, com o devido respeito à cultura dos povos interessados, o seu progresso político, econômico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua proteção contra todo abuso;
> b) desenvolver sua capacidade de governo próprio, tomar devida nota das aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo de suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes e os diferentes graus de seu adiantamento;
> c) consolidar a paz e a segurança internacionais;
> d) promover medidas construtivas de desenvolvimento, estimular pesquisas, cooperar uns com os outros e, quando for o caso, com entidades internacionais especializadas, com vistas à realização prática dos propósitos de ordem social, econômica ou científica enumerados neste Artigo; e
> e) transmitir regularmente ao Secretário-Geral, para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro caráter técnico, relativas às condições econômicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respectivamente responsáveis e que não estejam compreendidos entre aqueles a que se referem os Capítulos XII e XIII da Carta. (Carta das Nações Unidas 1945, art. 73, para. XI).

Esse documento colocou-se como base para a atuação internacional dos Estados-membros da ONU nos subsequentes processos de independência, com vários de seus preceitos utilizados como base para a Declaração sobre Concessão de Independência a Países e Povos Coloniais e na atuação do Comitê de Políticas Especiais e Descolonização (Carta das Nações Unidas 1945).

4.2 O Comitê de Políticas Especiais e Descolonização (SPECPOL)

O Quarto Comitê da Assembleia Geral da ONU (AGNU), também referido como Comitê de Políticas Especiais e Descolonização, possui uma vasta gama de competências, sendo considerado o mais versátil do sistema ONU. Sua agenda aborda tópicos que variam de descolonização a minas terrestres, de uso do espaço a operações de manutenção da paz. Estabelecido

inicialmente como um comitê centrado apenas para assuntos relacionados à descolonização e aos Estados não-soberanos, o SPECPOL acabou herdando as competências políticas originalmente alocadas em outros comitês, tais como o Primeiro Comitê da AGNU, o Comitê de Desarmamento e Segurança Internacional. Tal herança foi resultado da reforma ocorrida em 1990, cujas motivações centravam-se na independência da grande maioria de antigas colônias e no sobrecarregamento de pautas securitárias sob competência do Primeiro Comitê (Organização das Nações Unidas 2017c).

4.3 Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais

Adotada pela Assembleia Geral em 1960, a Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais reafirma o princípio de autodeterminação dos povos, já presente na Carta da ONU, destacando que a independência e soberania sobre seu território é de direito de cada povo e, dessa forma, sua violação é incompatível com os propósitos das Nações Unidas. Assim, a declaração relaciona diretamente os princípios norteadores da ONU com a questão da descolonização (Organização das Nações Unidas 2017c).

O que antes era vinculado indiretamente através dos artigos que tratavam sobre o tema na Carta da ONU e na Declaração Universal de Direitos Humanos tornou-se uma indicação direta de como os Estados-membros deveriam lidar com o tema. Mesmo não sendo de caráter vinculante, a declaração coloca-se como um marco de que a interferência nos princípios de autodeterminação e soberania não seria mais aceita pela comunidade internacional (Organização das Nações Unidas 2017c).

Pelo contrário, colocou como objetivos dos Estados membros a construção e aperfeiçoamento de todo aparato de governança política que possibilitasse aos povos sua autogestão, não aceitando mais a falta de capacidade estatal como um impeditivo para se atrasar o processo de independência. A transição de poder e autonomia política para os Estados não-soberanos colocou-se com um dos principais objetivos da organização a partir de então, o que propiciou a negociação e consolidação de inúmeros processos de independência durante a década de 1960, considerada a Década Africana (Organização das Nações Unidas 2017c).

5 POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

A presente seção irá abordar o posicionamento dos países presentes no Comitê de Políticas Especiais e Descolonização frente ao tópico em questão. O agrupamento dos Estados ocorre por meio de suas respectivas regiões político-geográficas.

5.1 Oceania

Em sua política externa, a **Austrália** evidencia os princípios norteadores das Nações Unidas, tais como a segurança e a paz internacionais, relações amigáveis entre as nações e cooperação para o desenvolvimento. Em sua atuação internacional pelos Direitos Humanos, destacam-se os princípios da boa governança e de liberdade de expressão e associação, pontos essenciais para a discussão de autodeterminação. A **Nova Zelândia**, por sua vez, atua bastante ativamente no âmbito da ONU, sendo protagonista de discussões em inúmeros organismos vinculados à organização e na sua atuação em missões de paz. Com princípios congruentes com os objetivos formulados pelo Quarto Comitê da Assembleia Geral, a Nova Zelândia destaca-se na defesa da soberania e da autodeterminação dos povos. Ambos os países – Austrália e Nova Zelândia –, como ex-colônias, ainda mantêm laços com o Reino Unido, dada sua participação na *Commonwealth*, um grupo de Nações vinculadas de maneiras distintas à Coroa Britânica, mas com princípios comuns de igualdade de estatutos, reconhecimento de um só Rei e livre associação (United Nations Association of Australia 2017, United Nations Association of New Zealand 2017).

5.2 América do Norte

O **Canadá** considera como primordial, em sua atuação nas Nações Unidas, a defesa dos princípios de soberania e autodeterminação. Dessa forma, Ottawa faz-se presente em programas de cooperação internacional que visam a maior participação da sociedade civil nas decisões públicas, sistemas anticorrupção, melhor governança e administração do patrimônio público. Além disso, o Canadá destaca-se pela tolerância à opinião de movimentos separatistas em seu próprio território, como no caso da província francófona do Quebec, que já realizou inúmeros referendos acerca de sua independência, não conseguindo resultados positivos em nenhum dos casos. Além disso, o país é membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da Commonwealth, votando de forma relativamente alinhada com os outros Estados membros (Government of Canada 2017).

Os **Estados Unidos da América** possuem um papel protagonista nas Nações Unidas, destacando-se como um dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e, hoje, como seu maior financiador. Em tese, o respeito à soberania político-territorial dos Estados é tido como um princípio fundamental por Washington (United States Mission to the United Nations 2017). No entanto, tal preceito já foi relevado quando o país verificou a necessidade de aplicar o princípio de responsabilidade de proteger, principalmente em casos de terrorismo e risco à segurança nacional. A política externa estadunidense para o tema, nesse sentido, tende a ser adaptada de acordo com

as especificidades de cada caso, ao invés de ocorrer a aplicação de diretrizes gerais, ou seja, válidas a todos.

5.3 América do Sul e Caribe

A **Argentina**, assim como grande parte dos países latino-americanos, é grande apoiadora dos movimentos de autodeterminação e soberania. Em 1982, o país foi beligerante do conflito das Ilhas Malvinas/Falklands, território atualmente considerado colônia especial do Reino Unido, porém historicamente de domínio Argentino. Apesar de derrotado em guerra, o Estado argentino ainda procura recuperar o território por meio das organizações internacionais, tendo o apoio da América Latina, Caribe e da quase totalidade de nações africanas (Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de República de Argentina 2017).

O **Brasil** procura sempre seguir as diretrizes dos seus mecanismos de integração regional – a CELAC, o MERCOSUL e a UNASUL. Brasília apoia os princípios fundamentais de autodeterminação e soberania, principalmente ao que condiz à emancipação de antigas colônias. É signatário de diversos acordos multilaterais com países africanos e árabes, tais como a Declaração de Riad elaborada pela Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), e foi um dos primeiros a reconhecer a independência e consequente soberania do Sudão do Sul. Além disso, o país também é forte apoiador do reconhecimento internacional do Estado da Palestina, o que gerou atritos com o corpo diplomático israelense em 2014, quando o Estado brasileiro foi chamado de "anão diplomático" ao questionar Israel quanto à violência na Faixa de Gaza (Ministério das Relações Exteriores do Brasil 2017a, G1 2014).

Assim como o Brasil, o **Chile** procura afirmar as posições dos blocos regionais dos quais é parte e das Nações Unidas, além de possuir fortes relações e acordos multilaterais com países do eixo norte, procurando tomar suas decisões diplomáticas em congruência à boa vizinhança com esses países (Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile 2017).

Cuba, embora não seja parte da maioria das organizações regionais da América Latina e do Caribe, segue, geralmente, as diretrizes desses blocos. Havana é parte constituinte do Movimento dos Não Alinhados (MNA), junto a outros países presentes no comitê. Além disso, ressaltam-se as fortes relações com os países em desenvolvimento da África mantidas pelo governo cubano e o apoio dos movimentos de libertação africana, devido ao seu caráter revolucionário, nutrindo um forte sentimento anticolonial por meios militares, sociais e diplomáticos (Ministerio de Relaciones Exteriores de Cuba 2012, Pereira 2016).

O **Peru** enfatiza as relações no eixo Sul-Sul, de forma que é parte de integrações regionais na América Latina e no Caribe (Ministerio de Rela-

ciones Exteriores de Perú 2017). Quanto às relações com região do Oriente Médio, Lima é membro da Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) juntamente a outros integrantes do SPECPOL. Como uma ex-colônia, reforça a política de descolonização sustentada pelo comitê e assim como os demais países latino-americanos, defende a autodeterminação e soberania do povo do Saara Ocidental (Organização das Nações Unidas 2016).

Assim como Cuba, a **Venezuela** tem protagonismo limitado pelos outros países no cenário internacional devido à sua política interna de caráter revolucionário e que atualmente passa por uma séria crise, de forma a se configurar como um dos assuntos mais polêmicos entre os países. Como membro do Movimento dos Não Alinhados, procura fortalecer as relações do eixo sul-sul e procura seguir as diretrizes contra o colonialismo e a favor da soberania e da autodeterminação. Ainda, o país repudia os fortes laços de dominação que as potências tradicionais exerceram e exercem sobre os países em desenvolvimento (Ministério das Relações Exteriores do Brasil 2017b).

5.4 África

A **África do Sul** é aliada ao Movimento dos Não Alinhados (MNA) seguindo os princípios de democracia, boa governança e defesa dos direitos humanos. À procura de cooperação regional e da promoção da paz, tem enfrentado diversos problemas com a África Subsaariana devido à questão do Saara Ocidental e do reingresso do Reino do Marrocos à União Africana em janeiro de 2017, o que causou insegurança da África do Sul e de outros membros da UA perante possíveis interesses do Marrocos (República da África do Sul 2004). Angola, ex-colônia de Portugal, possui diversos problemas ligados ao seu desenvolvimento interno referentes à prolongada guerra civil (1975–2002) que sucedeu a sua descolonização. Seu histórico colonial levou a união com os demais países na mesma condição em órgãos como a União Africana e do Movimento de Não Alinhados (Hanson 2008).

A política externa do **Marrocos** sofreu alterações desde o início de 2017. Ligado diretamente à questão de independência do Saara Ocidental, que se encontra sob a jurisdição marroquina desde 1975, o Marrocos abandonou a União Africana (UA) em 1984 devido à organização considerar o movimento de autodeterminação do povo saarauí como legítimo; porém, em janeiro de 2017 retornou à organização (Mohamed 2017, Diário de Notícias 2017). Membro da União do Magrebe Árabe (UMA) procura o apoio estratégico dos demais países membros para consolidar seus objetivos fronteiriços relativos ao Saara Ocidental. É contrariado, no entanto, principalmente pela Argélia, a qual é grande defensora da Frente Polisário, movimento saarauí, e um importante membro da União de forma a dificultar a cooperação entre os países da região (Newsweek 2016).

Desde 2003, o **Sudão** enfrenta diferentes crises que são remetidas a movimentos separatistas e de autodeterminação: a questão de Darfur e a independência do Sudão do Sul. O primeiro movimento perdura desde 2003, quando rebeldes realizaram um levante na região de Darfur devido à desigualdade e marginalização entre a região e as demais províncias do Sudão. A rebelião foi sufocada violentamente pelo atual presidente sudanês Omar al-Bashir (Oxfam 2017). A relação com os Estados Unidos da América, já conturbada por sanções econômicas, piorou na época, apenas vindo a ser relativamente suavizada em 2017, quando a presença das missões de paz da ONU e da União Africana em Darfur levou a retirada das sanções sobre o país (Burke 2017). A segunda situação, a qual culminou na independência do **Sudão do Sul** em 2011, é um fator de instabilidade para os dois países devido ao conflito que se estendeu de 1983 até 2011. O principal fator que contribuiu para a garantia de independência do Sudão do Sul foi a autodeterminação dos povos; porém, o fim do conflito não levou à paz no novo país, pois diferentes grupos rebelaram-se com o objetivo de chegar ao poder, deflagrando uma guerra que se estende até os dias de hoje, sendo considerada pelas Nações Unidas como uma crise humanitária e tendo tropas internacionais presentes no país (Oxfam 2017, BBC News 2014).

5.5 Europa

A **França** é um dos atores principais ao abordar a colonização nos séculos XX e XIX e atualmente as relações internacionais do país são de caráter Norte-Norte e extremamente influenciadas pelos demais representantes da União Europeia. Apesar de auxiliar suas colônias a adquirirem sua independência no pós-Segunda Guerra Mundial – à exceção da Argélia, a qual sofreu uma com a guerra de independência entre 1954 e 1962 –, o país ainda tem o caráter de governante em dois dos 17 territórios listados pelas Nações Unidas como não-soberanos (Organização das Nações Unidas 2017b). Portugal, primeiro império colonial, tem grande histórico com as colonizações: foi pioneiro no século XVI junto à Espanha e também deteve algumas colônias entre os séculos XIX e XX. Sua política quanto aos assuntos abordados neste tópico é harmonizada de acordo com as diretrizes adotadas pela União Europeia (Instituto Diplomático 2017).

A **Espanha** possui casos de regiões que clamam por autonomia, como é o caso da Catalunha e do País Basco. Contudo, existe uma diferença entre suas reivindicações: enquanto a primeira está organizando um referendo para o mês de outubro, o qual definirá sua independência ou permanência na Espanha, a segunda deseja, por ora, sua autodeterminação, porém de forma a continuar parte do território espanhol, reivindicando apenas maior participação política, com seu próprio partido político (Bambery 2017, Toyer 2014).

Apesar da atual política externa do **Reino Unido** estar sob uma possível alteração com os efeitos da retirada do país da União Europeia, o ator ainda segue diversas diretrizes adotadas pela organização quanto aos assuntos exteriores. Assim, sua política externa também é regulada, majoritariamente, pelo eixo Norte-Norte (Organização das Nações Unidas 2017d). Junto à França e à Espanha, o Reino Unido também é detentor da maior parte dos territórios que ainda não têm soberania própria; os que se destacam pela importância estratégica são os casos das Ilhas Malvinas/*Falklands* e Gibraltar: a primeira é uma disputa histórica com a Argentina pelo território localizado ao Sul deste último; o segundo caso diz respeito à independência de Gibraltar que é visada pela União Europeia, principalmente pela Espanha devido à importância estratégico-econômica o território para a comunidade europeia que atualmente está sob administração britânica, a qual seria prejudicada com o *Brexit* (Organização das Nações Unidas 2015).

A **Suécia** acredita que a autodeterminação está relacionada com a promoção dos direitos humanos, estando a defesa de tal direito sempre presente na história do país (Diab 2017). Ainda assim, a Suécia possui uma questão interna de não-reconhecimento do clamor por autodeterminação do povo indígena Sami, que não deseja independência do país, mas sim obter maior participação política (Fuchs 2014). De igual maneira, o princípio da autodeterminação também foi muito importante ao longo de toda a história da **Alemanha**, principalmente após a queda do muro de Berlim (Danspeckgruber e Gardner 2017). Ainda que o direito da autodeterminação tenha sido peça chave para a reconstrução alemã, o país possui ressalvas quanto a movimentos de autonomia que possam alterar o equilíbrio da Europa, como o movimento dos Curdos (Ertem 2014).

Através de um referendo, a Crimeia foi separada da **Ucrânia** e reintegrada à Rússia durante a Revolução Ucraniana de 2014, sob o discurso de que o direito de autodeterminação da península foi atendido e de que o direito internacional não foi violado. Ucrânia e Rússia mantinham relações próximas devido a seu histórico de pertencimento à União Soviética, no entanto, o processo de separação da Crimeia catalisou o desentendimento entre ambas as nações bem como gerou repercussões por parte dos países-membros da OTAN. Além disso, há dúvidas quanto à legitimidade do alegado desejo por autodeterminação: autoridades ucranianas, por exemplo, afirmam que o desejo de autodeterminação da região não tenha existido de fato, e que a Rússia anexou unilateral e ilegalmente a península (van den Driest 2015).

Ao longo da história diplomática da **Federação Russa**, observou-se como esta manejava tanto com as relações Sul-Norte quanto Sul-Sul, emergindo da Segunda Guerra Mundial como uma potência bélica. Além disso, possui papel importante como intermediária nas relações Europa-Ásia, sendo

ator fundamental para a presença europeia na região do Pacífico (Lavrov 2016). Quanto a pretensões territoriais internas, em 2014, a Federação Russa declarou soberania sobre a Península da Crimeia, reintegrando-a ao seu território alegando a maioria russa presente na região (Kirby 2015). Além desse conflito direto, o governo russo hoje se envolve na questão da Síria ao apoiar o governo de Bashar al-Assad com recursos militares na guerra civil presente (Robins-Early 2017).

5.6 Sul e Sudeste da Ásia

A **República Popular da China** é um país multiétnico e suas diferenças culturais foram incorporadas em um Estado unitário, de forma a revelar uma tendência a defender a integridade territorial – a exemplo da incorporação do Tibete na década de 1950, região, hoje, considerada inalienável ao país. Além disso, o posicionamento sobre autodeterminação não diz respeito apenas ao âmbito interno: o país acredita ter mais que a soberania *de jure* sobre Taiwan, possuindo também soberania *de facto* sobre a ilha (St Antony's International Review 2010). Outra questão que pode ser levantada são reivindicações de soberania em relação à totalidade da área do Mar do Sul da China ou suas ilhas entre China, Taiwan, Vietnã, Filipinas, Malásia e Brunei; porém, o país sempre se posicionou sobre a inviolabilidade da região sobre sua soberania (Pereira 2004).

A posição da **Índia** nos fóruns internacionais sobre o assunto encontra-se na defesa da autodeterminação quando aplicada em um contexto específico da dominação estrangeira, como o colonialismo, e é claramente contra a sua aplicação às situações pós-coloniais, Estados independentes soberanos e outras situações. Ainda, acredita que o direito à autodeterminação que leve à secessão não pode ser proibido ou considerado crime (Burra 2017). A **Indonésia** teve seu processo de descolonização fortemente apoiado no conceito de autodeterminação, ainda que a coesão do país permaneça um desafio devido a regiões como o Timor Leste, que também reivindicou sua autodeterminação e tornou-se independente. Logo, a emergência dos conflitos de autodeterminação no país teve motivação quando da violação dos direitos humanos pelo exército, pelo desequilíbrio do desenvolvimento de diferentes regiões, pelas migrações internas e pela manipulação política (Aiyub Kadir 2015).

Considerando que o desenvolvimento de estruturas democráticas consolidadas é vital para a proteção e promoção dos Direitos Humanos, o **Japão** possui forte participação na ONU buscando a promoção da cooperação internacional através desses princípios. A discussão sobre soberania destaca-se bastante para o governo japonês pelas suas reivindicações territoriais perto da costa japonesa, principalmente contra a Rússia e China (Ministry of Foreign Affairs of Japan 2017).

O **Paquistão** acredita que a autodeterminação dos povos é uma condição fundamental para a efetiva observância e garantia dos direitos humanos. Sendo autor de resolução[16] sobre o assunto que foi aprovada por consenso na Assembleia Geral da ONU em 2016 em que colocava a visão da autodeterminação como direito inalienável (Hindustan Times 2016). Além disso, discorda da Índia quanto à aplicação restrita do direito à autodeterminação somente para povos sob dominação estrangeira direta, o que se aplica para a questão da Caxemira – e a parte administrada pela Índia – visto que a região é majoritariamente muçulmana e, pela perspectiva paquistanesa, deveria ser incorporada em seu território (Burra 2017, Pereira 2010).

O princípio da autodeterminação foi importante para a emancipação da **República Popular Democrática da Coreia** após a divisão da Península Coreana. A partir de então, o país determinou seu próprio curso, apesar da dependência de importações de energia e tecnologia (Feffer 2017). O conceito de autodeterminação, para o país, reflete-se em manter distante o contato externo, através da barganha com armamento nuclear com a finalidade de autopreservação e autonomia, de forma a ser confundido com uma política de caráter isolacionista (Kim 2014). Já a **República da Coreia** teve o direito da autodeterminação garantido pelo governo Truman, de forma a garantir a rejeição ao comunismo do vizinho do Norte e estabelecer a paz no lado sul da Península Coreana (Matray 1979).

5.7 Oriente Médio

A população curda encontra-se espalhada dentro da **Turquia**, a qual não legitima o movimento de autonomia desse povo, que deseja criar seu próprio Estado ocupando um espaço do atual território turco. A questão da autodeterminação curda é vista com alta complexidade, dada a existência de um conflito armado entre as duas partes. Embora os direitos políticos não sejam negados aos curdos que vivem no país, uma vez que os curdos estão organizados no Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK, a sigla original), sua identidade cultural sofre medidas para serem dissolvidas, como consta na Constituição que somente a língua turca pode ser ensinada no país (Naegele 1998).

No que tange à prática da soberania, a **República Islâmica do Irã** é um ator que constantemente é questionado e está envolvido em discussões internacionais a respeito de suas ações internas (Newman 2009). O país afirma veementemente que possui o direito democrático de conduzir seus interesses sem interferências externas, de forma a fazer uso de sua soberania plenamente. De igual maneira, sendo um exemplo de país que passa por contestações internacionais, o Irã também defende o direito de autodeterminação

16 Rascunho de Resolução A/C.3/71/L.49.

para resolução de problemas internos e de seu entorno estratégico, como no caso de Israel e Síria (Newman 2009, Tehran Times 2015).

Considerando a emancipação curda uma ameaça à integridade territorial, o **Iraque** acredita que vários movimentos desse grupo contaram com apoio de potências externas, com a finalidade de desestabilizar o governo (Duman 2016). Em contrapartida, a autodeterminação faz-se um fator importante para o país, uma vez que, tendo passado por severas intervenções externas, busca construir um Estado pacífico e democrático (Finger 2005).

Antes de **Israel** consolidar-se como território judeu, tal povo não possuía um território próprio e a mesma situação ocorre hoje com os Palestinos, que o país judeu desocupe as terras que são dos palestinos por direito. A instabilidade histórica advém do impasse sobre o direito da autodeterminação dos palestinos, aos quais foram negadas as formas mais elementares de autodeterminação – tais como a sua exclusão das negociações que ocorreram para resolver o conflito israelense-palestino, enquanto os judeus constituíram-se como um Estado-nação, gozando de direitos democráticos de participação política (Kapitan 1995). A resolução do conflito gira em torno das propostas de "Solução de dois Estados", em que árabes e judeus teriam seus próprios territórios, e "Um Estado", na qual Israel anexaria as regiões onde os palestinos atualmente ocupam – a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, as quais, atualmente, Israel vem ocupando através de assentamentos, prática condenada internacionalmente[17] –, formando um Estado árabe-judeu (Liebermann, Dewan e Said-Moorhouse 2017).

A **Síria** tem sido palco do conflito contra o governo do presidente Bashar al-Assad, o mais duradouro desde o início da Primavera Árabe. À medida que a oposição ao regime Assad aumentava, a repressão do governo também se intensificava, de forma que a guerra civil instalada no país desde 2011 escalonou para um conflito internacional, devido a acusações de financiamento estrangeiro a grupos rebeldes, ao uso de armas químicas e ao pretexto de combater o Estado Islâmico (BBC Brasil 2017). A interferência externa pode configurar uma ameaça à autodeterminação de um país quando ele não compartilha os mesmos padrões de outros e quando suas decisões internas são vistas como ameaças (Haiphong 2016).

6 QUESTÕES PARA PONDERAR

1. As reivindicações de povos por autodeterminação e de Estados por reconhecimento internacional são legítimas em todos os casos?

2. Por que o reconhecimento internacional de um país/Estado/nação é im-

17 Os assentamentos são construções do governo israelense em territórios privados em regiões onde os palestinos se encontram com a finalidade de ocupar esse espaço dificultando o processo de paz e de devolução de terras para os palestinos (Lopes e Felisberti 2017).

portante?
3. Somente a autodeterminação de um povo é suficiente para a construção e emancipação do mesmo como Nação? Para quem esse conceito se aplica?

REFERÊNCIAS

Aiyub Kadir, M.Ya'kub. 2015. "Revisiting Self-Determination Conflicts in Indonesia: An International Law Perspective". *Indonesia Law Review* 5 (2): 123. http://ilrev.ui.ac.id/index.php/home/article/view/116/pdf_63v. Acesso em: 6 ago 2017.
Almeida, José Daniel Lima de. 2013. *História do Brasil.* 1ª ed. Brasília. FUNAG.
Aron, Raymond. 2002. *Paz e Guerra Entre as Nações.* 1ª ed. Brasília: UNB/IPRI.
Ary, Thalita. 2009. "As Perspectivas Contemporâneas acerca do princípio da Autodeterminação dos Povos". *Revista Da FA* 76 (1): 11-28. http://www.uni7setembro.edu.br/periodicos/index.php/revistajuridica/article/view/231/255. Acesso em: 07 mai 2017.
Bambery, Chris. 2017. "Catalonia Must Have The Right To Self-Determination". *Counterfire.* http://www.counterfire.org/articles/analysis/18910-catalonia-must-have-the-right-to-self-determination.
Banco Mundial. 2017. *World Bank Indicators.* http://data.worldbank.org/indicator.
Barraclough, Geoffrey. 1964. *Introdução à História Contemporânea.* 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
BBC Brasil. 2017. *Por Que Há Uma Guerra Na Síria*: *10 Perguntas Para Entender O Conflito.* http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37472074.
BBC News. 2014. *South Sudan*: *What is the fighting about*? http://www.bbc.com/news/world-africa-25427965.
Blanchard, Lauren Ploch. 2013. "The Crisis in South Sudan". *Congressional Research Service.* http://www.refworld.org/pdfid/52cff1494.pdf. Acesso em: 07 ago 2017.
Burke, Jason. 2017. "US eases sanctions against Sudan, citing humanitarian improvements". *The Guardian.* 13 de janeiro de 2017. https://www.theguardian.com/world/2017/jan/13/sudan-us-sanctions-eased-terrorism-human-rights.
Buchanan, Allen E. 2007. *Justice, Legitimacy, and Self-Determination.* 1º ed. Oxford: Oxford University Press.
Burra, Srinivas. 2017. "Where Does India Stand on the Right to Self-determination?". *Economic & Politcal Weekly.* http://www.epw.in/journal/2017/2/commentary/where-does-india-stand-right-self-determination.html.
Carta das Nações Unidas. 1945. *Centro de Informação das Nações Unidas Rio de Janeiro*. http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf.
Cederman, Lars-Erik, Andreas Wimmer, e Brian Min. 2010. "Why Do Ethnic Groups Rebel? New Data and Analysis". *World Politics* 62, nº 01 (Janeiro de 2010): 87–119. Doi:10.1017/S0043887109990219.
Colares, Luciano. 2006. *As Missões de Paz da ONU e a Questão do Timor Leste*: *Ponto*

de Inflexão? Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Collins, John A. 1980. "Self-Determination in International Law: The Palestinians". *Case Western Reserve Journal of International Law* 12 (1): 137-167. http://scholarlycommons.law.case.edu/jil/vol12/iss1/. Acesso em: 09 mai 2017.
Costa, Leandro. 2015. "Os resultados do Acordo de Belfast: As identidades e as decorrências do processo de paz na Irlanda do Norte". *Revista NEIBA* 4(1). http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/13656
Costa, Luisa Scarpelli da, e Vânia Vaz Barbosa Cela. 2017. "A Colonização da Palestina: Violação ao Direito a Terra e à Autodeterminação dos Povos". *Revista De Estudos Jurídicos e Sociais*, 152-170. http://concursoliterario.unirn.edu.br/index.php/rejus/issue/view/1/showToc. Acesso em: 09 mai 2017.
Crawford, J . 1977. The Criteria for Statehood in International Law. *British Yearbook of International Law 48* (1): 93-182. doi:10.1093/bybil/48.1.93. Acesso em: 09 mai 2017.
Cordero, Dani. 2017. "Catalunha anuncia para 1º de outubro referendo sobre sua independência da Espanha". *El País.* https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/09/internacional/1496992021_200661.html. Acesso em: 07 ago 2017.
Danspeckgruber, Wolfgang e Anne-Marie Gardner. 2017. "Self-Determination". *The Princeton Encyclopedia of Self-Determination.* http://pesd.princeton.edu/?q=node/266. Acesso em: 14 jun 2017
Debres, Josué Scheer. 2012. "A independência do Kosovo: a controversa emergência de um Estado na ordem política internacional". *Conteúdo Jurídico.* Brasília. http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.36057. Acesso em: 07 ago 2017.
Diab, Emily. 2017. "Sweden and Human Rights". *Sweden.Se.* https://sweden.se/society/sweden-and-human-rights/.
Dias, Eduardo Costa. 2010. *Do Estado colonial ao Estado pós-colonial*. Janus. https://www.janusonline.pt/arquivo/popups2010/2010_3_2_1.pdf.
Diário de Notícias. 2017. *Marrocos regressa à União Africana apesar de diferindo sobre Sara Ocidental*. http://www.dn.pt/mundo/interior/marrocos-regressa-a-uniao-africana-apesar-de-diferendo-sobre-sara-ocidental-5638864.html.
Diário Liberdade. 2016. *Um impossível Estado curdo.* https://gz.diarioliberdade.org/mundo/item/103788-um-impossivel-estado-curdo.html
Duman, Yasin. 2016. "The Self-Determination Policies of Kurds in Iraq and Syria: How It Affects Turkey's International Relations". *Kurdish Question.* http://www.kurdishquestion.com/article/3214-the-self-determination-policies-of-kurds-in-iraq-and-syria-how-it-affects-turkey-s-international-relations.
Elias, Ivi. 2009. *O Mito de Sísifo*: *a mediação do processo de paz na Irlanda do Norte e a assinatura do Acordo de Sexta Feira Santa.* Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
Ertem, Cemil. 2014. Why Is Germany Against Kurds' Right To Self-Determination? *Daily Sabah.* https://www.dailysabah.com/columns/cemil-ertem/2014/08/19/why-is-

-germany-against-kurds-right-to-selfdetermination.
Efevwerhan, David. 2012. "Kosovo's Chances of UN Membership: A Prognosis". *Goettingen Journal Of International Law* 4 (1): 93-130. http://www.gojil.eu/41-home. Acesso em: 05 mai. 2017.
Estadão. 2011. *Sudão reconhece decisão do Sul de se separar do país.* http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,sudao-reconhece-decisao-do-sul-de-se-separar-do-pais,673515. Acesso em: 04 mai. 2017.
Feffer, John. 2017. "Korea: Liberation and Self-Determination". *Ibiblio.* https://www.ibiblio.org/ahkitj/wscfap/arms1974/HRS/2002/Stop%20US%20Military%20dossier/background.htm
Finger, Barry. 2005. "Self-Determination And Democracy In The Iraqi Conflict". *Newpol.* http://newpol.org/content/self-determination-and-democracy-iraqi-conflict.
Fuchs, Léon. 2014. "Understanding And Implementing Self-determination For Indigenous Peoples: The Case Of The Sami In Sweden". *Department of Peace and Development Studies.* https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:733844/FULLTEXT01.pdf.
G1. 2014. *Israel chama Brasil de 'anão diplomático' por convocar embaixador.* http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/07/israel-lamenta-decisao-do-brasil-de-convocar-embaixador-em-tel-aviv.html.
Government of Canada. 2017. *Canada and the United Nations.* http://www.international.gc.ca/genev/mission/Canada-UN_NU.aspx?lang=eng.
Guia del Mundo. 2007. *Historia Del Sudán.* Disponível em: http://www.guiadelmundo.org.uy/cd/countries/sdn/History.html. Acesso em: 04 mai. 2017.
Guimarães, Amanda J. de O. 2015. "Catalunha: desejo de independência e os condicionantes do processo". *Conjuntura Internacional.* https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2015/11/14/catalunha-desejo-de-independencia-e-os-condicionantes-do-processo/. Acesso em: 07 mai 2017
Haiphong, Daniel. 2016. "Syria and Imperialism's War on Self-Determination". *Ahtribune.* http://ahtribune.com/world/north-africa-south-west-asia/syria-crisis/1217-syria-imperialism-war.html.
Hanson, Stephanie. 2008. "Angola's Political and Economic Development". *Council on Foreign Relations.* 17 de julho de 2008. https://www.cfr.org/backgrounder/angolas-political-and-economic-development.
Hindustan Times. 2016. *UNGA Adopts Pakistan's Resolution on Self-Determination.* http://www.hindustantimes.com/world-news/unga-adopts-pakistan-s-resolution-on-self-determination/story-AOo40d3zLSq0VKcJd47WRM.html.
Hobsbawn, Eric. 2011. *A Era dos Extremos.* 1º ed. Londres: Abacus.
Hrbek, Ivan. 2010. *A África setentrional e o chifre da África.* Brasília: UNESCO.
Instituto Diplomático. 2017. "Relações Diplomáticas de A a Z". *Ministério dos Negócios Estrangeiros.* https://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas.html#za.
Kapitan, Tomis. 1995. "Self Determination and the Israeli Palestine Conflict". *Tamil-*

nation. http://tamilnation.co/selfdetermination/countrystudies/95palestine.htm.
Kennedy, Paul. 1991. *Ascensão e Queda das Grande Potências.* 6° ed. São Paulo: Editora Campus.
Kim, Phoebe. 2014. "Armstrong: North Korea Not Isolationist, Follows Self-Determination Principle". *North Korea News.* https://www.nknews.org/2014/07/armstrong-north-korea-not-isolationist-follows-self-determination-principle/.
Kirby, Paul. 2015. "Ukraine conflict: Why is east hit by conflict?". *BBC News*. http://www.bbc.com/news/world-europe-28969784.
Kissinger, Henry. 2015. *Ordem Mundial.* 1ª ed. São Paulo: Editora Objetiva.
Lavrov, Sergey. 2016. "Russia's Foreign Policy: Historical Background for 'Russia in Global Affairs". *Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation.* http://www.mid.ru/en/web/guest/foreign_policy/news/-/asset_publisher/cKNonkJE02Bw/content/id/2124391#sel=46:7:l63,46:42:n36.
Liebermann, Oren, Angela Dewan, and Lauren Said-Moorhouse. 2017. "The Israeli-Palestinian Conflict: What's Next?". *CNN.* http://edition.cnn.com/2017/05/03/politics/israel-two-state-explainer/index.html.
Lopes, Jade e Marina Felisberti. 2017. "Caminhos e descaminhos do conflito na Palestina: os assentamentos na Cisjordânia e a aliança estratégica Estados Unidos--Israel". *Boletim de Conjuntura do NERINT.* https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2017/05/Lopes-Felisberti-Palestina-Israel.pdf. Acesso em: 11 ago 2017.
Maluf, Sahid. 1995. *Teoria Geral do Estado.* 23ª ed. São Paulo: Editora Saraiva.
Matray, James I. 1979. "Truman's Plan for Victory: National Self-Determination and the Thirty-Eighth Parallel Decision in Korea". *Journal of American History,* 66(2): 314–333. https://academic.oup.com/jah/article-abstract/66/2/314/759274/Truman-s-Plan-for-Victory-National-Self?redirectedFrom=fulltext.
Mc Dowall, David. 1992. "The Kurdish Question: A Historical Review". Em *The Kurds*, 1ª ed., 8-25. London e New York: Routledge.
Ministério das Relações Exteriores do Brasil. 2017a. *Declaração De Riade*: *IV Cúpula América Do Sul-Países Árabes* (*ASPA*). http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a--imprensa/12522-declaracao-de-riade-iv-cupula-america-do-sul-paises-arabes-aspa--11-de-novembro-de-2015.
—. 2017b. *Relações Bilaterais.* http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/relacoes-bilaterais.
Ministerio de Relaciones Exteriores de Cuba. 2012. *Cuba en los organismos internacionales.* http://www.minrex.gob.cu/es/asuntos-multilaterales/cuba-en-los-organismos--internacionales.
Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de Republica de Argentina. 2017. *La Question de las Islas Malvinas.* Disponível em: https://www.mrecic.gov.ar/en/question--malvinas-islands.
Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile. 2017. *Principles of Chile´s Foreign Policy*. http://www.minrel.gov.cl/minrel/site/edic/base/port/politica_exterior_eng2.html.
Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú. 2017. *El Perú, África, Medio Oriente y*

países del Golfo. http://www.rree.gob.pe/SitePages/politica.aspx#oriente.
Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2017. *Japan and the UN.* http://www.mofa.go.jp/policy/un/index.html.
Mohamed, Hamza. 2017. "Morocco rejoins the African Union after 33 years". *Al Jazeera.* http://www.aljazeera.com/news/2017/01/morocco-rejoins-african-union--33-years-170131084926023.html.
Naegele, Jolyon. 1998. "Turkey: Kurds Drive For Self-Determination Perceived As A Perennial Problem". *Radio Free Europe/Radio Liberty.* https://www.rferl.org/a/1088969.html.
Newman, Kathy. 2009. "Self-Determination for Iran: Oppose Imperialist Intervention". *Direct Action.* http://directaction.org.au/issue14/self_determination_for_iran_oppose_imperialist_intervention.
Newsweek. 2016. *Western Sahara*: *what is the 40-year dispute all about*? http://www.newsweek.com/western-sahara-morocco-algeria-polisario-front-435170.
Organização das Nações Unidas, Departamento de Informação Pública. 2015. *Argentina Enjoys Widespread Support over Question of Falklands (Malvinas) as Fourth Committee Begins Debate on Decolonization Matters.* GA/SPD/580. http://www.un.org/press/en/2015/gaspd580.doc.htm
—. 2016. *Petitioners on Western Sahara Question Decry Conditions in Tindouf Refugee Camps, as Fourth Committee Continues Discussion of Decolonization Issues*. GA/SPD/609. http://www.un.org/press/en/2016/gaspd609.doc.htm.
—. 2017a. *Report of the Special Committee on the Situation with regard to the Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples for 2015.* http://undocs.org/A/70/23.
Organização das Nações Unidas, Departamento para Assuntos Econômicos e Sociais. 2017b. *United Nations Secretariat 2017 Working Papers on Non-Self-Governing Territories (NSGTs)*. http://www.un.org/en/decolonization/nonselfgovterritories.shtml.
Organização das Nações Unidas, Assembleia Geral. 2017c. *Committee of Special Policy and Decolonization.* http://www.un.org/en/ga/fourth/.
—. 1960. "Educational conditions in Non-Self-Governing Territories, 27 November 1953, p. 24". *Resoluções adotadas pelas Nações Unidas durante a Oitava Sessão 1960A/RES/1514(XV)*. http://www.refworld.org/docid/3b00f1e74.html.
Organização das Nações Unidas, Quarto Comitê. 2017d. *Special Political and Decolonization Committee Archives.* http://eu-un.europa.eu/category/eu-statements/by-un-forum/fourth-committee-special-political-and-decolonization-committee/.
Ofxam. 2017. *What's the difference between Sudan and South Sudan*? https://www.oxfamamerica.org/explore/stories/whats-the-difference-between-sudan-and-south-sudan/.
Peixinho, Maria de Fátima Amaral Simões. 2010. *O Curdistão no Iraque, Ensaio de uma Nação.* Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa.
Pereira, Rui. 2004. "A Questão do Mar do Sul da China no Contexto das Relações en-

tre a China e os Países ASEAN". *Revista Nação e Defesa.* Instituto da Defesa Nacional. http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1350. Acesso em: 13 ago 2017.
Pereira, Analúcia. 2010. *Índia*: *do Não Alinhamento à condição de Potência Emergente*. Ciências & Letras. Porto Alegre: FAPA. http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/48/43
Pereira, Analúcia. 2016. "A Política Africana de Cuba: Idealismo ou Pragmatismo?". *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, 1(2). http://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/68321/40018.
Pereira, Pascoal Santos. 2012. *Saara Ocidental*: *um processo de não autodeterminação nacional*? Ciência e Cultura, 22-26. São Paulo. http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252012000400012. Acesso em: 07 ago 2017.
República da África do Sul. 2004. "North Africa and the Horn". *Departamento de Cooperação e Relações Internacionais.* 2017. http://www.dirco.gov.za/foreign/Multilateral/profiles/afran.htm.
Ribeiro, Luiz Dario Teixeira. 2013. *Capítulos sobre a História do Século XX.* Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Richmond, Oliver P. 2002. "States of Sovereignty, Sovereign States, and Ethnic Claims for International Status". *Review of International Studies* 28, nº 02 (Abril de 2002): 1–22. doi:10.1017/S0260210502003819.
Robins-Early, Nick. 2017. "How Russia Became Assad's Biggest Backer". *Huffington Post.* http://www.huffingtonpost.com/entry/russia-syria-putin-assad-relations_us_58ea4f99e4b05413bfe39930.
Sengupta, Somini. 2015. "For the US and China, a Test of Diplomacy in South Sudan". *The New York Times.* 03 de março. http://www.nytimes.com/2015/03/03/world/africa/for-the-us-and-china-a-test-of-diplomacy-on-south-sudan.html?_r=0. Acesso em: 05 mai. 2017.
Severo, Marília Bortoluzzi. 2015. *Integração E Segurança Nas Relações Entre A União Europeia E Os Balcãs Ocidentais (2000-2014)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Spohr, Alexandre, Luiza Andriotti, e Josuá Gihad Soares. 2011. "A Situação dos Curdos na Turquia e no Iraque: Uma Análise Comparativa". *Revista Perspectiva* 6 (4): 95-108.
St Antony's International Review. 2010. "China and the Principle of Self-Determination of Peoples". *St Antony's International Review* 6, no. 1 (2010): 79-102. http://www.columbia.edu/~jds3/Self-determination/Oxford-STAIR%20China&Secession.pdf
Stilz, Anna. 2015. "Decolonization and Self-Determination". *Social Philosophy and Policy* 32 (01): 1-24. doi: 10.1017/s0265052515000059.
Tehran Times. 2015. *Iran's Syria policy based on self-determination*: *Zarif.* http://www.tehrantimes.com/news/250624/Iran-s-Syria-policy-based-on-self-determination--Zarif

Toyer, Julien. 2014. "Spain's Basque Country Proclaims Right To Self-Determination". *Reuters.* http://www.reuters.com/article/us-spain-basque-self-determination-idUSKBN0E91R720140529.
Thürer, Daniel, and Thomas Burri. 2008. "Self-Determination". *Opil Ouplaw.* http://opil.ouplaw.com/view/10.1093/law:epil/9780199231690/law-9780199231690-e873.
United Nations Association of Australia. 2017. *Australia's role in the UN.* https://www.unaa.org.au/learn/australia-and-the-un/australias-role-in-the-un/.
United Nations Association of New Zealand. 2017. Why the UN? http://www.unanz.org.nz/About-Us/Why-the-UN.
United States Mission to the United Nations. 2017. *Political Section.* https://usun.state.gov/about/2195.
Visentini Paulo Fagundes e Pereira, Analúcia Danilevicz. 2012. *História Mundial Contemporânea (1776-1991).* 3o ed. Brasília: FUNAG.
van den Driest, Simone. 2015. "Crimea's Separation from Ukraine: An Analysis of the Right to Self-Determination and (Remedial) *Secession in International Law". Netherlands International Law Review* 62 (3): 329-363. doi: 10.1007/s40802-015-0043-9.
Weber, Max. 1982. *Ensaios sobre Sociologia.* Rio de Janeiro: LTC Editora. http://www.ldaceliaoliveira.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/18/1380/184/arquivos/File/materiais/2014/sociologia/Ensaios_de_Sociologia_-_Max_Weber.pdf
Wilson, Woodrow. 1918. *President Woodrow Wilson's Fourteen Points.* http://avalon.law.yale.edu/20th_century/wilson14.asp

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v.5, 2017 | p. 476-514

DEMOCRATIZAÇÃO DO USO DO ESPAÇO SIDERAL

Daiana Winter Jung[1]
Rodrigo Führ[2]

RESUMO

O Espaço Sideral tornou-se um tópico de extrema relevância desde o lançamento do satélite soviético *Sputnik I*, o primeiro satélite artificial a entrar com sucesso em órbita. Desde 1957, a comunidade internacional envolveu-se avidamente na exploração do Espaço e foi capaz de desenvolver com êxito tecnologias hoje consideradas indispensáveis. Tratados multilaterais estabelecem que o uso do Espaço deve ser feito para fins científicos e pacíficos, sendo considerado um "bem comum" da humanidade. Entretanto, o que se viu foi o Espaço Sideral sendo inicialmente disputado por apenas duas potências e hoje dominado por poucos países, com acesso limitado aos demais. Esse domínio se dá através de várias plataformas: sistemas de geoposicionamento, de militarização e de informação; disparidade tecnológica entre os Estados desenvolvidos e em desenvolvimento; e, em geral, pelo Comando do Espaço. Cinquenta anos depois de assinado o Tratado do Espaço, pode-se alegar que a sua utilização foi muito pouco destinada a fins pacíficos e que o acesso ao Espaço Sideral nunca foi, de fato, democrático. Esse artigo tratará do histórico uso do Espaço Sideral e de como se dá, atualmente, a participação dos Estados, apresentando fatores geopolíticos e técnicos, finalizando com uma análise dos principais tratados internacionais sobre o assunto.

1 Daiana é estudante do terceiro ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretora do SPECPOL.
2 Rodrigo é estudante do terceiro ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretor do SPECPOL.

1 INTRODUÇÃO

Com o lançamento do primeiro satélite artificial, o *Sputnik I*, o Espaço Sideral ocasionou uma nova dinâmica para as Relações Internacionais. Inicialmente, apenas dois atores disputavam o seu domínio, com poucas nações esboçando um início de um programa espacial. Contudo, após o final da Guerra Fria, em 1991, novos Estados e até mesmo entidades privadas começaram a explorá-lo, transformando o Espaço na mais avançada forma de representação de poder nacional e desenvolvimento socioeconômico que um Estado poderia alcançar (Harding 2013).

Com isso, pode-se afirmar que o Espaço se apresenta como um novo nível de análise geopolítica no cenário internacional. Assim, a relevante posição que o Espaço alcançou nas Relações Internacionais pode ser comprovada pelo seu acesso limitado à alguns programas espaciais, a sua importância para fins científicos, comerciais e militares e também o crescente interesse por parte de Estados em desenvolver tecnologias que possam aumentar sua exploração. Segundo Cepik (2015), a busca pelo Comando do Espaço é fomentada pela percepção cada vez maior da sua importância econômica, tecnológica e política.

Apesar dessas percepções, o uso do Espaço continua bastante limitado. Dos quase 1500 satélites em órbita até o final de 2016, mais de 40% eram estadunidenses, enquanto cerca de 10% apenas eram pertencentes a países em desenvolvimento[3] (excluindo-se a China). Esses números são ainda mais discrepantes caso analisar somente satélites com objetivos militares: dos quase 350 em funcionamento em 2017, 150 são norte-americanos, com apenas 22 sendo originários de países em desenvolvimento (Union of Concerned Scientists 2017, Nações Unidas 2017e).

Nos capítulos subsequentes, apresenta-se uma contextualização histórica da exploração do Espaço, identificando as eras de exploração espacial e como se deu a participação dos principais atores. Em seguida, entraremos mais a fundo nas disparidades entre os diferentes programas espaciais, apresentando brevemente o funcionamento de recursos espaciais e abordando alguns estudos de caso. Por fim, apresentaremos os principais tratados internacionais sobre o assunto.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O problema abordado neste artigo é relativamente novo, uma vez

3 Durante o artigo, utiliza-se a classificação do Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais ou UNDESA (2017) para diferenciar Estados desenvolvidos, emergentes e em desenvolvimento.

que, apenas a partir de 1957, ocorre a conquista efetiva do Espaço. Para compreender os desafios da atual democratização do Espaço Sideral, no entanto, é necessário, previamente, analisar os acontecimentos históricos que levaram a esse processo. Essa seção está subdividida, portanto, em quatro tópicos: (i) a admiração do Espaço até as primeiras tentativas de exploração (pré-história até século XX); (ii) de Sputnik até o final da Guerra Fria (1957 - 1991); (iii) pós-Guerra Fria: novos programas espaciais (1991 - hoje); e, por fim, (iv) a participação do setor privado e a exploração do Espaço no século XXI. Nessa contextualização, será explanado como os Estados e os atores não-Estatais inserem-se no processo de conquista do espaço exterior e quais as consequências disso para a atualidade.

2.1 Da Admiração do Espaço Sideral até as Primeiras Tentativas de Exploração

A importância do Espaço Sideral cresce ao redor do mundo desde os tempos da observação contemplativa e do fascínio pelo céu até os tempos modernos, com o estudo mais sofisticado, utilizando-se tecnologias avançadas, tais como satélites e telescópios eletrônicos. De acordo com Força et al (2007), desse impulso para descobrir o que está além do céu nasce a astronomia, que passa a observação do movimento dos corpos celestes, como o sol e a lua, sendo uma das mais antigas ciências, com registros que datam 3.000 a.C. Ela impulsionou, desde o seu início, o desenvolvimento tecnológico, posto que, para estudos mais detalhados, certos instrumentos e posicionamentos geográficos adequados eram necessários. As tecnologias criadas para a compreensão do Espaço, em geral, tornam-se a base para desenvolvimentos tecnológicos futuros (Milone 2003). Os babilônios, os chineses, os assírios e os egípcios tiveram suas contribuições para essa ciência, sendo utilizada para um fim mais prático como "medir a passagem do tempo, montar calendários, ou prever a época de plantio e colheita" (Nicola e Moreira 2015, 34-35).

Surge então a navegação celeste, que é um tipo de orientação no espaço e no tempo a partir da observação do posicionamento das estrelas que facilita o deslocamento do Homem. Tal orientação foi muito utilizada durantes Grandes Navegações já no século XV. Desde o pioneiro português aos demais Estados europeus, utilizaram-se de instrumentos astronômicos para se deslocar pelos 7 mares. O Renascimento, fim do século XIV ao fim do século XVI, foi o início da produção de conhecimento da Astronomia utilizando métodos científicos, a partir dele, o desenvolvimento da Astronomia levou à criação de instrumentos sofisticados de observação e medição dos fenômenos celestes. A partir do século XVII, com apoio dos Estados nacionais europeus, começou a se dar mais importância à ciência para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico.

Mesmo com tais descobertas – e já com a participação do setor privado na produção e comercialização dos instrumentos astronômicos – o grande problema a ser resolvido, no final do século XIX até metade do século XX, ainda era a incógnita: como atingir o Espaço sideral? Os pais fundadores dos foguetes modernos são Robert Esnault-Pelterie (França), Konstantin Tsiolkovsky (Rússia) e Hermann Oberth (Austro Húngaro), os quais lançaram as bases teóricas para a superação dessa questão. A solução para esse problema só seria abordada com o russo Konstantin E. Tsiolkovsky. Logo depois, em 1903, ele publica o artigo "Exploração do Espaço Cósmico por meio de Dispositivos de Reação" – ou seja, desistindo da ideia de utilizar a pólvora, trazida pelos primeiros modelos, e criando o modelo do primeiro foguete com combustíveis líquidos –, estabelecendo a base teórica para a exploração espacial, pois devido ao vácuo do espaço sideral, os foguetes deveriam carregar seu próprio oxigênio para continuar a combustão dos combustíveis líquidos (Asimov 1992).

O antigo centro de produção intelectual de astronomia (século XV até XIX), a Europa, foi muito afetado pela Primeira Guerra Mundial, "uma vez que essa afetou negativamente, o ambiente intelectual, industrial e financeiro dos países do continente europeu, cuja prioridade passaria a ser a da reconstrução econômica e social" (Rosa 2012b, 77), levando à fuga de cérebros para outros futuros centros, como os Estados Unidos. No pós-guerra, a Europa volta a contribuir com a astronáutica, mas os "EUA e a URSS assumiriam, depois da Segunda Guerra Mundial, a liderança incontestável no domínio da Astronomia. A competição ideológica, política e econômica entre essas duas superpotências contribuiria para o avanço da pesquisa [...]" (Rosa 2012b, 77).

Em 1924, a União Soviética cria a Sociedade para Estudos das Viagens Interplanetárias, com os membros Konstantin Tsiolkovsky, Friedrich Zander e Yuri Kondratyuk, grandes cientistas de astronomia e astronáutica. Até 1950, ambas potências desenvolveram cada vez mísseis melhores, por consequência melhorando a tecnologia de foguetes. De acordo com Asimov (1992), em 1949, eles já conseguiam fazer os foguetes alcançarem o espaço, porém logo após atingirem a altura máxima, eles caiam de volta para a Terra. Ainda não se sabia como manter uma nave espacial no espaço. A solução encontrada para manter o foguete no espaço foi fazer com que ele, após alcançar certa altura, voar paralelamente à superfície terrestre. Na década de 50, ambas potências já possuíam foguetes que alcançassem tal velocidade, sendo que em 1955, ambos anunciaram a primeira tentativa de colocar um satélite artificial em órbita (Asimov 1992). A "corrida espacial" se tornava uma realidade, levando a uma forte pressão sobre os projetos espaciais para ver qual potência conseguiria lançar o primeiro satélite artificial, o que mostraria a

superioridade de um regime sob o outro, sendo mais um meio para os blocos rivalizarem.

Ao final do século XIX o eixo central de pesquisa astronômica se focava na Europa ocidental (Alemanha, França e Grã-Bretanha). Já no século seguinte, esse centro de pesquisa se divide entre um foco soviético e um americano. Até o real alcance do Espaço em 1957, percebemos grandes avanços na Astronomia, quanto no campo astronáutica com os diversos lançamentos de foguetes, até alcançar o objetivo na metade do século XX, segundo Nicola e Moreira (2015).

2.2 De Sputnik Até o Final da Corrida Espacial da Guerra Fria

Para entender o desenvolvimento acelerado da tecnologia espacial desse período, é necessário compreender os processos históricos que permeiam essa realidade. Assim como as duas grandes guerras permitiram um grande avanço tecnológico, a Guerra Fria teve o mesmo efeito, tornando-se a era do desenvolvimento espacial.

O início da Guerra Fria até hoje é motivo para debates entre acadêmicos, sendo que as datas mais prováveis seriam 1917, com a Revolução Russa, ou 1945, ao final da segunda guerra. A dificuldade de encontrar um início histórico está profundamente conectada com a complexidade desse processo. A emergência da URSS no sistema internacional mudou os rumos da história e confrontou a ordem internacional vigente. Logo depois, a ascensão dos Estados Unidos levou a uma nova dinâmica no SI, a bipolaridade. Depois de Yalta e Potsdam, as bases para a divisão do mundo estavam lançadas, assim como Churchill declarou, a "cortina de ferro" estava posta entre as duas potências nucleares. Devido à grande possibilidade de um conflito nuclear, os EUA e a URSS encontram outros meios de rivalizar como, por exemplo, conflitos indiretos, Guerra da Coreia (1950) e Guerra do Vietnã (1975), e por meio da corrida espacial (Visentini e Pereira 2012).

O desenvolvimento de foguetes e da astronáutica[4] se acelera e se torna uma competição acirrada entre os dois polos científicos da época, os EUA e a URSS. Um evento em especial, no entanto, altera o modo como o mundo encarava o espaço, que foi o lançamento do primeiro satélite artificial, o *Sputnik I*, em 4 de outubro de 1957, pela União Soviética, de forma a inaugurar a exploração espacial. De acordo com Visentini e Pereira (2012, 206),

4 Ciência de navegação no exterior da atmosfera terrestre. Nome proposto em 1927, pelo escritor francês Joseph Genri Rosny, dito Rosny Ainé (1856-1940), para o conjunto das ciências e das técnicas relacionadas com a exploração do espaço cósmico, assim como das viagens entre os corpos celestes. Von Pirguet, em 1928, sugeriu o vocábulo cosmonáutica, também de uso corrente, em especial na União Soviética; cosmonáutica, espaçonáutica (Andrade 2004, 28).

> O país [URRS] se recuperara no plano econômico e demográfico do baque sofrido na Segunda Guerra, atingira um relativo equilíbrio nuclear na Europa e ultrapassará os EUA na corrida espacial, ao lançar o primeiro satélite artificial (o Sputnik), em 1957, e colocar o primeiro homem em órbita.

Este seria um evento memorável e revolucionário para o século XX que, no entanto, havia sido atingido pioneiramente pelos soviéticos, o grande inimigo do bloco ocidental durante a Guerra Fria. A chegada dos soviéticos ao Espaço, antes dos estadunidenses, criou um grande impasse no Sistema Internacional (SI): a quem pertenceria o Espaço sideral?

Esse feito – o lançamento do *Sputnik I* – colocou os EUA em alerta ainda maior, iniciando a chamada "Corrida Espacial ", a qual determinou, num curto espaço de tempo, um avanço extraordinário no campo da astronáutica. Essa nova fase da Astronomia iria receber investimento tanto público quanto privado,

> [...] movimentaria vultosos recursos financeiros, requereria a formação de equipes de pesquisa formadas de astrônomos, astrofísicos, matemáticos, [...] demandaria a cooperação da universidade e de outros centros de pesquisa, e incentivaria a cooperação internacional" (Rosa 2012b, 75-76).

Ademais, ainda em 1957, no dia 3 de novembro, provou-se que a vida poderia sobreviver no espaço, quando os soviéticos enviaram um cachorro ao espaço. No dia 31 de janeiro de 1958, os Estados Unidos também lançaram seu satélite artificial e, como reação ao avanço soviético, criaram a Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço (NASA, sigla em inglês para *National Aeronautics and Space Administration*), que desenvolverá toda a pesquisa para o empreendimento espacial americano, substituindo o antigo Comitê Consultivo Nacional para a Aeronáutica (NACA, sigla em inglês para *National Advisory Committee for Aeronautics*), que trabalhava com foguetes para uso militar (Rosa 2012b).

A URSS, no entanto, continuava à frente dos EUA na corrida espacial, lançando a primeira sonda espacial no dia 2 de janeiro de 1959, com o objetivo de ficar em órbita ao redor do Sol estudando as propriedades do Espaço. Alguns meses depois, os soviéticos chegam à lua e, em seguida, mandam um satélite rastreador munido de câmeras, fotografando o outro lado da Lua pela primeira vez na história. Os EUA também conseguem enviar alguns rastreadores para mapear a Lua, de forma que ambos os países passam a analisar a sua composição química, além de tirar fotos da superfície da Lua.

No período de 1961-65, os americanos enviam cerca de 9 sondas (*Rangers*) com o intuito de estudar as condições de solo. No dia 12 de abril de 1961, o primeiro homem no Espaço, o cosmonauta soviético Yuri Gagarin, deu uma volta, em órbita, ao redor do globo, retornando à Terra com sucesso. Em resposta, um ano depois, no dia 20 de fevereiro de 1962, o primeiro americano chega ao espaço, o astronauta John H. Glenn, o qual deu 3 voltas ao redor do mundo. Nos anos seguintes, os satélites americanos chegam a Vênus, Marte, Júpiter e Mercúrio (Rosa 2012b). Podemos perceber que o avanço americano, até o momento, mostra-se mais como um movimento reativo as conquistas soviéticas, do que pioneirismo. Nesse período, as duas potências tinham declarado uma Coexistência Pacífica, devido a mudança na política soviética trazida por Nikita Kruschev durante a desestalinização (Visentini e Pereira 2012), no entanto, podemos ver uma competição acirrada por outros meios.

Na década de 60, os satélites maiores passam a ser desenvolvidos para carregar 2 a 3 pessoas. As viagens ficavam cada vez mais longas, conforme os cientistas entendiam que era seguro passar mais tempo no espaço. A ideia de criar uma estação espacial se tornava possível e, com isso, a possibilidade de estudar no Espaço também passava a ser cogitada. Ainda nesse período, a sofisticação dos satélites permitiu que eles fossem manobrados internamente e não só colocados em órbita. Em 1967, o lançamento da Apollo I, nave estadunidense, iniciou as tentativas americanas de colocar o primeiro homem na Lua, infelizmente, acabou em um grande fracasso com a morte dos tripulantes, adiando o lançamento da nave seguinte. Em 1969, Apollo 11 chegou a lua e Neil Armstrong se torna, não só o primeiro homem na Lua, mas marca o início da superioridade americana na corrida espacial, simbolicamente representado pela bandeira americana colocada no solo lunar (Canright 2009). As missões estadunidenses para a lua continuaram com Apollo 12 a 17, os quais recolhiam amostras do solo lunar. Com o cancelamento de Apollo 18 a 20, o programa de viagens à lua foi abandonado pela NASA. A União Soviética, por sua vez, não mandou humanos para a lua, embora tenha enviado veículos para percorrer e coletar amostras do seu solo (Rosa 2012b), a partir dessa vitória americana, os EUA avançam cada vez mais nas conquistas espaciais chegando, na última fase da guerra fria, a ideia de criar um escudo antimísseis conhecido como Star Wars pelos críticos (NASA 2017).

Enquanto as duas grandes potências concorriam para ver quem realizava o maior avanço astronáutico, os demais Estados debatiam para tentar chegar a uma solução para a questão levantada no início desta subseção. Além disso, tentavam descobrir como proceder com essa nova área a ser explorada sem levar a um conflito bélico? Como os demais países iriam se inserir na conquista do Espaço, tendo em vista que os americanos e soviéticos já esta-

vam muito à frente deixando os demais em desvantagem? Para tanto, URSS, EUA e Reino Unido, junto dos demais Estados preocupados com esta questão, assinam, em 1967, o "Tratado sobre os Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e dos Usos Pacíficos do Espaço Sideral, incluindo a Lua e demais Corpos Celestes". Atualmente, 106 Estados são membros. Nos anos seguintes, outros documentos multilaterais são elaborados para impedir a supremacia de um Estado sobre os outros – ou até a militarização de tal ambiente, uma vez que a corrida espacial ocorria em plena Guerra Fria (Nações Unidas 2017a).

Devido à falta de capacidade dos Estados europeus de competirem com as duas potências à época, na corrida espacial, segundo Rosa (2012b), eles criaram um esforço conjunto, resultando na Agência Espacial Europeia (ESA, sigla em inglês para *European Space Agency*), em 1970, entre Alemanha, França, Itália, Países Baixos, Grã-Bretanha, Suécia e Espanha. Os efeitos dessa cooperação resultaram em satélites meteorológicos e de comunicações, e pesquisa astronômica. Mais tarde, outros países como Austrália, Canadá, África do Sul e Nova Zelândia, também ingressam na investigação astronômica (Rosa 2012a). A partir da cooperação entre os EUA e a ESA, surge o Telescópio Espacial Hubble, construído em 1985 e lançado em 1990, tornando-se um instrumento básico para a Astronomia Moderna. O telescópio, que ficou no espaço até 2010, foi capaz de capturar imagens de alta qualidade, tendo sido único em sua categoria. Em 2004, o telescópio SOAR (em inglês, *Southern Astrophysical Research Telescope*), foi financiado parcialmente pelo Brasil, sendo muito importante para o avanço das pesquisas brasileiras[5] na área – construído no Chile, ele foi um consórcio entre o Brasil e os Estados Unidos. No ano de 1977, duas naves foram lançadas para chegar em Júpiter e Saturno, essa missão foi chamada de Missão Interplanetária Voyager, originalmente, ela deveria fazer um *Grand Tour* pelos planetas extrassolares. Hoje, "as Voyagers estão realizando a sua última missão: levar um disco contendo mensagens da Terra para os confins da Via Láctea", sendo que "em 2005 a Voyager 2 ultrapassou as fronteiras do Sistema Solar" (Força et al 2007, 8).

Vê-se, portanto, que, no final do século XX, o homem chegou ao espaço, pousou na lua e alcançou os planetas mais próximos. Isso foi possível pelo grande desenvolvimento da astronomia e astronáutica (Nicola e Moreira 2015). As potências foram as pioneiras na exploração espacial, mas, já no fim do século XX, há, ao mesmo tempo, a falência de uma das potências espaciais, URSS, outros atores iniciavam seus próprios programas espaciais, os quais, no início do século seguinte, surgem como concorrentes à supremacia ameri-

5 As pesquisas brasileiras em astronomia são lideradas pelo Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA). O observatório Gemini possui dois telescópios, um em Mauna Kea, no Havaí, e o Gemini Sul, no Chile; juntos, ele tem a imagem do céu em sua totalidade. Esse projeto é um consórcio entre 7 países.

cana, como veremos na próxima seção.

2.3 Pós-Guerra Fria: novos programas espaciais

Mesmo após o desmantelamento da URSS, em 1991, os russos e os estadunidenses ainda lideravam a exploração espacial, tendo os maiores orçamentos espaciais. Todavia, novos atores foram criando seus programas espaciais ao longo da segunda metade do século XX e passaram a competir com os EUA a partir do século seguinte. A partir da década de 60, outros estados começavam se aventurar em seus próprios programas espaciais: o Japão consegue lançar seu primeiro satélite em 1970, seguido pela China, no mesmo ano, a Índia, em 1980, e Israel em 1988 (Harvey 2010). Nesse período, ademais, houve ampla cooperação internacional, até mesmo por parte das potências espaciais, posto que os Estados procuravam locais melhores para a instalação de potentes telescópios, construindo observatórios astronômicos em países como a África do Sul, o Chile, os EUA, no Havaí, a Espanha, nas ilhas Canárias e o Canadá, cujas localizações são apropriadas para a pesquisa astronômica.

Depois de 1957, com o Sputnik, a comunidade científica na Europa começou a planejar uma agência europeia. A ESA surge em 1975 como esforço conjunto das nações europeias em prol da sua participação na exploração espacial. Suas instalações são descentralizadas, espalhadas entre os Estados-membros. O primeiro lançamento da ESA foi em 1975, com Cos-B. Atualmente, a sua principal estação de lançamento espacial localiza-se na Guiana Francesa e intitula-se *Guiana Space Centre* (Harvey 2010).

O programa espacial japonês, assim como o americano e soviético, surge ainda na Segunda Guerra Mundial, quando recebe as plantas do V2 da Alemanha nazista. Nos anos 50, inicia-se no Japão o processo que levará ao programa espacial japonês, com a criação do grupo de pesquisa na Universidade de Tóquio chamado AVSA - *Avionics and Supersonic Aerodynamics*, em 1959, o qual tinha como objetivo: "desenvolver satélites artificiais, planejar programas espaciais, desenvolver e lançar foguetes, rastrear e controlar satélites e desenvolver as tecnologias, instalações e equipamentos necessários" (Harvey 2010, 22). O programa espacial japonês era estratégico, principalmente pela facilidade das telecomunicações, uma vez que o território japonês estava dividido entre 4 ilhas principais e uma arquipélago 2000 ilhotas. A NADSA (1969) seria responsável por criar esse sistema de satélites. Uma característica única do programa espacial japonês foi a dependência com o setor privado para desenvolver as sejam necessárias, além disso, o governo encorajou empresas, como Philco Ford e a General Eletric, a adquirir o conhecimento espacial americano. Na década de 90, o Japão vê sua economia ficando estagnada e, devido à falta de resultados do programa espacial, ele

passa a ser duramente criticado. O programa espacial volta a ter importância em agosto de 1998, quando a Coréia do Norte lança seu primeiro satélite. O programa japonês assume um caráter defensivo, pois a tecnologia de foguetes poderia ser facilmente convertida para o uso militar pelos coreanos. O saldo desse curto percursos e que o Japão é o terceiro país a chegar ao Espaço tem até 2010, o terceiro maior orçamento para seu programa espacial (Harvey 2010).

A China lança seu primeiro satélite no mesmo ano que o Japão, em 1970. O seu programa espacial também tem suas raízes no desenvolvimento de foguetes para usos bélicos como resposta às ameaças americana e soviética da Guerra Fria. No final do século XX, a China surge, portanto, como nova potência importante no campo espacial, com o lançamento "de sondas e espaçonaves para exploração do Sistema Solar e da Via Láctea" (Rosa 2012b, 77). Tardiamente, em 2003, a China manda sua primeira espaçonave tripulada, Shenzhou 5, tornando-se o terceiro país a conseguir tal feito independentemente e sendo a liderança asiática no espaço. Em 2007, no entanto, é que a China passa a ter visibilidade internacional quanto ao seu projeto espacial, uma vez que, anunciava o sucesso do teste das suas armas antissatélite (ASAT), sendo que esse fato pode ser considerado o estopim para uma nova corrida espacial, agora asiática, entre China e Índia (Machado 2011).

Embora tenha entrado tardiamente na corrida espacial – mais precisamente, na década de 80 –, atualmente, a Índia configura-se como uma potência emergente na Ásia. O lançamento do *Sputnik I* impactou profundamente os cientistas indianos, que passaram a vislumbrar a ideia de um programa espacial nacional. Diferindo-se dos programas vigentes das grandes potências, o indiano seria orientado para o desenvolvimento, utilizando-se das telecomunicações para auxiliar na agricultura, na saúde pública e no planejamento familiar. Em 1962, o governo cria o INCOSPAR- Comitê Nacional Indiano para Pesquisa Espacial - que deveria aconselhar o governo em questões espaciais, promover colaboração internacional e participar de atividades internacionais. Mais tarde, ele se tornaria a ISRO - Organização de Pesquisa Espacial Indiana. Com auxílio americano e francês, em 1963, é lançado o primeiro foguete indiano e, em 1980, a Índia finalmente alcança o *status* de nação espacial, com o lançamento do seu primeiro satélite (Harvey 2010).

Depois do lançamento do satélite soviético *Sputnik I*, a ONU, em 1958, criou o Comitê para os Usos Pacíficos do Espaço, do qual o Irã participou como um dos 18 Estados fundadores, dando início também ao seu programa espacial, o qual visava, desde o início, a utilizar a tecnologia espacial para fins pacíficos e de segurança nacional. Existe uma divisão muito significativa do programa espacial, com uma parcela voltada à aplicação civil

e outra a propósitos militares. A Agência Espacial Iraniana (ISA, sigla em inglês para *Iranian Space Agency*) ocorreu em 2004. Ele é um dos primeiros Estados a assinar o Tratado do Espaço Exterior. A fim de aprimorar o sistema de comunicações do país, o Irã tentou acelerar sua modernização por meio de investimento estrangeiro e importação de conhecimento (Harvey 2010).

Na América Latina, o Brasil lidera na pesquisa astronômica, "[...] pelo trabalho desenvolvido no Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (1971), no Centro de Lançamento de Alcântara (1988) e na Agência Espacial Brasileira (1994) [...]" (Rosa 2012b, 78). Inicialmente, em 1961, o presidente Jânio Quadros cria um programa de pesquisas espaciais no Brasil. Ainda nesse ano, é criado o GOCNAE - Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais –, o que transforma o Brasil no primeiro país do mundo a incluir atividades espaciais ao programa governamental. Mais tarde, essa instituição é substituída pelo INPE - Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (1971). O INPE acabou se aproximando de diversos países, como Estados Unidos, Rússia, China, Índia e Japão, entre outros, para alcançar seus objetivos. O programa espacial brasileiro tem como objetivo o desenvolvimento tecnológico brasileiro (Harvey 2010).

Como vimos nesta seção, diversos programas espaciais surgiram por todo o mundo, tanto em países desenvolvidos, quanto em emergentes. Podemos notar que as nações em desenvolvimento possuem maior dificuldade para inserirem-se nesse meio, uma vez que há empecilhos econômicos e estruturais. Pode-se inferir, portanto, que a completa e abrangente democratização do Espaço ainda é um sonho distante para a maioria dos países. Sem o auxílio das grandes potências ou de um grande e estruturado esforço nacional independente, não é possível a entrada na exploração espacial.

2.4 A Participação do Setor Privado e a Exploração do Espaço no Século XXI

As grandes navegações espaciais tiveram início há 60 anos e, desde então, passaram por muitas mudanças. Desde o primeiro satélite artificial, lançado pela URSS, muitos outros países entraram na corrida espacial com seus próprios protótipos. Outros atores, no entanto, passaram a, igualmente, interessar-se pelo uso do Espaço Sideral, tais como as Organizações Internacionais (OIs) e as empresas do setor privado (Lutes 2011).

A Organização das Nações Unidas (ONU) passa a debater como os Estados deveriam proceder no Espaço, originando diversos tratados internacionais regulando o seu uso. No primeiro tratado (1967), o Tratado sobre os Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Lua e Demais Corpos Celestes, estabeleceram-se certos regulamentos que iriam afetar as ações tanto dos Estados e quanto do setor privado no Espaço. Ressalta-se o artigo 7

do tratado, o qual determina que o Estados que lança ou cede seu território ou instalações será responsável pelos danos causados a outro Estado, seja na Terra ou no Espaço. Além disso, há também o artigo 1°, o qual estabelece que o Espaço, inclusive a Lua e demais corpos celestes, poderia ser explorado e utilizado livremente por todos os Estados, sem que houvesse qualquer discriminação. Essa proposição é complicada, uma vez que os Estados não estão em pé de igualdade de capacidades, haja vista que o alto investimento necessário para alcançar o Espaço reduz muito o grupo de atores que tem chance de se beneficiar dele. O artigo 2º versa sobre a inapropriabilidade dos corpos celestes, o que entra no debate anterior, se os demais Estados não conseguem participar como irão impedir apropriações no espaço? Chegamos à reflexão acerca dos atores não-Estatais: como poderiam ser reguladas as ações do setor privado no espaço exterior? O artigo segundo do tratado mencionado anteriormente faz menção específica sobre a posse de territórios pelos Estados, porém não restringe a posse privada de locais no espaço sideral (Filho 2013).

Com o aumento da participação do setor privado no Espaço, esse é um assunto que adquire maior relevância. Com o Tratado da Lua em 1979, a exploração e apropriação de recursos por setores públicos ou privados foi melhor delimitada – embora tivesse como foco a lua. Devido à ambiguidade dos tratados espaciais, a apropriação de territórios ainda possui o potencial de gerar conflitos.

O setor privado é essencial para a inovação da economia, segundo Lutes (2011), especialmente em países desenvolvidos, que possuem maior capacidade tecnológica para atuar no espaço. Em alguns casos, como do Japão, o setor privado é um método efetivo para haver essa transferência (Harvey 2010). Países em desenvolvimento, por sua vez, não têm as mesmas capacidades de atuar no espaço, muito menos uma indústria forte para desenvolver as tecnologias necessárias, dependendo da transferência de tecnologia dos países desenvolvidos. Segundo Lutes (2011), como esses Estados não têm a mesma capacidade, seu interesse nacional foca em restringir que os Estados desenvolvidos controlem o espaço sideral.

Nos últimos anos, o interesse do setor privado pelo Espaço vem crescendo, conforme as tecnologias se aprimoram. "O espaço se tornou um negócio global com o número de nações e empresas com bens e serviços espacial crescendo rapidamente" (Lutes 2011, 83). Unido a isso, a globalização estimulou ainda mais o crescimento desse mercado espacial, com a disseminação de tecnologias.

Outra tendência do setor privado no espaço é a dificuldade de entrada nesse mercado. A infraestrutura espacial é extremamente cara, sendo necessários extensivos investimentos para lançar um satélite. Os serviços

de georreferenciamento, transmissões diretas de TV, terminal de linhas para companhias de cartões de crédito, comércio eletrônico financeiro e outros serviços são conectados via satélite, se não fosse pela necessidade desses mercados, hoje não teríamos esse extenso sistema de satélites, pois não seria lucrativo, por ser um investimento muito oneroso. De maneira geral, "criou-se uma dependência circular: as tecnologias criam novas oportunidades econômicas e largos mercados criam investimentos lucrativos em infraestruturas com subsequente multiplicação de negócios terrestres" (Lutes 2011, 88).

Entretanto, essa evolução rápida dos serviços via satélite criou também um dilema, pois os Estados não têm mais capacidade de controlar esses sistemas. Por exemplo, segundo Lutes (2011), em um momento de crise, seria impossível interromper os serviços de satélite, pois isso poderia quebrar a economia. É, também, inviável, posto que até o governo depende desses serviços, sendo um dos maiores usuários das telecomunicações. Outro dilema citado pelo autor é de que sinais de satélite não "respeitam" fronteiras. O autor nos traz como exemplo os EUA, que, para poder controlar um pouco essa área estratégica, incentivou a oligopolização do setor, sendo que, o Estado que possuir a indústria espacial mais desenvolvida terá o controle sobre as ações no espaço.

> [O] poder no espaço do ponto de vista econômico e comercial é sobre dominância e controle. Quando os EUA têm o monopólio ou quase monopólio em bens e serviços espaciais, controle não é um problema é ele pode ditar para o mundo o que quer vender e prover (Lutes 2011, 100).

Os avanços tecnológicos que são decorrentes do capital privado e de algum investimento estatal vão criar cada vez mais novos produtos e serviços. A inovação constante da área espacial acaba reduzindo os custos dos programas espaciais governamentais e comerciais, revolucionando o comércio tradicional - telecomunicações, navegação, localização - e os novos produtos a serem desenvolvidos. Esse novo ator não-Estatal tende a ser dominante no longo prazo, cabendo aos Estados aprenderem a lidar com esse novo cenário.

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Na presente seção, são apresentados os principais casos de uso do Espaço, identificando a participação de cada Estado nesse cenário. Entretanto, antes de partir para os estudos de caso, é necessário entender, em termos gerais, como cada recurso espacial funciona e quais são as tecnologias necessárias para que algum ator consiga utilizar esses recursos. Algumas visões teóricas acerca da importância da exploração do Espaço Sideral também

são apresentadas, buscando explicar as ações desses atores no quadro geral. Posteriormente, apresentam-se alguns estudos de caso, evidenciando a discrepância de participação entre as nações no uso do Espaço.

3.1 Recursos Espaciais (*Space assets*)

A exploração do Espaço é responsável por gerar parte das tecnologias que, hoje, julgamos como indispensáveis. Nem todos os benefícios que advieram dessa campanha ainda estão relacionados com essa exploração: o desenvolvimento de baterias e de materiais leves, usos mais efetivos de combustíveis, alimentos mais duráveis, imagens e vídeos com maior resolução (entre outros) são alguns exemplos de tecnologias que utilizamos, mas que não são mais desenvolvidas apenas para uso no espaço sideral (Ley, Wittmann e Hallmann 2009).

O significado de recursos espaciais é bem amplo. Para os fins desse artigo, consideraremos *recursos espaciais* como qualquer aparelho artificial enviado ao Espaço. Esses aparelhos, então, divergem em alguns fatores, sendo os principais: o seu tipo (satélites, estação, veículo espacial, etc.), a sua utilidade (científica, comercial, militar) e a sua órbita. Entraremos mais a fundo em cada um desses pontos.

O número de satélites funcionais em órbita na Terra, até o início de 2017, eram de 1459 (Union of Concerned Scientists 2017). Entretanto, o número total de objetos que orbitam nosso planeta é bem maior. Dos objetos analisados pelo órgão estadunidense de Controle e Vigilância Espacial (U.S. Strategic Command 2016), apenas 5% desses são satélites ativos, sendo quase 90% desses objetos apenas lixo espacial, como restos de mísseis, satélites inativos ou lixo espacial em geral. Fora os satélites, uma pequena gama de outros recursos espaciais também é importante de ser citada: estações espaciais, sondas e telescópios espaciais.

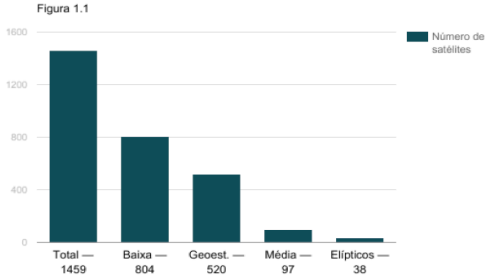
Quanto aos satélites, segundo Cepik (2015), seus principais tipos são os de (i) comunicação; (ii) os meteorológicos; (iii) os de sensoriamento remoto; e (iv) de navegação. Enquanto o segundo e o terceiro são essencialmente científicos e de origem governamental, sendo utilizados para mapeamento climático, acompanhamento de desastres ambientais e previsão climática, o primeiro é de interesse principalmente comercial e militar. Os satélites de navegação, por terem especial importância na democratização do Espaço, receberão uma seção própria a seguir.

Em relação ao propósito dos satélites, como supracitado, podemos ressaltar três maiores utilidades: científica, comercial e militar. Enquanto os comerciais representam mais de 50% do total de satélites, os militares limitam-se a 24%. Dos comerciais, apenas 57 são de origem de países em desenvolvimento, com esse número sendo ainda menor no caso dos militares: ape-

nas 22 são oriundos de nações em desenvolvimento (aproximadamente 10% e 7%, respectivamente; exclui-se a China). Para exercerem funções diferentes, esses satélites precisam cobrir diferentes partes da Terra, de diferentes formas. Para tanto encontram-se em diferentes órbitas, em diferentes altitudes. Cada órbita possui uma utilização específica, podendo agrupá-las em quatro diferentes tipos: (i) as "órbitas baixas" (300-1500 km de altitude); (ii) as "órbitas médias" (dezenas de milhares de km); (iii) as "órbitas altamente elípticas" (de 500 km em seu menor ponto de altitude e de 100000 km em seu maior ponto); e (iv) as "órbitas geoestacionárias" (satélites fixos em 35786 km).[6] A primeira apresenta custos mais baixos de lançamento e de gerenciamento, mas cobre uma menor área; nela, encontram-se as Estações Espaciais e os satélites meteorológicos e de sensoriamento e observação da Terra. Os de órbita média apresentam custos mais altos de lançamento do que os de baixa órbita, além de terem um custo maior de gerenciamento e de manutenção, devido à constante radiação cósmica (Cepik 2015). Nessa altitude, encontram-se os satélites de geoposicionamento (que serão abordados adiante).

Os satélites de órbitas altamente elípticas são os de menor quantidade instalada dentre os quatro. Por estarem transitando em uma única parte do planeta por um grande período de tempo, são geralmente usados para monitoramento e obtenção de inteligência nos polos terrestres (especialmente no Ártico). Alguns poucos de comunicação também se encontram nessa altitude. Por fim, os geoestacionários são satélites fixos em relação à Terra que cobrem uma grande área e por mais que seus custos de lançamento sejam os mais altos, necessitando de caros propulsores, sua permanência em órbita geoestacionária permite que alguns poucos cubram toda a superfície do planeta, estando aqui a maior parte dos satélites de comunicação – ver figura 1.1 (Ley, Wittmann e Hallmann 2009).

Figura 1: Órbitas dos satélites instalados no Espaço Sideral.



Fonte: Ley, Wittmann e Hallmann 2009.

6 *Low Earth Orbit, Medium Earth Orbit, Highly Elliptical Orbit e Geostationary Orbit*, respectivamente. Para maiores informações sobre suas características e peculiaridades, ver Ley, Wittmann e Hallmann (2009).

3.2 O "Comando do Espaço"

Segundo Sheehan (2007), por mais que o aspecto tecnológico seja essencial para explicar a exploração do Espaço, sua problemática é secundária. O desenvolvimento de tecnologias para que se possa explorar o Espaço é resultado das motivações e interesses dos atores que planejam obter vantagens na sua utilização. Ele ainda afirma que a exploração do Espaço não se trata de uma nova política ou de novos interesses, mas sim de uma expansão dos interesses habituais do Estado em uma nova esfera de alcance (Sheehan 2007, 01).

> No Espaço, assim como na Terra, nós vemos a força política da ideologia e nacionalismo; o uso de Propaganda e ajuda externa; a centralidade de questões de 'segurança nacional' e a busca dessa segurança pela aquisição de capacidades militares; tensões entre os mais industrializados Estados e os pobres países do Sul; os esforços para usar a integração de políticas nacionais para aprofundar a unidade europeia; a evolução do entendimento de segurança para embarcar as dimensões sociais, econômicas e ambientais e assim por diante. Há apenas poucos, se algum, aspectos da política global contemporânea que não têm eco na utilização do Espaço (Sheehan 2007, 01-02).

Para aprofundarmos essa relação dos interesses dos atores e a sua relação com o Espaço Sideral, é fundamental que conceitualizemos o "Comando do Espaço". Klein (2006) alega que, devido à importância geopolítica do Espaço, aqueles com capacidades de explorá-lo tentarão preservar essas capacidades, ao mesmo tempo que tentarão promover cada vez mais suas vantagens. Essas tentativas se dão por meio do Comando do Espaço, ou seja: a capacidade que algum ator tem de garantir o acesso aos seus recursos espaciais sem que algum outro ator possa impedi-lo de fazê-lo.

Isso não significa, entretanto, que um ator tenha que constranger as ações de outros (Cepik & Machado 2011). O objetivo de exercer o Comando do Espaço significa possuir independência política, militar e tecnológica para explorá-lo, sem que algum outro ator tenha a capacidade de impedi-lo. Klein (2006) cita três formas que esse Comando do Espaço pode ocorrer: por presença, coerção e força. Abordaremos rapidamente essas três possibilidades[7].

O *Comando do Espaço por presença* ocorre quando um Estado é reconhecido pelos demais como referência na exploração espacial, seja essa referência política ou tecnológica. Sua preeminência, portanto, aconteceria por meio de ganhos diplomáticos na tomada de decisão internacional, como em

7 Para maiores cenários e detalhes sobre os tipos de Comando do Espaço, ver Klein (2006, 60-68) e Cepik e Machado (2011).

órgãos multinacionais que tratam do Espaço, ou pela capacidade do ator de ditar o que é ou não é aceitável na exploração de tal ambiente. Através desse instrumento, Estados que historicamente obtiveram vantagens na exploração – como os Estados Unidos e a Rússia – teriam a oportunidade de aumentar cada vez mais a discrepância de participação dos diversos Estados, dificultando uma democratização do Espaço (Klein 2006).

Diferentemente do Comando por presença, que ocorre majoritariamente em tempos de paz, o *Comando do Espaço por coerção* pode ocorrer tanto em tempos de estabilidade quanto de instabilidade. O que garante a vantagem de algum ator, aqui, é a sua capacidade de ameaçar outros Estados dentro da sua esfera de atuação. Klein (2006), fornece três tipos de coerção: diplomática, econômica e de informação. Isso significa, na prática, que algum Estado com uma grande capacidade militar espacial (conforme já afirmado nas seções anteriores, uma característica única dos Estados desenvolvidos) poderá coagir a participação de outros Estados nessa mesma esfera, seja por ameaça ou por um real uso da força. Essa capacidade ocorre por alguns motivos, sendo o mais discriminatório desses a diferenciação tecnológica entre os diferentes atores – ocasionando, portanto, mais uma esfera de dominação dos Estados desenvolvidos sobre os em desenvolvimento (Klein 2006).

E, por último, o *Comando do Espaço pela força* presume a utilização de forças hostis contra diferentes atores. Para que um Estado obtenha essas vantagens, sua capacidade militar espacial deve ser a mais avançada possível, de forma que possa impedir ou minimizar que algum outro ator tenha acesso às suas linhas de comunicação, informação e militar. Há, entretanto, uma distinção do conceito de dominação por força em terra e no Espaço; sendo o Espaço considerado um bem comum – ou seja, onde nenhuma nação pode clamar soberania, o domínio por força tende a ser temporário e limitado a algumas situações específicas, visto que é "quase impossível de prevenir que algum adversário use linhas celestiais de comunicação para algum objetivo ou propósito limitado" (Klein 2006, 66).

Então, conforme afirmado por Cepik & Machado (2011), exercer o Comando do Espaço não necessariamente significa impedir a participação de outros atores. Contudo, a hegemonia de alguns poucos Estados pode vir a impedir uma participação mais ativa de novos atores. O Comando por Presença, por exigir uma participação contínua, presume que o ator que o detém já esteja explorando o Espaço por um período considerável, excluindo uma grande parcela de novos atores; já o Comando por Força exige uma capacidade militar (que, conforme afirmado, pouquíssimos países possuem no Espaço Sideral). Por isso, pode-se alegar que muito pouca abertura se dá aos Estados em desenvolvimento.

Entretanto, também pode ser afirmado que o desejo de obter o Co-

mando do Espaço pode fazer com que haja uma maior participação de novos atores. Sendo a tecnologia espacial considerada a mais avançada forma de desenvolvimento socioeconômico de um Estado e a formação de um forte programa espacial uma forma de prestígio e vantagem internacional, grandes economias em desenvolvimento (como o Brasil, a China e a Índia) e até mesmo economias médias podem se sentir incentivadas a aumentarem sua influência no Espaço (Harding 2013). Como consequência, os ganhos iniciais da exploração espacial podem se dar exatamente pela busca do Comando do Espaço, indiferentemente da forma que esse se apresenta.

3.3 Estudos de Caso

Sendo agora conhecida a forma como se projetam os interesses dos Estados no Espaço Sideral e a diferenciação tecnológica existente entre países em desenvolvimento e desenvolvidos, entraremos mais a fundo em quatro estudos de caso, buscando evidenciar a necessidade de democratização do uso do Espaço. Essa problematização se dará da seguinte forma: sistemas de geoposicionamento ou navegação por satélite; militarização do Espaço; a crescente participação de entidades privadas na exploração do Espaço; e, por último, detritos espaciais e seus desafios para os Estados em desenvolvimento. Por mais que essas quatro temáticas não esgotem o amplo campo de discrepâncias entre os diferentes atores espaciais, suas características demonstrarão uma grande parte da discussão existente.

3.3.1 Sistemas de navegação por satélites

Atualmente, estão em órbita 106 satélites de navegação. Das quatro principais funções supracitadas, apenas 7% correspondem aos de posicionamento, sejam sistemas regionais ou globais, seja seu uso para motivos civis ou militares. Apesar de ser um valor relativamente baixo comparado ao número de satélites de comunicação, correspondente a aproximadamente 50% do total (Union of Concerned Scientists 2017), dois fatores sobressaltam a importância dos recursos de: a relevância estratégica e a origem dos sistemas.

Se, para a sociedade civil, o uso de sistemas de navegação tornou-se praxe, no âmbito militar, a sua precisão e o maior número de informações adquiridas modificaram a forma de se planejar as operações. Segundo Cepik (2015), o valor dos sistemas operacionais, como os de navegação, foi reconhecido em guerras como a do Golfo, de 1990, quando seu uso originou novas capacidades de combate. As atualizações em tempo real em um cenário caótico de guerra, a possibilidade de conferir e acompanhar com precisão os movimentos de tropas e de armas e, ainda, a capacidade de lidar com adversidades climáticas e aumentar a eficácia dos recursos beligerantes afirmaram o valor de se ter satélites de navegação. Sua capacidade de obter um número

cada vez maior de informações – e que essas sejam obtidas tanto com exatidão quanto sem o consentimento de outros Estados (uma característica fundamental para que os sistemas sejam efetivos coletores de inteligência) – permite afirmar que possuir um sistema de navegação por satélite pode garantir a um ator o Comando do Espaço por força (Cepik 2003).

Entretanto, esses sistemas são oriundos de apenas cinco programas espaciais: o chinês (o Sistema *BAIDOU*); o estadunidense (o Sistema de Posicionamento Global – GPS, sigla em inglês para *Global Positioning System*); o europeu (da Agência Espacial Europeia, um esforço multinacional de nações europeias) de nome *Galileo*; o indiano (*IRNSS*, regional); e o russo, o *GLONASS*. Outros Estados apresentam projetos futuros, mas somente esses cinco são consolidados e, desses, somente três são comprovadamente de escala global: o americano, europeu e o russo (Union of Concerned Scientists 2017).

Alguns fatores explicam esse limitado número de Estados com programas de navegação por satélite. Os dois principais são a dependência tecnológica, que impede que outros atores consigam desenvolver seu próprio sistema de satélites, e a incapacidade de lançamento de seus recursos espaciais, o que também acaba levando a uma dependência aos Estados mais desenvolvidos. De qualquer forma, é seguro afirmar que não há um difundido acesso a esses sistemas de navegação e que o restrito número de Estados que os possuem detém um Comando do Espaço tanto por coerção (já que são capazes de ditar como que todos os atores utilizarão sua ferramenta) quanto por presença, prejudicando a democratização do Espaço.

3.3.2 Militarização do espaço

Conforme dito anteriormente, dos 1.459 satélites em órbita em janeiro de 2017, 351 eram com propósitos militares (Union of Concerned Scientists 2017). Sua importância também já fora abordada anteriormente, tanto de uma forma teórica – os três tipos de Comando do Espaço presumem capacidades militares espaciais, mas principalmente o de força requer que um ator tenha uma grande capacidade militar espacial – quanto de uma forma histórica – Guerra do Golfo e a prevalência de sistemas de navegação por satélite. Apesar disso, os tratados referentes ao Espaço Sideral enfaticamente afirmam que não se pode instalar em corpos celestiais ou no Espaço nenhum tipo de "arma nuclear ou armas de destruição de massa de qualquer tipo" (Nações Unidas 2017a, 1).

Isso ocorre porque o Espaço é militarizado, mas não é armamentizado[8]. Isso significa que não há nenhuma arma posicionada ou apontada para o Espaço Sideral de forma que possa destruir satélites os outros recursos es-

8 *Weaponized*, no original. Para maiores detalhes sobre essa distinção, ver Saperstein (2002) e Alves, Sarti e Batista (2015).

paciais. O uso militar, por outro lado, pode ser resumido no acrônimo *ISTAR* (inteligência, vigilância, aquisição de alvos e reconhecimento[9]) e no uso do Espaço não como um cenário de confronto, mas como uma plataforma de se expandir os conflitos militares tradicionais (Sheehan 2007).

Outra distinção necessária, no âmbito da militarização do Espaço, diz respeito à forma por meio da qual se conduzem os conflitos nessa plataforma. Saperstein (2002) diferencia duas possibilidades de condução: a forma **ativa** de projeção de ataque e defesa, armando os recursos espaciais do Espaço e tendo como alvo os recursos de outros atores, de forma a ter um Comando do Espaço pela força; e uma forma **passiva**, sem nenhum tipo de armamento e com uso somente pacífico da exploração espacial, onde a militarização diria respeito ao uso de *ISTAR*, aumentando a eficácia de armas convencionais e a capacidade de um Estado de defender, reduzir custos de produção e lançamento, capacidade de relançamento de satélites defeituosos e afins, de forma que o Comando do Espaço seria por coerção e presença. Enquanto que a maior dificuldade do segundo seria a de se obter formas de verificação de que nenhum ator estaria lançando armas, o primeiro poderia até mesmo acarretar mais uma corrida armamentista no Espaço e, na potencial existência de um conflito, catastróficos danos ambientais.

Apesar disso, alguns Estados já realizaram testes onde satélites inativos foram abatidos por armas antissatélites (ou *ASATs*, em inglês). Embora o argumento desses atores fora de que o abatimento tivera razões pacíficas, o seu uso demonstra a possibilidade de certos Estados atingirem sistemas espaciais estrangeiros. Todos os satélites na Órbita Baixa e os com Órbita Altamente Elíptica estão próximos o suficiente da Terra para serem abatidos por Mísseis Balísticos Intercontinentais[10] e de Alcance Intermediário[11]. Já os de Média Órbita e os Geoestacionários só poderiam ser abatidos por atores [12]com capacidade para lançar foguetes da Terra até essa órbita – somente China, Estados Unidos, França, Índia, Japão, Rússia e Ucrânia teriam acesso a esse tipo de foguete (Saperstein 2002). Dentre as nações citadas, apenas duas possuem o *status* de país em desenvolvimento – Índia e China –, fortalecendo o argumento a favor de uma democratização do Espaço (Nações Unidas 2017e).

Em suma, dentre essas duas formas de militarização (ativa ou passiva), enxerga-se uma predominância de alguns poucos Estados desenvolvidos que possuem capacidade tanto para armamentizar o Espaço em caso de conflito, quanto para aumentar a eficácia de armas tradicionais, em caso de con-

9 *Intelligence, surveillance, target acquisition and reconnaissance*, no original.
10 Mísseis com alcance superior a 3500km.
11 Mísseis com alcance entre 2500 e 3500km.
12 Segundo Saperstein (2002), somente China, Estados Unidos, França, Índia, Japão, Rússia e Ucrânia teriam acesso a esse tipo de foguete.

duções passivas. Uma alternativa seria tornar o Espaço Sideral um Santuário, onde nenhum tipo de conflito poderia se propagar. Essa ideia, entretanto, esbarra com os interesses de Estados que enxergam a dimensão do Espaço como um fator crucial para a sua segurança, impedindo o avanço de medidas sobre o tópico e prejudicando, portanto, a democratização de acesso ao Espaço (Saperstein 2002, Sheehan 2007).

3.3.3 Participação de entidades privadas

Conforme citado no ponto 1.4, o final da Guerra Fria vivenciou um crescimento das atividades de atores não-Estatais no Espaço. Devido ao alto lucro da exploração espacial, empresas de diversas áreas têm se engajado no uso comercial dos recursos espaciais. Para evitar os riscos e os custos envolvidos com a criação de tecnologia espacial, cada vez mais, os Estados provêm incentivos para que empresas realizem o lançamento – com capital privado, pois – dos recursos espaciais – de origem no setor público. Entretanto, esses atores corporativos, geralmente, recebem permissividade dos governos para reduzir os custos de lançamento e manejo de seus *recursos espaciais*, o que ocasiona problemas tanto na esfera ambiental, quanto no âmbito da concorrência internacional (Bernett 1997, Dula 1985, Sheehan 2007).

Esses atores não-governamentais, portanto, trazem uma nova dinâmica para a exploração espacial. Ainda que seu objetivo principal seja o lucro, o que pode vir a prejudicar a exploração pacífica do Espaço, há resultados positivos para a humanidade. Seu interesse pelo desenvolvimento de tecnologias de exploração espacial também pode ajudar a desenvolver programas espaciais de Estados emergentes, através de parcerias público-privadas (Bernett 1997).

3.3.4 Detritos espaciais

Para entendermos a problemática do meio ambiente espacial, é necessário que façamos uma distinção prévia. A poluição do Espaço Sideral pode ocorrer de duas formas diferentes, com diferentes problematizações. A primeira, denominada de *contaminação direta*, é a que trataremos aqui nessa seção: trata-se do resultado das atividades humanas que poluem e congestionam a órbita terrestre. A segunda é denominada *contaminação reversa*[13] e refere-se a qualquer tipo de contaminação feita por matéria extraterrestre no nosso planeta, seja pela introdução de materiais radioativos, pela reintrodução de vida terrena após contaminação no Espaço e afins. Enquanto que a segunda forma seja potencialmente mais prejudicial, seus raros casos diminuem sua importância, enquanto que a contaminação direta ocorre diariamente, com detritos espaciais, materiais radioativos jogados no espaço, efluentes quí-

13 *Forward and backward contamination*, no original (Gupta 2016).

micos e contaminação biológica[14] (Gupta 2016).

Detritos espaciais (*space debris*) são objetos artificiais que orbitam a Terra, mas que já não têm mais uso prático. Também conhecido como "lixo espacial", o número de detritos cresce exponencialmente; restos de foguetes, propulsores, satélites inativos e quaisquer resquícios de recursos espaciais que já perderam sua utilidade acabam se acumulando e criando barreiras de detritos em volta de nosso planeta. Por mais que normalmente se acumulem na Órbita Baixa, há fragmentos presentes em todas as órbitas e, inclusive, alguns que são considerados de "órbita excêntrica", tendo sua trajetória não tão facilmente reconhecida (NASA 2010).

Portanto, os detritos espaciais são uma forma de poluição espacial. O grande número de detritos que existem no Espaço Sideral é fruto de um início desregulamentado ou mal regulamentado da exploração espacial (Alves, Sarti e Batista 2015). Apesar de parecerem inofensivos em uma primeira vista, muitos desses recursos espaciais, quando inativos, tendem a se fragmentar e causar um dos maiores obstáculos para a exploração humana do Espaço Sideral. Enquanto que grandes satélites, maquinários de foguetes, restos de estações espaciais e afins têm trajetória conhecida e podem ser evitados, esses fragmentos menores (que, em 2010, já correspondiam a dezenas de milhões) são imprevisíveis e, devido a sua alta velocidade, podem se chocar com os recursos espaciais atualmente utilizados e causar diversos acidentes. Outros detritos maiores podem voltar para a Terra e, por serem grandes demais, não serem destruídos antes de entrar na nossa atmosfera, causando acidentes e possivelmente mortes (NASA 2010).

Lixos espaciais, portanto, são um dos maiores impedimentos para a exploração do Espaço Sideral. Atores que são incapazes de construir maquinários que resistam a colisão com pequenas partículas ou que não detêm tecnologia suficiente para calcular as rotas de recursos espaciais defuntos convivem com custos maiores para iniciarem ou ampliarem a exploração espacial. O uso de *ASATs* também elevaria o número de detritos em órbita, como no caso chinês e a destruição do satélite *Fengyun-1C* em 2007, quando mais de 1.600 destroços foram catalogados. Por isso, em caso de um conflito **ativo** no Espaço, danos catastróficos seriam ocasionados tanto para o meio ambiente terreno quanto para futuras explorações espaciais, havendo o risco, inclusive, de causarem o fim por completo das atividades humanas no Espaço Sideral (Klein 2006, Saperstein 2002, Sheehan 2007).

Medidas de mitigação dos detritos espaciais já existem, as quais visam diminuir a quantidade de detritos sendo jogados no Espaço. Novas tec-

14 Nesse artigo, somente trata-se dos detritos espaciais dentre essas quatro formas de contaminação. Entretanto, as outras três também impõem desafios para a cooperação internacional e principalmente para a humanidade, com grandes riscos ambientais. Para maiores detalhes sobre suas problemáticas específicas, ver Gupta (2016).

nologias também estão sendo desenvolvidas e podem diminuir ou mesmo erradicar o aumento de fragmentos, sendo a iniciativa da empresa americana **SpaceX** e sua tecnologia de relançamento de foguetes – evitando que seus propulsores e maquinários fiquem em órbita, aproveitando os materiais quase que em sua totalidade – a mais reconhecida dessas iniciativas. Entretanto, muitas críticas são feitas por Estados em desenvolvimento e emergentes em relação aos custos dessas tentativas de mitigação: enquanto que a quase totalidade dos objetos artificiais existentes em órbita do planeta Terra são originários de países desenvolvidos, esses dispositivos internacionais tendem a dividir os custos de operações entre todos os Estados. A fim de atingir um meio ambiente sustentável na dimensão espacial, formas alternativas de atingir o consenso e cooperação internacional são necessárias (Nações Unidas 2015).

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Desde o início da Era Espacial, as discussões sobre o uso e a exploração do Espaço Sideral ocorreram em fóruns multilaterais. Em pleno auge da Guerra Fria, o principal foco dos debates girava em torno da exploração pacífica do Espaço, da regulamentação dos programas espaciais e dos acordos que pudessem vir a facilitar a cooperação internacional (Nações Unidas 2017b). Ainda em 1959, dois anos depois do lançamento do *Sputnik I*, a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu a criação do Comitê Para o Uso Pacífico do Espaço Exterior[15] (COPUOS, sigla em inglês), atualmente o único fórum com prerrogativa de desenvolver o direito espacial internacional (Cepik 2015).

Segundo o Escritório das Nações Unidas para o Espaço Sideral (2017b), o COPUOS trata de um variado número de assuntos. Dentre eles, os principais seriam a preservação do Espaço e de seu meio ambiente, a arbitragem de disputas, o resgate de astronautas, o compartilhamento de informações, o uso de tecnologia espacial e também a cooperação internacional. Os principais pressupostos do comitê são a noção do Espaço como um patrimônio da humanidade, o princípio de não-apropriação do Espaço e a liberdade de uso e exploração do Espaço Sideral por todos os Estados, sem nenhum tipo de discriminação.

A partir do COPOUS, surgiram os cinco principais dispositivos e tratados jurídicos internacionais sobre a exploração do Espaço, todos datando ainda do século XX. São esses:

(i) **O Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, inclusive a Lua e Ou-**

15 *Committee on the Peaceful Uses of the Outer Space,* no original.

tros Corpos Celestes (popularmente conhecido como o "Tratado do Espaço Exterior"), o qual entrou em vigor em 1967;

(ii) **O Acordo sobre o Salvamento dos Astronautas, Regresso dos Astronautas e Restituição dos Objetos Lançados ao Espaço Cósmico** (popularmente conhecido como "Acordo de Resgate"), o qual entrou em vigor em 1968;

(iii) **A Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais**, qual entrou em vigor em 1972 e afirma que danos causados por detritos espaciais são de responsabilidade do governo que os lançou, indiferentemente se forem originários de atores governamentais ou não-governamentais;[16]

(iv) **A Convenção sobre Registro de Objetos Lançados ao Espaço Cósmico**, a qual entrou em vigor em 1976;

(v) **O Acordo de Reguladores das Atividades dos Estados na Lua e Outros Corpos Celestes** (popularmente conhecido como "Lei da Lua"), o qual entrou em vigor em 1984 (Nações Unidas 2017b).

Esses cinco tratados formam o regime jurídico internacional do Espaço Sideral. Sendo o primeiro e o mais abrangente dos cinco, o Tratado de Espaço Exterior é considerado como o quadro-geral de todas as ações internacionais relativas ao tema, sendo os outros quatro reconhecidos como desenvolvimentos de princípios já expostos no texto de 1967 (Nações Unidas 2007). Em 2017, o Tratado completará 50 anos.

Originado ainda no contexto da Guerra Fria, esse regime de tratados não pode ser dissociado da situação geopolítica da época (Cepik 2015). Versando principalmente sobre como se poderia conter a propagação do conflito para a esfera sideral e de como se poderia garantir a exploração pacífica do Espaço, nenhum dos cinco tratados aborda diretamente as questões de sua democratização e tampouco prevê dispositivos capazes de democratizar o acesso ao Espaço Sideral. Contudo, há ainda outras ações internacionais feitas no âmbito das Nações Unidas que são importantes para o tópico em questão. Dentre essas, pode-se destacar alguma das declarações feitas no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, especialmente feitas sobre o princípio de não-discriminação que fora citado anteriormente (Nações Unidas 2007). As duas mais importantes dessas são:

(i) **A Declaração dos Princípios Jurídicos Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Exterior**, de 1962. Considerado como um embrião do Direito Espacial Internacional, em seu artigo 2º, prevê a exploração do Espaço por todos os Estados e, no seu artigo

16 Um dos grandes desafios atuais em relação ao Direito Espacial Internacional é em relação a esses detritos. Para se conhecer a origem de cada satélite inativo, é necessário que se catalogue e se mantenha supervisão de sua órbita e movimento, o que muitas vezes é custoso e, em alguns casos, até impossível de ser feito. Para maiores detalhes, ver Gupta (2016).

6º, declara que a cooperação deve ser um dos princípios norteadores do uso do Espaço, dando a prerrogativa aos Estados de fazerem consultas sobre a atividade de outros atores quando se julgarem ameaçados ou prejudicados por suas ações (Nações Unidas 2017c);

(ii) **Declaração sobre a Cooperação Internacional na Exploração e Uso do Espaço Exterior em Benefício e no Interesse de todos os Estados Levando em Especial Consideração as Necessidades dos Países em Desenvolvimento**, de 1996. A "Declaração de Benefícios", como ficou conhecida, foi estabelecida já no cenário pós-Guerra Fria. Sendo construída em um cenário geopolítico diferente e com novos atores, a Declaração traz como bases a ideia de cooperação internacional e de que uma colaboração entre os atores será de benefício generalizado para a humanidade (Nações Unidas 2017d).

Devido à participação massiva de países em desenvolvimento na sua concepção, a Declaração de Benefícios trouxe novidades para o regime internacional espacial. Diferentemente dos tratados anteriores, cujos focos eram diversos, ela afirma que se deve atentar, principalmente, às necessidades dos países em desenvolvimento. Para isso, incentiva a cooperação entre Estados com programas espaciais desenvolvidos e Estados com programas espaciais emergentes. Também traz a noção de que a cooperação internacional deve:

(i) promover o desenvolvimento da ciência e tecnologia espacial,

(ii) fomentar o desenvolvimento de capacidades espaciais relevantes e apropriadas nos Estados interessados e

(iii) facilitar o intercâmbio de *expertise* e tecnologia entre Estados em bases aceitáveis mutuamente (Nações Unidas 2017d).

Embora ainda não esteja concluído, ocorrem em diferentes comissões das Nações Unidas o desenvolvimento de um **Tratado de Prevenção de uma Corrida Armamentista no Espaço**[17] (PAROS). Especialmente discutido na Conferência de Desarmamento (CD), as discussões acerca do assunto surgiram porque, embora seja proibido instalar Armas de Destruição em Massa (ADM) no Espaço, armas convencionais não são banidas por nenhum tratado. As principais propostas em relação ao PAROS surgiram por Estados em desenvolvimento (especialmente Argentina, Egito e Sri-Lanka), sendo fruto da demanda desses países em garantir um Espaço Sideral realmente pacífico. Pode-se afirmar que a participação desses atores no debate é um dos principais incentivos para que não seja feita uma armamentização[18] do Espaço e que permaneça uma postura internacional não-agressiva da exploração espacial (NTI 2015, Nações Unidas 2007).

17 *Prevention Against an Arms Race in Outer Space*, no original.

18 Para maiores detalhes em relação ao debate sobre uma possível Corrida Armamentista no Espaço e sobre a diferenciação entre militarização e armamentização do Espaço, ver Alves, Sarti e Batista (2015).

Dentro da estrutura das Nações Unidas, o SPECPOL é um dos principais órgãos que lidam com o Espaço Sideral. Tratando-se de um comitê com presença massiva de Estados em desenvolvimento, o Quarto Comitê é reconhecido como um dos principais instrumentos através dos quais as demandas de novos atores na exploração espacial podem ser ouvidos. Em seu último encontro que tratava do assunto, em outubro de 2016, foram emitidos documentos que (i) incentivam atores com programas espaciais já desenvolvidos a se comprometerem com a prevenção de uma Corrida Armamentista Espacial e (ii) reafirmam o caráter pacífico da exploração espacial, dando especial atenção aos princípios de não-discriminação e de cooperação internacional, como promovido pela Declaração de Benefícios (Nações Unidas 2016a, Nações Unidas 2016b).

5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

A seguir, serão apresentados os posicionamentos dos mais diferentes Estados frente à discussão de democratização do uso do Espaço Sideral. Para melhor demonstrar as disparidades entre os atores, esses estão organizados por afinidade do seu programa espacial, pelo seu nível de participação na exploração espacial e em sua inserção em blocos regionais.

5.1 Agência Espacial Europeia (ESA)

Os países da União Europeia estão inseridos na ESA (*European Space Agency*), organização intergovernamental que conta com 22 membros. A ESA surgiu no contexto da Guerra Fria, sendo um instrumento dos países europeus para poderem competir na Corrida Espacial (Cepik 2015). Diferentemente do que se imagina, os Estados europeus contam com programas espaciais nacionais, sendo a ESA apenas um órgão de cooperação e coordenação das atividades dos atores vinculados. Por ser um órgão com um processo de tomada de decisão difuso, torna-se difícil de analisar qual país teria maior ou menor influência nas ações da Agência. O principal propósito da união dos países seria o de potencializar o alcance dos programas espaciais europeus, atingindo um patamar que nenhum Estado sozinho conseguiria. Além da coordenação entre as nações europeias, a ESA procura fazer acordos com outros programas espaciais fora do continente europeu (European Space Agency 2017).

A **Alemanha** é o país com maior contribuição financeira para a ESA. Em 2016, seu orçamento atingiu 23,3% do total (European Space Agency 2016), sendo no país também o centro de missões e de treinamento da organização. O seu programa espacial, de nome DLR (Centro Aeroespacial Alemão) é um dos mais avançados programas espaciais independentes na

Europa. Sua ação no Espaço ocorre principalmente pela sua quantidade de satélites em órbita atualmente, tanto para uso civis, de pesquisa ou militares (Union of Concerned Scientists 2017).

Outro país com grande importância dentro da ESA é a **França**, que contribuiu com 22,6% do orçamento da Agência em 2016 (European Space Agency 2016). O CNES (*Centre National d'Études Spatiales*), programa espacial francês, contém satélites para os mais variados fins, tais como recursos de origem civil, governamental e militar. O principal objetivo do CNES é tornar independente o acesso espacial francês, tendo, por isso, uma variada gama de atuações, tanto para monitoração, comunicação, desenvolvimento tecnológica e defesa (CNES 2017, Union of Concerned Scientists 2017).

Já o **Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte**, em 2016, contribuiu com 8,7% do orçamento da ESA. O Reino Unido é um dos principais atores da exploração espacial, estando presente desde o início da Primeira Era Espacial. Seu programa nacional é responsável pela sua parcial independência da ESA, tendo lançado, em 2015, a primeira política espacial nacional do país, visando a aumentar ainda mais a sua parcela de participação no Espaço, focando principalmente no setor comercial e privado (UK Space Agency 2015).

A **Espanha** está especialmente envolvida com o bom funcionamento da ESA, acreditando que o futuro da exploração espacial europeia se encontra na Agência (Instituto Nacional de Técnica Aeroespacial 2017), além de possuir satélites de comunicação, observação e desenvolvimento tecnológico em órbita (Union of Concerned Scientists 2017).

Portugal e **Suécia**, embora tenham uma contribuição menor que a dos Estados supracitados, estão muito envolvidos com o funcionamento da Agência. A Suécia possui dois satélites no Espaço, um de comunicação e um de observação (Union of Concerned Scientists 2017), enquanto o desenvolvimento de um projeto de programa espacial ainda é embrionário em Portugal, dedicando-se mais ao bom andamento da ESA.

Turquia e **Ucrânia**, embora não participem da ESA, são atores importantes na política espacial europeia. A Turquia, em 2017, iniciou os trabalhos para o lançamento de seu programa espacial, buscando uma parceria com outros Estados para se fortalecer nesse período inicial (Bekdil 2017). Dentre seus satélites já em órbita, destacam-se os de uso de comunicação e observação (Union of Concerned Scientists 2017). Já a Ucrânia é considerada um dos principais atores na Corrida Espacial, sendo um dos poucos Estados com capacidade de lançamento dos próprios satélites, muito embora a sua relação conflituosa com a Rússia nos últimos anos tenha dificultado o desenvolvimento pacífico de seu programa (Cepik 2015).

5.2 Os BRICS

A **África do Sul** é um dos Estados africanos que há mais tempo estão explorando o Espaço, muito embora o início de sua exploração tenha sido restrito e pouco interessado. Recentemente, o Estado africano tem compensado seu descompromissado início, oficialmente lançando o seu programa espacial, o SANSA (Agência Espacial Nacional Sul Africana ou *South African National Space Agency*, no original), em 2010. É a segunda tentativa da África do Sul de lançar um programa espacial, tendo a primeira iniciativa ocorrido durante o período do *apartheid*, quando fora então sufocada por pressões dos Estados Unidos (Gottschalk 2010). No continente, o país é um dos líderes em política espacial, tendo sido o terceiro a ratificar o Tratado do Espaço e um dos poucos com astronautas e satélites no espaço exterior. Além disso, a África do Sul deseja melhorar a engenharia espacial através do desenvolvimento do capital humano, visando aos usos pacíficos do espaço, criar um espaço benéfico para o desenvolvimento da tecnologia espacial nacional. Entretanto, por enquanto, o foco do programa espacial é providenciar, através das imagens de satélite, dados sobre fenômenos ambientais, como incêndios e inundações, telecomunicações, entre outros serviços úteis para a população da África Meridional (South African National Space Agency 2017).

Já o **Brasil**, nesse sentido, preocupa-se bastante em aumentar a cooperação internacional e promover a capacitação tecnológica do seu setor espacial. O país já assinou acordos-quadro de natureza intergovernamental com 9 países (Argentina, Estados Unidos, Peru, Venezuela, China, Índia, Ucrânia, França e Alemanha), bem como o Tratado para os usos Pacíficos do Espaço Sideral. A Agência Espacial Brasileira (AEB) vê nesses acordos, instrumentos internacionais para o desenvolvimento de programas bilaterais. Em 1958, o Brasil participou da elaboração do Tratado do Espaço Exterior. Além da cooperação internacional com o Japão, China e as demais nações dos BRICS, o Brasil tem uma grande participação regionalmente, com tratados bilaterais com a Argentina, Chile, Venezuela e Cuba, através da agência espacial brasileira, cuja atividade deu ao brasil uma parceria com a Estação Espacial Internacional (AEB 2012).

A entrada da **República Popular da China** na corrida espacial, apesar de tardia, correspondeu a uma acelerada ascendência, tornando-se, recentemente, uma potência espacial, já com a sua própria Estação Espacial. A sua independência no campo espacial deve-se à relação hostil por parte dos Estados Unidos, que têm dificultado a transferência de conhecimento, vital para o desenvolvimento de tecnologia espacial. Em 2011, por exemplo, a China foi proibida de entrar na NASA pelo Congresso americano (Sample 2013). Entretanto, esse embargo não impediu aos chineses que continuassem se desenvolvendo. Em 2017, Beijing mandou sua última nave, a *Tianzhou 1*,

não tripulada, ao Espaço. Isso faz parte do plano chinês da "Estratégia dos 3 Passos", elaborada em 1992, com os objetivos de: lançar uma nave tripulada, criar a tecnologia necessária para atividade extraveiculares e, por fim, estabelecer uma estação espacial. No curto prazo, a China deseja desenvolver um plano de exploração da lua e, no longo prazo, construir uma base lunar (China Manned Space 2017).

O programa espacial da **Índia** visa, desde o seu início, em 1962, ao desenvolvimento econômico, tecnológico e educacional do país como um caminho para vencer o subdesenvolvimento. Os representantes indianos, em diversas reuniões do COPUOS, reiteraram a importância dos programas espaciais para o desenvolvimento dos países do terceiro mundo. Este país deixa claro o desenvolvimentismo através da "visão" que guia o seu programa espacial: "aproveitar a tecnologia espacial para o desenvolvimento nacional, enquanto visa à pesquisa espacial e à exploração interplanetária" (ISRO 2017, online). Em 2008, o Estado indiano foi o primeiro a chegar em Marte (ISRO 2017).

A **Federação Russa** promove suas pesquisas e desenvolvimento espaciais através da Roscosmos, agência originada no fim da URSS, mas que tem ganhado importância com a recente expansão econômica do país. A Roscosmos participa do projeto da Estação Espacial Internacional, além de desenvolver inúmeros projetos de pesquisa científica e de telecomunicações. A Roscosmos é uma corporação estatal que substitui, em 2015, o antigo programa espacial devido a reforma na indústria espacial russa. Essa nova corporação assegura a implementação do programa espacial russo, de modo a desenvolver, produzir e suprir de equipamentos espaciais e objetos de infraestrutura espacial. Além disso, a Roscosmos é responsável por estabelecer as cooperações internacionais em relação ao espaço e estabelecer os estágios para o uso futuro da tecnologia espacial em prol do desenvolvimento social e econômico da Rússia (ROSCOSMOS 2017). Recentemente, a Rússia se aproximou dos EUA, procurando uma maior cooperação na área espacial. A relação entre os dois melhorou após a retirada das sanções sobre a anexação da Crimeia. Devido às sanções, a Rússia teve grandes dificuldades no seu programa espacial, além dos cortes no orçamento por parte do governo devido aos acidentes em lançamentos. O grande objetivo da Rússia é superar os problemas herdados da era soviética e voltar a ser uma das líderes na corrida espacial (Smith 2017).

5.3 Atores com programas espaciais desenvolvidos

O programa espacial do **Canadá** surgiu em 1989, data de criação da sua Agência Espacial. Dentre seus satélites em órbita, destacam-se os de desenvolvimento tecnológico e de comunicação, além dos de observação e os de

fins científicos (Union of Concerned Scientists 2017). O programa espacial canadense é vinculado ao programa da Agência Espacial Europeia, com o qual o Estado canadense compartilha a noção de importância do Espaço para o desenvolvimento socioeconômico do país. Além disso, o desenvolvimento do programa espacial canadense está atrelado a sua própria autonomia e prosperidade (Canadian Space Agency 2014).

Os **Estados Unidos da América** possuem um dos programas espaciais mais ativos devido a sua participação desde o início do desenvolvimento da tecnologia espacial, fundado em 1958 com a criação da NASA. Com o maior orçamento espacial do mundo, os EUA é um dos maiores interessados no desenvolvimento de tecnologia espacial, procurando ser o líder internacional. Sua importância nessa área é vista no grande número de projetos e missões espaciais. Atualmente, Washington coopera com o programa espacial russo, europeu e de alguns países da Ásia e da América no desenvolvimento da Estação Espacial Internacional. Desde 2010, mais de 90 missões espaciais estão em andamento, sendo que a *Skylab*, a estação espacial americana, e a exploração de Marte têm sido bem-sucedidas (NASA 2017).

O programa espacial de **Israel** visa a reforçar sua inserção internacional e desenvolver a sua economia, além de auxiliar sua agricultura, comunicação e outros setores. A ISA (Agência Espacial Israelita) já assinou diversos tratados de cooperação com as principais potências espaciais, como a NASA (EUA), CNES (França), DLR (Alemanha) e Roscosmos (Rússia). Os objetivos de Israel são expandir a cooperação internacional e promover a pesquisa em infraestrutura, incentivando, assim, as inovações de tecnologia espacial nas indústrias espaciais. Por isso, Israel é considerado um dos Estados líderes na corrida tecnológica de exploração espacial. Nos anos 1980, Israel foi o oitavo país a lançar um satélite próprio. Desde a ratificação do Tratado do Espaço Exterior, em 1977, Israel iniciou sua participação no regime de tratados sobre o Espaço Sideral. Devido aos problemas securitários que enfrenta, o orçamento para o programa espacial é limitado, focando no desenvolvimento de tecnologia em microssatélites (Israel Space Agency 2017).

Desde o início do seu programa espacial, o **Japão** tenta desenvolver tecnologia nacional, apesar de não se opor à cooperação internacional. A NASDA, estabelecida em 1969, promove o desenvolvimento espacial e o uso pacífico do espaço. O atual presidente da JAXA, Naoki Okumura, afirmou que a agência japonesa entra numa nova fase, cujo objetivo liderar as tecnologias espaciais. Desde 2015, o novo "Plano Básico de Política Espacial" irá promover a securitização do espaço, a utilização do espaço pelo setor e continuar a pesquisa científica (JAXA 2015).

Além de demonstrar maior engajamento para com as nações desenvolvidas do Norte global, a **Nova Zelândia** possui uma política externa

orientada, majoritariamente, aos países da região da Ásia-Pacífico (New Zealand Foreign Affairs and Trade 2016). Em 2016, o país estabeleceu a sua Agência Espacial, a qual, regida pelos princípios do Tratado do Espaço, zela pelo uso pacífico e comercial do espaço sideral, priorizando atividades que contribuam para as áreas de agrotecnologia, meteorologia e prevenção de riscos (Ministry of Business, Innovation and Employment 2017a). Ressalta-se a interação entre a indústria espacial neozelandesa e o setor privado: em 2017, a empresa *Rocket Lab* performou seu primeiro lançamento-teste partindo do país, tornando-o "[...] um dos 11 países atualmente capazes de lançar satélites no espaço a partir de seu próprio território e o primeiro a lançar partindo de um intervalo de lançamento orbital totalmente privado" (Ministry of Business, Innovation and Employment 2017b, online).

5.4 Outros atores

Apesar de ser uma das maiores economias da África, **Angola** enfrenta problemas para entrar na área de alta tecnologia, principalmente com a falta de especialistas na área para levar o projeto adiante. É um dos Estados africanos que entrou na Corrida Espacial apenas após os anos 2000. A União Africana, para facilitar a participação das nações africanas no espaço externo, em 2016, aprovou a Política Espacial Africana e a Estratégia Espacial Africana, ambos dando as diretrizes para o continente no setor espacial. Desse modo, os angolanos têm o projeto da União Africana e o programa espacial nacional para alcançar seus objetivos espaciais. Outro ponto importante para política espacial angolana é sair da condição de exclusão espacial. O *AngoSat-1* é um dos sete projetos previstos do Programa Espacial Angolano e que envolve a transferência de conhecimentos nesta área e o lançamento da Agência Espacial Angolana, sendo que um dos seus objetivos é a criação de competências nacionais no domínio das tecnologias de telecomunicação (GGPEN 2017). Embora o governo angolano venha trabalhando conjuntamente com a Rússia, a prioridade do seu programa é atingir a autonomia nacional.

A seca e a fome verificadas no Chifre da África estendem-se ao **Sudão**, que, atualmente, é marcado por conflitos internos e por uma alarmante condição humanitária. A situação não é muito diferente no seu vizinho meridional, o **Sudão do Sul**, onde a independência de 2011 não foi seguida de estabilidade – contrariamente, houve a eclosão de uma guerra civil no país a partir de 2013. Embora o cenário seja particularmente preocupante, ambos os países possuem o comum entendimento de que um programa espacial africano contribuiria para o desenvolvimento do continente e, consequentemente, para a mitigação das dificuldades vivenciadas pela população africana (United Nations Radio 2016). Em 2012, o presidente sudanês Omar al-Bashir clamou pelo estabelecimento de uma agência espacial africana sob

os auspícios da União Africana (UA), o que possibilitaria a libertação do continente perante a dominação tecnológica externa. Embora seja um projeto ambicioso, o posicionamento de satélites em órbita visaria ao provimento de assistência humanitária, à melhora na gestão de recursos e de riscos, e à prevenção de situação de fome generalizada (Smith 2012).

O **Marrocos**, um dos principais representantes africanos, possui satélites artificiais e tem projetos para ampliar sua ação no espaço no longo prazo. Desde 1989, o Centro Real de Sensoriamento Remoto (*Royal Centre for Remote Sensing*, em inglês) foi criado para agir em prol das diretrizes firmadas pelo governo em relação a sua política espacial (Eurisy 2017). O Marrocos é um dos poucos países africanos com programa espacial (Calcuttawala 2016), apesar de não possuir uma indústria espacial forte; por isso, acaba por não ter uma contribuição expressiva na indústria espacial global, dependendo de companhias estrangeiras – em especial, europeias – para comprar os satélites, entre outros materiais espaciais, e para lançar seus foguetes. Um dos objetivos do seu programa é aprimorar o desenvolvimento social e econômico, direcionado especialmente para o bem dos seus cidadãos. O Marrocos também tem sido importante de modo a compartilhar com o resto da África, especialmente, o desenvolvimento e disseminação de novas aplicações espaciais (SGAC 2017).

A **Austrália**, até o momento, não possui uma agência espacial independente, não possuindo capacidade operacional no Espaço. O país conta, contudo, com o Instituto Australiano de Pesquisa Espacial (ASRI), formado no início dos anos 1990, a partir da fusão do AUSROC Grupo de Desenvolvimento de Foguetes, da Universidade Monash, em Melbourne, e a Associação Australiana de Pesquisa em Engenharia Espacial (ASERA), além disso, possui diversos parceiros internacionais. A CSIRO, Organização da Commonwealth de Pesquisa Científica e Industrial, apesar de não ter um programa espacial sólido, colabora mundialmente com as suas descobertas científicas (CSIRO 2017).

O CONAE, Comissão Nacional de Atividades Espaciais, é quem coordena as ações espaciais da **Argentina**. Devido à falta de tecnologia necessária para implementar independentemente as atividades espaciais, o programa argentino busca, na cooperação com o Brasil e com a Itália, o auxílio necessário para alcançar seus objetivos em relação ao espaço sideral. Seu programa espacial está voltado, especialmente, para a otimização de aspectos socioeconômicos argentinos, aumentando a produtividade interna e gerando melhores condições para o desenvolvimento nacional (CONAE 2017).

O **Chile** também possui um programa espacial recente. Através da cooperação internacional com as demais potências espaciais, consegue ter alguma expressão no campo espacial. Outro país que tem tentado participar da

exploração espacial é a **Venezuel**a, que recentemente solicitou participação nos tratados internacionais sobre o tema. A ABAE, Agência Bolivariana para Assuntos Espaciais, em 2008, lança o seu primeiro satélite, o VENESAT-1, com auxílio do Brasil; de 2016-2020, pretende lançar mais satélites de telecomunicações e melhorar o desenvolvimento espacial venezuelano (ABAE 2017). **Cuba** não possui um programa espacial, apesar da realização, em 2013, de conversas entre os líderes cubanos e russos por um programa conjunto, o que resultou na assinatura de alguns acordos de cooperação. O **Peru** também não possui um programa espacial, apoiando-se igualmente na cooperação internacional para atuar no espaço sideral. Através da Universidade Nacional de Engenharia Peruana e do auxílio russo, o Peru pretende lançar o Chasqui 2 (Padilha 2013).

A **República Popular Democrática da Coreia** entra, em 1980, na corrida espacial, desenvolvendo seu programa espacial com a criação do Comitê para Tecnologia Espacial. Em 2009, Pyongyang assina o tratado do espaço externo. Nos últimos anos, o país tem lançado satélites de observação através da NADA, a Agência Nacional de Desenvolvimento Aeroespacial. O objetivo, agora, depois do lançamento bem-sucedido, é conseguir alcançar a Lua. Os princípios que regem as políticas espaciais nacionais são a autossuficiência e a independência (National Aerospace Development Administration of DPRK 2014).

Entrando tardiamente na corrida espacial, a **República da Coreia** busca desenvolver e pesquisar tecnologia espacial em espaçonaves, satélites artificiais, entre outros, enfatizando a necessidade de garantir qualidade e segurança. Seul possui uma forte relação com o setor privado, através da colaboração indústria-academia-governo, de modo a incentivar o desenvolvimento das suas capacidades. O objetivo primordial é o de criar as capacidades de lançamento, reforçar a segurança nacional e o serviço público, melhorar as tecnologias, explorar a lua e desenvolver tecnologias sustentáveis, contribuindo para a economia nacional e a melhora na vida dos cidadãos (KARI 2017).

A **Indonésia** é mais um exemplo de país que entrou tardiamente na Corrida Espacial, porém que, nos últimos anos, tem mostrado grandes avanços nesse campo. Através do Instituto Nacional de Aeronáutica e Espaço, LAPAN, fundado em 1963, conseguiu desenvolver satélites próprios, lançados pelas Estações dos Estados Unidos e pela Estação da ESA, na Guiana Francesa, sendo que os últimos satélites, em 2015, foram lançados através da estação espacial indiana (LAPAN 2017).

A **República Islâmica do Irã** objetiva desenvolver tecnologias espaciais estritamente para fins pacíficos e de modo a melhorar a vida dos cidadãos. A partir da cooperação internacional, o programa iraniano visa a compartilhar o conhecimento. Além disso, no âmbito regional, busca desen-

volver a tecnologia espacial necessária para a implementação do programa espacial nacional. Tendo isso em vista, o país participa do COPUOS, buscando intensificar as relações com os demais programas espaciais. A importância da cooperação internacional pode ser vista na ratificação antecipada do Tratado do Espaço Exterior, em 1958. Para desenvolver seu programa, o Irã acredita na intensificação da relação entre os setores público e privado, de modo a desenvolver tecnologias avançadas (Iranian Space Agency 2016).

Sob Saddam Hussein, o **Iraque** desenvolveu um programa espacial nacional orientado por motivações securitárias. Embora promissora, a iniciativa iraquiana convergia, alegadamente, para o processo de militarização do espaço sideral, fator que contribuiu para a invasão estadunidense no país e para a consequente queda do então presidente em 2003. Atualmente, Bagdá não possui a intenção de reativar seu antigo programa de lançamento espacial (Harding 2013). Membro do Tratado do Espaço, perante as Nações Unidas, posicionou-se contra a militarização do Espaço, prezando pela democratização do acesso a tal ambiente para fins pacíficos (Nações Unidas 2005).

O **Paquistão** possui um programa espacial de longa data, na figura da Comissão de Pesquisa do Espaço e Atmosfera Superior (SUPARCO, sigla em inglês), cuja utilização visa à melhora das condições socioeconômicas paquistanesas por meio do investimento em tecnologia espacial (SUPARCO 2017). Islamabad reconhece a necessidade de cooperação entre as nações em desenvolvimento a fim de diminuir a desigualdade tecnológica entre o Sul e o Norte globais. Nesse sentido, a colaboração entre a SUPARCO e a China fornece um concreto exemplo do preceito mencionado acima: em 1990, o lançamento de um satélite paquistanês foi viabilizado por meio de uma base aérea chinesa (Kelly 2015). No âmbito do Quarto Comitê, a delegação do Paquistão reafirmou o compromisso do país com a não-militarização e não-nuclearização do Espaço, bem como afirmou que, "[...] dada a escassez de recursos disponíveis em países em desenvolvimento, [as nações já consideradas espaciais] têm a responsabilidade moral de auxiliar as estreantes [...]" (Nações Unidas 2014, online).

Em 1987, por meio do Intercosmos – programa de treinamento espacial destinado aos aliados da União Soviética –, a **República Árabe da Síria** tinha o seu primeiro cidadão enviado ao espaço sideral. Muhammed Faris, atualmente, vive como refugiado na Turquia, resultado da Guerra Civil Síria, que já perdura desde 2011 e que devastou o país tanto em aspectos de condições humanitárias quanto de estruturas estatais (Garthwaite 2016). O intenso conflito, no entanto, não impediu que o governo de Bashar al-Assad vislumbrasse um programa espacial nacional. Mesmo com uma economia devastada e com crescentes taxas de evasão de acadêmicos, Damasco anunciou a intenção de estabelecer a Agência Espacial Síria, a qual seria utilizada para

fins de pesquisa científica e de observação da Terra. Especialistas alegam que as pretensões sírias, embora possuam motivações práticas concretas, podem sinalizar uma busca por prestígio por parte do enfraquecido governo (Toor 2014). Por outro lado, Rupar (2014) enfatiza que nem sempre uma economia fortalecida é um pré-requisito para o estabelecimento de um programa espacial. Além disso, "nem todos os programas apontam para a lua; apenas 12 das cerca de 70 agências espaciais do mundo possuem capacidades de lançamento" (Toor 2014, online).

REFERÊNCIAS

Agencia Bolivariana para Assuntos Espaciais (ABAE). 2017. *Linha do Tempo*. http://www.abae.gob.ve/web/#

Agência Espacial Brasileira (AEB). 2012. *Cooperação Internacional*. http://www.aeb.gov.br/cooperacao-internacional/

Alves, João Paulo, Josiane Simão Sarti e Thais Jesinski Batista. 2015. "Prevention Against an Arms Race in Outer Space". *UFRGS Model United Nations*, v. 3: 308-345. Porto Alegre: UFRGS Editora.

Andrade, Daniel Carlos Leite de. 2004. *Palavras Astronômicas.* www.cdcc.usp.br/cda/sessao-astronomia/2004/palavras-astronomicas-08142004.ppt

Asimov, Isaac. 1992. *Como descobrimos o Espaço Sideral*? São Paulo: Manole Dois.

Bekdil, Burak Ege. 2017. "Turkey Moves to Launch Space Agency". *Defense News.* http://www.defensenews.com/space/2017/03/01/turkey-moves-to-launch-space-agency/

Bernett, R. 1997. "American Space Policy After the Cold War: Has Private Sector Space Finally Arrived?". *Policy Studies Journal,* Vol. 25: 183-190. Oxford: Oxford Press.

Calcuttawala, Zainab. 2016. "Russia prepared to propose launch options for new Moroccan Satellite". *Morocco World News.* https://www.moroccoworldnews.com/2016/03/182554/russia-prepared-to-propose-launch-options-for-new-moroccan-satellite/

Canadian Space Agency. 2014. *Canada's Space Policy Framework.* Quebec: Canadian Space Agency.

Canright, Shelley. 2009. "The First Person on the Moon". *NASA*. www.nasa.gov/audience/forstudents/k-4/stories/first-person-on-moon.html

Centre National d'Études Spatiales (CNES). 2017. *About CNES.* https://cnes.fr/en/web/CNES-en/3773-about-cnes.php

Cepik, Marco. 2015. *Espaço e Relações Internacionais.* Porto Alegre: UFRGS Editora.

—. 2003. *Espionagem e Democracia.* Rio De Janeiro: FGV.

Cepik, Marco e Felipe Machado. 2011. "O Comando do Espaço na Grande Estratégia Chinesa: Implicações para a Ordem Internacional Contemporânea". *Carta Internacio-*

nal: 112-131.
China Manned Space. 2017. News. http://en.cmse.gov.cn/col/col65/index.html.
Comisión Nacional de Actividades Espaciales (CONAE). 2017. *Plano espacial nacional*. http://www.conae.gov.ar/index.php/espanol/sobre-conae/plan-espacial-nacional
CSIRO. 2017. *International Colaboration.* https://www.csiro.au/en/About/International
Dula, Art. 1985. "Private Sector Activities in Outer Space". *The International Lawyer,* vol. 19: 159-187. http://www.jstor.org/stable/40706764
Eurisy. 2017. *Members and Partners*. http://www.eurisy.org/members-and-partners.php
European Space Agency (ESA). 2016. *ESA Budget 2016*. http://www.esa.int/spaceinimages/Images/2016/01/ESA_budget_2016
—. 2017. *What we do*. http://www.esa.int/About_Us/Welcome_to_ESA/What_is_ESA
Filho, José Monserrat. 2013. "A Carta Magna do Espaço Cósmico". *Associação Brasileira de Direito Aeronáutico e Espacial.* http://www.sbda.org.br/artigos/anterior/37.htm
Força, A. et al. 2007. A evolução dos instrumentos de observação astronômica e o contexto histórico científico. https://goo.gl/kfzV9D.
Gabinete de Gestão do Programa Espacial Nacional (GGPEN). 2017. *Missão, Visão e Valores.* http://www.ggpen.gov.ao/VMV/
Garthwaite, Rosie. 2016. "From astronaut to refugee: how the Syrian spaceman fell to Earth." *The Guardian.* https://www.theguardian.com/world/2016/mar/01/from-astronaut-to-refugee-how-the-syrian-spaceman-fell-to-earth
Gottschalk, Keith. 2010. "South Africa's space programme - Past, present, future". *Astropolitics*, vol. 8: 35-48. London: Routledge.
Gupta, Vishakha. 2016. "Critique of the International Law on Protection of the Outer Space Environment". In *Astropolitics*, vol. 14: 20-43. London: Routledge.
Harding, Robert C. 2013. *Space Policy in Developing Countries*: *The Search for Security and Development on the Final Frontier*. Milton Park, Abingdon, Oxon: Routledge.
Harvey, Brian, Henk Smid and Théo Pirard. 2010. *Emerging Space Powers*: *The new space programs of Asia, the Middle East, and South America.* Chichester: Springer.
Indian Space Research Organisation (ISRO). 2017. *Missions.* http://www.isro.gov.in/missions-0
Instituto Nacional de Técnica Aeroespacial. 2017. Quiénes Somos. http://www.inta.es/opencms/export/sites/default/INTA/es/quienes-somos/
Iranian Space Agency. 2016. Activities. http://isa.ir/page/22/Activities.
Israel Space Agency. 2017. About us. http://www.space.gov.il/en/About.
JAXA. 2015. About JAXA. http://global.jaxa.jp/about/.
KARI. 2017. About us. https://www.kari.re.kr.
Kelly, Bryan. 2015. "7 Unexpected Countries with Space Programs". *Inverse.* https://www.inverse.com/article/5876-7-unexpected-countries-with-space-programs.
Klein, John J. 2006. *Space Warfare*: *Strategy, Principles and Polity*. London: Routledge,

Taylor & Francis Group.
LAPAN. 2017. News. https://www.lapan.go.id/index.php/berita#
Ley, Wilfried, Klaus Wittmann, and Willi Hallmann. 2009. *Handbook of Space Technology*. Chichester: U.K.
Lutes, Charles D. et al, 2011. *Towards a theory of spacepower*: *Selected Essays.* Washington, D.C.: National Defense University Press.
Machado, Felipe da Silva. 2011. *O Comando do Espaço na Estratégia Chinesa*: *Teoria, Projetos e Análise de Capacidades Atuais.* Porto Alegre: UFRGS.
Milone, André de Castro, et al. 2003. *Introdução à Astronomia e Astrofísica.* São José dos Campos: INPE.
Ministry of Business, Innovation and Employment. 2017a. *New Zealand Space Agency*. http://www.mbie.govt.nz/info-services/sectors-industries/space/new-zealand-space-agency/about-us#who
—. 2017b. "MBIE congratulates Rocket Lab on successful rocket launch into space." *Ministry of Business, Innovation and Employment*. http://www.mbie.govt.nz/about/whats-happening/news/2017/mbie-congratulates-rocket-lab-on-successful-rocket-launch-into-space
Nações Unidas. Departamento de Informação Pública. 2005. *Prevention of Outer Space Arms Race, Mediterranean Security Among Issues, As Disarmament Committee Approves Seven More Texts.* GA/DIS/3310, 25 de outubro de 2005. https://www.un.org/press/en/2005/gadis3310.doc.htm.
—. Instituto para Pesquisas sobre Desarmamento. 2007. *Celebrating the Space Age. 50 years of Space Technology, 40 years of the Outer Space Treaty.* New York and Geneva: United Nations Publications.
—. Departamento de Informação Pública. 2014. *Outer Space Benefits Must Not Be Allowed to Widen Global Gap between Economic, Social Inequality, Fourth Committee Told, Concluding Debate on Item.* GA/SPD/562, 17 de outubro de 2014. https://www.un.org/press/en/2014/gaspd.doc.htm-0
—. Instituto para Pesquisas sobre Desarmamento. 2015. *Regional Perspectives on Norms of Behaviour for Outer Space Activities.* New York and Genebra: United Nations Publications.
—. Comitê de Políticas Especiais e Descolonização. 2016a. *Benefits of Exploration Crucial for Eradicating Poverty, Say Speakers, as Fourth Committee Takes up International Cooperation in Outer Space.* http://www.un.org/press/en/2016/gaspd614.doc.htm
—. Comitê de Políticas Especiais e Descolonização. 2016b. *Fourth Committee Approves 3 Draft Resolutions on Information Questions, Peaceful Uses of Outer Space, as General Debate Concludes*. http://www.un.org/press/en/2016/gaspd617.doc.htm
—. Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior. 2017a. *Treaty on Principles Governing the Activities of States in the Exploration and Use of Outer Space, including the Moon and Other Celestial Bodies* (*1966*). http://www.unoosa.org/oosa/en/ourwork/spacelaw/treaties/outerspacetreaty.html

—. Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior. 2017b. *United Nations Committee on the Peaceful Uses of Outer Space*: *History and Overview of Activities.* http://www.unoosa.org/oosa/en/COPUOS/cop_overview.html
—. Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior. 2017c. *Declaration of Legal Principles Governing the Activities of States in the Exploration and Use of Outer Space*. http://www.unoosa.org/oosa/en/ourwork/spacelaw/principles/legal-principles.html
—. Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior. 2017d. *Declaration on International Cooperation in the Exploration and Use of Outer Space for the Benefit and in the Interest of All States, Taking into Particular Account the Needs of Developing Countries*. http://www.unoosa.org/oosa/en/ourwork/spacelaw/principles/space-benefits-declaration.html
—. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. 2017e. *World Economic Situation and Prospects 2017*. https://www.un.org/development/desa/dpad/wp-content/uploads/sites/45/publication/2017wesp_full_en.pdf
National Aeronautics and Space Administration (NASA). 2017. *NASA History.* https://www.nasa.gov/topics/history/index.html
—. 2010. What Is Orbital Debris? https://www.nasa.gov/audience/forstudents/5-8/features/nasa-knows/what-is-orbital-debris-58.html
National Aerospace Development Administration of DPRK. 2014. *Juche* 103. http://kcna.co.jp/item/2014/201403/news31/20140331-24ee.html
New Zealand Foreign Affairs and Trade. 2016. Our strategic direction. https://www.mfat.govt.nz/en/about-us/our-strategic-direction/.
Nuclear Threat Initiative (NTI). 2015. *Proposed Prevention of an Arms Race in Space (PAROS) Treaty*. http://www.nti.org/treaties-and-regimes/proposed-prevention-arms-race-space-paros-treaty/
Nicola, Jéssica Pinto, Moreira, Estevan Barin. 2015. "Centro da Observação Astronômica". *Disciplinarum Scientia*, vol. 16: 33-41.
Padilha, Luiza. 2013. "América Latina se apoia na Rússia para realizar programas espaciais". *Defesa Aérea e Naval*. http://www.defesaaereanaval.com.br/america-latina-se-apoia-na-russia-para-realizar-programas-espaciais/
Rosa, Carlos Augusto de Proença, 2012a. *História da Ciência*: *O Pensamento Científico e a Ciência no Século XIX*. Brasília: FUNAG.
—. 2012b. *A Ciência e o Triunfo do Pensamento Científico no Mundo Contemporâneo*. Brasília: FUNAG.
ROSCOSMOS. 2017. *ROSCOSMOS General Information.* http://en.roscosmos.ru/119/
Rupar, Terri. 2014. "Syria has set up a space agency." *The Washington Pos*t. https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2014/03/18/syria-has-set-up-a-space-agency/.
Sample, Ian. 2013. "US scientists boycott Nasa conference over China ban." *The Guardian.* https://www.theguardian.com/science/2013/oct/05/us-scientists-boycott-

-nasa-china-ban
Saperstein, Alvin M. 2002. *Weaponization vs. Militarization of Space.* APS Physics. London: Routledge. http://www.aps.org/units/fps/newsletters/2002/july/saperstein.pdf
Sheehan, Michael. 2007. *The International Politics of Space*. Routledge.
Smith, David. 2012. "Sudanese president calls for African space agency". *The Guardian.* https://www.theguardian.com/world/2012/sep/06/sudanese-president-african--space-agency.
Smith, Marcia. 2017. "On Cosmonautics Day, Russia Laments State of Space Program". *Space Policy Online*. https://spacepolicyonline.com/news/on-cosmonautics-day--russia-laments-state-of-space-program/.
South African National Space Agency (SANSA). 2017. *Strategy.* http://www.sansa.org.za/overview/strategies.
Space and Upper Atmosphere Research Commission (SUPARCO). 2017. "About Us: Introduction.". http://suparco.gov.pk/webroot/pages/intro.asp
Space Generation Advisory Council (SCAG). 2017. *Welcome to SGAC Morocco.* http://spacegeneration.org/sgac-regions/africa/morocco.html
Toor, Amar. 2014. "Why is Syria launching a space program during a civil war?" *The Verge*. https://www.theverge.com/2014/3/21/5532702/syria-announces-space-program-as-civil-war-rages.
U.S. Strategic Command. 2016. *USSTRATCOM Space Control and Space Surveillance*. http://www.stratcom.mil/Media/Factsheets/Factsheet-View/Article/976414/usstratcom-space-control-and-space-surveillance/.
UK Space Agency. 2015. *National Space Policy.* https://www.gov.uk/government/publications/national-space-policy
Union of Concerned Scientists. 2017. *UCS Satellite Database.* http://www.ucsusa.org/nuclear-weapons/space-weapons/satellite-database#.WQXfBNorLIU.
United Nations Radio. 2016. *UN and Africa*: *focus on South Sudan, autism and outer space*. http://www.unmultimedia.org/radio/english/2016/12/un-and-africa-focus-on--south-sudan-autism-and-outer-space/#.WWvoZIjyu00
Visentini, Paulo Fagundes, Pereira, Analúcia Danilevicz. 2012. *História mundial contemporânea (1776-1991): Da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética.* Brasília: FUNAG.



UNSC

ufrgsmun 2017

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v.5, 2017 | p. 516-546

SECTARIAN VIOLENCE IN MYANMAR: THE RAKHINE STATE CASE

Lúcia Pfeifer Cruz[1]
Maria Gabriela de Oliveira Vieira[2]

ABSTRACT

The present study guide aims at providing a comprehensive overview of the sectarian violence involving the minority Rohingya in Myanmar's Rakhine State, in the recent years. The Rakhine Buddhist segment in Myanmar inflames the growth of the anti-Muslim sentiment. The ongoing repression of Rohingya is driven by the Burmese Buddhist group, which sees this population as illegal migrants from Bangladesh, potentially capable of threatening Burmese sovereignty by further segregating Rakhine state or promoting an Islamic encroachment into Myanmar. With the recent electoral process (2016), the situation involving the Rohingya minority starts to raise concerns once again, especially after the new government (led by Aung Suu Kyi) has shown interest in resolving the issue within United Nation's (UN) frameworks. It is time for the United Nations Security Council (UNSC) to discuss the situation in Myanmar's Rakhine state – which is witnessing worsening humanitarian conditions – and to address issues which revolve around ethnic discrimination. Concluding accordingly, UNSC's delegates are expected to discuss the UN role in this situation and to perhaps take action towards the matter, in order to avoid the overflow of the conflict as well as of the anti-Rohingya sentiment to the rest of the country.

1 Lúcia is a fifth-year Law student at UFRGS and Director at the UNSC.
2 Maria Gabriela is a fourth-year student of International Relations at UFRGS and Director at the UNSC.

1 INTRODUCTION

Myanmar, officially the Republic of the Union of Myanmar and once known as Burma, is located in Southeast Asia. On the west borders, are located India and Bangladesh and Thailand and Laos on the east; China is on the north and northeast areas and by the south, the coastline along the Andaman Sea and the Bay of Bengal. Such variety of neighbors has given Myanmar a wide variety of ethnic groups inside its geographic limits. A variety of religions infers a variety of religion. Therefore, in Myanmar the main religion is the Theravada Buddhism, represented by 87,9% of the population, in second place, stand Christians with 6,2%; Muslims, 4,3%; Animists, 0,8% and Hindus, 0,5% (Department of Population and Ministry of Labour, Immigration and Population 2016). Such complexity is expressed by the estimated presence of 135 ethnic groups (Than 2007).

Being one of the largest ethnic group in the country, the Burmese dominate virtually all important political and economic national instances. They have privileges and, unfortunately, history has shown that this group has abused its power to systematically oppress other minorities. As a result, tensions between minorities and central government in many states are verified. However, it should be noted that in some states the dominant elite is a ethnic minority not of Burmese origin, as in the Rakhine state, and that even so cases of oppression and violence against the other minorities take place.

Specifically on the Rakhine State, political and social life is dominated by the Rakhine Buddhists, being the largest ethnic group in the state. It is important to emphasize the existence of a very significant Muslim minority, with some groups being able to join the society. This, however, is not the reality of the Rohingya population[3] (which are neither recognized as one of the 135 existing units in Myanmar). This group for decades have been violently and systematically oppressed, in addition to being completely marginalized from political and social life. The most critical factor in relation to oppression directed to this group is the fact that they are denied citizenship and are seen as stateless. In this way, virtually all rights are denied. All these factors generate a climate of complete abandonment on the part of the State and end up promoting civil disobedience and organized violence.

2 HISTORICAL BACKGROUND

3 With regard to the Rohingya origin in Myanmar "some claim that the Rohingya have lived in Myanmar for centuries and they are the descendants of Muslim Arabs, Moors, Persians, Turks, Mughals and Bengalis who came mostly as traders, warriors and saints through overland and sea routes" (Kipgen 2013, 236). Being a complex and sensitive issue, other authors, in turn, believe that the Rohingya are Bengalis who illegally immigrated from Bangladesh to Myanmar.

The issue in debate is the tension between Rohingya Muslims and Rakhine Buddhists, located in Rakhine state, western Myanmar. In order to analyze how it has culminated in a movement of hatred, violence and civil rights curtailment to the Rohingya Muslims, it is necessary to understand how come this minority could never achieve equality, as this particular group has lived within the borders since before the independence of Myanmar (Buchanan 2003).

The idea that the Rohingya do not constitute a legitimate ethnic minority, but a modern construction of one, is highly diffused. Therefore, the majority in Myanmar believes in the claim that such specific group is descendent of immigrants from Bengal, the Bengalis, during the colonial British time. Both the government and a significant part of the society hold that claim, calling the Rohingya Muslims as "the illegal Bengali migrants from Bangladesh" (Kipgen 2014, 236). This opinion has legitimated the denial of citizenship status at the State level and, by consequence, the withdrawal of civil rights to people who could not prove that their ancestors came to Burma before the British dominance. Furthermore, is worth mentioning that other ethnic groups in Myanmar would also contribute in ensuring the segregation that was built by the government. For instance, the term *Rohingya* is not even considered as a legit one, not being acknowledged by the population - the pejorative term *kalar* is used to address the Rohingya, emphasizing the alleged illegality of the group (Human Rights Watch 2012).

It is important to highlight that the Rohingya origin is a rather difficult subject to address, since there is a variety of theories about their arrival. In addition, how the events of Muslim expansion took place in Myanmar is still a grey area. The first contact of Islam with Myanmar started, allegedly, in the VIII century A.D. At that time, trade and commerce were the means of survival and, soon enough, the Arabic merchants made contact with the Rakhine state, establishing their places as pioneer merchants in the Burmese territory (Chowdhury 2006).

Some time later, as early as the conquests of the British Empire have started, the British presence in Myanmar and in Rakhine state was a likely consequence of the perception that the region was an extension of the northern India. In fact, the British colonial period represented a turning point in ethnic and religious relations, especially in the Eastern side of the world. The British installed their dominance after the first Anglo-Burmese war, which endured from 1824 to 1826, and managed to maintain it until 1948, when Myanmar eventually became an independent State. Since that period, the Muslim population's numbers have taken a leap, reaching, in 1911, 179.000 inhabitants in the area of the Rakhine state (Chan 2005).

The first Anglo-Burmese[4] war took place when the defeat of Burmese forces settled in the Rakhine state – although, at that time, it wasn't completely incorporated to Myanmar – and culminated in its annexation to British India (International Crisis Group 2014). British dominance in Rakhine state allowed the entrance of Bengali Muslims and this policy on open immigration started a considerable flow in the entrance of immigrants. Such opportunity to foreigners was also a profitable deal to the local commerce[5]. It came to a point when these immigrants controlled most of the land, surpassing Burmese Buddhist themselves, who actually became landless due to such concentration of properties in the hands of the Muslim *chettyars* (Yegar 2002).

By 1885, the monarchy was over and the royal family went to India for exile, leaving a period of rebellions and violence, which took the British about 10 years for them to reestablish order and their authority (Steinberg 2010). This scenario made it fruitful for the Buddhists to organize themselves, by creating the Young Men's Buddhist Association (YMBA) - the British had forbidden political activities, although the YMBA was a religious organization and, therefore, was not banned. With time, other organizations were born and, from then, political views and goals were inherent to them, setting a first step to link the Buddhists with nationalism in Myanmar. Therefore, the 1929 Depression was a perfect stage for the nationalist movements to increase, since the social and economic scenario in Myanmar was collapsing with impoverishment. (Steinberg 2010).

The Second World War played a significant role in Myanmar's history. While the Rohingya remained sided with the British, the Rakhine turned their loyalty to the Japanese invaders (Than 2005). Offensiveness took place on both sides, which culminated in a situation in which the Muslim ended up acquiring control over the north and the Buddhist over the south of Rakhine State. Nevertheless, in 1948, only a few months after the independence, a *Mujahideen*[6] rebellion took place with the idea of annexing northern Rakhine State to Bangladesh – at that time, east Pakistan –, which has been denied by the Bangladeshi. The spark of a greater insurgency, however, had risen and

4 The Anglo-Burmese Wars were three conflicts that happened in 1824-26; 1852 and 1885 between the British colonizers settled in India and the Burmese living around the border. The first conflict was a territorial dispute - since the Burmese Kingdom was expanding more and more. The annexation of the Rakhine state by the Crown Colony British Burma was one of the consequences of the first Anglo-Burmese War. The second one, in 1852, was about commercial interests in the teak industry, Finally, the third war had as a goal the possibility of trade with the Chinese province of Yunnan and the obstacle the French that were already an increasing influence at the Burmese and had Laos and Cambodia under their control, plus, they had occupied Vietnam (Steinberg 2010).

5 The *chettyars* were wealthy money-lenders from India that helped the local administration and, for that, their presence in Burma was encouraged by the British (Coates 2014).

6 The *Mujahideen* rebellions were attempts from the Muslim insurgency to create a separate Islamic State from Myanmar (Coates 2014).

rebels were now able to take control and expel Buddhist villagers from the north of Rakhine state. Besides, the birth of two communist insurgencies, named Red Flag and White Flag, added to Rakhine nationalist groups, created a chaotic scenario, aggravating even more the relations between the aforementioned communities (International Crisis Group 2016).

The rising nationalism in British colonies and the context of the end of the Second World War was determinant for independence - there was the possibility of creating a separated area for minorities. Even so, the Aung San--Atlee Agreement (1947) was signed, settling the independence process to be fulfilled within one year (Steinberg 2010). As it has already been shown, the country was subdivided into Japanese and British supporters. Thus, in 1947, Aung San[7] signed an agreement bringing minority groups and Burmans together into one united Burmese State (Id. 2010).

The independence has brought a period of political reform (Abdelkader 2014). The political instabilities and ethnic conflicts were the symbol of an unease time. From such scenario, a military coup *d'état* arose in 1962, installing a socialist-based military regime that has lasted for over 60 years (Humans Right Watch 2012). This regime's army started a long time-line of severe human rights violations, including murder, rape and torture – all against the Rohingya Muslim population (Abdelkader 2014).

According to a Human Rights Watch Report published (2009), from 1977 to 1992, the Burmese army promoted a mass expulsion of Rohingya groups, which culminated in a "chronic refugee crisis in neighboring Bangladesh" (Abdelkader 2013, 103). As a reaction, Bangladeshi security forces excessively employed the use of force, forcing the Rohingya to return to Myanmar. Several who returned ended up being murdered by Burmese troops, which were told to "receive" them. The ones who survived and managed to get back to Myanmar faced difficulties in finding jobs and, therefore, means of survival.

In 1982, the Citizenship Act came along, codifying the legal exclusion of the Rohingya by the denial of citizenship rights. Back in that date, the Rohingya had reached the mark of one million people in Myanmar. In this course, the Emergency Immigration Act was also sanctioned, concerning the requirement of the National Registration Certificates by all citizens. In other words, by being noncitizens, the Rohingya did not have the right to claim this documentation, being only allowed to possess the Foreign Registration Card (FRC) – which is still not accepted in a high number of schools and

7 Aung San was a young nationalist leader critical to the British and trusted by minorities, since he supported a type of federalism that would reach even the areas from the latter. After his assassination on July 1947 by a disaffected politician, he became a symbol of the civilian period. His daughter, Aung San Suu Kyi, is currently the First State Counsellor of Myanmar and Leader of the National League for Democracy (NLD) (Steinberg 2010).

employment places (Abdelkader 2014).

Therefore, the Citizenship Act stripped the Rohingya from any possibility of achieving civil equality, enhancing their vulnerability by a line of discriminatory policies. Consequently, this law has also been responsible for feeding ethnic racism in a social context of violence and isolation, where the Rakhine Buddhist and the State Forces would work together to preserve the system (Cowley and Zarni 2017).

Since the emergence of a resistance movement and often clashes between these groups, there has been a permanent monitoring operation by the UN Human Rights Council (UNHRC) and the UN High Commissioner for Refugees (UNHCR) in northern Rakhine State. However, even with the presence of such organizations, the sectarianism and the perpetration of human rights violations continue to occur.

2.2 Chronology of the main tensions

In order to achieve territorial and civil autonomy, from 1948 to 1961, the Rohingya Mujahideen Rebellion broke out. This rebellion was a rather unsuccessful campaign to create a separate Islamic State that would later join East Pakistan (Coates 2013). In 1954, the Burmese Army launched Operation Monsoon alongside the border with East Pakistan, which targeted and eventually brought down strategic places of the Mujahideen in forest areas. By 1961, the Muslim rebellion was over, remaining only little armed but harmless resistance, in comparison with the initial movement. As a reaction to the coup (1962), there were several attempts to reignite the separatist movement, although they have failed due to lack of local support (International Crisis Group 2016).

By the year of 1978, it occurred one of the most dreadful events for the Rohingya: Operation King Dragon. The Burmese Military carried out a massive operation forcing at least 200.000 Rohingya out of Myanmar by perpetrating acts of killing, rape and even incineration against the locals (Human Rights Watch 2013). This operation was led towards Rohingya of both north and south Rakhine and was set purposely misleadingly as a checking immigration act with no previous notice. In a gap of approximately 4 months, a total of 277.938 Rohingya fled to Bangladesh. This operation is to be considered a landmark of the hatred conducted by a military regime, since it has been effective in guaranteeing Muslim isolation and in keeping its population misinformed about the means to do so (Cowley and Zarni 2017). Throughout the 1990s, testimonies of several human rights violations, such as executions, rape and torture attest that the military presence in Rakhine state was increased. Even Mosques were destroyed and Muslim activities were prohibited (Human Rights Watch 2013).

The first decade of the XXI century has only witnessed seldom clashes, however differently from the second one. Accordingly, the onset of violence that reignited the tension between the two communities took place in Yanbe township on 28 May 2012 (Kipgen 2013). On this date, a young woman was raped, robbed and murdered by three Muslim young men. The retaliation happened on 3 June, when 10 Muslim men were killed in a bus. These crimes, solely, reignited the conflict and initiated a series of riots that rebounded in a real massacre (Id. 2013).

Members of the international community expressed their concern in the 67th UN General Assembly Session (2012), such as the UN Secretary General, Ban Ki-moon, and Muslim leaders from Organization of Islamic Cooperation (OIC) countries demanding more actions to end the violence (Kipgen 2013). Since there was no previous approach in order to prevent violence, Myanmar's President Thein Sein set up a committee to investigate the events and ensure local order. Furthermore, as soon as this statement was professed, the president declared state of emergency as an act to prevent violence and to restore law and order. In addition, a deep inconsistency in the numbers can be noticed when one compares the ones released by the government's investigation about the massacre and the ones reported by the Equal Rights Trust (ERT)[8] – according to the ERT, at least 650 Rohingya were murdered and 1200 were missing, while the government attested only 57 deaths of Rohingya (Kipgen 2013).

The accusations received by the central government concerning power abuse were denied and its main defense statement was that the use of violence only happened in isolated situations (Kipgen 2013). Still in 2012, clashes were still happening now and then, with a special highlight to the attack on 21 October, when in series of violence, "84 peoples died, 129 were injured, 2950 homes were destroyed, 14 religious buildings and 8 rice mills were burnt down" (Id. 2013, 304).

The 9 October attacks of 2016 continued the line of the highlighted violent clashes. More specifically, three Border Guard Police (BGP)[9] stations were sacked by several hundred armed Muslim men. They carried firearms, knives and slingshots and managed to take 62 firearms and 10.000 rounds of ammunition (International Crisis Group 2016). A couple of days after these attacks, further similar events occurred, culminating in a state of increasing

8 "The Equal Rights Trust is an independent international organization combating discrimination and advancing equality worldwide. They are present in over 40 countries and pursuing their objectives through advocacy, litigation, development of resources, and movement building" (Equal Rights Trust 2015, online).

9 The Border Guard Police is a branch of the Myanmar Police Force located on strategic points of the border. The station mentioned above is located, specifically, in Myanmar's northern Rakhine state border (International Crisis Group 2016).

violence. In a desperate need for escape, some Rohingya managed to cross the sea in direction to Thailand or Malaysia, in a search for work opportunities and better life conditions, although under dangerous conditions and with the risk of being sent back by local authorities (Id. 2016).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

Since the country's independence – and during all the regimes that have once been set there –, Myanmar's Muslim minorities have suffered from different forms of discrimination, some of them not even being recognized as citizens. In this chapter, we are going to discuss: (i) the sources that lead the escalation of religious tensions into armed conflicts; (ii) Myanmar's state-building process; (iii) the current situation in Rakhine state; and (iv) the role played by the Myanmar-Bangladesh border in this problem.

3.1 Sources of sectarian violence: when religion and conflict overlap

The relation between religion and violence is not a new subject. However, in recent decades, due to new types of threats and conflicts, we sought to analyze more closely the intersection between these two variables. The role of religion in violent conflicts can be perceived as a tensor, once it offers powerful motivation, due to its interface with other culturally mediated messages and universal claims. It is worth highlighting that "presumptions about the propensities, the 'essence' or even the authenticity of particular religious traditions and their practical or doctrinal stance towards violence" (Schober 2007, 51), here, especially addressing the religions that preach the doctrine of non-violence, are not immune to violent acts. As Schober (2007, 52) states: "In the West, popular opinion tends to identify "authentic" Buddhism with nonviolence and many presume that Buddhism rejects all forms of violence". However, these "[...] Buddhists have been both targets and agents of communal violence. And finally, communal rioting and killings have been justified by Buddhist and ethnic motives in a number of Asian societies".

Religion is an important part of Southeast Asia's life, where Myanmar is located. It is closely associated with politics: religious traditions have always been part of the political processes that the region has gone through, especially since religion governs the lives of Southeast Asians with a great intensity (Vatikiotis 1996). It is also important to notice that there is a widespread tendency of ethnic groups in all cultural contexts to legitimize themselves through religion (Little 2011).

Some theoretical approaches have sought to explain the relations between religion and violence. There is a view that the immutable ethnic-re-

ligious differences engender tensions. However, one cannot assume a conflict as inevitable by the mere existence of historically different identities (Makdisi 1996). The "ancient hatreds", therefore, are not, alone, justifications for an ethnic-religious conflict. It merely provides us with some of the ethical and mythical elements that a group or leader may make use of in order to promote artificial antagonisms and mobilizations according to their interest (Fearon and Laitini 2000).

Another group of scholars tries to explain religion-violence relations through the social construction of a religious identity. As perceiving religious identity as something socially built, they assume that ethnic-religious tensions would also be socially constructed. And, therefore, this "tension" against one another – called sectarianism – would be built and would serve the interests of a certain elite, with the intention of reaching, or remaining in, power (Travis 2011, Brass 1991). Yet, many of the sectarian conflicts are perceived as a "divide and rule"[10] tactic, being, therefore, the result of a rational interference of a group of individuals (Potter 2014, Matthiesen 2013).

In order to fully understand what leads to religious conflict in Myanmar, it is still necessary to analyze some structural factors in the society in which the group in question is inserted, such as the grievances of the group and the state's capacity to govern and rule. These aspects allow the precipitation of violence within Burmese society. However, as religious tensions escalate to a violent conflict, it is necessary, in addition to all the aforementioned characteristics, to have a threatening environment and a historical context marked by tension. Eventually, "structural opportunity" is required, as it was the case during Myanmar's political transition, when both the oppressed and the oppressor groups perceived a possibility of a change in the existing structure (Kaufman 2001).

In summary, ethnicity and religion are not inherently conflicting, but, rather, when it reaches the stage of conflict, it is because of "pathological social systems" and "political opportunity structures", which breed conflict of many social cleavages and which are beyond the control of the individual (Lake and Rothchild 1998). Hence, in order to deeply understand the overlapping relations of religion and conflict, one must focus its analysis beyond historical differences and elite manipulation approaches, rather prioritizing the verification of state behavior and state-society relations. (Hashemi 2016).

3.2 Myanmar: the state-building process

As in most of the countries that were colonized by foreign powers,

10 Divide and rule (or divide and conquer) is a tactic of gaining and maintaining power by breaking up larger concentrations of power into pieces that individually have less power than the one implementing the strategy.

many of Myanmar's ethnic/religious problems were inherited from this colonial period. One of the problems that arise with the advent of modernity, and which confronts the inherited structure, is related to the nation-state formation process and the nationalist movements (Hobsbawm 1990). Myanmar's minority-majority relations, in turn, have been the most complex and conflictual and for which the nation-building process is not complete. Particularly, the construction of a "majority" and of "minorities" group has been shown to be an active and intentional project carried out by national elites (Gellner 1983).

Myanmar is ethnically one of the most diverse countries in the world and, ever since gaining independence from the British in 1948, it has experienced a complex set of conflicts between the central government and the ethnic groups, seeking either separate states or autonomous states within the Union of Myanmar. To a greater or lesser degree, all the non-Burman ethnic groups consider themselves to be discriminated and marginalized by the central government, not only politically and economically, but in some cases also in terms of the deliberate suppression of their social, linguistic, cultural and religious rights. At the heart of the discontent is the issue of lack of the right to teach and to learn their own ethnic languages (Saw U 2007).

Building a national identity was a very difficult process in Myanmar. This is due to the fact that promoting Burmese nationality means promoting a common identity that would be above other identities. Accordingly, the need imposed by the advent of modernity to "create" a nationality, in a context of a nation-state, has made Myanmar forge it around Buddhism. It has played a key role as a rallying point for Myanmar's nationalism, providing the network to spread nationalist ideas and organize resistance against former British rule (Schober 2007). Many of the current problems of exclusion and discrimination of minorities come from this movement, namely: creating a nationality around a single religion and being aware that it is a society with a wide range of ethnic-religious plurality. From this perspective, one may understand why some tensions and conflicts are seen as inevitable.

In addition to the restrictions on freedom of religion, culture and, in some cases, citizenship, ethnic minorities have deep grievances to which the central government fails in allocating sufficient resources. That is, investment that improve the condition of these populations, both in physical terms – such as basic sanitation and housing – and in terms of participation in the economic life of the country, contributing, thus, to the condition of marginalization to be aggravated. Furthermore, this condition of marginalization forces these people to engage in other ways of seeking income, which opens space for illegal activities such as transnational crime. (Steinberg 2010, Saw U 2007).

The infrastructure issue is also relevant. Bearing in mind that the ethno-religious minorities are settled in the country-side, state-led infrastructure efforts tend to prioritize outside areas, in the border regions more specifically. This contributes to increased poverty and inequality between the majority and minority groups, since it makes access to trade, education and basic sanitation difficult for the interior and the more distant areas (Safman 2007).

When the military regime (1962-2011) was settled in Myanmar, the country was confronted with two major challenges: (i) to achieve democracy, leaving the years of repression behind (which was achieved in 2010); (ii) and to deal with the country's ethnic minority demands for self-determination. This last challenge represented a grave issue to the country's Burman majority and mostly Buddhist population, once they would have to reconcile the demands of the 135 ethnic groups, which occupied more than 50% of the territory (Paul 2010). Hence, it should be noted that:

> Government policy is to gain control over all ethnic minorities and integrate their population within the mainstream Burman-Buddhist majority. Key issues are the demarcation of the country's boundaries and the control of natural resources which are critical to Myanmar's economic development (Paul 2010, 89).

In a certain degree, all non-Burmese ethnic groups are discriminated and marginalized by the central government, not only in the political and economic spheres, but also in the constraints of their rights to religion, language and culture. The longstanding conflicts between minority and majority were dominated by the majoritarian ethnic group Bamar (Saw U 2007).

During the last election of 2015, the Rohingya population remained hopeful that channels of dialogue would be opened with the ultimate goal of achieving representativeness in politics to defend their rights, and ultimately resolve the issue of citizenship. However, nothing was done. On the contrary, what happened was an increase in the persecution of this Muslim group by the rest of the population of Myanmar, besides a restriction in the rights of the Rohingya due to the Rakhine State Action Plan, as some analysts affirm (Mepham 2015). It's important to highlight that the Rohingya could not vote in this election, which makes it even more difficult for them to change their situation (Azad 2017).

In sum, the question of the State structure inherited from the colonial period, the difficulty of building a national identity, and the marginalization of many ethnic minorities contribute, as the environment is conducive, for divergences to evolve into violent conflicts. In addition, it is important

to emphasize that it is recurrent in neighboring countries to be involved (although indirectly) with minorities in order to destabilize other central governments.

3.3 The situation in the Rakhine State

Inserted in the context of Myanmar's failures at nation-building, the Rakhine state is one of the poorest and most isolated parts of the country, with the poverty rate reaching 78 per cent. In general terms, the central government (dominated by Burman), perceiving diversity as a threat to its power, not only neglected the construction of ethnic borders, but also, throughout all political regimes, attempted to restrict ethnic political, cultural and social expression in various times (International Crisis Group 2014).

During all the regimes through which Myanmar has passed, relations between Buddhist and Muslim populations have always been difficult. Both are dissatisfied with the central government's performance in the Rakhine state. Still, the insecure environment enhances one group's perceived threat of the other, what – added to the existence of dissatisfaction and demands, both regarding the central government and the other minorities – create tensions between them, eventually evolving into violent conflicts (International Crisis Group 2014). The issue of the Rakhine state, inserted in the context of political transition and liberalization, stands out, in relation to the others, as a state in which the political and social cleavages are quite profound. Much is due to the fact that both the majority and minority elite are dissatisfied with the national political and economic elite, what engenders many problems.

The political framework of the Rakhine state is composed of the Arakan national party – the most dominant and expressive – and the nationwide Union Solidarity and Development Party. In addition, since a political opening in 2010, many organizations have "flourished", especially in the area of human rights and women's rights. There still is, however, a strong influence of traditional Buddhist moral laws (*Sangha*[11]). Despite ethnic divergence and tensions between the Buddhists of Rakhine and the Muslims Rohingya, a portion of the Rakhine population, especially those linked to the world economy[12], see violence against the Rohingya as counterproductive for the entire state. They argue that dialogue is the best alternative to address these issues and thus to begin overcoming the backwardness in comparison with of the rest of the world (Steinberg 2010).

As shown above, the Rakhine population have similar demands on

11 Sangha is a word that most commonly refers in Buddhism to the monastic community of bhikkhus (monks) and bhikkhunis (nuns).

12 Myanmar is strategically important in economic terms for Asia as it is central to continental and maritime integration (particularly the Port of Sittwe) between the major economies of the region, China and India (Ribeiro 2015).

central power as those of ethnic minorities: "longstanding discrimination by the State, a lack of political control over their own affairs, economic marginalization, human rights abuses and restrictions on language and cultural expression" (International Crisis Group 2014, 14). With the onset of political reform, expectations arise that many of its long-standing demands could be achieved. However, to ensure the realization of these expectations, it was necessary to ensure that the main threat to Buddhism, Muslims, were under control and without "forces" to divert the path they traced. Among the reasons that contribute to the perception of Muslims as a threat, we can list: (i) the demographic[13] threat they pose. Data show that this demographic balance has changed, thanks to a high birth rate within the Muslim population and illegal immigration. The argument would be that this increase could generate a destruction of the culture and create oppression towards the state's Buddhist population; (ii) the Muslim culture is incompatible with the Buddhist way of life, and if they had the population surpassed, they could oppress the Rakhine people; (iii) much of the small local activities have been increasingly targeted at the Muslim, and this would pose an economic threat to Buddhist; and (iv) due to the violent events of the last decade, Muslim pose a security threat to the Rakhine people. In general, these threats regarding the Muslim, in the view of Rakhine Buddhist, have become more potent since the beginning of the process of political and economic liberalization. With that, many of the Rakhine people's privileges as majority and local elite could be questioned and even lost (International Crisis Group 2014).

Muslim populations in Rakhine state have been socially and politically marginalized for many years. Outside the Kaman population, all others have their citizenship denied, impacting strongly on their quality of life. The problem with the Rohingya population begins with its self-denomination "Rohingya", which is not recognized by the ruling elite, the Buddhists. The argument used by the Rakhine people is that these Muslim are actually Bengalis, illegal immigrants from Bangladesh. The Rohingya, in turn, claim to have historical roots in the Rakhine state. This point of disagreement has led to another problem related to the citizenship of this population, which has far more profound consequences.

In 1982, virtually all the Rohingya had their identification document (the NRCs), which guaranteed citizenship and rights, replaced by a temporary document, the temporary registration certificates (the TRCs), which guaranteed them a restricted citizenship and far fewer rights. Treating the citizenship of this population on a provisional basis opens up room for many

13 During the pre-census mapping phase of the 2014 census, Myanmar's Department of Population estimated about 1 million people who self-identified as Rohingya in Rakhine State, 31 percent of the state's population (Blomquist & Cincotta 2016).

rights to be curtailed and freedoms to be denied (such as the freedom of transit). In addition, many are subjected to forced labor, others have their land confiscated or are charged for informal taxes. In this context, even with five legislative representatives and aware of the existence of four Rohingya political parties, there is no room for their demands to be set. There is no channel of dialogue between this minority and the government (International Crisis Group 2016). In sum, the legal status of Rohingya people is quite undefined, pretty close to an "stateless" classification, once they are not even legally recognized as foreigners.

3.4 Bangladesh-Myanmar frontier: a point of disorder

The porous border is presented as enhancing many internal problems to the countries of the region. This porosity allows, in moments of an internal conflict in a given country, populations to migrate to neighboring countries, in search of refuge, generating, in some cases, tension with internal populations. In addition, borders are points where drug and human trafficking occur quite intensely. In general, Myanmar has problems in almost all of its borders, with the drug problem being the most widespread one. In relation to the sectarian conflict in Rakhine state, the border between Myanmar and Bangladesh plays a very important role (Paul 2010).

The Bangladeshi border is the most vulnerable one to Myanmar. Among the factors that justify this vulnerability is the fact that the western portion of Rakhine – which borders the eastern part of Bangladesh – is densely populated by Muslims on both sides, therefore being culturally related. This aspect allows these populations to cross official boundaries, mixing with each other (Steinberg 2010). This "easy" transit across borders, driven largely by the high degree of identification, tends to intensify at the outbreak of a conflict, as it was the case of the end of the Indo-Pakistan War, which resulted in the independence of Bangladesh, in 1971, and led to the escape of more than 200,000 people to the neighboring country, Myanmar. It is important to note that the influx of migrants from Baghdad to neighboring countries is also significant in times of peace. This is justified by the overpopulation and the consequent aggravation of the already precarious basic infrastructure.

Since Bangladesh's independence, all governments that have taken over have held the position that all Rohingya must return to Myanmar. However, the last two generations of Rohingya were born in Bangladesh, and because of their cultural proximity, they were easily integrated into the society. Facing such situation, what the government of Bangladesh has sought to do is to prevent new flows of refugees from entering its borders, the policy of

"pushing back" the Rohingya who try to cross the border. Despite this, border guards are sympathetic to the cause and often provide food, water and medical assistance before pushing them back (International Crisis Group 2014).

In recent years, the current Awami-League[14] administration has shown deep concern about the Rohingya. In addition to their growing and intense militancy, there are strong suspicions that some Rohingya have links with terrorist groups. In 2013, the government of Bangladesh adopted the "Strategy Paper on Addressing the Issue of Myanmar Refugees and Undocumented Myanmar Nationals in Bangladesh", the official document of the country regarding the Rohingya question. This document makes it clear that the Rohingya are Myanmar citizens and it should, therefore, seek to resolve the conflict at all costs, making regional aid if necessary (Kipgen 2013).

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

The issues raised in the previous sections analyzed, presenting a historical evolution, the worsening of the conflict that culminated in the eruption of the violent October 2016 incident against the Rohingya population. In addition, there was a discussion on the probable causes for the unstable relationship between Buddhists and Muslims in the Rakhine state. Therefore, a few aspects which may become the focus of future crises were highlighted.

It is clear, then, that successive governments of Myanmar failed to guarantee the human rights of the Rohingya population and, to some extent, were complicit in the violations committed by the Buddhists such as: freedom restriction, exclusion of educational and health care and forced labor. In this sense, and in addition to the migratory crisis in the region (because of the huge influx of refugees resulting from this conflict), the problem of the Rakhine state has ceased to be an internal Myanmar problem and is now a concern of Southeast Asian countries and of the international community as a whole (Dasgupta 2017).

4.1 Myanmar's efforts to resolve tensions in The Rakhine state

Since the 1970s, when the Rohingya Muslim population began to be persecuted on a large scale for ethnic reasons, Myanmar's governments have been largely silent on responding effectively to the conflict in the Rakhine state. In the few times when the government sought to take action, the solutions were nothing more than rhetoric (Hussain 2016). However, in the last decade, in particular since the beginning of the democratization process,

14 The Bangladesh Awami League (BAL), often simply called as Awami League or AL, is one of the two major political parties of Bangladesh.

there have been talks towards the opening up of space for the Rohingya population to disclose its demands and to participate in national politics as other minority groups already do. But, again, the solutions in practice did not happen.

In the light of this, it is important to have in mind that Myanmar's government has indeed come to recognize the gravity of the problem. Nevertheless, given the complexity, especially related to the high difficulty of reconciling the interests of Muslims and Buddhists in the Rakhine state, it sees no prospect of the situation to get solved at the present administration (International Crisis Group 2014). Besides that, since the violent attacks of 2012, Myanmar has been more willing to take action on the Rohingya issue. In this sense, two initiatives deserve attention: (i) creation of a national committee to investigate human rights violations; e (ii) the Rakhine State Action Plan.

In an attempt to respond to international pressure on the 2012 and 2016 episodes, Myanmar established a "national level committee", the Central Committee for Rakhine State Peace, Stability, and Development Implementation, to investigate conditions and allegations of human rights abuse in northern Rakhine state, the Rakhine Conflict Investigation Commission (Hussain 2016). About this committee virtually nothing concrete has been done. Its members confine themselves to listing the main issues regarding the Rakhine State crisis that must be resolved, and at most setting priorities for future actions (Myanmar Agency 2016). Moreover, the government has also established the Myanmar National Human Rights Commission as an attempt to seek solutions (Kipgen 2016). Neither the commission nor the separate investigations brought a lasting solution to the simmering tensions between the Muslims and Buddhists in the Rakhine state. Among others, the initiatives have partly failed because the government has lacked substantive plans to address the core issues of identity and citizenship of the Rohingya (Kipgen 2016, Myanmar 2016).

As one of the Rakhine Conflict Investigation Commission's recommendations, the **Rakhine State Action Plan** is a comprehensive proposal to deal with this crisis. This action plan intends to achieve peace and security in Rakhine state, while addressing Rakhine Buddhists concerns and reducing foreign pressure. The draft is composed of six parts, covering the following issues: (1) security, stability and rule of law; (2) rehabilitation and reconstruction; (3) permanent resettlement; (4) citizenship verification; (5) socio-economic development; and (6) peaceful coexistence. Still, the international community has a critical view over this initiative. They claim that these six areas of action have created mechanisms that will further segregate the Muslims in that state, due to the fact that "[…] the plan does not discuss the

possibility that Rohingya displaced by the violence of 2012 will be permitted to return to their original homes and dispels hopes that Rohingya would be permitted to reintegrate into areas also inhabited by the local Buddhist population" (Human Rights Watch 2014, online).

4.2 Regional efforts to resolve tensions in the Rakhine state

For decades, most of the countries of the region have remained apart from the Rakhine state conflict due to the fact that they assumed such tensions were internal problems of Myanmar and that hence they could remain silent on the violations that were happening. Malaysia, for example, has been receiving Rohingya refugees since the 2000s (Human Rights Watch 2000). However, the migratory crisis of 2015 eventually changed the perception of neighboring countries in relation to the situation. This crisis is a reflection of the increasing violence directed at the Rohingya population, which began to seek shelter mainly in Thailand, Malaysia and Indonesia (Dasgupta 2017). It was from this overflowing of the consequences of the conflict that the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) decided to get involved.

Formulated in 2008, the ASEAN Charter intends to be a document outlining the common principles advocated by its member states. Among the commitments assumed, the most important ones are respect for territorial integrity and sovereignty, and noninterference in the internal affairs of other members (ASEAN 2008). Although the idea of non-interference in internal affairs is the organization's "Golden Rule", the **Article 14** of its Charter foresees the establishment of the **ASEAN Human Rights Body**, stating that: "in conformity with the purposes and principles of the ASEAN Charter relating to the promotion and protection of human rights and fundamental freedoms, ASEAN shall establish an ASEAN human rights body" (ASEAN 2008, 19).

This measure was only a recommendation, because of strong opposition from Myanmar and Cambodia. It is important to note that, duo to international pressure, ASEAN has sought to adapt the organization to respond to these new demands, by strengthening its performance in sensitive areas, such as humanitarian issues, conflict prevention and preventive diplomacy.

Specifically on the Rohingya issue, virtually no concrete action has been taken. It is important to emphasize that, despite this lack of concrete actions, the occurrence of dialogues has been constant. On these occasions, ASEAN members usually emphasize the necessity of legal and structural reforms that might finally allow the Rohingya to call Myanmar their home (Lewis 2016). In addition, some reports have been produced to pressure the country to take action to control the situation and to prevent the crisis from further escalation. In 2016, during an ASEAN meeting, the representative of

Malaysia, being the country receiving the largest influx of Rohingya refugees[15], drew attention to the need to promote, in a coordinated way, humanitarian aid to the population. In addition, it began to put pressure on Myanmar's government to find a solution to the situation. He stated that solving this problem was important for maintaining the stability and security of the entire Southeast Asia (Dasgupta 2017). Here, it is important to emphasize, once again, that the principle of nonintervention ends up constraining any regional attempt to contain the situation.

4.3 International efforts to resolve tensions in the Rakhine state

Over a long period, Myanmar remained relatively isolated from the international community, which made it almost impossible for international organizations such as the UN to have a real dimension of the country's internal situation – and, as a consequence, of the human rights' situation.

Although no concrete action has been taken within the UN, some of its specialized agencies, such as the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) and the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (OHCHR), have produced very critical reports on the situation, only exposing the violations in Myanmar and charging the country with an efficient solution. Yet, neither the UNHRC nor the OHCHR have enforcement authority, that is, these bodies only recommend actions to governments; in extraordinary cases, special procedures can be mandated for human rights oversight in particular countries of concern. Two of these situations occurred in Southeast Asia: a special rapporteur for Myanmar and a Special Representative of the Secretary-General for Human Rights in Cambodia (Weatherbee 2005).

As for ASEAN, the episodes of 2012 and 2016 were turning points in the international community's position on the conflict. From this change in posture, the UN has sent a mission to investigate alleged human rights violations committed by Myanmar government forces. The country's reaction was quite critical, stating that: "It is totally unfair and counter to international practice that other countries have decided to send a separate mission to investigate violations when we haven't completed our own investigations" (Gerin 2017, online). From this mission, two reports were produced, one by the OHCHR and another by the HRC, generating a wide international repercussion, and in this way the international community was also pressed to find

15 The UNHCR offices in Kuala Lumpur and Jakarta estimated the number of refugees between 2014-2015: Indonesia has 4,806 refugees and 7,135 asylum seekers; Thailand has 132,838 refugees including 57,500 unregistered persons originating from Myanmar living in the refugee camps and 8,336 asylum seekers; and Malaysia has 98,207 refugees and 47,352 asylum seekers (Missbach 2015).

a solution, since national and regional efforts proved insufficient.

It is important to mention the American government's proposal in the Security Council to bring the issue of instability in Myanmar to the organization's agenda (United Nations 2006). The United States, together with the representatives of the United Kingdom, presented a Draft Resolution on Myanmar, addressing specifically the sectarian issue. The intention was to call Myanmar's military junta to take action on violations against the Rohingya. The draft resolution was not approved by the vetoes of China and Russia (United Nations 2007). Beijing affirms that the issue is not to be considered a threat to international security, belonging to the scope of the Human Rights Council rather than the Security Council. Besides that, China has accused the U.S. from using the UNSC to promote their own interests in Asia, notoriously securing spheres of influence in Southeast Asia (Al Jazeera 2007, Ribeiro and Vieira 2016).

5 BLOC POSITIONS

In 2007, the United Nations Security Council failed to adopt a Draft Resolution on Myanmar and the **People's Republic of China** was one of the two vetoes that blocked such attempt. At the time, Beijing addressed the issue as a matter of internal affairs of a sovereign state stating the conjecture would not represent a threat to international or regional peace and security (United Nations 2007). Recently, a short UNSC statement has been blocked by China after a meeting of a 15-member body was set in order to discuss the current situation in Rakhine state, since security operations are being conducted by Burmese military forces (Nichols 2017). In order to help Myanmar with the matter of heavy flow of Rohingya refugees to Bangladesh, Beijing has offered diplomatic support to mediate the discussion between the two nations involved, since that particular border area is where the Kyanukphyu pipeline[16] is located (Nyane 2017). Needless to say the relevancy of such economic interest by the Chinese government, since Myanmar is responsible for providing its access through the Bay of Bengal and even boosting other port facilities such as in Pakistan, Bangladesh and Sri Lanka (Steinberg 2010). Besides, there is significant military and economic dependency between China and Myanmar: for instance, such military assistance runs around U$ 3 billion and Beijing is also responsible for massive infrastructure building in Myanmar (Id. 2010). Therefore, it becomes evident China's concerns regarding wes-

16 The Kyaukphyu pipeline is a US $ 1.5 billion oil pipeline that connects the town of Kyaukphyu, located in Rakhine state, more precisely in the Bay of Bengal, with the Chinese town of Kunming, capital of Yunnan province. However, the crude oil has not yet been pumped from Myanmar to China since the terms of the deal and contract are not finished (Nyane 2017).

tern countries' approaches in the territory.

France was one of the 14 countries to urge Myanmar's neighboring nations to allow the entrance of Rakhine state refugees and has been pressuring them for humanitarian aid, as the unstable panorama set since the 9 October 2016 attacks has made the refugees numbers to increase (New York Times 2016). Addressing the origin of the issue is one of the stands some European countries have taken in order to retain a massive flow of migration. Such strategy to evoke local aid is one of the tools to prevent a heavy refugee crisis from Asia (Foreign Policy 2016). Paris also takes into account that necessary measures in order to maintain law and order are crucial, especially to put in an end the discrimination against ethnic and religious minorities. There is also a concern surrounding the restriction of freedom of speech and assembly, since there are many legal provisions that legitimate such limitations in the country (United Nations 2015a). Finally, the country shows deep concern regarding the atrocities allegedly committed by the militaries in Myanmar, like murders, rapes and burning of villages, emphasizing a necessary intervention from the government to put an end in such violence and the prosecution of the perpetrators (France Diplomatie 2017).

The **Russian Federation** was one of the two vetoes in 2007 that ultimately prevented a UNSC Draft Resolution on Myanmar situation from proceeding. The country reiterates its main position against country-specific resolutions and the politicization of human rights in order to justify the same veto as China on the latest attempt to approve a Draft Resolution on Myanmar. Russia, more than the interest in securing its own area of influence in the region, acts in order to avoid that the Southeast Asia ends up under complete American influence. Besides that, it is important to Russia to ensure its access to the Indian Ocean, through Myanmar, without confronting China or India. Therefore, it would be necessary to contain the violence, which could be driven by much broader conflicts, and, so, it would be a justification for Western nations to build a pivot in Asia (Lutz-Auras 2015, United Nations 2015a).

Being always one of the nations interested in the end of the military regime in Myanmar, the **United States of America** withdrawn most part of economic sanctions in 2012 - these were being imposed, at least, since 1997 and managing the drop of the number of investors in Myanmar (Steinberg 2010). Although, not even a new democratic government elected was able to make Washington drop all those economic sanctions (Lewis 2016). Still in 2016, former U.S. President Obama proceeded with the 1997 status of "national emergency", as Myanmar would still represent a threat to the national security (Obama 2016). However, with the end of the military junta, the U.S. played a defining role in the economic relations of Myanmar in supporting

dialogues between multilateral development banks (U.S. Department of State 2017). Canada and Australia, alongside with the U.S., were the main providers of asylum to Rohingya refugees, although now this situation remains blurry, since this program was cut in 2012 and the recent Trump "travel ban" that does not allow the entrance of refugees from seven Muslim countries - temporarily halted by a district judge (Das 2017). Still in April 2017, the U.S. has kept resettling of Rohingya refugees that were being persecuted and then sheltered in Bangladesh (Gunawan 2017). Even with the dubious recent events, Washington calls on Myanmar to the importance of allowing the U.N. to start a mission to investigate the violations of human rights perpetrated by the security forces against the Rohingya. Clearly, Myanmar's State Counselor, Aung San Suu Kyi, is to decline such intervention, since the government considers the issue strictly an internal matter (Reuters 2017).

In March 2017, the **United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland** in states to be one of the most vocal nations when addressing the Rohingya issue. For instance, the unsuccessful 2007 Draft Resolution about the situation in Myanmar was presented by the delegation of the U.K. alongside with the U.S. Recently, the U.K. Foreign Office minister Alok Sharma on commenting the visit of the British foreign secretary to Myanmar - in order to meet Aung San Suu Kyi and demand accountability surrounding the Rohingya persecution - implied that a UN intervention would not be adequate in the moment since there is a lack of international consensus (The Guardian 2017). London also requested to the Under-Secretary General for Political Affairs a briefing for the Council members on the situation in Myanmar (What's in Blue 2017). Addressing the refugee crisis taking place currently, the Prime Minister Theresa May acknowledges that human rights abuse must end in order to ease the refugee's waves, although economic migration also requires management – she adds that such uncontrolled flow is not an interest to any of the countries involved in the course of migration. Nonetheless, the Prime Minister emphasizes the difference between refugee and economic migrants (United Nations 2016) - although the focus is definitely the mistreatment of the Rohingya and the heat between different communities. There is also a major emphasis on the sexual violence issue: a preventing Sexual Violence Law needs to be amended to include sexual violence in conflict and also to stop the impunity for military that perpetrate violations against human rights (United Nations 2015a)

Although with a rather cautious and unclear position on Myanmar situation, the **Plurinational State of Bolivia** is a signatory country of documents concerning some repercussions of the issue such as the Convention on Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW). Since the country assumed the UNSC Presidency on June this year, the main

agenda is focused on conflicts considered globally disquieting, such as the situation in Syria and on the Korean Peninsula. It is important to note that the country, like many South American countries, takes on an anti-imperialist stance in situations such as that of Rakhine State. In that sense, and after the harsh criticism of the North American air attacks on Syria, Bolivia trapped by the non-intervention of foreign powers in internal affairs (Telesur 2017).

Egypt also speaks on behalf of the Organization of Islamic Cooperation when addressing the issue of Myanmar (United Nations 2015a). The country's expression of support is established by hoping the election that took place in November of 2015 in Myanmar would symbolize a step forward. Cairo also hopes that the latest texts on the issue approved by the Third Committee of the UN Assembly (A/C.3/70/L.39/Rev.1) would be adequately addressed by the new government. This delegation expressed concern about the abuse of denial of citizenship to and restrictions on the rights to freedom of movement and religion of Rohingya Muslims. The country has also ratified the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination, the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights and the International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families. Also, it mentions the Paris Principles as a guideline to the establishment of a National Human Rights Institution. As a country with 85% of its population being Muslim, preventing destruction of places of worship and cemeteries is also a highlighted point. By all means, the protection of human rights by fighting the incitement of hatred and ensuring accountability for violations against the Rohingya are fundamental measures that need to be worked on (United Nations 2015a).

Being a nation with its own human rights violations issues and internal rebellions, **Ethiopia** has the Christianism as the most practiced religion, followed by the Islam, with almost 35% of the population (Shinn 2014). Located in a rather delicate region, Ethiopia is an important allied to the United States in fighting al-Shabab in Somalia. Also, China is one of its biggest economic partner being responsible for relevant loans and infrastructure investments (Teferra and Wis 2015). In 2015, Myanmar and Ethiopia established diplomatic relations, being both nations interested in learning development lessons from each other - from the manufacturing sector to construction and energy (Ethiopian Broadcast Corporation 2015). Concerning specifically the Rohingya issue, the maintenance of peace talks among communities and the government are crucial to avoid more ethnic and religious tension. Likewise, compliments are mentioned on the attempts of national reconciliation taking place in Myanmar (United Nations 2015a). Although Ethiopia praises the speech of non-intervention, considering the duplicity of allies and the fact

that Ethiopia does not have a democratic regime itself, it is rather difficult to ensure a definite position in the debate.

Italy encourages the progression of the ongoing process concerning democratization and national reconciliation. As a traditional statement, Italy points out that people should, legitimately, exercise their rights to freedom of expression and peaceful assembly, without being subjected to violent (physical or civil) reprisals. On women's rights, Rome considers the increase of participation of women on political, socio-economic and administrative aspects a path to be paved. Italy has also ratified the International Covenant on Civil and Political Rights and the Convention against Torture. The country mentions the recent laws on protection of race and religion, recommending their review in order to make sure they follow Myanmar's treaties obligations and their adequacy to protect minority groups. Finally, Italy condemns the use of force by the police in Myanmar and requests a proper use of the Commission of Inquiry established to investigate such cases (United Nations 2015a).

In recent years, **Japan** has sought to approach Myanmar, largely because of its geostrategic position and its natural resources. In 2007, as a form of taking a stand, Japan wrote a letter to the President of the Security Council through its Permanent Representative evoking its concern about the violence and repression in Myanmar. Besides, Japan is one of the biggest contributors of UN programs in Myanmar: in March 2014, the country donated US$16 million as part of the US$ 75.2 million aid package concerning the government projects (Global Centre for Responsibility to Protect 2017). Japan also encourages Myanmar's in reaching a national ceasefire agreement between the government and insurgent groups, once a destabilizing country would compromise the progress of numerous partnerships in the areas of defense and economics that the two governments have sought to sign (Parameswaran 2016). The country also emphasizes the guarantee of rights of women and for them not to be undermined by the recently introduced set of Protection of Race and Religion laws (United Nations 2015a).

Senegal expressed a deep concern about draft laws on the protection of race, religion and discrimination against the Rohingya. Alongside Egypt, it follows the Paris Principles as the path of action for the exercise of functions for the National Human Rights Commission. In addition, the country extends a standing invitation to mandate holders and reinforces the combat of impunity. Senegal also makes a severe point to take definite measures to prevent social exclusion targeting the Rohingya (United Nations 2015a).

In a recent adoption of a Declaration for Refugees and Migrants by the General Assembly, **Sweden** states its compromise as a member of the international community and intends to keep it as well as a member of the

UNSC. The Swedish Prime Minister notes that "protection is a shared international responsibility" and, in addition, states the importance of migration on development, diffusion of wealth and ideas (United Nations 2016). Sweden also started expressing concerns about the situation of Myanmar's women, the Rohingya women and the country's health care issue. The mentioned issue of health care is quite an emphasis in Sweden's speech when addressing to the Rohingya case – stating that different regions demand different approaches when it comes to accessibility. Furthermore, the right measures should be taken in order to contain religious and ethnic intolerance. Sweden also suggests the grant of citizenship to the Rohingya and the elimination of current criteria to require citizenship, which perpetuate such segregation. Hence, the full recognition of the Rohingya as an ethnic group is vital. The country also notes that legislation able to guarantee and protect all forms of violence against women is fundamental and that such laws should avoid the impunity of perpetrators of such crimes (United Nations 2015a).

Ukraine compliments the sign of a nationwide ceasefire that took place in 2015 between the President Thein Sein and 8 armed groups from the 15 existing in Myanmar (Slodkowski 2015). The country further recommends the establishment of an OHCHR office in Myanmar, which would be able to operate throughout the country with a full promotion and protection mandate (United Nations 2015a).

Although with no definite statement concerning the Rohingya issue, **Uruguay's** statements at UNSC sessions have a central purpose: preventing further conflicts and the protection of minorities (Rosseli 2017). By all means, it has been presently on its speeches the country's compromise to the promotion, protection and respect of human rights, emphasizing that the absence of freedom is intimately linked with the violation of rights (Id. 2017). Also, condemns the human traffic inherent to conflict zones and highlights the conditions of instability of those areas, allowing perpetrators and terrorist organizations to take advantage of them (Bermúdez 2017). Montevideo expresses concern as well about the use of sexual violence as a terrorist act, especially when target to vulnerable groups, urging the international community to create coordinated and faster responses to the issue and its victims. Hence, Uruguay praises the work and measures adopted by the Office of the Special Representative of the Secretary-General for Sexual Violence in Conflict and stresses the importance of the collaboration of efforts among the nations (Cancela 2017).

6 QUESTIONS TO PONDER

1. Given the gravity of the situation, how can tensions between different

communities be bridged?
2. What could be the diplomatic and economic role of other countries in this process of conflict prevention and reconciliation?
3. How can the Security Council address the issue of human rights violations?
4. How can the international community pressure Myanmar's government to resolve the issue of Rohingya citizenship? Are international sanctions a valid instrument to pressure a change of posture from the government?
5. What can the international community do to ensure minimum rights for the Rohingya population in the short term? And to contain the influx of refugees?

REFERENCES

Abdelkader, Engy. 2014. "The Rohingya Muslims in Myanmar: Past, Present, and Future." *Oregon Review of International Law,* January 7th, 102.
Al Jazeera. 2007. "UN resolution on Myanmar vetoed." *Al Jazeera.* http://www.aljazeera.com/news/asia-pacific/2007/01/2008525131489905.html.
Association of Southeast Asian Nations (ASEAN). 2008. *The ASEAN Charter.* Ebook. Jakarta: ASEAN Secretariat. http://asean.org/wp-content/uploads/images/archive/publications/ASEAN-Charter.pdf.
Azad, Ashraful. 2017. "Life in limbo: the Rohingya refugees trapped between Myanmar and Bangladesh". *The Conversation.* http://theconversation.com/life-in-limbo-the-rohingya-refugees-trapped-between-myanmar-and-bangladesh-71957.
Bermúdez, Luis. 2017. "United Nations Security Council Open Debate 'La trata de personas en situaciones de conflicto: el trabajo forzoso, la esclavitud y otras prácticas análogas'". *Uruguay United Nations Security Council.* http://uruguaycsonu.mrree.gub.uy/sites/uruguaycsonu.mrree.gub.uy/files/discursos/da_trata_de_personas_en_situaciones_de_conflicto.pdf.
Blomquist, Rachel and Cincotta, Richard. 2017. "Myanmar's Democratic Deficit: Demography and the Rohingya Dilemma". *New Security Beat.* https://www.newsecuritybeat.org/2016/04/myanmars-democratic-deficit-demography-rohingya-dilemma/.
Brass, Paul R. 1991. *Ethnicity and Nationalism*: *Theory and Comparison.* New Delhi, India: SAGE.
Buchanan, Francis. 2003. "A Comparative Vocabulary of Some of the Languages Spoken in the Burma Empire, 1799." *SOAS Bulletin of Burma Research.* Vol. 1, No., 1, Spring 2003. https://www.soas.ac.uk/sbbr/editions/file64276.pdf.
Cancela, José Luis. 2017. "United Nations Security Council Open Debate on 'La violencia sexual en los conflictos como táctica de guerra y terrorismo'". *Uruguay United Nations Security Council.* http://uruguaycsonu.mrree.gub.uy/sites/uruguaycsonu.mrree.gub.uy/files/discursos/intervencion_debate_abierto_violencia_sexual_0.pdf.
Chan, Aye. 2005. "The Development of a Muslim Enclave in Araken (Rakhine) State

of Burma (Myanmar)." *SOAS Bulletin of Burma Research,* vol. 3, Nº 2, 401.
Chowdhury, Mohammed Ali. 2006. "The Advent of Islam in Arakan and the Rohingya." *Rohingya.org.* http://www.rohingya.org/portal/index.php/rohingya-library/26-rohingya-history/83-the-adventof- (accessed April 28th, 2017).
Coates, Eliane. 2014. "Sectarian Violence Involving Rohingya in Myanmar: Historical Roots and Modern Triggers." *Middle East Institute, Centre of Excellence for National Security (RSIS)*, 01-07. Singapore. http://web.mideasti.org/content/map/sectarian-violence-involving-rohingya-myanmar-historical-roots-and-modern-triggers.
Council on Foreign Relations (CFR). 2017. "Sectarian Violence in Myanmar". *Global Conflict Tracker.* https://www.cfr.org/global/global-conflict-tracker/p32137#!/conflict/sectarian-violence-in-myanmar.
Cowley, Alice, and Maung Zarni. 2017. "An Evolution of Rohingya Persecution in Myanmar: From Strategic Embrace to Genocide". http://www.maungzarni.net/2017/05/an-evolution-of-rohingya-persecution-in.html#sthash.Cu1PEquU.dpuf. Accessed on 10 May 2017.
Das, Krishna N. 2017. "U.N. wants to negotiate with U.S., Canada to resettle Rohingya refugees." *Reuters.* http://www.reuters.com/article/us-myanmar-rohingya-bangladesh-idUSKBN15V1OJ.
Dasgupta, Sanjeev. 2017. "A New 'ASEAN Way': Finding a Regional Solution for Human Rights Violations in Rakhine State". *The Kenan Institute for Ethics.* http://kenan.ethics.duke.edu/humanrights/snowball/a-new-asean-way-finding-a-regional--solution-for-human-rights-violations-in-rakhine-state/.
Department of Population and Ministry of Labor, Immigration and Population. 2016. *The 2014 Myanmar Population and Housing Census.*
Equal Rights Trust. 2015. "Our Purpose." *Equal Rights Trust Re.* http://www.equalrightstrust.org/content/our-purpose (accessed August 01st, 2017).
—. 2012. "A situation report on violence against stateless Rohingya in Myanmar and their refoulment from Bangladesh". *Equal Rights Trust Report.* http://www.equalrightstrust.org/ertdocumentbank/The%20Equal%20Rights%20Trust%20-%20Burning%20Homes%20Sinking%20Lives.pdf (accessed August 01st, 2017).
Ethiopian Broadcast Cooperation. 2015. "Ethiopia, Myanmar establish diplomatic relations." *Ethiopian Broadcast Cooperation.* http://www.ebc.et/web/ennews/-/ethiopia--myanmar-establish-diplomatic-relations.
Fearon, James D, and David D Laitin. 2000. "Violence and the Social Construction of Ethnic Identity". *International Organization* 54, no.: 845–77.
Foreign Policy. 2016. "How Europe Can Help the Rohingya?" *Foreign Policy.* http://foreignpolicy.com/2016/01/27/how-europe-can-help-the-rohingya/.
France Diplomatie. 2017. "United Nations – Burma/Myanmar - Publication of a report by the High Commissioner for Human Rights." *France Diplomatie.* http://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/myanmar/events/article/united-nations-burma--myanmar-publication-of-a-report-by-the-high-commissioner.

Gerin, Roseanne. 2017. "UN Council Adopts Resolution to Launch Investigation of Rights Abuses in Myanmar". *Radio Free Asia.* http://www.rfa.org/english/news/myanmar/un-council-apots-resolution-to-launch-investigation-of-rights-abuses-in--myanmar-03242017161616.html.
Global Centre for Responsibility to Protect. 2017. *Timeline of International Response to the Situation of the Rohingya and Anti-Muslim Violence in Burma/Myanmar.* May 15. http://www.globalr2p.org/media/files/r2p_monitor_may2017_final-1.pdf.
Gunawan, Apriadi. 2017. "U.S. continues resettlement of Rohingya Muslims." *Jakarta Post.* https://www.pressreader.com/indonesia/the-jakarta--post/20170428/281565175653809.
Hashemi, Nader. 2016. "Toward a Political Theory of Sectarianism in the Middle East: the salience of authoritarianism over theology". *Journal of Islamic and Muslim Studies.* Vol.1 n.1. Indiana: Indiana University Press. 65-76.
Human Rights Watch. 2000. *The Rohingya Citizenship*: *The Root of the Problem.* https://www.hrw.org/reports/2000/malaysia/maybr008-04.htm.
—. (n.d). "'All You Can Do is Pray' Crimes Against Humanity and Ethnic Cleansing of Rohingya Muslims in Burma's Arakan State." *Human Rights Watch Report.*
—. 2012. "'The Government Could Have Stopped This'. Sectarian Violence and Ensuing Abuses in Burma's Arakan State." *Human Rights Watch Report*
—. 2014. *Burma*: *Government Plan Would Segregate Rohingya.* https://www.hrw.org/news/2014/10/03/burma-government-plan-would-segregate-rohingya.
Hussain, Maaz. 2016. "Rohingya Refugees Seek to Return Home to Myanmar". *VOA.* https://www.voanews.com/a/rohingya-refugees-seek-to-return-home-to--myanmar/3617130.html.
International Crisis Group. 2014. "Myanmar: The Politics of Rakhine State". *Asia Report*: nº 261. Brussels: International Crisis Group.
—. 2016. "Myanmar: A New Muslim Insurgency in Rakhine State". *Asia Report*: nº 283. Brussels: International Crisis Group.
Jane Perlez. 2014. "Rise in Bigotry Fuels Massacre Inside Myanmar" *New York Times.* http://www.nytimes.com/2014/03/02/world/asia/rise-in-bigotry-fuels-massa
Kaufman, Stuart J. 2001. *Modern Hatreds*: *The Symbolic Politics of Ethnic War.* Ithaca, NY: Cornell University Press.
Kipgen, Nehginpao. 2013a. "Addressing the Rohingya Problem." *Journal of Asian and African Studies,* Vol. 49 (2), 234-247.
—. 2013b. "Conflict in Rakhine State in Myanmar: Rohingya Muslims' Conundrum". *Journal of Muslim Minority Affairs,* Vol. 33 n.2. 298-310. DOI: 10.1080/13602004.2013.810117.
—. 2016. "Can Kofi Annan's Commission Solve the Rohingya Conundrum?". *The Diplomat.* http://thediplomat.com/2016/09/can-kofi-annans-commission-solve-the--rohingya-conundrum.
Laitin, David D. 2007. *Nations, States, and Violence.* Oxford: Oxford University Press.

Lake, David and Donald Rothchild. 1998. *International Spread of Ethnic Conflict*: *Fear, Diffusion and Escalation.* Princeton: Princeton University Press: 6.
Leider, Jacques P. 2012. "'Rohingya,' Rakhaing and the Recent Outbreak of Violence—A Note" *Bulletin of the Burma Studies Group,* 16, 8, http://www.networkmyanmar.org/images/stories/PDF15/Leider-Note.pdf.
Lewis, Simon. 2016. "5 Challenges Facing Burma's New Civilian Government". *Time.com.* http://time.com/4275928/burma-myanmar-civilian-government-challenges/.
Little, David. 2011. "Religion, Nationalism and Intolerance," In *Tim Sisk*, ed. Between Terror and Tolerance: Religious Leaders in Deeply Divided Societies. Washington DC: Georgetown University Press: 9–28.
Lutz-Auras, Ludmila. 2015. "Russia and Myanmar – Friends in Need?". *Journal of Current Southeast Asian Affairs*, 34, 2, 165–198.
Makdisi, Ussama. 1996. "Reconstructing the Nation-State: The Modernity of Sectarianism in Lebanon." *Middle East Report,* no. 200: 23–30.
Matthiesen, Toby. 2013. "Sectarian Gulf: Bahrain, Saudi Arabia, and the Arab Spring That Wasn't". *Stanford,* CA: Stanford University Press.
Mepham, David. 2015. "What Burma's Elections Mean for the Rohingya". *Human Rights Watch.* https://www.hrw.org/news/2015/10/08/what-burmas-elections-mean-rohingya.
Micha'el Tanchum. 2012. "The Buddhist-Muslim Violence in Myanmar: A Threat to Southeast Asia." *The Begin-Sadat Center for Strategic Studies*, BESA Center Perspectives Paper, No. 188.
Missbach, Antje. 2015. "Towards A Real Solution to Southeast Asia's Refugee Crisis". *The Diplomat.* http://thediplomat.com/2015/08/towards-a-real-solution-to-southeast-asias-refugee-crisis/.
Moshe Yegar. 2002. *Between Integration and Secession*: *The Muslim Communities of the Southern Philippines, Southern Thailand, and Western Burma/Myanmar.* Lanham, MD: Lexington Books. N.103.
Myanmar, The Republic of the Union of Myanmar President Office. 2016. *Government forms committee to implement peace, stability and development in Rakhine State*. Nay Pyi Taw.
Myanmar Agency. 2016. "Central Committee for Implementation of Peace, Stability and Development in Rakhine State meets". *Global New Light of Myanmar.* http://www.globalnewlightofmyanmar.com/central-committee-for-implementation-of-peace-stability-and-development-in-rakhine-state-meets/.
New York Times. 2016. 14 Countries Press Myanmar to Allow Aid in Rohingya Areas. https://www.nytimes.com/2016/12/09/world/asia/myanmar-rohingya-crisis-rakhine-muslim.html.
Nichols, Michelle. 2017. "China, Russia block UN council concern about Myanmar violence." *Reuters.* March 03. http://www.reuters.com/article/us-myanmar-rohingya-un-idUSKBN16O2J6.

Nyane, Khin Maung. 2017. "Myanmar Rejects China's Offer to Resolve Row with Bangladesh Over Rohingya." *Radio Free Asia.* http://www.rfa.org/english/news/myanmar/myanmar-rejects-chinas-offer-to-resolve-row-with-bangladesh-over--rohingya-05012017163631.html (access in 1st August 2017).
Obama, Barack. 2016. "Message - Continuation of the National Emergency with Respect to Burma." *The White House Office of the Press Release.* https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2016/05/17/message-continuation-national-emergency-respect-burma.
Parameswaran, Prashanth. 2017. "China Holds Military Drills Near Unstable Myanmar Border." *The Diplomat.* March 29. http://thediplomat.com/2017/03/china--holds-military-drills-near-unstable-myanmar-border/.
—. 2016. "Japan, Myanmar Eye Stronger Defense Ties". *The Diplomat.* http://thediplomat.com/2016/06/japan-myanmar-eye-stronger-defense-ties/.
Phillips, David L. 2014. "Solutions to Communal Conflict in Myanmar". *HuffPost.* http://www.huffingtonpost.com/david-l-phillips/solutions-to-communal--con_b_4653039.htm.
Potter, Lawrence G. 2014. "Introduction." In *Sectarian Politics in the Persian Gulf,* edited by Lawrence G. Potter, 1–29. New York: Oxford University Press.
Reuters. 2017. "US calls on Burma to accept UN Rohingya investigation." *Reuters.* http://www.dvb.no/news/us-calls-burma-accept-un-rohingya-investigation/76455.
Ribeiro, Erik Herejk. 2015. *A Rivalidade e a Cooperação nas relações China-Índia*: *o contexto asiático e o caso de Mianmar*. Masters, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Ribeiro, Erik H. and Vieira, Maria Gabriela de O. 2016. "A Transição Política de Mianmar: disputas internas e interesses externos". *Boletim de Conjuntura NERINT.* https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2016/07/Boletim-v1n1-transicaopoliticamianmar.pdf.
Rosseli, Elbio. 2017. "United Nations Security Council, Informative Session: "Mantenimiento de la paz y seguridad internacionales: derechos humanos y prevención de los conflictos armados." *Uruguay United Nations Security Council.* http://uruguaycsonu.mrree.gub.uy/sites/uruguaycsonu.mrree.gub.uy/files/discursos/derechos_humanos_y_prevencion_de_los_conflictos.pdf.
Safman, Rachel M. 2007. "Minorities and State-Building in Mainland Southeast Asia". In *Myanmar*: *State, Society and Ethnicity,* 1st ed., 30-69. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies.
Saw U, Alan. 2007. "Reflections on Confidence-Building and Cooperation Among Ethnic Groups in Myanmar: A Karen Case Study". In *Myanmar*: *State, Society and Ethnicity*, 1st ed.,219-235. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies.
Schober, Juliane. 2007. "Buddhism, violence, and the state in Burma (Myanmar) and Sri Lanka" in *Cady, Linell E. & Simon, Sheldon W. (arg.). Religion and Conflict in South and Southeast Asia*, 51-69. 1st arg. New York: Routledge.

Shinn, David. "A Look at Muslim-Christian Relations in Ethiopia." *International Policy Digest*. 2014. https://intpolicydigest.org/2014/01/21/a-look-at-muslim-christian-relations-in-ethiopia/.
Steinberg, David I. 2010. *Burma/Myanmar*: *What Everyone Needs to Know.* New York: Oxford University Press.
Sokołowski, Antoni. 2015. "Myanmar signs ceasefire with eight armed groups." *Reuters.* October 15. http://www.reuters.com/article/us-myanmar-politics-idUSKCN0S-82MR2015101.
Teferra, Daniel, and Madison Wis. 2015. "The US relationship with Ethiopia." The *Washington Post.* https://www.washingtonpost.com/opinions/the-us-relationship-with-ethiopia/2015/05/06/eabe5b0e-f273-11e4-bca5-21b51bbdf93e_story.html?utm_term=.8bc7822e1c36.
Telesur. 2017. Bolivia Assumes UN Security Council Presidency for June. http://www.telesurtv.net/english/news/Bolivia-Assumes-UN-Security-Council-Presidency-for-June-20170601-0006.html.
Than, Tin Maung. 2005. "Dreams and Nightmares: State Building and Ethnic Conflict in Myanmar (Burma)." In *Ethnic Conflicts in Southeast Asia*, by Kusuma Snitwongse and W. Scott Thompson, 72. Singapore; Thailand: Institute of Southeast Asian Studies; Institute of Security and International Studies.
—. 2007. "Mapping the Contours of Human Security Challenges in Myanmar." In: *Myanmar*: *State, Society and Ethnicity,* by N. Ganesan e Kyaw Yin Hlaing, 197. Singapore; Japan: Institute of Southeast Asian Studies; Hiroshima Peace Institute.
The Guardian. 2017. Boris Johnson urged to press Aung San Suu Kyi over Rohingya on Myanmar trip. https://www.theguardian.com/world/2017/jan/19/boris-johnson-urged-to-use-myanmar-trip-to-press-aung-san-suu-kyi-on-rohingya.
Travis, Hannibal. 2011. *On the Existence of National Identity before 'Imagined Communities'*: *The Example of the Assyrians of Mesopotamia, Anatolia, and Persia.* New York: SSRN, April 13. http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1721218.
United Nations, Department of Public Information. 2007. "Security Council Fails to Adopt Draft Resolution on Myanmar, Owing to Negative Votes by China, Russian Federation." *United Nations Meetings Coverage and Press Releases.* January 12. https://www.un.org/press/en/2015/gashc4156.doc.htm.
—. 2015. "As Third Committee Unanimously Approves Draft Text on Human Rights in Myanmar, Delegates Express Hope for Smooth Post-Election Transition to New Government." *United Nations Meetings Coverage and Press Releases.* November 18. https://www.un.org/press/en/2015/gashc4156.doc.htm.
—. 2016. "General Assembly Adopts Declaration for Refugees and Migrants, as United Nations, International Organization for Migration Sign Key Agreement." *United Nations Meetings Coverage and Press Releases.* September 19. https://www.un.org/press/en/2016/ga11820.doc.htm.
United Nations, Human Rights Council. 2015. Report of the Working Group on

the Universal Periodic Review, *Myanmar.* http://www.refworld.org/docid/56c2e2e54.html
—. 2007. "United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and United States of America: draft resolution." *Security Council Report S/2007/14.* http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/ROL%20S2007%2014.pdf.
United Nations, Security Council. 2006. "Provisional agenda for the 5526th meeting of the Security Council." *Security Council Report S/Agenda/5526.* http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Myan%20SAgenda%205526.pdf.
U.S. Department of State. 2017. "U.S. Relations with Burma". *Bureau of East Asian and Pacific Affairs*. https://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/35910.htm.
Weatherbee, Donald E. 2005. *International relations in Southeast Asia*: *the struggle for autonomy.* Lanham, Md.: Rowman & Littlefield Publishers.
What's in Blue. 2017. *Briefing on the Situation in Myanmar.* March 16. http://www.whatsinblue.org/2017/03/briefing-on-the-situation-in-myanmar.php.
Yegar, Moshe. 2002. *Between Integration and Secession*: *The Muslim Communities of the Southern Philippines, Southern Thailand, and Western Burma/Myanmar.* Lanham: Lexington Books.

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v.5, 2017 | p. 547-590

THE SITUATION IN SOUTH SUDAN

Bruno Palombini Gastal[1]
Eduarda Fontana Ramos[2]
Sofia Oliveira Perusso[3]

ABSTRACT

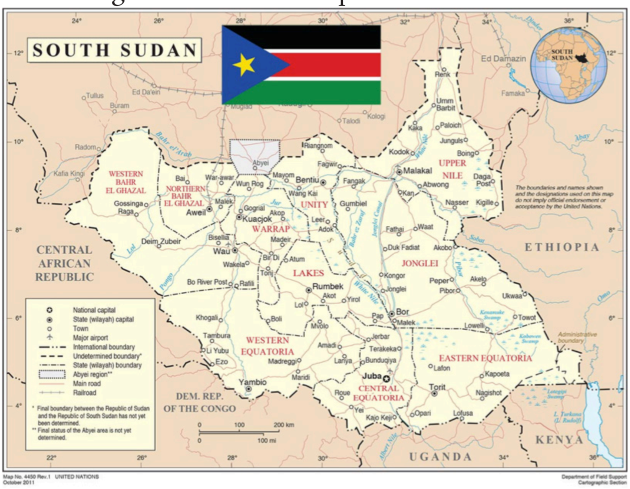
The present article aims at providing a comprehensive overview of the current conflict in South Sudan, seeking its root causes as well as describing its most recent developments. South Sudan became independent from Sudan in 2011, after a long history of wars with its northern neighbor. This did not mean, nonetheless, stability. In December 2013, after months of growing political instability, a full-scale civil war erupted in the country, putting on opposite sides President Salva Kiir and Vice-President Riek Machar. Ethnicity, which historically only played a minor role in South Sudan's politics, was widely exploited by both Kiir (a Dinka) and Machar (a Nuer) to mobilize forces against one another. Even if the leaders managed to turn ethnic discourse a major feature of the conflict, the article argues that its main causes reside in South Sudan's fragile state structures, in power struggles between tribal and political leaders, and in the limits of the international community capacity to act in the country. Recently, a promising National Dialogue Program started between the South Sudanese major political groups. The United Nations Security Council, in this sense, must watch and support closely this process in order to make peace in the United Nations' newest member endurable.

1 Bruno is a final-year student of International Relations at UFRGS and Director at UNSC
2 Eduarda is a third-year student of International Relations at UFRGS and Director at UNSC.
3 Sofia is a second-year student of International Relations at UFRGS and Director at UNSC.

1 INTRODUCTION

South Sudan[4] is a landlocked country in the eastern part of Africa. It has very fertile lands, as it comprises a considerable number of rivers – being one of them the White Nile. Estimates of the country's population have varied since the war, but it has remained around the number of twelve million people, which are subdivided into several ethnic groups. Among them, the most significant two are the Dinka and the Nuer, which, in 2011, represented 35% and 15% of the total population, respectively (U.S. Central Intelligence Agency 2017). Apart from these, other important groups are (in decrescent order of relevance) Azandes, Baris, Arabs, and Shilluks, each of them comprising hundreds of thousands of people. Regarding religion, the majority of South Sudanese people are Christian/Evangelical, but traditional animist religions are also remarkably present (Joshua Project 2017). The country's official language is English, even if it is not the mother language of virtually anyone (Simons and Fennig 2017). Economically, the country is deeply dependent on oil income and its social indexes depict a very underdeveloped country, with illiteracy rates that surpasses two-thirds of the population and a life expectancy of only 56 years (Joshua Project 2017, World Bank 2016). If the scenario was already disturbing before, now, with the war, it has definitely gotten worse.

Figure 1: Political map of South Sudan



Source: Vhumbunu 2016

4 To avoid misinterpretations of the text, the denominations "South Sudan" and "Southern Sudan" will mean the current territory of South Sudan, unless otherwise stated in the sentence.

The following part of the present article is going to describe the most important parts of the history of South Sudan, focusing on its aspects and idiosyncrasies that help in explaining the present-day conflict. Next, the current situation is going to be addressed, starting from the signature of the Comprehensive Peace Agreement (2005) and reaching the most recent developments of the civil war, which started in 2013. Then, the focus is going to shift to the most important actions of international actors (such as the United Nations) regarding the civil war in South Sudan and, later, to the positions of the current United Nations Security Council (UNSC) members on this same issue.

2 HISTORICAL BACKGROUND

This section intends to present a general understanding of the history of South Sudan and how the events that unfolded were decisive for the creation of the new country. Section 2.1. introduces early occurrences during the pre-colonial period, explaining how the region went from small kingdoms that traded among themselves to being integrated to the Arab economy. Section 2.2. emphasizes Sudan's relationship with Egypt, as section 2.3. illustrates how this relationship came to contribute for the later British colonization. Section 2.4. comprehends Sudan's independence from the Anglo-Egyptian rule and the challenges the country faced, especially by differences and conflicts – such as the First Sudanese Civil War – between south and north that had been encouraged by the British to ease domination. Dissidences between the groups continue during section 2.5., which describes the relatively stable Nimeiri Era, which had occurred after the end of the First Civil War. Section 2.5. also depicts the conflicts that reemerged during Nimeiri's weakening, as the Second Civil War. It also aims to better explain the development of the Sudan People's Liberation Movement/Army (SPLM/A) and rival forces within the movement that were carried on to South Sudan's independence.

2.1 The Pre-Colonial Period

Historical roots for the South Sudanese conflict are frequently misunderstood, as they are the very own reasons why the country became independent (Johnson 2016). Many parts of the country's early history are still unclear as well, since historians used to treat the region as "less developed and civilized", writing prejudiced and biased studies about the area.

The term 'Sudan' comes from the word the Muslim used to refer to the so-called 'black kingdoms' in Sub-Saharan Africa, mostly meaning the great kingdoms and empires of Western Africa, from Mali to Chad, not including current Sudan (Niane 2000). The northern region of Sudan, better

known as Nubia back then, was integrated closely to Egypt through the Nile. Meanwhile, the southern parts, comprised of many kingdoms, such as the Dinka and Nuer[5], were less exploited by the Nile realms. It was only during the XIX century that the region started to be more thoroughly exploited, when Khartoum would dominate most of South Sudan's current territory (Johnson 2003).

The spread of Islam as religion and culture did not fail to reach Sudan from the VII century onwards, when Arabs conquered Egypt. Trade soon acquired importance, and several cities were founded. The region's growing economic importance became an incentive for Arabic customs and knowledge to spread. The Arabs integrated the region as exporters of gold and slaves (El Fasi 2000). Black Sudanese slaves were also sought by several Sultanates to fill their armies, since they had exceptional abilities as bowmen (Ogot 2000). Slave trade would be decisive for the upbuild of Sudan's centralized power, which maintains to date an exploitative relation with more peripheral regions of the country (Johnson 2003).

On the other hand, there are records of Christianity in Sudan since the IV century, even though the religion was only officially implemented through missions sent by Byzantine Emperor Justinian in 543, which would convert the rulers of the region, but not the people. This would last until the XVI century, when the Islamic rule became less tolerant with other religions in their domain (Livingstone 2013). The Muslim North considered the Christian peoples, especially the Dinka and the Shilluk, very dangerous for their domain pretensions in the South (Ogot 2000). A legal contract existed between the Egyptian, main power of the Islamic North, and Christian Nubia, the *bakt*, which included economic agreements and kept relations pacific for six centuries (Niane 2000).

Sudan was by then integrated to the Arab economy as a slave provider, function that the region kept in the upcoming centuries (Ogot 2000). Around the XI century, with the Fatimids, Nubia would be converted to Islam, faith which would remain prevalent in what we now know as the state of Sudan. Even if they had religious differences, real clashes between the North and the South would not be relevant until economic factors were included, only during the XIX century (Ogot 2000).

2.2 The Ottoman-Egyptian Conquest and the Mahdist State

Relations with Egypt have always been relevant, as the White Nile – a Nile tributary river – flows in South Sudan. Even so, they were greatly incre-

5 The Dinka and Nuer are still existing peoples of South Sudan, and their ethnic differences are still used by the media as the main cause of the country's current civil war.

ased during the governance of Muhammad Ali as the Viceroy of Egypt after the Napoleonic Wars (Ajawi 2000). Egypt had been an Ottoman province since the XVI century and continued to be one, though Ali sought to gain more independence for his realms (Ogot 2000), as he believed Egypt would be the driving force to recreate the already decadent Ottoman Empire through strong military, economic possibilities, and cultural institutions (Ajawi 2000). In 1820, Ali invaded Sudan with the aim to come into possession of gold and slaves to fund his growing army (Johnson 2003). This conquest shook the arrangements that had kept South Sudan apart from domination, as the Egyptians had more capability to take advantage of the region (Johnson 2003). For example, the Ottoman-Egyptian rule was the first to introduce a heavy and organized taxation system, which impaired the economic situation of the people and caused revolt (Ajawi 2000). It was the start of a North--South rift in Sudan, as the Muslim rule over the region undoubtedly benefited their Muslim subjects (Johnson 2003). Slave-raiding in the south was at its highest rate during the 1870s, increasing the stigmatization of southern peoples even if they converted to Islam (Johnson 2003).

Muhammad Ali's rule was against the interests of European powers – interested in the ivory trade –, since a strong Arab state would threaten their colonial pretensions in the region (Ajawi 2000). The increasing influence of European powers, in addition to Sudanese uprisings against oppressive taxation, would eventually bring the Ottoman rule in Egypt and Sudan to a sudden decline. In 1883, the Egyptian rule was overthrown by the instauration of the Mahdist State (Johnson 2003). The Mahdist movement was essentially a *jihad*[6], which the Mahdi turned into a state policy. The Mahdist state was so committed to a *jihad*-based foreign policy, focusing on spreading their beliefs, that it ended up becoming vulnerable to the British due to lack of internal protection (Boahan 2000). The government's structures supported themselves mainly based upon an army of Southern slave riflemen. Even so, South Sudanese participation in the Mahdist army also failed to "Islamize" [7]the South (Johnson 2003). Soon, the southern presence in the army made it easy for the Sudanese to weaken the invaders' power through riots (Ajawi 2000). The southerners resisted the European traders as well, through battles and uprisings, as there was a great resistance against foreigners in southern

6 Here, "jihad" refers to "holy war", a religious movement that has as an objective the revival of traditional Islamism and the spread of Islam through non-Islamic territories, such as the regions now conceived as South Sudan and Ethiopia; and other territories with different views on Islam, such as the current Egypt (Boahen 2000).

7 The process of Islamization occurred through migrations on northern Sudan, but after Muslim populations were already established, it was a common objective to spread their beliefs to other areas through jihad, especially the south, where attempts to Islamize indigenous societies failed again and again (Ryle et al. 2011).

Sudan (Ajawi 2000). On the other hand, these features were not enough to keep the expansion of colonization (Boahan 2000).

2.3 The British Colonization

With the collapse of the Mahdist state in 1898, Sudan became an Anglo-Egyptian colony, the "Condominium"[8] (Collins and Deng 1984). The British were already exerting a powerful position in Egypt, so they only waited for their government's permission to invade Sudan in 1896. After conflict and bloodshed, the Condominium was established in 1898. However, Mahdist uprisings continued to exist until 1915 in the north. In Southern Sudan, the colonial rule faced even stronger protests, especially by the Nuer resistance and their 1927 rebellion. The British built transport infrastructure in the north to promote their interests and brought advances to the fields of education and agriculture. Southern Sudan, on the other hand, was still completely neglected (Boahen 2000).

Christianity came back to the region during this period as well, with missions sent by the Church of England, by American Presbyterians and the Roman Catholic Church. While the north was already completely Islamized, all education in the south became connected to the Christian missionaries (Livingstone 2013). Later, Catholic influence grew with the southern desire of independence to represent their own identity, since it symbolized a breach with the Muslim north.

Quite surprisingly, the British found out they preferred to deal with the Islamic peoples – as they already did in Egypt, even though they were afraid of the development of great Arab states that could impair their interests (Boahen 2000). They chose to foster competition and rivalry between all the states in the region to break them up (Boahen 2000), implementing the traditional British colonial policy of "dividing to conquer". As a mean to disrupt the organization of Mahdist uprisings in the north, for example, the British decided to replace military governments by their religious opposites (Johnson 2003). In the south, outbreaks were more local, rather than a coordinated rebellion, but they were equally repressed (Collins and Deng 1984). Throughout the years, however, a small elite in Sudan became exposed to Western education and influence, acquiring, therefore, liberal views that contrasted with the authoritarianism of the colonial rule (Collins and Deng 1984). Following World War I, a series of riots in the 1920s evidenced that these differences were gradually being intensified. The South was neglected

8 The Condominium was the government of conjoined British and Egyptian rule. It came to be the largest political unit created by Imperialism in Africa, divided into 9 provinces. This government stimulated religious tensions in the area through the support of Muslim northern forces (Ryle et al. 2011).

until the 1930s, when the government started to implement the so-called "Southern Policy", a plan to end Muslim influence in the south, to ethnically seal off the region as Christian (Collins and Deng 1984) and to obtain an eventual ally in the fight against rebellion in the north. Through the "Southern Policy", the British supported the "African character" of Southern Sudan by implementing local governments with local structures (Johnson 2003). According to it, Southern Sudan would be integrated into Eastern Africa in a case of independence (Ali, Elbadawi and El-Batahani 2005).

In 1942, the resistance continued, but the government became more clearly divided: while most of the politicians backed a Sudanese-Egyptian unification, which would still happen under some British control, some already advocated a friendly independence from Egyptian and British influence (Mazrui 2000). While Egypt desired to maintain the Condominium arrangement, Britain, weakened by World War II, started to support Sudanese self-government, to keep their own economic influence[9] in the area and prevent the creation of a strong government in northern Africa (Mazrui 2000). However, by 1950, Egypt – recently freed from *de jure* British influence – kept insisting on a Sudan-Egypt unification. When Gamal Abdel Nasser seized power in Egypt in 1954 with an Arab Nationalist project, however, the British position of "self-government" became stronger (Mazrui 2000) and the real independence process began.

2.4 From the Independence of Sudan to the First Civil War (1955-1972)

Nasser's Revolutionary Council determined Sudan would be a main project of its foreign policy. Only one year before the beginning of his government, in 1953, an agreement signed between Sudan, Egypt and the United Kingdom outlined the steps for the end of the Condominium. This agreement gave the Sudanese the option to become an independent country or to unite with Egypt. If the British were not concerned with either option before, after Nasser seized power they began to pressure Sudan for its independence, afraid that Nasser's anti-Western positions would damage their investments in the area (Mazrui 2000).

Tensions related to the prospect of independence helped to create an unstable situation in southern Sudan only days before the country's autonomy. After 40 years of the segregationist "Southern Policy", in 1947, Britain

9 Such measures are characteristic of the process that became known as neo-colonialism. As described by Nkrumah (1965, p.3), "The essence of neo-colonialism is that the State which is subject to it is, in theory, independent and has all the outward trappings of international sovereignty. In reality its economic system and thus its political policy is directed from outside." This outside influence is typically carried on by great ex-colonialist powers, such as the United Kingdom, in the case of Sudan.

revoked this policy, standing for the region's unity through independence. By then, tensions between the north and the south were already solid (Ali, Elbadawi and El-Batahani 2005). As a reflection of the reversed policy, a conference was held in Juba in 1947 to discuss the future of the country. But not even the safeguards to preserve diversity and development in southern Sudan, at the Juba Conference, were enough to assure the southerners that their rights would be respected, as Sudan's representatives were from the north (Johnson 2003).

After a failed attempt of unification with Egypt through an election of mostly northern representatives and the nomination of northern politicians to work in the south, southern leaders created their own conference in Juba, in which they demanded the independence of Sudan and the implementation of a federalist system that would recognize the south as an autonomous region. The rising tensions ultimately led to mutinies in the army of southern Sudan, resulting in an unorganized, decentralized massacre of northern administrators, merchants, and their families (Johnson 2003). It was the presage of the First Civil War.

British authorities, no longer present in the region, started to be pressured into acting after the mutinies' bloodbath. The United Kingdom refused to send troops, however, due to the fear that Egypt would do the same. The only solution the British government found was to bring forward and accelerate the formal independence of Sudan, even if it meant taking unilateral action on the legal procedures, such as the drafting of the Constitution (Johnson 2003). As a result, the Sudanese Constitution was not a consensus among Sudanese politicians, and it disappointed even more the South, whose idea of federation ended up discarded.

According to Ali, Elbadawi and El-Batahani (2005), the start of the First Civil War in 1955 could be explained by the opportunity-cost aggravated by southern economic underdevelopment, as well as ethnic rivalries created by the years of "Southern Policy". Increased opposition against the government was translated into guerrilla movements, known as the *Anyanya*. The civil war started out slowly, as only in 1964 the guerrillas would take possession of a greater number of arms and ammunition (Johnson 2003).

The end of the conflict would come during the government of Gaffar Nimeiri, who seized power in 1969 supported by socialist and communist forces in Sudan (Mazrui 2000) and immediately issued a declaration outlining plans for a self-government in the South (Johnson 2003). His government took an unprecedented position by proposing a secular socialist state with some level of autonomy for the South. After years of both failed and successful negotiations, in 1972, his government conceded a formal measure of autonomy for southern Sudan through a Peace Agreement signed in Addis

Ababa, which was based on the regionalist proposal, recognizing the south as a portion of land with an independent cultural and historic background – but the latter were not completely true (Idris 2005).

2.5 The Nimeiri Era after the Peace Agreement and the Second Civil War (1972-2005)

The years that followed the Peace Agreement were the only peaceful ones since Sudan's independence in 1955. Unfortunately, great economic misgovernment and political errors brought the country to a new conflict by the 1980s. The most remarkable mistake was made when Nimeiri decreed the division of southern States and imposed the Muslim *Sharia Laws*, enraging the people of South Sudan (Ali, Elbadawi and El-Batahani 2005).

There was also a great disagreement regarding Nimeiri's policies, as the 1972 Addis Ababa Agreement granted the South their right to establish democratic representation through a parliament, while the 1973 Constitution gave Nimeiri unlimited powers to govern (Idris 2013). Moreover, there were economic clashes as well: the government's economic difficulties in the 1970s only added up to the politicization of southerners' rising knowledge about their natural resources, which were already believed to be of major value (Johnson 2003). Yet, as soon as oil was discovered in the south, the government made attempts to change the borders so that the oil fields would be in the north (Idris 2013). That way, simplistic views of the North *vs.* South conflicts as Muslim *vs.* Christian dichotomies, popular in the 1980s, can no longer be sustained. Both civil wars had numerous political and economic reasons, and they spread even inside religious or ideological groups, which were fighting people of similar ascendancy.

As soon as fighting resumed, Nimeiri ended the autonomy he had given the South. Subsequent mutinies in the army brought about the creation of the Sudan People's Liberation Army/Movement (SPLA/M) in 1983. Starting as a socialist-based movement, the SPLA/M soon became an autocratic political force, especially due to the ascension of John Garang[10] (Ali, Elbadawi and El-Batahani 2005). At the beginning, SPLA/M managed to sustain a positive image worldwide and gather support as a movement fighting the oppressive regime of Nimeiri. It also brought an innovative approach from the southern movements, which stood for the vision of a unified country with a democratic and inclusive system (Idris 2013). These ideas also influenced many

10 John Garang was a leader of the SPLA who stood for a new Sudan, which through a revolution – not secession – would be able to deal with cultural and religious diversity, especially in peripheral regions. His non-secessionist vision clashed with ideals from other SPLA leaders, such as the current South Sudanese president, Salva Kiir. Garang later became vice-president of Sudan and, at the same time, president of South Sudan, for the first six months of 2005 - he died in July 2005 (Arnold and LeRiche, 2013).

people from the more peripheral regions of the north to join the SPLA/M (Idris 2013). This would not last for long, however, since soon foreign and internal groups considered it had "degenerated into an agent of plundering, pillage, and destructive conquest" (Nyaba in Ali, Elbadawi and El-Batahani 2005, 202). From 1983 to 1991, the SPLA/M emerged as the main southern group – even if the movement already had internal dissidences – dominating the civil war scenario and accumulating victories. It should be noted that these disputes inside SPLA/M ranged from the movement's methods to their objectives. The group led by Garang, for example, was in favor of a Sudanese revolution that would recognize all peoples, while other groups preferred an independent South Sudan (Arnold and LeRiche, 2013).

Initially composed and supported mainly by the Nuer, soon Dinka recruitment became dominant, even if still diverse, helping to sustain the Nuer *vs.* Dinka rhetoric that still exists nowadays (Arnold and LeRiche 2013). Garang's chosen strategy defined the rapid rise of SPLA/M, through Ethiopian governmental support and the decision to end any alternative economy that did not involve fighting the north. Arnold and LeRiche (2013) attributed SPLA/M's success in the civil war, but failure at politics and economics, to this strategy. In the end of the 1980s, sometimes food could only be acquired by joining the fighting in the war against the north. This desperate situation made it easier for Khartoum's government to separate groups in the south.
A new military coup in 1989, when Omer El-Bashir and the National Islamic Front (NIF) seized power, brought a new cultural conflict, as he again tried to impose the Islamization of the South (Idris 2005). NIF's strategy included turning the war religious, as a fight for Islam allied to the political objective of breaking southern forces apart (Arnold and LeRiche 2013).

The 1990s were marked by the continuity of conflict and even more massacres. One of SPLA/M's main supplies of resources, Ethiopia, was called off with the end of Soviet Union's aid and with the Ethiopian regime change. The movement also suffered a historic split in 1991, when Riek Machar – who would later become South Sudan's vice president – and two other commanders organized a coup against Garang. That was their way to show their support for a solution based on South Sudanese independence, a claim not supported by Garang (Johnson 2016). From this occurrence, the Bor Massacre soon followed, when Machar's forces killed many Dinka. Garang retaliated afterwards by sending troops into Machar's home region, Western Upper Nile, affecting especially the Nuer population. Internal struggles and popular opinion deterioration marked the SPLA/M's following years, as the Government of Sudan managed to win some battles. Machar, for example, would only agree to return to SPLA/M in 2002 (Arnold and LeRiche 2013). Even though the crisis between the south and north portions of Sudan was

already unmanageable, it became even worse when a new civil war erupted in Darfur, a state in northern Sudan. That worsened the government's capabilities of defense, as the SPLA/M rebelled against the northern government's discrimination of the state[11]. A Comprehensive Peace Agreement (CPA) to all parties was more than necessary, since neither Khartoum forces nor the SPLA/M could win the war. In 2002, both the Government of Sudan and the SPLA/M engaged in negotiations in Kenya to encompass the Intergovernmental Authority on Development (IGAD), which was present in previous negotiations, but not really enforced – a framework agreement with all the parties was only signed in 2004 (Idris 2005). The new arrangements would bring the Second Civil War to an end, as the CPA, a series of agreements signed between both parties in 2005, brought hope for stability in the region. The negotiations had now support from foreign powers, such as the United States and the UK (Arnold and LeRiche 2013).

One of the most relevant clauses of the CPA decided on the execution of a referendum six years after the agreement, in which southerners would eventually decide whether to become an independent country or to remain attached to the north. During those six years – the interim – the Khartoum government would do whatever possible to make southerners vote for unity. That included measures such as the establishment of a southern government, a power-sharing position on the newly-created Government of National Unity (GNU) and the recognition of the SPLA/M as a legitimate state-based army. However, the early 2005 death of John Garang, who, in general terms, supported the CPA, doomed the future of the agreement. Salva Kiir, who assumed SPLA/M's leadership, changed the strategy and started to advocate for separation (Idris 2013).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

In the short period of its existence as an independent country, Sudan has had a very troubled history, having been through two civil wars. The interim period, which was supposed to initiate a peaceful and prosperous new chapter, ended up being marked by structural, political and economic problems. Even if these issues had already been in place in southern Sudan, they were deepened due to the Second Civil War, becoming unsustainable during this period. This section exposes the path to the Independence Referendum (2006–2011) – highlighting the context that lead to the secession – and the

11 In the early 2000s, once allied Hassan al-Turabi (then governor of Darfur) and Omar al-Bashir (then president of Sudan) split, and soon the state needed another ally, notably, the SPLA/M. This situation also stimulated the government to seek a peace agreement with the SPLA/M, which would later turn into the Comprehensive Peace Agreement (CPA) (Flint and DeWaal 2008).

following civil war that bursted in South Sudan right after its independence, remaining unsolved up until today.

3.1 The Challenges of the First Days of Autonomy

The signature of the CPA was a landmark for Sudan's history for many reasons. One of them is that, after the agreement, both sides called off the confrontations, something that had not happened before, even when the other six accords – reconfirmed in the CPA – were signed (Gerbase 2015). However, as soon as the SPLA/M assumed the government, it would have to face several problems, the financial situation being the leading one. The new southern government had a profound lack of funds and the only available source was the oil income, since there was no real structure to implement a tax system among the population (Human Rights Watch 2006).

In addition, during the Second Civil War, Sudan received a large amount of humanitarian help that made the country and especially the South very dependent upon these foreign resources (Ali, Elbadawi and El-Batahani 2005). About the time the agreement was signed, in 2005, the Sudanese were facing profound hunger and generalized levels of insecurity. Furthermore, environmental features – which have always been harsh, with difficult conditions for supporting life – had been worsened through the war, taking the situation into higher levels of complexity (Washburne 2010).

At that time, the population's expectations were very high as they understood that, since the war was over, they would definitely have a rapid improvement in life conditions. Nonetheless, adding the lack of funds to the country's deficient infrastructure[12], it was unlikely that things would improve in a fast pace. Moreover, tensions were also raised by the internally displaced people and the return of refugees, who wanted to reclaim their lands and properties. This accentuated the disputes for resources and the "problem of tribalism"[13], which had already been an additional point of conflict during the war (Washburne 2010).

There were also accusations concerning the SPLA/M's arousal to power, as many said it was not fit to rule and that its members were more concerned with themselves than with the welfare of the region and its population (Ali, Elbadawi and El-Batahani 2005). It was also said its leaders were not prepared to confront the whole extension of problems that lied ahead. Because of this insecurity created by both the new government and the uncertain situation, a large amount of people and communities that possessed

12 According to Washburne (2010, 113), for example, "in 2005 there were only ten kilometers of paved roads in the South".

13 The southern region of Sudan, as stated above, is marked historically by having diverse tribes and ethnic groups, being the main ones the Nuer and the Dinka people.

weapons during the war kept them after the signature of the CPA (Cepik and Oliveira 2007).

Another source of tensions was the presence of some groups in the south that remained loyal to the north during the conflict and, consequently, were seen as traitors (Mamdani 2014). Besides, after the agreement, some of them who were members of Sudan's National Congress Party (NCP) received positions in the new government placed in Juba (Washburne 2010).

The lack of trust between the two parties of the agreement, the absence of incentives to the north towards the fulfilment of its role and the omission of the international community in demanding the enforcement of what was agreed, contributed to the prevalence of the instability in the country. Besides, other relevant aspects also contributed to the crisis: the fact that there was no perspective of any kind of accountability related to abuses and war crimes that happened during the war period, and more importantly, the fact that the accord was not so "comprehensive" as it was supposed to – since it excluded from the participation the other armed groups and political forces inserted in the conflict (Spiram and Zahar 2009, Washburne 2010). Since they did not take part in the agreements, some of these armed groups continued fighting the SPLA/M – most of which linked to the South Sudan Defence Forces (SSDF). In 2006, thus, the SPLA/M and the SSDF signed the Juba Declaration, which determined a complete unity between both forces, aiming "to improve the security in southern Sudan" (Washburne 2010, 109).

3.1.1 The interim period

Even if the process of implementation of the CPA had officially begun in 2005, it took quite a while for the northern troops to clear out of the capital. As a result, the SPLA/M installed temporarily the southern capital in the town of Rumbek, which had served since 1997 as one of the main operations' bases for the SPLA/M. During this withdrawal process, the leaving troops would frequently get into tensions with the SPLA/M troops (Washburne 2010). In addition, during the interim period, apart from what was already in place, other issues created more difficulties for the SPLA/M's progress in their agenda.

According to Washburne (2010), Garang prioritized international actors over national ones, what was seen as a problem to the development of the "new Sudan" – a project in which the north and the south would be in peace and cooperating to make Sudan a better country (Mamdani 2014). This view was dominant in the SPLA/M's political programme for some time, but, under the influence of the SPLA/M's high command – Riek Machar and Salva Kiir – most people in the south started to wish for complete independence (Washburne 2010). This was supported by the assumptions that the north

did not look forward to a real redistribution of power and that, even with the CPA, the south was still under a subordinate position (Human Rights Watch 2006).

Throughout the whole conflict and negotiation process, international actors have had a key role. In the matter of secession, however, international interests have managed to obtain an even heavier weight (Ali, Elbadawi and El-Batahani 2005). The signature of the CPA and the result of the referendum in 2011 are attributed to international pressures (Mamdani 2014) – especially those from the United States (Schneider 2008). It is also said that there was a lack of external pressure into the government of Sudan to enforce the CPA (Schneider 2008).

As a result of the progressive increase in the number of secession defenders, the NCP grew convinced that southerners would vote for separation (Kalpakian 2017). In that context of an invariably independent South Sudan, the northern government was not very keen to help improving the region (Human Rights Watch 2006). With Garang's death (in a plane crash in July 2005) a leadership crisis arose and some of the political weight and legitimacy that the SPLA/M had been acquiring was jeopardized (Washburne 2010, Human Rights Watch 2006). After all, although peace negotiations and the agreements had given SPLA/M some degree of legitimacy, its consolidation still relied on the movement's capacity of establishing itself as a true political party (Washburne 2010).

That is one of the major reasons why, at the start of its government, the SPLA/M focused on constructing governance structures and fighting the high insecurity rates (Washburne 2010). In 2008, the government conducted the first national census since 1983 (Human Rights Watch 2006), which was seen as "the first real test of the government's ability to mobilize its resources across the South and interact with the population" (Washburne 2010, 134). And even though there were questionings about the results under the accusation of preference towards the Dinka people, the process as a whole was seen as successful. However, it also revealed a profound lack of trust from "lesser-educated Southerners towards the government" (Washburne 2010, 135).

On the other hand, the SPLA/M did not achieve the objective of implementing a decentralized system of governance. The idea of the CPA was to install a decentralized government with various levels in the hierarchy, in a way that there would be a level specialized in functioning as a "bridge" between the authorities and the population (Kalpakian 2017). There was also a need for the establishment of institutions in the regions more distant from the major cities, which, since the war period, had been practically isolated from the rest of the country. Nonetheless, as the main focus in 2005 was to

consolidate power in Juba and the predominant idea was to establish a government before holding elections, the plan did not develop as previously stated. Seen in these terms, power ended up centralized and the regions continued isolated, some even more than in the war time because of the SPLA/M's reassignment of soldiers located in some distant bases at the time of the conflict to more central cities (Washburne 2010).

In the regional southern government, the presidency and vice-presidency were given to the SPLA/M and, since the Executive was the strongest power, the SPLA/M was then in command of a nearly autonomous government in Juba, with underdeveloped Legislative and Judiciary (Washburne 2010). The first Southern Sudan Legislative Assembly (SSLA), the highest representative organ in the legislative branch in the southern government, was comprised, according to Washburne (2010), of 70% SPLM, 15% NCP and 15% other southern political parties – which included: SANU (Sudan African National Union), UDF (United Democratic Front), UDSF (United Democratic Salvation Front), SSDForum (South Sudan Democratic Forum), SSDFront (South Sudan Democratic Front), and USAP (United Sudan African Party).

In 2009, trying to correct this tendency, the "Local Government Act" was signed. It sought to determine a "clear path for decentralization and devolution of powers" (Washburne 2010, 141). According to it, there would be three levels of governance: the county, the payam and the boma, with chiefs and kings of different villages and regions being inserted in these levels and helping to link the government with the population. However, the system was not implemented the way it was supposed to, so most of the times the hierarchy was not established, and the "chiefs and kings often represented the only authority figure" (Washburne 2010, 142) in the levels closer to the population. In Sudan's national level,

> […] the NCP was assigned majority representation – 52 % – in the legislative and executive branches […] and 90% representation in those branches at the level of the sixteen non-southern states. The CPA gave the SPLM 28% representation in the national assembly and southerners 20% representation in the executive branch, including the office of the First Vice President and several positions of ministers and state ministers (Human Rights Watch 2006, 6).

Concerning ministries, nonetheless, the SPLA/M only received the foreign ministry, in which it was unable of doing much, since the bureaucratic body was majorly formed by NCP personnel (Human Rights Watch 2006). So, regardless of SPLA/M intentions, as soon as the CPA came into

force, Sudan's foreign policy started looking for attracting external investments and improving its position within the international system, especially in regard of its relationship with Western and neighboring countries (Washburne 2010). Also related to the lack of autonomy of the SPLA/M at the national level, even with the CPA in place, there were still regulations and control coming from security governmental agencies to "prevent opposition to the NCP from developing" (Human Rights Watch 2006, 15).

Regarding the determination of borders – an aspect that was not addressed by the agreement – a commission was set up. Unfortunately, this was exactly the kind of issue that made both sides diminish cooperation in dread of losing something during the interim period (Washburne 2010). This dispute had more importance due to the oil-abundant regions, which could belong to any side of the conflict and would be determinant in the amount of funds each government would receive. Furthermore, the south depends entirely on the north to transit its oil production.

Image 2: Oil in Sudan and South Sudan



Source: BBC News (2012)

One dispute that remained is over the Heglig oilfield, which some claim to be located in the South, and others in the North (Human Rights Watch 2006). Still, this is only one example of the many disputes occurring alongside the border, especially regarding the territories that contain natural resources.

The 2010 elections, the first national ones since the coup and the

first ones ever to be internationally monitored, were a chance for other parties – until then marginalized from the negotiations and the government – to be able to get into the command center. However, the elections ended up being controversial in what concerns their result: they have only consolidated the NCP and the SPLA/M in office and clearly demonstrated the power share both had established, excluding everyone else (Gerbase 2015). As stated by Mamdani (2014), if the SPLA/M had run with a candidate for presidency, it would have won. Nonetheless, says the author, they were no longer interested in having a role in Sudan's government.

The independence referendum, held in January of 2011, only confirmed this tendency: over 99% of the South Sudanese voted for secession, which would come to effect in July of the same year (BBC News 2011). As described Oliveira and Silva (2011, 24, translated by the authors):

> On Saturday, July the 9th, the secession of the southern region of Sudan took place, which started to be called the Republic of South Sudan. On Friday, July the 8th, the government of Sudan had already recognized the independence of the new country, and during the weekend the main world powers also recognized it. Among those states, the permanent members of the United Nations Security Council are included – USA, Russia, China, England and France – most of Western Europe – including Germany – besides Brazil, Turkey, Japan, Australia, the representatives of regional organizations such as the Arab League, IGAD, the African Union and the European Union. Finally, on the following Thursday, July the 14th, South Sudan was admitted as the 193º member of the United Nations.

Hence, a new country was born, with innumerable problems to tackle and with numerous unresolved questions. Amongst them, several – as stated above – can be underlined: the profound lack of infrastructure, the harsh environment, the dispute over resources, the generalized poverty, the oil as practically the country's only source of income, the problem of tribalism, the leadership crises, the absence of voice to the opposition and the yet to be settled border issue. All of these, and more, are questions to be addressed as the world's newest State struggles to establish itself.

3.2 The Civil War in South Sudan (2013–ongoing)

It is still not entirely clear whether it was South Sudan's President Salva Kiir's (a Dinka) or Vice-President Riek Machar's (a Nuer) forces that triggered the conflict, on December 15th, 2013. Fact is that just within a few days the unstable political situation of Sudan evolved into a full-scale

civil war, in which both parts showed a feeble control over their supporters and grave human rights violations became routine. Moreover, as a means of mobilizing support and fueling animosity towards the opposing side, Kiir and Machar increasingly used a speech based on ethnicity – which, as stated above, had never played a central role in South Sudan's history. This simplistic "Dinka *vs.* Nuer narrative" of the war was readily adopted by the Western media, ignoring other factors. Even if ethnicity does play an important role in the conflict, its causes are mainly related to South Sudan's flawed construction as a state and to disputes between its political leaders.

3.2.1 The eruption of the conflict

During the National Liberation Council (NLC) of the SPLM, held in Juba between December 14 and 15, 2013, rising political tensions in South Sudan evolved to become an overt conflict between President Salva Kiir and critics of his leadership, centered on the figure of Vice-President Riek Machar. During the weeks before the Council, dissatisfied members of the party were claiming for a Political Bureau – an instance in which Kiir would have to make some concessions – to be held before it. This common demand brought together Machar's group and the so-called Garang Boys[14], strengthening the opposition (Johnson 2016).

Despite all the resistance, Kiir used his prerogative as Chairman of the SPLM to keep the scheduled date of the NLC. On December 14, the first day of Council, the President delivered a speech openly confronting the provocations[15] of his adversaries[16]. On the next day, Machar and other prominent figures boycotted the Council, and the government managed to approve everything it wanted (Yengkopiong 2016).

Since early December, the government's security staff had concluded, correctly or not, that President Kiir's mandate was highly endangered (Le Riche 2014). On this second day of Council, thus, the Tiger Battalion[17] launched a preemptive action against the bodyguards of Machar and of other opposition figures, as well as SPLA soldiers seen as potential defectors, arresting many of them. Most of them surrendered peacefully, but the forces of Machar – who managed to flee from Juba – resisted, escalating the conflict (Johnson 2014, Le Riche 2014).

14 An influential group of people associated with the figure of Garang and his ideas.
15 On December 6, Machar and other dissatisfied members of the SPLA/M called for a press conference in which they fiercely criticized Kiir's leadership. For the full speech, see: http://www.sudantribune.com/spip.php?article49087.
16 Some of the highlights of the speech was its reference to the infamous Bor Massacre of 1991 and the singing of a Dinka tribal chant, which contributed to the sectarian atmosphere. Its full content is available at: https://www.youtube.com/watch?v=5y3bp6Oehis.
17 Another name for the Presidential Guard, which recalls Kiir nickname during Sudan's Civil War.

The government's justification for this action was that soldiers loyal to Machar were mobilizing to attack the Giyada military base and other spots in Juba, which would be the start of a premeditated coup. This thesis was widely contested, and even allied governments were reluctant to adopt it, as the government did not provide substantial proofs to endorse its affirmation (Johnson 2014). Riek Machar, on the other hand, claimed that the trigger of the conflict was a decision of the President to disarm Nuer members of the Presidential Guard. As they resisted, fighting broke out, and the allegation of a coup attempt was just a false excuse for the government's actions (Johnson 2016).

A year later, the African Union (AU) Commission of Inquiry on South Sudan concluded the following:

> From all the information available to the Commission, the evidence does not point to a coup. We were led to conclude that the initial fighting within the Presidential Guard arose out of disagreement and confusion over the alleged order to disarm Nuer members. The Commission notes further, that there are also suggestions of a mutiny within the Presidential Guard, and the ensuing violence spiraled out of control, spilling out into the general population (African Union 2014, 27).

Nonetheless, as de Waal (2014, 366) puts it, "[who] started the shooting and with what purpose is less relevant than the fact that each had prepared for this eventuality".

As SPLA units defected[18] and joined the opposition forces, in ten days they conquered three important state capitals: Bor, in Jonglei, Malakal, in Upper Nile State, and Bentiu, in Unity, oil-producing regions which would be heavily disputed throughout the conflict.[19] There were many reports of attacks to UN facilities in the conflict zones. Both sides explored local rivalries to strengthen their forces, and the government managed to gain two crucial supports: from Darfur's Justice and Equality Movement (JEM) and other militias, and from its allied government in Uganda, which contributed with troops and even air power (Johnson 2016). Additionally, the official forces received diplomatic support from the Sudanese government[20] and, at least during the beginning of the conflict, from the international community

18 The first unit to turn to Machar's side was Jonglei's 8th division, commanded by notorious warlord Peter Gadet (Johnson 2014).

19 It is noteworthy the support from local Nuer communities to Kiir's forces in Unity and Upper Nile State, which is one evidence more of the limits of the ethnic narrative of the conflict (Johnson 2014).

20 Nonetheless, the support from JEM and SPLA-North was something that weakened Bashir's

(Pinaud 2014). This is how the civil war looked when it started, but it would substantially change as it developed.

3.2.2 Is it an ethnic war?

The ethnic narrative of the conflict was mainly a consequence of some developments of these early days of conflict, which reflects, in turn, some structural characteristics of South Sudan (and of many other African states as well). According to Clapham (1996, 5), personal survival of rulers is a central feature of African politics, and reflects in the way leaders behave. In South Sudan, this can be seen as all of its major figures have their own security forces, mostly constituted of tribal companions as a means to assure loyalty: Salva Kiir, for example, as he felt more and more encircled by the opposition, turned for support to the Dinka people from his home state of Warrap, increasing its numbers among the Tiger unit (Johnson 2014). As the clashes broke and they targeted anyone associated with Machar, Nuer young males were the first to be attacked, but "not necessarily by virtue of a specific hatred of Nuer, but because of a perceived connection to the former [VP]" and other oppositors (Le Riche 2014, online). In short, it may be said that the conflict would probably erupt even if Machar and Kiir had the same ethnicity; since they do not, they found in this difference a powerful rhetorical mechanism.

The killing of several Nuer by Kiir's forces gave birth to an ethnic "vengeance" discourse, which was widely exploited by Machar and his allies against the government, even if the majority of the detained opposition figures were Dinka (Le Riche 2014). As Kiir had more material resources, Machar felt the urge to appeal to this ethnic dimension of the fighting to mobilize support[21] (de Waal 2014). The defection of many army units constituted of mostly Nuer also contributed to this narrative, which was readily adopted by the media and international organizations[22] (Johnson 2014). In the words of Douglas Johnson (2014, 307), "[it] is the pattern of fighting in Juba and the subsequent defections of mainly Nuer units of the SPLA that have led many observers to characterize this as a tribal war between Dinka

goodwill towards Kiir, as the South Sudanese support to militias operating in the southern regions of Sudan, such as Darfur, Blue Nile and South Kurdufan, was a longstanding issue between the two governments (Johnson 2014).

21 The events in the capital would be later recalled by the Nuer as the "Juba genocide".

22 As stated by Le Riche (2014, online), "the more this dynamic of attack and retribution progresses, and the more it is framed as 'ethnic fighting' by all involved, including journalists and international organizations, the more it moves towards tribal or ethnically defined war". Therefore, "the international community and those observing this situation should work to undermine this dynamic and logic that is pushing the conflict in the most dangerous of directions". For an opposite view, see:
http://www.gurtong.net/ECM/Editorial/tabid/124/ctl/ArticleView/mid/519/articleId/19585/Whos-To-Blame-In-South-Sudan.aspx.

and Nuer. This cannot be entirely dismissed, but neither is reality so simple". Moreover, the international community must be aware of the "dangers of a self-fulfilling prophecy of ethnic conflict", warns Clemence Pinaud (2014, 193).

3.2.3 The upturn in international engagement and its frustrations

On January 23, the Intergovernmental Authority on Development (IGAD) managed to broker a ceasefire between the belligerents, but it did not endure, as there was neither on-ground enforcement nor effective commitment from both Kiir and Machar. The agreement also envisaged the release of political detainees by the government, which also happened only limitedly. Regarding this specific demand, nonetheless, one must bear in mind its deeply problematic character, as it disrespects South Sudan's sovereignty: according to Le Riche (2014), the IGAD and the UN should rather pressure the government for handling the judicial processes properly. From this moment on, Machar's forces started to be recognized officially as Sudan's People Liberation Movement/Army in Opposition (SPLM/A-IO).

In April, the violent fighting for the control over the cities of Bentiu and Bor was "a game changer for international engagement" (Johnson 2016, 219), motivating even a visit from Ban Ki-moon to the country, who pointed thus five priorities:

> An end to the fighting; a commitment by the parties to allow humanitarian access; international support for humanitarian efforts; justice and accountability, including consideration of a hybrid tribunal; and inclusive nation-building with the participation of all political leaders and civil society (United Nations 2017, online).

The United Nations Mission in the Republic of South Sudan (UNMISS) Human Rights Report, moreover, released in May, presented a dreadful picture of the conflict: thousands had been killed (there was no precise estimate at the time); over one million people had been displaced, internally or abroad – posing the risk of generalized famine; several children had been directly involved in the fighting; and both sides had perpetrated human rights violations that included

> extrajudicial killings, enforced disappearances, rape and other acts of sexual violence, arbitrary arrests and detention, targeted attacks against civilians not taking part in hostilities, violence aimed at spreading terror among the civilian population, and attacks on hospitals

> as well as personnel and objects involved in a peacekeeping mission (United Nations 2014, 3).

The report also stresses the fluid composition of the two sides of the conflict, and the increasing rate of attacks on UN facilities, mainly with the objective of attacking sheltered civilians. The fighting was heavily concentrated in four provinces: Central Equatoria, Jonglei, Upper Nile State, and Unity.

The IGAD-brokered talks in Addis Ababa, moreover, did not show effective results on the ground and became increasingly accused of being disconnected from reality, as they excluded government "hardliners" and war commanders, who had refused to compel to any deal struck in the Ethiopian capital. Since the beginning of the conflict until the second half of 2015 (the year of the scheduled elections), eight ceasefires were approved and almost immediately breached and abandoned. Meanwhile, the humanitarian situation only got worse, with the number of total displaced people reaching the staggering number of 2.2 million, among horrifying stories that go from the castration of boys to the gangraping of young girls, pregnant women and nuns (Al Jazeera 2014, The New York Times 2015).

3.2.4 The 2015 agreement and the Transitional Government of National Unity

On August 26, 2015, after increasing international and internal pressure, the first concrete achievement of the negotiations came as Machar and Kiir compromised in the creation of the so-called Transitional Government of National Unity (TGoNU) – even if the latter had expressed several reservations. The agreement, among other things, envisaged the retreat of all foreign (mostly Ugandan) forces from the country, a reconciliation committee, and the return of Machar as VP, for 30 months, after which there would be elections (Santora 2015, The New York Times 2015). Lack of political will, nonetheless, severely obstructed the enforcement of the Agreement on the Resolution of the Conflict in South Sudan (ARCSS), as it was called.

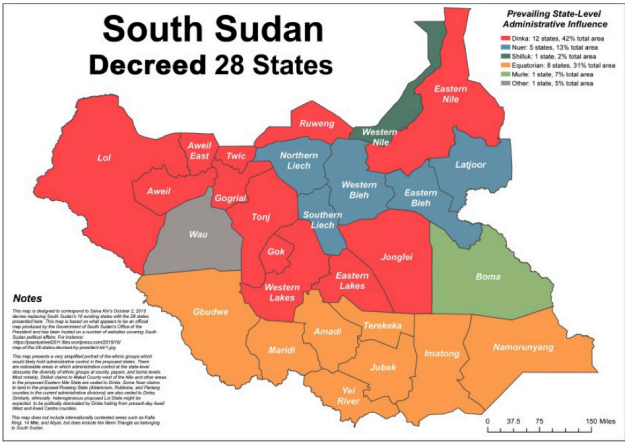
Kiir's main problem with ARCSS was that he saw it as a violation of his government's sovereignty. Issues of special concern of his were: the demilitarization of Juba based on a 25km radius (which did not include Presidential Guards and crucial security personnel); the institutionalization of overseeing mechanisms such as the Monitoring and Verification Mechanism (MVM) on the Permanent Ceasefire and Transitional Security Arrangements (PCTSA) and the Joint Monitoring and Evaluation Commission (JMEC); and the Compensation and Reparation Authority (CRA), which would coordinate the reparations to war victims (Vhumbunu 2016).

The new ceasefire did not last either, and the conflict even spread

to two more states, which would witness very deadly disputes: Western Bahr el Ghazal and Western Equatoria, along with increased violence in Central Equatoria. One reason for this is that a weakened Kiir was finding it increasingly difficult to contain military hardliners on his side, and another is the proliferation of small arms throughout the country, which undermines the capacity to prevent skirmishes (Pinaud 2016, Jok 2016). Another source of destabilization was Kiir's decision to divide South Sudan in 28 smaller states out of the current ten, further expanding the number to 32.[23] Even if federalism is a longstanding South Sudanese claim, the time of the reform was widely criticized, as the ARCSS had been based on the ten-state division and the country faces a huge economic crisis that would severely hamper the capability of implementing the new structure (Adeba 2015).

Only eight months after its constitution, the TGoNU would be formed in April 2016, following Riek Machar's arrival in Juba and his official appointment as First Vice-President (Sudan Tribune 2016). The ARCSS envisaged two VPs for South Sudan, the other of which would be the already-incumbent VP James Wanni Igga, in a lower authority level than Machar. The TGoNU would be comprised by the parts recognized in the Addis Ababa talks, represented in the Executive Power in the following proportion: 53% for the Government of the Republic of South Sudan (Kiir's allies); 33% for the South Sudan Armed Opposition (Machar); 7% for the Former Detainees group (led by Pagan Amum and Deng Alor Kuol, now Foreign Minister); and 7% for other political parties (IGAD 2015, 5).

Image 3: South Sudan decreed 28 states



Source: Wël (2017)

23 For a full list of the new states, as well as its governors, see: https://paanluelwel.com/2017/01/22/the-32-federal-states-of-the-republic-of-south-sudan/.

This political architecture, nonetheless, would not last long: in the second week of July, heavy fighting erupted in Juba between forces loyal to the government and to Machar, forcing the latter out of Juba and, consequently, out of his VP post – which would be appropriated by SPLM/A–IO's Taban Deng Gai. This came as a surprise, since, at the time of the incident, Kiir and Machar were together for a joint press statement, what has raised suspicions regarding the involvement of a third actor. According to Pinaud (2016), the most likely responsible for the violence would be SPLA's Chief of Staff Paul Malong, who would be taking advantage of Kiir's weak leadership to assert himself among Dinka radicals[24].

3.2.5 The National Dialogue

In September, Machar and other SPLM-IO leaderships gathered in Khartoum and issued a statement in which they declared the intention to oust Kiir from power, even if violently, as the President was seen as an obstacle to peace[25] (Mayai 2016). Moreover, the group reaffirmed the need of implementing ARCSS, for which a regional force may be deployed (Radio Tamazuj 2016).

Three months later, Salva Kiir, pressured, responded with the proposition of an inclusive "National Dialogue" program to solve the conflict, led by a committee specific to this goal, the "National Dialogue Steering Committee"[26] (Eye Radio 2016). With the country heavily polarized and no confidence between the contenders, the opposition immediately dismissed it as only a means for Kiir to stay more time in power (The Sudd Institute 2017). It is important to stress that, although the National Dialogue has been conceived in agreement with the ARCSS, the government saw the former as an alternative to the latter, and it would later reject attempts to restore this previous framework (Radio Tamazuj 2017). Even if fighting kept going on the ground, the process advanced politically in the following months.

Since early May, the government is engaging in its first substantial steps to form the national dialogue committee, which would be composed of influential voices, such as academics, tribal chiefs, and political leaderships. In fact, nonetheless, some two-thirds of the current participants are comprised

24 The warlord, who comes from North Bahr el Ghazal and commands the militia known as Mathiang Anyoor ("brown caterpillar", in Dinka), is "the one that holds the true power" (Pinaud 2016, online). He was ousted from the military leadership in May 2017. See: http://www.aljazeera.com/news/2017/05/south-sudan-kiir-replaces-army-chief-paul-malong-170509211057369.html.

25 The National Democratic Movement (NDM), a revolutionary group formed by members of the Democratic Change Party and led by Dr. Lam Akol, stated the need for changes in South Sudan's politics (Mayai 2016).

26 For the full text of the National Dialogue Committee creation, see: http://www.eyeradio.org/president-kiir-institutes-national-dialogue-committee-full-text/.

of usual tribal elites, arousing great criticism the process' lack of transparency and inclusiveness to the moment (Zingifuaboro, Mbugoniwia and Ngbidigi 2017). Moreover, further doubts regarding the Dialogue come from the fact that Kiir explicitly forbade Machar of participating in it, gravely compromising the odds of a thorough enforcement (Nyambur 2017).

Another important development of May was the TGoNU's reform of the security sector, which changed the name of the country's armed forces from SPLA to South Sudan Defense Forces (SSDF)[27], divided in three forces (Ground, Air defense and Air forces, and Riverine Units) (Machol 2017). The move can be seen as positive as it makes clearer the separation between the SPLM, as a party, and the South Sudanese state.

It is yet to be seen how the National Dialogue will develop, but war still rages in the country (Sudan Tribune 2017a). Even when the government declared a unilateral ceasefire, in late March, peace did not ensue: with a fragmented opposition and an internally divided government, it is hard to say how much the National Dialogue decisions will be respected (Verjee 2017).

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

The following section aims at summarizing the most important measures of the international community regarding the current situation in South Sudan. As they were already outlined in Section 3, the present part is mostly going to recapitulate them and provide some additional information, in order to present a more detailed picture of the international involvement in South Sudan.

4.1 The United Nations Mission in South Sudan

On 8 July 2011, one day before the proclamation of the independence of South Sudan, the United Nations Security Council (UNSC), in the name of territorial integrity and peace consolidation, established the United Nations Mission in South Sudan (UNMISS) through its Resolution 1996 (UN Security Council 2011). UNMISS, according to its first Special Representative and Head, Hilde F. Johnson (2016), was a showcase of the commitment the international community initially displayed to South Sudan, as the most recent state recognized in the UN. Its main initial objectives were to secure peace and stabilization and to ensure implementation of the rule of law, state authority, and law enforcement (Johnson 2016). These were instituted because the country lacked the structure of a state, as it had no functioning established institutions. The mission had an initial one year of duration, but it has been renewed annually since then (U.N. Security Council 2011).

27 Not to be associated with the homonym former militia.

The instability of South Sudan represents a great challenge for the international system, questioning models of peacekeeping and the way UN missions are developed (Knopf 2016). Previous missions did not have to deal with such a wide mandate in a country as large as South Sudan. Relations with the government and the people of South Sudan also constitute a problem. If in the beginning South Sudan and UNMISS collaborated, suspicion and mistrust grew from disagreements and human rights violations of the government. South Sudanese people did not completely trust the mission either: while some felt reassured by its presence, many others confused it with UNMIS, the United Nations Mission in Sudan (2005-2011), which had its headquarters in Khartoum and had stood for unity with Sudan during the implementation of the CPA (Johnson 2016).

Instability and mistrust was such that, by November 2011, the UNSC had already asked UNMISS for the development of a peacebuilding support plan to solve tensions and make socio-economic changes (Johnson 2016). The course of events that led to the South Sudanese Civil War in 2013 also brought efforts from the UN, as well as from the African Union and foreign powers to bring the conflict to an end. Future occurrences created new *ad hoc* solutions from the UN, which kept giving UNMISS new functions. To provide support for the short-lived 2015 agreement between Machar and Kiir, for example, UNMISS – as suggested by IGAD authorities – created a protection force. This measure, such as many others enforced by the mission, was undermined by the government (Knopf 2016).

Not much could be done in a country in conflict that had to be built from the very beginning. The mission was unable to protect civilians all over the country, and faced accusations for not watching over human rights sufficiently. This reflected on a change of mandate: in 2013, as the civil war in South Sudan became a reality, the UN determined UNMISS should protect the civilians during the conflict, not only protect the country from external aggression. Unfortunately, the scarce number of troops gave the mission no conditions to adequately engage in civilian protection (Johnson 2016). One of the main roles UNMISS has played, though, is reporting about the country, as well as monitoring the advancement of the civil war. These reports are fundamental for the UN and the international community to know which measures need to be taken more urgently. Current challenges faced by UNMISS include difficulties posed by the government, such as: hindering the entrance of UN personnel to the country, even if they are uniformed and have visas (What's in Blue 2017a); the violence that civil population, international servers and humanitarian workers are exposed to daily (What's in Blue 2017b); food insecurity; gender-based violence (U.N. Security Council 2012) and other forms of human rights violations.

UNMISS is currently – as of June 2017 – the second highest-budget UN Peacekeeping Mission[28], only surpassed by the United Nations Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUSCO). Most of these resources are used to cover for personnel costs, followed by air transportation, needed to supply the area as there are few roads (U.N. General Assembly 2016). It should be noted that UNMISS cannot enforce agreements or end confrontations between segments of the government (Knopf 2016). This way, the mission reacts to circumstances, but is unable to provide permanent solutions.

The UNSC has dealt with the situation in South Sudan through several meetings and resolutions. The most relevant nowadays are the ones adopted after South Sudanese independence, from Resolution 1996 (2011) – which recognized the country and readily established UNMISS – to the last one discussed as of June 2017, Resolution 2353 (2017) (U.N. Security Council 2017) – which renewed some paragraphs of the travel ban and economic sanctions on the country, but for lack of internal cohesion among UNSC members towards the matter, could not introduce new sanctions, such as an arms embargo. Some resolutions in-between deserve to be highlighted, such as Resolution 2206 (2015), which was responsible for creating the first terms of the travel ban, of the assets freeze, and for implementing the Panel of Experts on Sanctions, which has been renewed since then (U.N. Security Council 2015a). Other sanctions' terms have been renewed throughout the years, in resolutions such as 2271 (2016), 2280 (2016) and 2290 (2016).

It should be noted that other UN agencies also help to create better conditions in the country. The UN Food Programme deals with food insecurity issues, and provides food for 1.6 million people in emergency situations in South Sudan, besides facilitating food transport across the country (World Food Programme 2017). UN Women makes efforts to stop sexual and gender-based violence in the country (UN Women 2017). And, perhaps more prominently, the UN High Commissariat for Refugees provides aid to the displaced persons in the territory of South Sudan, especially through the maintenance of refugee camps. According to UNHCR (2017), there are 262,560 refugees and 1,853,924 internally displaced persons – those in a situation analogous to that of refugees, except these people could not flee the country – in the country registered to receive assistance from the UN Refugee Agency.

4.2 Regional initiatives

Regional coordination and political involvement have been major

28 The total budget of UNMISS during the period July 2016-June 2017 added up to US$ 1.081 billion (U.N. General Assembly, 2016).

traits of the situation in South Sudan long since the civil war. In this sense, the Intergovernmental Authority on Development (IGAD) plays an especially significant role. The organization, which was created in 1996 as a successor to the Intergovernmental Authority on Drought and Development, comprises Djibouti, Eritrea, Ethiopia, Kenya, Somalia, South Sudan and Uganda, and was deeply involved in the mediation efforts during the Second Civil War of Sudan. Through its Partners' Forum (IGAD-IPF), which included also the "Troika" (Norway, the US and the UK), IGAD largely led the negotiations that resulted in the CPA and in the independence referendum later on (Johnson 2016).

Since the eruption of the conflict in South Sudan, IGAD has been the key promoter of negotiations between the belligerents, with Sudan, Ethiopia and Kenya acting as mediators on its behalf (ICG 2016). The IGAD-coordinated peace talks, in Addis Ababa, began on 2 January 2014, and have been since the main forum for political coordination on South Sudan's situation. One can cite as examples of concrete results of IGAD pressures the release of political detainees, almost every ceasefire that was agreed between the parties and landmark agreements such as the ARCSS[29], which was explained in subsection 3.2.4. (Johnson 2016).

Following demands for a broader inclusiveness in the peace talks, in 2015 IGAD expanded IGAD-IPF to constitute the IGAD Plus forum. Aside from IGAD member-countries, it comprises representatives from the Troika, China, the UN, the AU, the EU, South Africa, Algeria, Nigeria, Rwanda and Chad (VOA News 2015). A few months after the restart of the fighting in mid-2016, the group intermediated the successful negotiations for the creation of a Regional Protection Force (RPF), officially established by Resolution 2304 of the UNSC. The government of South Sudan did not agree with the RPF, to which the UNSC responded with the threat of sanctions against the government. The decisive step for changing the TGoNU's stance was the region's acceding to one condition: for Machar to stay out of South Sudan in the near-future (ICG 2016). Thus, on 30 November 2016, South Sudan declared to the UNSC its "unconditional consent" with the initiative and, by April 2017, the RPF Headquarters had already been installed under the leadership of a Rwandan general (U.N. News Centre 2016, Sudan Tribune 2017b)

The main problem regarding the deployment of the RPF is that it brings up historical rivalries between the countries of the region, which have been using the turmoil in South Sudan to assert their own interests. More than the South Sudanese oil production, which is mostly a matter of interest

29 For the full text of the agreement, see: https://unmiss.unmissions.org/sites/default/files/final_proposed _compromise_agreement_for_south_sudan_conflict.pdf.

for Sudan and extra-regional actors, the exploitation of the water resources of the Nile River and its main tributaries, the White and the Blue Nile, is the main asset in dispute between regional actors, such as Egypt, Ethiopia, Sudan and Uganda. The construction of the Grand Ethiopian Renaissance Dam[30] (GERD) is the main issue dividing the countries, putting Ethiopia and Egypt on opposite sides. These two countries have historically tried to gain support from the others in the region. In general terms, the current geopolitical chessboard can be defined as aligning, on the one hand, Sudan to Ethiopia, and, on the other hand, Uganda and South Sudan to Egypt (Ali 2017, Knopf 2017).

As of the time of this writing, the last IGAD activity was its 31st Extra-Ordinary Summit of Heads of State and Government of South Sudan, in June 2017. Among other highlights, in its final communiqué the organization praised the advances in the constitution of the TGoNU and the Transitional National Legislative Assembly; welcomed the national dialogue initiative and the last unilateral ceasefire proclaimed by Kiir; reaffirmed its commitment to the ARCSS; and decided to:

> urgently convene a High-level Revitalization Forum of the parties to the ARCSS including estranged groups to discuss concrete measures, to restore permanent ceasefire, to full implementation of the Peace Agreement and to develop a revised and realistic timeline and implementation schedule towards a democratic election at the end of the transition period (IGAD 2017, 5).

Moreover, it declared that it would gather again in August to follow the discussions on South Sudan and appraise the progress in its political situation.

Aside from IGAD, the African Union (AU) has also been an important regional actor in the situation in South Sudan. It closely participated in the independence process of South Sudan, mostly through the African Union High-Level Implementation Panel (AUHIP), created in 2009 and still active[31]. Since the eruption of South Sudan's civil war, the subject has been a permanent topic of discussion of the AU's Peace and Security Council (AUPSC)

30 The GERD is the current largest infrastructure project in Africa and its conclusion is expected for 2018. It is located in the Blue Nile River, near the Sudanese border, and it may significantly affect the amount of water that reaches Egypt, which is largely dependent on the Nile water for agriculture and energy. Even if some degree of agreement has already been reached between the involved countries, Egypt is still a fierce objector of the Ethiopian project (Gerbase 2015).

31 The AUHIP was constituted in 2009 by former presidents of South Africa, Nigeria and Burundi. Its mandate was mostly focused on the situation in Darfur, but it naturally got involved with South Sudan's independence process. The current mandate was renewed in December 2016 and lasts until the end of 2017. See: http://www.peaceau.org/uploads/645.psc.comm.auhip-22-12-2016.pdf.

and General-Assembly (AUGA) meetings. With IGAD Plus, furthermore, it plays a direct role in the peace process, being an important locus for articulation between the UN and regional actors (Mamdani 2017). In March, a communiqué of the AUPSC declared the support of the organization member-states for the deployment of the RPF in South Sudan, also backing the role played by the AU High Representative, former Malian president Alpha Oumar Konare, in the peace negotiations for South Sudan (African Union 2017a).

The most recent pronunciation of the AU regarding South Sudan was on 15 June 2007, when it issued a press release in which it supported the latest decisions of IGAD, in the summit referred above. The AU welcomed the resolution to call a High-level Revitalization Forum, as well as South Sudan's government unilateral ceasefire. In general terms, the African Union (2017b, online)

> reiterates [its] resolve, to engage all the South Sudanese stakeholders, in order to address the dire political, economic and security situation unfolding in South Sudan and expresses hope that the revitalization of the peace process will be successfully undertaken sooner than later.

5. BLOC POSITIONS

The **Plurinational State of Bolivia**, in a note, stated its compliments on the adoption of Resolution 2206 (2015), responsible for the initial travel ban and assets freeze in South Sudan, committing to the initial sanctions' enforcement (EquipoNizkor 2015). The country emphasizes the fundamental nature of inclusive national dialogue and regional cooperation (U.N. Department of Public Information 2016a). Bolivia's position on the establishment of new sanctions or possible measures to stabilize the country are not clear.

The **People's Republic of China** is following closely the situation in South Sudan. China is the main destination for the country's oil exports and a major investor, mostly in the oil and infrastructure sectors. Even if the war forced some of the largest Chinese companies – mainly state-owned ones from the oil sector – to suspend operations in South Sudan, several private companies kept running in the country. Furthermore, UNMISS was the first peacekeeping mission to which China committed troops in its history (Su 2016). Apart from contributing with over a thousand soldiers to the mission, China provides its current deputy force commander – the mission's second-highest military position (U.N. Peacekeeping 2017, Verjee 2016). Beijing has been stressing the importance of a regional approach to the situation

in South Sudan, through organizations such as the AU and the IGAD (UN Department of Public Information 2017a). Regarding the latter, China participates in the IGAD Plus forum, having contributed with financial resources and with strong political support to its actions, such as the ARCISS and the JMEC. Nonetheless, the country has abstained from voting for UNSC Resolution 2304, which establishes the RPF, backing South Sudan's government worries regarding its sovereignty. In this sense, it is not a supporter of the deployment of sanctions against the country's government (ICG 2016). Moreover, Beijing has developed its own initiatives, such as conveying a peace meeting between the South Sudan's government and opposition in 2015[32] (Verjee 2016).

Ethiopia, together with Sudan and Kenya, is one of the leading countries of the IGAD mediation efforts. It is a strong supporter of the deployment of a RPF to South Sudan, which, even though it has already been approved by the UNSC, it still lacks proper enforcement. This would be especially important to enable the withdrawal of other foreign troops from the country, such as the ones from Uganda (Johnson 2016). Addis Ababa currently provides over 4,000 soldiers to UNMISS, being one of its main contributors. Moreover, troops committed to the RPF are expected for before August (U.N. Peacekeeping 2017). The country's mission to the UNSC has recently expressed optimism regarding South Sudan, mostly because of the cooperation of regional actors such as Uganda and Kenya. It has also reaffirmed the need to compel with ARCISS and welcomed South Sudan's government national dialogue initiative, as well as its unilateral ceasefire (U.N. Department of Public Information 2017a).

Since the eruption of the civil war in South Sudan, **Egypt** has been an important source of economic and political cooperation (Gerbase 2015). In general terms, the Egyptian delegation at the UNSC has opposed the deployment of sanctions against South Sudan; stressed the importance of a unified opposition front in South Sudan, in order to better develop the transition to a post-conflict political environment; affirmed the need to strengthen the SSDF; and abstained from voting for Resolution 2304. Nonetheless, Cairo offered its participation to the RPF, which has been welcomed by the AU (ICG 2016, U.N. Department of Public Information 2017a).

France puts the responsibility of the conflict on all parties involved and asks for a cease fire. Paris expresses support for an arms embargo, which would foster an environment conductive to peace by lessening the violence, and emphasizes the importance of humanitarian aid, condemning the attacks perpetrated against involved personnel (United Nations 2017). Nonetheless,

32 For more information on the meeting: https://www.voanews.com/a/china-mediates-peace-talks-on-south-sudan/2595612.html.

the country strongly affirms that this action alone is not going to bring peace to South Sudan, thus being more relevant to make real progress towards a political solution and towards the implementation of targeted measures for the disarmament of civilians. Thereafter, French authorities welcome the necessary mobilization of regional organizations, namely IGAD and African Union, and call upon the establishment of a national dialogue conducted in an impartial, inclusive and transparent manner (France 2017a). Paris also demonstrates its concern about women's situation and stresses the great need for accountability (France 2017b). It commends the efforts of UNMISS, as well as those of all humanitarian workers in South Sudan, underlining that it must be assured the conditions necessaries for the fully implementation of the mandate and asserts RPF's considerable potential to assist in the protection of civilians. Lastly, France calls attention to the duplicity of certain members of the Council, who defend the arms embargo in the meeting yet, outside, there is an investigation concerning its provision of weapons to South Sudan (France 2017a).

As one of the providers of humanitarian assistance to South Sudan, **Italy** condemns the various human rights violations — notably those concerning the recruitment of child soldiers and famine — and the constant attacks on UNMISS. It reiterates that, in order to stop the fighting, regional and international partners must step up their efforts, especially seen that the conflict has been escalating. Also, affirms that there must be a genuinely inclusive dialogue and all parties must abstain from obstructing peace, since the country believes that the only solution is the political one (United Nations 2017). Besides, Italy perceives the current context as being negative and considers intolerable the situation concerning the attacks to UNMISS. In that regard, Rome reckons RPF's and regional organizations' role as a crucial one (Italy 2017a), furthermore, understands that the humanitarian crisis in the country is mostly man-made, therefore it is not possible to have peace without accountability. The country welcomes the most recent developments in peacekeeping operations, notably the introduction of modern technology, and it laments the current violence directed upon journalists, supporting that the Council should reopen the talks about this issue (Italy 2017b).[33]

Declaring that any national dialogue must be as inclusive, transparent and free as possible, **Japan** emphasizes that international assistance must reach those in need to be effective and expresses concern over the murder of personnel involved in humanitarian aid. Having declared its interest in providing support in the area of national development to South Sudan, Tokyo

33 It is important to note that Italy and the Kingdom of the Netherlands have agreed to share the usual two-year term in the UN Security Council: Italy will serve in 2017 and the Kingdom in 2018 (Nichols 2016b).

expresses concern regarding President Kiir's actions, urging him to improve humanitarian aid conditions (United Nations 2017). Japan abstained in the voting for the arms embargo in December 2016, since it believes that it would be counterproductive to introduce additional sanctions when there still is a chance of the government installing positive measures. It understands that there is still room for diplomatic efforts in order to urge the South Sudanese government to make changes towards peace efforts. However, the United States have been pressing Japan to vote in favor of a new embargo proposal (The Japan Times 2016). The country also notes that there has been some progress, notably the decision concerning the deployment of the RPF (United Nations 2016). Furthermore, by deploying additional peacekeepers to South Sudan, Japan has shown its willingness to support efforts to end the human rights violations (Japan 2016).

Kazakhstan has issued a note to the UNSC supporting the sanctions imposed against South Sudan in 2015. The country has also created a National Plan of Action to implement such sanctions, which included the limited transit of South Sudanese in Kazakhstan and the freezing of assets (U.N. Security Council 2015b). Furthermore, the country is engaged in humanitarian issues, as it urged for the free access of humanitarian organizations to deliver food in South Sudan (Turebekova 2017). Kazakhstan believes that stability in South Sudan can only be achieved by the cooperative work of IGAD, the AU and the UN, with IGAD taking the lead (U.N. Department of Public Information 2016a).

Despite supporting the resolutions regarding South Sudan, the **Russian Federation** has stated that other nations at the UNSC have not considered Russian interests, such as the non-implementation of sanctions, which were considered ineffective by the IGAD (U.N. Department of Public Information 2016a). The country believes that applying sanctions – such as an arms embargo – would create even more tension between UNMISS and the government of South Sudan, ultimately undermining the mission's capacity to stabilize the country (Security Council Report 2017). The Russian Ambassador for the UN, Petr Iliichev has said that "[Russia] think[s] that implementing such a recommendation would hardly be helpful in settling the conflict. […] Introducing targeted sanctions against South Sudanese leaders would be the height of irresponsibility now" (Nichols 2016, online). Russia also stands for the "African solution for African problems" policy regarding South Sudan, reiterating the role of the African Union and sometimes criticizing the excessive involvement of the UN. Iliichev, however, complimented the performance of humanitarian agencies such as the UNHCR in trying to relieve famine in South Sudanese cities (U.N. Department of Public Information 2016a). On further meetings, Russia has declared that the path for an

inclusive dialogue to solve the crisis has been created, as President Salva Kiir agreed to receive the RPF (U.N. Department of Public Information 2016b).

Senegal reckons the ARCSS is the framework under which peace in South Sudan can be achieved, but only if all the stakeholders, regional or global, show a true political will towards this goal. It has recently welcomed the unilateral ceasefire declared by South Sudan's government, and emphasized the importance of its cooperation for the RPF to be effective. Moreover, it has emphasized the need to counteract sexual violence in the country and to include women in the peace process (aDakar 2016, U.N. Department of Public Information 2017a).

Understanding that the conflict in South Sudan must remain atop the international agenda **Sweden** states the suffering of the people of South Sudan is caused by a predominantly man-made conflict that could have been avoided. The country, which is the sixth-largest financial donor to the UN, defends that the fighting must stop and that civilians must be protected. The primary responsibility, Sweden says, lays with the Government, and the other parties to the conflict and the international community — acting through the United Nations, the African Union and IGAD — have the duty to assist in finding a political solution (United Nations 2017), which is the only path available (Sweden 2017). Even though a national dialogue can offer a way forward, it must include representatives of all parties to be legitimate and effective (Sweden 2017). Also, the situation of women and children must not be ignored, the council must address it without delay — perpetrators must be brought to justice and victims given care and compensation. In this regard, the Hybrid Court for South Sudan would be a relevant tool to fight impunity (United Nations 2017).

Ukraine notes that South Sudan is on the verge of chaos and declares that it is a shame that a situation such as this is happening in the twenty--first century. Kiev also emphasizes that public statements of condemnation and threats of consequences will not help in the absence of action — real, effective measures must be taken, for instance the interruption of the flow of arms into the country. Ukrainian authorities call for accountability for those who committed crimes and suggests an inclusive political dialogue within the framework of the 2015 Peace Agreement as a way, possibly the only one, of restoring peace and stability (United Nations 2017). The country strongly condemns the violence in South Sudan, which continues to result in civilian casualties, massive displacement and severe food shortages, regretting that, due to various impediments, the ability of UNMISS to implement its mandate remains extremely limited (Ukraine 2017). Ukraine have manifested itself as being favorable for the arms embargo, expressing that it is not a punishment, but a tool for peace. Furthermore, Ukraine is conscious that this measure

would not be a solution in itself, it would only make the government stop spending financial resources in new weaponry, enabling its use elsewhere (Ukraine 2016).

Second-largest bilateral donor to South Sudan, the **United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland** also provides assistance to the population by ensuring food, water and medicaments to a large number of people, as well as by sending troops to UNMISS (United Kingdom 2017a). London believes that it is up to President Kiir to take the first step towards ending the hostilities. However, the UNSC has the function of demanding from the president that this course of action is adopted and that the Government provides due support to peace efforts. Besides, the country urges the Council to demonstrate unity so that it can clearly spell out what is expected from the TGoNU. This process of constructing peace has to be impartial, enabling all citizens to participate, including the internally-displaced, the youth, the women and the opposition (United Nations 2017). However, London states that none of this is possible unless all parties stop the hostilities. Hence, the UK is convinced that an arms embargo would help protecting the population, especially in the case of negotiations not showing progress (United Nations 2016). The country also expresses concern about the security of the internally-displaced people – a large number of which are sheltering in United Nations' compounds – and highlights that the perpetrators of atrocities must be brought to justice, especially through the Hybrid Court that must be installed (United Kingdom 2017b).

As one of the proponents of an arms embargo, the **United States of America**, also the leading international donor to South Sudan, places the responsibility for the famine in the leaders that apparently show more interest in political power than in the welfare of the population (Reuters 2017). The U.S. declares its outrage over the atrocities happening, therefore calling for an immediate end to the hostilities. Towards this goal, the country understands that the international community must use all tools possible to address this crisis and warns that the division inside the UNSC disturbs the implantation of any effective action. Washington stresses, as well, the importance of strengthening internal institutions in South Sudan and in advancing in the establishment of the Hybrid Court (U.N. Department of Public Information 2017b). Moreover, it requires President Kiir to order his troops back and to dedicate himself in building an inclusive process of negotiation alongside international help. Lastly, the U.S. commits itself in helping refugees in regard of their humanitarian needs, whose quantity increases daily (United States 2016).

Uruguay has voted in favor of every resolution the UNSC has produced on the matter since the beginning of its mandate, in 2016. The country

does not make significant contributions to UNMISS or other missions to South Sudan, but also urges for the end of the conflict according to UN ideals of peacebuilding and peacekeeping. Uruguay has voted in favor of the arms embargo on South Sudan, alongside Western countries in general, even if the draft resolution was rejected due to a great number of abstentions (U.N. Department of Public Information 2016a).

6 QUESTIONS TO PONDER

1. What can the UNSC do in order to prevent regional and global rivalries from undermining the peace process in South Sudan?
2. What immediate actions can be undertaken with regard to the dreadful humanitarian situation of the South Sudanese people, with raging famine and massive displacements?
3. What can the international community do to raise the odds of success of the National Dialogue process?
4. In a post-conflict situation, how can the UN help South Sudan to keep a sustainable political environment?
5. What can be done to coordinate UNMISS and RPF actions without overlapping mandates to effectively achieve peace in South Sudan?

REFERENCES

aDakar. 2017. "Guerre au Sud Soudan: Le Sénégal offre ses bons offices".*aDakar.com*. http://news.adakar.com/h/79515.html.
Adeba, Brian. 2016. "Splitting South Sudan into 28 states: right move, wrong time?". *African Arguments*. http://africanarguments.org/2015/10/07/splitting-south-sudan--into-28-states-right-move-wrong-time/.
African Union. 2014. *Final Report of the African Union Commission of Inquiry on South Sudan*. Addis Ababa. http://www.peaceau.org/uploads/auciss.final.report.pdf.
–––. 2017a. *Communiqué of the Peace and Security Council 667th meeting, 17th March, Addis Ababa.* http://www.peaceau.org/uploads/final-psc-communique-for-south-sudan-17-march-2017-eng.pdf.
–––. 2017b. *The Chairperson of the AU Commission welcomes the decision of the 31st Summit of IGAD Heads of State and Government to revitalize the peace process in South Sudan*. Press Release, 15 June. http://www.peaceau.org/uploads/igad-summit--pr-15-6-17.pdf.
Ajawi, J.F. Ade, ed., 2000. *General History of Africa – in the Nineteenth Century to the 1880s*. Vol. 6. Paris: UNESCO Publishing.
Al Jazeera. 2014. "Hunger amid tragedy for South Sudan refugees". *Al Jazeera*. http://www.aljazeera.com/indepth/features/2014/11/hunger-amid-tragedy-south-sudan-

-refugees-2014111152039260622.html.
Ali, A.A.G., I.A. Elbadawi, and A. El-Batahani. 2005. "Sudan's Civil War: Why Has It Prevailed for So Long?". In: *Understanding Civil War*: *Evidence and Analysis, 1st ed.* Washington: World Bank.
Arnold, Matthew and Matthew LeRiche, 2013. *South Sudan*: *from Revolution to Independence.* New York: Oxford University Press.
Ali, Noura. 2017. "Have Egypt, South Sudan and Uganda Formed Tripartite Alliance against Ethiopia and Sudan?". *Madote*. http://www.madote.com/2017/01/has-egypt--south-sudan-and-uganda-formed.html.
BBC News. 2011. "South Sudan Referendum: 99% Vote For Independence". *BBC News*. http://www.bbc.com/news/world-africa-12317927.
–––. 2012. *Sudan's And South Sudan's Oil.* Image. http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-17126340.
Boahen, A.Adu, ed., 2000. *General History of Africa – Africa under Colonial Domination 1880-1935.* Vol. 7. Paris: UNESCO Publishing.
Cepik, Marco A.C., and Lucas K. Oliveira. 2007. "Petróleo E Guerra Civil No Sudão". *Radar Do Sistema Internacional*, 1-6.
Choi, Mihwa. "*Contesting Imaginaires in Death Rituals during the Northern Song Dynasty.*" PhD diss., University of Chicago, 2008.
Clapham, Christopher. 1996. *Africa and the international system*: *the politics of state survival.* Cambridge: Cambridge University Press.
Collins, Robert O. and Francis M. Deng, ed., 1984. *The British in Sudan - 1898-1956.* London: Macmillan/Palgrave Macmillan.
de Waal, Alex. 2014. "When Kleptocracy Becomes Insolvent: Brute Causes of The Civil War In South Sudan". *African Affairs* 113 (452): 347-369. doi:10.1093/afraf/adu028.
El Fasi, M., ed, 2000. *General History of Africa – Africa from the Seventh to the Eleventh Century*. Vol. 3. Paris: UNESCO Publishing.
Eye Radio. 2016. "President Kiir institutes national dialogue committee: full text". *Eye Radio.* http://www.eyeradio.org/president-kiir-institutes-national-dialogue-committee-full-text/.
EquipoNizkor. 2015. "The Bolivian Government Informs the UN Security Council on Assets Freeze and Travel Ban in Cases of Terrorism" *Derechos – EquipoNizkor.* http://www.derechos.org/nizkor/bolivia/doc/unbol2.html
Flint, Julie and Alex de Waal, 2008. *Darfur*: *a Short History of a Long War.* London: Zed Books.
France. 2017a. "South Sudan: The Security Council Must Stay Alert". *Permanent Mission of France to the United Nations in New York.* https://onu.delegfrance.org/South-Sudan-The-Security-Council-must-stay-alert.
–––. 2017b. "The Serious Nature of The Situation in South Sudan Requires Collective Mobilization". *Permanent Mission of France to the United Nations in New York.*

https://onu.delegfrance.org/The-serious-nature-of-the-situation-in-South-Sudan-requires-collective.
Gerbase, Livi. 2015. "*O Mais Jovem Estado Do Mundo*: *O Processo De Formação Do Sudão Do Sul E Suas Implicações Internas E Externas*". Undergraduate final paper, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Human Rights Watch. 2006. *The Impact of The Comprehensive Peace Agreement and The New Government Of National Unity On Southern Sudan.*
ICG (International Crisis Group). 2016. *South Sudan*: *Rearranging the Chessboard*. Africa Report nº243, 20 December. Brussels: International Crisis Group, 2016.
Idris, Amir H. 2005. *Conflict and Politics of Identity in Sudan.* New York: Palgrave Macmillan.
–––. 2013. *Identity, Citizenship, and Violence in Two Sudans*: *Reimagining a Common Future.* New York.
IGAD (Intergovernmental Authority on Development). 2015. *Agreement on The Resolution of The Conflict In The Republic Of South Sudan.* Addis Ababa. https://unmiss.unmissions.org/sites/default/files/final_proposed_compromise_agreement_for_south_sudan_conflict.pdf.
–––. 2017. *Communiqué of the 31st Extra-Ordinary Summit of IGAD Assembly of Heads of State and Government on South Sudan*, 12th June 2017, Addis Ababa. https://igad.int/attachments/article/1575/120617_Communique%20of%20the%2031st%20Extra-Ordinary%20IGAD%20Summit%20on%20South%20Sudan.pdf
Italy. 2017a. "Security Council – Briefing on South Sudan". *Rappresentanza Permanente Onu - New York.* http://www.italyun.esteri.it/rappresentanza_onu/en/comunicazione/archivio-news/2017/05/consiglio-di-sicurezza-briefing_19.html.
–––. 2017b. "Security Council – Meeting on Sudan And South Sudan". *Rappresentanza Permanente Onu - New York.* http://www.italyun.esteri.it/rappresentanza_onu/en/comunicazione/archivio-news/2017/03/consiglio-di-sicurezza-meeting_4.html.
Japan. 2016. "[Press Releases] Japan-South Sudan Telephone Talk". *Ministry Of Foreign Affairs Of Japan.* http://www.mofa.go.jp/press/release/press4e_001392.html.
Johnson, Hilde F. 2016. *South Sudan*: *The Untold Story from Independence to Civil War.* IB Tauris.
Johnson, Douglas H. 2003. *The Root Causes of Sudan's Civil Wars*. Bloomington: Indiana University Press.
–––. 2014. "Briefing: The Crisis in South Sudan". *African Affairs* 113 (451): 300-309. doi:10.1093/afraf/adu020.
Johnson, Hilde F. 2016. *South Sudan*: *The Untold Story from Independence to Civil War*. IB Tauris.
Jok, Jok Madut. 2016. "South Sudan's Transitional Government of National Unity: a Solution to the Country's Instability or Mere Elite Pact of Self-Preservation?". *Juba*: *The Sudd Institute*. https://www.suddinstitute.org/publications/show/572b7eb26c0da.
Joshua Project. 2017. "Countries: South Sudan". *Joshuaproject.Net.* https://joshuapro-

ject.net/countries/OD.
Kalpakian, Jack Vahram. 2017. "Peace Agreements In A Near-Permanent Civil War: Learning From Sudan And South Sudan". *South African Journal Of International Affairs*, 1-19. doi:10.1080/10220461.2017.1311280.
Knopf, Payton. 2017. "If Trump does nothing, 50% of South Sudan's population could soon be gone". *The Guardian.* https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/may/22/donald-trump-50-percent-south-sudan-population.
Knopf, Kate Almquist. 2016. *Ending South Sudan's Civil War.* New York: Council on Foreign Relations.
Le Riche, Matthew. 2014. "South Sudan: Not Just Another War And Another Peace In Africa". *African Arguments.* http://africanarguments.org/2014/01/28/south-sudan--not-just-another-war-and-another-peace-in-africa-by-matthew-le-riche/.
Livingstone, E.A., ed. 2013. T*he Concise Oxford Dictionary of the Christian Church.* Oxford: Oxford University Press.
Machol, Deng. 2017. "South Sudan President Restructures Army, Changes Its Name To SSDF". *Africanews.* http://www.africanews.com/2017/05/16/south-sudan-president-restructures-army-changes-its-name-to-ssdf/.
Mamdani, Mahmood. 2014. "Some Questions Regarding The Independence Of South Sudan". In *Post-Referendum Sudan National And Regional Questions, 1st ed.* Dakar: CODESRIA.
–––. 2017. "Can the African Union Save South Sudan from Genocide?". *The New York Times.* https://www.nytimes.com/2017/01/08/opinion/can-african-union-save--south-sudan-from-genocide.html.
Mayai, Augustino Ting. 2016. "The Proliferating Rebellion in South Sudan: Its Explanations and Implications". *Juba*: *The Sudd Institute.* https://www.suddinstitute.org/publications/show/57fcb24dc4418.
Mazrui, Ali A., ed., 2000. *General History of Africa – Africa since 1935.* Vol. 8. Paris: UNESCO Publishing.
Niane, D.T., ed., 2000. *General History of Africa – Africa from the Twelfth to the Sixteenth Century.* Vol. 4. Paris: UNESCO Publishing.
Nichols, Michelle. 2016a. "U.S. Proposes U.N. Arms Embargo on South Sudan, Sanctions" *Reuters,* 18 November. http://www.reuters.com/article/us-southsudan-security-un-idUSKBN13C2P6
–––. 2016b. "Italy, Netherlands Propose Split U.N. Security Council Seat For 2017-18". *Reuters.* http://www.reuters.com/article/us-un-securitycouncil-election-idUSKCN0ZE23O.
Nkrumah, Kwame, 1965. *Neocolonialism, the Last Stage of Imperialism.* London: Thomas Nelson & Sons.
Nyambur, Julius. 2017. "South Sudan: Will local concerns sink the National Dialogue?". *African Arguments.* http://africanarguments.org/2017/06/16/south-sudan-will--local-concerns-sink-the-national-dialogue/.

Ogot, B.A., ed., 2000. *General History of Africa – Africa from the Sixteenth to the Eighteenth Century.* Vol. 5. Paris: UNESCO Publishing.
Oliveira, Lucas Kerr, and Igor Castellano Silva. 2011. "Sudão Do Sul: Novo País, Enormes Desafios". *Meridiano* 47 12 (128): 25-35.
Pinaud, Clémence. 2014. "South Sudan: Civil War, Predation And The Making Of A Military Aristocracy". *African Affairs* 113 (451): 192-211. doi:10.1093/afraf/adu019.
–––. 2016. "Who's behind South Sudan's return to fighting?". *African Arguments.* http://africanarguments.org/2016/07/11/whos-behind-south-sudans-return-to-fighting/.
Radio Tamazuj. 2016. "SPLM-IO leadership in Khartoum declares war against war". *Radio Tamazuj.* https://radiotamazuj.org/en/news/article/splm-io-leadership-in-khartoum-declares-war-against-kiir.
–––. 2017. "*South Sudan government renews rejection of resuscitation of peace deal*". https://radiotamazuj.org/en/news/article/south-sudan-government-renews-rejection-of-resuscitation-of-peace-deal.
Reuters. 2017. "S. Sudan Gov't Benefiting from Division On UN Security Council - US Envoy". *Africanews.* http://www.africanews.com/2017/04/26/s-sudan-gov-t-benefiting-from-division-on-un-security-council-us-envoy/.
Ryle, John et al (ed.). 2011. *The Sudan Handbook*. London: Rift Valley Association.
Santora, Marc. 2015. "Salva Kiir, South Sudan's President, Signs Peace Deal With Rebels". *The New York Times.* https://www.nytimes.com/2015/08/27/world/africa/south-sudan-peace-deal-rebels-president.html?rref=collection%2Ftimestopic%2FSouth%20Sudan&action=click&contentCollection=world&region=stream&module=stream_unit&version=search&contentPlacement=89&pgtype=collection.
Schneider, Luíza Galiazzi. 2008. "*As Causas Políticas Do Conflito No Sudão*: *Determinantes Estruturais E Estratégicos*". Undergraduate final paper, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Security Council Report. 2017. South Sudan - June 2017 Monthly Report. *Security Council Report.* http://www.securitycouncilreport.org/monthly-forecast/2017-06/south_sudan_32.php
Simons, Gary F. and Charles D. Fennig (eds.). 2017. "South Sudan". *Ethnologue*: *Languages of the World*, Twentieth edition. Dallas, Texas: SIL International. https://www.ethnologue.com/country/ss/languages.
Spiram, C.L., and M.J. Zahar. 2009. "The Perils Of Power-Sharing: Africa And Beyond". *Africa Spectrum* 44 (3): 11-39.
Stratfor. 2013. "Ethnic Divisions in South Sudan". *Stratfor*. https://www.stratfor.com/image/ethnic-divisions-south-sudan.
Su, Alice. 2016. "China's Business and Politics in South Sudan". *Foreign Affairs.* https://www.foreignaffairs.com/articles/south-sudan/2016-06-06/chinas-business-and-politics-south-sudan

Sudan Tribune. 2016. "South Sudan forms transitional government of national unity". *Sudan Tribune.* http://www.sudantribune.com/spip.php?article58800.
–––. 2017a. "South Sudan sets to swear-in national dialogue committee members". *Sudan Tribune.* http://www.sudantribune.com/spip.php?article62380.
–––. 2017b. "South Sudan welcomes arrival of first batch of regional protection force". *Sudan Tribune.* http://www.sudantribune.com/spip.php?article62331.
Sweden. 2017. "National Statement by Sweden At the Security Council Briefing On UNMISS". *Government Offices of Sweden.* http://www.government.se/statements/2017/05/security-council-briefing-on-unmiss/.
The Japan Times. 2016. "Japan, Other Nations Abstain in U.N. Security Council South Sudan Arms Embargo Vote | The Japan Times". *The Japan Times.* http://www.japantimes.co.jp/news/2016/12/24/world/japan-nations-abstain-u-n-security-council-south-sudan-arms-embargo-vote/#.WVum78bOrUp.
The New York Times. 2015. "A Peace Plea for South Sudan". *The New York Times.* https://www.nytimes.com/2015/08/30/opinion/sunday/a-peace-plea-for-south-sudan.html?rref=collection%2Ftimestopic%2FSouth%20Sudan&action=click&contentCollection=world&region=stream&module=stream_unit&version=search&contentPlacement=86&pgtype=collection
The Sudd Institute. 2017. "The Dialogue Brief". *The Sudd Institute.* https://suddinstitute.org/assets/Publications/58e21103bbef6_SouthSudanNationalDialoqueWhatItShouldBe_Full.pdf.
Turebekova, Aiman. 2017. "At UNSC, Kazakh diplomats call for unimpeded food delivery to South Sudan" *Astana Times, 28 February.* http://astanatimes.com/2017/02/at-unsc-kazakh-diplomats-call-for-unimpeded-food-delivery-to-south-sudan/
Ukraine. 2016. "EOV On South Sudan Arms Embargo". *Permanent Mission of Ukraine To the United Nations In New York.* http://ukraineun.org/en/press-center/156-eov-on--south-sudan-arms-embargo/.
Ukraine. 2017. "Statement by The Delegation of Ukraine At the UN Security Council Briefing on South Sudan / UNMISS". *Permanent Mission of Ukraine To the United Nations In New York.* http://ukraineun.org/en/press-center/211-statement-by-the-delegation-of-ukraine-at-the-un-security-council-briefing-on-south-sudan-unmiss/.
U.N. News Centre. "UN mission in South Sudan confirms discussions on regional protection force continuing". *U.N. News Centre.* http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=55972#.WXIaDbpFw2w.
UN (United Nations), Department of Public Information, *Adopting Resolution 2327 (2016), Security Council Grants Mandate Extension of United Nations Mission in South Sudan, Considers Possible Sanctions.* SC/12634, 16 December 2016a. https://www.un.org/press/en/2016/sc12634.doc.htm
–––, *Security Council Decides against Imposing Arms Embargo on South Sudan, Designating Key Figures for Targeted Sanctions.* SC/12653, 23 December 2016b. https://www.un.org/press/en/2016/sc12653.doc.htm

———, *Latest National Dialogue in South Sudan will only work with genuine participation of opposition groups, Senior Official tells Security Council*. SC/12840, 24 May 2017a. http://www.un.org/press/en/2017/sc12840.doc.htm.
———, *No Military Solution in South Sudan, Security Council Presidential Statement Stresses, Urging Immediate End To Violence Against Aid Workers.* SC/12761, 23 March 2017b. https://www.un.org/press/en/2017/sc12761.doc.htm.
———. 2017. "Chronology of Events: South Sudan". *Security Council Report.* http://www.securitycouncilreport.org/chronology/south-sudan.php?page=2.
———. "Conflict in South Sudan: a Human Rights Report". *United Nations Mission in the Republic of South Sudan.* https://unmiss.unmissions.org/sites/default/files/unmiss_conflict_in_south_sudan_-_a_human_rights_report.pdf.
U.N. General Assembly. 2016. 71st year. "Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2016 to 30 June 2017" 22 June 2016. In United Nations Fifth Committee, *Agenda Item 148, Administrative and Budgetary Aspects of the Financing of the United Nations Peacekeeping Operations* (*A/C.5/70/24*). http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/C.5/70/24 Official Record. New York.
UNHCR (United Nations High Commissioner for Refugees). 2017. *Global Focus*: *UNHCR Operations Worldwide*: *South Sudan.* http://reporting.unhcr.org/node/2553#_ga=2.66538414.1042887150.1499132836-1590808311.1499132836
U.N. (United Nations), Peacekeeping, *Summary of Contributions to UN Peacekeeping Missions by Country, Mission and Post* (*31 May 2017*). http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2017/may17_3.pdf.
U.N. Security Council. 66th year. "Resolution 1996 [Recognition of South Sudan and UNMISS Establishment]" 8 July 2011. (*S/RES/1996*) *Official Record*, New York, 2011.
———. 67th year. "Resolution 2057 [on extension of the mandate of the UN Mission in South Sudan (UNMISS) through 15 July 2013], 5 July 2012. (*S/RES/2057*) *Official Record,* New York, 2012.
———. 70th year. "Resolution 2206 [on sanctions compliance and the situation in South Sudan], 3 March 2015. (*S/RES/2206*) *Official Record,* New York, 2015a.
———. 70th year. "Note verbal dated 2 July 2015 from the Permanent Mission of Kazakhstan to the United Nations addressed to the Chair of the Committee", 7 July 2015. (*S/AC.57/2015/16*) *Official Record*, New York, 2015b.
———. 72nd year. "Resolution 2353 [on extension of the mandate of the UN Mission in South Sudan (UNMISS) until 31 May 2018 and extension of the mandate of the Panel of Experts on South Sudan until 30 June 2018], 24 May 2017. (*S/RES/2353*) *Official Record*, New York, 2017.
U.N. Women. 2017. *Watch*: *South Sudan.* http://womenwatch.unwomen.org/country/south-sudan
United Kingdom. 2017a. "Famine in South Sudan". *Gov.Uk.* https://www.gov.uk/government/news/famine-in-south-sudan.

–––. 2017b. "Human Rights Council 34: UK Statement on The Human Rights Situation In South Sudan". *Gov.Uk.* https://www.gov.uk/government/world-location-news/human-rights-council-34-uk-statement-on-the-human-rights-situation-in-south-sudan.
United Nations. 2016. "Security Council Decides Against Imposing Arms Embargo on South Sudan, Designating Key Figures for Targeted Sanctions | Meetings Coverage And Press Releases". *United Nations*: *Meetings Coverage and Press Releases.* https://www.un.org/press/en/2016/sc12653.doc.htm.
United Nations. 2017. "No Military Solution in South Sudan, Security Council Presidential Statement Stresses, Urging Immediate End to Violence Against Aid Workers". *United Nations*: *Meetings Coverage and Press Releases.* https://www.un.org/press/en/2017/sc12761.doc.htm.
United States. 2016. "U.S. Relations with South Sudan". *U.S. Department of State.* https://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/171718.htm.
U.S. Central Intelligence Agency. 2017. *The World Factbook*: *South Sudan.* https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/od.html.
Verjee, Aly. 2016. "Explaining China's Involvement in The South Sudan Peace Process". *The Interpreter*. https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/explaining-chinas-involvement-south-sudan-peace-process.
–––. 2017. "Why calling for a ceasefire in South Sudan can be a bad idea". *African Arguments.* http://africanarguments.org/2017/04/12/calling-ceasefire-south-sudan--can-bad-idea/.
Vhumbunu, Clayton H. 2016. ACCORD (African Centre for the Constructive Resolution of Disputes). "Conflict Resurgence and the Agreement on the Resolution of the Conflict in the Republic of South Sudan". *ACCORD* (*African Centre for the Constructive Resolution of Disputes*). http://www.accord.org.za/conflict-trends/conflict--resurgence-agreement-resolution-conflict-republic-south-sudan/.
VOA News. 2015. "IGAD: More Mediators to Be Added to South Sudan Peace Talks". *VOA News*: *Africa.* https://www.voanews.com/a/south-sudan-igad-plus-peace-talks--us-china-/2817382.html
Washburne, S.L. 2010. "*The Struggle For Political Authority In Southern Sudan, 2005-2010*". PhD diss.., Exeter.
Wël, PaanLuel. 2017. "The 32 Federal States of the Republic of South Sudan". *Paan-Luel Wël*: *South Sudanese Bloggers.* https://paanluelwel.com/2017/01/22/the-32-federal-states-of-the-republic-of-south-sudan/.
What's in Blue. 2017a. *South Sudan Briefing – June. What's in Blue – insights on the work of the UN Security Council.* http://m.whatsinblue.org/479808/show/28551568de2ce86474f958806691fec7/?
–––. 2017b. *South Sudan Briefing – April. What's in Blue – insights on the work of the UN Security Council.* http://www.whatsinblue.org/2017/04/briefing-on-south-sudan.php

World Bank. 2016. "South Sudan". *World Bank*: *Data* http://data.worldbank.org/country/south-sudan.
World Food Programme. 2017. *South Sudan.* http://www1.wfp.org/countries/south--sudan
Yengkopiong, Jada P. 2016. *The Golgotha*: *South Sudan* 15 December 2013. Xlibris Corporation.
Zingifuaboro, D., Mbugoniwia, C. and Ngbidigi, S. (2017). "South Sudan national dialogue: will it succeed?". *Sudan Tribune.* http://www.sudantribune.com/spip.php?article62714.